

DICIONÁRIO COROGRÁFICO DO ESTADO DA PARAÍBA

QUARTA EDIÇÃO



CORIOLANO DE MEDEIROS

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
Núcleo de Documentação e Pesquisa da Educação Profissional

DICIONÁRIO COROGRÁFICO DO ESTADO DA PARAÍBA

QUARTA EDIÇÃO

Reimpressão fac-similar da edição de 1950

J. R. CORIOLANO DE MEDEIROS



JOÃO PESSOA, 2016

Copyright © 2016 pela J. R. Coriolano de Medeiros – Portaria IFPB
nº 1.460/2016-Reitoria, de 12 de maio de 2016.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
José Mendonça Bezerra Filho

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Marcos Antônio Viegas Filho

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA PARAÍBA
Cícero Nicácio do Nascimento Lopes

PRÓ-REITORA DE ENSINO
Mary Roberta Meira Marinho

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
Francilda Araújo Inácio

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E
INTERIORIZAÇÃO
Manoel Pereira de Macedo

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO
Vânia Maria de Medeiros

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
Marcos Vicente dos Santos

DIRETOR EXECUTIVO
Carlos Danilo Miranda Regis

COMISSÃO EDITORIAL ESPECIAL
Luciano Candeia (presidente)
Almiro de Sá Ferreira
Antônio Carlos Gomes Varela
Filipe Francelino de Sousa
Itapuan Bôtto Targino
Mardônio Lacet dos Santos Júnior

CAPA E DIAGRAMAÇÃO
Karime Lucena
Pablo França

IMPRESSÃO
Gráfica CCS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB, *Campus* João Pessoa.

M488d Medeiros, João Rodrigues Coriolano de.

Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba / João
Rodrigues Coriolano de Medeiros. – 4. ed. – João Pessoa :
IFPB, 2016.

290p. : il.

ISBN: 978-85-63406-78-1

1. Dicionário corográfico - Paraíba. 2. Geografia regional
- Paraíba. 3. Cronologia histórica e geográfica. I. Título.

CDU 913 : 930.24(038)(813.3)

APRESENTAÇÃO

A parceria do Instituto Federal da Paraíba com a Academia Paraibana de Letras (APL), contraída no ano passado (2015), incluiu na agenda de trabalho para este ano (2016) a reedição do Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba, do professor Coriolano de Medeiros, emérito ex-diretor da nossa Instituição, nos idos das décadas de 1920 e 1930, durante cerca de 20 anos.

Acreditamos que essa iniciativa constitui-se como tarefa inadiável frente ao processo de manutenção do acervo e da memória educacional brasileira, identificando suas origens, matrizes e as formas como esse pensamento se traduz na História da Educação no País.

A união do IFPB com a APL teve como ponto de partida a imersão em um processo já em curso de análise das idéias de nossos educadores, sua formação acadêmico-científica e a contribuição que prestaram em seu campo de atuação. Neste quesito, ligando o local ao nacional, o regional ao universal, tem-se a obra do beletrista Coriolano de Medeiros.

Visando a contribuir com as gerações contemporâneas e vindouras de professores e pesquisadores, ante a falta de informações precisas sobre a obra e o pensamento dos nossos artífices da educação, é que o IFPB e a APL unem-se pela preservação e revalorização da memória educacional e cultural brasileira.

Por conseguinte, reforçamos a nossa crença de que a reedição do Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba alcança dois objetivos primordiais: primeiro, reforça o espírito público das nossas instituições em oferecer novas possibilidades àqueles que trabalham com o pensamento educacional brasileiro; segundo, a reprodução dessa obra serve, além de cultivo à memória, como referência a estudos mais aprofundados.

Para finalizar, expressamos nossos agradecimentos aos colaboradores, não só pela competência e generosidade com que ofereceram seus apêndices, mas também pela sensibilidade demonstrada aos trabalhos; e à Comissão Editorial por seu valioso auxílio e sugestões, que tanto contribuíram para que o Dicionário fosse republicado; assim como à APL pela frutífera parceria na coedição.

João Pessoa, setembro de 2016.

Cícero Nicácio do Nascimento Lopes
Reitor do IFPB

Dicionário de Coriolano

Em 1944, “trinta e três anos depois da primeira”, Coriolano de Medeiros atendia ao pedido de fazer a segunda edição deste precioso Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba. E manifestou desculpas pelas “lacunas e defeitos”, apesar dessa iniciativa ter sido, por outros motivos, “alentada”. Desde 15 de outubro de 2007, Dia do Professor, quando comecei a fazer parte da Academia Paraibana de Letras (APL), escuto reclamação do cronista confrade Gonzaga Rodrigues contra a falta desta esgotada obra, do confrade fundador e primeiro Presidente da APL. Agora, Gonzaga, prazenteiro, na introdução desta reedição, situa o requerido dicionário no seu contexto histórico e o compara com outros estudos corográficos paraibanos, iniciados por Beaurepaire - Rohan tão logo deixou o Governo do Estado. Este interesse acadêmico, sugerido à nossa gestão, concretiza-se na iniciativa e no empenho do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), aqui simbolizado pela apresentação do seu ilustre Reitor Professor Cícero Nicácio, ao trazer à luz mais uma oportunidade de haver ao público este vocabulário, conforme o autor, “indispensável a quem quer que deseje conhecer a Paraíba”. Para isso, contou-se ainda com a dedicada colaboração de Itapuan Botto Targino (APL), de Almiro Sá Ferreira (IFPB) e de toda a devotada Comissão Editorial, que ainda enriqueceram a publicação com preciosas informações, solicitando o Prefácio ao confrade acadêmico e historiador Humberto Mello. Em paráfrase com os agradecimentos de Coriolano, na segunda edição, “Confesso: Não fosse a gentileza, a boa vontade, o préstimo” dessas colaborações, não teríamos, em suas mãos, o reaparecimento do Dicionário tão desejado. Como desejou José Lins do Rego, em *Poesia e Vida: Um dicionário*: “Um dicionário deve ser um ser vivo, uma súpula da vida, mais um instrumento de aprendizagem que um objeto de luxo (...). Tem de ser mesmo paternal, simples, dando-nos o valor e o significado das coisas, sem pretensões, capaz da mais franca intimidade, generoso, probo, fácil”.

Há sessenta anos, davam-me dicionário em pedaços, nos finais da leitura do livro escolar, num quadrado intitulado de vocabulário; o que é hoje, nos manuais de ensino, com o nome de glossário. Foi nesses cantinhos das primeiras cartilhas, onde nasceu e cresceu minha afeição por dicionários, de continuada crescente preservada nas dezenas deles que uso na minha biblioteca. Aprendi a não trabalhar sem eles, significando isso na comparação de Graciliano Ramos, em *Linhas Tortas*: “(...) Não poderíamos trabalhar sem ele, como não poderíamos trabalhar sem couro ou tijolos se fôssemos sapateiros ou pedreiros”. Há presunçosos que ironizam e escondem o uso do dicionário, tão prestativo à busca da palavra adequada à ideia, à

imagem e à sentença. Pois, de tantos livros lidos, é no dicionário, por não ser opinativo, em que mais acredito.

Significativamente, em certa ocasião, perguntaram, à guisa de orientação para leitura, ao poeta Paulo Leminski qual livro estaria lendo, então, com simplicidade e sabedoria surpreendeu: “No momento, estou lendo dicionário”; como você agora, caro leitor. Aos que observam no dicionário uma forma de tornar a linguagem ‘inovável’, “dura e inflexível”, além da adequação acima argumentada, admoesto-nos que o dicionário exerce, no mundo da linguagem, a rica função patrimonial de ser memória. Por tal motivo, esta obra de Coriolano, em que modestamente lembrou passível de “lacunas”, não sofreu alterações, até diante de importantes sugestões para atualizá-la. Atualização? Que outros escrevam outros dicionários. “Lacuna”? Coriolano já fez sua parte; ora, temos tempo, nossas vidas são cheias de lacunas e cabe a cada um de nós preenchê-las...

Damião Ramos Cavalcanti

Presidente da Academia Paraibana de Letras

Prefácio

CORIOLOANO E SEU DICIONÁRIO

Humberto Mello

A VIDA

João Rodrigues Coriolano de Medeiros nasceu em 30 de novembro de 1875, na fazenda Várzea das Ovelhas, município de Patos, “em pleno esplendor do reinado de D. Pedro II, cuja memória ainda hoje venero”, como afirmou em depoimento transcrito em “Coriolano de Medeiros – Notícia Biobibliográfica” de Eduardo Martins. Tangida pela seca de 1877, sua família migrou para a capital da Província, de onde ele nunca mais saiu. Pouco depois, seu pai morria, vitimado por malária. Sua mãe contraiu novas núpcias. Muito se afeiçoou ao padrasto de quem dizia dever tudo o que era na vida.

Fez seus estudos primários em escolas particulares da Capital, evocadas no referido depoimento. Na última que frequentou, organizou um jornalzinho. Tinha apenas doze anos quando assim se manifestou sua vocação literária. Depois, os preparatórios no Liceu Paraibano, e o curso de Direito na Faculdade do Recife, que deixou no terceiro ano. Não se sentia inclinado para as lides forenses.

Tornou-se professor, ao mesmo passo em que exercia atividades comerciais, sem jamais deixar as letras. Iniciou-se no jornalismo em “O Comércio”, do grande Artur Aquiles. E foram muitos os órgãos de imprensa de cuja redação participou, que dirigiu ou em que colaborou. Dirigiu a revista “A Philippéa”, a primeira que se editou na Paraíba, o “Jornal do Commercio”, o “Almanach do Estado da Parahyba”, a revista “Serões de Junho” e “GEGHP”, órgão do Gabinete de Estudos de Geografia e História da Paraíba. Era também músico e teatrólogo. Ensinou, durante muitos anos na Escola de Aprendizes Artífices, depois Escola Industrial da Paraíba, Escola Técnica Federal da Paraíba e hoje Instituto Federal da Paraíba.

Gostava do convívio de seus pares. Figurou entre os fundadores do Centro Literário Paraibano (1897), do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (1905), da Universidade Popular (1913), da Associação dos Homens de Letras (1917) e do Gabinete de Estudos de Geografia e História

da Paraíba (1931). Foi sua a iniciativa da fundação, em 14 de setembro de 1941, da Academia Paraibana de Letras, que hoje o homenageia denominando-se “Casa de Coriolano de Medeiros”.

Em 1949, perdeu a visão. Até o ano anterior ensinara no Instituto Underwood. Viveu ainda vinte e cinco anos. “Sem força nas pernas nem luz nos olhos, embora com força e luz no cérebro robusto”, como dele disse Celso Mariz. Lúcido até o fim, vez por outra recebia em sua casa, primeiro na avenida General Osório, depois na rua do Sertão, visitas de antigos amigos, de acadêmicos, de jornalistas, de intelectuais, de professores universitários, que lá iam a levar-lhe algum conforto e, ao mesmo passo, buscarem seus ensinamentos e lhe ouvirem as lembranças. Faleceu no dia 25 de abril de 1974.

A OBRA

O primeiro livro publicado por Coriolano foi o “Diccionario Chorographico do Estado da Parahyba”, em 1914, pela Imprensa Oficial do Estado. Tinha apenas 112 páginas. Em 1950, foi publicada a segunda edição, aumentada, com XIII + 269 páginas, com nota introdutória de Augusto Meyer, e inserido na Coleção Enciclopédia Brasileira, do antigo Instituto Nacional do Livro.

Seguiram-se “Do Litoral ao Sertão”, contos, Popular Editora, Paraíba, 1917; “Folklore Paraibano”, Separata da Revista do Instituto Histórico Brasileiro, Livraria J. Leite, Rio de Janeiro, 1921; “O Tesouro da Cega”, drama, s/editor, 1922; “Resenha Histórica da Escola de Aprendizizes Artífices”, Paraíba, 1922; “24 de fevereiro, promulgação da Constituição Brasileira e 2 de julho de 1925, centenário da Confederação do Equador”, Paraíba, 1925; “Os Cinco Heróis da Conquista”, Paraíba, 1925; “Mestres que se foram”, Paraíba, 1925; “O Barracão”, romance, Editora Artes Gráficas da Escola de Aprendizizes Artífices de Pernambuco, 1930; “Manaíra ou nas trilhas da Conquista do Sertão”, novela histórica, com prefácio de Affonso de E. Taunay, Editora Melhoramentos, São Paulo, 1936; “A Evolução Histórica e Social de Patos”, A Imprensa, João Pessoa, 1938; “Palavras”, Editora da Escola de Aprendizizes Artífices da Paraíba, João Pessoa, 1939; “O Tambiá da minha Infância”, Editora da Escola Industrial da Paraíba, João Pessoa, 1942 e “Sampaio”, Editora Teone, João Pessoa, 1955. Os dois últimos foram reeditados em um só volume pela Biblioteca Paraibana. Deixou inéditas nove peças teatrais.

Eduardo Martins, pesquisador exímio, levantou, esparsos em jornais, revistas, outros periódicos e obras coletivas, vinte e sete poesias e duzentos e setenta e oito artigos diversos. Entre estes, merecem destaque, “Estado da

Parahyba”, inserido no Dicionário Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil (Comemorativo do Primeiro Centenário da Independência), Edição da Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1922, para o Instituto Historico e Geographico Brasileiro e “Schema Histórico da Parahyba”, publicado no Almanach do Estado da Parahyba de 1922.

Como se vê, Coriolano tinha boas relações com intelectuais do sudeste. Podemos dele dizer que era um nome nacionalmente conhecido, sócio correspondente de várias instituições científicas e literárias do país, como se apresenta na 2ª edição do dicionário.

O DICIONÁRIO

O Dicionário Corográfico foi, pois, o primeiro livro publicado por Coriolano de Medeiros. Trinta anos após a primeira edição havia ele preparado a segunda. Foi um trabalho ingente, dificultado pela indiferença com que seus pedidos de informações foram recebidos por quase todas as prefeituras – apenas quatro responderam – e as repartições públicas, das quais somente o Departamento Estadual de Estatística atendeu às solicitações enviadas. Alguns amigos, não mencionados, forneceram-lhe dados. O mesmo ocorrera com a primeira edição. Ali ele relaciona dezoito pessoas que lhe proporcionaram “preciosas informações”, e arrola os livros a que recorreu na coleta de subsídios.

O trabalho revela um esforço extenuante do autor. Nele encontramos desde um verbete sobre o Estado a outros sobre suas regiões – Costa, Brejo e Cariri – e mais, todos os municípios então existentes – estes, com notas geográficas, históricas, etnográficas, estatísticas, etimologia dos topônimos de origens indígenas ou africanas, além de completa descrição das divisas intermunicipais e interdistritais. Em alguns, consta relação de pessoas que lá nasceram e que se destacaram em diversos campos de atividade. Estão presentes, também, inúmeros povoados, rios e serras.

Entre a conclusão da obra e sua publicação, passaram-se seis anos. Não se sabe exatamente qual o motivo da demora, se houve dificuldades de editá-la na Paraíba ou se o retardamento foi do Instituto Nacional do Livro que afinal veio a publicá-la.

ATUALIZAR OU NÃO?

Em pronunciamento que fiz na Academia Paraibana de Letras, publicado no número 22 da sua Revista, afirmei que o Dicionário Corográfico re-

clamava urgente reedição atualizada. Revejo agora a posição assumida. A atualização requer enorme esforço de uma equipe. A segunda edição data de 1950, como dito, mas os dados são de 1944 – cerca de setenta anos passados. Há localidades, hoje sedes municipais, que lá não aparecem sequer como simples povoados, visto terem sido fundadas depois. Topônimos foram mudados. Algumas informações históricas merecem revisão, em vista de descobertas e revelações posteriores, embora se possa afirmar, sem receio, que o Dicionário é tão histórico quanto corográfico. Também as informações geográficas; afinal, os quarenta e um municípios então existentes passaram para os duzentos e vinte e três atuais, numa verdadeira licenciatura municipalista. Os dados estatísticos evidentemente não poderiam ser os mesmos. Haveria que se acrescentar novos informes sobre atividades econômicas e sobre instituições surgidas ao longo desse período. Trabalho para longo tempo.

INTRODUÇÃO

O DICIONÁRIO DE CORIOLANO

O que o tempo fez perder em precisão geográfica, fez ganhar em História.

Gonzaga Rodrigues

O Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba foi a primeira teimosia levada a termo das muitas de Coriolano de Medeiros, além de resultar de um momento de euforia cultural vivido nos primeiros decênios da troca do Império pela República. Foi quando começou a aflorar a reação dos valores nativos (intelectuais e políticos) à injusta condição de “terra ignota” a que os três séculos de império haviam relegado o berço de Vidal de Negreiros, tardiamente reconhecido como o fundador da nacionalidade brasileira.

Havíamos formado contingentes para defender a pátria no Paraguai, havíamos descido aos cárceres e subido à força pelas revoluções libertárias de 1817 e 1824; sem falar que já tínhamos logrado fama no cultivo do melhor açúcar brasileiro exportado para as arcas do reino. Mesmo assim, numa história de três séculos, não passávamos de “terra ignota”, mesmo assinalada pelo protagonismo guerreiro de Negreiros ou pelo brilho de inteligência de um Arruda Câmara ou de um Pedro Américo.

Em 1886, no apogeu do Segundo Reinado, nem mapa tínhamos. O engenheiro Francisco Retumba, passando por aqui em alguma missão, achou “incrível que não se possa obter em parte alguma uma só carta desta infeliz província que não fosse incompleta ou cheia de erros”.

Houve uma, sim, por iniciativa particular de Beaurepaire Rohan para a *Chorografia da Parahyba do Norte* a que seu espírito incomum se empenhara depois que deixara a presidência da província. Mas esse primeiro levantamento da terra e do homem manteve-se ignorado nos arquivos da Biblioteca Nacional até que uma alma eleita, a de um Frederico Cavalcanti, a descobrisse e doasse ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, que a fez publicar na Revista de 1911. E aí ficou, e daí não passou, limitada à consulta de algum sócio, sem ter a edição autônoma com a análise crítica que devia merecer.

É do próprio B. Rohan essa queixa, em seu segundo discurso à Assembléia Pro-

vincial de 1858: “O presidente novamente chegado a uma província não encontra uma obra qualquer que lhe indique, ainda que resumidamente, a extensão do seu território, seus limites, suas divisões administrativas, sua força pública, a indústria de suas diversas localidades, sua produção natural, sua população e, finalmente, muitas outras noções sobre a parte permanente ou variável da estatística.” E ressalta o ex-presidente, em sua introdução à *Corografia*: “Eu terminava assegurando àquela ilustre corporação que desejava e havia de proceder a algum trabalho nesse sentido.”. E cumpre a promessa já no Rio de Janeiro, fora do governo.

Sessenta e cinco anos depois, não é diferente a queixa de José Américo de Almeida nas páginas introdutórias de *A Paraíba e seus problemas*. Entretanto, a essa altura, o futuro renovador do romance brasileiro já se beneficiava do surto editorial de uma plêiade de escritores e estudiosos que surgia empenhada em estudar, descobrir e revelar uma outra Paraíba, menos ignota, menos infeliz, como até então fora julgada culturalmente.

Coriolano de Medeiros lavrava entre esses garimpeiros, dando sequência ao trabalho de um Irineu Joffly, de um João de Lyra Tavares, de um José Coelho e do próprio Beaurepaire Rohan, que em 1858 escrevia mais modernamente do que muitos dos contemporâneos de Carlos Dias Fernandes e do próprio Coriolano. Os relatórios do coronel Rohan e a própria *Chorografia* se distinguem pela modernidade das ideias expostas em estilo claro e direto. Não deixa de ter influído no jornalismo e na literatura dos jovens em transição cultural e política através de *O Comércio* de Arthur Aquiles, este, sim, de um voluntarismo de atitudes e de ideias republicanas que não deixa de ter abrasado espíritos inflamáveis como o do jovem que cedo inscreveu-se no cabeçalho de direção do primeiro jornal-escola da Paraíba, o jovem jornalista e empreendedor múltiplo João Rodrigues Coriolano de Medeiros.

VIVO E BEM VIVO

Consultado, hoje, o dicionário que antecipava em 50 anos a Enciclopédia Brasileira dos Municípios (IBGE), de 1960, é mais de sentido histórico do que geográfico. O verbete que em 1910 valia, sobretudo, pela geografia física, pela etnografia, pelas estatísticas da população, da produção agrícola e industrial, das atividades comerciais e das entidades escolares, vale, hoje e em todos os tempos futuros como denúncia ou dado vivo de um comportamento, de uma tendência histórica envolvendo a terra e o seu agente, o homem. As jurisdições municipais se dividem e subdividem, as intervenções administrativas multiplicam-se em benfeitorias e em novos desenhos ou traçados cartográficos. De certo modo a terra não parece mais infeliz, como a enxergou Retumba nem ignota como se queixou, revoltado, o jovem autor de *A*

Paraíba e seus problemas.

Mas persistem situações, tendências, decorridos cem anos da elaboração do dicionário, tão impermeáveis quanto a Pedra do Ingá. Um exemplo: o comportamento do contingente humano em relação aos cuidados com a educação e a saúde. Enquanto outras civilizações universalizam integralmente a educação e o atendimento à saúde, o desempenho da Paraíba e de estados da mesma região não é muito diferente do que aponta a anotação corográfica do tempo de Beaurepaire Rohan ou de Coriolano. O ensino fundamental vê-se instalado nos 223 municípios do mapa de hoje, mas os resultados, proporcionalmente, não são mais generosos que os da divisão administrativa de 1911 ou 14. Nem em quantidade proporcional nem em qualidade absoluta. Não há população fora da escola, como se propala, mas é mínima a diferença entre os resultados de hoje e os do tempo imperial. Com vários agravantes, entre os quais, o do analfabeto titulado, passado pela Universidade. No tempo de Rohan e de Coriolano, como não havia universidade formal, era mais difícil esse perigo.

Mas deixando de lado a recorrência à obra pela sua utilidade estritamente estatística, continua o *Corográfico* do fundador da Academia entre os livros fundamentais para o conhecimento da Paraíba e, sobretudo, do homem paraibano. O exemplar que disponho é tão consultado quanto o léxico de Aurélio ou o de sinônimos do padre Artur Schwab, o que bem me socorre.

Oferece-me em abecedário a totalidade dos lugares formados e construídos pela língua nativa ou pelos que a adotaram. Um verbete da idade da terra, resultado de alguém que procurava uma sombra, um riacho, um meio de vida e terminou formando uma cidade de sucessivas gerações. Circunstância que deu nome ao lugar, concorrendo com o acidente geográfico, com os notáveis da flora ou mesmo da fauna. Bastaria consultar o abecedário nativo, rico de originalidade, de eufonias e até de símbolos poéticos, para termos como dar nome próprio às linhas e cores da belíssima arquitetura que estamos construindo. Está no Dicionário, rico e numeroso, o acervo de significações dos vocábulos que as línguas dos colonizadores não conseguiram apagar de todo.

DICIONÁRIO COROGRÁFICO
DO
ESTADO DA PARAÍBA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

DICIONÁRIO COROGRÁFICO
DO
ESTADO DA PARAÍBA

POR

CORIOLOANO DE MEDEIROS

*(Da Academia Paraibana de Letras, sócio correspondente de várias
instituições científicas e literárias do país)*

SEGUNDA EDIÇÃO



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — 1960

INTRODUÇÃO

Sai esta segunda edição do *Dicionário Corográfico da Paraíba*, de Coriolano de Medeiros, como contribuição para a *Enciclopédia Brasileira*, na série especial de dicionários estaduais, sejam corográficos, históricos, bio-bibliográficos ou referentes a quaisquer aspectos regionais.

AUGUSTO MEYER

Diretor do Instituto Nacional do Livro

NA SEGUNDA EDIÇÃO

Entrego ao público esta segunda edição, trinta e três anos depois da primeira. Muito alentada, mas ainda contendo lacunas e defeitos.

Poucas, as repartições públicas que atenderam minhas solicitações, e, para dizer tudo, cumprio o dever de testemunhar reconhecimento a alguns amigos e às Prefeituras de Mamanguape, Campina Grande e Teixeira e à Subprefeitura de Cabedelo.

Confesso: não fôsse a gentileza, a boa vontade, o préstimo do diretor e dos funcionários do Departamento de Estatística do Estado, não teria este trabalho chegado a termo. Mas o Departamento referido, é repartição nova, faltando-lhe recursos para conseguir seu completo aparelhamento, o que não lhe impede, à força de inteligência e atividade, ir avolumando suas coleções, seus fichários, seus quadros estatísticos. Ali não se encontra opulência, mas um pequeno tesouro de preciosidade, circundadas pelo critério, e indispensável a quem quer que deseje conhecer a Paraíba.

Nesta segunda edição do Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba, nada acrescentarei. Seja-me permitido repetir: "perfeito ou imperfeito, aqui está o livro, para o qual não peço indulgência; reclamo, apenas, justiça, não só porque há um esforço a medir-se, como porque, em matéria de estudos, não se deve transigir com o erro."

João Pessoa, fevereiro de 1944.

CORIOLANO DE MEDEIROS.

NOTA PREAMBULAR

Este livro recebeu o pomposo título — “Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba” — quando somente lhe cabia o de *Apontamentos*; mas a expressão tem sido tão usada pelos conterrâneos que, repeti-la, seria cacoete. Se o presente volume não é um dicionário corográfico, para o que lhe faltou o cunho científico, é o primeiro abecedário geográfico da Paraíba. Novidades não contém, mesmo porque em história ou geografia não podem haver criações. Na fatura do livro não segui ninguém e nem era preciso para que ele se parecesse com esta ou aquela publicação. Procurei, com auxílio dos componentes, apontar os vocábulo de origem tupi, fato que muito interessa a lingüística, lastimando porém que a minha inópia não permitisse a restauração de muitos termos, em excesso, corrompidos.

Parte dêste livro baseia-se em recordações de viagens que realizei quando tive a meu cargo afazeres comerciais que me proporcionaram a ventura de conhecer quase dois terços do meu Estado. O que me negou a memória, me forneceram os autores e os amigos, embora a maioria dêstes não se dignassem de atender às minhas solicitações. Assim não causará estranheza se se observarem lacunas e deficiência. O meu intuito, o meu esforço, porém, tenderam a fazer coisa mais proveitosa, e se não consegui, foi porque na minha pobre terra tudo está em início.

Geograficamente, o Estado da Paraíba, continua ignorado. Desde 1858, isto é, depois dos geógrafos prussianos Carlos Blesse e David Polemann, cujos trabalhos cartográficos e geodésicos mãos criminosas desviaram da Secretaria do Governo, somente agora a comissão federal de serviço contra a seca principiou uma série de estudos que, ultimados e reunidos, darão idéia mais completa do Estado.

Era vontade minha anexar duas cartas: uma referente à topografia e outra sobre os municípios discriminando as zonas agrícolas e pastoris. A primeira julguei impraticável pela ausência de trabalhos preliminares criteriosos, pela dubiedade das linhas divisórias entre os Estados limítrofes; abandonei também a segunda porque as divisas

XII

dos municípios são tão imaginárias e confusas quanto as do próprio Estado.

Mas, perfeito ou imperfeito, lacunoso ou completo, aqui está o livro para o qual não peço indulgência; reclamo apenas justiça; não só porque há um esforço a medir-se, como porque em matéria de estudos não se deve transigir com o erro. A Paraíba é um Estado que progride; nestes quinze anos muito terá caminhado. Se a proposição não falhar, uma segunda edição se impõe a esta obra e então poderá ser melhorada ou inteiramente refundida por mim, ou por quem, de futuro, venha a interessar-se pelo assunto.

Apraz-me citar de quem hauri grande cabedal para a confecção dêste livro: Irineu Joffily, *Notas para história da Paraíba e Synopsis das Sesmarias*; Irineu Pinto, *Datas e Notas para história da Paraíba*; João de Lyra Tavares, *A Paraíba, Apontamentos para história territorial da Paraíba e Almanaque da Paraíba* dos anos 1910 e 1911; Celso Mariz, *Através do Sertão*; Dr. Maximiano Machado, *A Paraíba e o atlas do Sr. Cândido Mendes e História da província da Paraíba*; cônego Francisco Severiano, *A Diocese da Paraíba*; Vital de Oliveira, *Roteiro da Costa do Brasil*. Utilizei-me dos trabalhos do erudito Dr. Alfredo de Carvalho, de frei Vicente Salvador, de Elias Herkman, de d. Loreto Couto, do padre Montoia, da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, das coleções de Leis e Almanques da Paraíba, e dos relatórios dos presidentes da Paraíba. Preciosas foram as informações enviadas: pelo professor Luís Aprígio de Amorim, sobre Mamanguape; dr. Faustino Cavalcanti, sobre Cabeceiras; professor Francisco Elvídio Pires da Nóbrega, sobre Soledade; dr. Álvaro de Carvalho, sobre Bananeiras; capitão Miguel Pedro da Silva, sobre Caiçara; Celso Mariz, sobre Taperoá; dr. José Ferreira de Novais, sobre Picuí e Bananeiras; dr. Antônio Xavier de Farias, referentes a Teixeira e Santa Luzia; dr. Herculano de Figueiredo, sobre Serraria; coronel Pedro Bezerra da Silveira Leal, coronel Miguel Satiro, padre Fileto Pires, dr. Rodrigo Pereira, professor Francisco de Sousa Rangel, coronel João Leite Ferreira, dr. Felizardo Toscano de Brito, coronel José Vicente de Oliveira e acadêmico José Pereira de Lima, sobre Alagoa do Monteiro, Patos, Itabaiana, Pedras de Fogo, Ingá, Pombal, Piancó, Conceição, Sousa e Princesa.

Não sei que acolhimento dispensará o leitor a esta publicação, porém é meu desejo que onde ela chegar cheguem também os nomes

seguintes, a quem dedico este meu trabalho, na certeza de que não posso laborar outro de mais aprêço. Assim o dedico às memórias: de meu pai, Aquilino Coriolano de Medeiros; de meu padraсто, a quem tudo devo, Vitorino da Silva Coelho Maia; do meu padrinho Severiano Elísio de Sousa Gouveia e a dos saudosos amigos de infância, José Manuel dos Anjos, tenente José Miguel Pereira de Sousa, Randolpho Magalhães e Afonso Gouveia, tão cedo roubados às letras e engrandecimentos pátrios. Dentre os íntimos amigos destaco os nomes: do venerando dr. João Américo de Carvalho, coronel Antônio Pereira Peixoto, cônego Abdon Odilon Melibeu Lima e José de Sousa Rangel. Têm menção especial os dignos consócios do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, pedindo vênia para salientar: o exm.^o dr. João Pereira de Castro Pinto, o espírito mais lúcido, a mentalidade mais vigorosa e uma das consciências mais puras da minha terra; dr. José Rodrigues de Carvalho, prodigiosa capacidade para o trabalho e literato de valor; dr. Flávio Maroja, médico distinto, caráter sem jaça e amigo sincero; o exm.^o dr. Manuel Tavares Cavalcânti, ilustrado e criterioso; e Irineu Ferreira Pinto, o exemplo da perseverança e da lealdade, trabalhador infatigável e figura máxima da corporação a que pertence. Dentre as amizades adquiridas na imprensa, aponto o nome respeitável do major Artur Aquiles dos Santos, o maior polemista da imprensa paraibana até hoje, em tórno de quem estiveram as belas inteligências de amigos como Teodomiro Ferreira Neves Júnior, Francisco Joaquim Pereira Barroso, Abel da Silva, Eduardo Pinto, Eduardo Seixas, Américo Falcão, Benjamim Lins, Inácio Toscano, Dias Paredes, Santos Neto, Álvaro Carvalho, Francisco Falcão, Esperidião Medeiros, Oscar Soares, Celso Mariz, Romeu Mariz, Ascendino Cunha, Nicolau di Belli e Clemente Rosas. Inscrevo também o nome amigo do venerando publicista José Joaquim de Abreu e não esqueço o meu digno mestre dr. Tomás de Aquino Mindello, cujas eloquentes e sábias lições me despertaram algum interêsse pela Geografia. Dentre os políticos, saliento o exm.^o monsenhor Walfredo Leal a quem, como homem público e particular, é pequeno qualquer elogio. Não olvido o dr. João Lopes Machado que, como presidente da Paraíba, além de outros melhoramentos, está incentivando as letras e as artes de sua terra natal. Findo juntando o nome de minha mulher Eulina de Medeiros, e o de minha mãe Joana Maria da Conceição.

JOÃO RODRIGUES CORIOLANO DE MEDEIROS

DICIONÁRIO COROGRÁFICO DO ESTADO DA PARAÍBA

A

Aba — Serra contraforte da Borborema, a leste do município de Patos, limitando-o com o de Sabujá. É também conhecida pelo nome de Pinharas.

— Serra do município de Pombal.

Abiá (Voc. ind., contração de *i-obin-abiá*: rio verde de mau cheiro) — Rio ao sul do município da Capital, lançando-se no Atlântico, segundo Vital de Oliveira, aos 7°-21'-21" de lat. S. e 8°-20'-29" long. E. do Rio de Janeiro. Nasce no distrito de Pedras de Fogo com o nome Popoca ou Ipopoca; banha o distrito de Alhandra e, pouco abaixo da vila, recebe o Cupigura, tendo daí em diante o nome Abiá. Os seus tributários da margem esquerda são: os riachos Ambuá, Garapu, Jundiá, Pacas e Sumaúna; na margem direita despejam os riachos Acapê, Camaçari, Juquarema e Tamataúba, todos permanentes. Tem, aproximadamente, 50 quilômetros de curso e corre de O. a E. Por pequenos barcos é navegável 20 quilômetros acima de sua foz. A barra é má, devido à arrebentação das vagas e por estar quase obstruída pelos bancos de areia. Quando a Paraíba se desligou da capitania de Itamaracá, serviu este rio de limite sul com a referida capitania. O rio é muito piscoso. Saint-Hilaire o considerou lago, opinião que se justifica, pois suas nascentes, ao S., são extensas e paludosas lagoas.

— Povoação de pequena importância à margem do rio precedente, 45 quilômetros ao S. da Capital, a cujo município pertence, estando incluída no

distrito de Pitimbu. Arrola uns 300 habitantes, que se entregam à cultura de mandioca, batatas e cereais. Está no centro de uma região de boas matas, que produzem madeiras de construção e marcenaria.

Abiaí — Nome moderno dado à propriedade Abiá, quando o seu dono, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, foi, pelo governo monárquico, distinguido com o título de barão.

Aburá (Voc. ind. formado de *abu-rá*: respiração franca) — Povoação do município de Taboiana, elevada à vila pelo Decreto-lei n.º 1 164 de 15 de novembro de 1938. O Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, substituiu-lhe o antigo nome Salgado, pelo atual. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 215 prédios urbanos, 77 suburbanos, 2 037 rurais e a população: urbana, 803 habitantes; suburbana, 259; rural, 9 490. A vila se localiza à margem direita do rio Paraíba; conta agência de correio, uma capela e realiza feira semanal. Nela funciona duas aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 114 alunos, obtendo 86 de frequência média.

Acais — Lugarejo do município da Capital, à margem da rodovia João Pessoa-Recife. Conta uma capela e uma aula pública mista. Esta, em 1942, matriculou 28 alunos, tendo igual número de frequência média.

Acajutibiró — V. *Baía da Traição*. (Voc. ind.: *a-caiú-tibiró*: cajual desfeito).

Acaú (Voc. ind., *acá-ú*: rio torrenoso) — Povoado do distrito de Pitimbu.

ACAUA

bu, município da Capital. Conta uns 300 habitantes, pescadores e agricultores. É servida por uma aula pública mista que matriculou, em 1942, para uma frequência média de 69, 102 alunos.

— Povoação do município de Pilar, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Tinha o nome de Canafístula, trocado pelo atual por força do Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 55 alunos, tendo a frequência média de 27. O Recenseamento de 1940 encontrou 105 prédios urbanos, 10 suburbanos, 1811 rurais e a população: urbana, 405 habitantes; suburbana, 39; rural, 8 267.

Acauã (Voc. ind. onomatopéico; designa bela espécie de falcão destruidor de ofídios) — Rio que se origina na serra da Carneira, na fazenda Coto-vêlo, tendo este nome; recebe os riachos Cachoeirinha, Cumaru, Casa de Pedra, Cavalo Morto, Damião, Malhada de Dentro, Pedro, Provedor e Tanque. Atravessa o município de Picui, banhando a cidade deste nome, a qual lhe fica à margem esquerda, entra no Estado do Rio Grande do Norte e deságua no Seridó. É considerado o Nilo da região. Apesar de não ser perene, as terras que banha durante o período de enchentes, são de extraordinária fertilidade. Oficialmente tem o nome de Picui.

Açude de Pedra — Local do município de Campina Grande onde, em cavernas e caldeirões, se têm encontrado restos de animais antediluvianos.

Açude do Mato — Lugarejo do município de Sapé. Tem escola primária mista que, em 1942, matriculou 41 alunos, obtendo a frequência média de 21.

Agon, Ogon ou Hiagon (Voc. ind., corrut. de *iaquã*: ligeiro) — Riacho que banha a cidade de Catolé do Rocha. Nasce ao N. desta localidade no poço

Coiacu, sobre a serra Branca. Foi perene, mas a devastação do arvoredado que o ensombrava o tornou periódico; somente na estação chuvosa conserva regular curso d'água.

Agreste — Região no planalto da Borborema na transição da zona do Brejo para a do Cariri. Caracteriza-se pela escassez de vegetação e pelo solo arenoso apropriado às plantas de raízes tuberculosas, especialmente a batatinha.

Água Branca — Serra muito agrícola do município de Catolé do Rocha.

— Vila do município de Princesa Isabel. (V. *Imoroti*.)

Água Doce — (V. *Juarez Távora*.)

Aguapaba — Povoado do município de Umbuzeiro. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 45 alunos, sendo de 28, a frequência média.

Aguiar — Rio ao S. E. do município de Piancó, desaguardo à margem esquerda do rio deste nome. Nasce no município de Misericórdia, tendo sua foz cinco quilômetros abaixo do boqueirão de Coremas. No seu curso de S. O. a N. O. corta a serra de Santa Catarina, formando o boqueirão da Mãe-d'água. Rega terrenos férteis e o seu leito é rico em minérios de valor.

— Vila, outrora São Francisco do Aguiar. Pertence ao município de Piancó. É próspera e centro de distrito muito agrícola, realizando aos sábados uma feira bem concorrida, contando uma capela, agência de correio e uma aula pública que teve 53 matriculados em 1942 e uma frequência média de 38. Na região existem várias instalações para beneficiar algodão e alguns engenhos para o fabrico de rapaduras. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 167 prédios urbanos, 11 suburbanos; 1 161 rurais e a população: urbana, 482 habitantes; suburbana, 59; rural, 5 982.

Alagoa do Monteiro — (V. *Monteiro*.)

Alagoa do Paó — Nome dado, antigamente, à atual cidade de Alagoa Grande, recebido da lagoa que lhe fica adjacente, ao S. Esta conserva água durante todo o estio e, na estação das chuvas estende-se o lençol d'água por mais de três quilômetros, com a largura aproximada de uns duzentos metros. Os indígenas chamavam *paó* ao terreno, segundo se depreende da etimologia: *paú*, nesga; *ó*, subindo. Realmente: é em declive o local, formando um quase istmo: à esquerda o rio Mamanguape. à direita, a lagoa que, às vèzes, represa pela fralda da colina, a O. tornando-se tributária da margem direita do rio mencionado.

Alagoa Grande — Municipio central do Estado, ocupando na caatinga e nas fraldas orientais da Borborema, uma área territorial de 900 quilômetros quadrados, contendo, segundo o Recenseamento de 1940, nas zonas urbanas, 1 165 prédios; nas suburbanas, 327; nas rurais, 4 563 e a população: urbana, 3 561 habitantes; suburbana, 1 210; rural, 18 781, ou seja o total de 23 552 habitantes. *Açudes* — O municipio conta dezenas de açudes de pequena capacidade. *Administração* — Cabe a administração do municipio a um prefeito, nomeado pelo Interventor Federal, auxiliado por 16 funcionários permanentes. Sendo comarca de segunda entrância, cabe a distribuição da Justiça local a um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar. Da ordem pública se incumbem: um delegado, na cidade, subdelegados nas vilas, escolhidos, de ordinário, entre oficiais e inferiores da Força Pública. *Agricultura* — Possui o municipio ótimos terrenos para a cultura da cana-de-açúcar, de algodão, de cereais, sobrando-lhe trechos de caatinga onde se faz a criação de gado. *Aspecto físico* — A circunscrição é muito acidentada a O., nas encostas da serra ou do Brejo; a L., na Caatinga, os terrenos são mais planos. *Comércio* — Mantém Alagoa Grande animado co-

mércio, não obstante ter perdido um tanto de sua importância, com o prolongamento da ferrovia até Bananeiras. Exporta rapaduras, açúcar, algodão, cereais, aguardente e peles de cabra. Suas transações são realizadas com as praças de Campina Grande, João Pessoa, Recife e outras do sul do país, importando fazendas, miudezas, ferragens, gêneros de estiva, etc. *Clima* — O municipio é quente e úmido, contando largo trecho não sujeito ao flagelo da seca. A temperatura, no estio, pode subir a 32.º C. à sombra e baixar a 20º na época das chuvas. De ordinário, o estado sanitário é bom. *Demografia* — Durante o ano de 1942, registraram-se em Alagoa Grande 460 nascimentos, 66 casamentos, 514 óbitos, sendo: natimortos, 23; óbitos de 0 a 1 ano 247. O Posto Higiénico, registrou: Profilaxia — Pessoas atendidas pela primeira vez: helmintoses, 429; paludismo, 416; bouba, 223; sífilis, 311; gonorréia, 39; cancro mole, 6; tracoma, 8; disenteria, 15; outras doenças, 177. Vacinações antivariólicas 1 765; antitíficas, 1 302; outras, 253. *Etnografia* — A população do municipio teve sua origem no entrelaçamento do português, do índio e do africano, predominando o segundo elemento sobre os outros. *Fauna e flora* — A fauna apresenta variedades em voláteis, insetos, reptis, batráquios, animais de pequeno porte, como veados, gatos bravos, raposas, tatus, preás, etc. A flora se representa por uns restos de matas devastadas, plantas medicinais, gramíneas, etc. *História* — Formou-se o municipio com os terrenos chamados Sertão do Paó pelos primitivos colonos, indicando as sesmarias que, entre os anos de 1620 e 1624, se situara ali as primeiras fazendas de criação. Entre os primeiros povoadores, citam-se Domingos da Rocha, que possuiu uma data de terras à margem da Lagoa do Paó e o Alferes Isidoro Pereira Jardim, que obteve sesmaria em 1757. A estes e aos seus descendentes, deve Alagoa Grande

sua existência. A princípio pertenceu à jurisdição de Mamanguape e, depois de 9 de julho de 1847, à de Areia. A Lei n.º 129, de 21 de outubro de 1864, criou a Vila, instalada a 26 de junho do ano seguinte. As Leis ns. 550 e 551, de 5 de setembro de 1874, elevaram-na a comarca e, finalmente, a de 27 de março de 1908 deu-lhe os foros de cidade. *Indústria agrícola e pastoril* — A agrícola é a principal fonte de economia do município, contando centenas de propriedades, vários maquinismos para beneficiamento do algodão, engenhocas para o fabrico de rapaduras, uma usina para açúcar. Em 1941 produziu o município 56 654 l de aguardente, 560 000 kg de algodão em pluma, 360 000 kg de açúcar, 18 000 kg de rapaduras, 360 000 sacos de farinha de mandioca, tendo cada um 60 kg. Os seus rebanhos, no referido ano, somaram 6 300 bovinos, 7 000 caprinos, 4 000 suínos. *Instrução* — Conta o município escolas públicas e particulares para o ensino primário e uma escola normal para o sexo feminino, reconhecida pelo Estado, a cargo de religiosas. Em 1942, as escolas primárias, inclusive um grupo escolar, matricularam 1 556 alunos, tendo a média de frequência de 972. Consta a docência de 45 professores, funcionando em 23 aulas. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164 de 15 de novembro de 1938, e 520 de 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites para Alagoa Grande: — *Com Alagoa Nova*, começando no marco n.º 1, localizado no divisor de águas da serra da Caiana, onde se estremam os municípios de Alagoa Nova e Campina Grande, segue em linha reta até encontrar o marco n.º 2, à margem direita do rio Mamanguape, na propriedade Sapé; desce pelo referido rio até à foz do rio Uruçu, deixa aquêle, sobe por êste rio até encontrar o marco n.º 3, colocado à margem direita do mesmo; daí sobe, em linha reta, pela vertente da serra do Estreito, até alcançar o marco n.º 4, no divisor de águas

da mesma serra, onde se estremam os municípios de Alagoa Nova e Areia. *Com Areia*, começando no marco n.º 4, situado no divisor de águas da serra do Estreito, onde se estremam os municípios de Alagoa Nova e Areia; segue pelo divisor de águas desta serra até o marco n.º 5, à margem do caminho de tropa Serra Grande, no lugar Carro, prossegue pelo caminho de tropa do Buraco até a interseção dêste com o caminho de tropa dos Corretores, na propriedade Buraco de Cima, que fica dividida para os dois municípios; daí, prossegue pelo caminho dos Corretores até o seu encontro com o caminho de tropa do Grotão, na Chã de Sapucaia; dêste ponto, prossegue pelo caminho do Grotão até encontrar o caminho de tropa de Pindoba; deixa o caminho do Grotão e prossegue por êle, até encontrar o caminho de tropa de Tauá, e prossegue por êste até alcançar o marco n.º 6, no divisor de águas da serra dos Bois, no lugar Tauá, onde se estremam os municípios de Areia e Guarabira. *Com Guarabira*, começando no marco n.º 6, colocado no divisor de águas da serra dos Bois, no lugar Tauá, segue pelo caminho de tropa que vai para Monte Alegre, até alcançar o marco n.º 12, na interseção com a estrada de rodagem Alagoa Grande-Tauatuba; deixa aquêle, segue por esta até o marco n.º 7, na Lagoa de Canafistula; prossegue pelo caminho de tropa que corta a serra do Sapo, até atingir o marco n.º 8, à margem do riacho Tanques, no lugar do mesmo nome; dêste marco, segue por uma linha reta até encontrar o marco n.º 9, na Lagoa do Padre, à margem do caminho de tropa do Gomes; prossegue por êste, atravessa o rio Mamanguape e a ferrovia da Great Western, onde encontra a estrada carroçável que vai de Alagoa Grande a Camarazal; deixa aquêle caminho, segue por esta estrada até o marco n.º 10, na Lagoa dos Turcos; dêste marco, segue em linha reta para o marco n.º 11, na Lagoa do Russo, de

onde, ainda por outra linha reta, segue para o marco n.º 12, na Lagoa Nova; daí prossegue até alcançar o marco n.º 1 (de Pilar), na barragem do açude particular Lagoa Nova, na propriedade do mesmo nome, onde estremam os municípios de Guarabira e Pilar. *Com Pilar*, começando no marco n.º 1 (de Pilar), na barragem do açude particular Lagoa Nova, na propriedade do mesmo nome, segue em linha reta até o marco n.º 13, situado entre as propriedades Lagoa Nova e Sítio Novo; deste ponto segue pela estrada carroçável da propriedade Lagoa Nova até encontrar o caminho carroçável de Pedra Furada; prossegue por este até o marco n.º 14, do Poço de Pedra, à margem do caminho carroçável Guirinhêzinho do Deserto a Camucá; deixa aquêle, segue por este até cortar o riacho do açude do Gomes; sobe por este riacho até alcançar o marco n.º 15, na barragem do mesmo açude; daí, prossegue, pela estrada carroçável de Alagoa Grande a Camucá até atingir o marco n.º 16, à margem do riacho Catucá; sobe pelo referido riacho até encontrar o marco n.º 17, entre as propriedades Quirino e Capitulino, na serra do Quirino; deste ponto, segue em linha reta até alcançar a foz do riacho Verde ou Manipeba, no rio Gurinhém ou Cantagalo, onde se estremam os municípios de Pilar e Tabaiana. *Com Tabaiana*, começando na foz do riacho Verde ou Manipeba, no rio Gurinhém ou Cantagalo sobe por este até encontrar a foz do riacho Caldeirão, Pedra-d'Água ou Matão, onde se estremam os municípios de Tabaiana e Ingá. *Com Ingá*, começando na foz do riacho Pedra-d'Água, Caldeirão ou Matão, no rio Gurinhém ou Cantagalo, sobe por este até alcançar a foz do córrego Várzea do Bode; deixa aquêle, sobe por este até a sua nascente, na Serra do Cambuté; prossegue pelo divisor de águas desta serra e depois pelo divisor do seu contraforte principal até encontrar o marco n.º 18; daí, segue em linha reta até o pico da Pedra-Mouca; ainda por

outra linha reta, prossegue até alcançar o marco n.º 19, à margem do rio Cantagalo ou Gurinhém; sobe por este rio até a foz do córrego Açude do Banco; deixa o rio, sobe por este córrego até a sua nascente e, por uma linha reta, corta o divisor de águas e alcança na vertente oposta o marco n.º 20, à margem direita do Riachão; sobe por este rio até o marco n.º 21, colocado a sua margem, no lugar Escuta; finalmente, prossegue por uma linha reta até alcançar o marco n.º 22, no divisor de águas da serra do Jucá, onde se estremam os municípios de Campina-Grande e Ingá. *Com Campina Grande*, começando no marco n.º 22, no divisor de águas da Serra do Jucá, onde se estremam os municípios Campina Grande e Ingá, prossegue pela linha de cumeada desta serra, corta o rio Marés, no lugar Cigano, sobe pela serra da Imbira até alcançar o marco n.º 23, desce pela vertente oposta onde atravessa o riacho Caiana; galga a serra do mesmo nome e prossegue pelo seu divisor de águas até alcançar o marco n.º 24, no ponto onde se estremam os municípios de Alagoa Nova e Campina Grande.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da sede com Juarez Távora

Começando no marco n.º 20, à margem direita do Riachão, nos limites intermunicipais com Ingá: segue em linha reta até alcançar o marco n.º 24, localizado à margem do caminho carroçável Alagoa Grande a Camucá; prossegue por ele até encontrar o marco n.º 17, na serra do Quirino, nos limites intermunicipais com Pilar. *Meio social* — Apresenta Alagoa Grande uma sociedade que se distingue por sua educação, especialmente a que se encontra na sede do município. Vários de seus filhos têm influído na administração do estado. *Necessidades locais* — A maior de todas, é o serviço de esgoto e abastecimento d'água à cidade,

cujos estudos preliminares se acham criteriosamente feitos, desde o ano de 1936, pelo engenheiro Lemos Neto. *Hidrografia* — Os principais rios são o Gregório, o Mundaú e o Urugu, tributários da margem esquerda do Mamanguape que atravessa o município de O. a N.E., tendo ainda o Zumbi, afluente da margem direita. No município nasce o Gurinhêzinho, afluente do Gurinhém, tributário do Paraíba. Das lagoas, a mais importante, é a do Paó, seguindo-se Avenca, Engenhoca, Serra Verde e Tamatá. *Povoações* — Alagoa Nova, Barriguda, Canafistula, Entre-Rios, Espalhada, Pimentel e Usina Tanques. *Religião* — Na quase totalidade, são católicos apostólicos romanos, os habitantes do município de Alagoa Grande, constituindo este uma só paróquia de N. S.^a da Boa Viagem, fundada, aos esforços do carmelita, Frei Alberto de Santa Augusta Cabral, por Lei provincial n.º 38, de 1 de outubro de 1861. Além da igreja-matriz, templo bem construído e amplo, tem a freguesia capelas filiais na vila e nas povoações. *Rendas públicas* — Para o exercício de 1942, orçou o município sua receita em Cr\$ 130 000,00; arrecadou Cr\$ 115 462,50; fixou a despesa de Cr\$ 140 000,00 e efetuou a de Cr\$ 113 145,80. Em igual período, a Coletoria Federal teve a receita de Cr\$ 62 147,20. Em 1941, a Coletoria Estadual teve a renda de 226:436\$800 e a despesa de 181:761\$400. *Repartições públicas* — Agência Postal-Telegráfica, Prefeitura Municipal, o Fórum, Coletorias Federal e Estadual, Matadouro, Mercado, Estação Ferroviária, Grupo Escolar, Caixa de Crédito Agrícola. *Sede* — A sede é a cidade de Alagoa Grande, a 129 metros de altitude, distando 99 quilômetros a O. da capital. Está situada em terreno escasso e irregular. Ao S. lhe fica a lagoa; ao N. o rio Mamanguape e a O. elevada colina. Entretanto é agradável o aspecto da cidade, devido a sua regular edificação, às suas ruas calçadas. Conta um Passeio público, um teatro, dez escolas públicas

primárias, colégios particulares, sociedades literária, artística, esportivas e religiosas, iluminação elétrica, um Pôsto de Higiene do estado, e um Serviço de remoção de lixo. E ponto de comércio animado e realiza aos sábados feira muito abundante e concorrida. *Vias de comunicação* — Servidos por um ramal de estrada de ferro e serviço de auto-ônibus, a cidade e o município se comunicam facilmente com as praças de João Pessoa, Campina Grande, Recife, Natal. Várias estradas de rodagem estabelecem ligação de Alagoa Grande com os demais municípios do estado. Segundo o recenseamento de 1940, o distrito da sede de Alagoa Grande, conta 1 045 prédios urbanos, 291 suburbanos, 4 182 rurais e a população: urbana, 3 092 habitantes; suburbana, 1 071; rural, 16 766.

Alagoa Nova — Município central do estado, ocupando a área territorial de 294 quilômetros quadrados. Sua população, segundo o Recenseamento de 1940, soma 27 506 habitantes, assim distribuídos: Zonas urbanas, 2 326 habitantes; suburbanas, 1 331; rurais, 23 939, acomodados em 651 prédios urbanos, 302 suburbanos e 5 003 rurais. *Administração* — Politicamente é o município dirigido por um prefeito, de nomeação do interventor federal, auxiliado por 21 funcionários permanentes. Sendo comarca de primeira entrância, um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar, se encarregam dos interesses da Justiça local. Um delegado de Polícia, na cidade, subdelegados, nas vilas, nomeados, o primeiro pelo interventor, os outros pelo Secretário da Justiça e Interior, têm a seu cargo a segurança pública. *Agricultura* — A vida econômica do município, funda-se na sua agricultura, à parte pequena região destinada à pecuária. Produz o município, mandioca, cana-de-açúcar, cereais, fumo, etc. *Aspecto físico* — Situado sobre a Borborema, é o seu território, em maior parte, montanhoso, exceto uma

parte que assenta no planalto. As suas serras principais são: Beatriz, Boa Vista, Cascavel, Grande, Juá e Uruçu. Bem volumosa é a cifra comercial exercitada por 101 bons estabelecimentos que mantêm relações com as praças de João Pessoa e Campina Grande e vários municípios do estado. *Clima* — O município não experimenta longas estiagens; é quente e úmido, mesmo no período das chuvas. É mais agradável no verão que se prolonga de setembro a fevereiro. A temperatura fica entre 18° e 32°C à sombra, sem mudanças bruscas. É geralmente salubre. As classes pobres são assoladas, às vezes, pelo paludismo e pela boubá. *Demografia* — Em 1941 registraram-se no município 434 nascimentos, 80 casamentos e 610 óbitos. A delinqüência constou de 91 contravenções e 22 crimes, nenhum de homicídio. *Distritos* — Conta os distritos de Paz e Policial da sede, de Aldeia Velha e Caamirim. *Etnografia* — A população de Alagoia Nova, formou-se de colonos portugueses e brasileiros, de remanescentes de potiguares e cariris, aos quais se juntou apreciável contingente de africanos. *Fauna e flora* — A fauna apresenta variedades em voláteis e insetos. As matas foram totalmente devastadas, existindo raros capoeirões. Devido ao plantio do café, formaram-se no município extensos pomares de laranjeiras, cajueiros, jaqueiras, mangueiras, etc. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Enumera o município, inclusive uma dezena de fazendas pastoris, 1 048 propriedades territoriais, sendo as mais importantes: Alagoinha, Aldeia Velha, Alta, Assis, Bacupari, Barra, Beatriz, Boa Vista, Bonito, Buraco-d'Água, Capim-Açu, Cardoso, Cascavel, Cruz, Cuité, Engenho Novo, Geraldo, Guaribas, Jenipapo, Honorato, Horta, Juá, Ladeira da Bela, Lama, Macacos, Mazagão, Monte Alegre, Nova Horta, Olho-d'Água, Ourique, Palmeira, Paquevira, Pau-d'Arco, Pedra-d'Água, Poço, Preguiçoso, Riachão, Riacho Amareló, Salgado, Santo Antônio, Sapé, Si-

tio Novo, São José, São Miguel, São Pedro, Serra Preta, São Severino, São Tomé, Tanques, Titara, Uruçu e Viração. O arrolamento de seus rebanhos, em 1941, encontrou: 5 490 bovinos, 2 500 eqüinos, 4 960 asininos, 2 000 muares, 5 060 caprinos, 9 640 suínos e 30 000 aves. *Hidrografia* — Dois rios principais cortam o município: o Mamanguape que ao S. serve de limites entre Alagoia Nova e Campina Grande, e o Riachão, nos limites com o município de Areia. Há vários córregos e riachos que despejam nos dois mencionados rios e ao pé da cidade se encontra uma lagoa que originou o nome do município. Têm importância os riachos perenes Uruçu, Queira-Deus e Caixão. *História* — Não se descobriu a data da fundação da cidade. Os arquivos desta foram destruídos, incendiados pelos "Quebra-Quilos", em 1874. Das sesmarias deduz-se que em 1717, Francisco Falcão, Marçal de Miranda e Simão Ferreira da Silva requereram nove léguas de terras, "correndo pela serra Lagoa Nova". Desta sesmaria, parece, derivou o atual município, que, no seu começo, pertenceu à jurisdição de Mamanguape, dêste se desligando desde 1850. Como termo judiciário, ora pertencia a Campina Grande, ora a Areia, segundo o sabor partidário, que muito concorreu para o estacionamento da circunscrição e, particularmente, da cidade. Esta categoria teve, por Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, confirmado pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. *Indústria* — Nenhuma outra indústria, além das decorrentes de seu labor agrícola: 39 engenhos, 20 a vapor, para o fabrico de rapaduras e destilação de aguardente; 405 aviamentos para farinha de mandioca. Em 1941 constou sua exportação de 138 908 l. de aguardente, 11 277 sacos, de 60 quilogramas cada um, de farinha de mandioca, 270 000 kg de fumo em corda, 30 000 kg de polvilho e 880 505 kg de rapaduras. *Instrução pública* — No município há somente a instrução pú-

blica primária, disseminada por 20 escolas, inclusive um grupo escolar, dirigidas por 25 professores. A matrícula nesses estabelecimentos, em 1942, somou 1 140 alunos, resultando 707 de frequência média. Para auxiliar as despesas com o ensino público primário, concorreu o município com a cota de Cr\$ 8 800,00. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente, de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, lhe determina os seguintes limites: — *Com Campina Grande*, começando no marco n.º 24 (de Alagoa Grande), situado no divisor de águas da serra da Caiana, onde se estremam os municípios de Campina Grande e Alagoa Grande, prossegue pelo divisor de águas da referida serra, até a nascente do riacho Cafundó ou Cajueiro; desce por êle até a sua foz, no rio Mamanguape e sobe pelo referido rio até o ponto onde é cortado pelo caminho carroçável do Figueiredo a Aldeia Velha; prossegue, daí, pelo mencionado caminho, até encontrar o marco n.º 1, colocado na Lagoa de Roça à margem da estrada carroçável dos Pereiros a Furnas; dêste marco, continua pela referida estrada até alcançar o marco n.º 3, situado na lagoa de Marcela, à margem do caminho carroçável de Aldeia Velha e Arius. *Com Esperança*, começando no marco n.º 3, situado na lagoa da Marcela, à margem do caminho carroçável de Aldeia Velha a Arius, onde se estremam os municípios de Campina Grande e Esperança, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada; prossegue por ela até a nascente do riacho Amarelo; desce por êste riacho, que toma em seguida o nome de Riachão, até a sua confluência com o riacho do Boi, no lugar conhecido por Barra do Riachão, onde se estremam os municípios de Esperança e Areia. *Com Areia*, começando na foz do riacho do Boi, no Riachão, desce por êste até a propriedade São Severino, no lugar onde a rodagem de Alagoa Nova à cidade de Areia, cruza o referido Riachão; daí, parte em linha

reta pelo divisor de águas da serra da Macaiba até o marco n.º 4, situado na linha de cumeada da serra do Estreito onde se estremam os municípios de Alagoa Grande e Areia. *Com Alagoa Grande*, começando no marco n.º 4 (de Alagoa Grande), situado no divisor de águas da serra do Estreito, desce em linha reta pela vertente, até alcançar o marco n.º 3 (de Alagoa Grande), colocado à margem esquerda do rio Uruçu; desce por êle até sua foz, no rio Mamanguape e daí sobe pelo Mamanguape até alcançar o marco n.º 2 (de Alagoa Grande), na propriedade Sapé; dêste marco, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 24 (de Alagoa Grande), situado na linha de cumeada da serra da Caiana.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Aldeia Velha, começando no ponto onde a estrada carroçável de Aldeia Velha-Esperança corta o riacho Amarelo, segue por êle até encontrar a estrada carroçável de Areal a Alagoa Nova, deixa aquela e segue por esta até encontrar a bifurcação das estradas Alagoa Nova-Campina Grande e Alagoa Nova-Esperança, no lugar Aldeia Velha.

Distrito de Aldeia Velha com Cajuru, começando do lugar Aldeia Velha, onde se bifurcam as estradas Alagoa Nova-Campina Grande e Alagoa Nova-Esperança, segue por aquela estrada até o marco n.º 4, na confrontação do açude Queira-Deus, prossegue pela estrada até o lugar Manguape, onde a referida estrada atravessa o rio Mamanguape, nos limites com Campina Grande.

Distrito da Sede com Cajuru, começando no marco n.º 4, na confrontação do açude Queira-Deus, à margem da estrada Alagoa Nova-Campina Grande, passa pelo referido açude e desce pelo riacho do mesmo nome até a sua foz no rio Mamanguape (no trecho que serve de limites intermunicipais entre Ala-

goa Nova e Alagoa Grande); daí, até o marco n.º 24, onde se limitam os municípios de Campina Grande e Alagoa Nova. *Necessidades locais* — O município conta apenas uma Caixa Agrícola; assim, para desenvolvimento de sua agricultura, mesmo de melhor aproveitamento de seus rebanhos, necessita de capitais. Precisa também de boas estradas internas e mesmo externas que lhe facilitem o intercâmbio de produtos. *Meio social* — Alagoa Nova já possuiu meio social adiantado, uma sociedade elegante, que atraía admiração. Circunstâncias várias fizeram-na estacionar, retroagir. Atualmente, há esforços para um ressurgimento. *Patrimônio municipal* — O patrimônio municipal em 1941, somava Cr\$ 117 862,70. *Povoações* — Além das vilas, contam vários povoados, sendo os principais: Alagoinha, Bonito, Caracol, Ourique, Paço, São Geraldo e Uruçu. *Quedas d'água* — Há no município três quedas d'água que, apesar do reduzido potencial, podem prestar valioso auxílio à indústria: a da Pitombeira, avaliada em 1 000 HP, formada pelo rio Mundaú, acionando o engenho Pitombeira; outra, formada pelo riacho Queira-Deus e a terceira, pelo riacho Caixão. *Religião* — O município constitui uma só freguesia de Santa Ana, criada por Lei Provincial de 22 de fevereiro de 1837. Além da igreja-matriz, de construção recente, conta as capelas filiais de São Sebastião em Caamirim e Aldeia Velha. *Rendas Públicas* — para o exercício de 1942, orçou o município a receita em Cr\$ 110 000,00; arrecadou Cr\$ 90 804,10; fixou a despesa de Cr\$ 110 000,00 e efetuou a de Cr\$ 89 252,60. Em igual exercício a Colêtoría Federal arrecadou Cr\$ 175 178,40. Em 1941, a Coletoria Estadual teve a receita de 164:635\$400 e despendeu 131:984\$900. *Repartições públicas* — Existem na sede: Agência Postal-Telegráfica, Coletorias Federal e Estadual, Prefeitura, Fórum, Casa de Mercado, Grupo Escolar, De-

tenção, Cartório do Registro Civil criado em 1888. *Sede* — A sede é a cidade de Alagoa Nova, situada em boa posição a 500 metros de altitude, distando 112 quilômetros da capital do estado. Tem regular edificação, um monumento comemorativo do Centenário da Independência Nacional. É iluminada a luz elétrica e possui serviço de remoção de lixo. No perímetro urbano existem uma avenida, onze travessas, quatro praças e nove ruas. O Recenseamento de 1940 arrolou-lhe 490 prédios urbanos, 134 suburbanos, 2 826 rurais e a população: urbana, 1 833 habitantes; suburbana, 582; rural, 12 763. *Vias de comunicação* — Por estradas carroçáveis se comunica o município com outros do interior e, por uma rodovia, com a estação ferroviária de Alagoa Grande, que lhe fica a 15 quilômetros. No estio, a sede é servida por uma linha de auto-ônibus Campina Grande a João Pessoa, distando 26 quilômetros daquela cidade. Para transportes de passageiros e mercadorias, há no município 6 automóveis, 2 motocicletas, 6 caminhões e 20 carros de bois.

— Vila do município de Princesa Isabel. (V. *Manáira*.)

— Lugarejo do município de Alagoa Grande, contando uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 41 alunos, tendo 28 de frequência média.

Alagoinha — Riacho perene do município de Serraria.

— Vila do município de Guarabira. (V. *Tauatuba*.)

Albino — Povoado do município de Sabujá, à margem do açude do mesmo nome, propriedade do agricultor e fazendeiro Jäder Medeiros, que o construiu em colaboração com a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, tendo a barragem a capacidade de 1 886 000 m³.

Aldeia Velha — Teve os nomes de Lagoa de Roça, São Sebastião, e o Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, deu-lhe o nome de Bultrins, ele-

vando-a a vila. O Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, deu-lhe a denominação atual. É promissora, tem uma capela, realiza boa feira semanal. Pertence ao município de Alagoa Nova, estando nos limites deste com o de Campina Grande. Tem aula pública mista. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 95 prédios urbanos, 82 suburbanos, 975 rurais e a população: urbana, 313 habitantes; suburbana, 343; rural, 4911.

Alcantil — Povoação do município de Cabaceiras, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938. Conta aula pública primária. Primitivamente se chamou Serra Bonita. Pelo Recenseamento de 1940, verificou-se ter a vila 37 prédios urbanos, 6 suburbanos, 906 rurais e a população: urbana, 129 habitantes; suburbana, 21; rural, 4871.

Algodão — Contraforte da Borborema, 45 quilômetros a N.O. da cidade de Areia. Ao S. desta serra, a prumo de elevado alcantil, abre-se uma caverna de entrada perfeitamente regular, bem iluminada e ao abrigo das intempéries. Apresenta, traçadas nas faces internas das rochas que a formam, caracteres indeléveis, e indecifráveis até agora, traçados a tinta de cor alaranjada. Aí se encontravam sepultados sob coberturas de areia finíssima, três camadas de esqueletos humanos denotando terem pertencido a um povo de elevada estatura. Assim escreveu o capitão João. Lopes Machado: "Um chapéu de oito pontos seria pequeno para uma caveira que tive entre as mãos; canelas e ossos da coxa, de mais de três palmos; cabelos com mais de vara de compridos". Não obstante a dificuldade do acesso, turmas de desocupados ignorantes visitavam a caverna e arrojavam pelos declives da serra, crânios e ossadas, esvaziando-se assim a singular necrópole.

Algoduais — Povoação pouco importante do município de Cabaceiras, 15 quilômetros a O. da cidade, nos limites

com o município de São João do Cariri. Conta uma capela dedicada a São Sebastião.

Alhandra — Outrora Aratagui ou Uru-tuauí. Vila pertencente ao município da capital, distando desta uns 40 quilômetros. Está à margem esquerda do rio Alhandra ou Popoca; é cortada pela rodovia João Pessoa-Recife. Foi próspera decaindo depois para povoação. Pelo Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, voltou a sua antiga categoria. Conta duas escolas públicas primárias, tendo matriculado em 1942, para uma frequência média de 82, o total de 149 alunos. Tem uma igreja de boa construção, que foi sede de freguesia no tempo em que o distrito podia custear as despesas da freguesia de N. S.ª da Assunção. O distrito é muito agrícola; produz abundância de frutas, legumes e cereais. É habitado por gente, em grande parte rude e depauperada pelo paludismo. O estado em 1942 estabeleceu um Subposto de Higiene e o seu boletim relativo ao ano referido registrou: pessoas atendidas pela primeira vez, 5 799; curativos, 961; injeções, 592; medicação contra verminose, 2 128; medicação contra o paludismo, 2 804; vacinas antivaricólicas, 563. Segundo o Recenseamento de 1940, conta a vila 178 prédios urbanos, 132 suburbanos, 680 rurais e a população: urbana, 696 habitantes; suburbana, 458; rural, 3 044. Alhandra formou-se de uma missão de Tabajaras fundada por jesuítas, entre os anos de 1748 e 1749.

— Rio perene, conhecido por Popoca entre os indígenas. Nasce na Popoca de Pecados, perto de Marcação, distrito de Pedras de Fogo, contando por afluentes o Cupigura, o Saramago e o Tapirema. Banha a vila precedente e depois de receber o Cupigura, correndo sempre de O. para L., despeja no Abiá.

Angelim (Voc. ind.: nome de uma árvore) — Povoado do município de Sousa. Sua escola pública primária, em

1942, matriculou 63 alunos, tendo 30 de frequência média.

Angicos (Voc. ind.: nome de uma acácia) — Riacho de certa importância, do município de Monteiro, afluente do Paraíba.

Antas — Povoado do município de Umbuzeiro.

Antas Do Sono — Lugarejo do município de Sapé. Conta aula pública primária, que registrou 41 matriculados, em 1942, obtendo 20 de frequência média.

Antenor Navarro — Município a N. O. do Estado nos limites com o Ceará e Rio Grande do Norte. Sua área territorial é de 1 418 quilômetros quadrados e uma população, segundo o Recenseamento de 1940, de 28 999 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 2 724 habitantes; suburbanas, 733; rurais, 25 542, acomodados em 827 prédios urbanos, 167 suburbanos, 5 553 rurais. **Açudes** — Além da barragem de Pilões (V. *Pilões*) e de vários açudes de pequena capacidade, notam-se o Canaã, o Canadá, o Exu e o Quixaba. **Administração** — Politicamente, é dirigido por um prefeito, de livre escolha do interventor federal, auxiliado por 15 funcionários permanentes. Judicialmente, é comarca de primeira entrância, tendo um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar responsáveis pelos interesses da Justiça local. Delegado de Polícia e subdelegados, o primeiro, nomeado pelo Interventor, os outros, pelo Secretário do Interior, escolhidos entre oficiais e inferiores da Força Policial, têm a seu cargo a segurança pública. **Agricultura** — É o algodão a principal cultura do município, seguindo-se a de cereais: arroz, milho, feijão. Nas serras, nos lugares mais úmidos, faz-se o plantio da cana-de-açúcar, da mandioca. **Aspecto físico** — Excetuando-se partes ao N. e O., assenta o município em vastas planícies e tabuleiros levemente ondulados. **Comércio** — Bem

apreciável é o movimento comercial do município, que se abastece nas praças de Campina Grande, Patos, Cajazeiras, e Fortaleza, para onde exporta, especialmente, algodão. A sede conta 22 bons estabelecimentos comerciais, inclusive duas farmácias e dois hotéis. **Clima** — Está o município na zona das secas. É quente e seco, mas nos meses de abril a agosto suas noites são deliciosas, refrescadas pelas brisas que sopram das costas cearenses. É salubre, não obstante, devido ausência de cuidados na aquisição de água potável, durante o estio, aparecem casos de tifo. **Curiosidades** — A mais importante é a fonte termal. (V. *Brejo das Freiras*.) **Distritos** — A circunscrição se divide nos distritos Antenor Navarro, Uiraúna, e Brejo das Freiras. **Demografia** — Em 1941, verificaram-se no município 278 nascimentos, 76 casamentos e 782 óbitos. O movimento policial registrou 20 contravenções e 11 crimes, nenhum, porém, de homicídio. **Etnografia** — Os habitantes da região descendem de portugueses, de brasileiros, procedentes de Pernambuco, do Ceará, e dos índios da tribo Icós. Diminuta foi a percentagem do elemento negro. **Feiras** — Feiras abundantes se realizam: aos domingos, na sede, nas vilas e nas povoações de certo trato. **Fazendas agrícolas e pastoris** — São as principais: Cabaças, Ipueiras, onde, em 1824, se feriu renhida peleja entre as tropas legais e as da República do Equador; Belém, Nova Aroeira, Quixaba, Malta. Em 1941, tiveram os seus rebanhos o seguinte cômputo: bovinos, 14 133; eqüinos, 744; asininos, 10 008; muares, 980; lanígeros, 9 500; caprinos, 4 960; suínos, 1 360; aves, 45 000. **Fauna e flora** — Há variedades em pombos bravos, aves de rapina, trepadoras, pássaros cantores, ofídios, insetos e roedores. A flora se representa em gramíneas, restos de matas onde crescem o cedro, a aroeira, a arapicaca, o pau-d'arco, o cumaru, o angico. **Hidrografia** — É o rio do Peixe a principal corrente do município, re-

cebendo os riachos Cacaré, Capoeiras, Constantino, Engenho Novo, Nazaré, Olho-d'Água, Papa-Mel, Pilões, Poço Dantas, Triunfo e Umari. As lagoas são de pequena importância. O nome — Rio do Peixe — veio de terem nêles pescado, no tempo da colonização, um peixe exótico de grande dimensão. *História* — Em 1691, o capitão-mor Antônio José da Cunha, da capitania de Pernambuco, conseguindo a amizade dos índios chamados *Icós Pequenos*, estabeleceu-se às margens do rio do Peixe com uma fazenda de criação, a qual, segundo documento da época, reunia mais de 1 500 cabeças de gado. No comêço do século XVII, Luis Quaresma Dourado, da Paraíba, e a Casa da Torre, da Baía, adquiriram várias sesmarias na ribeira do rio do Peixe. Até 1765, porém, o local onde agora está a cidade era uma fazenda de criar, pertencente ao capitão João Dantas Rotéia, morador no distrito de Piancó. Este fazendeiro, num pedido de sesmaria, alegava que “era senhor e possuidor de um sítio de criar gado na ribeira do rio do Peixe, chamado São João, que houve por compra à Casa da Torre...” Desta fazenda, resultou o povoado, depois vila de São João do Rio do Peixe e por fim a atual cidade de Antenor Navarro, em homenagem ao interventor federal deste nome, falecido num desastre de aviação em 23 de abril de 1932. A lei provincial n.º 96, de 28 de novembro de 1863, criou-a paróquia e o Art. 1.º da Lei n.º 727, de 8 de outubro de 1881, elevou-a a vila. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, elevou-a à categoria de cidade e de sede de comarca de primeira entrância, desligando-a da de Sousa. *Homens notáveis* — Além de João Dantas Rotéia, fundador da sede, embora nela não tenha nascido, distinguiram-se os padres José Gonçalves Dantas, Joaquim Teófilo da Gama e Joaquim Cirilo de Sá. *Indústria* — A indústria agrícola-pastoril, conta o fabrico de rapaduras e queijos, uma usina de óleo e sabão. Em 1941 exportou

Antenor Navarro 95 800 kg de óleo de caroço de algodão, 419 270 kg de torta. *Instrução* — No município existe somente a instrução pública primária, difundida por 9 escolas mistas, inclusive um grupo escolar, a cargo de 17 professores. Nos estabelecimentos enumerados se verificou, em 1942, a matrícula de 927 alunos e média de 549. Como se observa em todo o Estado, avultado é o número de crianças a que faltam escolas, principalmente na zona rural. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites para o município de Antenor Navarro: — *Com o Estado do Ceará (Município de Baixio)*, começando no pico do serrote do Orvalho, nos limites municipais com Cajazeiras, segue pela linha de cumeeada conhecida por Serra do Padre, que separa as bacias hidrográficas dos rios do Peixe (Paraíba) e Salgado (Ceará) até alcançar o marco n.º 1, no lugar Lagoas, no contraforte da serra Luis Gomes conhecido por serra do Balanço, onde se estremam os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. *Com o Rio Grande do Norte (Municípios de São Miguel e Luis Gomes)*, começando no marco n.º 1, no lugar Lagoas, no contraforte da serra Luis Gomes conhecida por serra do Balanço, onde se estremam os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, prossegue pela linha de cumeeada da serra Luis Gomes até alcançar o marco n.º 2, na nascente do riacho Umbelina, no Saco do Mamoeiro, onde se estrema com o município de Sousa. *Com o município de Sousa*, começando no marco n.º 2, em a nascente do riacho Umbelina, no lugar Saco do Mamoeiro, no divisor de águas da serra Luis Gomes, nos limites com o Rio Grande do Norte, segue pelo divisor de águas do contraforte conhecido por serra do Catolé, serra Branca, serra da Arara, serra da Quixaba e serra de São Diogo, serrotes do Mastroço e Jerimum até encontrar o boqueirão do

riacho dos Buracos; dêste ponto, desce pelo referido riacho até alcançar o marco n.º 3, situado em sua margem, entre as propriedades Piedade e Alagoa do Mel; dêste marco, segue entre as propriedades Piedade e Alagoa do Mel; dêste marco, segue em linha reta até encontrar o marco n.º 4, à margem do rio Peixe, e sobe por êste rio até atingir o marco n.º 5 na propriedade Barra do Bé; continua por uma linha reta até encontrar o marco n.º 6, localizado entre as propriedades: Santo Antônio do Bé e São Gonçalo, no divisor de águas do serrote Cipó; prossegue pelo referido divisor até defrontar o rio Piranhas; desce pela vertente e alcança o rio no sítio Carnaúbas; sobe pelo mesmo rio até encontrar o marco n.º 7, colocado em sua margem esquerda, no sítio Cajazeira Velha, onde se estremam os municípios de Sousa e Cajazeiras. Com o município de Cajazeiras, começando no marco n.º 7, colocado à margem esquerda do rio Piranhas, no sítio Cajazeira Velha, onde se estremam os municípios de Sousa e Cajazeiras segue em linha reta até alcançar o marco n.º 8, continua pela linha de cumeada até encontrar o marco n.º 9, situado à margem do caminho de tropa rio Piranhas — Antenor Navarro; prossegue, dêste marco, pelo referido caminho até alcançar o riacho Escurinho, no sítio do mesmo nome; desce pelo riacho até encontrar o marco n.º 10, localizado no serrote Antônio Jerônimo; dêste marco, segue em linha reta até o marco n.º 11, à margem do caminho de tropa rio Piranhas — Antenor Navarro; prossegue por êle até alcançar o marco n.º 12 à margem do referido caminho, no sítio Feijão, que fica dividido para os dois municípios; dêste marco segue contornando a serra da Arara pela vertente norte, corta adiante o riacho Cacaré e continua pela vertente do serrote Caboclo até alcançar o pico do serrote do Orvalho, nos limites com o Estado do Ceará.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Brejo das Freiras, começando no ponto onde a linha de limites intermunicipais com Cajazeiras corta o riacho Cacaré, desce pelo referido riacho até a sua foz no rio do Peixe; sobe pelo mesmo rio do Peixe até encontrar o marco n.º 13, e dêste marco finalmente, por uma linha reta, até o marco n.º 14, na serra do Bondarra. *Distrito da Sede com Uiraúna*, começando no marco n.º 14, na serra do Bondarra, segue pelo divisor de águas até alcançar o serrote Mastruço, nos limites municipais com Sousa. *Distrito de Pilões com Uiraúna*, começando no marco n.º 13, situado à margem do rio do Peixe, sobe por êle até a foz do riacho da Serra; prossegue por êste riacho até a sua nascente no divisor de águas da serra do Padre, nos limites com o Estado do Ceará. *Meio social* — O meio social, especialmente o da cidade, revela educação e regular instrução adquiridas por grande parte de seus habitantes em Fortaleza, Cajazeiras e Recife. *Povoações* — Além das vilas, enumeram-se os povoados de Barra de Juá, Santa Helena, Triunfo e Umari. *Religião* — Predomina a religião católica apostólica romana, no município, que constitui uma só paróquia, criada por Lei provincial n.º 96, de 28 de novembro de 1863. Além da igreja-matriz, sob a invocação de N. S. do Rosário, existem as capelas filiais de N. S.ª da Conceição, em Juá; de Jesus, Maria e José, em Uiraúna; do Menino Deus, em Triunfo. Na matriz desta cidade orou o patriota Frei Caneca quando, prisioneiro, regressava do Ceará, em 1824. *Rendas públicas* — Em 1942, o município orçou sua receita em Cr\$ 215 000,00; arrecadou Cr\$ 117 248,40 e efetuou a despesa de Cr\$ 117 453,90. Em 1941, a Coletoria Estadual arrecadou 305:275\$350 e despendeu 160:648\$800. *Repartições públicas* — Existem na sede: Prefeitura Municipal, o Fórum, Mercado Público, Estação ferroviária. Agência

Postal-Telegráfica, Grupo Escolar, Matadouro, Coletoria Estadual. *Riquezas naturais* — Consta existir uma jazida de cobre e uma de amianto, nos limites do município com o Estado do Ceará. *Sede* — A sede é a cidade de Antenor Navarro, outrora São João do Rio do Peixe, contando 1 avenida, 6 ruas, 6 ladeiras, 3 travessas e 2 praças, sendo uma ajardinada. Está bem situada, à margem esquerda do rio do Peixe, distando 467 quilômetros da capital, 22 de Cajazeiras e 330 de Campina Grande. É bem edificada, iluminada à luz elétrica, tendo sociedades religiosas e esportivas. A cidade fica a 12 quilômetros da fonte termal de Brejo das Freiras. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 432 prédios urbanos, 92 suburbanos, 1893 rurais e a população: urbana, 1 302 habitantes; suburbana, 386; rural, 8 790. *Vias de comunicação* — É um dos poucos municípios paraibanos que reúnem mais largos meios de comunicação. Além de rodovias, conta o serviço da Viação Cearense, com uma estação na sede e outra em Poço Adão, distrito de Brejo das Freiras, ligando-a a Fortaleza, no Ceará, a Cajazeiras, Sousa, Pombal e Patos, na Paraíba. Para uso de seus habitantes, havia no município: 6 automóveis, 2 motocicletas, 6 caminhões e 20 carros de bois.

Aparecida — Povoado do município de Sousa. Tem aula primária mista que matriculou 80 alunos em 1942, tendo 64 de frequência média.

Apodi (Voc. ind.: altura firme) — Rio do município de Sousa, afluente do rio do Peixe.

Araça (Voc. ind.: época ou tempo de fruta) — (V. *Mari*.)

Araçaji (Voc. ind.: *araça-ji*: rio dos araçás) — Rio de certa importância. Nasce no distrito de Jófili, município de Campina Grande, no lugar Três Lagoas, ou Lagoa Salgada. Corre de O. a L., atravessando os municípios de Areia, Serra-ria e Guarabira, banhando as vilas

de Tauatuba, Cuiteji, e Araçaji; recebe pela margem esquerda o Guarabira e o Pirpirituba e despeja à margem esquerda do Mamanguape, 15 quilômetros abaixo de Araçaji, depois de uns 60 quilômetros de curso.

— Vila do município de Guarabira, cortada pelo rio precedente, distando da sede para E. 15 quilômetros. É promissora e de regular edificação, tendo Agência Postal, Mercado Público, uma capela e duas aulas públicas primárias que tiveram a matrícula de 189 alunos em 1942, com a frequência média de 102. Situada na caatinga, os seus arredores criam gado, produzem algodão e cereais. O Recenseamento de 1942 computou-lhe 357 prédios urbanos, 63 suburbanos, 3 800 rurais e a população — urbana, 1 228 habitantes; suburbana, 267; rural, 17 230.

Araças — Lugarejo do município de Antenor Navarro; conta aula pública. Esta, em 1942, teve 50 matriculados e a média de frequência de 33.

Arara (Voc. ind.: nome de uma ave de plumagem verde, amarela e encarnada) — Povoação do município de Serraria, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164 de 15 de novembro de 1938. Está em bela situação no início da zona do Curimataú. A vila é pitoresca, bem edificada, contando Agência Postal-Telefônica, uma capela e três aulas públicas primárias com 134 matriculados, em 1942, e 102 de frequência média. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 145 prédios urbanos, 29 suburbanos, 939 rurais e a população: urbana, 493 habitantes; suburbana, 117; rural, 4 842.

Araruna (Voc. ind.: *ara-una*: papagaio preto. Ave de linda conformação e linda plumagem azul-escura) — Município a N.O. do estado nos limites com o Estado do Rio Grande do Norte. Ocupa área territorial de 1 020 quilômetros quadrados. O Recenseamento de 1940 encontrou no município a população de 32 500 habitantes, assim distribuídos:

zonas urbanas, 3 196; suburbanas, 514; rurais, 28 790, acomodados em 992 prédios urbanos, 1 341 suburbanos e 5 768 rurais. *Açudes* — O município se ressentia da falta de água potável; possui algumas dezenas de pequenos açudes particulares. Sem resultado compensador se tentou a perfuração de poços, trabalho difícil pelo formidável lençol de rocha granítica do subsolo. *Administração* — É, politicamente, dirigido por um prefeito, de livre escolha do Interventor Federal, auxiliado por 27 funcionários permanentes. Comarca de primeira entrada, competem os interesses da Justiça local a um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar. Um delegado de polícia, na sede, e subdelegados, nas vilas, nomeados dentre oficiais inferiores da Força Policial do estado, se encarregam da segurança pública. *Agricultura* — Não obstante a secura do terreno, divide-se o município em zona agrícola e zona pastoril. Na primeira se cultivam algodão, cereais, e mesmo cana-de-açúcar. Pratica-se o pastoreio na outra. *Aspecto físico* — É montanhoso, na região serrana; ondulado na caatinga e plano nas imediações do vale do Curimataú. A principal serra, a que deu nome ao município, pertence ao sistema da Borborema, tendo a direção de S.O. a S.E. Constitui parte do *divortium aquarum* do rio Curimataú, ao S. e do seu tributário o Calabouço, ao N. *Assistência social* — O município mantém um Posto Higiênico, dirigido por um médico. *Comércio* — Tem importância o movimento comercial da circunscrição. Exporta algodão, fumo, cereais, gado, artefatos de palha de carnaúba. Importa tecidos, ferragens, miudezas, artigos secos e molhados, realizando suas transações com as praças de João Pessoa, Natal e Recife. *Curiosidades* — As cavernas da Serra do Calabouço, sobre as quais correm lendas interessantes. *Clima* — O clima é quente e seco no verão, tornando-se mais ameno na estação das chuvas que, nos anos

normais, se prolonga de março a agosto. A temperatura, nos tempos pluviosos, baixa a 18°C; no estio, sobe até 33°C, à sombra. Todo o município está sujeito ao flagelo periódico da seca, tendo escassez de água potável. *Distritos* — Divide-se o município em três distritos: o da sede, o de Cacimba de Dentro e o de Tacima. *Demografia* — Em 1941, realizaram-se no município 68 casamentos, 290 nascimentos e 412 óbitos, destes, 6 natimortos. *Etnografia* — Foram primitivos habitantes da região, várias tribos da grande nação Cariri. Depois, criadores procedentes da capitania do Rio Grande do Norte foram situando fazendas de gado na região. Assim, portugueses e silvícolas se entrelaçaram e deram origem à atual população do município. *Feiras* — Na sede se realiza, semanalmente, boa feira; em escala menor, nas vilas e povoações. *Fauna e flora* — Ainda existem no município terrenos incultos e devolutos, porém todas as matas foram devastadas e apenas se destacam restos de capoeiras onde vegetam espécimes de aroeira, ibiraúna, pau-d'arco. Nos avarzeados, é abundante a carnaúba. Das árvores frutíferas tem destaque a pinha ou ata, as mais opulentas e saborosas que o estado produz. No reino animal enumeram-se tatus, preás, raposas, veados, reptis, batráquios, insetos, aves de linda plumagem, pássaros cantores. *Geologia* — O engenheiro Sales Guimarães, que estudou a região, escreveu — "Terreno arqueano — As rochas cristalofílicas são raramente encontradas sobre a serra de Araruna; o terreno arqueano ocupa sobre a montanha pequena extensão. Pode-se mesmo dizer que jazem apenas ali restos desses terrenos e quase sempre no fundo dos vales. Constatamos existência dele nas paredes de algumas cacimbas que examinamos para os lados de Guaribas e numa lagoa no lugar Cacimba de Dentro, quatro léguas distante do povoado Araruna. Consta de gnaiss, diversos es-

quistos anfibólicos, micasquistos, etc., geralmente bastante trabalhados pela ação dos agentes de decomposição. Para o lado ocidental da serra esta formação ocupa maiores superfícies. Em Araruna o terreno granítico constitui o suporte natural de tôdas as outras formações aí existentes: é um gigantesco maciço de rocha plutônica que se ramifica ao planalto da Borborema e serve de ossatura à serra; estende-se inteiriço, muitas vezes em ondulações baixas, esparsas, apresentando ao sul o grande sinclinal do Curimataú que corre, por assim dizer, num leito de granito. A raridade das rochas cristalofílicas na serra de Araruna e vale do Curimataú, destruídas com certeza, pela ação conjunta dos agentes naturais físicos e químicos e transportadas para paragens provavelmente longínquas, induz-nos a pensar na poderosa erosão de que foi teatro esta região no curso dos tempos geológicos. O terreno granítico de Araruna e Curimataú oferece magnífico campo de estudo, um *Paraíso Geológico*, para nos servirmos da expressão do Sr. Geikie, ilustre geólogo inglês. Essa formidável massa plutônica se apresenta inteiriça em toda sua extensão; não se nota aí indício de deslocamentos ou dobramentos posteriores ao endurecimento completo da rocha. A abertura do vale do Curimataú e outros deveria ter-se realizado depois de haver o magma que deu origem à rocha passado ao estado semifluido ou viscoso.”

Hidrografia — Além de vários córregos e riachos o município é banhado na estação chuvosa pelo rio Calabouço, que serve de limites da Paraíba com o Rio Grande do Norte, pelo Curimataú a S. e L. e pelos rios Areia, Cachoeirinha e Riachão.

História — Em 24 de outubro de 1766, o capitão Luís Ferreira da Soledade e Antônio Rodrigues da Costa, proprietários residentes no Rio Grande do Norte requeriam três léguas de terras sobre uma de largura “nas sobras da data de Tacima doada a

Matias Nunes, ficando a terra pedida sobre uma serra que descobriram a sua custa”. O governador Jerônimo de Melo Castro fez a concessão, e esta data, com as outras de Tacima, constituíram o atual município, cuja sede assenta nas sesmarias dos mencionados proprietários norte-riograndenses. Por muito tempo, foi campo de criação e agricultura até que em 1845 Feliciano do Nascimento fundou a povoação de Araruna, elevada a paróquia por Lei provincial n.º 25, de 4 de julho de 1854, e a vila por Lei provincial de 10 de julho de 1876, no seu artigo 2.º. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, criou a cidade e sede de comarca.

Homens Notáveis — Em Araruna nasceram os poetas A. J. Pereira da Silva e Perilo de Oliveira. O primeiro foi membro da Academia Brasileira de Letras e o segundo morreu muito moço deixando vários volumes de versos publicados, entre estes — “Canções que a vida me ensinou”, de um lirismo muito delicado. Perilo de Oliveira é um dos patronos da Academia Paraibana de Letras.

Indústria — No município existe somente, e por métodos antiquados, a indústria agrícola pastoril. Em 1941 os seus rebanhos somavam 7 695 bovinos, 2 562 eqüinos, 2 200 asininos, 1 630 muars, 4 375 caprinos.

Limites — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, lhe determinaram os seguintes limites: — *Com Cuité*. Começando na foz do riacho Damião, no rio Curimataú, no lugar Jaguaré, onde se estremam os municípios de Araruna e Bananeiras, sobe pelo referido riacho até a sua nascente na serra do Damião; prossegue pelo divisor de águas da referida serra até alcançar o marco n.º 1, situado entre as lagoas Salgadas e Porró; dêste marco, prossegue em linha reta até encontrar o marco n.º 2, colocado à margem do córrego que nasce na serra do Muquém, no lugar Baixa das Qui-

xabas, nos limites da Paraíba com o Rio Grande do Norte. Com o *Rio Grande do Norte (Município de Nova Cruz)*, começando no marco n.º 2, colocado no lugar do antigo marco da data Porró, à margem do córrego Muquém, na Baixa das Quixabas, segue em linha reta até a nascente do rio Calabouço, na lagoa Pé-de-Pato; desce por esse rio até sua confluência com o rio Curimataú; daí, por uma pequena reta, vai ter ao cruzeiro existente à margem direita desse rio, no lugar Boqueirão, no marco n.º 4. Com *Caicara*, começando no marco n.º 4, situado à margem direita do rio Curimataú, no lugar Boqueirão, nos limites com o Rio Grande do Norte, sobe pelo referido rio até encontrar a foz do riacho Dantas, no lugar Alagamar, onde se estremam os municípios de Caicara e Bananeiras. Com *Bananeiras*, começando na foz do riacho Dantas, no rio Curimataú no lugar Alagamar, sobe pelo referido rio até alcançar a foz do riacho, que nasce na serra da Boa Vista, no lugar Volta; sobe pelo referido riacho até o seu cruzamento com a estrada velha de Lagoa da Serra; prossegue por essa estrada até sua intersecção com o caminho de tropa de Carnaubinha de Riachão; prossegue por esse caminho, que divide Carnaubinha para os dois municípios até cortar o riacho da Areia, também chamado Salgadinho e Carnaubinha, no lugar Salgadinho; sobe por este riacho até encontrar o marco n.º 3; deste marco, segue em linha reta até alcançar o pico do serrote Capitão; ainda por outra linha reta, segue até o marco n.º 2, situado à margem do rio Curimataú, no lugar Capivara; sobe pelo rio até a foz do riacho Damião, no lugar Jaguaré.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Tacima, começando no marco n.º 5, situado à margem direita do rio Calabouço ou Curimataú-

Mirim, na vertente norte da serra da Confusão, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 6, situado à margem esquerda do riacho Tacima; deste marco prossegue em linha reta até alcançar o marco n.º 3 (de Bananeiras) situado à margem do rio Salgadinho ou Carnaubinha. *Distrito da Sede com Cucimba de Dentro*, começando no marco n.º 3 (de Bananeiras), situado à margem do rio Carnaubinha ou Salgadinho, sobe por ele até sua nascente na fazenda Boi Manso e prossegue, em seguida, por uma linha reta, até alcançar o marco n.º 1, nos limites com Cuité. *Meio social* — É considerável a quantidade de alfabetos no município, mas não pequeno o número de pessoas educadas, tendo, na sede, havido ensaios de imprensa periódica, de sociedades literárias, artísticas, esportivas e religiosas. *Necessidades locais* — Araruna precisa de ajuda, de estradas e de aulas rurais. *Povoações* — Além das vilas, conta vários povoados, sendo os mais importantes: Bernardo, Cachoeirinha, Carnaubinha, Fragata, Guaribas, Lagoa do Mato, Macapá, Riachão, Riacho dos Quatis e Várzea. *Religião* — A quase totalidade dos habitantes da região segue a religião católica apostólica romana, constituindo o município uma só freguesia de N. S.ª da Conceição, contando dois templos na sede e as capelas filiais de Sant'Ana, em Tacima; de Santa Antônio, em Cacimba de Dentro; de São Gonçalo, em Riachão. *Rendas públicas* — A Coletoria Estadual, em 1941, rendeu 159:242\$850 e despendeu 149:897\$800. O município, para o exercício de 1942, orçou sua receita em Cr\$ 145 000,00 e arrecadou Cr\$ 174 239,30; fixou a despesa de Cr\$ 145 000,00 e efetuou a de Cr\$ 193 341,00. *Repartições públicas* — Existem na sede: Agência Postal-Telegráfica, Coletoria Estadual, Prefeitura, Fórum, Grupo Escolar, Mercado Público. *Riquezas naturais* — Ainda inexploradas, existem no município jazidas de ferro, ouro, pedras preciosas. *Sede* — A sede do

município é a cidade de Araruna, muito pitoresca, em magnífica situação, sobre a serra que lhe deu o nome, a 530 metros de altitudes, com as seguintes coordenadas: Lat. S. 6°-33'-30" Long. W. Gr. 35°-42'-00". Conta 2 avenidas, 2 praças, 4 travessas e 11 ruas. Dista 52 quilômetros das estações ferroviárias de Bananeiras e Caiçara e 183 quilômetros da capital do estado. É iluminada a luz elétrica, e o município mantém uma biblioteca pública, um Posto de Higiene e uma banda de música. O Recenseamento de 1940, contou-lhe: 536 prédios urbanos e 4 345 rurais e a população: urbana, 1 380 habitantes; rural, 13 008. Por sua posição e por suas possibilidades, Araruna é uma das promissoras cidades do estado. *Vias de comunicação* — Dispõe de mediocres estradas carroçáveis, em comunicação com a estrada de ferro, em Caiçara e Bananeiras. Internamente, ou para outros municípios, conta unicamente caminhos de trânsito difícil, especialmente durante a estação das chuvas. Existiam no município 8 automóveis, 2 auto-ônibus, 3 "Side-car", 6 caminhões e 5 carros de bois.

Aratu — Barreta ao S. do pontal da Penha, a 7°-11'-29" Lat. S. e 34°-46'-52" Long. W. Gr.

Areal (V. *Ariús*) — Lugarejo nos limites sul do município de Taboiana.

Aredicó (Voc. ind.) — Vila do município de São João do Cariri. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, dando-lhe a categoria de vila, mudou-lhe o nome primitivo, São José dos Cordeiros, para Cordeiros; e o Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, ainda lhe substituiu o nome pelo atual que é o de um riacho que corta o distrito. É próspera, iluminada a luz elétrica, tem uma aula pública mista que, em 1942, matriculou 45 alunos. Realiza, semanalmente, abundante feira, sendo bom mercado de peles de cabra e carneiro e de algodão. Segundo o

Recenseamento de 1940, se arrolaram: 240 prédios urbanos, 5 suburbanos, 583 rurais e a população: urbana, 497 habitantes; suburbana, 27; rural, 3 460.

Areia — Riacho que nasce no município de Araruna e o limita com o de Bananeiras. Deságua à margem esquerda do rio Curimataú.

— Município central a O. da capital do estado, ocupando uma área de 648 quilômetros quadrados, tendo, segundo o Recenseamento de 1940, a população de 42 058 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 2 332; suburbanas, 1 916; rurais, 37 810, acomodados em 720 prédios urbanos, 542 suburbanos e 8 513 rurais.

Açudes — Areia conta mais de 40 pequenos açudes e uma barragem de apreciável capacidade. (V. *Vaca Brava*.)

Administração — É politicamente dirigido por um prefeito nomeado pelo interventor federal, auxiliado por 23 funcionários permanentes. Comarca de segunda entrância, estão os interesses da Justiça a cargo de um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar. Da segurança pública se encarregam: um delegado e vários subdelegados, escolhidos entre oficiais ou inferiores da Força Pública. **Agricultura** — Situada na zona do Brejo e pequena área no Agreste e Curimataú, o município é, por excelência, agrícola, contando terrenos para todas as culturas tropicais e mesmo algumas de climas temperados. Por muito tempo se constituiu o celeiro dos sertões, produzindo rapaduras, cereais, farinha de mandioca, polvilho, aguardente, não estando sujeito ao flagelo da seca. Na faixa do Agreste e do Curimataú cultiva algodão, batatinha e cria gado. **Aspecto físico** — A leste é montanhoso, numa largura que pode atingir 30 quilômetros; a O. é plano ou ligeiramente ondulado. **Assistência social** — Conta um Posto de Higiene mantido pelo estado o qual, em 1942, teve o seguinte movimento. **Profilária** — Pessoas atendidas pela primeira vez. Helmintos, 677; paludis-

mo, 184; boubá, 582; sífilis, 357; gonorréia, 14; cancro mole, 2; outras doenças, 58. Vacinação: antivariólica, 1370; antitífica, 3 436; antidisentérica 3 436. O Posto recebeu 15 093 consultas e fez 1 443 curativos. *Comércio* — Em virtude da penetração da estrada de ferro, das rodovias facilitando as comunicações do interior com as praças de Campina Grande, de João Pessoa, de Recife e de Natal; das exigências sempre crescentes do Fisco, o ativo movimento do comércio de Areia decaiu. Atualmente se mantém em situação promissora, graças a sua grande cultura de cana-de-açúcar, de fumo, de algodão e, ultimamente, de agave. *Curiosidades* — A mais notável é a caverna da serra do Algodão. (V. *Algodão*.) *Clima* — É quente e úmido. A temperatura não desce de 18°C nem excede de 30° à sombra. Como os demais municípios do Brejo, tem Areia duas estações: a das chuvas, e a do verão. Sendo muito regado de arroios perenes e por chuvas abundantes no período de março a agosto, grande é a evaporação que se observa. Do cair da noite até dia alto, cobre-se o município de névoas azuladas. *Demografia* — Em 1942, registraram-se no município 66 casamentos, 237 nascimentos e 784 óbitos. Dêstes, 14 natimortos e 231 de 0 a 1 ano de idade. A delinquência constou de 60 contravenções e 6 crimes, sendo três homicídios. *Distritos* — Conta o da sede e o de Remígio. *Etnografia* — Foram os *bruxaxás*, da família cariri, os primitivos habitantes da região. Mais tarde, portugueses e brasileiros, procedentes do litoral e do interior, ali se fixaram. Aos dois elementos, depois, se juntou, em menor proporção, o africano. *Feiras* — Semanalmente se realizam na sede do município e na vila de Remígio, feiras muito abundantes e concorridas. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Embora não se verifiquem no município prolongadas estiagens, nêlo se encontram grandes áreas de terrenos incultos. Não

obstante, conta uma usina, mais de 100 engenhos e engenhocas para o fabrico de rapaduras e destilação de aguardente, umas 40 fazendas de criação. Dos seus estabelecimentos industriais se destacam os engenhos Bujari, Juçara, Pau-d'Arco, Usina Santa Maria, Vaca Brava e Várzea. Das suas fazendas, aliás pequenas, se arrolaram em 1941: 5 000 bovinos, 2 400 eqüinos, 1 900 asininos, 1 800 muares, 500 lanígeros, 4 000 caprinos, 2 000 suínos e 28 000 aves. *Fauna e flora* — No município existem variedades de insetos, batráquios, reptis, pássaros cantores. Dentre os animais silvestres notam-se veados, coelhos, tatus, sagüis, rapósas, etc. A flora apresenta plantas medicinais, e restos de matas onde crescem a aroeira, a ibiraúna, o cedro, a jurema, o angico e várias outras espécies. *Hidrografia* — O município é cortado pelos rios Curimataú, Jandaíra e Salgado e pelos riachos Areia, Bananeiras, Riachão, Serpinha e outros, em maioria tributários do Mamanguape e do Curimataú. *História* — No meado do século XVII, já a região era conhecida pelo nome de *Sertão dos Bruxaxás*; índios da família cariri que ali habitavam. Um dos caminhos de boiadas do sertão para Mamanguape, Pernambuco ou Paraíba, atravessava o monte onde agora está a cidade. No sopé ocidental, corria abundante, como em nossos dias, o riacho da Areia e o ponto de cruzamento da estrada se tornou pouso obrigatório de tropeiros e boiadeiros. Na expectativa de lucros, por ali surgiu um indivíduo de nome Pedro, que fez amizade com os nativos e construiu um albergue para viajantes no ponto mais elevado, sendo esta, ao que parece, a primeira casa ali edificada. O colono recebeu a alcunha de Bruxaxá. O movimento de viajantes pelo local atraiu outros habitantes e assim, tempos depois, havia ali uma povoação chamada Brejo de Areia. Continuou a prosperar. O alvará-régio de D. João VI, datado de 16 de maio de

1815, elevou-lhe a categoria, denominando-a Vila Real do Brejo de Areia. Através dos anos foi o nome se resumindo: Brejo de Areia e por fim Areia. Pertencia então à comarca de Mamanguape. Em 9 de maio de 1833, foi criado município e a Lei provincial n.º 2, de 18 de maio de 1846, deu-lhe os foros de Cidade. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, e o Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, lhe determinaram os limites, conservando-lhe as categorias. Areia teve sempre papel importante em todos os movimentos políticos e sociais na Paraíba. Deu grande contingente à Revolução de 1817 e maior cooperação à República do Equador, partindo dali, que foi sede de governo temporário da província, as tropas do sargento-mor Félix Antônio Ferreira de Albuquerque para combater as forças legais, em Taboiana. A esta coluna, incorporaram-se remanescentes dos derrotados batalhões de Pais de Carvalho, sendo comandados pelo referido sargento-mor até o Ceará, onde foram aniquilados. A Revolução Praieira, vencida em Pernambuco, deu em Areia o seu último combate, em fevereiro de 1849, sendo para ali atraídos e auxiliados os revolucionários, pelo juiz municipal, Dr. Maximiano Lopes Machado, pelo coronel Joaquim dos Santos Leal e outros areenses. Entrincheiraram-se na cidade, sustentaram seis horas de combate, fugindo depois, dispersados para o interior da província. A campanha abolicionista foi ali muito profícua, salientando-se a Emancipadora Areense, tendo à frente o esforçado Manuel da Silva. Tiveram a glória de libertar o último escravo do município no dia 3 de maio de 1888. Digno de nota é o esforço que fez Areia em 1943 para repatriar os ossos do seu inolvidável filho Pedro Américo, por ocasião do centenário do nascimento do grande pintor. Foram homenagens suntuosas, dignas de uma população educada e patriota. *Homens notáveis* — Areia

tem sido berço de homens que se distinguiram: nas letras, como o Dr. Cordeiro Sênior e Rodrigues de Carvalho; nas artes, como os irmãos Pedro Américo e Aurélio de Figueiredo; na política, o Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia, o general Dr. Álvaro Lopes Machado, o Dr. Coelho Lisboa; inventores na altura de Antônio Salviano de Figueiredo. A Igreja Católica orgulha-se do nome de D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, primeiro bispo e primeiro arcebispo da Paraíba; de Monsenhor Sales, bispo resignatário do Maranhão. Contou meritosos professores como Joaquim Henrique da Silva e os seus filhos Horácio e Abel da Silva. *Indústria* — Areia é município de incontestável futuro, dependendo apenas de maiores iniciativas dos seus habitantes. Conta uma fábrica de fiação e aniagem, uma usina para açúcar, avultado número de fábricas de farinha de mandioca, mais de 100 engenhos, uns 20 a vapor, para a produção de rapaduras. Juntem-se vários maquinismos para beneficiar algodão e agave, outros tantos para preparo de fumo em corda e umas quarenta fazendas de criação. Exportou o município em 1941: — 35 640 kg de agave, 4 590 sacos de milho, 35 000 cachos de bananas, 75 toneladas de batatas doces, 70 toneladas de batatinhas, 150 000 kg de algodão em caroço, 130 000 toneladas de cana-de-açúcar, 142 000 kg de fumo em folha, 38 250 kg de bagas de mamona, 12 000 kg de cebolas, 12 000 sacos (de 60 kg) de açúcar de usina, 180 700 l de aguardente, 170 000 sacos (de 60 kg) de farinha de mandioca, 160 000 kg de algodão em pluma, 160 000 kg de fumo em corda, 40 000 kg de polvilho, 8 078 980 kg de rapaduras, 158 125 kg de fios de algodão. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram para o município os seguintes limites: — *Com Cuité*, começando no Pico do Alto do Chapéu, na proprie-

dade Destêrro, onde se estreman os municípios de Cuité e Campina Grande segue, em linha reta, até encontrar o marco n.º 1, na propriedade Jandaira, que fica dividida para os dois municípios, no lugar do mesmo nome; prossegue, com a mesma direção, até alcançar o marco n.º 2, na propriedade Malhada da Caatingueira, que também fica dividida para os dois municípios, no lugar do mesmo nome; dêste marco, segue em linha reta, até o marco n.º 3, situado na Malhada do "Coculo"; ainda, por outra linha, segue até o marco n.º 4, na fazenda José Alves, que fica dividida para os dois municípios; ainda por outra linha reta, segue até alcançar o pico do Serrote Baixo, na propriedade Alfredo Silva, que também fica dividida para os dois municípios: finalmente dêste pico, segue, em linha reta, até alcançar a foz do riacho Cabelo ou Urubu, no rio Curimataú; desce pelo rio até encontrar o marco n.º 5, no lugar Salgado, onde se estreman os municípios de Cuité e Bananeiras. *Com Bananeiras*, começando no marco n.º 5, colocado à margem do rio Curimataú, no lugar Salgado: segue pelo caminho de tropa que passa na fazenda Baixa Larga, até encontrar a foz do riacho Lajedo do Frade, no rio Jacaré, onde se estreman os municípios de Serraria e Bananeiras. *Com Serraria*, começando na foz do riacho Lajedo do Frade, no rio Jacaré; segue pelo caminho de tropa de São Bento, até encontrar o marco n.º 6, no lugar Malhada de Dentro; continua pelo referido caminho que corta o riacho Lagoa dos Barros, o rio Ponta de Pedra ou Pirauá, até encontrar o riacho Guaribas; desce pelo referido riacho até a barra do Salgado; daí em linha reta sobe a serra do Salgado, até alcançar o marco n.º 7, colocado no lugar onde o caminho de tropa corta o divisor de águas; continuando pelo mesmo caminho corta o riacho Fechado de Baixo; dêste pontc. deixa o caminho de tropa e desce pelo

mencionado riacho até a sua foz no riacho Caiana; desce ainda, pelo curso dêste riacho, até a sua foz no rio Manga do Frade, e pelo rio até o marco n.º 8, localizado na Gruta; dêste marco, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 9, na Chã do Grutão, à margem do caminho de tropa de Alméciga; dêste marco prossegue por aquêlê caminho até encontrar o marco n.º 10, na propriedade Ouro Verde, onde se estreman os municípios de Serraria e Guarabira. *Com Guarabira*, começando no marco n.º 10, colocado à margem do caminho de tropa de Alméciga, na propriedade Ouro Verde; segue em linha reta até alcançar o marco n.º 11, na serra do Môfo; prossegue por outra linha reta até o marco n.º 12, na serra da Vaca Morta; dêste marco, prossegue ainda por outra linha reta até atingir o marco n.º 13, na propriedade Pé da Serra; descendo em linha reta atravessa o rio Tauá e galga pela vertente oposta o divisor de águas da serra dos Bois; prossegue por êle até o marco n.º 6, (de Alagoa Grande), colocado à margem do caminho de tropa de Tauá, onde se estreman os municípios de Guarabira e Alagoa Grande. *Com Alagoa Grande*, começando no marco n.º 6 (de Alagoa Grande), à margem do caminho de tropa Tauá, na serra dos Bois, prossegue pelo referido caminho até cortar o de Pindoba; desta interseção, continua pelo caminho de Pindoba até alcançar o de Grutão, deixa aquêlê e continua por êste até atingir o caminho de tropa dos Corretores na Chã da Sapucaia; prossegue por êle até à propriedade Buraco de Cima, que fica dividida para os dois municípios, onde encontra o caminho de tropa do Buraco; prossegue por êle, até atingir o marco n.º 5, (de Alagoa Grande), colocado à margem do caminho de tropa Serra Grande, no lugar Carro, no divisor de águas da serra do Estreito; prossegue pelo referido divisor, até alcançar o marco n.º 4 (de Alagoa Grande), onde se es-

tremam os municípios de Alagoa Grande e Alagoa Nova. *Com Alagoa Nova*, começando no marco n.º 4 (de Alagoa Grande), no divisor de águas de serra do Estreito, segue em linha reta até o Riachão, onde cruza a estrada de rodagem Alagoa Nova — Areia; sobe pelo mesmo Riachão até a foz do riacho do Boi, onde se estremam os municípios de Alagoa Nova e Esperança. *Com Esperança*, começando na foz do riacho do Boi, no Riachão, sobe por êle até a sua nascente; e por uma linha reta, até alcançar o marco n.º 5, na olaria de Pedro Batista, à margem do riacho do mesmo nome; desce pelo referido riacho até a sua foz no rio Araçaji; desce ainda êsse rio até cortar o caminho carroçável que passa em Meia-Pataca, Manicoba, Umbu e 68, prossegue pelo referido caminho até encontrar o marco n.º 3 (de Esperança), colocado à margem do rio Cabeço, na fazenda do mesmo nome. *Com Campina Grande*, começando no marco n.º 3 (de Esperança), situado à margem do rio Cabeço, na fazenda do mesmo nome, desce por êste rio até a foz do riacho do Negro, sobe pelo referido riacho até a sua nascente, na linha de cumeada da serra da Tinideira; prossegue por ela até o marco n.º 1; prossegue, então, em linha reta, até o pico Alto-do-Chapéu, na fazenda Destêrro.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Remígio, começando na confluência do riacho do Boi com o Riachão, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 16, colocado à margem da estrada de rodagem de Remígio; prossegue pela mesma estrada até cortar o riacho Capim-de-Cheiro; deixa a estrada e prossegue pelo referido riacho até encontrar o caminho carroçável de Serrinha; continua por êste caminho até alcançar a foz do rio Urubu ou Cabelo no rio Curimataú nos limites intermunicipais com Cuité.

Meio social — Areia, há mais de século, possuía uma sociedade educada e culta, brilhante nas suas reuniões, dispensando atenção ao teatro, à música, à literatura, mantendo mesmo uma imprensa livre preocupada com os grandes ideais, com o progresso do município e da Paraíba. Era notável a elegância e a distinção da mulher areense, concorrendo para mais realçar as famílias, e suavizar a severidade dos costumes. Esta tradição, embora menos brilhante, tem sido continuada até os nossos dias. *Povoações* — Além da vila de Remígio, conta os povoados Algodão, Capim de Cheiro, Canadá, Cepilho, Jenipapo, Jitô, Jurema, Macaíba, Mata Limpa, Muquém e Tauá. *Religião* — Excetuando-se pequeno número de protestantes, a população é católica romana. Todo o município constitui uma só freguesia, de N. S.ª da Conceição, com igreja-matriz e as capelas filiais de N. S.ª do Rosário, na sede; de São Sebastião, em Mata Limpa; N. S.ª do Patrocínio, em Remígio. *Rendas públicas* — Em 1941 a Coletoria Estadual arrecadou a importância de 370:344\$950 e despendeu 273:650\$900. A Coletoria Federal, no exercício de 1942, teve a receita de Cr\$ 229 340,00. Para o exercício de 1942, o município orçou sua receita em Cr\$ 145 000,00; arrecadou Cr\$ 174 239,30; fixou a despesa de Cr\$ 170 000,00 e efetuou a de Cr\$ 176 607,60. *Riquezas naturais* — O engenheiro Jacques Brunet afirmou a existência, no município, de jazidas de ferro, tendo enviado, para análise, amostras desse minério. Consta haver também, na região, minas de salitre. *Repartições públicas* — Coletorias Estadual e Federal, Agência Postal-Telegráfica, Prefeitura Municipal, Cartório do Registro Civil, Casa de Detenção, Mercado Público, Grupo Escolar, Teatro Minerva, Escola de Agronomia, Casa Pedro Américo, o Fórum. *Sede* — A sede é a pitoresca cidade de Areia, situada no alto de um monte, a 505 metros de altitude, a O.N.O. da Capital, na distância de

114 quilômetros e, segundo a Comissão Pimenta da Cunha, em 1922, na lat., S. a 6.º-58'-11,99" e na long. E. do Rio de Janeiro, 7º-31'07,65", em frente da matriz. O Recenseamento de 1940 arrolou-lhe 501 prédios urbanos, 461 suburbanos, 6 586 rurais e a população: urbana, 1 663 habitantes; suburbana, 1 696; rural, 29 287. Areia impressiona agradavelmente a todos os que a visitam com a boa edificação, o calçamento das ruas, os seus sobrados, as suas praças, o monumento a Pedro Américo, o edifício dos Correios e Telégrafos, a Biblioteca, o museu ou Casa Pedro Américo, o teatro Minerva, o Colégio Santa Rita, o Grupo Escolar Álvaro Machado, a Escola de Agronomia do Nordeste, a iluminação elétrica, inaugurada em 1918. Por excelente rodovia de 17 quilômetros de extensão liga-se à estação de estrada de ferro de Alagoa Grande. Conta a cidade 25 ruas, 4 travessas, 7 praças e várias ladeiras. Na distância de mil metros, na fralda ocidental, se localiza um banheiro público. *Vias de comunicação* — Partem da cidade duas rodovias; uma para o sertão, outra, ligando-a a Alagoa Grande e à Capital do Estado. Uma linha de auto-ônibus entre Campina Grande e João Pessoa, serve a cidade de Areia. Para transporte de passageiros e mercadorias do município, existem neste: 27 automóveis, 1 auto-ônibus, 10 motocicletas, 17 caminhões e 30 carros de bois.

— Povoado do município de Campina Grande. Possui aula pública mista. Esta matriculou 34 alunos, em 1942.

— Lugarejo do município de Teixeira, tendo escola primária mista; esta, em 1942, matriculou 22 alunos.

Ariús (Voc. ind.: o campeiro.) — Tribo da família cariri. Habitava as margens dos rios Pinharas, Sabuji e alto Piranhas. Aliou-se ao capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, tornando-se notável por seu valor e sua fidelidade o seu chefe conhecido pelo cognome

Cavalcânti. Dessa tribo se constituiu o primeiro núcleo colonial de Campina Grande.

— Povoado do município de Esperança, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. O Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe para Ariús, o seu antigo nome Areal. Tem aula pública primária e o Recenseamento de 1940 arrolou-lhe: 63 prédios urbanos, 43 suburbanos, 352 rurais e a população: urbana, 194 habitantes; suburbana, 155; rural, 2 419.

— Povoado do município de São João do Cariri; conta aula pública primária.

Arceiras (Voc. ind.: nome de uma árvore) — Antigo e próspero povoado do município de Umbuzeiro, elevado à categoria de vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. É aprazível, regular edificação, ruas bem cuidadas. Possui Agência Postal-Telefônica, iluminação elétrica e três aulas públicas primárias. Estas tiveram 179 matriculados em 1942, resultando a média de frequência de 121. É de notável trato comercial, constituindo sua animada feira semanal centro de negócios, especialmente para peles de cabra e de carneiros e para algodão. Abastece a população da vila o açude João Pessoa, de vinte milhões de metros cúbicos de capacidade, construído pelo Estado. O culto católico é exercido numa capela dedicada a Santa Ana. Contou-lhe o Recenseamento de 1940: 229 prédios urbanos, 145 suburbanos, 307 rurais e a população: urbana, 673 habitantes; suburbana, 307; rural, 3 042.

Arroz — Povoado do município de Pilar. Conta duas aulas públicas primárias, que matricularam em 1942, para uma média de 78 de frequência, 144 alunos.

Arruda — Povoado do município de Pombal cuja aula pública primária teve, em 1942, a matrícula de 34 alunos e a frequência média de 21.

Assobio — Povoado do município de Catolé do Rocha. Teve, em 1942, em sua aula primária, 33 matriculados.

Atêrro — Localidade do município de Santa Rita, tendo aula pública primária com a matrícula, em 1942, de 29 alunos e média de 21.

B

Bacamarte — Rio afluente da margem esquerda do Paraíba, tendo, aproximadamente, 60 quilômetros de curso. Nasce no município de Campina Grande, corre de O. a L., desaguando no lugar Dois Riachos, do Município de Taboiana. Este rio é também conhecido pelo nome Ingá (*V. Ingá*) e seca durante o verão. Suas águas são muito carregadas de sal.

Badalo — Lugarejo à margem do rio do mesmo nome. Pertence ao município de São João do Cariri. Conta uma escola pública que registrou, em 1942, 42 matriculados, tendo 23 de frequência média. Nas imediações do local se verificou, nos tempos da conquista, renhida luta entre silvícolas e bandeirantes.

Baía da Traição — Ampla enseada sobre o Atlântico. O Roteiro das Costas do Brasil, publicado pela Diretoria da Navegação, faz-lhe as seguintes referências: — “A baía tem a configuração de meia-lua e é em parte inutilizada por uma grande coroa que, começando na praia, vai até próximo ao recife, deixando um estreito canal com pouca água. Esta coroa descobre em parte, e divide a enseada, deixando ao norte dela fundos de 2,6 a 4,4 metros, pelo que não se deve passar do meio da baía para o sul. A Baía da Traição é um excelente e seguro abrigo dos ventos S. S. W. que sopram fortíssimo nesta costa; na preamar há alguma agitação, porque o mar vence o recife, mas, com um terço de vazante, é muito manso. Só com as brisas frescas do N.E. entra alguma vaga, porém pequena. Há uma outra

obstrução. Com 5,2 a 7 metros de água fundo de lama, está o ancoradouro; o melhor lugar para se fundear, é próximo ao recife e pouco ao sul da barreta da Feiticeira, pelo través de uma pedra mais alta que tem sobre o recife e que se assemelha a um baú. Não convém afastar-se do recife para a terra porque, em frente ao extremo das últimas barreiras (do sul) e na distância de meia milha da praia, há um seco de pedras com 1,7 m e 2,2, de água por cima. Deverá guiar-se pelo farol da Traição (da barra). O farol da Traição é o da entrada da barra do mesmo nome. Numa torre de ferro pintada de branco e situada na lat. 6°-40'-42"; long. 34°-55'12" W. Gr. que exhibe, a 11,5 acima do mar, uma luz branca de relâmpagos que é visível a 11 milhas". O engenheiro francês Jules Destord, há quarenta anos passados, projetou um grande porto nesta enseada que seria ponto inicial de uma estrada de ferro transcontinental, atravessando os Estados de Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Amazonas, Acre, Peru, terminando no Pacífico. Plantas, projetos, orçamentos para a organização de uma sociedade anônima, foram transferidos para o sul do país e por lá se ficaram em mãos ignoradas, devido à morte do referido idealista. Este nem esqueceu a planta de uma cidade moderna que devia substituir a lendária vila.

— Vila pertencente ao município de Mamanguape, situada entre a enseada ou baía precedente e a lagoa Acajutibiró. É muito pitoresca, tendo suas ruas à sombra de opulento coqueiral. Conta, segundo o Recenseamento de 1940, 349 prédios urbanos, 141 rurais e a população: urbana, 981 habitantes; rural, 2 436. Existe na vila uma escola pública mista que, no ano de 1942, matriculou 74 alunos, tendo 46 de frequência média. Contam-se na vila uma capela de N. S.^a da Penha e um oratório de N. S.^a do Belo Amor. A indústria local, além do feitiço de barcos e utensílios de pesca,

consiste na tecelagem das afamadas rêdes tapuaranas. Os seus habitantes se entregam à pesca e à agricultura. Dista a vila 36 quilômetros, a N.O. da sede do município e 109 a N.C. da Capital. Na vila se contam 96 casas cobertas de telhas, 253 de palha e 5 casas de negócios que mantêm suas relações comerciais com Mamanguape e Rio Tinto. Sua população, principalmente a do distrito de São Miguel, revela, ainda puros, os traços característicos do potiguar, incola que ocupava a região no tempo da conquista. *História* — Baía da Traição é a vila histórica da Paraíba, primeiro ponto onde pisou o europeu. Gabriel Soares afirma que, no local, entre os anos de 1503 e 1505, os indígenas mataram, de surpresa, alguns portugueses e castelhanos o que originou o nome que ainda agora conserva. Ali aportou a esquadra de Cristóvão Jaques e foi um dos pontos preferidos pelos franceses para o tráfico de pau-brasil. Em 1585, Martim Leitão, que de Pernambuco viera para colonizar a Paraíba, ali surgiu à frente de 260 homens, encontrando uma feitoria e um forte guardado por franceses. Estes, depois de vivo combate, foram vencidos, fugindo numa embarcação que estava ancorada na Baía. Domado o gentio, levantaram os lusos uma povoação constituída de potiguares que, em 1625, se aliaram aos holandeses quando, naquele surgidouro, deu fundo a esquadra do Almirante Hendrikszoon que teve de retirar-se ante a enérgica ofensiva de Francisco Coelho de Carvalho, governador da capitania da Paraíba. Após a Restauração, começou o povoado a florescer. Em 1762 recebeu a categoria de Vila de São Miguel, distinção que mais tarde perdeu para que não se confundisse com o burgo ocupado exclusivamente pelos potiguares. Por Lei provincial n.º 3, de 11 de outubro de 1841, foi criada juizado de paz e por Lei n.º 670, de 6 de março de 1876, foi elevada a município. Decaindo, foi reunida ao

município de Mamanguape. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, criou-a vila.

Baixa Grande — Rio de pequeno curso do município de Cajazeiras.

Baixio — Nome que no sertão paraibano dão aos vales dos rios e riachos; nos baixios estão os terrenos feracíssimos onde se pratica a agricultura.

Baixos — Lugarejo do município de Catolé do Rocha. Conta uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 50 alunos.

Balanço — Povoado do município de Umbuzeiro.

Banabujé ou **Banabuié** (Voc. ind., talvez corr. de *pan-abiu-é*) — (V. *Esperança*.)

Bananeiras — Rio de pequeno curso, banhando o sopé do monte onde assenta a cidade de Areia.

— Rio perene de pequeno curso. Nasce a dois quilômetros da cidade do mesmo nome, a qual banha e, depois de despenhar-se pelas encostas da serra do Cedro, despeja no Araçaji.

— Município central a N.O. da Capital, ocupando uma área de 608 quilômetros quadrados, tendo, segundo o Recenseamento de 1940, a população de 54 309 habitantes, assim distribuídos: nas zonas urbanas, 3 856 habitantes; nas suburbanas, 1 578; nas rurais, 48 875, acomodando-se em 1 010 prédios urbanos, 418 suburbanos e 9 658 rurais. *Açudes* — Conta o município poucos açudes e estes de pequena capacidade. *Administração* — É politicamente dirigido por um prefeito de livre escolha do Interventor Federal, auxiliado por vários funcionários permanentes. Cabe a distribuição da Justiça a um juiz de direito, e dois suplentes, pois Bananeiras é comarca de segunda entrância. A segurança pública compete a um Delegado de Polícia, na sede e subdelega-

dos nas vilas, escolhidos respectivamente pelo interventor e pelo Secretário da Justiça entre oficiais e inferiores da Força Pública. *Agricultura* — Bananeiras é um dos municípios de vasta possibilidade. Quase todo situado na zona do Brejo, está isento dos estios prolongados. Em sua vasta zona úmida, dispõe de terrenos férteis onde se podem praticar tôdas as culturas e muitas, das regiões temperadas. Produziu café já em quantidade suficiente para abastecer o Estado, mas uma praga, dentro de poucos anos, destruiu-lhe todos os cafêzais, desaparecendo a valiosa cultura, ali introduzida em princípios do século anterior pelo gaúcho Tomé Barbosa da Silva. Atualmente, alguns agricultores tentam, no município, a renascença da lavoura aludida, mostrando-se animados e esperançosos com a tentativa. Bananeiras produz fumo, cereais, algodão, rapaduras, frutas, particularmente a uva. *Assistência social* — Conta um Posto de Higiene que, no seu Relatório referente ao ano de 1942, declara, como resultado de profilaxia: Pessoas atendidas pela primeira vez: helmintoses, 2 077; paludismo, 176; boubas, 1 170; sífilis, 343; gonorréia, 15; câncer mole, 4; difteria, 3; coqueluche, 1; febres tifóides e paratifóides, 4; Vacinações: anti-variolica, 232; antitífica, 1 009. Houve 754 consultas e 1 817 curativos. No ano anterior, constatou o referido Posto haver no município 7 752 pessoas atacadas de boubas. *Clima* — O clima de Bananeiras é quente e úmido, sendo muito agradável durante o estio. *Comércio* — Bananeiras mantém animado comércio com os municípios do interior e com as praças de João Pessoa, Recife, Natal e outras do Norte do Brasil. *Distritos* — Conta os distritos da sede, de Solânea, Maia, Camucá e Dona Inês. *Demografia* — Durante o ano de 1942 se registraram no município 86 casamentos, 239 nascimentos, 164 óbitos, destes 1 natimorto e 164 de 0 a 1 ano de idade. *Feiras* — Aos sábados, realiza-se na sede uma feira muito abundante e em dias outros, as

dos distritos. *Fazendas Pastoris e agrícolas* — Centenas de propriedades existem no município. Na zona do Curimataú se pratica o pastoreio. Os seus rebanhos, em 1941, somavam 8 930 bovinos, 3 360 eqüinos, 1 900 asininos, 1 030 muares, 2 500 lanígeros, 6 260 caprinos, 6 000 suínos e 25 000 aves. *Fauna e flora* — A fauna possui variedades de insetos, reptis, pássaros cantores; as matas foram totalmente devastadas e alguns capoeirões existentes revelam quanto foi opulenta a flora nessa região. *Hidrografia* — Os rios principais são: o Aracaji, rega o S. do município; o Canafístula que forma o salto de Boa Vista (V. Camucá); o Caraçá ou Salgado, o Mariana; mas o rio principal é o Curimataú, que atravessa o município de S. O. a N. *História* — A colonização de Bananeiras começou na segunda ou terceira década do século XVII, sendo, dentre os primitivos desbravadores, conhecidos os nomes de Domingos Vieira e Zacarias de Melo, moradores em Mamanguape, os quais ali obtiveram sesmarias em 1716. Nas adjacências de uma lagoa situada no fundo de um vale, crescia um bananal de espécie diferente, que produzia frutos minúsculos e impréstáveis para a alimentação. Daí o nome dado ao local e à povoação que ali se formou. Até 1822, pertenceu à jurisdição da vila de São Miguel da Baía da Traição, passando em seguida a termo de Areia. Em 10 de outubro de 1833, por força do artigo 1º do Decreto de 13 de dezembro de 1832, que originou a resolução do Conselho da Província, tomada em sessão de 9 de maio, foi elevada a Vila e a Lei provincial n.º 690, de 16 de outubro de 1879, deu-lhe os foros de cidade. *Indústria* — Bananeiras é município essencialmente agrícola, excetuando-se estreita faixa na zona do Curimataú. Tornou-se notável a sua indústria de fumos, cujo progresso a política partidária empecceu. Em 1941 a exportação constou de 15 600 sacos de milho (de 60 kg cada um); 15 000 abacates; 56 000 cachos de bananas; 25 000

mangas; 33 000 laranjas; 3 000 kg de úvas; 68 000 l de aguardente; 1 164 000 kg de algodão em pluma; 318 318 kg de fumo em corda e 516 800 kg de rapaduras. *Instrução* — Na sede existem um colégio feminino com Escola Normal oficializada, sob a direção de religiosas; o Aprendizado Agrícola "Vidal de Negreiros", com a matrícula de 200 internos, filhos de agricultores. O ensino público primário é ministrado em 30 escolas, inclusive um Grupo Escolar; funcionando 43 professores. Nelas se matricularam em 1942, obtendo a frequência média de 1 063, alunos em número de 1 534. *Meio social* — Bananeiras chegou a manter um meio social culto e elegante que muito se distinguia. Desaparecendo a lavoura do café e vários dos seus homens representativos, ressentiu-se a economia local, mais agravada ainda com as insídias da política. Agora, os seus habitantes educados e progressistas se empenham para manter a tradição. *Povoações* — Além das Vilas, conta o município vários povoados, sendo os principais: Aldeia, Cachoeira, Dois Irmãos, Dona Inês, Flor de Café, Golamunduba, Lindolfo, Nova Vista, Palmeira, Poço Escuro, Tanques, Santa Fé e Umari. *Religião* — O município constitui a Paróquia de N. S.^a do Livramento, com as capelas filiais: do Coração de Jesus, na sede; de São José, em Maia; de N. S.^a da Conceição, em Dona Inês; de Santo Antônio, em Solânea; de N. S.^a do Rosário, em Umari; e a de Santa Fé. A fundação da matriz, em torno da qual começou a edificação da cidade, prende-se à seguinte tradição: — Pelo ano de 1720, aproximadamente, Gregório Soares da Costa, saindo a caçar, com outros, da Povoação de Santo Antônio da Boa Vista, onde moravam, desgarrou-se dos companheiros no emaranhado da floresta. Caiu em poder dos selvagens, que o levaram prêso para a taba e lá seria sacrificado no dia seguinte. Soares invocou o auxílio de N. S.^a do Livramento, prometendo ali edificar-lhe uma capela se conseguisse es-

capar ao suplicio e liberta-se. Alta noite, uma jovem silvícola, dêie enamorada, cortou-lhe a muçurana e o guiou à povoação donde viera, e lá chegou ao amanhecer. Soares casou-se com a sua salvadora e, anos depois, domados os índios, voltou em companhia da esposa, adquiriu o terreno necessário, construiu um templozinho em tapume. Mais tarde foi este reconstruído com melhores proporções, sendo atualmente um dos mais belos e artísticos templos católicos do interior do Estado. É matriz desde 1835. *Rendas públicas* — Para o exercício de 1942, orçou o município a receita em Cr\$ 200 000,00; arrecadou Cr\$ 234 811,80; fixou a despesa de Cr\$ 200 000,00 e efetuou a de Cr\$ 243 876,30. A Coletoria Federal, no citado exercício, arrecadou Cr\$ 147 473,70. Em 1941 a Coletoria Estadual teve a receita de 254:020\$800 e a despesa de 246:204\$400. *Repartições públicas* — Prefeitura Municipal, o Fórum, Posto de Higiene, Agência de Correio e Telégrafo, Estação Ferroviária, Coletorias Federal e Estadual, Repartição do Serviço de Água e Esgotos, Casa de Detenção, Mercado Público, Grupo Escolar, Patronato Agrícola. *Riquezas Naturais* — Há indícios de minério de ferro na serra da Caxexa; nos arredores de Manitu, ao pé da via férrea, há indícios evidentes de ferro e carvão. *Sede* — A cidade de Bananeiras, a O.N.O. da Capital do Estado, distanciada desta 143 km. elevando-se 522 metros sobre o nível do mar. Em 1922, a Comissão chefiada por A. Pimenta da Cunha, levantou-lhe as coordenadas: Lat. S. 6°-45'-10,43"; Long. E. do Rio de Janeiro 7°-35'-41,5", ao sul da Matriz. Distendem-se as ruas pelos declives de vários montes formadores da bacia do riacho que atravessa a urbe, caracterizada por vias de curta extensão, definindo os declives, sem possibilidades de se constituírem num homogêneo agregado de casas. A noite, apresenta a cidade magnífico efeito com a sua iluminação elétrica. O recenseamento de 1940 contou-lhe 371 prédios

urbanos, 215 suburbanos, 4 215 rurais e a população-urbana, 1 425 habitantes; suburbana, 827; rurais, 22 877. Na cidade se distinguem 2 avenidas, 10 ruas 5 ladeiras, 5 travessas, 3 praças, sendo uma ajardinada. *Vias de comunicação* — Bananeiras possui várias estradas que a ligam a outros municípios, mas a principal via é a estrada de ferro que lhe proporciona meio fácil e econômico de comunicar-se com a Capital, com o Recife, com as praças de Campina Grande e Natal. Dentro da cidade está o ponto terminal ferroviário do ramal que se bifurca em Itamataí, da linha Guarabira-Nova Cruz. Para transporte de mercadorias e passageiros, conta o município 20 automóveis, 2 auto-ônibus, 3 motocicletas, 8 caminhões e 18 carros de bois. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, lhe determinaram os seguintes limites municipais: — *Com Cuité*, começando no marco n.º 5 (de Areia), colocado à margem do Curimataú, no lugar Salgado, onde se estremam os municípios de Areia e Cuité, desce pelo referido rio até alcançar o marco n.º 1, situado na fazenda Poço Verde; dêste marco, segue em linha reta até o marco n.º 16 (de Bananeiras), no rio Curimataú; desce por êle até a foz do riacho Damião, no lugar Jaguaré, onde se estremam os municípios de Araruna e Cuité. *Com Araruna*, começando na foz do riacho Damião, no rio Curimataú, no lugar Jaguaré, desce pelo referido rio até o marco n.º 2, situado no lugar Capivara; dêste marco, segue em linha reta até alcançar o pico do serrote Capitão; prossegue ainda em linha reta até o marco n.º 3, situado à margem do riacho da Areia; desce por êsse riacho, que toma os nomes de Salgadinho e Carnaubinha, até cortar o caminho de tropa de Carnaubinha a Riachão, no lugar Salgadinho; deste ponto, prossegue por êsse caminho que divide Carnaubinha para os dois municípios até a sua interseção com a estrada velha de Lagoa da Serra;

dêste ponto, prossegue por essa estrada até alcançar o riacho, que nasce na serra da Boa Vista no lugar Volta; desce pelo referido riacho até a sua foz no rio Curimataú; desce ainda pelo rio, até a foz do riacho Dantas, no lugar Alagamar. *Com Caiçara*, começando na foz do riacho Dantas, no rio Curimataú, no lugar Alagamar sobe pelo referido riacho até alcançar o marco n.º 16 (de Caiçara), situado à margem da estrada de rodagem de Curimataú a Cachoeirinha; continua pela mesma até cortar o riacho Picada; dêste ponto, sobe por ela até a sua confluência com o riacho Gameleira; sobe por êste até alcançar a estrada de rodagem de Curimataú a Pirpirituba; prossegue pela mesma estrada até sua interseção com o caminho carroçável de Guarita, no lugar Ladeira de Pedra, onde se estremam os municípios de Caiçara e Guarabira. *Com Guarabira*, começando na interseção da estrada de rodagem Curimataú à Pirpirituba com o caminho carroçável de Guarita, no lugar Ladeira de Pedra, prossegue pelo referido caminho até alcançar o marco n.º 3, localizado na interseção dêste com a estrada de rodagem Pirpirituba — Bananeiras; continua por esta até alcançar o marco n.º 4, situado na interseção desta estrada com o caminho de tropa de Pacova, na fazenda do mesmo nome; dêste marco, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 5 localizado na linha de cumeada da serra do Bebedouro; segue pela cumeada desta serra e, em seguida, pela da serra da Samambaia, desce pela vertente ocidental, até alcançar o marco n.º 6, situado à margem do riacho Poço Escuro, no ponto onde o mesmo é cortado pela antiga estrada carroçável de Bananeiras. *Com Serraria*, começando no marco n.º 6, localizado à margem do riacho Poço Escuro, no ponto onde é cortado pela antiga estrada carroçável de Bananeiras, segue pela mesma até cortar o riacho Araçaji-Mirim, continua por êle até alcançar o pontilhão da estrada de rodagem Serraria — Camucá; prossegue pela

referida estrada até alcançar o marco n.º 7, situado na interseção desta com o caminho carroçável de Gamelas a Paulo Afonso; dêste marco, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 8, localizado no divisor de águas da serra de Gamelas; prossegue pelo referido divisor até alcançar o marco n.º 9, situado na interseção dos caminhos carroçáveis de Gamelas com o de Serraria a Engenho Velho; dêste marco, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 10, situado à margem direita do riacho Engenho Velho; desce por êle até a sua foz no rio Jacaré; sobe por êste rio, que no lugar Baixa Larga toma o nome de Lajedo do Frade, até o ponto em que corta o caminho de tropa de Salgado. Com *Areia*, começando no ponto onde o riacho Lajedo do Frade, no lugar Baixa Larga, corta o caminho de tropa de Salgado, até alcançar o marco n.º 5 (de Areia), situado à margem do rio Curimataú, no lugar Salgado, onde se estremam os municípios de Cuité e Areia.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Maia, começando na foz do riacho Dantas, no rio Curimataú, nos limites intermunicipais com Caçara e Araruna, sobe pelo referido riacho até a sua nascente na lagoa Dantas; prossegue em linha reta até alcançar o Cruzeiro existente no Pico de Roma.

Distrito da Sede com Camucá, começando no Cruzeiro existente no Pico de Roma, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 11, localizado à margem direita do rio Bananeiras, um quilômetro a jusante da cidade; dêste marco, prossegue em linha reta até alcançar o marco n.º 12, localizado a um quilômetro a leste da vila de Solânea.

Distrito da Sede com Solânea, começando no marco n.º 12, localizado a um quilômetro a leste da vila de Solânea, segue em linha reta até alcançar a nascente do rio Sombrio, desce por êle até a sua foz no rio Curimataú, nos limites intermunicipais com Araruna.

Distrito de Camucá com Maia, começando no Cruzeiro existente no Pico de Roma, segue em linha reta até alcançar o pontilhão da estrada de rodagem Camucá — Serraria, sobre o riacho Araçaji-Mirim, nos limites intermunicipais com Serraria.

Distrito de Camucá com Solânea, começando no marco n.º 12, localizado a um quilômetro a leste da vila de Solânea segue em linha reta até alcançar o marco n.º 13, situado a um quilômetro ao sul da mesma vila; dêste marco, prossegue em linha reta até alcançar o marco n.º 14, localizado na fazenda Ramada; finalmente, por outra linha reta até atingir o marco n.º 15, na fazenda Timbaúba, nos limites intermunicipais com Serraria.

Distrito da Sede com Dona Inês, começando na foz do rio Sombrio, no rio Curimataú, desce pelo referido rio Curimataú até a foz do córrego da Boa Vista, nos limites com Caçara.

Baraúna (Voc. ind., parece formar-se de *ibira-una*: pau ou madeira preta) — Futurosa povoação do município de Patos, à margem da rodovia que desce a serra da Viração para o vale do Pinharas. Tem algum trato comercial e escola pública primária.

Barra (V. *Ibiapina*) — Lugarejo do município de Ibiopinópolis. Conta uma escola pública mista.

— Lugarejo do município de Pilar. Em 1942 sua aula pública mista matriculou 41 alunos, tendo a frequência média de 25.

— Povoado do município de Sousa, com uma escola primária que matriculou 13 alunos em 1942.

Barra de Camaratuba — Povoado à margem do Atlântico, na foz do rio que lhe dá o nome. Os seus moradores se entregam à pesca e à agricultura. É do distrito de Baía da Traição, município de Mamanguape. Está na lat. S. 6.º-36'-40" e long. W. Gr. 34.º-57'-44".

Barra de Cuiteji — Povoado do distrito de Cuiteji, município de Guarabira. Sua aula pública primária, em 1942, teve 40 matriculados e 29 de frequência média.

Barra de Mamanguape — Povoado à margem direita da foz do rio Mamanguape, no Atlântico. São pescadores, os seus habitantes. Suas coordenadas: lat. S. 6.º-47'-12" e long. W. Gr. 34.º-57'-45".

Barra de Natuba — Povoação do município de Umbuzeiro, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938. Dista da sede para o N. 15 quilômetros. Está à margem esquerda do riacho que lhe dá o nome, próxima da confluência deste com o Paraíba. Natuba teve grande importância, tendo subido a sede do Município. Depois decaiu, a ponto de perder a categoria de Paróquia de N. S.ª do Rosário. É distrito agrícola e centro exportador de café. Realiza, semanalmente, uma feira bem concorrida; tem aula pública mista, Agência Postal. Segundo o Recenseamento de 1940, conta 62 prédios urbanos, 21 suburbanos, 1462 rurais e a população: urbana, 190 habitantes; suburbana, 78; rural, 4985.

Barra de Santa Rosa — Vila do município de Cuité, à margem do rio Santa Rosa. É próspera. Sua população se entrega aos labores agrícolas-pastoris, sendo bem reputados os queijos que ali se fabricam, constituindo um dos principais ramos do seu comércio. Conta igreja de boa construção, aula pública mista, Agência Postal-Telefônica, iluminação elétrica e realiza semanalmente, feira abundante e concorrida. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 214 prédios urbanos, 72 suburbanos, 1210 rurais e a população: urbana, 636 habitantes; suburbana, 249; rural, 5720.

Barra de São Miguel — (V. *São Miguel*).

Barra do Xandu — Povoado do município de Cabaceiras, à margem do açude construído pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. Tem a barragem 900 000 m³ de capacidade.

Barreira Rachada — Curiosa abertura numa barreira à margem do oceano, entre as pontas de Tambaba e Pitimbu.

Barreiras — Grande povoação pertencente ao município de Santa Rita e ao da Capital, ligando-se a esta por uma ponte sobre o Sanhauá. Distende-se ao longo da rodovia do interior, já em parte pavimentada a paralelepípedos, no trecho entre a margem esquerda do Sanhauá e a cidade de Santa Rita. A povoação, com as suas ruas transversais, as suas vilas, os seus pomares, é muito aprazível e conta população superior a 3 000 habitantes. Possui uma capela de São Sebastião, aulas públicas primárias, uma estação de expurgo de sementes, iluminação elétrica. Notam-se-lhe as seguintes seções: Baralho, Boa Vista, Parada da ferrovia Conde d'Eu e Tambaí. Ocupa a península formada pelos rios, Paraíba ao N. e do Meio, Marés e Sanhauá a L. e S. O nome da povoação veio do engenho Barreiros, que ali existiu e na invasão holandesa pertencia a Domingos Carneiro.

Barreiros — Povoado do município de São João do Cariri, tendo uma escola pública primária com 43 matriculados, em 1942, e 34 de frequência média.

Barriguda — Lugarejo do município de Alagoa Grande; tem aula pública que matriculou 53 alunos, em 1942.

Barros — Povoado do Município de Umbuzeiro; tem aula pública primária, com a matrícula, em 1942, de 32 alunos e a média de 19.

Bastiões — Povoado e parada no ramal da estrada de ferro de Mulungu a Alagoa Grande; pertence a este município.

Batalha — Lugarejo à margem esquerda do rio Paraíba, ao S. da ponte, e pertencente ao município de Maguari de cuja sede dista 6 quilômetros. É local histórico. No tempo da dominação holandesa, a guerrilha comandada pelo afamado Rebelinho, atacou, de improviso, no dia 17 de novembro 1636, o engenho Espírito Santo, então propriedade de um batavo, lá estando o governador da Paraíba, Ippo Eisen, que morreu na ação. Cometida a façanha, recuou Rebelinho para os lados da Capital e, à margem esquerda do Paraíba, foi alcançado por numeroso corpo inimigo. Acossado fortemente, atravessou o guerrilheiro o rio, com o intuito de alcançar a mata. O esforço positivava-se inútil, ante a superioridade numérica dos flamengos, quando, inesperadamente, surgiram os terços de Sebastião Souto e Henrique Dias, sendo os holandeses desbaratados. O voto de um combatente perpetuou o acontecimento, edificando, depois da Restauração, uma capelinha dedicada a N. S.^a da Batalha, à margem esquerda do rio, e outra, a uns dois quilômetros da margem direita do referido rio, justamente no lugar onde Rebelinho recebeu o auxílio. (V. *Socorro*.)

Batalhão — Município nos limites S. O. do Estado, no planalto da Borborema e na transição Cariri, para a zona sertaneja. Ocupa uma área de 1 216 quilômetros quadrados, contando, segundo o Recenseamento de 1940, 670 prédios nas zonas urbanas, 51 nas suburbanas, 2 828 nas rurais e a população: urbana, 1 737 habitantes; suburbana, 171; rural, 14 290. **Açúdes** — Município agrícola pastoril, registra uns trinta pequenos açúdes particulares. **Administração** — É, politicamente, dirigido por um prefeito, de livre nomeação do Interventor Federal, auxiliado por 13 funcionários permanentes. Sendo comarca de primeira entrância, um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar, têm a seu cargo os interesses da Justiça. A segurança pública cabe a um delegado de polícia,

na sede, nomeado pelo Interventor Federal; a subdelegados, nos distritos, nomeados pelo Secretário do Interior e Justiça, e a suplentes, nomeados pelo Chefe de Polícia. Estes cargos estão sendo exercidos por oficiais e inferiores da Força Pública. **Aspecto físico** — O município assenta no planalto da Borborema, parte, na região das bromélias e cactáceas; parte nos acidentados das serras, cujas encostas ocidentais declinam para o sertão. A serra do Pico, a principal do município, circunda a região e, a uns 15 quilômetros da sede eleva-se num bloco granítico, segundo Irineu Jófili, superior em volume e altura, ao Pão de Açúcar, do Rio de Janeiro. Depois do Jabre, é o segundo ponto do Estado, em altura (V. *Pico*). **Assistência social** — Batalhão tem, a inaugurar um hospital regional. Não conta outro departamento, outro órgão de assistência pública. **Clima** — É quente e seco, sujeito a períodos de longas estiagens. É muito salubre. Na estação das chuvas, a temperatura pode descer até 18°C; no estio, porém, eleva-se às vezes, a 33°C, à sombra. Quase sempre as noites são muito agradáveis. **Comércio** — Não é considerável o movimento comercial, pois quase se limita ao da sede. **Curiosidades** — A mais notável é a gruta onde existe o Olho-d'Água do Pedro (V. *Olho-d'Água do Pedro*). **Demografia** — No município, registraram-se em 1941: 191 nascimentos, 47 casamentos, 259 óbitos. A delinquência constou de 23 contravenções e 11 crimes, nenhum destes de homicídio. **Distritos** — Conta o da sede e o de Sarapó. **Etnografia** — Os habitantes de Batalhão descendem do português e do cariri. **Fauna e flora** — A fauna é variada em pássaros, pombos silvestres, aves trepadoras, insetos reptis. Dos animais, ainda se encontram espécimes de onças, gatos bravos, tatus. Caracteriza a região a variedade de bromélias, de cardos e cactáceas. Nos distritos serranos se encontram ainda restos de matas. **Fazendas agrícolas e pas-**

toris — Existem no município umas cinquenta fazendas de criação, que são também propriedades agrícolas. Entre elas se contam vários engenhos que fabricam rapaduras. Para estimular e auxiliar os agricultores, funcionam no município um Posto do Fomento Agrícola, 30 campos experimentais e Cooperativa de Crédito. Não obstante a seca declarada na Paraíba, em 1941, arrolaram-se em Batalhão: 19 410 bovinos, 8 000 eqüinos, 3 530 asininos, 1 500 muares, 2 000 lanígeros, 3 000 caprinos, 3 500 suínos e 6 000 aves. *Feiras* — Na cidade e na vila se realizam, semanalmente, feiras muito animadas. *Hidrografia* — A bacia hidrográfica do município é a do rio Taperoá, que nasce no município de Teixeira, recebendo no município vários tributários, sendo os mais importantes o Bonito, o Carneiro e o Cosme Pinto ou Unebactus dos indígenas. *História* — Batalhão resultou do esforço religioso. Em 1703, o licenciado Francisco Tavares de Melo, o Capitão Gonçalo Pais, o ajudante Cosme Pinto requereram a primeira sesmaria ao lado da estrada que seguia do Cariri a Piranhas. Situararam fazendas de criação. Até 1824, o local onde hoje é a cidade estava despovoado e nêle se deu uma batalha entre legalistas e republicanos da Confederação do Equador que se dirigiam ao Ceará. Os revolucionários foram vencidos após renhida peleja, pegando ao local o nome Batalhão, grande Batalha, em memória ao acontecimento. Em 1865, pertencendo a São João do Cariri, existia ali uma fazenda de criação, vindo morar na respectiva casa de vivenda, Manuel de Farias Castro. Nas imediações ergueram-se outras moradias. Em 1874, o missionário Hermenegildo Herculano Vieira da Costa iniciou a construção de uma capela. O povoado aumentou com as posteriores missões do Padre Ibiapina, que concluiu a capela, dando-lhe Manuel de Farias Castro o indispensável patrimônio. A estada dos sacerdotes Custódio Luís de Araújo e Sousa, João Beneve-

nuto e Manuel da Costa Ramos, muito influiu no desenvolvimento da povoação que, em 1880, contava mais de 50 casas residenciais. Por Lei provincial de 6 de outubro de 1886, foi elevada a vila. Por ato do Governo Provisório de 14 de junho de 1890, foi criada comarca, sendo seu primeiro juiz de direito, o Dr. Félix Daltro Cavalcânti e primeiro Promotor Público o Dr. João Machado da Silva. Perdeu a categoria no ano seguinte, voltando à dependência da Comarca de São João do Cariri. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, restituiu-lhe a categoria de comarca e deu-lhe os foros de Cidade. O Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe para o atual, restabelecendo-lhe o nome primitivo, substituindo a denominação de Taperoá, que lhe fôra aplicada por Lei municipal de 1909. *Indústria* — No município existe sòmente a indústria agrícola pastoril com o auxílio de 4 instalações de beneficiar algodão. Em 1941 o município exportou 12 000 sacos de milho (de 60 kg cada um); 25 toneladas de batatas doces, 1 000 saços de feijão, 160 000 kg de algodão em caroço, 120 toneladas de cana-de-açúcar e 5 000 kg de rapaduras. *Instrução* — No município existe sòmente a instrução primária, distribuída por 13 escolas, inclusive um grupo escolar, a cargo de 14 professores. Esses estabelecimentos, em 1942, matricularam 594 alunos, resultando 418 de frequência média. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, estabeleceram as seguintes linhas divisórias municipais: — *Com Teixeira*, começando na lagoa do Tabu, na serra dos Cariris Velhos, nos limites com Pernambuco, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 7, (de Teixeira) colocado no divisor de águas da serra do Meio; dêste marco, prossegue pelo referido divisor e em seguida pelo da serra da Matinha até encontrar o Tanque dos Negros, na fazenda Bi-

zarro; daí, prossegue por uma linha reta até alcançar o marco n.º 6 (de Teixeira), situado na fazenda Juá; ainda por outra linha reta, prossegue até o marco n.º 5 (de Teixeira), na fazenda Fundamento; dêste marco, finalmente, segue em linha reta até alcançar o pico da Pedra do Flamengo, à margem do riacho Mufumbo; finalmente, desce por ele até alcançar o marco n.º 1, onde se estremam os municípios de Patos e Teixeira. *Com Patos*, começando no marco n.º 1, colocado à margem direita do riacho Mufumbo, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada da serra da Borborema, prossegue por ela até encontrar o marco n.º 2, colocado na fazenda Sabino Pinho; dêste marco, segue por outra linha reta até o marco n.º 3, colocado à margem da rodovia-tronco, no lugar Batentes, onde se estremam os municípios de Patos e Ibiapinópolis. *Com Ibiapinópolis*, começando no marco n.º 3, segue à margem da rodovia-tronco, no lugar Batentes, segue por ela até a ponte da Barra, sobre o rio da Barra, Mucuitu ou Poço dos Cavalos; daí, desce por ele até alcançar o marco n.º 4, colocado à sua margem esquerda, na fazenda Malhada Alegre, onde se estremam os municípios de São João do Cariri e Ibiapinópolis. *Com São João do Cariri*, começando no marco n.º 4, colocado à margem do rio Mucuitu ou Poço dos Cavalos, na fazenda Malhada Alegre, segue em linha reta até o marco n.º 5, colocado na fazenda Caraça (que fica dividida para os dois municípios); dêste marco, prossegue por outra linha reta que divide a lagoa Tapada para os dois municípios até atingir o marco n.º 6, colocado na fazenda Campo Grande de Cima; ainda por outra linha reta, prossegue até o marco n.º 7, na fazenda Serrote de Cima; finalmente, segue dêste marco até atingir a linha de cumeada da serra de São Gonçalo; prossegue por ela e em seguida por outra linha reta até a lagoa do Fundão, nos limites com Pernambuco. *Com Pernambuco* — (Mu-

nicipio de São José do Egito), começando na lagoa do Fundão, na serra dos Cariris Velhos segue pela linha de cumeada desta serra até atingir a lagoa do Tabu, onde se estrema com o município de Teixeira.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Sarapó, começando no marco n.º 6 (de Teixeira), colocado na fazenda Juá, segue em linha reta até o marco n.º 8, situado na fazenda Campo Verde; dêste marco, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 9, colocado na fazenda Salgado; ainda por outra linha reta, prossegue até o marco n.º 10, situado na fazenda Parelhas; finalmente, por outra linha reta até o marco n.º 7, na fazenda Serrote de Cima, nos limites com São João do Cariri. *Necessidades locais* — Batalhão precisa de estradas, de capitais para desenvolver suas indústrias e, sobretudo, de maior iniciativa dos seus habitantes. *Meio social* — Pelo menos na sede, o meio social revela adiantamento, possuindo sociedades esportivas, recreativas, e religiosas. *Patrimônio municipal* — Em 1942 o patrimônio do município somava Cr\$ 226 236,10. *Povoações* — O município é pouco povoado; depois da Vila de Sarapó, os maiores agregados de habitações se encontram nas fazendas. Os principais são: Bonito, Queimadas, Quixabas, São José e Suçuarana. *Religião* — O município constitui a freguesia de N. S.ª da Conceição, criada por Decreto Diocesano de 11 de janeiro de 1904. *Rendas públicas* — Em 1941, a Coletoria Estadual arrecadou 235:315\$150 e despendeu 97:902\$600. A Coletoria Federal, no exercício de 1942, teve a receita de Cr\$ 91 144,10. Para o exercício de 1942, a Prefeitura orçou sua receita em Cr\$ 92 000,00; arrecadou Cr\$ 81 297,40; fixou a despesa de Cr\$ 123 000,00 e efetuou a de Cr\$ 81 511,00. *Repartições públicas* — Existem na sede: Prefeitura Municipal, Fórum, Coletórias Federal e

Estadual, Grupo Escolar, Mercado Público, Agência Postal-Telegráfica. *Sede* — A sede é a cidade Batalhão, bem situada à margem direita do Taperoá, distando da Capital 257 quilômetros; de Campina Grande 120; de Patos, 80. É bem edificada e aprazível. Pelo Recenseamento de 1940 se verificou a existência de 544 prédios urbanos, 27 suburbanos, 1 981 rurais e a população: urbana, 1 406 habitantes; suburbana, 90; rural, 10 137. A Comissão Geográfica Pimenta da Cunha, em 1922, determinou-lhe as coordenadas: lat. S. 7°-12'-23,93"; long. E. do Rio de Janeiro: 6°-25'-30", em frente da matriz. *Vias de comunicação* — Conta estradas carroçáveis e, para transporte de mercadorias e passageiros, existem no município 4 automóveis, 4 motocicletas, 5 caminhões e 18 carros de bois.

Beatriz — Serra a E. do município de Alagoa Nova, nos limites deste com o de Alagoa Grande. É muito agrícola, e seção da Copaoba pertencente à Borborema. O nome proveio de sua antiga proprietária.

Bebedouro — Povoado do município de Guarabira, tendo aula pública primária que matriculou 64 alunos em 1942.

Belém — Vila de Caiçara. (V. *Curimataú*.)

— Antiga Frade. Povoação do município de Princesa Isabel. Conta uma capela dedicada a N. S.^a da Conceição. Em 1942 sua aula teve 33 matriculados e frequência média de 30.

— Vila do município de Antenor Navarro. (V. *Uiraúna*.)

— Vila do município de Brejo do Cruz. (V. *Bom Jesus*.)

Belo Horizonte — Lugarejo do município de Cajazeiras. Sua aula primária, em 1942, teve 52 alunos de matrícula e 28 de frequência média.

Bernardo — Lugarejo do município de Araruna; sua escola pública primária reuniu 46 matriculados em 1942, com a média de 37.

Bessa — Lugarejo de pescadores à margem do oceano e a L. do rio Jaguaribe. Pertence ao município da Capital; tem capela particular e serve de estação balneária. Deu-lhe o nome, seu primeiro proprietário, Manuel Bessa, que ali habitou em fins do século XVII.

Bica de Maria Feia — Manancial de boa água potável e de servidão pública, correndo do sopé da colina da Cruz do Peixe, arrabalde da Capital, para o rio Mandacaru.

Bica do Gravatá — Fonte pública na Capital do Estado, na cidade baixa no lado ocidental da rua Maciel Pinheiro. É de boa construção, internando-se no solo as suas quatro paredes laterais, de boa cantaria, tendo acima uma muralha de proteção. Internamente, das faces L. S. e N. jorrava por torneiras de bronze, a água que se colhia, sendo mais potável a que brotava do lado oriental. Duas escadarias laterais ao S. e ao N. davam acesso. O todo ocupava um retângulo, tendo o lado menor, calculadamente, oito metros. Foi edificada às expensas do povo em virtude das deliberações da Provedoria da Fazenda de 30 de outubro de 1784 e 20 de agosto de 1785. Em 9 de setembro de 1839, perante o Juiz do Cível da Cidade, foi avaliada em 2:500\$000. Reconstruíram-na várias vezes, mas entre 1918 e 1921, foi soterrada.

Bica do Sapo — Fonte que brotava de uma pedreira calcária na aba da colina onde assenta o atual arrabalde do Roger.

Bica dos Milagres — Fonte pública, pertencente ao Estado, ao lado S. da ladeira de São Francisco.

Bica do Tambiá — Fonte pública da cidade de João Pessoa, no extremo E.N.E. De todas as fontes da capital paraibana, é a de melhor construção, acrescentando-lhe a circunstância de ser a mais abundante e de excelente água potável. Sua construção, por conta de subscrição popular, procede da deliberação da Provedoria da Fazenda, de 2 de março de

1782; em 9 de setembro de 1839, foi avaliada em 3:000\$000. Está no sopé da colina outrora coberta por intrincado arvoredado. Começava por uma abóbada de cantaria, protegendo a origem do manancial, escoando-se as águas por uma galeria em direção ao N., indo cair num depósito que, para o exterior, as despejava por três torneiras de bronze. Esse depósito é em cantaria lavrada, apresentando artístico frontal facejando o quadrado das paredes laterais, que por meio de escadarias permitem o acesso às torneiras. A pavimentação interna era em mármore português. Foi remodelada em 1889 e em 1892. O Dr. Guedes Pereira, Prefeito da Capital entre 1921 e 1924, fez uma transformação no local da fonte, conservando desta as linhas primitivas, aproveitando o excesso de suas águas para pequenos lagos e banheiros públicos, suavizando a feição do bosque, transformando tudo ali num aprazível logradouro público — o Parque Arruda Câmara. Várias lendas se conhecem a respeito da Bica do Tambiá.

Boa Esperança — Povoado do município de Sousa. Tem aula pública primária que, em 1942, teve 31 matriculados e 14 de frequência média.

Boa Vista — Vila de Cabaceiras. (V. *Ledo*.)

— Vila de Bananeiras. (V. *Camucá*.)

— Serra do município de Monteiro, onde dizem existir jazidas de várias espécies de gemas preciosas, como o topázio, o diamante.

— Povoado do município de Pombal, nas adjacências do açude que lhe deu nome. A barragem foi construída pelo município em colaboração com a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, tendo capacidade para reunir 800 000 m³ de água.

— Povoado do município de Monteiro, possuindo uma escola pública primária. Esta, em 1942, matriculou 40 alunos.

— Lugarejo do município de Sapé. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 31 alunos contra a média de 20.

— Lugarejo do município de Taboão, contando aula pública primária; 42 matriculados em 1942 e 24 de frequência média.

— Povoado do município de Brejo do Cruz. Tem aula pública. Em 1942, registrou 37 alunos, que lhe deram 24 de frequência média.

— Povoado do município de Conceição. Em 1942, matricularam-se 29 alunos em sua aula pública primária.

Bocaina — Serra do município de Sabujá, pertencente ao sistema da Borborema. É na extensão de alguns quilômetros formada de um verdadeiro monólito, tendo em todo comprimento de seu cume um profundo sulco, levantando-se os lados com a maior regularidade, verticalmente e paralelos, numa largura de poucos metros. Consideram a curiosidade o resultado de um terremoto. Próximo da serra se ouvem, periodicamente, rumores subterrâneos.

Boca da Mata — Povoação do distrito de Pedras de Fogo, município de Maguari. Suas casas estão à sombra de extenso pomar, donde conduzem para Goiânia e Recife grande quantidade de frutas; seu afastamento da Capital e da sede do município a que pertence e a falta de uma rodovia, têm-lhe estorvado o desenvolvimento. Dista 15 quilômetros do litoral. Conta iluminação pública, um Posto de arrecadação e realiza uma feira semanal. Foi distinguida com uma agência postal, até agora não inaugurada. Funcionam na povoação duas aulas públicas que em 1942 tiveram 120 alunos, resultando 79 de frequência média.

~ **Bodocongó** (Voc. ind., talvez corr. de *boi-to-cogoi*: muita fôlha comestível) — Antiga povoação do município de Cabaceiras, à margem esquerda do rio Paraíba. É de medíocre edificação,

tendo uma capela dedicada à Santa Ana. Foi duas vezes elevada à categoria de Vila e duas vezes a perdeu. Nela funcionam uma Agência Postal e uma escola pública. Também é conhecida pelo nome de Barra de Santana.

— Quase arrabalde de Campina Grande, à Margem da rodovia-tronco, e do açude Bodocongó, construído pela Inspetoria Federal das Obras Contra as Secas, tendo 1 000 000 de metros cúbicos de capacidade. Ao lado da barragem está uma fábrica de fiação. Duas aulas primárias funcionam na localidade, as quais, em 1942, matricularam 103 alunos, tendo 70 de frequência média.

Boiçó (Voc. *mboi-icó*: piolho de cobra) — Lugar ao N.O. da Capital onde nasce o rio Mandacaru ou Tambiá Grande, tributário da margem direita do Paraíba.

Bois — Serra nos limites de Areia e Alagoa Grande.

Boi Velho — Povoação do município de Monteiro, ficando 35 quilômetros a N. da sede. Conta população superior a 150 habitantes, uma igreja de N. S.^ª da Conceição. Os seus moradores se ocupam na criação de gado e na agricultura. Realiza animada feira aos domingos. É local de reputada salubridade.

Bom Conselho — Nome que teve a cidade de Princesa Isabel (V. *Princesa Isabel*).

Bom Jesus — Tinha o nome de Belém, mudado para o atual, pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, que lhe deu a categoria de vila. Pertence ao município de Brejo do Cruz. Tem Agência de Correio e aula pública primária. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 86 prédios urbanos, 43 suburbanos, 1 593 rurais e a população: urbana, 248 habitantes; suburbana, 274; rural 6 455.

— Lugarejo do município de Cajazeiras, tendo uma escola pública primária.

Em 1942, matriculou 43 alunos. Frequência média, 20.

Bongá (Voc. ind., talvez corr. de *boi-guaá*: muito curva) — Serra de 25 quilômetros, ao S. da sede do município de Jatobá, pertencente ao sistema Araripe e serve de linha divisória entre Paraíba e Ceará. No território paraibano toma diversos nomes e de suas fraldas setentrionais e meridionais, nascem os rios Piranhas e Piancó.

Bonito de Santa Fé — Município nos limites ocidentais do Estado, ocupando a área territorial de 510 quilômetros quadrados, contando a população, segundo o Recenseamento de 1940, de 958 habitantes nas zonas urbanas, 405 nas suburbanas, 5 229 nas rurais, acomodados em 316 prédios urbanos, 94 suburbanos e 1 228 rurais. **Açudes** — Conta vários açudes particulares que reservam água por dois anos seguidos. **Administração** — Dirige o município, um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por 20 funcionários permanentes. Sede de comarca de primeira entrância, um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar, têm a responsabilidade dos interesses da Justiça. A segurança pública cabe a um delegado, na sede, a subdelegados, nas vilas, nomeados, o primeiro, pelo Interventor Federal, os demais pelo Secretário da Justiça; existem ainda três suplentes, para os referidos cargos, escolhidos pelo Chefe de Polícia do Estado. **Agricultura** — Não obstante fazer-se criação de gado, o município é propriamente agrícola, cultivando-se a mandioca, o milho, a cana-de-açúcar e o algodão. **Aspecto físico** — Grande porção do município está situada em terrenos acidentados, pois até ele chegam contrafortes das serras do Araripe e da Borborema. Não obstante, conta também tabuleiros e avarzeados próprios para a criação. **Comércio** — Município novo ainda está em período de desenvolvimento o seu comércio, tendo a estorvá-lo a falta de estradas e de trans-

porte. *Clima* — É excelente o clima de município e, apesar de isento de umidade, tem experimentado a queda de granizos, causando prejuízos à lavoura. *Distritos* — Conta o da Cidade e o da Vila de Monte Horebe. *Etnografia* — Os primitivos habitantes da região, foram índios da família cariri. A estes se juntaram colonos portugueses e brasileiros, provindos de Ceará e Pernambuco e mesmo da Paraíba, constituindo a base da população atual. *Feiras* — Na sede, na vila, se realizam, semanalmente feiras abundantes. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Conta o município algumas dezenas de fazendas agrícolas ainda seguindo velhos métodos, o mesmo se observando em relação ao pastoreio. O arrolamento dos seus rebanhos em 1941, ano em que se positivou a seca no Estado, foi: bovinos, 6 000; eqüinos, 1 500; asininos, 600; muare, 1 500; lanígeros, 2 000; caprinos, 3 000; suínos, 4 000; aves, 40 000. *Fauna e flora* — Conta animais de certo porte como a onça, o porco montês, o veado, a rapôsa e outros menores como o Tamanduá, o tatu, o mocó. Há variedades de pássaros e de insetos. O município conta algumas matas que fornecem madeiras excelentes para a construção e marcenaria. *Hidrografia* — Nos limites do município com o de Conceição, nasce o rio Piranhas e os seus tributários, os riachos Bonito, Cachoeirinha, e Paud'Arco. *História* — Bonito de Santa Fé, era distrito de Jatobá, antigo São José de Piranhas. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, criou o município, sob o nome de Bonito e elevou a sede a cidade e a comarca de primeira entrância. O Decreto-lei estadual número 520, de 31 de dezembro de 1943, fê-lo voltar ao seu nome primitivo, — Bonito de Santa Fé. E realmente foi este o nome que lhe deram os seus primeiros colonizadores. É corrente que, domado o gentio Cariri, um membro da família Arruda Câmara, vindo de Pernambuco, situou-se, vendendo depois sua propriedade a Martim Lopes Diniz,

Manuel José de Sousa e Francisco de Sousa, este baiano. Tais foram os iniciadores do povoamento da região, que prosperou graças à agricultura praticada. O povoado se desenvolveu, mas experimentou certa decadência quando quiseram substituir, nas serras, a agricultura pelo pastoreio. Corrigiram o erro e o município está em franca prosperidade, não obstante ser de criação recente. *Indústria* — Sòmente a agrícola e a pastoril. Em 1941 exportou 92 400 kg. de algodão em pluma, 15 000 sacos de 60 kg de farinha de mandioca, e 60 000 kg de rapaduras. *Instrução pública* — Existe no município sòmente a primária, distribuída por 6 aulas a cargo de 6 professores. Essas escolas, em 1942, matricularam 251 alunos, tendo a freqüência média de 164. *Limites* — O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, e o de n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, determinaram-lhe os limites municipais seguintes: — Com o Ceará (*Município de Mauriti*), começando no marco n.º 1 (de Conceição), situado na linha de cumeada da serra da Arara, segue por ela e, em seguida, pelo seu contraforte conhecido pelo nome de serra do Braga, até alcançar o marco n.º 1, onde se estremam Mauriti (do Ceará) e Jatobá. Com Jatobá, começando no marco n.º 1, situado na linha de cumeada da serra do Braga, segue por uma linha reta até alcançar o marco n.º 2, situado no antigo cemitério do Braga; dêste marco prossegue por uma linha reta que corta o riacho dos Patos e atinge o pico do serrote Pinga; dêste pico, prossegue pela linha de cumeada que separa as águas dos riachos dos Patos e Pinga até o boqueirão conhecido por Cachoeira de Canoas; atravessa o boqueirão, galga a vertente oposta até a sua linha de cumeada, prossegue por ela até atingir o marco n.º 3, situado à margem esquerda do rio Piranhas, no lugar conhecido por Cachoeira do Cabral; deste marco, desce pelo dito rio até o marco n.º 4, situado no lugar Boqueirãozinho; e daí, sobe

pela vertente até alcançar a linha de cumeada que divide as águas dos riachos Pascoal e da Corda até o marco n.º 5; dêste marco, prossegue então em linha reta até o de n.º 6, situado à margem do riacho da Corda; finalmente, segue ainda em linha reta até o marco n.º 7, situado na linha de cumeada que separa as águas do riacho da Corda do Capim Verde. Com *Misericórdia*, começando no marco n.º 7, colôcado na linha de cumeada que divide as águas do riacho da Corda do riacho Capim Verde, segue por ela que toma, em seguida, o nome de serra Grande até o marco n.º 2 (de Conceição), colocado na garganta do Besouro, onde se estre-mam os municípios de Misericórdia e Conceição. Com *Conceição*, começando no marco n.º 2 (de Conceição), situado na garganta do Besouro, segue pela linha de cumeada que toma sucessivamente os nomes de Bom Jesus, do Carroá, e de Queixada, até o serrote das Piranhas; continua, ainda, pela linha de cumeada do contraforte conhecido por Balanço do Saco dos Bois, garganta da Mata Fresca e Cacué, até o marco n.º 1 (de Conceição), situado na serra da Arara.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Monte Horebe, começando na nascente do riacho Solidão, na linha de cumeada da serra do Braga, desce por êle até a sua foz, no rio Piranhas, e por êste até o marco n.º 3, situado no boqueirão conhecido pelo nome de Cachoeira do Cabral, nos limites com Jatobá. *Necessidades locais* — Município novo, distanciado dos maiores centros, necessita de rodovias que lhe facilitem as comunicações, especialmente com a capital do Estado. Além disto, fazem-se necessários as contruções de barragens de maior capacidade, um estabelecimento de crédito para auxiliar os fazendeiros, e um certo número de escolas rurais. *Patrimônio municipal* —

Em 1941 o patrimônio municipal somava Cr\$ 113 745,10. *Povoações* — Viana é o povoado mais importante do município. *Religião* — Constitui o município uma sã freguesia de Santo Antônio, criada em 1918, tendo na sede a igreja-matriz, templo de regular construção. *Rendas públicas* — A receita do município para o exercício de 1941, foi orçada em..... 57:500\$000. Foi arrecadada a de..... 40:490\$700; fixaram a despesa de..... 73:000\$000 e efetuaram a de 40:490\$700. *Repartições públicas* — Agência Postal-Telegráfica, Prefeitura e Fórum, Grupo Escolar e Mercado Público. *Sede* — A sede, a cidade Bonito de Santa Fé, ocupa posição excelente e alta, numa esplanada com belíssima perspectiva. Seu comércio é, relativamente, animado e promissor. A edificação é regular, possuindo a cidade iluminação elétrica, serviço de remoção de lixo e três aulas públicas primárias. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 259 prédios urbanos, 88 suburbanos, 758 rurais e população: urbana, 805 habitantes; suburbana, 385; rural, 5 929. No perímetro urbano da sede estão: 11 ruas, 10 travessas, e 2 largos. *Vias de comunicação* — Por meio de caminhos carroçáveis se liga aos municípios vizinhos, sendo mais fácil comunicar-se com Pernambuco ou Ceará do que com a Capital do Estado. Para esta, o itinerário mais conveniente, nos tempos atuais, será: da sede a Monte Horebe, 18 quilômetros; dêste a Jatobá, 18 quilômetros; de Jatobá a Cajazeiras onde passa a rodovia-tronco, 36 quilômetros; de Cajazeiras a Sousa, 48; a Pombal, 60, a Malta, 42; a Patos, 36; a Juazeirinho, 86; a Campina, 86; a João Pessoa, 120 ou seja um total de 550 quilômetros.

Boqueirão — (V. Carnoió.)

— Povoado do município de Caicara; tem aula pública primária que matriculou 37 alunos em 1942.

— Povoado do município de Cajazeiras. Em 1942 sua aula pública registrou 59 matriculados e a frequência média de 31.

— Lugarejo do município de Guarabira, cuja escola primária registrou 46 alunos em 1942, com a frequência média de 28.

Boqueirão dos Coxos — Povoação do município de Piancó à margem do Rio do Coxos. Tem uma capela de N. S.ª dos Milagres e uma aula pública mista. O distrito conta várias engenhocas que fabricam rapaduras.

Boqueirões — Soluções de continuidade nas serras, em consequência da ação das águas. Dentre os boqueirões na Paraíba, destacam-se: o da serra do Boqueirão onde assenta a Vila de Carnoió, o qual, segundo o engenheiro suíço e geólogo H. Baudman, que fez observações quando a serviço das Obras Contra as Secas, podia ser transformado num considerável reservatório, fazendo-se uma barragem de 12 metros de altura; o do Cabeçudo, formado pelo rio Curimataú na serra do Cabeçudo; o do Aguiar, o de Piranhas e o de Coremas, já fechados pelo Serviço Federal de Obras Contra as Secas, do Estado.

Borborema (Voc. ind. corr. de *porpora-iema*: sem moradores) — Cordilheira pertencente ao maciço nordeste-oriental do Brasil. Segundo o Padre Luís Santiago, no seu trabalho. "Espinhaço da Borborema", esta "nasce no Atlântico, entre Touros e Macau, do Estado do Rio Grande do Norte. Liga-se ao chapadão da serra Verde, passa no município de Lajes, deste estado, liga-se à serra do Bonfim e de Santana, à do Doutor, ainda no Rio Grande do Norte. Liga-se à do Mulungu e à de Santa Quitéria, à da Lagoa e à serra do Cuité, todas as quatro servindo de limites entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba. Da serra do Cuité por diante, segue pelo município de Picuí, tocando nos seguintes pontos: Morro do Novilho, Serrote, Serra Selada, Lagoa dos Currais, Galante, Lágrimas, Cisplatina, Cumarus,

Sorriso, por fim o chapadão de Campos Novos, que assenta nos municípios de Cuité, Picuí, Campina Grande, e Juazeirinho, todos da Paraíba. Segue em direção à serra do Teixeira, na Paraíba, passando pelos seguintes pontos: adjacências, poente e norte de Soledade e Juazeirinho, entre Taperoá e Santa Luzia, ligando as serras da Escurinha, Chantaris, Espinharas, São Francisco e, por fim, a do Balanço, no município de Teixeira, nos limites de Paraíba, Pernambuco e Ceará". A Borborema forma, no Estado, seis regiões distintas: Litoral, Caatinga, Brejo, Curimataú, Cariri e Sertão, tendo como ponto culminante o pico do Jabre (V. *Jabre*).

— Nome por que é também conhecida a serra do Cuité.

— Vila do município de Bananeiras. (V. *Camucá*.)

Braga — Lugarejo do município de Caiçara, servido por uma aula pública primária que teve 46 matriculados e 28 de frequência média, em 1942.

Brejo — Região central a O. da capital do Estado, entre a Caatinga e o Cariri. É uma área de 2 358 quilômetros quadrados, com 178 632 habitantes. Muito acidentada, porém com as melhores possibilidades agrícolas, regada por inúmeros regatos permanentes, raramente alcançada por estiagens prolongadas. Na região assentam os municípios de Alagoa Nova, Areia, Serraria, Bananeiras, parte dos de Guarabira e Caiçara.

Brejo das Freiras (Ex-Pilões). — Vila do município de Antenor Navarro. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, criou-a vila e o Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe o nome para o atual. Está a margem do açude Pilões, em terreno irregular (V. *Pilões*) e se formou com a construção da referida barragem. Tem aula pública primária e dista 2 quilômetros da estação ferroviária Poço Adão, da Viação Cearense. O Recensea-

mento de 1940 contou-lhe 80 prédios urbanos, 37 suburbanos, 1 866 rurais e a população: urbana, 203 habitantes; suburbanos, 167; rural, 8 582.

— Fonte termal, um quilômetro distante da Vila precedente, a 4 quilômetros da estação de Poço Adão, e a 9 quilômetros da cidade de Antenor Navarro, a cujo município pertence. É propriedade do Estado e estão transformando-a num balneário moderno. As fontes termas ficam situadas à margem esquerda do rio do Peixe, numa altitude de 259 metros. As águas têm propriedades radioativas e os poços ali feitos para o uso de banhos foram, em 1922, analisados pelo Dr. Francisco Lafaiete Rodrigues Pereira que encontrou:

Temperatura da fonte n.º 1 35º,6C

Temperatura da fonte n.º 2 34º,4C

Temperatura da fonte n.º 3 32º,8C

A temperatura ambiente é variável entre 24 e 32,9 graus centígrados. Em 1933 o Interventor Federal, Gratuliano de Brito, se interessou pela construção de um verdadeiro balneário. Os trabalhos preliminares estiveram a cargo do engenheiro Andrade Júnior e do urbanista Nestor de Figueiredo, o primeiro encontrou:

Temperatura da fonte n.º 1 36ºC

Temperatura da fonte n.º 2 34º,8C.

Temperatura da fonte n.º 3 35º,2C.

Segundo a medição feita pelo Dr. Andrade Júnior, a produção de cada fonte em 24 horas, é:

Fonte n.º 1 16 000 litros

Fontes n.º 2 e 3 21 600 litros

Capacidade balneária — 115 banhos diários.

Naquele momento, não se realizou o projeto e os que procuram as fontes mencionadas, são mediocrementemente instalados. Agora, neste fim de 1943, sob estímulo do Interventor Federal Rui Carneiro, estão construindo o balneário, que pode ser freqüentado em qualquer

época do ano, particularmente de julho a setembro. *História* — Três jesuitas, alcançados pela expulsão ordenada pelo Marquês de Pombal, tiveram de abandonar as datas de terras Olho-d'Água dos Araújo, Ipueiras e Cajui. Na primeira ficava uma fonte. Saindo da capitania, o jesuita proprietário de Olho-d'Água fez doação desta ao convento de Freiras da Glória, do Recife e daí passar a fonte a denominar-se Brejo das Freiras.

Brejo do Cruz — Município nos limites N. O. do Estado, no alto sertão. Ocupa a área territorial de 1 579 quilômetros quadrados, tendo, conforme o Recenseamento de 1940, a população de 18 241 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 885; suburbanas, 436; rurais, 16 920, acomodados em 267 prédios urbanos, 81 suburbanos, 3 949 rurais. *Açudes* — Conta o município uns dez açudes particulares, conservando água por dois anos. *Administração* — O município é dirigido, politicamente, por um prefeito nomeado pelo Interventor Federal, auxiliado por vários funcionários permanentes. Sede de comarca de primeira entrância, cabem os negócios da Justiça a um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar. A segurança pública está a cargo de um delegado de Polícia, nomeado pelo Interventor, subdelegados, nos distritos, de nomeação do Secretário da Justiça, de três suplentes, escolhidos pelo Chefe de Polícia. Tais cargos estão sendo exercidos por oficiais inferiores da Força Pública. *Agricultura* — Possui Brejo do Cruz excelentes terrenos para a cultura de cereais, de algodão e de cana-de-açúcar. *Aspecto físico* — Todo o município assenta em belas planícies raramente alteradas por alguns contrafortes da Borborema. *Assistência social* — Não conta a região estabelecimento de assistência pública e quase sempre se resente de falta de médicos, recorrendo os doentes pobres aos práticos e curandeiros. *Clima* — É quente no verão, quando a temperatura se eleva a 32ºC

à sombra; muito ameno no período das chuvas, quando a temperatura desce a 20°C. Normalmente é sempre bom o estado sanitário. *Distritos* — Compreende os da sede, São Bento e Bom Jesus. *Etnografia* — De portugueses e índios se formou a população do município. *Feiras* — Na sede e nas vilas se realizam, semanalmente, feiras de certo trato comercial. *Fazendas pastoris e agrícolas* — Possuindo os melhores campos de criação, existem no município dezenas de fazendas destinadas à criação e agricultura, pois contam terrenos ubérrimos. As mais importantes são: Boa Vista, Contendas, Poço de Onça, Santa Teresa, São Pedro e Várzea do Poço. Nestas existem aulas públicas primárias. *Fauna e Flora* — Em voláteis, insetos, ofídios, batráquios e roedores, há variedades. Das antigas matas, dos seus arroios, dos seus terrenos úmidos, causa da denominação de *Brejo*, restam somente vestígios e alguns carnaubais. *Hidrografia* — As principais correntes do município são os riachos Aldeia, Jenipapeiro, Ipueira, Jandaia, Leite, Vinagre e o rio Tapera, todos tributários do Piranhas. *História* — No princípio do século XVII começou o território do atual município a ser povoado. A fertilidade do solo, as vastas pastagens, campos apropriados à multiplicação dos rebanhos; a abundância de mananciais, atraíram colonos do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, mesmo da Bahia. Um dos primeiros povoadores foi o português Antônio Barroso da Silva Pereira, procedente de Goiana, que em 1600 construiu casa de moradia e currais no lugar Ôlho-d'Água do Meio, onde morava com a família. Mais tarde, Francisco da Cruz Oliveira, descendente dos Oliveira Ledo, casado com uma filha de Barroso, possuía o sítio Serra do Brejo, depois denominado Brejo do Cruz. Em 1774, no dia 20 de abril, D.^a Maria Manuela Pereira da Silva, entregava ao Rev. Padre Dr. Manuel Joaquim Pereira

Coimbra, a escritura de doação do patrimônio para nêle se construir a capela de N. S.^a dos Milagres. Nas adjacências do templo, surgiu a povoação. A Lei provincial n.º 727, de 8 de outubro de 1881, elevou-a a vila e o Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938 elevou-a a cidade e sede de comarca. Anteriormente, era termo de Pombal. *Indústria* — A principal indústria do município é a pastoril; em seguida a agrícola, contando instalações para beneficiar algodão. *Instrução* — Há somente a instrução pública primária, distribuída em 14 escolas, a cargo de 15 professores, sendo insuficientes para alcançarem a população infantil disseminada nos campos. As escolas matricularam, em 1942, 615 alunos, obtendo 351 de freqüência média. *Limites* — Os limites municipais foram determinados pelos Decretos-leis números 1164, de 15 de novembro de 1938, e 520, de 31 de dezembro de 1943. São os seguintes: — *Com Catolé do Rocha*, começando no marco n.º 1, localizado à margem do rio Piranhas, no ponto onde êle é cortado pelo caminho de tropa dos Hipólitos, na fazenda Curralinho de Baixo, segue pelo referido caminho até a sua interseção com o caminho carroçável dos Macacos, na fazenda Contendas; prossegue por êste até encontrar o marco n.º 2, na antiga estrada carroçável de Moçoró, na fazenda Lagoa de Patos, no lugar Barro Branco, à margem da estrada de Brejo do Cruz a Catolé do Rocha; finalmente, continua por esta até alcançar o marco situado na fazenda Timbaúba, no lugar do antigo marco de Pedra de Timbaúba, nos limites com o Rio Grande do Norte. *Com o Rio Grande do Norte (Municípios de Patu, Augusto Severo, Tucuru, Açú, Serra Negra e Caicó)*, começando no marco situado na fazenda Timbaúba, no lugar do antigo marco de Pedra de Timbaúba, nos limites com Catolé do Rocha, segue pela linha de cumeada que divide Paraíba do Rio Grande

do Norte até o serrote do Frade; prossegue ainda por ela até alcançar a da serra de João do Vale; dêste ponto, continua por um traçado convencional que toca nos serrotes: Prêto, do Peixe, da Batalha, dos Preás, Escondido e, finalmente, serrote Vermelho, paralelo ao curso do rio Piranhas ou Açu; corta este rio a 6° 30', aproximadamente, e prossegue pela linha de cumeada do serrote Passagem Funda, até alcançar o marco n.º 3, situado no lugar do antigo marco de Pedra d'Água, onde se estrema Pombal e Serra Negra (Rio Grande do Norte). Com *Pombal*, começando no marco n.º 3, situado no lugar do antigo marco da Pedra-d'Água, segue em linha reta até o marco n.º 4, situado à margem do rio Piranhas, na fazenda Josué Ribeiro; sobe pelo referido rio até alcançar o marco n.º 1, onde se estrema os municípios de Catolé do Rocha e Pombal.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Taiacu, começando na nascente do rio Tapera, nos limites municipais com Catolé do Rocha, desce por ele até a sua confluência com o rio Jenipapeiro e por este continua até a sua foz no rio do Baião, na fazenda Santo Antônio; continua descendo por ele até os limites com o município do Caicó (Rio Grande do Norte). *Povoações* — Conta, além das Vilas São Bento e Taiacuí, antiga Bom Jesus, os povoados Boa Vista, Contendas, Cova da Onça, Poço, São José, Santa Teresinha, São Pedro. *Religião* — O município foi criado Paróquia de N. S.ª dos Milagres por Lei provincial n.º 572, de 1 de outubro de 1874, com as capelas filiais de São Bento e Bom Jesus. *Rendas Públicas* — A Coletoria Estadual, em 1941, arrecadou 228:928\$600 e despendeu 140:596\$200. O município, para o exercício de 1942, orçou sua receita em Cr\$ 155 000,00; arrecadou Cr\$..... 118 992,90; fixou a despesa de Cr\$.....

155 000,00 e efetuou a de Cr\$ 119 115,30. *Repartições públicas* — Prefeitura Municipal, o Fórum, Coletoria Estadual, Agência Postal-Telegráfica, Grupo Escolar, Mercado. *Sede* — A sede é a cidade de Brejo do Cruz, distando, a O.N.O. da Capital, 461 quilômetros. Está a 190 metros de altitude e a 6°-24'-00" lat. S. e 37°-28'-30" long. W. Gr. O Recenseamento de 1940 arrolou-lhe 181 prédios urbanos, 38 suburbanos, 2 356 rurais e a população: urbana, 637 habitantes; suburbana, 162; rural, 10 465. *Vias de comunicação* — A falta de boas estradas tem retardado o progresso do município, que se comunica mais facilmente com a cidade de Moçoró, do Rio Grande do Norte, para onde encaminha a maior parte dos seus produtos e de lá importa os principais artigos de seu consumo; relaciona-se também com Campina Grande, distante 324 quilômetros, especialmente para vender algodão.

Bocatu (Voc. ind., corr. de *mboi-catu*: cobra grande) — Riacho perene do município da Capital. Nasce próximo das vertentes do Abiá e despeja no Atlântico entre as pontas de Pitimbu e Tambaba.

Benita — Nome de uma serra muito agrícola do município de Cabaceiras.

Botelho — Ilhota formada pelos rios, Sanhauá e Marés. Teve também os nomes de Retumba, do Bispo. (V. *Índio Pirajibe*.)

Buenos Aires — Povoador do município de Catolé do Rocha. Conta uma aula pública primária com 47 matriculados em 1942, e 22 de frequência média.

Bultrins (Voc. ind., nome de uma tribo da família cariri) — (V. *Aldeia Velha*).

Branca — Nome de uma serra do município de São João do Cariri.

Bruscas — (V. *Bruxas*.)

Bruxas — (V. *Piancózinho*.)

Bruxaxás (Voc. ind., parece onomatopéico, imitando o canto de uma cigarra) — Tribo de nação potiguara ou cariri que habitou o atual município de Areia. (V. *Areia*.)

C

Caamirim (Voc. ind., *caa-mirim*: mato pequeno) — Vila do município de Alagoa Nova, elevada a esta categoria pelo Decreto-lei n.º 1 164, de novembro de 1938. O Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de novembro de 1943, trocou-lhe o antigo nome, Matinha, pelo atual. Possui uma capela de São Sebastião, uma escola pública primária, Agência Postal e cartório do Registro Civil. Realiza semanalmente uma feira de pouco movimento comercial. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 66 prédios urbanos, 86 suburbanos, 1 203 rurais e a população: urbana, 180 habitantes; suburbana, 406; rural, 6 215.

Caapoã (Voc. ind., *caa-poã*: pequena reunião de árvores) — Antiga São José do Sabuji. Criada vila e distrito de paz em face do art. 15 do Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938; foi fundada por Manuel Pinto de Oliveira, em 1927. E' servida por Agência Postal-Telefônica e uma capela dedicada a São José. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 77 prédios urbanos, 5 suburbanos, 687 rurais e a população: urbana, 303 habitantes; suburbana, 31; rural, 5 799. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 51 alunos, tendo a frequência média de 35. A vila dista 19 quilômetros da sede, realiza boa feira aos domingos, cultivando o distrito, cereais e especialmente algodão mocó.

Caatinga (Voc. ind., *caa-tinga*: mato branco ou ralo) — Região entre o Brejo e o Litoral. Caracteriza-se pelo terreno seco e pedregoso, vegetação escassa, avarzeados argilosos e muita fertilidade na estação das chuvas. E' zona exce-

lente para criação de gado e cultura de algodão. Sua área é de 4 297 quilômetros quadrados onde vivem 178 632 habitantes. Nela estão os municípios de Tabaiana, partes dos de Ingá, Alagoa Grande, Pilar, Maguari, Caiçara e Guarábira.

Cabaças — Lugarejo do município de Patos, à margem do riacho que lhe dá o nome. E' distrito agrícola-pastoril.

Cabaceiras — Município nos limites S.S.O. do Estado. Ocupa, na zona do Cariri, uma área de 2 527 quilômetros quadrados. Sua população, segundo o Recenseamento de 1940 é de 24 118 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 1 690 habitantes; suburbanas, 474; rurais, 21 954, residindo em 547 prédios urbanos, 119 suburbanos e 4 539 rurais. **Açudes** — Conta o município pequena quantidade de açudes particulares que mantenham água por mais de dois anos. A Inspetoria Federal das Obras Contra as Secas construiu as represas Barra do Xandu e Namorado. (V. *Barra do Xandu e Namorado*.) **Administração** — Dirige, politicamente, o município, um prefeito nomeado pela Interventoria Federal, e 24 funcionários permanentes. Sendo comarca de primeira entrância, cabem os interesses da Justiça a um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar. Um delegado de Polícia, nomeado pelo Interventor; subdelegado, de indicação do Secretário da Justiça, e suplente, da escolha do Chefe de Polícia do Estado, têm a seu cargo a segurança pública. **Agricultura** — São os vales dos rios e riachos, as regiões serranas, os terrenos mais férteis e destinados à agricultura de cereais e algodão. Nos tabuleiros, estão se multiplicando os campos de *palma santa*, forragem para o gado, nos anos estiosos. **Aspecto físico** — O município apresenta aspectos vários: extensões planas, trechos ondulados, elevações de serras. Destas são as principais: Aldeia, Corredor e Monte ao N. da Sede; no bar-

rango esquerdo do Paraíba a serra do Facão e no direito a de Carnoió, a de Caturité, notável pelo pico do mesmo nome, a do Boqueirão, cortada pelo Paraíba; Inácio Pereira, a do Cruz. São muito agrícolas as serras Verde, Fontainha e Bonita. *Clima* — Cabaceiras é o município mais seco da Paraíba, mas a temperatura, mesmo durante as mais extensas estiagens, não excede de 34°C à sombra, não lhe faltando os ventos alísios, que lhe refrescam, principalmente, as noites. Não registra mudanças bruscas na temperatura, possuindo as melhores condições de salubridade. *Comércio* — Não é muito animado o comércio do município e a indústria pastoril conta apenas umas 15 regulares fazendas de criação, não obstante outras tantas, de menores possibilidades. Somente agora começam a cortar a região com estradas rodoviárias, uma compensação ao abandono em que a têm deixado os poderes públicos. Assim um surto de progresso irrompeu em certas localidades do município que, além dos mistérios agrícola-pastoris, está incrementando a indústria do preparo de fibras. Exporta para Campina Grande: fibras, algodão, couros e peles de cabra. Importa tecidos, louças, ferragens, artigos de estivas, etc. *Curiosidades* — Na serra do Corredor, existe uma caverna que serviu de necrópole a uma raça talvez anterior à dos cariris e em todo o município, nas cavernas obstruídas, se encontram restos fósseis de animais gigantes. Numerosas são as pitorescas inscrições rupestres. *Distritos* — Alcantil, Bodocongó, Carnoió, Ledo, Potira, Riacho de Santo Antônio. *Demografia* — Em 1941 registraram-se no município 229 nascimentos, 118 casamentos e 268 óbitos. A delinqüência constou de 17 contravenções e 15 crimes, nenhum de homicídio. *Etnografia* — A população do município formou-se com o português e com o índio cariri, sendo quase nula a contribuição do africano. *Feiras* — Na sede, nas vilas e nas principais po-

voações do município, se realizam, semanalmente, feiras animadas. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Pequeno, relativamente às possibilidades de Cabaceiras, é o número de boas fazendas agrícolas e pastoris. Em 1941 os seus rebanhos somavam: bovinos, 20 000; eqüinos, 1 000; asininos, 2 000; muãres, 8 000; caprinos, 7 000; lanígeros, 5 000; suínos, 2 000; aves, 6 000. *Fauna e flora* — Do reino animal, encontram-se na região: onças, gatos bravos, maracajás, guaxinis, raposas, veados; aves, como caracará, gavião, acauã, seriemas, papagaios, codornizes, pássaros cantores; insetos, etc. A flora é rica em cardos, cactos e bromélias, crescendo também, quase isoladas, aroeiras, baraúnas, umbuzeiros etc. *Hidrografia* — Dois são os rios principais que atravessam o município: o Paraíba, de O. a E., e o seu tributário, o Taperoá, de S.E. a L. Os mais importantes riachos, que, no município despejam no Paraíba, são: Algodoais, Charneca, Gangorra, Igreja, Junco, Ôlho-d'Água, Santa Rosa e Timbaúba. São afluentes do Taperoá: Barra do Xandu, que alimenta a barragem do mesmo nome; Bento, Bodocongó, Bom Jesus, Bredo, Fundo, Irapuá, Oiticica, Ôlho-d'Água, Paraibinha, Santo Antônio e São Miguel. Não há lagoas importantes. *História* — Cabaceiras é o município histórico do Estado. Dêle partiu o desbravamento do sertão paraibano. Em meados do século XVII chegaram no distrito os primeiros colonos, tendo à frente o bandeirante baiano Antônio de Oliveira, vindo com os seus rebanhos das margens do São Francisco. Fundou Boqueirão, atual Carnoió, primeiro agregado de habitações do atual município. Pouco depois se juntou ao primeiro, seu sobrinho bastardo Pascoal de Oliveira Ledo, foragido da Bahia para evitar a perseguição dos irmãos de uma jovem de boa linhagem, a qual raptara e com ela atravessou no mesmo cavalo o rio mencionado, vindo abrigar-se em Boqueirão, donde saiu para fundar a fa-

zenda que originou a vila de Cabaceiras. O nome desse aventureiro ainda confundido com o de um seu descendente, Pascásio de Oliveira. Mais tarde foi a propriedade adquirida por Domingo de Farias Castro e Antônio Ferreira Guimarães, que em 1730 combinaram a edificação de uma capela, a igual distância das casas onde residiam. Em torno do templo, ergueu-se a povoação. Cabaceiras seria o arquivo da colonização do interior da Paraíba, se não sofresse as violências de assaltos vários. Os quebra-quilos, em 1874, queimaram-lhe os arquivos, arrojando num poço formado pelo Taperoá os destroços dos pesos e medidas do sistema métrico decimal. Em 1824, sob o título — Patriotas —, reuniram-se os seus habitantes válidos, comandados por Inácio de Barros, falecido em consequência de ferimentos recebidos em combate, e opuseram resistência aos republicanos apelidados — Carambolas. Os Patriotas recuaram até Boqueirão onde foram batidos à artilharia, continuando os republicanos sua marcha para o Ceará, sendo destrogados em Batalhão. O primeiro encontro entre Carambolas e Patriotas verificou-se em Serra Verde, deste município, no ponto cortado pela estrada de Vertentes. Cabaceiras foi termo de Campina Grande, sendo sua categoria de vila confirmada por Lei provincial n.º 11, de 4 de junho de 1885. Antes, porém, pela Resolução de 24 de julho de 1834, foi elevada a vila sob a denominação de Vila Federal. Foi sede de comarca e perdeu esta categoria e assim permaneceu até que lhe foi restituída pelo Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, outorgando-lhe os foros de cidade. *Homens notáveis* — Entre os seus filhos mais notáveis figuram vários membros da família Pereira Tejo e o Bacharel Faustino Cavalcanti de Albuquerque, agricultor e criador, publicista de trabalhos de merecimento, sobre a indústria agrícola-pastoral. *Indústria* — Além de 12 maquinismos

para beneficiar algodão, existem no município pequenas fábricas para tecidos de rêdes e preparo de fibras crauá. *Instrução* — Conta 18 escolas primárias com 22 docentes. Nelas se matricularam 896 alunos, em 1942, resultando 560 de frequência média. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram-lhe os seguintes limites municipais: — *Com Ibiapinópolis*, começando no marco n.º 1 (de Ibiapinópolis), situado na fazenda do Estreito, que fica para São João do Cariri, segue em linha reta até o marco n.º 1, colocado à margem do rio Floriano ou Santa Rosa, na fazenda Malhadinha, onde se estremam os municípios de Campina Grande e Ibiapinópolis. *Com Campina Grande*, começando no marco n.º 1, situado à margem do rio Floriano ou Santa Rosa, na fazenda Malhadinha, segue em linha reta até o marco n.º 3, situado à margem do antigo caminho carroçável de Ledo, na lagoa dos Mulungus; prossegue pelo referido caminho até o marco n.º 4, situado na fazenda Juá; finalmente, segue até alcançar o rio São Pedro, desce por ele até cortar o caminho carroçável do agude Catolé; corta o referido rio, prossegue pelo aludido caminho até o marco n.º 5, situado no lugar Ramada; deste marco, segue ainda em linha reta até o pico do Caturité; prossegue pela sua cumeada e, em seguida, por uma reta até o marco n.º 6, situado à margem do caminho carroçável de Cedro a Gongorra, na fazenda Pitombeira; prossegue por este até cortar o riacho Pereiro e desce por ele até alcançar a foz do riacho Guaribas, na fazenda Pereiro, onde se estremam os municípios de Umbuzeiro e Campina Grande. *Com Umbuzeiro*, começando na foz do riacho Guaribas, no riacho Pereiro, sobe pelo Guaribas até a sua nascente, e por uma reta corta o divisor de águas e atinge, na vertente oposta, a nascente do riacho Salina;

desce por êle até a sua foz no rio Paraíba, sobe por êste até a foz do riacho da Cruz e por êste riacho até o ponto onde êle é cortado pelo caminho carroçável de Jucá a Vertentes; daí prossegue, então, pelo referido caminho até o marco n.º 2 (de Umbuzeiro), situado nos limites com Vertentes (Pernambuco), na serra da Boa Vista. *Com Pernambuco — (Municípios de Surubim, Vertentes e Taquaritinga)*, começando no divisor de águas da serra da Boa Vista, no ponto onde êle é cortado pelo caminho carroçável de Jucá a Vertentes, segue pelo referido divisor e, em seguida, pelo da serra dos Cariris até o marco n.º 7, situado na fazenda Jaques. *Com São João do Cariri*, começando no marco n.º 7, de Cabaceiras), situado no divisor de águas da serra dos Cariris, na fazenda Jaques, prossegue em linha reta até o marco n.º 8, situado à margem do rio Paraíba, na fazenda Porteiras; por outra linha reta, segue até o marco n.º 9, situado no divisor de águas da serra de São Domingos; ainda uma vez, segue em linha reta até o marco n.º 10, situado 500 metros ao poente do povoado de Algodoads; por outra linha reta, prossegue até o marco n.º 11, situado à margem do rio Taperoá, na fazenda Divisão; dêste marco, prossegue ainda em linha reta até alcançar o pico do serrote dos Pombos; finalmente, segue por outra linha reta até alcançar o marco n.º 1 (de Ibiapinópolis), situado na fazenda Estreito, onde se estremam os municípios de São João do Cariri e Ibiapinópolis.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Riacho de Santo Antônio, começando na confluência do rio Paraíba, sobe por êste até sua foz no riacho da Barra.

Distrito da Sede com Potira, começando na foz do riacho da Barra, no rio Paraíba, sobe por êste até o marco

n.º 8, na fazenda Porteiras, nos limites com São João do Cariri.

Distrito da Sede com Ledo, começando no marco n.º 8, situado à margem do rio Taperoá, na fazenda Divisão, desce por êsse rio até cortar o caminho carroçável de Cabaceiras à fazenda Juá; dêste ponto, prossegue pelo referido caminho até alcançar o marco n.º 4, na fazenda Juá, nos limites com Campina Grande.

Distrito da Sede com Carnoió, começando no ponto onde o caminho carroçável de Cabaceiras a Juá corta o rio Taperoá, desce pelo referido rio até a sua confluência.

Distrito de Riacho de Santo Antônio com Carnoió, começando na confluência dos rios Paraíba e Taperoá, desce pelo rio Paraíba até cortar a estrada de Vertentes a Carnoió.

Distrito de Potira com Riacho de Santo Antônio, começando na foz do riacho da Barra, no rio Paraíba, segue em linha reta até o marco n.º 12, situado na fazenda Angó; dêste marco, prossegue por outra linha reta, até o marco n.º 13, situado na fazenda Santana; finalmente, prossegue por outra linha reta até alcançar o divisor de águas da serra dos Cariris, na fazenda Umbuzeiro.

Distrito de Bodocongó com Carnoió, começando no lugar onde o caminho carroçável de Vertentes corta o rio Paraíba, desce por êsse rio até o marco n.º 13, situado no povoado Várzea-Grande; dêste marco, prossegue em linha reta até alcançar o pico do Caturité, nos limites com Campina Grande.

Distrito de Bodocongó com Alcantil, começando na foz do riacho da Cruz, no rio Paraíba, sobe por êsse rio até a foz do riacho de Santo Antônio, e por êste até o marco n.º 14.

Distrito de Bodocongó com Riacho de Santo Antônio, começando no marco n.º 14, situado à margem do riacho Santo Antônio, segue em linha reta até o marco

n.º 15, situado à margem do caminho carroçável de Vertentes, na fazenda Tanques; prossegue por êle até cortar o rio Paraíba.

Distrito de Alcantil com o Riacho de Santo Antônio, começando no marco n.º 14, situado à margem do riacho Santo Antônio, sobe por êle até o marco n.º 15, situado à margem, na fazenda Tanques; dêste marco, prossegue, então, em linha reta até o marco n.º 16, situado no divisor de águas da serra dos Cariris, na fazenda Pororoca. *Necessidades* — Cabaceiras precisa de grandes açudes, de rodovias, de métodos mais racionais para a formação dos seus rebanhos e capitais para desenvolver as indústrias de fibras, de laticínios, etc. *Patrimônio municipal* — O patrimônio municipal, em 1942, somava Cr\$. 212 048,60. *Povoações* — Além das vilas, existem vários povoados, sendo principais: Riacho Fundo, São José, São Domingos e Vereda Grande. *Religião* — O município constitui uma só freguesia, de N. S.ª da Conceição, criada por Decreto provincial n.º 41, de 29 de agosto de 1833, contando, além da igreja-matriz as capelas filiais de N. S.ª do Rosário, na sede; São Miguel, em Potira; São José, em Alcantil; Santo Antônio, em Barra de Santo Antônio; N. S.ª da Conceição, em Assunção e em Jardim; Santa Ana em Bodocongó; N. S.ª da Conceição, em Conceição; de N. S.ª do Destêrro, em Carnoió; São Sebastião, em Algodão. *Rendas Públicas* — Para o exercício de 1942, orçou Cabaceiras a receita municipal em Cr\$ 102 000,00; arrecadou Cr\$ 106 718,70; fixou a despesa de Cr\$ 112 000,00 e efetuou a de Cr\$. . . . 106 429,00. A Coletoria Federal, em igual exercício, teve a receita de Cr\$ 70 511,00. No exercício de 1941, a Coletoria Estadual arrecadou 188:256\$000, tendo a despesa de 140:596\$200. *Repartições públicas* — Existem na sede: Agência Postal-Telefônica, Prefeitura Municipal, Fórum, Mercado Público, Grupo Escolar, Coletorias Federal e Estadual. *Riquezas*

naturais — Cabaceiras possui minérios de valor, cujas jazidas não foram convenientemente estudadas. Há no município várias plantas que produzem fibras, estando somente explorado o crauá. *Sede* — A sede é a cidade que dá nome ao município; está 196 quilômetros ao S.O. da Capital, numa altitude de 390 metros. A Comissão Pimenta da Cunha, em 1922 determinou-lhe as seguintes coordenadas: lat. S. 7º-29'-20,38" e long. E. do Rio de Janeiro 6º-56'-18,60" ao Sul da matriz. Distende-se à margem direita do Taperoá, apresentando 4 ruas, 3 travessas e 2 praças, uma destas, ajardinada. E' iluminada à luz elétrica, tem uma biblioteca pública, um serviço de remoção de lixo. Dista 84 quilômetros da cidade de Campina Grande. Segundo o Recenseamento de 1940, existem no distrito: 153 prédios urbanos, 22 suburbanos, 470 rurais e a população urbana, 436 habitantes; suburbana, 72; rural, 2372. *Vias de comunicação* — A falta de boas estradas tem retardado o progresso de Cabaceiras, que somente agora está sendo beneficiada por uma rodovia que lhe facilitará a comunicação com outros municípios e com alguns dos seus distritos. Município histórico com a primazia de nêle se ter fundado o núcleo que orientou a conquista e povoamento dos sertões paraibanos, constituir-se-ia um ponto de turismo, se possuísse meios fáceis de transportes e acomodações para os seus visitantes. No município existem 2 automóveis, 2 motocicletas, 12 autocaminhões e 14 carros de bois.

Cabedelo — Vila populosa do município de João Pessoa, situada à margem direita do Paraíba, próximo da foz. E' subprefeitura, da Prefeitura da Capital, tendo sido várias vezes elevada a município e tendo várias vezes perdido essa categoria. E' sede de distrito, compreendendo reduzida área territorial onde aparece apenas a cultura de coqueiros. Seus moradores entregam-se a trabalhos marítimos e à pesca, de pro-

dução minguada. A população rural, pouco numerosa, é composta de pescadores e jornalheiros. Parece que tudo conspira contra o progresso da vila, cujos fogos aumentam, apresentando uma população superior à de várias cidades do Estado. A ferrovia Conde d'Eu tinha ali suas oficinas, depois retiradas, pela "Great Western", para Pernambuco. Vários estabelecimentos também se deslocaram para outros centros. Apontada para ser porto livre do Nordeste, sendo iniciados os primeiros movimentos, retraiu-se desanimada ao impulso da guerra surda, do trabalho de sapa de ambiciosos de outros Estados. Orlada pelas águas do estuário do Paraíba, à sombra de velhos coqueiros, tendo em frente a ilha da Restinga, e o coqueiral vigoroso que se estende da Costinha à Ponta de Lucena, tem a vila aspecto gracioso e o nome de Porta da Cidade, porta quase sempre mal cuidada, mesmo esquecida dos poderes públicos. Sua população, segundo o Recenseamento de 1940, conta: na zona urbana 3 481 habitantes; na suburbana, 2 069; na rural, 620, acomodados em 1 180 prédios urbanos, 649 suburbanos e 312 rurais. Assim conta 48 ruas, 10 travessas, 52 becos, 2 praças e 82 casas comerciais. A população, em maioria católica apostólica romana, tem, para o serviço divino, duas capelas e um oratório, filiais da Paróquia de N. S.^a das Neves. O protestantismo conta no distrito grande número de adeptos. Funcionam no distrito 9 aulas primárias, inclusive um grupo escolar na sede, as quais, em 1942, para uma frequência média de 522, matricularam 738 alunos. Existem na vila as seguintes repartições públicas: Agência Postal-Telegráfica, Estação Ferroviária, Postos Fiscais da Alfândega e do Estado, Repartição dos portos, Praticagem do Porto, a Subprefeitura, cuja receita, em 1941, somou Cr\$ 62 362,20. A indústria local consta de prensas para enfardamento de algodão e uma fábrica para extração de óleo de côco,

aproveitamento de fibras. Na vila existem sociedades esportivas, recreativas e operárias. Além da estrada de ferro e do rio, Cabedelo liga-se à Capital por uma rodovia com a extensão de 19 quilômetros. *História* — Longa é a história de Cabedelo, cujo nome derivou das dunas de areia fina e branca que alteravam a orla de marinhas. Depois de Porto da Casaria, da ilha da Camboa, de Forte Velho, tentativas que não chegaram a resultado, surgiu Cabedelo, quase no mesmo tempo em que se edificava a metrópole da capitania da Paraíba. Começou à sombra do forte construído em 1585 a mandado de Martim Leitão, enquanto este dirigia e consolidava a conquista da região. Frutuoso Barbosa, empossando-se no cargo de Capitão-Mor da Paraíba, na última década do século XVI, desmontou o forte, empregando a artilharia na defesa de seu engenho Inhobim. Os potiguaras, estimulados por contrabandistas franceses, arrasaram a fortificação e afugentaram os habitantes do povoado. Reconstruído, formou-se outro núcleo de moradores, cujo progresso foi lento, por se conservar sempre em estado de alarma, a princípio com os indígenas, depois com os piratas, por fim com os invasores batavos. Nos seus arredores se feriram sangrentos combates, principalmente durante a investida holandesa. *O distrito* — O distrito de Cabedelo compreende uma ilha de uns doze quilômetros de extensão por três mil metros na maior largura, tendo a N. e L. o Atlântico; a O. o rio Paraíba e ao S. o Jaguaribe e o canal deste rio para o Mandacaru e este próprio rio. *Povoações* — Conta os povoados de Ponta de Matos, verdadeiro arrabalde da Vila; Praia Formosa e Poço à beira-mar, e Jacaré, à margem direita do Paraíba, de todos, o mais importante, por sua população, por suas salinas, por seus viveiros. *Pôsto de Higiene* — Existe na Vila um Pôsto de Higiene cujo boletim relativo a 1942, registrou: nascimentos, 149; óbitos 145,

sendo natimortos, 2; óbitos de 0 a 1 ano, 52. *Profilaxia* — Pessoas atendidas pela primeira vez: helmintoses, 539; paludismo, 419; sífilis, 386; gonorréia, 36; cancro mole, 27; difteria, 1; coqueluche, 16; febres tifóide e paratifóide, 1; disenterias, 6; outras doenças, 547. Vacinação: antivariólica, 405; antitífica, 2 862; antidisentérica, 2 862; outras, 179. O *pôrto* — “O Pôrto de Cabedelo”, disse o engenheiro Manuel Antônio Morais Rêgo, “que não me parece ousadia afirmar ser o melhor pôrto natural da costa norte do País, a partir da Bahia.” É um pôrto abrigado para todos os ventos, sem rebentação de vaga. Por largos anos se debateu sua construção com os caprichos da política partidária. Ora queriam o pôrto principal da Paraíba na bacia do Sanhauá, ao pé da Capital; ora em Cabedelo. Às vezes em Tambaú, na enseada do Bessa ou mesmo em Baía da Traição. Os primeiros trabalhos começaram em 1862; em 1864, André Rebouças e Charles Neate apresentaram ao governo imperial o projeto de um pôrto na enseada de Cabedelo. Somente em 1891, sob a chefia do engenheiro Emílio Autran, se instalava, no mês de junho, um Serviço de Melhoramento do Pôrto da Paraíba. Tal repartição, até 1931, às vezes se transferia para a Capital, às vezes retornava a Cabedelo. Em 1909, o referido engenheiro Morais Rêgo afirmava no seu Relatório se haverem consumido créditos no valor de 33 673:288\$274 “não direi em pura perda porque valor não pequeno representam as oficinas, edifícios e dependência que a Comissão possui em Cabedelo...” (*Pôrto da Paraíba*, Sisenando Costa.) “De 1891 a 1931”, diz Sisenando Costa, opúsculo citado, “despendeu o Governo com a construção do Pôrto da Paraíba 27-102:969\$655 papel e £ 140 334-15-0, sem resultado. Finalmente, em 1931, sendo Interventor Federal Antenor Navarro, a Companhia de Obras e Construções, Sociedade Anô-

nima “Geobra”, contratou com o Estado a construção do Pôrto, iniciando-se os trabalhos no dia 17 de novembro do referido ano, e inaugurando-se em 23 de janeiro de 1933, ocupando a Interventoria Federal o Dr. Gratuliano de Brito. Constava o Pôrto de Cabedelo de 510 metros de cais de cortina de aço do tipo Larsenen, 400 metros para águas mínimas de oito metros e o excedente para embarcações de pequeno calado. As obras complementares constam de dois armazens de estrutura metálica, cobertura de telhas tipo Marselha, com 100 metros de comprimento e 20 metros de largura, assentamento de linhas férreas em ligação com a “Great Western”, linhas de guindastes elétricos de pórtico duplo, sendo quatro de tonelada e um de cinco toneladas”. (Sisenando Costa, op. citado.) O *surgidouro* — Para alcançar o surgidouro (e aqui nos servimos das indicações do “Roteiro das Costas do Brasil”, publicado pela Diretoria da Navegação) — deixando o fundeadouro externo, 10 metros de fundo, 6,5° S.W., um dispositivo de bóias indica o canal sinuoso e variável, exigindo sempre o uso de práticos, não obstante ser balizado, devido à influência dos ventos sobre as pontas dos bancos pela ação das vagas que eles levantam e das correntes locais. Passadas as indicações da velha fortaleza, pôde a embarcação dar fundo em 10 metros de água. *Trânsito de embarcações e mercadorias, renda portuária, movimento de passageiros* — De 1936 a 1941 ancoraram no pôrto de Cabedelo 2 663 embarcações, sendo 2 223 nacionais e 440 estrangeiros. Das primeiras, 193 eram à vela, excluindo-se desta cifra as que se destinaram ao pôrto da Capital. (V. *Sanhauá*.) Em igual período verificou-se a exportação de grande cabotagem de 290 750 toneladas de mercadorias, no valor oficial de 512 433:000\$000 e para o estrangeiro 220 100 toneladas, no valor oficial de 389 769:000\$000. Quanto à

importação, durante os seis anos referidos, somou: 183 849 toneladas de grande cabotagem no valor oficial de 307 121:000\$000 e a estrangeira de 85 114 toneladas, no valor oficial de..... 70 562:000\$000. Em 1942, diz "Atividades do Governo da Paraíba em 1942" — a renda dos portos de Cabedelo e João Pessoa atingiu Cr\$ 964 767,55 e a despesa Cr\$ 959 185,00. Movimento de embarcações no pôrto de Cabedelo, em 1942: nacionais, 267; estrangeiras, 6, contra 414 em 1941, diferença ocasionada pela guerra. Movimento de passageiros no pôrto de Cabedelo, em 1942: embarcaram 2 131 e desembarcaram 2 111. A exportação para o exterior baixou a 7 579 802 kg. O movimento de cabotagem somou 52 630 702 kg de mercadorias diversas. *Situação* — A Comissão Pimenta da Cunha, em 1922, firmou as seguintes coordenadas da vila de Cabedelo: lat. S. 6°-58'-21,22"; long. E. do Rio de Janeiro: 8°-23'-02,70", em frente à igreja do Coração de Jesus, junto ao cruzeiro.

Cabo Branco — Elevação de uns quinze metros de altura, que faz parte de um sistema de barreiras que orlam o Atlântico, na região do nordeste, distando uns 15 quilômetros da Capital. Avança para o mar, constituindo-se a parte mais oriental das Américas. Nas proximidades do cabo, o mar é muito aparcelado, semeado de escolhos, pelo que as embarcações não podem ali ancorar e tudo indica que foi um promontório reduzido pela erosão das águas marinhas. Os últimos trabalhos realizados por uma Comissão do Ministério da Marinha, comprovaram ser o Cabo Branco o ponto mais oriental do continente. A respeito, escreveu o Capitão-de-Fragata Alfredo Salomé da Silva, Capitão dos Portos da Paraíba: "Por muitos anos Cabo Branco, em Paraíba e Ponta de Pedras, em Pernambuco, disputaram a categoria de ponto mais oriental das Américas. A dúvida foi dissipada o ano

passado. Aproveitando a Comissão que chefiava em Natal, o Comandante Rangel julgou oportuno que de uma vez para todas fôsse resolvida essa dúvida. Para isso obtendo permissão do Exm.^o Sr. Diretor Geral da Navegação, designou os Capitães-Tenentes Newton Tornaghi e Rubens Figueiroa para, correndo o litoral, próximo àqueles pontos, determinassem as coordenadas geográficas daqueles pontos extremos, tirando azimutes para todas as pontas circunvizinhas de modo a apurar definitivamente aquele fato. Assim feito: no dia 5 de setembro foi observada em Ponta de Pedras e no dia 12 em Cabo Branco, sendo as posições convenientemente transportadas para junto à água. A sorte sorriu à Paraíba pois que a ponta do Seixas, no Cabo Branco, é o ponto mais oriental do território nacional, sendo portanto, o mais oriental das duas Américas. Aquela ponta paraibana avança galhardamente cerca de 1 683 metros para leste mais que a Ponta de Pedras. As coordenadas foram determinadas pelos processos de alturas iguais, empregando-se um astrolábio de prisma tipo S.O.P. por 60° de distância zenital, utilizando-se 16 retas em cada observação. Os estados absolutos do cronômetro utilizado foram controlados continuamente pela recepção dos sinais horários das estações P.P.E.-2 e N.A.A. Os resultados já transportados para a praia foram os seguintes: Cabo Branco: longitude 34° 47'-38,49" W. Gr.; Ponta de Pedras: Longitude 34°-48'33,37" W. Gr. Quanto à Ponta de Pedras, não será mesmo seu o segundo lugar, pois que a ponta de Jacumã (oito milhas ao sul de Cabo Branco) tem este privilégio, avançando mais que aquela Ponta, porém não tanto quanto o Cabo Branco. — João Pessoa, 26-11-1941." No Cabo Branco e nas adjacências existem jazidas de vários minérios, sendo abundantes as das que produzem tintas, terras de Fullen. (V. *Enseada*.)

Cabrais — Lugarejo do município de Bonito de Santa Fé. Conta uma aula pública mista que, em 1942, matriculou 57 alunos, obtendo 25 de frequência média.

Cacaré (Voc. ind., parece provir de *ca-caré*: o que é torto) — Rio de pouca importância do município de Antenor Navarro, afluente do rio do Peixe.

Cachoeira — Lugarejo do município de Catolê do Rocha. Sua escola primária mista, em 1942, matriculou 22 alunos.

— Lugarejo do município de Bananeiras cuja escola primária, em 1942, matriculou 41 alunos, tendo 31 de frequência média.

— Lugarejo do município de Sapé, possuindo uma escola primária mista que, em 1942, teve 65 matriculados e 46 de frequência média. É centro de zona agrícola; alcançou certo desenvolvimento e decaiu. Suas casas hoje, em maioria arruinadas, servem de albergue aos jornaleiros do engenho Pacatuba, que lhe fica próximo.

— Povoação do município de Guarabira. Segundo o Engenheiro Destord, está a 11 metros acima do nível do mar e a 60°-53'-0" de Lat. S. e 70°-35'-30" Long. E. do Rio de Janeiro. Tem, ao pé, a estação de estrada de ferro Antônio Guedes, distando para L. da sede, 2 quilômetros. A princípio se chamava Cachoeira dos Guedes, por ter sido localizada nos terrenos da fazenda Cachoeira, pertencente à família Guedes. Está à margem direita de um riacho que tem o nome do povoado.

— Lugarejo do município de Misericórdia; sua aula pública, em 1942, registrou 26 matriculados e a frequência média de 17. Está à margem do riacho que lhe deu o nome. A localidade se tornou célebre pelo número de crimes ali perpetrados. Duas famílias importantes se inimizaram, abrindo luta à

mão armada que produziu 200 vítimas, assassinadas a tiros e punhaladas. As últimas foram o deputado estadual Manuel Tomás e um seu companheiro, emboscados e espingardeados.

Cachoeira de Cebolas (V. *Itatuba*.)

Cachoeira de Minas — Pequena povoação do município de Princesa Isabel, distando da sede para N. O. 20 quilômetros. Seu nome derivou das proximidades em que está de veios auríferos explorados antigamente, cujos concessionários abandonaram a empresa à falta de recursos, conservando porém o privilégio. Em fins da década de 1900, apresentou-se ao governo do Estado um engenheiro francês propondo-se a continuar a mineração, tendo, anteriormente, aberto um poço no local, donde extrairia água suficiente para a lavra. (V. *Bruxas*.) O Estado dispunha-se a fazer concessões, mas os herdeiros dos antigos proprietários opuseram embargos firmados no direito que lhes assistia. O distrito é pobre, contando apenas acanhado cultivo de cereais e algodão.

Cachoeira de São Miguel — É povoado do município de Campina Grande. Conta uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 59 alunos, tendo 48 de frequência média.

Cachoeira dos Índios — Vila do município de Cajazeiras. É centro de distrito muito agrícola. Conta aula pública que teve 48 matriculados em 1942, alcançando a média de frequência de 28. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 33 prédios urbanos, 39 suburbanos, 859 rurais e a população: urbana, 101 habitantes; suburbana, 199; rural, 4 441.

Cachoeira Grande — Lugarejo do município de Campina Grande, nela funcionando uma escola primária que matriculou 29 alunos, em 1942.

Cachoeirinha — Povoado do município de Araruna, à margem do rio que lhe deu o nome. É servida por uma estrada

de rodagem que a comunica com a sede e com a cidade de Caçara. O distrito é quente e seco, produzindo algodão e gado. A povoação tem apreciável movimento comercial, aula pública primária, vários maquinismos para beneficiar algodão; realiza, semanalmente, feira abundante.

Cacimba de Areia — Povoação do município de Patos, distando para o S. da cidade, 24 quilômetros, elevada à vila pelo Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938. É próspera, de certo trato comercial e centro de um distrito agrícola-pastoril. Está à margem direita do rio Farinha, em situação boa. Sua escola pública mista, em 1942, matriculou 73 alunos, tendo 47 de frequência média. Foi fundada por Antônio Mendonça, prêto abastado que, no local, em 1901, edificou uma capela. Pelo Recenseamento de 1940 se verificou existirem: 168 prédios urbanos, 11 suburbanos, 790 rurais e a população: urbana, 477 habitantes; suburbana, 50; rural, 3 706.

Cacimba de Dentro — Povoado do município de Araruna. Nêle funciona uma escola pública primária, que matriculou 60 alunos em 1942, tendo 39 de frequência média.

Cacimba do Povo — Fonte pública a S. O. da cidade de João Pessoa. Pertence ao Estado e foi por êste construída.

Cacimba Nova — Povoado do Município de Campina Grande. Tem aula pública primária que matriculou 48 alunos em 1942, registrando a média de frequência de 29.

Cacimbas — Lugarejo do município de Jatobá. Sua aula pública primária matriculou 36 alunos.

Cafula (Voc. ind.) — Agregado de casas à margem da antiga estrada que comunicava Ingá a Campina Grande, a meio declive da Borborema. Pertence ao município do Ingá.

Caiana — Serra nos limites de Alagoa Grande e Campina Grande. É muito agrícola.

Caçara — Estação ferroviária na estrada que liga Guarabira a Nova Cruz. (V. *Logradouro*.)

— (Voc. ind., significando cercado de emergência que se arranja traçando-se em estacas, ramos espinhosos. No litoral designa a choupana onde os pescadores abrigam a jangada e os utensílios de pesca.) — Município situado quase todo na zona da caatinga, a N. O. do Estado, numa área de 532 quilômetros quadrados. Segundo o Recenseamento de 1940, conta a população de 31 234 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 2 892 habitantes; suburbanas, 295; rurais, 28 047, ocupando 852 prédios urbanos, 66 suburbanos e 5 720 rurais. **Açudes** — Existem no município vários açudes em propriedade particular, todos porém de reduzida capacidade, não resistindo estiagens que se prolonguem por mais de dois anos. **Administração** — Politicamente é administrado por um prefeito, nomeado pelo Interventor Federal, auxiliado por 28 funcionários permanentes. A justiça local é distribuída por um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar, pois o município é comarca de primeira entrância. Um delegado de polícia na sede nomeado pelo Interventor, vários subdelegados, para os distritos, escolhidos pelo Secretário da Justiça, suplentes, de nomeação do Chefe de Polícia do Estado, têm a seu cargo a segurança pública. **Agricultura** — O município é essencialmente agrícola, criando gados na zona da caatinga. Produz milho, feijão, rapaduras, fumo. **Aspecto físico** — O município assenta em terrenos ondulados do Brejo, tendo uma faixa na caatinga. Suas serras são ramificações da Borborema, sendo a mais notável, a Serra da Raiz com a extensão de 24 quilômetros; segue-se a de Campo Alegre, de 9 quilômetros de comprimento. Ambas estão a leste da cidade e integram

a cordilheira Copacoba. *Assistência social* — Caiçara não possui qualquer instituto de assistência. A Prefeitura mantém um médico que, além de suas atribuições de funcionários, atende, quanto pode, às necessidades dos habitantes. *Comércio* — O município tem notável movimento comercial, realizando suas transações com as praças de João Pessoa, Recife e Natal, contando, não só a cidade como as vilas, boas casas comerciais. *Etnografia* — Os primitivos habitantes da região foram os potiguaras, que depois se fundiram com os portugueses, recebendo certa parcela de sangue africano. Por fim predominou o elemento brasileiro. *Feiras* — Muito abundantes e concorridas são as feiras que se realizam, semanalmente, no município. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Avultado é o número de fazendas agrícolas, sendo menor o de propriedades destinadas a criação. Os seus rebanhos em 1941 somavam 8 000 bovinos, 2 000 eqüinos, 2 000 asininos, 2 020 lanígeros, 2 200 caprinos, 1 950 suínos, 12 000 aves. *Fauna e Flora* — A fauna fóssil, no município, tem apresentado espécimes dignos de estudos, especialmente os encontrados numa lagoa distante da cidade uns trezentos metros. O primeiro esqueleto de animal gigantesco dela retirado quando tratavam de desobstruí-la em 1887, foi enviado à Exposição de Paris, não havendo notícia de ter chegado ao seu destino. Caiçara conta ainda restos de opulentas matas onde se encontram madeiras de construção e de marcenaria. Pelos tabuleiros e várzeas há variedades de plantas medicinais. O reino animal é representado por algumas espécies de roedores, desdentados, ofídios, insetos e pássaros, etc. *Hidrografia* — Os rios principais são: o Curimataú, que atravessa o município de O. a N. e o Camaratuba, que nasce no lugar Pirauá, distrito da Vila de Serra da Raiz. Depois de muitas curvas segue para L., corta o município de Mamanguape e entra no oceano. Vários riachos nascem em Caiçara e engrossam

as águas dos rios mencionados. *História* — O primeiro morador da região foi José de Abreu Cordeiro que, em 1776, obteve uma data de terra na Serra da Raiz. No ano de 1822, Luis Soares de Mendonça adquiriu a sesmária onde agora assenta a Cidade, construindo casa e roçado. Em 1841, o terreno onde hoje é a sede do município cobria-se ainda de cactos e bromélias, quando Manuel Soares da Costa, Francisco da Costa, Gonçalves e José Vicente compraram a propriedade, construíram suas vivendas e cercados de ramos — caiçaras — para abrigo do gado. Depois ergueram uma capela dedicada a N. S.^a do Rosário, doando 60 braças de terra para patrimônio. Ao lado do templo foi-se levantando a povoação e dentro de poucos anos tinha comércio animador. Progredindo, começou a disputar as honras de vila com Serra da Raiz e triunfou. Assim, por Decreto n.º 309, de 7 de novembro de 1908, foi elevada a vila, instalando-se o município, judicialmente pertencendo a Guarabira. O Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1938, criou-a cidade e Comarca de primeira entrância. *Indústria* — O município possui vários engenhos para o fabrico de rapaduras, várias instalações e uma usina para o benefício de algodão. Em 1941 exportou: 35 000 cachos de bananas, 40 000 mangas, 29 759 l de aguardante, 452 853 kg de algodão em pluma, 16 000 sacos de 60 kg de farinha de mandioca, 20 000 kg de fumo em corda, 431 620 kg de rapaduras. *Instrução* — Conta somente a primária, distribuída por 20 escolas públicas confiadas a 25 professores. Em 1942, verificou-se a matrícula de 1 197 alunos e a frequência média de 826. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram para Caiçara os seguintes limites municipais: — *Com Araruna*, começando na foz do riacho Lagoa Dantas, no rio Curimataú, onde se estrema os municípios de Araruna e Bananeiras, desce pelo referido rio até o

marco n.º 4 (de Araruna), situado no lugar Boqueirão, nos limites com o Rio Grande do Norte (município de Nova Cruz). Com o Rio Grande do Norte (Município de Nova Cruz), começando no Cruzeiro existente no lugar Boqueirão, à margem do rio Curimataú, segue em linha reta até alcançar o boeiro sob a ferrovia da "The Great Western of Brazil Railway Co. Ltd.", localizado entre os postes quilométricos 299 e 300; desta obra de arte, prossegue em linha reta até encontrar o marco n.º 1, localizado à margem do caminho carroçável de Nova Cruz; ainda por outra linha reta, segue até encontrar o marco n.º 2, situado na lagoa de Carnaúba, à margem da antiga estrada de tropa do Espinho; finalmente, prossegue por outra linha reta até alcançar o marco n.º 3, colocado no lugar do antigo marco do Cajueiro, em Lagoa Verde. Com Mamanguape, começando no marco n.º 3, que substitui o antigo marco do Cajueiro, no lugar Lagoa Verde, segue em linha reta, até alcançar o pico da Pedra do Bico; prossegue por outra linha reta até o marco n.º 4, colocado na lagoa José Martins; ainda por outra linha reta continua até o marco n.º 5, colocado à margem do caminho carroçável do Catolé; deste marco, segue pelo referido caminho até cortar o rio Pirari, no lugar Cachoeira dos Coutinho; daí, prossegue pelo referido rio até sua confluência com o rio Pitomba, no lugar Jatobá; sobe pelo rio Pitomba até alcançar o marco n.º 6, colocado à sua margem direita; deste marco, segue em linha reta até alcançar o pico do morro Bico de Pedra; deste ponto, segue em linha reta até o pico do morro do Papagaio; por outra linha reta, continua até atingir o marco n.º 7, situado no alto da Milhã; prossegue por outra linha reta até alcançar o pico do morro do Mulungu; deste pico, prossegue por outra linha reta, até alcançar o marco n.º 8, locali-

zado à margem do riacho Canto de Pedra; prossegue por outra linha reta até alcançar o marco n.º 9, localizado à margem do rio Camaratuba; deste marco, segue por outra linha reta até o marco n.º 10, localizado a leste do povoado Taumatá; prossegue por outra linha reta até o marco n.º 11, localizado à margem da lagoa do Mari; finalmente, por outra linha reta, segue até o marco n.º 12, situado na lagoa Forno; ainda por outra linha reta, segue até o marco n.º 13, situado no alto do morro Vermelho; e deste, por outra linha reta, até o marco n.º 14, localizado a S. O. do povoado de Estacada, à margem de uma lagoa; deste marco, ainda continua em linha reta até o marco n.º 15, situado no ponto onde o caminho de tropa corta o riacho Nascimento, no lugar Cipoal. Com Guarabira, começando no ponto onde o caminho de tropa de Pirpirituba a Mamanguape corta o riacho Nascimento, onde está situado o marco n.º 15, prossegue por este caminho até o povoado Sertãozinho, que fica dividido para os dois municípios; ainda continua pelo mesmo caminho até a ponte da estrada de rodagem Belém-Pirpirituba; desta obra de arte, prossegue, pela estrada até a sua interseção com o caminho carroçável de Guarita, no lugar Ladeira de Pedra. Com Bananeiras, começando na interseção do caminho carroçável de Guarita com a estrada de rodagem Belém-Pirpirituba, no lugar Ladeira de Pedra, prossegue pela referida estrada até alcançar o pontilhão sobre o riacho Gameleira, desce por ele até a sua confluência com o riacho Picada; desce ainda por este riacho até alcançar a estrada de rodagem de Belém a Cachoeirinha; prossegue por ela até alcançar o marco n.º 16, situado à margem do riacho Dantas; desce por esse riacho até a sua foz no rio Curimataú, onde se estreman os municípios de Bananeiras e Araruna.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Curimataú, começando na foz do riacho Dantas, no Curimataú, prossegue em linha reta até o cruzamento do caminho carroçável de Caiçara a Duas Estradas.

Distrito da Sede com Duas Estradas, começando no cruzamento do caminho carroçável de Caiçara a Duas Estradas, vai ter em linha reta ao ponto em que o caminho carroçável de lagoa dos Martins cruza os limites de Caiçara mataú, começando no marco n.º 20, situado na fazenda Catolé.

Distrito de Duas Estradas com Curimataú, começando no marco n.º 20, situado na fazenda Santo Antônio, em linha reta vai ter à lagoa da Serra, de onde prossegue ainda em linha reta até o pico do morro do Papagaio.

Distrito de Serra da Raiz com Curimataú, começando no marco n.º 20, situado na fazenda Santo Antônio, segue em linha reta até o marco n.º 21, situado na fazenda Mufumbo e daí, em linha reta, vai ter ao ponto em que a estrada de ferro da "The Great Western of Brazil Railway Co. Ltd." cruza os limites de Caiçara com Guarabira, no lugar Sertãozinho. *Meio social* — O meio social é ainda acanhado, especialmente entre os camponeses, mas a educação de muitos dos seus moradores, a instrução que a sua mocidade vai adquirindo nos centros adiantados, o pessoal do magistério vão levantando o nível mental dos habitantes da futura região. *Patrimônio municipal* — Em 1941 o patrimônio municipal era estimado em Cr\$ 212 034,00. *Povoações* — Além das vilas, conta certo número de povoações e povoados, sendo mais promissores: Boqueirão, Braga, Flores, Jenipapo, Lagoa de Dentro, Logradouro, Maçanduba, Pitomba, Rua Nova, Rio Preto e Serrinha. A povoação Sertãozinho, pertence parte a Caiçara, parte a Guarabira. *Religião* — A população do município, na sua quase totalidade, é católica apostólica romana. A

sede da freguesia é na vila de Serra da Raiz, sob a invocação de N. S.ª do Bom Fim. Na sede do município está a matriz de N. S.ª do Rosário. A freguesia do Senhor do Bom Fim foi criada por Decreto n.º 361, de 30 de março de 1870.

Rendas públicas — Para o exercício de 1942, orçou o município sua receita em Cr\$ 127 000,00; arrecadou Cr\$ 159 886,80; fixou a despesa de Cr\$ 160.000,00 e efetuou a de Cr\$ 161 282,40. No referido exercício, a Coletoria Federal teve a receita de Cr\$ 95 940,40. Em 1941, a Coletoria Estadual teve a renda de..... 254:967\$950 e a despesa de 176:297\$100.

Repartições públicas — Funcionam na sede do município: Coletorias Federal e Estadual, Prefeitura, Fórum, Grupo Escolar, Mercado Público, Agência Postal.

Riquezas naturais — O engenheiro Francisco Retumba, num Relatório que apresentou ao Presidente da Paraíba em 1887, diz ter encontrado no município, no lugar Gameleira, uma jazida de ferro, cujo rendimento calculou em 70%.

Sede — A sede é a cidade que tem o nome do município. Divide-se em alta e baixa, sendo esta a mais antiga e à margem direita do Curimataú. Está a 150 metros acima do nível do mar, distando da capital do Estado, a N. O., 144 quilômetros e 3 quilômetros da estação ferroviária de Logradouro. É iluminada a luz elétrica, tem serviço municipal de remoção de lixo, conta sociedades artísticas, esportivas e religiosas. A parte urbana é constituída por 5 ruas, 7 travessas e 1 praça. Segundo o Recenseamento de 1940, encontram-se na zona urbana, 262 prédios; na suburbana, 25; na rural, 1359 e a população: urbana, 819 habitantes; suburbana, 118; rural, 6 734. Não obstante a situação, tem aspecto agradável. *Vias de comunicação* — Conta o município várias estradas carroçáveis entre a sede, os distritos e os municípios vizinhos de Araruna, Bananeiras, Guarabira, Nova Cruz, este no Rio Grande do Norte. A estrada de ferro

serve à sede, a Logradouro, à Serra da Raiz, a Duas Estradas e Sertãozinho.

Caicózinho — Lugarejo do município de Jatobá.

Caiporas (Voc. ind.: gênio das flores-tas, protetor da caça) — (V. *Itacambá*).

Caiuraré (Voc. ind., *acaiu-aré*: caju temporão) — Rio do município de Ingá (V. *Surrão*).

Cajá (Voc. ind.: fruta de carogó) — Povoação do município de Ingá; conta uma escola pública que, para uma frequência de 33 alunos, em 1942, matriculou 42.

— Povoado do município do Pilar. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 65 alunos, tendo 52 de frequência média.

Cajazeiras — Município a O. da Paraíba, nos limites com o Estado do Ceará. Ocupa a área territorial de 1 020 quilômetros quadrados, contando, segundo o Recenseamento de 1940, a população de 26 693 habitantes, distribuídos: zonas urbanas, 6 255; suburbanas, 2 959; rurais, 17 779, ocupando 1 815 prédios urbanos, 819 suburbanos; 3 734 rurais. *Agüdes* — Além de vários agüdes particulares, conta o município duas grandes represas: a de Cajazeiras, ao pé da cidade, e a de Piranhas, ambas construídas pela Inspetoria Federal das Obras Contra as Secas, tendo a primeira 2 600 000 metros cúbicos de capacidade e a segunda.... 255 000 000. *Administração* — Politicamente, é o município dirigido por um prefeito, nomeado pelo Interventor Federal, auxiliado por vários funcionários permanentes. Comarca de segunda entrada, os interesses da Justiça são confiados a um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar. A segurança pública está na competência de um delegado de Polícia na sede, e subdelegados, nas vilas; o primeiro, de nomeação do Interventor Federal, os demais escolhidos pelo Secretário da Jus-

tiça. Vários suplentes para os cargos referidos, são nomeados pelo Chefe de Polícia. *Agricultura* — Cajazeiras é município agrícola, contando, porém, certo número de fazendas pastoris. Possui terras ferazes onde se cultivam milho, arroz, cana-de-açúcar, feijão e algodão. A rotina vai cedendo campo à cultura racional. *Aspecto físico* — O território é pouco acidentado não obstante a ondulação dos seus campos. As serras principais, tôdas pertencentes à Borborema, são: Amaro, Azevém, Balanço, Monte Belo, São Bento, Vermelha, do Vital, esta nos limites de Cajazeiras e Jatobá. *Assistência social* — Na sede do município se contam sociedades religiosas e artísticas que prestam assistência à pobreza. O Estado mantém um Posto de Higiene e auxilia a manutenção de um hospital que está prestando inestimáveis serviços à população, não somente a de Cajazeiras como a dos municípios vizinhos. *Comércio* — Considerável é a cifra do movimento comercial de Cajazeiras e uma parte da cidade é exclusivamente ocupada por estabelecimentos de especulações mercantis. Suas transações de compra e venda se fazem com as praças de Campina Grande, Recife, Fortaleza e, em menor escala, João Pessoa. *Clima* — Situada no alto sertão, também sujeita ao flagelo periódico da seca, tem Cajazeiras clima seco e quente, de ordinário salubre. O Posto de Higiene registrou em 1942: Profilaxia: Pessoas atendidas pela primeira vez: helmintoses, 412; paludismo, 5; boubá, 3; sífilis, 520; gonorréia, 216; cancro mole, 56; lepra 1; tuberculose, 2; difteria, 2; febres tifóide e paratifóide, 2; disenterias, 18. Outras doenças, 996. Vacinação: antivariólica, 952; antitífica, 1 560; antidisentérica, 1 560. *Demografia* — Em 1942 registraram-se em Cajazeiras 90 casamentos, 601 nascimentos e 608 óbitos, sendo 25 natimortos e 298 óbitos de 0 a 1 ano de idade. *Distritos* — Conta o da sede, o de Cachoeira dos Índios e Engenheiro Ávidos. *Etnografia* — Os primiti-

vos habitantes da região foram índios da família cariri, especialmente os icós, domados por bandeirantes paulistas, baianos e paraibanos, incorporando-se os remanescentes aos colonizadores. Tais elementos constituíram as bases da atual população, sendo medíocre a contribuição de africanos. *Feiras* — Na sede e nas vilas se realizam, semanalmente, feiras bem animadas, sendo mais importante, pelo vulto dos negócios, a da cidade. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Além de várias fazendas para criação, existem no município 32 engenhos para o fabrico de rapaduras, servidos por 155 pequenos açudes. Os seus rebanhos, computados em 1941, somavam: 28 000 bovinos, 5 200 eqüinos, 3 200 muares, 2 500 lanígeros, 10 000 caprinos, 2 500 asininos, 6 500 suínos e 26 000 aves. *Fauna e flora* — Cajazeiras conta ainda muito terreno coberto de capoeirões e restos de matas onde crescem boas espécies para madeiras de construção e de marcenaria, como pau-d'arco, aroeira, cumaru, pereiro, carnaúba. Sua fauna é composta de pequenos animais como tatus, preás, mocós, raposas, gatos bravos, maracajás; conta pássaros cantores, aves de rapina, pombos silvestres entre os quais avultam as aves-de-arribação. Há variedades de insetos, ofídios e batráquios. *Hidrografia* — A principal corrente que atravessa o município é o Piranhas, hoje seccionado pela barragem do mesmo nome, tendo por tributário o rio do Peixe e os riachos afluentes dêste: — Catolé, Escurinho, Mata Fresca, Santo Antônio e Zé Dias. As lagoas mais importantes são: Arroz, do Bé, Destêrro, Lajes, São-Francisco, as quais raramente conservam água por mais de um ano. *História* — Os primeiros exploradores da região foram José Rodrigues da Fonseca e o alferes Francisco Gomes de Brito; procedentes de Pernambuco, veio, depois, Luís Gomes de Albuquerque. Os dois primeiros obtiveram sesmarias em 14 de novembro de 1754; o último, em 7 de fevereiro de 1767. Em seguida, Vital Rolim, neto de um médico

francês, deixou o vale do Jaguaribe e situou-se na serra que ainda hoje é conhecida pelo nome serra do Vital. Casou-se com uma filha de Luís Gomes de Albuquerque que, sob a denominação de Mãe Aninha, se eternizou na tradição do município, já pela grande descendência, já por sua bondade. Depois de casado, Vital Rolim deixou a serra, veio morar junto do sôgro, fundando a fazenda Cajazeiras. A êsses moradores vieram juntar-se vários portugueses naturais da vila de Cartaxo, origem da grande família sertaneja dêste nome. Do seu consórcio, teve Vital Rolim os seguintes filhos: Manuel de Sousa Rolim, Joaquim de Sousa Rolim, Maria da Conceição de Jesus, Ana Maria de Sá, Antônia Teresa de Jesus, Maria Florença das Virgens, Joana Francisco de Albuquerque, Maria Martiniana de Oliveira e Inácio Rolim. Êste, tomando ordens sacras em Olinda, recebeu em doação, para seu patrimônio, uma parte do sítio Cajazeiras, por escritura pública lavrada em 30 de dezembro de 1850. Antes, em outubro de 1843, foi o lugarejo considerado 2º Distrito de Paz da comarca de Sousa e o Padre Rolim, em outubro, fundava um estabelecimento de ensino, do qual disse Celso Mariz: "A sua casa de ensino se fazia à proporção que chegavam os discípulos. Cada aluno esperava seu teto, embora já encontrasse o seu livro". Mas êsse prédio obedeceu a um plano, de modo que os necessários acréscimos não destoavam do conjunto, nem se afastavam dos preceitos higiênicos. Embora remodelado, ainda hoje servindo para estabelecimento educativo, conserva detalhes de sua primitiva arquitetura. Foi êsse colégio de ensino primário e secundário o propulsor do desenvolvimento de Cajazeiras. Em torno do educandário espontou e cresceu a cidade que manteve o nome da antiga fazenda, apelido originado das cajazeiras que se alteavam no local. O Padre-Mestre e Comendador Inácio Rolim, versado em Matemáticas, Ciências Naturais, no Grego e no Latim, fêz de sua

terra natal, durante muitos anos, o ponto preferido para a educação de jovens sertanejos. Assim, em pouco tempo tinha o local população considerável, formando-se a cidade, única na Paraíba, e talvez no Brasil, cujas bases sólidas se firmaram num estabelecimento particular de instrução. A Lei provincial de 23 de novembro de 1863, elevou a povoação a vila e criou o município; a de n.º 616, de 10 de julho de 1876, deu-lhe a categoria de cidade. É sede de comarca desde 5 de setembro de 1874; seu primeiro juiz de direito o Bacharel Manuel da Fonseca Xavier de Andrade. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, confirmou Cajazeiras comarca de segunda entrância. *Homens notáveis* — Cajazeiras é o berço do sábio, Comendador, Padre Inácio de Sousa Rolim, do Dr. Couto Cartaxo, que representou a Paraíba na primeira Constituinte republicana, do orador, político e agricultor, Bacharel Bonifácio Moura, de D. Moisés Coelho, primeiro bispo de Cajazeiras e segundo Arcebispo da Paraíba e vários outros. *Indústria* — Não obstante as secas periódicas que o flagelam, é promissor o movimento industrial do município. Além de pequenos estabelecimentos manufatureiros, contava em 1941: 1 fábrica de vinagre, 5 instalações para beneficiar algodão, 2 usinas para extração de óleo de caroço de algodão, 1 para extração de óleo de oiticica e 1 para beneficiar algodão. *Instrução* — É um dos municípios paraibanos bem aparelhados para educar e instruir, contando estabelecimentos de educação secundária para ambos os sexos, oficializados pelo Estado, ou equiparados pelo Governo da República. Em 1942 existiam no município 16 escolas para o ensino primário, inclusive um grupo escolar, com a matrícula de 1 004 alunos e 655 de frequência média. A docência cabia a 26 professores. O Bispo mantém um Seminário Episcopal e o Colégio Diocesano. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1164 e 520, respecti-

vamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, estabeleceram-lhe os seguintes limites municipais: — *Com o Ceará* — (*Município de Aurora*), começando no pico do serrote do Cemitério, no lugar Marimbás, segue pela linha de cumeada que divide as águas dos rios Piranhas e Jaguaribe e que toma os nomes de serrote do Saco de Zé Leite, serras do Balanço, Tupi, da Areia e, finalmente, serrote do Orvalho, onde se estremam Antenor Navarro e Ceará. *Com Antenor Navarro*, começando no serrote de Orvalho, no ponto em que se divisa seu contraforte denominado do Saco, e pelo divisor hidrográfico até o Boqueirão Serragem, corta o riacho e, contornando a serra da Arara, prossegue pela vertente Norte até o sítio Feijão, continua em linha reta até o serrote Antônio Jerônimo, à margem esquerda do riacho Escurinho, daí segue em linha reta até à margem esquerda do rio Piranhas, no sítio Bálsamo. *Com Sousa*, começando no marco n.º 7 (de Antenor Navarro), situado à margem esquerda do rio Piranhas, no sítio Cajazeira Velha, segue em linha reta até o marco n.º 1, situado na linha de cumeada do contraforte da serra de Santa Catarina, prossegue por ela, até alcançar o terceiro pico da referida serra, onde se estremam os municípios de Jatobá e Sousa. *Com Jatobá*, começando no terceiro pico da serra de Santa Catarina, segue pela sua linha de cumeada, desce pela vertente e passa pela barragem do boqueirão de Piranhas, galga a vertente oposta da serra de São Bento e prossegue pela sua linha de cumeada que passa nos picos conhecidos por serrote do Miranda e serrote do Caboclo; deste pico, prossegue ainda pela linha de cumeada do contraforte conhecido por serra do Vital, até alcançar a linha de cumeada do seu contraforte secundário, formado pelos serrotes da Doida, São Bartolomeu e dos

Gatos, que divide as águas dos riachos Caatingueira e Garguelo, até alcançar o serrote do Cemitério, no lugar Marinhos, onde se estrema Jatobá e Aurora (Ceará).

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Engenheiro Avidos, começando em a nascente do riacho Santo Antônio, na serra do Vital, segue rio abaixo até o ponto sobre o mesmo rio, na rodovia central Cajazeiras-João Pessoa e daí pela referida rodovia até os limites com Antenor Navarro.

Distrito da Sede com Cachoeira dos Índios, começando na rodovia central Cajazeiras-Fortaleza, nos limites com o Ceará, segue pela referida rodovia até a ponte sobre a mesma, no riacho São José e daí, por esse riacho até sua confluência com o Marimbas, sobe pelo riacho até sua nascente no serrote do Cemitério, no lugar Marinho, nos limites com o Ceará. *Meio social* — O meio social de Cajazeiras apresenta uma sociedade educada e distinta, mormente na cidade, sempre em contato com os centros elegantes de Fortaleza, Natal, Recife, João Pessoa. Uma grande parte da população rural é que se conserva ainda arraigada nos seus velhos hábitos, revelando-se, entretanto, ordeira e trabalhadora. *Necessidades locais* — O município está exigindo melhores estradas internas e mesmo externas, que lhe facilitem o trânsito, o movimento comercial com os municípios vizinhos. Ademais, a grande população infantil disseminada pelos campos, está pedindo alfabetização. *Religião* — Cajazeiras é sede de um Bispado criado pela bula "Majus Catholicae Religionis Incrementum", de 6 de fevereiro de 1914, sendo seu primeiro Antistite D. Moisés Coelho, depois elevado às funções de Arcebispo Metropolitano da Paraíba. Ocupou, em seguida, a Prelazia de Cajazeiras, D. João da Mata Amaral, também promovido a Arcebispo do Amazonas, o qual, por seu es-

fôrço eficiente, por sua atividade, suas iniciativas incomuns, prestou tais serviços a Cajazeiras, e às demais freguesias de sua jurisdição, que inscreveu seu nome entre os dos grandes benfeitores do Estado. Conta a Diocese as seguintes freguesias: Antenor Navarro, Bonito de Santa Fé, Brejo do Cruz, Cajazeiras; Catolé do Rocha, Conceição, Garrotes, Jatobá, Misericórdia, Patos, Piancó, Pombo, Princesa Isabel, Sabujá, Sousa, Uiraúna. Estas freguesias, em 1942, realizaram 1 257 casamentos e 18 349 batizados. O município constitui uma só paróquia de N. S.^a da Piedade, cuja igreja-matriz serve de Catedral, enquanto se conclui o templo respectivo. Capelas filiais: as do Coração de Jesus e a da extinta Casa de Caridade, remodelada para o atual Colégio Diocesano, ambas na sede, onde se desenvolvem várias associações religiosas. *Rendas públicas* — Para o exercício de 1942 orçou o município a receita em Cr\$. 330 000,00; arrecadou Cr\$ 348 520,10; fixou a despesa de Cr\$ 400 000,00 e efetuou a de Cr\$ 343 945,50. A Coletoria Federal, também em 1942, teve a receita de Cr\$ 295 349,50. A Coletoria Estadual, em 1941, arrecadou 790:123\$830 e despendeu 435:526\$500. *Repartições públicas* — Na sede existem: Prefeitura Municipal, o Fórum, Agência Postal-Telegráfica, Coletorias Estadual e Federal, Grupo Escolar, Aulas Públicas, Mercado Público, Matadouro, Agência do Banco do Brasil, Estação Ferroviária da Viação Cearense, inaugurada em 14 de novembro de 1922. *Riquezas naturais* — Se bem que não estejam estudadas, existem no município vários minérios, entre os quais calcários, cristal de rocha, mica, amianto, cobre e ferro. *Sede* — A sede é a cidade que ligou seu nome ao município. Está numa espécie de bacia, crescendo, porém, para o planalto, numa altitude de 263 metros acima do nível do mar, a 488 quilômetros a O. da Capital do Estado e em lat. S. 6º-53'-13,23; long. E. do Rio de Janeiro,

4º-39'-41,25, defronte da antiga matriz, segundo a Comissão chefiada por Pimenta da Cunha, em 1922. Em população é a quarta cidade do Estado. Conta 41 ruas, 10 ladeiras, 5 travessas, 10 praças (2 ajardinadas). É iluminada a luz elétrica, e possui serviço de remoção de lixo. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 1 509 prédios urbanos, 1 753 suburbanos, 2 381 rurais e a população: urbana 5 583 habitantes; suburbana, 2 711; rural, 11 037. Na cidade se localizam: o colégio salesiano Padre Rolim, equiparado ao Pedro II; colégio N. S.^a de Lourdes e Escola Normal oficializados; um grupo escolar, 8 aulas públicas primárias, o Hospital Regional; 1 biblioteca pública, 1 diocesana e 1 comercial; Agência do Banco do Brasil, várias sociedades artísticas, entre as quais o Grêmio artístico Pedro Américo, o Círculo Católico, uma Escola Remington, Associação Comercial e um cinema comportando 640 espectadores. Vários monumentos ornaram praças públicas, entre eles: o do Padre Rolim e o do Cristo Redentor, comemorativo do Congresso Eucarístico ali realizado em 1937. Das ruas da cidade, 14 são calçadas a paralelepípedos rejuntados a cimento. Movimentando o comércio; encontram-se na cidade de Cajazeiras: 7 pensões, 15 casas de pasto, 1 hospedaria, 4 padarias, 8 bibliotecas, 140 casas comerciais, 3 curtumes, 4 oficinas mecânicas, 2 agências de automóvel, 1 fábrica de mosaicos e ladrilhos, 5 olarias, 1 serraria, 3 saboarias, 1 fundição, 2 fotografias, 8 alfaiatarias, 16 barbearias. Na cidade residem: 6 advogados, 6 médicos, 4 farmacêuticos, 3 agrônomos, 2 dentistas e 7 padres. *Vias de comunicação* — Cajazeiras conta um ramal de estrada de ferro pondo-a em comunicação com Fortaleza e com as sedes dos municípios paraibanos de Antenor Navarro, Sousa, Pombal e Patos. A rodovia central, construída pela Inspetoria Federal das Obras Contra as Secas, numa extensão de 490 quilômetros, estabelece excelente comunicação

entre a cidade e a Capital do Estado, passando pelas sedes dos municípios de Sousa, Pombal, Patos, Ibiapinópolis, Campina Grande, Ingá, Tabaiana, Pilar, Maguari, Santa Rita e João Pessoa. Desta a Cajazeiras pode o percurso ser vencido, por automóvel, num espaço de 10 horas. A mencionada rodovia-tronco liga também o município a Fortaleza, atravessando as seguintes localidades: Alagoinha, Ouro Branco, Icó, Jaguaribe, Russas, etc. Para transporte de passageiros e mercadorias, conta o município 37 auto-caminhões, 4 auto-ônibus, 10 motocicletas, 18 automóveis e 3 carros de bois.

— Lugarejo do município de Pombal. Tem escola pública primária que, em 1942, matriculou 21 alunos, tendo 13 de frequência média.

— Lugarejo do município de Catolé do Rocha. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 41 alunos, tendo a frequência média de 23.

— Açude construído pela Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, para abastecer a cidade que lhe deu o nome. Tem 2 600 000 metros cúbicos de capacidade.

Cajueiro — Lugarejo do município de Mamanguape. Conta aula pública primária que, em 1942, matriculou 25 alunos, tendo 15 de frequência média.

Calabouço — Rio de pequeno curso, tributário do Curimataú; serve de limites entre o município de Araruna e o Estado do Rio Grande do Norte.

Caldeirão — Fonte hidromineral do município de Santa Rita, distando 15 quilômetros da sede.

— Povoado do município de Tabaiana. Conta aula pública. Esta matriculou 37 alunos, em 1942, resultando-lhe a frequência média de 24.

Camalaú (Voc. ind., corr. de *camará-u*: rio ou água dos camarás — Povoação do município de Monteiro, criada distrito

de paz em 17 de março de 1906, tendo cartório de Registro Civil instalado em 27 de março de 1908. Está à margem direita do rio do Meio. Possui uma capela dedicada a São José e uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 31 alunos, tendo 22 de frequência média. É servida por uma agência postal.

Câmara — Lugarejo do município de Patos tendo uma aula primária mista que, em 1942, matriculou 29 alunos, conseguindo a média de 19.

Camaratuba (Voc. ind., vem de *camará-tuba*: abundância de camarás) — Rio de 85 quilômetros de curso. Nasce em Pirauá, distrito de serra da Raiz. Sua foz, no Atlântico, ao S. da ponta de Camaratuba e a 7 milhas de Guaju, somente na preamar permite a entrada de pequenos barcos, e com dificuldades, devido à rebentação das vagas nos recifes e coroa. É perene e navegável da barra até Pitombas, próximo de Jacaraú; daí para O. somente no período das chuvas se revela torrencial. Tem curso muito sinuoso, e o seu vale no município de Mamanguape é fertilíssimo, prestando-se a cultura de cereais, mandioca, algodão e, especialmente, cana-de-açúcar. No município de Mamanguape, recebe por sua margem esquerda os riachos Açude, Água Clara, Água Fria, Barro Branco, Bitu, Brejinho, Cernambi, Cumaru, Cumbe, Gamela, Gameleira, Geral, Gonzaga, Ilha, Imberibeira, Itaep, Jandaia, Jurema, Jardim, Maninbu, Maripitanga, Mataraquinha, Pepina, Piabuçu, Pitanga da Estrada, Pitanguinha, Riachinho e São Bento.

— Povoado. (V. *Barra de Camaratuba*.)

— Colônia e fazenda agrícola. Foi a princípio engenho de açúcar, acionado por força hidráulica. O Interventor Argemiro Figueiredo adquiriu a propriedade com o intuito de nela situar uma fazenda agrícola e um núcleo de imigran-

tes japoneses que ali desenvolvessem a cultura do arroz e de hortaliças. Passando o Estado à administração do Dr. Rui Carneiro, este, auxiliado pelo Governo Federal, montou uma colônia agrícola, com trabalhadores e famílias da Paraíba. Mandou sanear o rio e erguer construções. Hoje conta escola pública primária, hospedaria, Posto Higiênico e casas para colonos, além do edifício da Diretoria. Dista uns 30 quilômetros a O. da cidade de Mamanguape, a cujo município, distritalmente, pertence.

Camarázai — Nome dado à vila de Mulungu, do município de Guarabira, pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Está à margem do Mamanguape, na bifurcação da ferrovia Conde d'Eu para Alagoa Grande. Foi próspera; hoje é decadente. Segundo o Recenseamento de 1940, conta 446 prédios urbanos, 107 suburbanos, 2 614 rurais e a população: urbana, 1 532 habitantes; suburbana, 380; rural 10 060. É iluminada a luz elétrica, tem Agência de Correio, uma usina para beneficiar algodão, existindo no distrito 150 aviamentos para fabricação de farinha de mandioca. A estação ferroviária que a serve tem apreciável movimento. Funcionam na vila duas aulas públicas primárias. Estas, em 1942, matricularam 206 alunos.

Cambambe — Povoado do município de Mamanguape, no distrito de Jacaraú. É centro agrícola de alguma importância.

Camboa — Nome primitivo da atual ilha da Restinga. (V. *Restinga*.) Camboa significa armadilha de varas, pequeno curral, para colhêr peixes no mar ou nas embocaduras dos rios. Designa também pequenos cursos d'água que experimentam a influência das marés.

Camboinha — Localidade à margem do Atlântico, pertencente ao distrito de

Cabedelo, a 6°-58'-32" lat. S. e 34°-53'-21" long. W. Gr.

Cambucá (Voc. ind., corr. de camucá) — Povoação do município de Alagoa Nova. Conta aula pública primária que, em 1942, matriculou 67 alunos, tendo 40 de frequência média.

Camorim (Voc. ind.: nome de quatro espécies de peixes marinhos) — Povoado do município de Tabalana. Com a média de frequência de 25, sua aula pública primária matriculou 38 alunos em 1942.

Campina — Povoado do distrito de Jacaraú, município de Mamanguape. — Povoado de pescadores e agricultores à margem de Atlântico, pertencente ao município de Mamanguape. Possui uma capela e está a 6°-0'-0" de lat. S. e 34°-57'-01" long. W. Gr.

Campina Grande — Município central do Estado, a O. da Capital. Ocupa uma área territorial de 2 763 quilômetros quadrados, contendo, segundo o Recenseamento de 1940, uma população de 126 280 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 16 202 habitantes; suburbanas, 22 592; rurais, 87 486, acomodados em 4 357 prédios urbanos, 5 603 suburbanos e 18 057 rurais. É o mais populoso do Estado e o quarto em área territorial. **Açudes** — Conta o município avultado número de açudes de pequena capacidade. A sede está entre dois açudes de velha construção, de águas muito carregadas de sais. A quatro quilômetros da cidade está o Bodocongó, represa de 1 000 000 de metros cúbicos de capacidade. **Administração** — Politicamente, é dirigido por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por algumas dezenas de funcionários permanentes. Sendo comarca de terceira entrância, com primeira vara e segunda, a distribuição da justiça cabe a dois juizes togados, vários suplentes e demais pessoal auxiliar. A segurança pública compete a delegados e subdelega-

dos de Polícia, os primeiros, na sede, e de nomeação do Interventor Federal; os segundos, nas vilas, nomeados pelo Secretário da Justiça. Os suplentes para os cargos referidos, são da escolha do Chefe de Polícia da Paraíba. **Agricultura** — O município é mais agrícola do que pastoril. Nas proximidades da zona do Brejo se cultivam milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar; o mesmo acontece em alguns distritos serranos; no agreste, cultiva-se a batatinha e, em todo o município, o algodão. **Aspecto físico** — O município de Campina Grande está situada no planalto da Borborema, no Cariri Velho. Seu território, em grande parte, é plano ou levemente ondulado. A L., ao N., ao S. erguem-se ramificações da Borborema, como as serras Bodopitá, Catuama, Caturité, Fagundes, Velha. **Assistência social** — Conta Asilo de Mendicidade, Dispensário São Vicente de Paulo, Sociedade Deus e Caridade, o Hospital Pedro I, Casas de Saúde, Policlínica Infantil, Postos de Higiene, etc. **Comércio** — É Campina Grande a maior praça comercial do Estado e a mais importante do Nordeste brasileiro. Para ela convergem artigos de exportação — algodão, couros, peles — de municípios paraibanos, pernambucanos, cearenses, rio-grandenses do norte, piauienses e mesmo goianos, artigos conduzidos por autocaminhões. Mantém Campina Grande suas relações comerciais, especialmente com as praças de Recife, do Rio de Janeiro, de São Paulo e, em tempo de Paz, com os Estados Unidos e a Europa. Volumosa é a cifra de sua importação. **Curiosidades** — Em vários lugares do município se encontram fósseis de animais antediluvianos e inscrições rupestres. **Clima** — Campina é quente. No período das chuvas, os distritos vizinhos ao Brejo são úmidos. Nos demais, o ar é puro e seco, de renovação constante e abundante. Mesmo durante as grandes estiagens, as noites em Campina Grande são agradáveis. Em todo o

município a temperatura máxima pode atingir 30°C à sombra, durante o estio; no período das chuvas desce até 14°C. *Distritos* — Além do da sede, conta os seguintes: Caturité, Fagundes, Galante, Ipaurana, Jófili, Maçarandiba, Puxinanã e Tataguacu. *Demografia* — Durante o ano de 1942, registraram-se em Campina Grande 643 casamentos, 2 879 nascimentos, 2 676 óbitos, sendo, natimortos, 129; óbitos de 0 a 1 ano de idade, 1 668. O Posto de Higiene registrou, em 1942: Profilaxia: pessoas atendidas pela primeira vez: helmintos, 2 185; paludismo, 420; boubá, 224; sífilis, 3 797; gonorréia, 85; cancro mole, 82; tuberculose, 17; disenterias, 11; outras doenças, 1 038. Vacinações: antivariólica, 1 054; antitífica, 1 813; antidisentérica, 1 813. *Etnografia* — Foram os Cariris, subdivididos em várias tribos, os primitivos habitantes da região. Bandeirantes baianos, a princípio, e depois pernambucanos e paraibanos, se fixaram na região com os seus rebanhos. Os naturais que resistiram à invasão foram dominados, incorporando-se os remanescentes aos colonizadores, formando estes dois elementos à base da atual população campinense. O africano deu contribuição medíocre. *Feiras* — Na sede, além do movimento comercial cotidiano, realizam-se duas feiras semanais de gêneros alimentícios, as maiores do Estado. As quintas-feiras se verifica animada feira de gado. Nas vilas e povoações principais, também, semanalmente, há feiras muito abundantes. *Fazendas agrícolas e pastoris* — No município existem uns 12 engenhos, a maioria a vapor, destinados ao fabrico de rapaduras; umas 30 fazendas de criação e centenas de propriedades agrícolas. *Fauna e flora* — A fauna fóssil é notável. Nos tanques ou cavernas, sob camadas de terra vegetal, se encontram ossadas de animais gigantescos mas esse valioso material está sendo completamente estragado pelos habitantes locais. No reino animal, enumeram-se roedores, pombos

silvestres, aves de rapina e trepadoras, insetos, batráquios e reptis. Nas proximidades do Brejo e nas serras, se encontram ainda restos de matas e a W. predominam cardos, cactos e bromélias. *Hidrografia* — No distrito de Jófili, a N. O. da cidade, nascem os rios Araçaji, Bodocongó, Curimataú, Mamanguape e Santo Rosa. Das lagoas, e tôdas secam pelo verão, se distinguem a da Telha e a Salgada, esta origem dos rios mencionados ou de riachos seus afluentes. *História* — Em 1670, situando-se Antônio de Oliveira em Carnoió, antigo Boqueirão, começou o devassamento da região, por ela atravessando a primitiva estrada do sertão. No ano de 1697, Teodósio de Oliveira Ledo, de volta de sua entrada às Piranhas, trouxe a tribo dos ariás ou uriás e aldeou-a no lugar já então conhecido pelo nome de *Campina Grande*. Para catequizar os selvagens, o governador da Capitania da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria, enviou ao local um missionário franciscano, que ali chegou no ano seguinte. Em tôrno da aldeia, levantada à margem do caminho do sertão, se acomodaram indivíduos civilizados. Em 1769 o núcleo era freguesia e a 20 de abril de 1790, subiu de categoria, sob o título: Vila Nova da Rainha, avantajando-se à sua vizinha, São João do Cariri, de existência mais antiga. A Lei provincial n.º 127, de 11 de outubro de 1864, elevou-a a cidade e a de n.º 138, de 8 de agosto de 1865, criou-a comarca de primeira entrância, sendo atualmente de terceira. Campina Grande teve parte saliente nas revoluções de 1817, 1824, 1848. Em 1874 rebelou no município a insurreição dos *Quebra-Quilos*. Hordas de indivíduos assaltaram localidades do interior da então Província, destruindo pesos e medidas do Sistema Métrico Decimal, queimando cartórios, cometendo outras depredações. *Homens notáveis* — Campina Grande tem sido berço de homens que se distinguiram nas letras, nas artes, na ciência, na política. Dentre eles des-

tacou-se Irineu Ceciliano Pereira Jófili, bacharel em Direito, jornalista, político, escritor. Deixou em livros, em artigos esparsos, inestimáveis trabalhos sobre a História e a Geografia da Paraíba. Campina Grande celebrou, em dezembro de 1943, o centenário do nascimento de seu grande filho. Também foi notável o jurista, professor e orador Afonso Campos, falecido prematuramente. *Indústrias* — É um dos mais industriais municípios paraibanos. Conta usinas e 25 instalações para beneficiamento do algodão; duas fábricas de fiação, Indústria Têxtil com 1 700 fusos e 70 teares, produzindo, no máximo, 900 000 sacos, tendo 3 funcionários de administração e 230 operários; Fiação e Tecidos de Campina Grande, com 1 544 fusos, 90 teares, a produção máxima de 1 500 000 sacos, registrando 9 funcionários da Administração e 197 operários. Crescido é o número de pequenas fábricas para o preparo de peles, couros e artefatos correlatos; fábricas de facas, ferramentas agrícolas, de laticínios etc. Os seus rebanhos, em 1942, não obstante a seca reinante, somavam 12 000 bovinos, 3 000 eqüinos, 3 500 muarés, 3 600 ovinos, e 7 000 caprinos. *Instrução* — Na sede há vários estabelecimentos de educação secundária, equiparados e oficializados, além de alguns cursos particulares. A instrução primária é ministrada em 82 escolas, inclusive vários grupos escolares, a cargo de 176 professores, 164 do sexo feminino e somente 56 normalistas. As matrículas em 1942, nas referidas escolas, somaram 6 109 alunos, resultando 4 208 de frequência média. *Limites* — Os limites municipais foram determinados pelos Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, como se verá em seguida: — *Com Ibiapinópolis*, começando no marco n.º 1 (de Cabaceiras), situado à margem do rio Floriano ou Santa Rosa, fazenda Malhadinha, onde se estremam os municípios de Cabaceiras e Ibiapinópolis, sobe

por êle até a sua nascente e, daí, prossegue, por uma linha reta até alcançar o marco n.º 7 (de Cuité), situado na margem do rio Souto, na fazenda Pedra Branca, onde se estremam os municípios de Ibiapinópolis e Cuité. *Com Cuité*, começando no marco n.º 7, (de Cuité), situado na nascente do rio Souto, na fazenda Pedra Branca, segue por uma linha reta até o Pico Alto do Chapéu, na fazenda Destêrro, onde se estremam os municípios de Areia e Cuité. *Com Areia*, começando no Pico Alto do Chapéu, na fazenda Destêrro, segue por uma linha até alcançar o marco n.º 1, situado na linha de cumeada da serra da Tinideira, prossegue por ela até a nascente do riacho do Negro; desce pelo referido riacho até a sua foz no rio Cabeço; sobe por êste rio até o marco n.º 3 (de Esperança), situado na fazenda Cardeiro. *Com Esperança*, começando no marco n.º 3 (de Esperança), situado na fazenda Cardeiro, segue por um caminho aí existente até encontrar a estrada carroçável que vem de Bananeiras; segue por esta estrada até a lagoa Salgada e daí, pelo caminho que conduz a Mari Prêto, em frente a uma casa velha situada à margem da estrada; daí, seguindo pela estrada que vai à lagoa do Açude, continuando até a lagoa da Marcela. *Com Alagoa Nova*, começando no marco n.º 3, (de Alagoa Nova), situado à margem do caminho carroçável de Aldeia Velha a Ariús na lagoa da Marcela, prossegue por êsse caminho até o marco n.º 1 (de Alagoa Nova), situado à margem do caminho carroçável dos Pereiros a Furnas, na lagoa de Roça; dêste marco, prossegue pelo caminho carroçável do Figueiredo a Aldeia Velha até cortar o rio Mamanguape; desce por êsse rio até a foz do riacho Cajueiro ou Cafundó; daí, sobe pelo referido riacho até a sua nascente na linha de cumeada da serra da Caiana; prossegue por ela até alcançar o marco n.º 24 (de Alagoa Grande), onde se estremam os municípios de Alagoa

Nova e Alagoa Grande. *Com Alagoa Grande*, começando no marco n.º 24 (de Alagoa Grande), situado na linha de cumeada da serra da Caiana, prossegue por ela e, em seguida, por uma reta, desce pela vertente, corta o riacho Caiana e sobe pela vertente da serra da Imbira até alcançar o marco n.º 23 (de Alagoa Grande), situado na sua linha de cumeada; prossegue por ela e, em seguida, desce em linha reta, corta o rio Marés no lugar Cigano e galga a cumeada da serra do Jucá; prossegue por ela até o marco n.º 22 (de Alagoa Grande), onde se estremam os municípios de Alagoa Grande e Ingá. *Com Ingá*, começando no marco n.º 22 (de Alagoa Grande), no divisor de águas da serra do Jucá, onde se estremam os municípios de Ingá e Alagoa Grande, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 5 (de Ingá), colocado na lagoa do Cumbe; dêste marco, prossegue em linha reta até o marco n.º 4 (de Ingá), situado na chã do Caçoá Queimado; ainda prossegue dêste marco, em linha reta até o marco n.º 3 (de Ingá), situado na cumeada da serra do Tigre, pela qual prossegue até a nascente do riacho do Tigre, desce por êle até a sua foz, no rio Cafula; corta êsse rio em linha reta e segue até o marco n.º 2 (de Ingá), situado à margem do rio Convento, no lugar do mesmo nome; dêste marco prossegue então em linha reta até o pico da Pedra da Torre; mais uma vez, prossegue em linha reta até o pico da Pedra do Urubu; dêste pico, segue então em linha reta até alcançar a linha de cumeada da serra da Catuama, prossegue por ela até o marco n.º 1 (de Ingá), situado no Olho-d'Água das Freixeiras; finalmente, segue em linha reta até o marco n.º 1 (de Umbuzeiro), colocado à margem do rio Paraibinha, na fazenda Curral Velho, onde se estremam os municípios de Umbuzeiro e Ingá. *Com Umbuzeiro*, começando no marco n.º 1 (de Umbuzeiro), situado à margem do rio Paraibinha, na fazenda

Curral Velho, sobe pelo referido rio até a foz do riacho Pereiro e por êste, até a foz do riacho Guaribas, onde se estremam Cabaceiras e Umbuzeiro. *Com Cabaceiras*, começando na foz do riacho Guaribas, no riacho Pereiro, na fazenda Pereiro, sobe por êsse riacho até cortar o caminho de tropa de Cedro a Gangorra; dêste ponto, continua pelo referido caminho até alcançar o marco n.º 6 (de Cabaceiras), situado na propriedade Pitombeira; dêste marco, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada do pico do Caturité; prossegue por ela e, em seguida, por uma linha reta até o marco n.º 5 (de Cabaceiras), situado à margem do caminho de tropa do açude Catolé, no lugar Ramada; prossegue por êsse caminho até cortar o rio São Pedro; sobe por êsse rio até o marco n.º 4 (de Cabaceiras), situado à margem do caminho carroçável de Ledo, na fazenda Juá; prossegue por êste caminho até o marco n.º 3 (de Cabaceiras), situado na lagoa dos Mulungus; dêste marco, prossegue em linha reta até o marco n.º 1 (de Cabaceiras), situado à margem do rio Floriano ou Santa Rosa, na fazenda Malhadinha.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Caturité, começando na foz do riacho Logradouro, no riacho Bodocongô, sobe por aquele riacho até a sua nascente e, daí, por uma linha reta, até o marco n.º 2, situado à margem da rodovia-tronco, na fazenda Tanques.

Distrito da Sede com Puxinanã, começando no marco n.º 2, situado à margem da rodovia-tronco, na fazenda Tanques, prossegue pela referida rodovia até o marco n.º 3; dêste marco, segue em linha reta até encontrar o marco n.º 4, situado na fazenda Cuité.

Distrito da Sede com Ipauarana, começando no marco n.º 4, situado na fazenda Cuité, segue por uma linha

reta até alcançar a nascente do Riachão ou rio Marinho, e desce por ele até cortar a estrada carroçável de Campina Grande a Esperança.

Distrito da Sede com Maçarandiba, começando no ponto onde a estrada carroçável de Campina Grande corta o rio Marinho ou Riachão, desce pelo referido rio até o marco n.º 5, e daí por uma linha reta, até alcançar o marco n.º 6, situado à margem da estrada de rodagem Campina Grande — Ingá.

Distrito da Sede com Galante, começando no marco n.º 6, situado à margem da estrada de rodagem Campina Grande — Ingá, segue por uma linha reta até alcançar a ferrovia da "The Great Western of Brazil Railway Co. Ltd.", no quilômetro 6.

Distrito da Sede com Queimadas, começando no marco n.º 6, situado à margem da ferrovia da "Great Western", segue por uma linha reta até alcançar o riacho Bodocongó; desce por ele até a foz do riacho Logradouro.

Distrito de Fagundes com Queimadas, começando na foz do riacho Guaribas, no riacho Pereiro, segue em linha reta até alcançar o rio Muquém; sobe por esse rio até a sua nascente a daí, por uma linha reta, até o marco n.º 7, situado na linha de cumeada da serra de Queimadas.

Distrito de Fagundes com Galante, começando no marco n.º 7, situado na linha de cumeada da serra de Queimadas, prossegue por ela e pela das serras da Melancia, Quati e da Catuama até os limites com Ingá.

Distrito de Galante com Maçarandiba, começando no marco n.º 6, situado à margem da estrada de rodagem Campina Grande — Ingá, prossegue por ela até os limites com Ingá.

Distrito de Caturité com Jófili, começando no marco n.º 2, situado à margem da rodovia-tronco, na fazenda

Tanques, prossegue por ela até o rio Floriano, nos limites com Ibiapinópolis.

Distrito de Caturité com Queimadas, começando na foz do riacho Logradouro, no riacho Bodocongó, desce por esse riacho até cortar os limites com Cabaceiras.

Distrito de Jófili com Puxinanã, começando no marco n.º 1 (de Esperança), situado na Lagoa Rasa, segue pelo caminho carroçável de Lagoa Rasa a Santo Antônio, até o marco n.º 3, situado na fazenda Santo Antônio; dêste marco, prossegue por uma linha reta até o marco n.º 2, situado na fazenda Tanques, à margem da rodovia-tronco.

Distrito de Jófili com Ipauarana, começando na interseção do caminho de tropa Várzea Alegre com a estrada carroçável dos Pereiros a Furnas, segue pelo caminho até alcançar o marco n.º 4, situado na fazenda Cuité.

Distrito de Ipauarana com Maçarandiba, começando no ponto onde a estrada velha das Cabaças corta o rio Marinho ou Riachão, prossegue por ela até a sua interseção com o caminho de tropa de Alagoa Grande e por este até o marco n.º 24 (de Alagoa Grande), situado na serra da Caiana. *Meio social* — Campina Grande é o maior centro de cultura no interior do Estado. Conta uma sociedade instruída, elegante que mantém associações esportivas, artísticas, beneficentes, literárias, religiosas, possuindo bibliotecas públicas, imprensa periódica, sociedade aeronáutica com um excelente campo de aviação. *Necessidades locais* — O município vai provendo suas necessidades locais, sendo que o Estado, no governo de Argemiro Figueiredo, dotou a cidade com os serviços de esgoto e abastecimento de água. *Povoações* — As principais do município, são: Araçaji, Areia, Cachoeira Grande, Cacimba Nova, Cachoeira de São Miguel, Cuités, Lapa, Jenipapo, Jacu, Logradouro, Marinho, Malhadinha, Pedra-d'água, Surrão do

Amorim, São José da Mata e Teotônio. *Religião* — Constitui o município uma só freguesia, de N. S.^a da Conceição, cuja igreja-matriz é um dos mais belos templos do Estado. Na sede notam-se ainda as capelas de São José e N. S.^a do Rosário. Capelas filiais: São João Batista, em Fagundes, N. S.^a da Guia, em Tataguauçu; Bom Jesus dos Martírios, em Boa Vista; N. S.^a da Conceição, em Jófili e a de São José, em Mulungu de Cabaças. O Protestantismo conta apreciável número de adeptos, possuindo uns três templos, no município. *Rendas públicas* — O município orçou sua receita para o exercício de 1942 em Cr\$. 2 018 000,00; arrecadou Cr\$ 2 724 830,70; fixou a despesa de Cr\$ 2 188 000,00 e efetuou a de Cr\$ 2 546 629,60. No mesmo exercício a Coletoria Federal arrecadou a receita de Cr\$ 1 201 212,30. No exercício de 1943, a Mesa de Rendas teve a receita de Cr\$ 14 102 550,20 e a despesa de Cr\$ 3 971 813,00, verificando-se um saldo de Cr\$ 10 130 737,20. *Riquezas naturais* — Não se estudaram ainda convenientemente as riquezas naturais do município, constando, entretanto, existir, no distrito de Logradouro, uma jazida de ferro. *Sede* — A sede é a cidade que tem o mesmo nome do município. Está situada à margem do riacho Pia-bas, na altitude de 508 metros, distando 120 quilômetros da Capital. Sua topografia é excelente, sobretudo por estar no cruzamento das principais estradas do Estado. Tem plano de urbanização traçado por Nestor de Figueiredo. O Recenseamento de 1940 registrou-lhe 34 344 habitantes, sendo 12 985, na zona urbana e 21 359 na suburbana. A zona rural conta 13 735 habitantes. Quanto ao número de prédios verificou: urbanos, 3 379; suburbanos, 5 214; rurais, 2 977. A cidade enumera 57 ruas, 8 avenidas, 10 travessas, 7 praças e 11 arrabaldes. É iluminada a luz elétrica; a maioria de suas ruas centrais são pavimentadas a paralelepípedos rejuntados a cimento e várias de suas praças

são ajardinadas, contendo monumentos, entre os quais o de João Pessoa. Possui belos edifícios públicos e particulares, entre os quais se destacam a Prefeitura Municipal, O Mercado Público, O Grande Hotel, dois cinemas, Repartição dos Correios e Telégrafos, Hospital Pedro I, Campinense Clube, Instituto Pedagógico, o Fórum, etc. Na cidade se localiza uma guarnição Federal e o segundo batalhão policial do Estado. O clima da cidade é sempre muito agradável. A Comissão chefiada por A. Pimenta da Cunha, determinou-lhe, em 1922, as seguintes coordenadas: lat. S. 7°-13'-11,40"; long. E. do Rio de Janeiro-7°-20'-31" entre a igreja e o Paço Municipal. *Vias de comunicação* — Conta o município boas rodovias e estradas carroçáveis, tôdas muito transitadas. No perímetro urbano e no suburbano, existe um serviço de auto-ônibus, funcionando também o de telefone automático. Campina é ponto terminal de via férrea, ligando-se a respectiva estação a Recife e João Pessoa por meio de telefone. Linhas de auto-ônibus partem da cidade, diariamente, não só demandando as principais do sertão, como as do litoral de Paraíba e Pernambuco. Para transportes de passageiros e mercadorias existiam no município, em 1943: 225 caminhões, 146 automóveis, 109 bicicletas, 21 auto-ônibus, 20 motocicletas, 37 carroças de tração animal e 35 carros de bois. *Patrimônio municipal* — o patrimônio do município de Campina Grande é oficialmente calculado em... Cr\$ 3 791 077,60.

Campo Alegre — Povoado do município de Umbuzeiro; sua aula pública primária, em 1942, teve 31 matriculados.

— Serra muito agrícola do município de Caiçara, separada da Serra da Raiz pela estrada de ferro Guarabira — Nova Cruz.

Campo Comprido — Povoado do município de São João do Cariri; tem aula primária que, em 1942, matriculou 34

alunos, resultando-lhe 21 de frequência média.

Campo Formoso — Localidade do município de Campina Grande, onde se têm encontrado restos de animais fossilizados.

Campo Grande — Promissora povoação do município de Tabaiana. Conta duas aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 127 alunos, obtendo 87 de frequência média.

Camucá (Voc. ind., corr. de *caa-mucá*: madeira forte) — Vila do município de Bananeiras. Teve primitivamente o nome de Boa Vista e depois o de Borborema, este mudado pelo Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, para o atual. Tem boa edificação assente em terreno escasso à margem do ramal ferroviário Itamataí-Bananeiras. Na vila encontra-se a queda d'água da Canafistula, movimentando a usina elétrica que fornece energia e luz à vila, à vila de Solânea e às cidades Serraria e Bananeiras. É servida por uma estação ferroviária, por Agência Postal e por duas aulas públicas primárias que tiveram 160 matriculados em 1942 e uma frequência média de 102. Segundo o Recenseamento de 1940, tem a vila 312 prédios urbanos, 8 suburbanos, 1 750 rurais, e a população urbana, 1 262 habitantes; suburbana, 87; rural, 3 419.

Camutanga (Voc. ind., talvez corr. de *acamitã*: cabeça ou crista vermelha) — Estrada real que começa em Tabaiana, corta o distrito de Pedras de Fogo e entra no Estado de Pernambuco.

Canã — Ex-Belém (V. *Uiraúna*).

Canadá — Lugarejo do município de Areia. Nela funciona uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 45 alunos.

Canafistula — Povoado do município de Alagoa Grande, distando da sede 10 quilômetros. Está à margem do rio Mamanguape, em terreno plano e seco.

Sua aula primária, em 1942, matriculou 48 alunos, tendo 24 de frequência média.

— Povoado do município do Pilar, distando 3 quilômetros da estação ferroviária de Araçá, atual Mari. Tem uma capela, aula pública primária e realiza semanalmente uma feira de algum movimento.

Canastras — Serra, contraforte da Borborema, nos limites do município de Areia e Campina Grande. No alto desta serra, de acesso difícil, vê-se uma caverna que foi necrópole de raça antiga e desconhecida. Nem a chuva nem o sol penetram no vasto recinto onde jaziam esqueletos denunciando tipos agigantados, cujos ossos por algum tempo serviram de divertimento a ignorantes que por ali apareciam, jogando-os pelas encostas escarpadas. O Dr. Irineu Jófili, que visitou a caverna, escreveu: "Dentro daquele imenso e singular *ossuário*, o percorremos em todos os sentidos, pisando o pó fino que os séculos tinham acumulado em seu solo granítico, procurando nas paredes cheias de riscos amarelados, um sinal que explicasse o mistério". O citado escritor recolheu um crânio, enviando-o para o Museu Nacional.

Canindés — Nome de uma tribo cuja habitação primitiva não se soube até hoje precisar. Foi aldeada no Cariri pelo capitão-mor João Peixoto de Vasconcelos, natural de Mamanguape.

Canoas — (V. *Cubatã*.)

Cantinho — Povoado do município de Misericórdia. Sua aula pública primária matriculou 28 alunos em 1942, reunindo a média de frequência de 23.

— Lugarejo do município de Piancó. Sua escola pública primária em 1942 matriculou 26 alunos, tendo 20 de frequência média.

Canto — Povoado do município de Pombal, à margem da rodovia-tronco do Estado.

Canto Alegre — Lugarejo do município de Tabaiana. Nêle funciona uma escola pública primária que teve em 1942 a matrícula de 34 alunos e a frequência média de 24.

Capim (Voc. ind., *caa-pi*: mato fino)

— Lugarejo do município de Conceição, tendo uma escola pública que, em 1942, matriculou 41 alunos, tendo a frequência média de 22.

— Lugarejo do município de Mamanguape, à margem da rodovia que liga a cidade de Mamanguape à de Sapé.

Capim de cheiro — Lugarejo do município de Areia. Conta uma aula primária mista com a matrícula de 44 alunos e a frequência média de 20, em 1942.

Capoeiras (Voc. ind., corr. de *caa-poera*: mata extinta que renasce) — Rio de pequeno curso do município de Jatobá.

Caracol — Lugarejo do município de Guarabira, centro de uma região muito agrícola. Sua aula primária mista matriculou 60 alunos em 1942, obtendo 41 de frequência média.

Caraibeiras (Derivado do voc. ind., *caraú*: casca grossa) — Rio que atravessa o município de Picuí.

— Vila do município de São João do Cariri. Tinha o nome de Caraúbas, que lhe foi mudado para o atual por força do Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. É próspera, de boa construção, realizando semanalmente feira movimentada, especialmente em peles de cabra e carneiro. Conta uma capela dedicada a São José, uma escola pública primária que, em 1942, teve 72 matriculados e a frequência média de 37. Foi distrito de paz por Lei do Governo Provisório de 10 de fevereiro de 1891 e sua Agência Postal se inaugurou em 4 de junho de 1921. A vila está à margem direita do Paraíba, 30 quilômetros do S. da sede. O Recenseamento de

1940 computou-lhe 99 prédios urbanos, 9 suburbanos, 518 rurais e a população: urbana, 290 habitantes; suburbana, 13; rural, 2 194.

Carapeba (Voc. ind., *cará-apeb*: peixe redondo e escamoso) — Lugarejo do município de Santa Rita.

Carapibus (Voc. ind., *cara-pibu*: peixe que emerge do fundo) — Povoado de pescadores, à margem do oceano e ao S. da barra do rio Gramame. Segundo Vital de Oliveira está a 7º-16'-58" de lat. S. e 34º-50'-29" long. W. Gr.

Carapocema (Voc. ind., *cara-putembê*: peixe que faz bulha com a bôca) — Pequeno rio perene do município de Mamanguape, e afluente do rio dêste nome. Rega uma região muito agrícola. Em suas margens existem uns misteriosos subterrâneos, construídos em época anterior à da colonização, por um povo ignorado.

Caraúbas (Voc. ind., corr. de *caraú-ba*: fruto de casca negra) — (V. *Caraibeiras*).

Cariri (Voc. ind.: o tristonho) — Região central do Estado, formada pelo platô da Borborema. É também conhecida sob a denominação de Cariri Velho, para se distinguir de Cariri Novo, situado no Ceará. Ocupa uma área de 15 888 quilômetros quadrados, povoada por 270 250 habitantes. Nem sempre plana, apresenta várias elevações, verdadeiras serras. As águas da região derivam para os rios Curimataú, ao N.; Mamanguape, no centro e Paraíba, ao S. A O. está a bacia do Piranhas. A região tem aspecto singular por sua vegetação de cardos, bromélias e cactos. Nas vastas planícies, nas abas e encostas das serras, avultam cerrados de macambira (craúá ou caroá, de fibra muito valiosa; o crauatá, e crauagu, tôdas fibrosas; o facheiro, espécie de cardo que fornece bela madeira para incrustações de móveis; o xiquexique; a cubeba, de cuja fécula se faz doce muito apreciado;

a coroa-de-frade; a palmatória, que alimenta a cochonilha. Dentre as árvores se destacam a favela e a quixaba, espinhosas; o umbuzeiro, a umburana, a ibiraúna. É a região mais seca da Paraíba, contando municípios onde se tem registrado a ausência de chuva por cinco anos consecutivos. Mau grado sua elevação, de 350 a 600 metros acima do nível do mar, a água extraída do subsolo é carregada de cloreto de sódio, ou mineral que tenha iguais propriedades. Os seus campos criam muito bem as espécies muar, bovina e caprina e no período das chuvas prestam-se à cultura de cereais e de algodão.

— Nação indígena que tinha o nome da região precedente. Era constituída por numerosas tribos que ocupavam larga área do Nordeste brasileiro. Confederaram-se contra os colonizadores dos sertões da Paraíba e Rio Grande do Norte, afirmando Irineu Jófili que essa concentração foi mais poderosa que a dos tamoios. Taunay, no seu livro *Guerra dos Bárbaros*, afirma que a luta entre Cariris e colonos durou perto de 30 anos. (V. a seção Origens, no artigo *Paraíba*.)

Cariris de Fora — Nome que, para distingui-los dos cariris aldeados no Pilar, tiveram os índios da missão que originou a atual cidade de São João do Cariri.

Carmo — Povoado promissor do município de São João do Cariri. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 100 alunos, tendo 60 de frequência média.

Carnaúba (Voc. ind.) — Povoado promissor do município de Araruna. Conta uma escola pública mista, com 56 alunos de matrícula, em 1942, e 35 de frequência média.

Carnaubal — Antiga *Livramento*. (V. *Sarapó*.)

Carnaubinha — Povoado do município de Monteiro, tendo aula pública primária que matriculou, em 1942, 50 alunos, tendo a frequência média de 36.

— Povoado do município de Araruna. Sua aula pública primária, em 1942, teve 40 matriculados e a frequência média de 36.

— Povoado do município de Piancó. Conta aula primária mista. Esta matriculou 42 alunos, em 1942, tendo a média de 33.

— Lugarejo do município de Sousa, tendo aula primária mista que matriculou 30 alunos em 1942.

— Nome de uma serra muito agrícola, contraforte da Borborema, entre os municípios de Sabujá e Ibiapinópolis.

Carneiro — Rio do município de Baalhão. Nasce nos limites deste com o Estado de Pernambuco; deságua à margem direita do Taperoá. O seu vale é muito fértil.

Carnoió (Voc. ind., talvez corr. de *Cará-ni-íó*; onde se arranca cará) — Tinha o nome primitivo de *Boqueirão*, que lhe foi mudado pelo Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Povoação do município de Cabaceiras, elevada a vila pelo Decreto-lei número 1164, de 15 de novembro de 1938. É o lugar histórico mais antigo do interior paraibano. Está situado à margem esquerda do rio Paraíba, 20 quilômetros a W. da sede e a 375 metros de altitude. O Recenseamento de 1940 encontrou: 67 prédios urbanos, 33 suburbanos, 362 rurais e a população urbana, 218 habitantes; suburbana, 158; rural, 1841. Tem a vila regular edificação e se revela pitoresca. Quase esquecida, num recanto do Estado, entrou em decadência, não obstante sua posição e ser distrito algodoeiro e pastoril. Sede de um Posto Fiscal do Estado. Conta uma capela e escola pública primária. A vila está localizada nas fraldas orientais da serra do Boqueirão, no ponto onde o Paraíba rompeu a elevação. *História* — Boqueirão, hoje Carnoió, foi fundada em 1670, por Antônio de Oliveira, presu-

mido irmão ou tio de Pascoal e Teodósio de Oliveira Ledo, que ali chegaram procedentes da Bahia. Fundado o arraial, iniciada a indústria pastoril, ali se organizaram as bandeiras e entradas. Assim tôda a conquista do Cariri Velho, e de grande trecho do sertão paraibano, se deve a bandeirantes partidos do burgo referido. Do interior, foi a primeira localidade que teve capela regular e missionário capuchinho saído de missões das margens do São Francisco, que, antes da capital da capitania, primeiro se comunicou com o nascente povoado. A tradição ainda recorda que, à missa de Natal ocorriam anualmente, moradores de Piranhas, Piancó, do sertão, distantes quarenta e cinqüenta léguas. No local existem ainda vestígios de suas primitivas edificações.

Caroá (Voc. ind., *craúá*: nome de uma bromélia) — Antiga São Sebastião; vila do município de Monteiro. Teve o nome trocado pelo atual, por força do Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Conta Agência Postal, uma capela, uma aula pública que matriculou 36 alunos, em 1942, e realiza boa feira semanal. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 161 prédios urbanos, 13 suburbanos, 847 rurais e a população: urbana, 457 habitantes; suburbana, 58; rural, 3 906.

Carrapateira — Povoação do município de Jatobá. Sua aula primária mista matriculou 20 alunos, em 1942.

Castelo — Lugarejo do município de Pombal, contando uma aula pública primária.

Catingueira — Vila do município de Piancó. Está no sopé da Serra que lhe dá o nome e é centro de zona agrícola e aurífera. Teve também o nome de Pedro Velho e Jucá. No distrito consta existir uma fonte termal e nêle se pratica mineração de ouro. A vila, regularmente edificada, tem algum trato comercial e é cortada pela estrada Patos-Piancó. Conta Agência Postal e uma

escola primária mista que matriculou 59 alunos, em 1942, obtendo 46 de frequência média. O Recenseamento de 1940 encontrou 126 prédios urbanos, 65 suburbanos, 1 273 rurais e a população: urbana, 338 habitantes; suburbana, 190; rural, 5 765. (*Catingueira é nome de de uma árvore cujas folhas têm cheiro desagradável.*)

Catolé — Nome de uma palmeira. Rio de pequeno curso do município de Jatobá.

— Lugarejo do município de Ibiapinópolis; possui uma escola primária mista que, em 1942, matriculou 26 alunos, tendo 21 de frequência média.

— Lugarejo do município de João Pessoa, tendo uma escola mista que matriculou 49 alunos, em 1942, registrando 36 de frequência média.

— Lugarejo do município de Tabaiana. Nêle, funciona uma aula pública mista que em 1942 recebeu 44 matriculados.

Catolé de baixo — Localidade próxima da cidade precedente, possuindo escola primária mista que matriculou 34 alunos, em 1942, tendo a frequência média de 21.

Catolé do Rocha — Município a N.O. do Estado, no alto sertão, ocupando uma área de 1 559 quilômetros quadrados, contando, segundo o Recenseamento de 1940, 28 265 habitantes, distribuídos: zonas urbanas, 2 052 habitantes; suburbanas, 718; rurais, 25 495, acomodados em 605 prédios urbanos, 184 suburbanos, 5 641 rurais. *Açudes* — Município agrícola-pastoril, conta diversos açudes particulares de pequena capacidade. O mais notável reservatório é o Riacho dos Cavalos (V. *Riacho dos Cavalos*). *Administração* — E' administrado por um prefeito, nomeação da Interventoria Federal, auxiliado por funcionários permanentes. Comarca de segunda entrância, um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar, têm a seu cargo os interesses da Justiça. A segurança pública cabe a um Delegado

de Polícia, escolhido pelo interventor Federal, a subdelegados, nomeados pelo Secretário da Justiça. O primeiro localiza-se na cidade; os demais, nas vilas. Os referidos cargos têm suplentes indicados pelo Chefe de Polícia. *Agricultura* — O município vai aos poucos abandonando a rotina, empregando melhores métodos na agricultura e no pastoreio. Suas culturas principais são cereais, cana-de-açúcar e algodão. *Aspecto físico* — Em maioria, é o território do município plano ou levemente ondulado, formando vastos campos, próprios para a criação, os quais, no período das chuvas, adquirem belo aspecto. Ao N. da sede estendem-se a serra Branca e Serra Rajada e São Francisco, tôdas muito agrícolas. *Comércio* — É apreciável o movimento comercial do município, que exporta algodão, peles, cêra de carnaúba, rapaduras, importando tecidos, ferragens, artigos de estiva, drogras, etc. Suas transações são feitas com as praças de Campina Grande e Moçoró. *Clima* — O clima é quente, seco e muito salubre, tornando-se ameno no período das chuvas, quando a temperatura baixa a 20°C; no estio eleva-se às vezes a 33°C à sombra. Os alísios sopram constantes no município. *Distritos* — Conta os da sede, Mala e Itacambá, antigo Jericó. *Demografia* — Em 1941, registraram-se no município 540 nascimentos, 50 casamentos e 571 óbitos. *Etnografia* — Foram de nação cariri os primitivos habitantes que, dominados, se fundiram com os colonizadores de origem portuguesa, procedente de Bahia, Pernambuco e mesmo do sertão paraibano. A êstes se juntou o elemento negro, que muito contribuiu para o desenvolvimento econômico da região. *Feiras* — Na sede, nas vilas e nos principais povoados se verificam, semanalmente, feiras movimentadas, principalmente as da sede. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Há no município mais de 100 fazendas agrícolas e pastoris e uns 12 engenhos para o fabrico de rapaduras. O arrola-

mento de seus rebanhos, em 1942, não obstante a seca, somou: 17 200 bovinos, 5 450 eqüinos, 1 650 asininos, 1 800 muares, 16 000 lanígeros, 13 000 caprinos, 5 350 suínos e 20 000 aves. *Fauna e flora* — A fauna é variada em pássaros, aves de pequeno porte, insetos, reptis. Não tem matas, mas pelos campos vegetam espécimes de angico, aroeira, cumaru, bálsamo, plantas medicinais, forraginosas, e, nas várzeas, cresce a carnaúba. *Hidrografia* — Nenhum rio importante corta o município que é na estação chuvosa regado por muitos riachos, todos afluentes do Piranhas. *História* — Do ano de 1700 data a fundação das primeiras fazendas na região. Em 1774, o coronel Francisco da Rocha Oliveira, descendente de Rocha Pita, e neto de Ana de Oliveira, Irmã de Teodósio de Oliveira Ledo, já residindo no sítio Catolé, de sua propriedade, instituiu à margem do riacho Agon um patrimônio para a igreja que edificou em homenagem a N. S.^a do Rosário. A povoação formou-se em torno do templo, adotando o nome Catolé do Rocha em preito ou recordação, ao seu fundador. Não teve, a princípio, grande prosperidade. Em 26 de março de 1835, por Decreto n.º 5, foi criado o município, passando o povoado à categoria de vila. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, confirmou-a Comarca de Segunda entrância e deu-lhe os foros de cidade. Foi seu primeiro juiz de direito, o Bacharel José de Sá Cavalcânti. *Indústria* — A indústria no município limita-se ao preparo do algodão em pluma, para o que conta 19 instalações; ao fabrico de rapaduras, e laticínios. Em 1942 exportou 834 000 kg de algodão em pluma e 180 000 kg de rapaduras. *Instrução pública* — O município conta 17 escolas primárias, inclusive um grupo escolar, sob a docência de 22 professores. Esses estabelecimentos, em 1942, tiveram 823 matriculados e freqüência média de 470. Na sede, além das escolas, e do

Grupo Escolar Antônio Gomes, existe uma Escola Normal oficializada, sendo o respectivo edifício construído e ofertado pelo capitalista Antônio Mendes Ribeiro, que lhe deu o nome de sua genitora, Francisca Henrique Mendes.

Limites — Os Decretos-leis ns. 1164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, estabeleceram para o município os seguintes limites: — *Com Sousa*, começando no pico do serrote Serrinha, segue pela linha de cumeada que toma os nomes de serra Verde, serrote Pelado, morro das Quatro Pedras, Alto do Marechal e morro dos Caetanos, até alcançar o pico do morro dos Canudos, onde se estrema Sousa e Rio Grande do Norte (Alexandria). *Com o Rio Grande do Norte* — (*Municípios de Alexandria e Patu*), começando no pico do morro dos Canudos, segue pela linha de cumeada que divide Paraíba do Rio Grande do Norte e que toma os seguintes nomes: serra da Barriguda, serra do Capim, serra da Vassoura, Balanço do Pumati, serra Rajada, serra Nova, serra do Prado, serra dos Cabeços, até alcançar o marco (de Brejo do Cruz), situado no lugar do antigo marco de pedra de Timbaúba. *Com Brejo do Cruz*, começando no marco (de Brejo do Cruz), situado no lugar do antigo marco de pedra de Timbaúba, à margem da antiga estrada carroçável de Moçoró, prossegue pela estrada até alcançar o caminho de tropa dos Macacos, na fazenda Lagoa dos Patos; prossegue por esse caminho até a sua interseção com o dos Luíses, na fazenda Contendas; deste ponto, continua pelo referido caminho de tropa até o marco n.º 1 (de Brejo do Cruz), situado no ponto onde o mesmo corta o rio Piranhas, na fazenda Corredor dos Hipólitos. *Com Pombal*, começando no marco n.º 1 (de Brejo do Cruz), situado no ponto onde o caminho de tropa dos Luíses corta o rio Piranhas, sobe pelo rio, até a foz do riacho da Onça; deste ponto, segue em linha reta até alcançar

a linha de cumeada que toma os nomes de serra da Arara, serra dos Olhos-d'Água, serra Cabeluda, serra das Umburanas, serrote do João, serra da Cruz, pico norte da serra do Moleque, serrote do Urubu, Catinga dos Tinguizeiros, Vertentes, serra da Macambira, até alcançar o pico do serrote Serrinha, onde se estrema Pombal e Sousa.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Itacambá, começando no pico do serrote do Capim, nos limites com o Rio Grande do Norte (Alexandria), segue pela linha de cumeada até alcançar o marco n.º 1, localizando no ponto onde a estrada de Catolé do Rocha a Itacambá corta o riacho Ôlho-d'Água; deste marco, prossegue em linha reta até alcançar o marco n.º 2, situado à margem do mesmo riacho Ôlho-d'Água, na propriedade Várzea Grande.

Distrito da Sede com Riacho dos Cavalos, começando no ponto em que o caminho carroçável que vai de Recanto até encontrar a rodovia de Riacho dos Cavalos, corta o riacho da Onça; prossegue por uma linha reta em direção norte verdadeiro até encontrar o caminho carroçável que vai de Catolé do Rocha a Riacho dos Cavalos; daí, por uma linha reta até o ponto culminante da Serra Redonda e dêsse ponto prolongando-se na mesma direção até o marco n.º 3 nos limites com Brejo do Cruz.

Distrito de Riacho dos Cavalos com Itacambá, começando nos limites de Pombal, no lugar Recanto, prossegue pelo caminho que vai encontrar a rodovia de Riacho dos Cavalos no ponto em que ela corta o riacho da Onça.

Distrito da Sede com Coronel Maia, começando na nascente do riacho Jenipapeiro, na linha de cumeada da serra Negra, desce pelo referido riacho até cortar os limites com Brejo do Cruz.

Meio social — O meio social de Catolé do Rocha, na sede, revela certo adiantamento; o mesmo não sucede na região rural, onde se encontram poucas famílias de fazendeiros regularmente educadas. *Necessidades locais* — O município precisa de boas estradas internas e mesmo externas que lhe facilitem comunicação rápida com a estação ferroviária mais próxima. Também sua avultada população infantil, disseminada pelos campos, está reclamando a multiplicidade de escolas. *Patrimônio municipal* — Em 1942, o patrimônio municipal somava Cr\$ 438 460,00. *Povoações* — As mais importantes são: Assobio, Baixos, Buenos Aires, Cachoeirinha, Capim, Conceição, Malhadinha, Santa Maria e Serrinha. *Religião* — O município constitui uma só freguesia, de N. S.^a do Rosário, com as igrejas filiais de N. S.^a dos Remédios, em Itacambá; N. S.^a da Conceição, em Conceição. O primeiro vigário de Catolé do Rocha foi, de 1835 a 1843, o Padre José Gonçalves Ourique de Vasconcelos. A igreja-matriz foi reconstruída em 1874 pelo Padre Ibiapina. *Rendas Públicas* — Para o exercício de 1942, orçou o município sua receita em Cr\$ 160 000,00; arrecadou Cr\$ 129 927,60; fixou a despesa de Cr\$ 195 000,00 e efetuou a de Cr\$ 133 740,30. Em igual exercício, a Coletoria Federal arrecadou Cr\$ 109 772,70. A Coletoria Estadual, em 1941, recebeu 333:541\$950 e despendeu 188:454\$700. *Repartições públicas* — Conta na sede Agência Postal-Telegráfica, Prefeitura Municipal, Mercado Público, Coletorias Federal e Estadual, Grupo Escolar, o Fórum, Cartório do Registro Civil instalado em 12 de fevereiro de 1889. *Sede* — A sede do município é a cidade que lhe deu o nome. Tem as seguintes coordenadas, levantamento da Comissão chefiada pelo engenheiro Pimenta da Cunha, em 1922: lat. S. 6°-20'-40,94"; long. E. do Rio de Janeiro 50°-28'-43,95", lado norte da igreja do Rosário. Está

situada às margens do riacho Agon, numa depressão do terreno, a 454 quilômetros da capital do Estado, contando 20 ruas, 8 avenidas, e 7 travessas. É de bom aspecto, ruas niveladas, iluminada a luz elétrica. Tem serviço de remoção de lixo. Mantém a Prefeitura uma fonte pública que abastece a cidade. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 399 prédios urbanos, 156 suburbanos, 2 678 rurais e a população: urbana, 1 560 habitantes; suburbana, 618; rural, 12 275. *Vias de comunicação* — Conta o município uma rodovia ligando-o à rodovia-tronco e algumas estradas carroçáveis. Para transporte de mercadorias e passageiros, existem em Catolé do Rocha: 6 automóveis, 4 motocicletas, 14 caminhões e 200 carros de bois.

Caturité (Voc. ind., *catu-eté*: muito elevado) — Serra do município de Cabaceiras, à margem esquerda do Paraíba, a L. do Boqueirão. É notável o pico que lhe dá o nome, por sua elevação e pelo difícil acesso. Dêle tirou Irineu Jófili assunto para um belo conto.

— Vila do município de Campina Grande, situada numa colina à margem direita do Bodocongó, possuindo o distrito bons terrenos para a indústria agrícola-pastoril, cultivando, especialmente, algodão. O local da vila era parte integrante da fazenda da criação Poço da Água, propriedade de Manuel Nunes que, com os seus parentes, iniciou a construção do povoado, edificando uma capela, depois um mercado e, por fim, algumas casas residenciais. Em 1890, os seus habitantes solicitaram do vigário da freguesia a mudança do nome do povoado, que recebeu o de Conceição. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, elevou-o à categoria de vila, dando-lhe a denominação atual, para evitar dualidade. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 47 prédios urbanos, 4 suburbanos, 987 rurais e a população, urbana, 159 habitantes; suburbana, 22; rural, 4 962.

Caxexa (Parece plebeísmo, derivado de caquético, pois o vulgo lhe dá a significação de mirrado, definhado. Também o supõem termo ind., corr. de *ca-cê-cê*: canto magoado) — Serra do município de Bananeiras, rica em minerais. Nela existem inscrições rupestres e uma necrópole indígena, apresentando-se curiosa, por seu aspecto, a Pedra do Altar.

Caxitu (Voc. ind., *caa-ce-itu*: mato da minha fonte) — Lugarejo do município da Capital, à margem do riacho que lhe dá nome. É distrito muito agrícola, de terrenos úmidos. Nêl funciona uma aula primária mista que, em 1942, teve 52 matriculados; acusando uma frequência média de 42.

Cecília — Povoado do município de Umbuzeiro. Nêl funciona uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 65 alunos, tendo 51 de frequência média.

Cepilho — Lugarejo do município de Areia. Matriculou sua escola pública primária, em 1942, 59 alunos, tendo 48 de frequência média.

Chã do Azevém — Localidade do município de Umbuzeiro, onde funciona uma aula pública primária que matriculou 52 alunos, em 1942.

Chã do Esquecido — Lugarejo do município de Monteiro. Sua aula primária em 1942, matriculou 60 alunos, tendo 40 de frequência média.

Chaves — Povoação do município de Pilar. Nêl funciona uma escola pública primária que matriculou 74 alunos em 1942, com a média de frequência de 50.

Chupadouro — Lugarejo do município de Ingá. Sua escola pública matriculou 43 alunos, em 1942, resultando a média de 30.

Cipó (Voc. ind. Segundo Mário Melo é corr. de *icá-pó*: o que enleia) — Rio de pequeno curso do município de Cajazeiras.

— Lugarejo do município de Cajazeiras, servido por uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 47 alunos, alcançando a média de 29.

— Serra do município de Monteiro, onde se encontram pedras preciosas.

Cobé (Voc. indígena) — Povoado do município de Maguari, ao pé da estação ferroviária. Está na transição da várzea para a caatinga. A escola pública de Cobé, em 1942, matriculou 101 alunos, tendo a frequência média de 74.

Cochos — Lugarejo do município de Misericórdia. Tem aula pública primária.

Cochichola — Vila do município de São João do Cariri. Conta Agência do Correio, uma escola primária mista que matriculou 85 alunos em 1942, tendo 63 de média. O Recenseamento de 1940 encontrou 72 prédios urbanos, 3 suburbanos, 583 rurais e a população: urbana, 187 habitantes; suburbana, 15; rural, 2 696.

Coiaçu (Voc. ind. talvez corr. de *Coacub*: sombreado, cerrado) — Pogo na Serra Branca, do município de Catolé do Rocha, onde nasce o riacho Agon. Este, quando era sombreado por abundante arvoredor, corria perenemente e agora seca no verão.

Colônia — Povoado do município de Guarabira, tendo aula pública primária que, em 1942, matriculou 63 alunos, tendo a frequência média de 48.

Comissário — Serra que principia no município de Pombal, toma a direção O. e interna-se no município de Sousa. É agrícola. Seu nome vem do Comissário Teodósio Dias de Figueiredo, que a obteve por sesmaria.

— Povoação medíocre sobre a serra precedente, pertencente ao município de Sousa.

Conceição — Município do alto sertão paraibano nos limites S.O. do Estado. Ocupa uma área territorial de 3 577 quilômetros quadrados. Segundo o Recen-

seamento de 1940, conta 16 369 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 1 022; suburbanas, 528; rurais, 14 819, acomodados em 241 prédios urbanos, 121 suburbanos e 3 115 rurais. *Agudes* — Existem no município uns sessenta agudes particulares, todos de pequena capacidade. *Administração* — Politicamente é o município dirigido por um prefeito, de nomeação do Interventor Federal, auxiliado por 14 funcionários permanentes. Sendo comarca de primeira entrância, estão os interesses da justiça local a cargo de um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na sede, a subdelegados, nas vilas. O primeiro nomeado pelo Interventor Federal; os outros pelo Secretário da Justiça. O Chefe de Polícia do Estado designa os suplentes para os referidos cargos. *Agricultura* — Não sofrendo tanto as secas periódicas, como as circunscrições vizinhas, possuindo terras úmidas, o município é mais agrícola do que pastoril, podendo praticar as culturas do clima tropical, com o mais completo êxito. Os seus terrenos produzem cereais, algodão, cana-de-açúcar. *Aspecto físico* — Situado nos acidentados da Borborema, tem o município belas paisagens, sendo o solo, de ordinário, acidentado e coberto de vegetação. Os seus pontos mais elevados estão nas serras do Cachorro, Pico, Pintada, Poço e Vermelha. Conta alguns trechos de várzeas e tabuleiros destinados ao pastoreio. *Clima* — Excelente é o clima de Conceição, onde às vezes cai granizo. Saudável, quente e seco no verão, ameno no período das chuvas, de janeiro a maio. *Comércio* — Restrito é o movimento comercial do município, devido a seu afastamento dos maiores centros e, sobretudo, à falta de transportes. Exporta, especialmente para o Ceará, algodão, peles, gados, rapaduras. *Demografia* — Em 1941 registraram-se no município 367 nascimentos, 15 casamentos e 234 óbitos. A

delinqüência constou de 56 contravenções e 6 crimes, dois destes de homicídio. *Distritos* — Conta o da sede e o de Ibiara, antiga Santa Maria. *Etnografia* — Foram primitivos habitantes da região, os índios coremas e panatis da família cariri. Dominados, incorporaram-se aos colonizadores providos do Ceará e municípios paraibanos. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Há no município umas doze fazendas de criação, sendo as mais importantes: Lagoinha, Figueira, Mata, Tabuleiro. Conta ainda 3 engenhos para o fabrico de rapaduras. Os seus rebanhos, em 1942, somaram 4 700 bovinos, 1 100 eqüinos, 1 050 asininos, 340 muares, 3 600 lanígeros, 6 300 caprinos, 4 760 suínos e 9 000 aves. *Feiras* — Na sede se realizam, semanalmente, feiras muito movimentadas; em menores proporções, em Ibiara. *Hidrografia* — Os principais rios do município são: Rio Grande, que depois toma o nome de Piancó; o Serra Vermelha e o Riachão, nos quais despejam vários riachos. *História* — A região pertencia à jurisdição de Pombal, e nela se situaram vários fazendeiros, a partir do meado do século XVIII. Em começo do século passado, João Rodrigues dos Santos fundou o povoado, dando-lhe o nome de Conceição. Este em 1860 foi subdelegacia de polícia subordinada a Piancó, constituindo-se distrito de paz de Misericórdia em 1870. Por Lei provincial n.º 727, de 8 de outubro de 1881, subiu à categoria de vila, município e termo, sendo primeiro juiz municipal o Dr. Venâncio Neiva. Em 1890, instalou-se sede de Comarca, suprimida dois anos depois. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, elevou-a a Cidade e restaurou-lhe a Comarca. *Homens notáveis* — No município nasceu o Dr. Luís Nicolau dos Santos França Leite, político, Deputado Geral, deportado em 1842. Era filho do fundador da cidade. *Indústria* — Conceição tem grandes possibilidades para uma adiantada indústria agrícola, mas continua retraída. Conta 6 loco-

móveis para beneficiar algodão e 4 engenhos para o fabrico de rapaduras. Em 1942 exportou 88 400 sacos de milho, de 60 kg cada um; 96 000 cachos de bananas, 28 600 sacos de feijão, 2 860 000 kg de algodão em caroço e 380 000 kg de rapaduras. *Instrução pública* — Conta somente a primária, distribuída em 12 escolas, a cargo de 16 professores. Estas aulas, em 1942 matricularam 634 alunos, tendo 401 de frequência média. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943 lhe determinaram os seguintes limites municipais: — *Com Bonito de Santa Fé*, começando no marco n.º 1, situado na linha de cumeada da serra da Arara, nos limites com o Ceará (Município de Mauriti), segue pela referida linha e, em seguida, pelo do seu contraforte conhecido por Balanço do Saco dos Bois até a garganta de Mata Fresca e continua, ainda pela mesma, até o serrote das Piranhas, de onde prossegue até alcançar a linha cumeada da serra da Queixada, e desta pelo do Caroá e Bom Jesus até o marco n.º 2, situado na Garganta do Besouro, onde se estrema os municípios de Bonito de Santa Fé e Misericórdia. *Com Misericórdia*, começando no marco n.º 2, situado na Garganta do Besouro, na serra do Bom Jesus, desce pelo Riachão até a sua foz no rio Vazante; atravessa este rio e sobe em linha reta pela vertente da serra dos Barroiros até alcançar o marco n.º 3, situado na sua linha de cumeada; prossegue por essa linha de cumeada e pela das serras Olho-d'Água, Pico e Espetos, até o marco n.º 4, deste marco, prossegue ainda em linha reta até o marco n.º 5, situado no Poço do Caboclo, onde se estrema os municípios de Misericórdia e Princesa Isabel. *Com Princesa Isabel*, começando no marco n.º 5, situado no Poço do Caboclo, segue em linha reta até o marco n.º 6, colocado na fazenda Poços; deste marco, prossegue por outra linha

reta até o marco n.º 7, situado na fazenda Caracó; finalmente, deste marco segue até o marco n.º 8, à margem do riacho Grande; corta esse riacho e sobe pela vertente até alcançar a linha de cumeada da serra Tamanduá; segue por ela e, em seguida, pela serra dos Padres até o marco n.º 9, nos limites com Pernambuco. *Com Pernambuco* — (*Municípios de Vila Bela e Belmont*), começando no marco n.º 9, na linha de cumeada da serra dos Padres, segue por ela e, em seguida, pela da serra Pintada até alcançar o marco n.º 10, situado no divisor de águas dos rios Jaguaribe ou Salgado (Ceará) e Piancó (Paraíba) onde se estrema os estados de Pernambuco, Ceará e Paraíba. *Com o Ceará* — (*Município de Mauriti*), começando no marco n.º 10, situado no divisor de águas dos rios Jaguaribe ou Salgado (Ceará) e Piancó-Piranhas (Paraíba) segue pelo referido divisor que toma, em seguida, o nome de serra da Arara até alcançar o marco n.º 1, onde se estrema com o município de Bonito de Santa Fé.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Ibiara, começando no divisor de águas da serra dos Padres, onde tem nascente o riacho de Cabaças, desce por ele até a sua foz no rio Piancó; atravessa este rio e sobe pela vertente oposta até alcançar a cumeada da serra do Pico; deste ponto, prossegue em linha reta até a nascente do riacho Freixeiras; desce por ele até a sua foz do Riachão nos limites com Misericórdia. *Necessidades locais* — Afastada das grandes praças do Nordeste, particularmente da capital do Estado, precisa de rodovias internas e externas que lhe incrementem a vida econômica e industrial. Além disto, precisam os seus habitantes de iniciativa e de métodos de trabalho mais produtivo, menos afanoso. *Patrimônio municipal* — Em 1942, o patrimônio do

município valia Cr\$ 80 528,80. *Povoações* — As principais são Boa Vista, Capim, Ingazeira, Mata, Montevideu ou Bom Jesus, Santana e Umbuzeiro. *Rendas públicas* — Para o exercício de 1942, o município orçou sua receita em Cr\$ 100 000,00; arrecadou Cr\$ 65 821,30; fixou a despesa de Cr\$ 120 000,00 e efetuou a de Cr\$ 100 317,30. A Coletoria Federal, em igual período, teve a receita de Cr\$ 33 249,60. Em 1941 a Coletoria Estadual arrecadou 162:465\$350, efetuando a despesa de 120:325\$000. *Repartições públicas* — A Prefeitura, o Fórum, a Coletoria Federal e a Estadual, Mercado Público, Cartório do Registro Civil, Pôrto Pluviométrico, aulas públicas, Agência Postal-Telegráfica. *Riquezas naturais* — Conceição guarda no subsolo minérios de valor e é um dos poucos municípios que ainda possuem reservas florestais. *Sede* — A Sede é a cidade de igual nome ao do município, a 516 quilômetros da capital do Estado, a 379 de Campina Grande e a 206 de Patos. Está nas abas da serra Vermelha, na confluência do rio deste nome com o Piancó. É regularmente edificada, tendo um serviço de remoção do lixo. Conta 9 ruas e 1 praça. Está, segundo o levantamento feito em 1922 pela Comissão Pimenta da Cunha, em lat. S. 7°-35'-37,23"; long. E. do Rio de Janeiro 40°-42'-50,40". Em frente à matriz. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 250 prédios urbanos, 91 suburbanos, 1 228 rurais e a população: urbana, 1 326 habitantes; suburbana, 854; rural, 13 201. *Vias de comunicação* — Sua estrada principal se dirige à cidade de Patos — da sede à cidade de Misericórdia, 50 quilômetros; desta à cidade de Piancó, 81; daí a Patos, por onde passa a rodovia-tronco do Estado, 75. As comunicações internas são feitas por estradas de trânsito penoso. Para transporte de mercadorias, dispõe o município do serviço de tropeiros e de 15 carros de bois.

— Nome de um povoado de município de Cabaceiras.

— Povoado do município de Pilar. Tem aula pública primária que matriculou 40 alunos em 1942, com 25 de frequência média.

— Povoado do município de Catolé do Rocha.

Conceição de Alagoas — Povoado com uma capela, do município de Mamanguape.

Conceição de João Pereira — Povoação do município de Mamanguape. Conta uma capela dedicada a São João Batista e uma escola primária mantida pela fábrica de Rio Tinto. O distrito é agrícola, fazendo-se grande cultura de arroz.

Condado — Povoação do município de Pombal, à margem do açude de igual nome e da rodovia central do Estado. Em 1942, sua escola pública primária matriculou 73 alunos, tendo a média de frequência de 31. A população pratica a agricultura, nas adjacências úmidas da barragem.

— Nome do açude construído sobre o rio que lhe deu o nome pela Inspetoria Federal das Obras Contra as Secas, na Paraíba. Sua capacidade é de 35 000 000 de metros cúbicos e se alonga por um vale de belíssima perspectiva, irrigando vasta área onde se pratica apreciável policultura. Tomando por tema a construção da barragem, Pedro Paulo de Albuquerque escreveu interessante romance sob o título *Condado*.

Conde — (V. *Jacoca*.)

Congo — Outrora Santana do Congo. Vila florescente do município de São João do Cariri, próxima aos limites deste município com o de Monteiro. É distrito de paz por Lei n.º 480, de 17 de novembro de 1871. Está à margem do Paraíba. Tem escola pública primária e uma capela dedicada a Santa Ana. É vila por força do Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, o qual lhe alterou o nome antigo para o atual. O Recenseamento de 1940 computou-lhe

105 prédios urbanos, 50 suburbanos, 772 rurais e a população urbana, 222 habitantes; suburbana, 132; rural, 2 790.

Contendas — Povoado do município de Brejo do Cruz, na fazenda de que toma o nome. Ali funciona uma escola primária mista que teve 28 matriculados em 1942.

Copaoba — (Voc. ind. segundo uns significa que se estende, ou se alonga para longe; segundo outros: onde se planta a fôlha) — Serra do sistema da Borborema, separando a zona do Brejo da da Caatinga. É muito agrícola e recebe vários nomes na sua extensão.

— Povoação (V. *Serra da Raiz*.)

Coqueirinhos — Povoado à margem do Atlântico no lado ocidental da barra do Mamanguape, pertencendo ao município dêste nome. Está, segundo Vital de Oliveira, a 6°-45'-25" lat. S. e 34°-58'-35" long. W. Gr. Conta uns 400 habitantes que se ocupam na pesca e na agricultura, principalmente a de coqueiros.

— Lugarejo à beira-mar, próximo dos limites S. do Estado.

Cordeiros — (V. *Aredicó*.)

Coronel Maia — Vila do município de Catolé do Rocha. O nome lhe foi dado em homenagem à memória do Coronel Valdevino Lôbo Ferreira Maia, fazendeiro abastado e político prestimoso que muito concorreu para a prosperidade da circunscrição onde nasceu e viveu. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 20 prédios urbanos, 2 suburbanos, 666 rurais e a população: urbana 60 habitantes; suburbana, 8; rural, 3 124.

Cosme Pinto — Antigo Unebatucus dos selvagens. Rio que nasce no seio de Abraão, município de Batalhão, corre de E. a O. e depois de 40 quilômetros de curso, despeja à margem direita do Taperoá. O seu vale é constituído de terrenos férteis.

Costa da Paraíba — O litoral paraibano, na direção de norte a sul, é muito recortado de pontas, pontais, enseadas, barras de riachos, de rios em maioria, torrenciais. Estende-se, segundo Vital de Oliveira, entre 6°-30'-54" e 7°-25'-36" lat. S. isto é, do pontal da margem direita do rio Guaju, limite com o Rio Grande do Norte, e Ponta de Coqueiros, margem esquerda do rio Goiana, fronteira com o Estado de Pernambuco. O pontal do Guaju é delgado e baixo, contendo a povoação do mesmo nome. Continua rumo sul a praia baixa e adiante entre as fozes dos rios Guaju e Saji, se encontra o povoado Saji. Pouco além, no areal, nas proximidades de Camaratuba, orlada de pujante coqueiral, se encontra a lagoa Pavuna, que, no período das chuvas, abre uma barreta para o mar. A 7 milhas de Guaju ergue-se a ponta de Camaratuba, grosso outeiro, ligando-se a pequenas barreiras que marginam o oceano. São estas de côres diferentes e de magnífico efeito para quem as vê do mar, muito se destacando da costa. Aí deságua o Camaratuba, ficando-lhe ao N. da foz a povoação do mesmo nome. A uma milha e meia da ponta de Camaratuba, para o S., principiam altas barreiras vermelhas, tornando-se mais claras e amareladas ao findarem junto de um coqueiral. As barreiras do norte chamam-se Cardosas; as do sul, Fortinho, ficando entre elas mais destacada, por ser redonda e de cor escura, a de Tambu. A partir do fim destas, a costa é um estreito istmo entre o mar e a lagoa de Acajutibiró. Cinco milhas ao S. E. de Camaratuba alonga-se a ponta da Baía da Traição ou da Trincheira, situada a 6°-42' de lat. S. Neste ponto se encontra a vila de Baía da Traição e ao norte da ponta ergue-se o farolete, numa tórre de ferro pintada de branco, situada aos 6°-40'-42" lat. S. e 34°-55'-12" long. W. Gr. Em distância de duas e meia milhas da ponta de Baía da Traição se vê o pontal de

Coqueirinhos, à margem esquerda da foz do rio Mamanguape. Do lado posto, a 6°-47' lat. S. se acha a ponta de Mamanguape, baixa, coberta de arvoredo, em pleno areal, também com um povoado. Da foz do Mamanguape à do Paraíba, a costa é formada por uma linha de praias sombreadas por denso coqueiral, alterando-se com os oiteiros de Miriri que, com a povoação dêste nome, ficam à margem esquerda do rio dêste nome e mais as elevações de Bom Sucesso a N. do riacho Camaçari. As barreiras de Miriri são de côr vermelha, visíveis a 15 milhas e excelente ponto de reconhecimento da foz do Paraíba; 15 milhas ao S. de Baía da Traição, está a vila de Lucena, sob vasto coqueiral e três milhas ao S. da vila abre-se o estuário do Paraíba, entre Ponta de Lucena, ao N. e Ponta de Matos, ao S. Ambas são baixas e de areia. Daí até o Cabo Branco a seqüência de barreiras afasta-se da praia para o interior. A praia é baixa, arenosa, coberta de coqueiros ou de mato, encontrando-se os seguintes aglomerados de casas: Ponta de Mato, Praia Formosa, Camboinha, Poço, Ponta de Campina, Bela Vista, Bessa, Gonçalves, Tambaú, e Enseada. De tôdas a mais importante é Tambaú, considerada subúrbio da Capital. Entre Bela Vista e Bessa despeja o Jaguaribe. Ao pé do cabo Branco, lado S., fica o lugarejo Seixas e a uma milha do referido cabo, na direção S., logo após a barra do riacho Cabelo, ao pé da colina onde se vê a ermida de N. S.^a da Penha, abriga-se, sob opulenta cultura de coqueiros, a povoação Penha, antiga Arraial. Adiante, ao S., alteiam-se as barreiras de Jacarapé. Além, deságua o Paratibe e mais ao S., junto de um pontal, se alarga a foz do Gramame, oferecendo a região lindo panorama. Entre o Cabo Branco e o Gramame deságua no Oceano os riachos Paratibe e Jacumã, êste banhando a povoação de seu nome. Ao N. de Jacumã há umas pedras grupadas, formando uma espécie de abóboda

e se chamam Pedras Furadas. Depois estão as barras dos riachos Guruji e Tabatinga com a povoação dêste nome, no centro de belíssima enseada, tendo por extremo S. o pontal de Carapibus. Avançam ao longo da costa várias barreiras, abrindo-se em seguida a enseada de Mato Grosso, entre as pontas de Tambaba e Pitimbu. Nesta enseada deságua o riacho Catu e o rio Abiá, estando entre êstes uma barreira que, por sua curiosa abertura, recebeu o nome de Barreira Rachada. Adiante se agrega a casaria da vila de Pitimbu, cortada pelo riacho que lhe dá o nome e ali confunde suas águas com as do mar. A vila está quase na fralda de extensa colina coberta de arvoredo, numa larga faixa arenosa sombreada de coqueiros. Prosseguindo-se para o S. se encontram os lugarejos Acaú e, por último, Ponta do Coqueiros, no lado N. do rio Goiana, limite do Estado. Nos pontos referidos há ancoradouros para embarcações. (V. os títulos respectivos). As barreiras que perto ou afastadas da costa assinalam o litoral paraibano, correm paralelas ao cordão de recifes que ora se aproximam da costa, ora desta se afastam, oferecendo muitas soluções ou interrupções que são as barras e barretas por onde as embarcações entram e saem.

Costinha — Lugarejo do município de Santa Rita, defronte de Cabedelo, à margem ocidental do surgidouro. Nêle funcionam maquinismos e administração da Companhia de Pescas de Baleias, bem como uma escola pública primária que teve 41 alunos matriculados em 1942.

Cova da Onça — Povoado do município de Brejo do Cruz, estando no centro de distrito agrícola-pastoril. Tem aula primária que em 1942 matriculou 78 alunos.

Covoadas — Lugarejo do município de Maguari, cujos habitantes se entregam à agricultura. Ali funciona uma

aula pública primária, que registrou 51 matriculados em 1942, tendo 29 de frequência média.

Crauaçu (Vo. ind.: *craúá*, grande) — Rio de pequeno curso do município de Mamanguape, tributário do rio deste nome.

Cruz — Rio da margem esquerda do Pinharas. Nasce no município de Teixeira e nos 30 quilômetros de curso, rega terrenos muito férteis. Sua foz se encontra ao pé da cidade de Patos.

Cruz das Armas — Arrabalde ao S. da Capital. Formou-se ao longo da antiga estrada que atingia os limites S. da capitania, no ponto onde uma grande cruz assinalava as fronteiras das capitanias de Paraíba e Pernambuco tendo na face do norte as armas da Paraíba, e na do sul, as de Pernambuco.

Cruzeiros — Povoado do município de Guarabira. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 34 alunos, tendo a frequência média de 26.

Cruzinha — Nome antigo da vila de Passagem (V. *Espinharas*).

Curati (Voc. ind., corr. de *cumati*: nome de um fruto silvestre de sabor agradável) — Teve a denominação de Canoas, que lhe foi trocada pela atual por força do Decreto-lei estadual, n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Pertence ao município de Picuí e foi fudada em 1923. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, deu-lhe a categoria de vila. É promissora, tendo certo trato comercial, contando para isto 16 estabelecimentos. Sua aula pública primária matriculou 51 alunos em 1942, tendo 22 de frequência média. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 82 prédios urbanos, 24 suburbanos, 539 rurais e a população urbana, 188 habitantes; suburbana, 95; rural 2 627.

Cuité (Voc. ind.: a cuia, o vaso de colher água) — Município a N. O. do Estado, ocupando uma área de 1 335

quilômetros quadrados. O Recenseamento de 1940 computou-lhe uma população de 21 986 habitantes assim distribuída: zonas urbanas, 1 964 habitantes; suburbanas, 1 103; rurais, 18 934, acomodados em 675 prédios urbanos, 330 suburbanos e 4 120 rurais. **Açudes** — Conta algumas dezenas de açudes de reduzida capacidade, todos propriedade particular. **Administração** — Politicamente, é administrada por um prefeito, nomeado pelo Interventor Federal, auxiliado por 14 funcionários permanentes. Sede de comarca de primeira entrância, estão os interesses da justiça confiados a um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública compete a um delegado de Polícia na sede e subdelegados, nas vilas. O primeiro, é nomeação do Interventor Federal, os demais são escolhidos pelo Secretário da Justiça. O Chefe de Polícia nomeia os suplentes. **Agricultura** — Cuité prosperou ao impulso de sua agricultura, praticada em terrenos férteis. Decaiu, desde que utilizaram as serras, as extensões mais úmidas para a criação de rebanhos, erro que mais tarde corrigiram. Hoje se cultivam no município: agave, cereais, algodão, mandioca, iniciando-se com as melhores esperanças a fruticultura. **Aspecto físico** — O território é, em grande parte, acidentado; o restante ocupa planícies do espinhaço da Borborema e constitui a zona pastoril. Sua principal serra é que ligou o nome ao município. Nos limites com Bananeiras, ergue-se a serra da Caxexa, com o boqueirão formado pelo rio Curimataú. Também pertencem ao município as serras Bom Bocado, Canastras, Damião, Milagres e Muquém. **Comércio** — É de certo vulto o movimento comercial de Cuité, que mantém suas transações, especialmente com a Capital e Campina Grande. Na sede existem uma Cooperativa de Crédito Agrícola e vários estabelecimentos comerciais importantes, praticando importação e exportação. **Curiosidades** —

As de maior importância são as inscrições rupestres que se encontram nas paredes das cavernas e nas faces de alguns penedos. *Demografia* — Em 1941 registraram-se em Cuité 169 nascimentos, 23 casamentos e 610 óbitos, destes, 18 natimortos. A delinqüência constou de 6 contravenções e 63 crimes, 1 de homicídio. *Clima* — O clima é excelente, quente e seco, modificado pelos alísios. Não excede a temperatura de 32°C à sombra, nem desce aquém de 18°C. *Distritos* — Conta o da sede e o da vila de Santa Rosa. *Etnografia* — Foram primeiros habitantes da região, selvagens da grande família cariri, mais tarde dominados por prepostos do Conde do Alvor e colonos provenientes de Bananeiras, que fica vizinha. *Feiras* — Na sede, na vila, nas povoações, se realizam, semanalmente, feiras abundantes. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Conta o município centenas de fazendas agrícolas e pastoris, em maioria seguindo velhos métodos. Vários proprietários estão empregando orientação moderna, não só relativa aos seus rebanhos como aos seus campos de cultura. Segundo arrolamento feito em 1941, contava o município 16 500 bovinos, 1 300 eqüinos, 720 muares, 9 000 lanígeros, 8 400 caprinos, 3 000 suínos e 15 000 aves. *Fauna e flora* — Restos de animais gigantesco são encontrados nas cavernas. Não obstante a perseguição contínua dos homens, ainda existem no município espécimes de onças, gatos bravos, raposas, tatus, mocós. Grande é a variedade de pássaros e insetos. As matas foram quase todas devastadas, delas conservando, alguns proprietários cuidadosos, restos que fornecem madeira excelente de construção e marcenaria. Na caatinga crescem cardos, bromélias e cactos. *Hidrografia* — O maior rio do município é o Curimataú, tendo por valioso tributário o Santa Rosa. Os principais riachos do município, uns despejando no primeiro rio outros no segundo, são o Cabelo, o Cachorro Pin-

tado, o Damião, o Guandu, o Souto. Para o Rio Grande do Norte, corre o Jacu ou Japi, que forma o boqueirão do mesmo nome. *História* — Um caçador residente no então povoado de Bananeiras dirigindo-se, no exercício de sua profissão, às serras Canastras e Bom Bocadinho, avistou, além, outra serra. Para lá se encaminhou, encontrando uma fonte abundante, apelidada Cuité pelo gentio. Por ali procurou fixar-se, estimulando um comêço de povoação que recebeu o nome de Olho-d'Água do Cuité. O Conde do Alvor solicitou sesmarias no distrito em 1704 e em 31 de outubro de 1784, Caetano Dantas Correia requereu a data de terras Lagoa do Cuité, onde levantou casa de vivenda, edificou a igreja de N. S.^a das Mercês, dando maior incremento ao povoado, que foi criado distrito de paz por Lei n.º 15, de outubro de 1827. Por lei n.º 4, de 25 de maio de 1854, foi elevada a vila e termo judiciário. A Lei n.º 480, de 25 de junho de 1872, criou-a comarca com o nome Borborema. Suprimida em 1879, restaurada em 1882; suprimida em 1891, para ser restaurada em 1900 e transferida para Picuí em 29 de outubro de 1924. Por Lei n.º 99, de 25 de janeiro de 1937, foi restaurada e nesta categoria a manteve o Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Tornando-se independente, entrou o município em notável fase de prosperidade. *Indústria* — A indústria fabril no município é incipiente mas promissora, consistindo no preparo de fibras de agave e crauá. Para o beneficiamento do algodão funcionam dez maquinismos. São muito conhecidas as excelentes qualidades dos queijos fabricados no distrito de Santa Rosa. Em 1941 exportou o município 600 000 kg de algodão em pluma; 240 000 sacos de 60 kg de farinha de mandioca. *Instrução* — No município se pratica somente a instrução primária, mantida pelo Estado, para a qual contribui o município, como todos os outros, com dez por cento de sua receita. Estão as aulas a

cargo de 9 professores, distribuídos por 9 escolas que, em 1942, matricularam 406 alunos, tendo 235 de frequência média. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, lhe estabeleceram os seguintes limites municipais: — *Com Picuí*, começando no marco n.º 1, situado na fazenda Massapê, onde se estremam os municípios de Ibiapinópolis e Picuí, segue em linha reta até o marco n.º 2, situado a igual distância das antigas fazendas de Félix Pereira, na fazenda Campos Novos; prossegue em linha reta até o marco n.º 3, situado na fazenda Cabeça de Boi; prossegue ainda em linha reta até o marco n.º 4, colocado na sede da fazenda Canoa do Costa; por outra linha reta, prossegue, ainda, até o marco n.º 5, situado à margem da estrada de rodagem Picuí-Cuité; prossegue até alcançar o marco n.º 6, situado entre as fazendas Lagoa Cercada e Nova Floresta (ponto basilar da linha divisória), nos limites com o Rio Grande do Norte (município de Santa Cruz). — *Com o Rio Grande do Norte* — (*Município de Nova Cruz, Santa Cruz, Acaú e Parelhas*), começando no marco n.º 6, situado entre as fazendas Lagoa Cercada e Nova Floresta, segue em linha reta até a lagoa de São Domingos, que forma o rio Cachorro Pintado, desce por esse rio até o lugar Tamanduá, onde alcança a linha de cumeada das serras dos Milagres, da Piaba, Serrinha ou Japi; prossegue por essa linha de cumeada até o Boqueirão do Japi, por onde corre o rio Jacu ou Japi; desce por esse rio até o marco que fica na confrontação do lado norte do cemitério da povoação parai-bana de Malhada da Cruz; dêste marco, segue em linha reta até o marco n.º 2 (de Araruna), colocado no lugar do antigo marco da data Poró, à margem do riacho Muquém, na Baixa das Quixabas.

Com Araruna, começando no marco n.º 1 (de Araruna), situado entre as lagoas Salgada e Porró, na linha de cumeada da serra do Damião; prossegue por ela até a nascente do riacho Damião e desce por êle até a sua foz no rio Curimataú, no lugar Jaguaré. *Com Bananeiras*, começando na foz do riacho Damião, no rio Curimataú, no lugar Jaguaré, sobe por esse rio até o marco n.º 16 (de Bananeiras); dêste marco, segue em linha reta até o de n.º 1 (de Bananeiras), situado à margem do rio Curimataú, na fazenda Poço Verde; sobe ainda pelo rio Curimataú até o marco n.º 5 (de Areia), situado no lugar salgado. *Com Areia*, começando no marco n.º 5 (de Areia), situado à margem do rio Curimataú, no lugar Salgado, sobe pelo referido rio até a barra do riacho Cabelo ou Urubu; dêste ponto, segue em linha reta até alcançar o pico do serrote Baixo, na fazenda Alfredo Silva; ainda prossegue por outra linha reta até o marco n.º 4 (de Areia), situado na fazenda José Alves, que fica dividida para os dois municípios; dêste marco, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 3 (de Areia), situado na Malhada do Coculo; por outra linha reta, prossegue até o marco n.º 2 (de Areia), situado na fazenda Malhada da Caatingueira; ainda uma vez, prossegue, dêste marco até o marco n.º 1 (de Areia), situado na fazenda Jandaira, que fica dividida para os dois municípios; finalmente, prossegue dêste marco até o pico Alto do Chapéu, na fazenda Destêrro. *Com Campina Grande*, começando no pico Alto do Chapéu, na fazenda Destêrro, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 7, situado na nascente do rio Souto, na fazenda Pedra Branca, onde se estremam os municípios de Ibiapinópolis e Campina Grande. *Com Ibiapinópolis*, começando no marco n.º 7, situado na fazenda Pedra Branca, pros-

segue em linha reta até o marco n.º 8, situado na fazenda Campo de Baixo; dêste marco, prossegue por outra linha reta até alcançar o marco n.º 1, situado na fazenda Massapé, onde se estremam os municípios de Picuí e Ibiapinópolis.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Barra de Santa Rosa, começando na foz do rio Guandu, no rio Curimataú, sobe por aquêle rio até a foz do rio Santa Rosa; dêste ponto, prossegue por uma linha reta até o marco n.º 10, situado na linha de cumeada da serra da Canastra, prossegue por ela até o marco n.º 11, situado na sua vertente ocidental dêste marco prossegue em linha reta até alcançar o marco n.º 12, situado à margem do rio Jacu, nos limites municipais com Picuí. *Necessidades locais* — As maiores necessidades do município são: estradas internas e externas facilitando as comunicações e os transportes, disseminação de escolas rurais, estabelecimentos de crédito que auxiliem o desenvolvimento das indústrias extrativas, agrícola e pastoril. Acresce que o município não é servido por um reservatório de água proporcional às necessidades. *Meio social* — Ainda se revela acanhado. Observa-se, entretanto um esforço dos seus habitantes no sentido de educar e instruir seus filhos, mandando-os cursar estabelecimentos de ensino nos centros mais adiantados. *Patrimônio municipal* — Em 1941, o patrimônio municipal valia Cr\$ 47 800,00. *Povoações* — As mais importantes são: Jacu, Nova Floresta e Telha. *Religião* — Excetuando-se pequeno número de protestantes, a população do município é católica apostólica romana, constituindo uma só freguesia, de N. S.ª das Mercês, criada em 1800, com igreja-matriz na sede, templo de boa construção e igrejas filiais, de São Severino, na Telha; de São Sebastião, em Jardim; de N. S.ª da Conceição, em Santa Rosa. *Rendas públicas* — Para o

exercício de 1942, orçou o município sua receita em Cr\$ 130 000,00; arrecadou Cr\$ 101 258,80; fixou a despesa de..... Cr\$ 130 000,00 e efetuou a de Cr\$...... 100 317,30. A Coletoria Estadual, em 1941, teve a receita de Cr\$ 185 256,65 e teve a despesa de Cr\$ 146 125,40. *Repartições públicas* — Agência Postal-Telefônica, Prefeitura, Coletoria Estadual, Mercado Público, Cartório do Registro Civil, Fórum, Grupo Escolar, Casa de Detenção. *Riquezas naturais* — Há indícios de que o município possui jazidas de minérios de valor, mas ainda não foram convenientemente estudadas. *Sede* — A cidade do Cuité está no chapadão da serra do mesmo nome, numa altitude de 600 metros acima do nível do mar e na distância de 228 quilômetros da Capital. É cidade florescente, com edificação regular, distribuída em 12 ruas, 2 travessas e uma praça. Contou-lhe o Recenseamento de 1940: 461 prédios urbanos, 258 suburbanos, 2 910 rurais e a população: urbana, 1 326 habitantes; suburbana, 854; rural, 13 201. Existem na cidade grêmios artísticos, esportivos, corporações religiosas, serviço de remoção de lixo, iluminação elétrica, biblioteca pública municipal, inaugurada em 19 de abril de 1941, uma Cooperativa de Crédito Agrícola. A população se abastece numa fonte muito abundante e de excelente água, situada ao pé de um oitavo, na distância de um quilômetro da cidade. *Vias de comunicação* — Por meio de estradas carroçáveis e de uma rodovia comunica-se o município com as demais circunscrições do Estado. O itinerário da sede a João Pessoa, corta Santa Rosa, Remígio, Areia, Alagoa Grande, Alagoinha, Mulungu, Mari, Sapé, Maguari, Santa Rita e termina na Capital. Para o transporte de passageiros e mercadorias, se contam no município: 2 automóveis, 5 motocicletas, 8 caminhões e 238 carros de bois.

— Lugarejo do município de Ingá, tendo uma escola pública primária que,

para uma frequência média de 27, matriculou, em 1942, 36 alunos.

Cuiteji (Voc. ind., *cuité-j-i*: água ou rio da cuia) — Tinha o nome Cuité, mas o Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, mudou-lhe o nome e elevou-a a vila. Assenta à margem esquerda do Araçaji distando 8 quilômetros da sede de Guarabira, a cujo município pertence. Segundo o engenheiro Destord, está a vila a 7º-38'-30" long. E. do Rio de Janeiro e 6º-54'-00 lat. S. É próspera, tem Agência Postal, iluminação elétrica, comércio animado, realizando movimentada feira semanal. No distrito existem maquinismos para beneficiar algodão, 21 aviamentos para farinha de mandioca e polvilho, 4 engenhos a vapor para o fabrico de rapaduras e aguardente, uma instalação para beneficiar peles e couros. Sua capela, consagrada a N. S.ª do Ó, é filial da freguesia de N. S.ª da Luz, de Guarabira. Funcionam na vila duas aulas públicas primárias. Tiveram estas, em 1942, 133 matriculados e a frequência média de 77. O Recenseamento de 1940, computou-lhe 142 prédios urbanos, 22 suburbanos, 636 rurais e a população: urbana, 432 habitantes; suburbana, 95; rural, 2 468.

Cuités — Lugarejo do município de Campina Grande. Conta aula pública primária que, em 1942, matriculou 56 alunos para uma média de frequência de 33.

Cuitêzeira — Estação da ferrovia Conde d'Eu, no trecho Entroncamento-Pilar, a dois quilômetros da vila de Taipu, do município de Maguari.

Cumarú (Voc. ind., nome de uma árvore odorífera) — Povoado do município de Picuí.

Cupigura (Voc. ind.) — Povoado do município de Maguari, recebendo o nome do rio que corta o distrito. Está entre a rodovia que liga João Pessoa a Recife e a estrada carroçável de Bôca

da Mata. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 77 alunos, obtendo 41 de frequência média.

Curemas — Antiga *Boqueirão de Curemas*. (Voc. ind., corr. de *corêê-mbé*: lábio inferior caído) — Localidade à margem esquerda do rio Piancó, pertencente ao município dêste nome. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, elevou-a à categoria de vila. Atualmente é próspera e de população avultada, graças à barragem que aí se faz. Tem uma capela dedicada a Santa Rita e 6 aulas públicas primárias que, em 1942, fizeram 203 matrículas, resultando-lhes a frequência média de 168. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 1 034 prédios, 217 suburbanos, 939 rurais e a população: urbana, 3 907 habitantes; suburbana, 870; rural, 4 449.

— Nome da barragem construída pela Inspetoria Federal das Obras Contra as Secas, no boqueirão formado pelo Piancó na serra de Santa Catarina. É a mais considerável do Estado, reunindo 720 000 000 de metros cúbicos de capacidade.

— Nome de numerosa tribo pertencente à nação cariri, ocupando vasta extensão ao S. O. da Paraíba. Resistiu bravamente aos bandeirantes, principalmente os arregimentados pelos Oliveira Ledo. Compreendendo, depois de três anos consecutivos de luta renhida, ser impossível dominá-la por meios violentos, o Coronel Manuel de Araújo Carvalho, para cumprir ordens do Governador-Geral, D. João de Alencastro, no fim do século XVII, num lance ariscado de coragem, em companhia de três prisioneiros daquela tribo, dos quais hábilmente se fizera amigo, se dirigiu à taba do Cacique e conseguiu negociar uma paz honrosa para ambos os beligerantes. Depois de tal acontecimento, é que Piancó pôde ser habitado com segurança pelos fazendeiros colonizadores.

Curimatás (Voc. ind., corr. de *quiri-mbtá*: peixe de carne tenra) — Local de Campina Grande, onde, em cavernas, se têm encontrado restos fossilizados de animais antediluvianos.

Curimataú (Voc. ind.: rio das curimatás) — Rio que nasce no Estado e despeja no Rio Grande do Norte, na baía de Cunhaú, depois de uns 300 quilômetros de curso. Segundo estudos feitos pelo Padre Luís Santiago, tem o Curimataú suas nascentes no município de Campina Grande, ao S. W. da vila de Joíre, nos massapês que constituem um prolongamento do chapadão de Campos Novos, importante divisor de águas do Estado. Depois de 108 quilômetros de curso, corta a serra da Caxexa, formando o boqueirão de Jaguaré, nos limites do município de Bananeiras com o de Cuité. No seu curso tem diversas denominações: — Cabeço, Catolé, Cobra, Inhani, Mocós, Salgado. Banha na Paraíba uma cidade, várias vilas e povoações. Sòmente no período das chuvas, de março a agosto, conserva sua corrente. Os seus principais tributários na Paraíba, da margem direita, são: os riachos Anselmo, Belém, Bom Sucesso, Cabeço ou Caxexa, Cantinhos, Capeba ou 68, Cordeiro, Corredor, Espinheiro, Garatuba, Jandaíra, Jirau, José Carlos e Salgado; da margem esquerda: Aripuá, Boqueirão, Calabouço ou Curimataú-mirim, que serve de limites com o Rio Grande do Norte, Cururu, Fogueira, Garrotes, Lagoa Salgada, que vem da lagoa que lhe dá o nome, Massapê do Oliveira, Monte Pelado, Riacho de Areia, Riacho do Meio, Solidão, Tigre e o Tubiba e o rio Santa Rosa.

— Nome de um curso d'água do município de Pilar e afluente da margem direita do Paraíba.

— Povoação do município do Pilar, à margem do rio precedente. Tem aula pública primária. Esta, em 1942, matriculou 34 alunos.

— Povoação do município de Caiçara, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe o nome Belém, para o atual Teve, em comêço, a denominação Gengibre. É próspera, situada na caatinga à margem esquerda do riacho Picada. Por sua posição constituiu-se excelente ponto comercial e as suas feiras semanais, às segundas-feiras, são abundantes e concorridas. O distrito é algodoeiro. Na vila há uma capela de N. S.ª da Conceição, aulas públicas primárias, Agência Postal. A população se abastece num açude que lhe fica próximo ou, faltando água neste, nos mananciais existentes no sopé da Serra da Raiz, principalmente na fonte denominada *Pé da Serra*. O Recenseamento de 1946 contou-lhe 377 prédios urbanos, 26 suburbanos, 1 617 rurais e a população: urbana, 1 211 habitantes; suburbana 105; rural, 5 888.

Curral de Cima — Povoação do município de Mamanguape. Tem uma capela dedicada a São Miguel. Está no centro de uma zona agrícola-pastoril.

Curtume — Açude do município do Piancó, construído por Brasiliano Lopes Ferreira em cooperação com a Inspetoria Federal das Obras Contra as Secas. Tem a capacidade de 817 344 metros cúbicos.

Curuaí (Voc. ind., talvez corr. de *curuã-i*: rio das cruanhas) — Nome primitivo do rio da Guia.

D

Destêrro — Rio de pequeno curso, tributário do Taperoá. Tem suas origens no lugar Catolé do município de Teixeira.

— Vila do município de Teixeira, sobre a Borborema, distando da sede, para L., 25 quilômetros, aproximadamente.

Tem uma capela consagrada a N. S.^a do Destêrro. Foi fundada em 1880 pelo capitão Fidelino Guedes de Albuquerque Montenegro e Coronel Jesuino Vilar de Araújo, Joecca, auxiliado pela família Lima, do Jatobá. O segundo doou à capela o necessário patrimônio. Está à margem do Taperoá e por vários anos pertenceu ao município de Batalhão. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, elevou-a à categoria de vila e distrito de paz. Sua aula pública primária em 1942, matriculou 29 alunos, resultando 29, de frequência média. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 75 prédios urbanos, 10 suburbanos, 1 023 rurais e a população: urbana, 183 habitantes; suburbana, 45; rural, 4 451.

Diamante — Antigo São Paulo. Povoador do município de Misericórdia, elevado à vila pelo Decreto-lei n.º 1 164 de 15 de novembro de 1938. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, trocou-lhe o antigo nome pelo atual. É promissora, conta Agência Postal, uma capela, aula pública primária, realiza feira semanal de certo movimento. O Recenseamento de 1940 registrou-lhe 243 prédios urbanos, 33 suburbanos, 582 rurais e a população: urbana, 722 habitantes; suburbana, 134; rural, 2 837.

Dois Irmãos — Lugarejo do município de Bananeiras. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 42 alunos, tendo 15 de média de frequência.

Dois Riachos — Lugarejo do município de Taboiana, na confluência do rio Ingá com o Paraíba. Conta aula pública, que, em 1942, teve 46 matriculados e 28 de frequência média.

Dona Inês — Pitoresca localidade do município de Bananeiras, na altitude de 400 metros acima do nível do mar. Está vizinha de grosso penedo, junto do qual existe um pogo que se supõe cavado pelos índios seus primitivos habitantes. Realiza uma feira semanal, possui al-

gumas casas de negócio. Dista da sede 20 quilômetros e 30 da cidade de Caicara. Conta 4 ruas e 105 casas residenciais, algumas de boa construção, 500 habitantes, calculadamente. Sua escola pública mista matriculou 50 alunos, tendo 45 de frequência média. Está no centro de distrito agrícola e é promissora. *História* — Em fins do século XVII ou princípio do XVIII, vaqueiros da fazenda Riacho de Areia, distante uns 6 quilômetros da atual vila, procurando no local rézes desgarradas, viram, surpresas, um fio de fumo subindo para o espaço, nas proximidades de um bloco de granito. Aproximaram-se e, junto do penedo, à sombra de um cajueiro, depararam uma mulher moça e branca, de boas feições, preparando comida. Após repetidas perguntas, declarou que era senhora de engenho em Pernambuco, e para ali fugira em companhia de um prêto, não disse se escravo ou livre. Por ali se ficara sem que fôsse incomodada, vivendo de pequena agricultura e da caça que o seu companheiro praticava. Ignora-se se voltou a sua terra ou se se transferiu para outro ponto da Capitania. Nada adiantou sobre sua família e o local donde proviera, dizendo apenas que se chamava Inês, nome que pegou à localidade. Em 1830 chegaram ao local, procedentes de Goiana, provincia de Pernambuco, acompanhados de 20 escravos, Agostinho Rodrigues de Araújo e sua mulher Isabel Francisca de Sousa. Construíram vivenda bem ao pé da antiga morada de D. Inês e entregaram-se à criação e à agricultura. Um povoado foi ali se formando mas o seu progresso começou a partir de 1905, quando José Paulino, Pedro Teixeira e José Carolino ali se fixaram e Manuel Pedro da Silva Pessoa, ali nascido e residente, requereram, em 20 de agosto, à municipalidade de Bananeiras, permissão para realizar-se uma feira no povoado, sendo satisfeitos. Em 1943, Júlio dos Santos, prefeito de Bananeiras, se interessou pela

localidade, disso resultando que o Decreto-lei n.º 520 elevou Dona Inês à categoria de vila e de distrito de paz.

— Serra onde assenta a vila precedente. É muito agrícola, tendo mais de 24 quilômetros de comprimento e seis na maior largura. É contraforte da Borborema.

Duas Estradas — Povoação promissora do município de Caiçara, situada nas imediações da estação ferroviária, trecho Guarabira-Nova Cruz, e nas fraldas da Serra da Raiz. Foi fundada em 1903 pelo industrial Antônio José da Costa. Realiza aos sábados uma feira de gêneros alimentícios. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 72 alunos, tendo 48 de frequência média.

E

Emas — Povoado do município de Piancó. É sede de distrito policial. Sua aula pública, em 1942, matriculou 62 alunos, tendo a média de 40.

Engenheiro Aídos — Localidade do município de Cajazeiras ao pé da barragem Piranhas, no boqueirão formado pelo rio na serra Santa Catarina. Do serviço de realização do açude, resultou o povoado que recebeu o nome em homenagem ao engenheiro que ali residiu, dirigindo e concluindo os trabalhos. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de dezembro de 1938, deu ao povoado a categoria de vila e distrito de paz. Funciona na Vila uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 36 alunos. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 273 prédios urbanos, 27 suburbanos, 494 rurais e a população: urbana, 571 habitantes; suburbana, 49; rural, 2301. A vila não tem ainda dois decênios, e se distingue por suas modernas construções.

Engenho Central — Nome popular da usina São João que originou a pitoresca povoação ali existente, avultando pelo

número de fogos, pelas construções. Sua escola pública primária matriculou 171 alunos, em 1942, para uma frequência média de 154. (V. *São João*.)

Enseada — Pitoresca localidade à margem do oceano e ao N. do Cabo Branco, pertencente ao município da Capital. Nela funciona uma fábrica de tintas minerais, sendo a matéria-prima abundante no distrito. O nome está indicando o acidente marítimo que se recurva a partir do mencionado cabo para o norte. Existe no povoado uma aula pública primária com a matrícula de 32 alunos. A indústria foi iniciada, ali, e mantida pelo químico e proprietário Olindino de Macedo.

Entre Rios — (V. *Pilões*.)

— Povoado do município de Alagoa Grande. Nêle funciona uma escola pública primária que matriculou 48 alunos, em 1942.

Entroncamento — Nome derivado da bifurcação da estrada de ferro Copde d'Eu para Guarabira e Pilar. Nas adjacências do Estado formou-se um povoado que pertence ao município de Maguari. Está no centro de zona açucareira. Sua aula pública primária matriculou, em 1942, 53 alunos.

Escrivão — Lugarejo do município de Guarabira, à margem da antiga estrada de Mamanguape. É centro de distrito agrícola-pastoril. Nêle funciona uma aula pública primária que, em 1942, teve 67 matriculados para a frequência média de 38.

Espalhada — Povoado do município de Alagoa Grande, no sopé da Borborema e à margem do rio Mamanguape. Tem uma aula pública primária que teve 40 matriculados, em 1942, e a média de frequência de 36.

Esperança — Município central do Estado, ocupando uma área territorial de 351 quilômetros quadrados. O Recenseamento de 1940 encontrou no município

1 266 prédios urbanos, 235 suburbanos, 740 rurais e a população: urbana, 4 106 habitantes; suburbana, 1 064; rural, 11 390. *Águas* — O município conta algumas dezenas de águas particulares, todos de reduzida capacidade. *Administração* — Dirige, politicamente, o município, um prefeito, nomeado pelo Interventor Federal, auxiliado por 13 funcionários permanentes. Comarca de primeira entrância, distribuem a justiça local um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na sede, nomeado pelo Interventor Federal, e subdelegados, nas vilas, nomeados pelo Secretário da Justiça e a suplentes dos referidos cargos, escolhidos pelo Chefe de Polícia. *Agricultura* — Esperança, é município agrícola, contando uma zona onde se pratica a criação. Os seus terrenos produzem mandioca, batata, batatinha, milho, algodão, gergelim, etc. *Aspecto físico* — Situado na zona do Agreste e do Cariri, não apresenta elevações sensíveis. *Assistência social* — O município mantém um Posto Médico e sociedades religiosas prestam auxílios aos necessitados. *Comércio* — Muito animado é o movimento comercial do município, que realiza suas transações de importação e exportação com as praças de João Pessoa, Recife e Campina Grande. *Clima* — Quente e seco é o clima de Esperança, mas refrescado, continuamente, pelos alísios; suas noites são bem agradáveis. A temperatura não desce de 14°C nem sobe além de 34°C, à sombra. De ordinário, é muito salubre. *Demografia* — Em 1941 registraram-se no município 542 nascimentos, 71 casamentos e 743 óbitos. A delinquência constou de 80 contravenções e 14 crimes, nenhum de homicídio. *Distritos* — Conta o da sede e o de Ariús. *Etnografia* — Foram índios de nação Cariri os primitivos habitantes da região, caldeando-se depois com portugueses e brasileiros que para ali se transportaram de vários pontos da capitania

da Paraíba. O elemento negro deu fraca contribuição. *Feiras* — Semanalmente, se realizam feiras na sede, na vila e nas povoações mais importantes. A da sede, é uma das mais movimentadas feiras da Paraíba, abastecendo vasta zona do Cariri e do alto sertão, principalmente nos períodos de seca. *Fazendas agrícolas e pastoris* — O município conta centenas de fazendas agrícolas e, não sendo extensos os seus campos, reduzido é o número de criadores. Em 1941, o arrolamento de seus rebanhos deu o seguinte resultado: 2 000 bovinos, 1 200 eqüinos, 2 300 asínios, 900 muare, 1 000 lanígeros, 1 020 caprinos e 25 000 aves. *Fauna e flora* — A fauna fóssil é notável; a atual não apresenta grande variedade. Não há matas e nas extensões do agreste crescem espontaneamente as jaboticabeiras, constituindo os seus frutos, em determinada época do ano, um atrativo dos habitantes, mesmo de distritos afastados. *Hidrografia* — Os rios principais do município são Araçaji, Cabeço e Mamanguape. Das lagoas, destaca-se a Comprida, que atinge uns 4 000 metros na sua maior extensão. *História* — Um reservatório de água construído pelos índios, atraiu colonos que se apossaram da localidade, expulsando os primitivos moradores. Há uns oitenta anos passados, o local da cidade era ocupado pelos currais de uma fazenda chamada Banabuié. Um agrupamento de vivendas ali se ergueu, sendo o ponto escolhido para uma feira semanal. Mais tarde o missionário Ibiapina substituiu o antigo nome pelo de Esperança. Era a região parte componente do município de Alagoa Nova. O Decreto n.º 624, de 7 de dezembro de 1925, criou o município, que se instalou no dia 31 do referido mês. A princípio foi termo judiciário de Areia, depois foi elevada a comarca de primeira entrância, instalando-a o seu primeiro juiz de direito, Bacharel Ademar Lafaiete de Barros. O Decreto-lei n.º 1 164 de 15 de novembro de 1938, confirmou-

lhe as anteriores categorias, elevando Esperança à cidade. *Indústria* — A agrícola, é a principal indústria do município, que em 1941 exportou: 36 toneladas de batatas doces, 30 toneladas de batatinhas, 70 toneladas de mandioca, 30 000 sacos de 60 kg de farinha de mandioca, 50 000 kg de fumo em corda, 80 000 kg de fumo em fôlha e 500 000 kg de algodão em caroço. *Instrução pública* — O município conta um estabelecimento de instrução secundária e 20 escolas primárias, inclusive um grupo escolar, estando estas a cargo de 25 professores. Em 1942, houve nas aulas primárias do município 1 183 matriculados, com a frequência média de 815. No referido período, o município concorreu para o ensino público com a taxa de Cr\$ 7 160,00. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, estabeleceram os seguintes limites municipais para Esperança: — *Com Campina Grande*, começando na lagoa da Marcela, prossegue pelo caminho que vai ter à lagoa do Açude, de onde continua até a frente de uma velha casa, situada na estrada que vem de Mari Prêto; daí pela mesma estrada, vem ter à lagoa Salgada, de onde continua pela estrada carroçável que vai a Bananeiras; prossegue por um caminho que vai ter ao marco n.º 3, situado na fazenda Cabeço. *Com Areia*, começando no marco n.º 3, localizado na fazenda Cabeço, segue pelo caminho 68, que passa nas propriedades Urubu, Maniçoba e Meia-Pataca até encontrar o rio Araçaji; sobe por este rio até a foz do seu afluente, riacho de Pedro Batista, deixando aquele, sobe por este riacho até alcançar o marco n.º 5 (de Areia), colocado à margem da estrada de rodagem que vai de Areia a Esperança, na Olaria; daí, segue em linha reta até alcançar a nascente do riacho do Boi, desce por esse riacho até sua embocadura, no Riachão, onde se estremam os municípios de Alagoa Nova

e Areia. *Com Alagoa Nova*, começando na foz do riacho do Boi, no Riachão, sobe por ele, que passa a denominar-se riacho Amarelo, até sua nascente e, em linha reta até o marco n.º 2, situado à margem da lagoa da Marcela, ao lado do caminho carroçável de Aldeia Velha a Ariús, onde se estremam Campina Grande e Alagoa Nova.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Ariús, começando no marco n.º 5, situado no caminho carroçável de Aldeia Velha a Ariús, segue por uma linha reta até alcançar o marco n.º 6, situado na bifurcação da estrada de Esperança a Ariús, com a que vai de Ariús à lagoa Comprida e Cardeiro, continua por outra linha reta até o marco n.º 7, localizado à margem da lagoa Comprida; finalmente, prossegue por outra linha reta até alcançar o marco n.º 2, à margem do caminho carroçável de Cardeiro, na fazenda do mesmo nome, no lugar Bom Jesus. *Meio social* — É um dos municípios que, apesar de novo, muito tem evoluído, contando uma sociedade polida, que mantém corporações literárias, artísticas, esportivas e religiosas. *Necessidades locais* — Precisa o município de grande reservatórios de água, de estradas internas e de estabelecimentos de créditos que lhe estimulem a agricultura e o aproveitamento de fibras. *Patrimônio municipal* — O patrimônio municipal, em 1942, era estimado em Cr\$ 423 937,00. *Povoações* — Além da vila de Uriás se nomeiam os povoados de Furnas, Laje-dão, Lagoa Verde, Lagoa dos Cavalos, Lagoa de Pedra, Sítio Velho e Timbaúba. *Religião* — O município constitui uma só paróquia, de N. S.ª do Bom Conselho, criada em 1908, sendo seu primeiro vigário, o Padre Francisco de Almeida. Numa elevação do perímetro urbano se vê uma capela de N. S.ª do Perpétuo Socorro. *Rendas Públicas* — O município, para o exercício de 1942,

orçou sua receita em Cr\$ 130 000,00 e arrecadou Cr\$ 168 562,80; fixou a despesa de Cr\$ 130 000,00 e efetuou a de Cr\$... 146 125,40. A Coletoria Estadual, em 1941, teve a receita de 260:036\$400 e despendeu 146:125\$400. *Repartições públicas* — Funcionam na sede: Prefeitura Municipal, Coletoria Estadual, Grupo Escolar, Mercado Público, o Fórum, Agência Postal-Telegráfica, Inspetoria Agrícola, Açougue, Cartório do Registro Civil. *Sede* — A sede tem o nome do município. Bem situada a 630 metros de altitude, distando 21 quilômetros de Campina Grande e 144 da Capital. É de edificação moderna, contando várias associações, inclusive a dos Empregados no Comércio, um cinema, um bom hotel, boa iluminação elétrica, a igreja-matriz, um dos belos templos católicos do interior do Estado, um templo protestante, biblioteca pública municipal. A cidade se compõe de 4 avenidas, 10 ruas, 14 travessas e uma praça. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 1 202 prédios urbanos, 192 suburbanos, 188 rurais e a população: urbana, 3 922 habitantes; suburbana, 859; rural, 8 971. *Vias de comunicação* — Por meio de boas rodovias liga-se a Campina Grande, a João Pessoa e vários municípios do Estado. Para transporte de passageiros e mercadorias havia, em 1942 no município: 8 automóveis, 1 auto-ônibus, 14 caminhões e 14 carros de bois.

Espinharas — (V. Pinharas.)

— Vila do município de Patos. Chamou-se primeiramente Cruzinha e depois Passagem, tendo-lhe o Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudado o nome para o atual. É vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Está em belíssima situação, à margem esquerda do rio Farinha ou Pinharas, na abertura do ângulo formado pelas serras do Teixeira e Aba. Teve a singularidade de se formar de uma rua de valentões cangaceiros que obedeciam ao proprietário, também ali

residente. Possui uma capela, realiza semanalmente feira medíocre. Na vila funciona uma aula pública primária. Está no centro de um distrito algodoeiro, distando uns dois quilômetros da rodovia-tronco. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 80 prédios urbanos, 12 suburbanos, 1 171 rurais e a população: urbana, 225 habitantes; suburbana, 65; rural, 5 528.

Espinho — Rio do município de Monteiro; nasce na serra das Moças, toma em seguida o nome de Rio da Serra e depois forma o Paraíba (V. *Paraíba*).

Espírito Santo — (V. Maguari.)

— Povoado na fazenda que lhe dá o nome, outrora engenho de açúcar acionado por força hidráulica. Pertence ao distrito de Maguari. No local, atacou Rebelinho o governador holandês Ippo Eisen e o matou (V. *Batalha*). Funciona na localidade uma escola pública primária que matriculou 30 alunos em 1942, obtendo a frequência média de 25.

Estacada — Povoação do município de Mamanguape. É centro de zona agrícola. Conta uma capela de São Sebastião e uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 43 alunos.

Estação de Fruticultura — Pôsto de mudas de plantas frutíferas e de hortaliças, mantido pelo Estado no antigo engenho Puxi, do município de Maguari.

Estreito — Nome de duas serras do Estado, uma nos limites do município de Alagoa Grande com o de Areia; outra, no município de Patos.

F

Fagundes — Vila do município de Campina Grande, na fralda meridional da serra de Bodopitá. Começou por uma aldeia de índios Cariris, ali localizados na segunda metade do século XVII por missionários jesuítas. A fertilidade do solo regado por alguns mananciais, atraiu

moradores. Com a proclamação da República foi elevada a vila, categoria que perdeu, voltando a incorporar-se ao município de Campina Grande. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938 restituiu-lhe a categoria de vila e distrito de paz. Conta uma igreja de boa edificação, dedicada a São João Batista, uma Agência Postal e uma aula pública primária. Esta, em 1942, matriculou 35 alunos, conseguindo a frequência média de 25. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 61 prédios urbanos, 55 suburbanos, 1154 rurais e a população: urbana, 229 habitantes; suburbana, 251; rural, 5300. A vila dista 6 quilômetros da estação ferroviária Álvaro Machado.

— Povoado do município de Santa Rita, à margem esquerda do estuário do Paraíba. Conta uma escola pública primária que teve 52 matriculados em 1942, conseguindo 20 de frequência média.

Farias — Povoado do município de São João do Cariri. Em 1942, sua escola pública matriculou 35 alunos. Possui uma capela.

Federal — (V. *Cabaceiras*.)

Ferros — Lugarejo do município de Patos, distando da sede, para E. 50 quilômetros, aproximadamente. Está situado nos declives ocidentais da serra da Viração, no vértice formado por esta e a serra Aba. O distrito, apesar de muito seco, é agrícola. O topônimo veio do seu primeiro proprietário e sua fundação data de 1788. Um viajante, procedente de Caicó, ali chegando em 1784, acompanhado de um filho, viu este acometido de séria enfermidade. O local era deserto e, por sua posição, se denominava Estreito. O viajante fez um voto a N. S.ª da Conceição, de erguer-lhe uma capela naquele lugar, se o filho se curasse. Quatro anos depois iniciou a construção, que não foi concluída, e um século depois entrava em ruínas. Formou-se o povoado sem vislumbre de

prosperidade, mesmo porque lá deixou de passar a estrada que comunica o sertão com o Cariri.

Fervedouro — Povoado do município de Umbuzeiro. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 45 alunos. Fica nas imediações da fazenda que lhe dá o nome e possui uma fonte de água mineral bastante visitada.

Filipéia — Nome por que ainda hoje, literariamente, se denomina a capital do Estado. Lembra a primitiva denominação da cidade: Filipéia de N. S.ª das Neves (V. *João Pessoa*).

Flor de Café — Povoado do município de Bananeiras. Sua escola pública primária matriculou 33 alunos, em 1942.

Flores — Povoado do município de Caicara. Em sua aula pública primária se matricularam 58 alunos, em 1942, obtendo 33 de frequência média.

Florianópolis — Nome dado ao rio Santa Rosa, afluente do Paraíba.

Fogo — Serra do município de Monteiro, rica em minérios.

Fermosa — Estação balneária à margem do Atlântico, distando um quilômetro da estação ferroviária de Cabedelo; é servida pela rodovia que a liga à Capital. Deu-lhe o nome o Dr. João Américo de Carvalho que ali construiu casa de veraneio.

Forte — Local a S. S. O. da capital, a cavaleiro de uma colina. Foi o vértice de um triângulo de fortificações ou trincheiras, levantadas a fim de resistirem à invasão holandesa, cobrindo a entrada do porto de Sanhauá, a cidade alta e estradas que ligavam a Capital a Pernambuco e o interior da então capitania da Paraíba. Apesar de quase arrasadas, pois diversas ruas se estendem hoje pelas adjacências, são ainda visíveis os fossos e aterros. Na extremidade sul, havia, até pouco tempo, uma casa para guardar pólvora, toda em só-

lida cantaria, a qual foi vendida em hasta pública e demolida.

Forte Velho — Lugarejo histórico do município de Santa Rita, à margem esquerda do Paraíba, a O. da ilha Restinga. Uma parte do distrito ao N. está na colina banhada pelo rio da Guia e ao S. é cortado por um braço do Gargaú. Disse Elias Herckman que antes de os portugueses se interessarem pela conquista da Paraíba, ali tiveram os franceses fortificações e feitorias. O certo é que o almirante Valdez construiu no local um forte denominando-o São Filipe e São Tiago. Mais tarde abandonaram o local, levantando-se a fortaleza de Cabedelo. O primitivo baluarte, destruído pelos franceses e potiguaras, se reduziu a escombros, recebendo a denominação de Forte Velho. No povoado existe uma capela de São Sebastião. Forte Velho exporta areia monazítica e cocos.

Frade — (V. *Belém*.)

Fragata — Povoado do município de Araruna, na fazenda que ao povoado deu o nome. Conta aula pública primária que matriculou 49 alunos em 1942.

Frederikstadt — Nome dado pelos holandeses à metrópole da capitania da Paraíba (V. *Paraíba*).

Fundão — Povoado do município de Monteiro, sobre a serra do Arobá, nos limites S. do Estado. É centro de distrito exclusivamente agrícola.

Furna dos Caboclos — Lugarejo do município de São João do Cariri. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 26 alunos.

Furnas — Povoado do município de Esperança, contando uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 52 alunos, tendo 41 de frequência média.

G

Gado Bravo — Lugarejo do município de Monteiro. Tem aula pública primária que matriculou 30 alunos, em 1942.

Galante — Nome primitivo da estação ferroviária Álvaro Machado, ramal de Campina Grande.

Gameleira — Lugarejo do município de Santa Rita, à margem esquerda da toz do Paraíba.

— Local do município de Caiçara, onde o engenheiro Francisco Retumba afirmou existir abundante jazida de ferro.

— Povoado do município de Tabaiana, contando uma aula pública primária que, em 1942 matriculou 37 alunos.

— Povoado do município de Guarabira. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 57 alunos, tendo 30 de frequência média.

Gargaú (Voc. ind., *garagá-ú*: água ou rio do peixe-boi) — Rio que forma delta ao lançar-se à margem esquerda do Paraíba, originando várias ilhotas. Nasce no município de Santa Rita, banha terrenos férteis, sendo parte de seu curso navegável por embarcações de pequena calado.

— Vila do município de Santa Rita. Teve primitivamente o nome de Livramento, mudado para Tabajaras pelo Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, que elevou o povoado à categoria de vila. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, substituiu-lhe o nome pelo de Gargaú. Está à margem do rio de igual nome, conta uma capela que outrora chegou a ser freguesia. Decaindo, incorporou-se à paróquia de Santa Rita. Sua população entrega-se à pesca e à agricultura. Funcionam na Vila 2 aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 119 alunos, tendo 72 de frequência média. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 223 prédios urbanos, 1843 rurais e a população: urbana, 886 habitantes; rural, 6.256.

Garrotes — Promissora localidade do município de São João do Cariri. Realiza aos sábados, uma feira de apreciável movimento. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, deu-lhe a categoria de vila e distrito de paz, e mudou-lhe o antigo nome, Santa Ana dos Garrotes, para o atual. Conta uma capela de Santa Ana e duas aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 101 alunos, tendo 80 de frequência média. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 149 prédios urbanos, 20 suburbanos, 1 011 rurais e a população: urbana, 348 habitantes; suburbana, 87; rural, 4 605.

Goiamunduba (Voc. ind.) — Lugarejo do município de Bananeiras. Sua aula primária, em 1942, matriculou 52 alunos.

Goiana (Voc. ind., *guá-iã*: pôrto do vale) — Rio do Estado de Pernambuco que, em sua foz, serve de limite entre o referido Estado e o de Paraíba.

Gonçalo — Estação balneária, arrabalde de Tambau. Tem boa edificação e uma capela. O nome lhe veio do antigo proprietário que ali residiu.

Gramame (Voc. ind. Segundo Teodoro Sampaio de *gara-mamo*: a cerca, o curral. Elias Herckman, apoiando-se na lenda de uma índia apaixonada por um moço selvagem prisioneiro, de nome Gará, abraçou-se com este na ocasião em que o iam levar ao sacrifício, exclamando: "*Gará-ma-ma*"; meu Gará, querem matar-te). — Rio de notável volume de água. Nasce na propriedade Gramame do Amaro, ao N. de Pedras de Fogo, banhando as propriedades Gramame dos Bulhões, Gramame do Bentinho, Congo, Várzea, Caxitu, Ponte de Gramame, Mituaçu. Recebe as águas de vários riachos e ribeiros, entre os quais o Mombaba, o Prata, o Utinga, o São Bento. Rega terrenos ubérrimos, corta a rodovia que liga João Pessoa ao Recife; e, ao S. das barreiras de Jacarapé, lança-se no Atlântico, depois de 75 quilômetros de curso, calculadamente.

E' navegável da foz até a ponte, mas quase todo seu álveo está obstruído pelos troncos de árvores que nêle tombaram. Outrora utilizavam o seu vale no cultivo da cana-de-açúcar, produto que era transportado em barcaças. Atualmente cogitam no saneamento do Gramame e na desobstrução de seu leito.

Grande — Rio. Nasce no município de Conceição e depois de alguns quilômetros toma o nome de Piancó (V. *Piancó*).

— Serra do município de Misericórdia.

Graú (Voc. ind., corr. de *gará-ú*: água ou rio do gará) — Rio que nasce no distrito de Jacoca, ao S. da Capital; e, depois de 30 quilômetros de curso, despeja na enseada de Tambaba, no Atlântico. Tem pequeno trecho navegável por embarcações de pequeno calado.

Gravatá (Voc. ind., corr. de *craúá-atá*: craúá forte) — Povoado do município de Guarabira; tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 36 alunos.

— Povoado do município de Caiçara, tendo aula pública primária que, em 1942, matriculou 59 alunos, obtendo a frequência média de 34.

— Lugarejo do município de Piancó; tem aula pública primária.

— Rio. Nasce na serra do Bom Conselho, município de Princesa Isabel, entra no de Piancó e deságua no rio dêste nome.

Gregório — Pequeno rio do município de Alagoa Grande e afluente do Mamanguape.

Grupiúna (Voc. ind., talvez corr. de *guiri-pi-una*: bagre fino e preto) — Escadouro da lagoa Acajutibiró para a margem esquerda do rio Mamananguape.

Gruta funda — Riacho perene do município de Serraria.

Guajiru (Voc. ind.: lugar próximo do caranguejo. E' nome de uma planta silvestre que dá frutos comestíveis, de

bela côr violácea) — Povoação com uma capela, à margem esquerda do rio Goana, pertencendo ao distrito de Pitimbu, município da Capital. O pontal de Guajiru, à beira-mar, está a 7°-28'-16" lat. S. e 34°-50'-17" de long. W. Gr.

Guaju (Voc. ind., corr. de *guaji-ú*: rio da cabra montês, o veado) — Rio conhecido outrora pelos nomes de São Marcos e Guaramatá. Limita o Estado do Rio Grande do Norte com o de Paraíba. Tem aproximadamente, 50 quilômetros de curso. Sua foz é bordada por duas ordens de recifes; na preamar dá entradas a jangadas e barcaças. Passando a barra, que é sêca e de 200 metros de largura, tem o rio maior profundidade.

— Povoação de pescadores no pontal S. da foz do rio precedente. É do distrito de Baía da Traição, município de Mamanguape. Está a 6°-30'-54" lat. S. e 35°-02'-15" long. W. Gr.

Guapaba ou **Aguapaba** (Voc. ind., talvez corr. de *a-gua-apab*: todo de penas listradas) — Lugarejo do município de Umbuzeiro, à margem esquerda do rio Paraíba. Originou-se de uma fazenda de criação fundada em 1740 por Luís da Costa Cabaceiras.

Guarabira (Voc. ind., talvez de *guirá-bira*: árvore dos pássaros: pode derivar também de *guará-bira*: árvore da rapôsa) — Município central do Estado. Ocupa uma área territorial de 806 quilômetros quadrados, com uma população, segundo o Recenseamento de 1940, de 75 759 habitantes, distribuídos: 11 342 nas zonas urbanas, 2 661 nas suburbanas e 61 672 nas rurais, acomodados em 3 448 prédios urbanos, 745 suburbanos e 14 101 rurais. **Açudes** — Na zona pastoril, conta Guarabira vários açudes particulares, todos de pequena capacidade. **Administração** — O município é dirigido por um prefeito, de livre escolha do Interventor Federal, auxiliado por seis funcionários permanentes. Co-

marca de segunda entrância, estão os negócios atinentes à Justiça local a cargo de um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A ordem pública, a segurança individual são da alçada de um delegado de Polícia na sede, de subdelegados, nas vilas. O primeiro, nomeado pelo Interventor Federal; os demais escolhidos pelo Secretário da Justiça. Ao Chefe de Polícia do Estado, compete a nomeação de suplentes para os referidos cargos. **Agricultura** — A principal riqueza do município está na sua agricultura, podendo afirmar-se que, à exceção de pequeno trecho de caatinga, não sofre o município o flagelo da sêca. Os seus terrenos produzem tôdas as culturas tropicais e mesmo certas espécies dos climas temperados. Cultiva cereais, mandioca, cana-de-açúcar, café, algodão, pimenta da Índia, sendo muito apreciadas as frutas dos seus pomares. **Aspecto físico** — A exceção de trechos planos na caatinga, é bem irregular o solo do município. Suas serras, contrafortes da Borborema, são as seguintes: Aldeia, Boi, Campineiro, Canastra, Capim, Cruzeiro, Espinho, Gameleira, Jurema, Labirinto, Pau-d'Arco, Poço Escuro, Quati. **Assistência social** — Conta um Posto de Higiene, mantido pelo Estado, o qual registrou, em 1942, na profilaxia: Pessoas atendidas pela primeira vez — helmintososes, 613; paludismo, 447; sífilis, 113; outras doenças, 1 062. Vacinação: anti-variólica, 803; antitífica, 1 266; outras, 18. **Comércio** — Bem considerável é a cifra comercial de Guarabira, que exporta algodão, couros, fibras, arroz, cereais, farinha de mandioca, rapaduras e frutas, importando tecidos, ferragens, gêneros de estiva, artigos de modas, de armarinhos, etc. Mantém relações comerciais com as praças de João Pessoa, Recife, Natal, Campina Grande, e outras do sul e do norte do País. **Clima** — No período das chuvas, o município é quente e úmido; no verão é quente e sêco, não excedendo a temperatura.

de 34°C à sombra, nem baixando mais de 18°C. Normalmente é salubre. *Distritos* — Guarabira está dividida em seis distritos: Araçaji, Cuiteji, Camarázal, antigo Mulungu, Pirpirituba, Tauatuba, antiga Alagoinha e o da sede. *Demografia* — Em 1942 registraram-se em Guarabira 763 nascimentos, 278 casamentos e 396 óbitos, destes, 16 natimortos e 20 de 0 a 1 ano de idade. *Etnografia* — Como na maioria dos municípios paraibanos, a população de Guarabira está constituída por elementos das raças portuguesa, indígena e africana, esta em menor percentagem. No tempo da conquista era povoada por potiguaras. *Feiras* — Não somente na sede, mas em tôdas as vilas do município e povoações principais, se realizam, semanalmente feiras abundantes. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Conta o município centenas de propriedades agrícolas e algumas fazendas pastoris, entre as quais, se notam a influência de métodos modernos. *Fauna e flora* — A fauna apresenta variedades em voláteis, especialmente na ordem dos pássaros cantores. Dentre os animais silvestres notam-se tatus, veados, gatos bravos, rapôsas, etc. A flora, além de plantas medicinais, conta restos de matas onde crescem o angico, a aroeira, o amarelo, o pititá-marfim, o cedro, a jurema, o pau-d'arco, etc. *Hidrografia* — Cortam o município, o Mamanguape e o seu tributário o Araçaji, sendo afluentes dêste, em Guarabira, os riachos Curral Picado, Guarabira, Palmeira, Poções, Poço Escuro, Quandu e Tauá ou Mari. Os afluentes principais do Mamanguape, no município, são: Boqueirão, Camarázal, Jenipapo, Mombuca, Padre, Piraúna, Quati, Tanamduba, Tigre e Uruçu. *História* — Os terrenos que constituem o município, foram conhecidos desde fins do século XVI, em consequência de sua proximidade da Copacoba, ponto naquela época freqüentado por contrabandistas franceses, a princípio, depois pelos portugueses e até pelos

flamengos. A poucos quilômetros da sede, ficam as terras do Morgado, instituição do Marquês da Copacoba, Duarte Gomes da Silveira. Os holandeses, sob a direção de Elias Herckman, subiram pelo Araçaji, em busca de ouro. Após a Restauração, o Padre Francisco Ferreira obteve a doação de duas léguas em quadro e as vendeu ao português José Gonçalves da Costa Beiriz, natural do Concelho de Póvoa do Varzim, distrito do Pôrto. O comprador saíra de Portugal apavorado com os efeitos do terremoto de 1755, tendo feito voto a N. S.^a da Luz de mudar-se para outra terra onde lhe edificaria um templo. Realmente: adquirida a propriedade voltou ao reino e de lá trouxe quatro filhos e um sobrinho, dos quais ainda hoje se conhece a descendência. Levantou a capela, construiu habitações, formou o primitivo povoado no local chamado pelos indígenas *guaraobira* ou *guirabira*. A povoação floresceu e a Lei n.º 17, de 27 de abril de 1837, criou-a Vila de Independência e Freguesia de N. S.^a da Luz, ficando judicialmente pertencendo à Comarca de Areia. A Lei n.º 841, de 26 de novembro de 1887, elevou-a à categoria de cidade sob a denominação de Guarabira; por fim, a Lei n.º 8, de 15 de dezembro de 1892, criou-a comarca. Os Decretos-leis ns. 1164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, conservaram-lhe as categorias e lhe determinaram os limites. Em 1822 levantou-se em seu território grande motim como protesto à Constituição portuguesa jurada por D. João VI. Os insurretos saíram do lugarejo Cuité, atacaram Alagoa Grande do Paó, avançaram contra Areia, onde foram desbaratados pelo povo e pelo destacamento local. Em 1874, os Quebra-Quilos, cometeram depredações no município. *Homens ilustres* — Guarabira tem tido filhos que se distinguiram na política, nas letras, na indústria. Nas artes salientou-se o pintor Antônio Peregrino de Castro, que residiu

e faleceu, em São Paulo, onde foi redator artístico da *Vila Paulista*. Em 1906, realizando, na capital do Estado referido, uma exposição dos seus melhores quadros, obteve grandes louvores a sua tela *Treze em Falso*. *Indústria* — Município particularmente agrícola, não experimentando períodos de prolongado estio, faz criação de gado bovino na caatinga e agricultura nos demais terrenos. Conta 640 aviamentos para o preparo de farinha de mandioca, 12 engenhos, a maioria a vapor, para o fabrico de rapaduras e aguardente, usinas para beneficiar arroz e algodão. Em 1941 exportou o município 90 000 kg de couros de boi, 12 000 sacos de 60 kg de arroz, 10 000 sacos de milho, 10 000 abacaxis, 80 000 laranjas, 9 000 cachos de bananas, 81 755 l de aguardente e 1 950 512 kg de rapaduras. *Instrução* — É um dos municípios paraibanos bem servidos de escolas públicas, contando a sede um estabelecimento de instrução secundária, uma Escola Normal. Somam 52, as escolas primárias do município, a cargo de 69 professores. Em 1942, essas escolas matricularam 3 320 alunos, com a frequência média de 2 048. O município concorreu em 1942 com a cota de Cr\$ 39 650,00 para auxílio às despesas do Estado com a instrução pública primária. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram-lhe os seguintes limites: — *Com Areia*, começando no marco n.º 6 (de Alagoa Grande), situado à margem do caminho de tropa de Tauá, no ponto onde o mesmo corta a linha por ela e, em seguida, desce pela vertente e em linha reta atravessa o rio Tauá e alcança, na propriedade Pé da Serra, o marco n.º 13 (de Areia); dêste marco, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 12 (de Areia), situado na serra da Vaca Morta, ainda por outra linha reta, prossegue até o marco n.º 11 (de Areia), situado na serra do Môfo; finalmente,

prossegue dêste marco até o de n.º 10 (de Areia), situado à margem do caminho de tropa de Alméciga, na propriedade Ouro Verde. *Com Serraria*, começando no marco n.º 10 (de Areia), situado à margem do caminho de tropa de Alméciga, na propriedade Ouro Verde, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada da serra da Gameleira, prossegue por ela e, em seguida, por uma linha reta até alcançar o pico da serra do Capim; dêste pico, segue por outra linha reta até alcançar o marco n.º 1, colocado no ponto onde o caminho de tropa do Espinho corta o riacho Pirauá; dêste marco, prossegue em linha reta até alcançar a pedra da Canastra, prosseguindo por outra linha reta até o marco n.º 2, à margem da estrada de rodagem de Cuiteji a Pilões, na antiga mangueira; dêste marco, prossegue em linha reta até alcançar o pico da serra do Pau-d'Arco do Labirinto; dêste pico, segue em linha reta até o marco n.º 8, situado à margem do caminho carroçável que vai a Serraria; continua por êle a sua interseção com a antiga estrada carroçável de Bananeiras; daí, prossegue em linha reta até alcançar o ponto onde a referida estrada corta o riacho Pôço Escuro, na propriedade Cachoeira de Baixo, no marco n.º 4 (de Bananeiras). *Com Bananeiras*, começando no marco n.º 4, situado no ponto onde a estrada carroçável corta o riacho Pôço Escuro, na propriedade Cachoeira de Baixo, segue em linha reta até atingir pico da serra da Samambaia; dêste pico, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 5, situado na linha de cumeada da serra do Bebedouro; prossegue por ela e, em seguida, por uma linha reta até alcançar o marco n.º 2, situado à margem da estrada de rodagem Pirpirituba-Bananeiras, na propriedade Pacova; continuando pela referida estrada até a sua interseção com o caminho de tropa de Guarabira, no lugar Ladeira de Pedra. *Com Caiçara*, co-

meçando na interseção do caminho carroçável de Guarita com a estrada de rodagem Belém-Pirpirituba, prossegue pela referida estrada até a ponte sobre o rio Pirpirituba; desce por esse rio até o ponto onde o mesmo é cortado pelo caminho de tropa de Pirpirituba a Mamanguape; prossegue por este caminho até o povoado de Sertãozinho, que fica dividido para os dois municípios; continua pelo referido caminho, passando pela Cova do Mascate até cortar o riacho da Nascença, no ponto onde está situado o marco n.º 1 (de Caiçara), nos limites com Mamanguape. *Com Mamanguape*, começando no marco n.º 1 (de Caiçara), situado no ponto onde o caminho de tropa de Pirpirituba a Mamanguape corta o riacho da Nascença, desce por esse riacho até cortar o caminho de tropa de Marmaraú; prossegue pelo referido caminho até cortar o rio Guandu; desce por este rio até a sua foz, no rio Mamanguape; deste ponto, prossegue em linha reta até alcançar, na margem oposta, o caminho de tropa de Lagoa Grande; continua por este caminho até a sua interseção com o caminho carroçável de Araçaji a Lagoa do Félix; e prossegue por este caminho até o povoado Violeta, que fica dividido para os dois municípios; deste povoado, prossegue em linha reta até alcançar o marco n.º 1 (de Mamanguape), situado na Lagoa do Félix, onde se estreham os municípios de Mamanguape e Sapé. *Com Sapé*, começando no marco n.º 1 (de Mamanguape), situado na Lagoa do Félix, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 5, situado na Lagoa do Taumatá, à margem do caminho carroçável de Contendas a Araçaji; prossegue pelo referido caminho até alcançar a estrada de rodagem de Camarázal a Sapé, onde se estreham os municípios de Sapé e Pilar. *Com Pilar*, começando no ponto onde o caminho

carroçável de Gurinhém à Lagoa de Taumatá atinge a estrada de rodagem Camarázal-Sapé, na propriedade Umari, prossegue pela referida estrada de rodagem até o marco n.º 6, situado entre as propriedades Cipoal e Primavera; deste marco, prossegue em linha reta até alcançar o marco n.º 7, situado na propriedade N. S.ª da Aparecida, à margem da ferrovia da "The Great Western of Brazil Railway Co. Ltd."; daí, segue em linha reta até o marco n.º 8, colocado na lagoa do Jundiá, à margem do caminho carroçável de Camarázal a Gurinhém; deste, segue em linha reta até o marco n.º 1 (de Pilar), situado entre as propriedades Lagoa Nova e Sítio, nos limites com Alagoa Grande. *Com Alagoa Grande*, começando no marco n.º 1 (de Pilar), situado na barragem do açude particular Alagoa Nova, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 12 (de Alagoa Grande), situado na propriedade Alagoa Nova; por outra linha reta, prossegue até o marco n.º 11 (de Alagoa Grande), situado na lagoa do Russo; por outra linha reta até o marco n.º 10 (de Alagoa Grande), situado na lagoa dos Turcos, à margem da estrada carroçável Alagoa Grande-Camarázal, prossegue por ela até o seu cruzamento com o caminho de tropa do Gomes, continua por este caminho, corta a ferrovia da "Great Western" e o rio Mamanguape até o marco n.º 9 (de Alagoa Grande), situado na lagoa do Padre, deste marco, em linha reta, até o marco n.º 8 (de Alagoa Grande), situado à margem do riacho Tanques, na propriedade do mesmo nome; deste marco, prossegue pelo caminho de tropa que corta a serra do Sapo até o marco n.º 7 (de Alagoa Grande), situado na lagoa da Canafistula, à margem da estrada de rodagem Alagoa Grande-Tauatuba, continua pela referida estrada até o marco n.º 12, na interseção com o caminho de tropa de Monte Alegre, segue por

êste caminho até o marco n.º 6 (de Alagoa Grande), situado no lugar Tauá, na serra dos Bois.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Pirpirituba, começando no ponto onde a estrada carroçável corta o riacho Poço Escuro, nos limites com Bananeiras; desce pelo referido riacho até a sua foz, no rio do Padre, desce ainda pelo rio do Padre até o primeiro ponto de interseção da estrada de rodagem Guarabira-Pirpirituba com a ferrovia da "Great Western" (ramal de Bananeiras) e prossegue pela referida ferrovia até à estação Itamataí. *Distrito da Sede com Araçaji*, começando na referida ferrovia, na estação de Itamataí, segue em linha reta até alcançar a nascente do rio Tananduba, desce por êsse rio até a sua foz, no Araçaji; daí, em linha reta até o ponto onde o caminho carroçável de Contendas à lagoa do Taumatá-Mirim corta o rio Mamanguape. *Distrito da Sede com Tauatuba*, começando no ponto onde o caminho carroçável de Contendas à lagoa do Taumatá-Mirim corta o rio Mamanguape, segue pelo referido caminho até o marco n.º 10, colocado nas proximidades da fazenda Cachoeira. *Distrito da Sede com Cuiteji*, começando no marco n.º 10, situado à margem do caminho carroçável de Contendas à lagoa de Taumatá-Mirim, nas proximidades da fazenda Cachoeira, prossegue por êsse caminho até o marco n.º 14; daí, em linha reta até o marco n.º 15, situado à margem da ferrovia da "Great Western"; dêste, ainda em linha reta, até o marco n.º 16, situado no povoado de Roma, que fica para cuiteji; daí, prossegue pela estrada de rodagem de Cuiteji a Guarabira até o engenho Maribondo; dêste ponto, em linha reta, ao pico Pedra Rajada e dêste, ao marco n.º 2, situado nos limites com Serraria. *Distrito de Pirpirituba com Araçaji*, co-

meçando na ferrovia da "Great Western", na estação de Itamataí, prossegue pela ferrovia do ramal do Rio Grande do Norte até cortar os limites municipais com Caiçara, na estação de Sertãozinho. *Distrito de Araçaji com Camarazal*, começando no ponto onde o caminho carroçável Contendas-Lagoa Taumatá-Mirim corta o rio Mamanguape, sobe por êste caminho até a lagoa Taumatá-Mirim, nos limites com Sapé. *Distrito de Camarazal com Tauatuba*, começando no ponto onde o caminho carroçável Contendas-Lagoa Taumatá-Mirim corta o rio Mamanguape, sobe pelo referido rio até o marco n.º 11, situado nas proximidades da fazenda Boa Vista; dêste marco, segue em linha reta até o marco n.º 12, colocado à margem da ferrovia da "Great Western"; ainda em linha reta até o marco n.º 13, colocado à margem da estrada Camarazal-Tauatuba, no povoado Gravatá; ainda em linha reta até a lagoa da Canafístula, nos limites municipais com Alagoa Grande. *Distrito da Sede com o de Contendas*, começando na foz do riacho Mumbuca, no Araçaji, desce por êsse rio até a sua confluência com o Tananduba. *Meio social* — O meio social, especialmente o da sede e o das vilas, é adiantado, revelando a maioria dos seus moradores, costumes dos habitantes das metrópoles próximas. Na sede existem sociedades literárias, recreativas, esportivas, artísticas, religiosas, contando uma empresa editora, tendo tido vários periódicos. *Patrimônio municipal* — O patrimônio municipal, em 1941, elevava-se a Cr\$ 565 733,10. *Povoações* — Além das vilas, conta várias povoações, sendo as mais importantes: Bebedouro, Barra de Cuiteji, Colônia, Cachoeira, Gravatá, Itamataí, Lagoa da Telha, Maciel, Malhada, Paul, Santa Lúcia, São José e parte de Sertãozinho. *Religião* — O município forma uma só freguesia de N. S.^a da Luz, criada por Decreto Provincial n.º 17, de 27 de abril de 1837. Possui bela matriz, templo

de construção moderna e as capelas filiais de N. S.^a da Conceição, em Pirpirituba; N. S.^a do O. em Cuiteji; de S. Sebastião, em Pilõesinhos. *Rendas públicas* — O município, para o exercício de 1942, orçou sua receita em Cr\$ 354 000,00; arrecadou Cr\$ 433 886,10; fixou a despesa de Cr\$ 400 000,00 e efetuou a de Cr\$ 433 220,90. Em igual exercício, a Coletoria Federal arrecadou Cr\$. 256 391,90. Em 1941, a Coletoria Estadual teve a receita de 684:830\$550 e a despesa de 427:134\$200. *Repartições públicas* — Conta: a Prefeitura Municipal, Agência Postal-Telegráfica, Coletorias Estadual e Federal, Estação Ferroviária, o Fórum, Grupo Escolar, Cartório do Registro Civil, Mercado Público, etc. *Sede* — A sede é a cidade de Guarabira, cortada pelo riacho dêste nome, e ao pé da estação ferroviária, justamente no ponto onde termina a Conde d'Eu e começa o ramal de Nova Cruz. Fica a N.O. da Capital do Estado numa distância de 101 quilômetros. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 1 433 prédios urbanos, 361 suburbanos, 4 311 rurais e a população: urbana, 4 985 habitantes; suburbana, 1 273; rural, 19 760. A cidade assenta em terreno muito irregular, tornado-se dispendiosa sua remodelação. Nela estão 2 avenidas, 4 ladeiras, 3 praças, 32 travessas e 23 ruas. Na sede funcionam sociedades literárias, artísticas e esportivas, estabelecimentos de diversões. Uma empresa de eletricidade fornece luz e energia. Entre as obras de arte, apresenta um monumento comemorativo da fundação da cidade e uma herma do ex-presidente Getúlio Vargas. O município mantém uma biblioteca pública, uma banda de música, um Posto de Higiene e um serviço de remoção de lixo. A edificação é boa, possuindo prédios públicos e particulares de boas linhas e amplas proporções. *Vias de comunicação* — Guarabira, como a maioria de suas vilas, é servida de regulares vias de comunicação, sendo a estrada de ferro a principal. Uma ro-

dovia estabelece também ligação entre o município e outros, do Estado, inclusive o da Capital. Linhas regulares de auto-ônibus fazem o transporte de passageiros. Em 1941, o cadastro municipal enumerava 21 automóveis, 3 motocicletas, 3 auto-ônibus, 16 caminhões e 36 carros de bois.

Guarani — Povoado do município precedente; conta uma aula pública primária que teve 36 matriculados em 1942 e a frequência média de 25.

Guaribas (Voc. ind., *guaar-ib*: o uivador. Nome de uma espécie de símios que vivem em sociedade) — Serra do município de Umbuzeiro, contraforte da Borborema.

— Povoado do município de Araruna cuja aula pública primária, em 1942, matriculou 49 alunos, tendo a frequência média de 25.

Guarita — Povoação do município de Tabaiana, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938. Está 5 quilômetros a S.O. da sede do município, à margem direita do rio Paraíba. Tem regular edificação e belo templo católico em estilo gótico. Um dos seus principais artigos de exportação é a carne seca, chamada *carne de sol*. Na vila existem duas escolas públicas primárias. Estas matricularam 164 alunos em 1942, obtendo 110 de frequência média. O Recenseamento de 1940 arrolou-lhe 31 prédios urbanos, 98 suburbanos, 1 072 rurais, e a população: urbana, 95, habitantes; suburbana, 364; rural, 4 331.

— Lugarejo do município de Mamanguape, tendo uma capela dedicada a Santa Rita.

— Arrabalde da vila de Pitimbu, separada pelo riacho dêste nome.

Guia — Lugarejo do município de Santa Rita, à margem esquerda do rio de nome igual ao do povoado, ao pé de um outeiro que defronta Cabedelo. No alto, em belíssima situação, mas em

adiantada ruína, se vê um antigo convento, construído por frades da ordem Carmelitana e dedicado a N. S.^a da Guia. Para o local transportaram os holandeses os índios de Pontal e Jacuípe, que mais tarde abandonaram a povoação. Em 1877 transformaram Guia, numa colônia de retirados do sertão. Quase todos, porém, foram ali vitimados pela malária e pela varíola.

Gurinhém (Voc. ind.) — Rio. Nasce no distrito de Serra Redonda, município de Ingá, atravessa um distrito de Alagoa Grande e, no engenho Maraú, deságua à margem esquerda do Paraíba.

— Povoação do município de Pilar, elevada a vila pelo Decreto-lei número 1164, de 15 de novembro de 1938. E' florescente, realizando animada feira semanalmente. Conta uma Caixa Rural, um serviço de ônibus, ligando a vila à capital do Estado e à sede. E' iluminada a luz elétrica, funcionando duas aulas públicas primárias que em 1942 matricularam 136 alunos, tendo 96 de frequência média. E' sede da freguesia de N. S.^a da Conceição, tendo capelas filiais em Camaráza, Canafistula, São José e Mari. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 192 prédios urbanos, 56 suburbanos, 1799 rurais e a população: urbana, 728 habitantes; suburbana, 171; rural, 8867.

Gurjão — Tinha o nome de Timbaúba do Gurjão, mudou-o o Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Pertence ao município de São João do Cariri e foi elevado a vila pelo Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938. Realiza uma feira semanal, e sua escola pública, em 1942, matriculou 68 alunos, tendo a frequência média de 32. O Recenseamento de 1940, contou-lhe 57 prédios urbanos, 21 suburbanos, 420 rurais e a população: urbana, 139 habitantes; suburbana, 89; rural, 2080. A vila assenta no local de antiga fazenda de criar, de cujo proprietário recebeu o nome.

I

Ibiapina — Antiga Barra (V. Juru).

Ibiapinópolis — Município a O. da capital do Estado, tendo pequeno trecho ao N. limitando-se com o Estado do Rio Grande do Norte. Assenta no Cariri, no planalto da Borborema, numa área territorial de 2157 quilômetros quadrados, contando, segundo o Recenseamento de 1940, uma população de 15 901 habitantes, assim divididos: zonas urbanas, 2 674 habitantes; suburbanas, 222; rurais, 13 025, acomodados em 876 prédios urbanos, 47 suburbanos e 2 722 rurais. **Agudes** — O município conta algumas dezenas de pequenos agudes particulares; em Juazeirinho existe um agude público de regular capacidade e na vizinhança da sede se encontram dois outros reservatórios públicos. (V. *Negrinhos e Soledade*). **Administração** — Politicamente, dirige a comuna um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por 12 funcionários permanentes. Sede de Comarca de primeira entrância, um juiz de direito, dois suplentes, e demais órgãos auxiliares, têm a seu cargo os interesses da Justiça local. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na sede, e subdelegados, nas vilas, estes nomeados pelo Secretário da Justiça; o primeiro, pelo Interventor Federal. Os suplentes para tais cargos, são escolhidos pelo Chefe de Polícia. **Agricultura** — Município muito castigado pelas estiagens prolongadas, tem agricultura pouco desenvolvida. Cultiva algodão, cereais e se está interessando pela cultura do crauá, planta nativa que se ia extinguindo ao rigor das contínuas queimadas, propositalmente praticadas para beneficiar os rebanhos nos anos de seca. **Aspecto físico** — Ocupando na zona do Cariri parte do vasto planalto da Borborema, o terreno do município é quase todo plano. Apresenta, entretanto algumas elevações como Remédio, Costa ou Fortuna que alcançam 850 metros de

altitude. A serra do Borges é a principal do município. *Clima* — O clima é quente e seco, mas muito ameno durante a estação das chuvas, de março a agosto, quando a temperatura desce a 14°C. Durante o verão, nas horas mais quentes do dia, pode subir o termômetro até 34°C, à sombra. Mesmo nessas épocas as noites em Ibiapinópolis são agradáveis, devido aos alísios. *Comércio* — Tem algum movimento comercial, mantendo suas transações, especialmente com a praça de Campina Grande. *Demografia* — Em 1942 registraram-se no município 219 nascimentos, 26 casamentos e 283 óbitos, 7 natimortos. A delinqüência constou de 30 contravenções e 2 crimes, nenhum, porém, de homicídio. *Distritos* — O da sede, de Juazeirinho, Olivados e Seridó. *Fazendas agrícolas e pastoris* — No município se relacionam mais de cinquenta fazendas de criação que são também agrícolas. Eis as mais importantes: Algodão, Ana de Oliveira, Arapoá, Aroeira, Arruda, Boiato, Bonito, Capim, Catolé, Coelho, Campos, Curralinho, Cachoeira, Espírito Santo, Faustino, Fortuna, Floriano, Grossos, José Nunes, João Fernandes, Lanchinha, Livramento, Malhada, Malhadinha, Malhada da Areia, Messias, Mulungu, Mundo Novo, Navalha, Olho-d'Água do Tapuia, Pega, Pedra d'Água, Pedra de Fogo, Pedra Preta, Pendência, Quixodí, Remédio, Riachão, Santa Lusía, Santa Teresa, São Brás, Seguro, São Gonçalo, Seridózinho, Vacas e Zumbi. Em 1941, não obstante a seca, somavam os seus rebanhos: 6 000 bovinos, 800 eqüinos, 5 000 asininos, 3 000 lanígeros, 5 000 caprinos, 1 700 suínos e 10 000 aves. *Feiras* — Na sede em Juazeirinho, se realizam semanalmente feiras de apreciável movimento comercial. Em menor proporção, se verificam as das vilas de Olivado e Seridó. *Etnografia* — Descende a população atual de famílias portuguesas que se situaram no município, às quais se misturou o elemento indígena. Insignificante foi a contribuição do afri-

cano. *Fauna e flora* — O município está encravado na região das cactáceas e bromélias, contando espécimes florísticos que lhe recordam devastação das matas. Isolados, aqui e além, crescem a aroeira, a ibiraúna ou braúna, o angico, o umbuzeiro, a umburana. A fauna é representada por aves de rapina e trepadeiras, pombos bravos, pássaros, insetos, animais de pequeno porte como o tatu, a rapôsa, o gato selvagem, o preá, etc. *Hidrografia* — Pouco importante é a hidrografia de Ibiapinópolis; as correntes mais importantes, caudalosas somente na estação das chuvas, são: o rio Floriano ou Santa Rosa, os riachos do Padre, o Quixodí. *História* — O município começou pelo núcleo de Soledade, hoje Ibiapinópolis, primitivamente chamada Malhada Vermelha, parte componente de uma fazenda adquirida pelo português João de Gouveia e Sousa. Este se situara numa das datas de terra do Riacho do Padre, que começa no Olho-d'Água do Tapuia-Pega e estende-se até Barra das Vacas. Os netos do primeiro proprietário, filhos do genro deste, José Alves de Miranda, José de Gouveia e Sousa, fizeram doação do patrimônio para uma capela, mas a primeira construção foi um cemitério levantando pelo missionário Ibiapina, para inumação de vítimas da segunda cólera, em 1864. Antes disto, os enterros se faziam em São João do Cariri, numa distância de 70 quilômetros. No cemitério, edificou o referido missionário uma capelinha, a qual, tempos depois, foi ainda pelo Padre Ibiapina ampliada, ocupando toda a área do antigo Campo Santo. Em torno do templo surgiu e cresceu a povoação que, anos adiante, foi elevada a vila sob a denominação de Soledade, pelo Decreto n.º 791, de 24 de setembro de 1885. O início da fundação da vila, propriamente, se verificou em 1872, quando Manuel Maria, descendente dos primeiros colonizadores, ergueu a primeira casa de taipa, até pouco tempo existente. Por Lei n.º 538, de 28 de

junho de 1890, foi sede de comarca, extinta em outubro de 1891. No governo do Dr. Argemiro de Figueiredo, mudaram a sede do município para Juazeirinho. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, fez voltar a sede a Soledade, mudando-lhe o nome, para evitar duplicidade, e homenagear o Padre José de Maria Ibiapina. *Indústria* — Longos anos, não se praticou outra indústria no município, exceto a agrícola-pastoril. Na década de 1940 se iniciou, muito rudimentarmente a indústria extrativa. Em 1941 exportava o município 250 000 kg de algodão em caroço, 14 000 kg de algodão em pluma, 1 360 sacos de 60 kg de feijão, 6 080 sacos de bagas de mamona, 40 000 kg de berilo, 12 000 kg de cassiterita, 5 000 kg de colômbita. *Instrução* — No município há, somente, a instrução pública primária, ministrada em 12 escolas, dirigidas por 12 professores. Nesses estabelecimentos, as matrículas, em 1942, somaram 472 alunos, resultando 286 de frequência média. A cota do município para auxílio às despesas do Estado com a instrução primária, foi de Cr\$ 6 740,00, em 1941. *Limites* — O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, e o Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, estabeleceram os seguintes limites municipais: — *Com Patos*, começando no marco n.º 3 (de Taperoá), situado à margem da rodovia-tronco, no lugar Batentes, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 7 (de Patos), situado na linha de cumeada da serra da Cajazeiras, no lugar Muquém. *Com Sabuji*, começando no marco n.º 7 (de Patos), situado na linha de cumeada da serra da Cajazeiras, no lugar Muquém, prossegue por ela e, em seguida pelo do seu contraforte, conhecido por serra da Samambaia, até o marco n.º 1, situado na sua extremidade norte deste marco, prossegue por uma linha reta até alcançar a foz do último córrego da margem direita do riacho Catolé; sobe pelo referido córrego até a sua nas-

cente na linha de cumeada da serra da Carneira, onde se estrema os municípios de Sabuji e Parelhas (este do Rio Grande do Norte). *Com Rio Grande do Norte* — (*Município de Parelhas*), começando em a nascente do último córrego que deságua no riacho Catolé, segue pela linha de cumeada da serra da Carneira, em seguida por uma linha reta até alcançar a ponta da serra das Queimadas, na fazenda Tanques. *Com Picuí*, começando na cachoeira da Carai-beira, no rio Seridó, sobe por este rio até a foz do riacho das Cabras; ainda sobe pelo referido riacho até cortar a estrada carroçável do Seridó; prossegue por ela até cortar a linha de cumeada e por esta linha, até o marco n.º 1 (de Cuité), situado na fazenda Massapê. *Com Cuité*, começando no marco n.º 1 (de Cuité), situado na fazenda Massapê, onde se estrema os municípios de Cuité e Picuí, segue em linha reta até o marco n.º 8 (de Cuité), situado na fazenda Campo de Baixo; ainda por outra linha reta, prossegue até o marco n.º 7 (de Cuité), situado na nascente do rio Souto, na fazenda Pedra Branca. *Com Campina Grande*, começando no marco n.º 7 (de Cuité), situado em a nascente do rio Souto, na fazenda Pedra Branca, segue em linha reta até alcançar a nascente do rio Floriano; desce por esse rio, que toma o nome de Santa Rosa, até alcançar o marco n.º 1 (de Cabaceiras), situado na fazenda Malhadinha. *Com Cabaceiras*, começando no marco n.º 1 (de Cabaceiras), situado na fazenda Malhadinha, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 1 (de Ibiapinópolis), situado na fazenda Estreito. *Com São João do Cariri*, começando no marco n.º 1 (de Ibiapinópolis), situado na fazenda Estreito, segue em linha reta até o marco n.º 4 (de São João do Cariri), situado à margem do rio Malhada da Areia, na fazenda Mundo Novo; sobe pelo referido rio até o marco n.º 3 (de São João do Cariri), situado na fazenda Malhada da Areia; ainda por outra li-

nha, reta, prossegue até o marco n.º 1 (de São João do Cariri), situado na fazenda Simeão; ainda uma vez, prossegue por outra linha reta, até o marco n.º 1 (de São João do Cariri), situado na fazenda Mucuitu; finalmente, prossegue por outra linha reta, até o marco n.º 4 (de Batalhão), situado à margem do rio Mucuitu ou Poço dos Cavalos, na fazenda Malhada Alegre, onde se estremam Batalhão e São João do Cariri. *Com Batalhão*, começando no marco n.º 4 (de Batalhão), situado à margem do rio Mucuitu ou Poço dos Cavalos, na fazenda Malhada Alegre, sobe pelo rio até a ponte da Barra; desta obra de arte, prossegue pela rodovia-tronco até o marco n.º 3 (de Taperoá), situado no lugar Batentes.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Juazeirinho, começando no marco n.º 3, situado na linha de cumeada da serra do Cardeiro, prossegue por ela até a nascente do riacho Malhada da Areia ou Limoeiro; desce pelo referido riacho até o marco n.º 4 (de São João do Cariri), situado na fazenda Mundo Novo. *Distrito da Sede com Seridó*, começando no marco n.º 3, situado na linha de cumeada da serra do Cardeiro, prossegue por ela até o marco n.º 4, situado no caminho carroçável de Ibiapinópolis a Seridó. *Distrito de Juazeirinho com Olivedos*, começando na foz do riacho Malhada Vermelha, no rio Floriano, prossegue em linha reta até a nascente do riacho Lava-Pés. *Distrito da Sede com Seridó*, começando no marco n.º 3, situado na linha de cumeada da serra do Cardeiro, prossegue por ela e, em seguida, pelo seu contraforte, até alcançar a da serra da Carneira, na fazenda Riachão. *Distrito da Sede com Olivedos*, começando no marco n.º 4, situado no ponto onde o caminho carroçável de Ibiapinópolis a Seridó corta a linha de cumeada do Cardeiro, pros-

segue por ela e, em seguida, por uma linha reta corta o rio São José e alcança a foz do riacho Malhada Vermelha, no rio Floriano, nos limites com Campina Grande. *Distrito de Seridó com Olivedos*, começando no marco n.º 4, situado no ponto onde o caminho carroçável de Ibiapinópolis a Seridó corta a linha de cumeada da serra do Cardeiro, prossegue por ela até o marco n.º 1 (de Cuité), situado na fazenda Massapé. *Patrimônio municipal* — Em 1942, o patrimônio municipal somava Cr\$..... 479 951,00. *Distritos* — Há os seguintes: o da sede, de Juazeirinho, Olivedos, São Francisco e Seridó. *Povoações* — Os povoados mais importantes são: Catolé, Ipueira, Espírito Santo, Maravilha e Zumbi. *Religião* — O município constitui a freguesia de Sant'Ana, criada em 1885, sendo seu primeiro vigário o Padre José Betâmio de Gouveia Nóbrega. Reúne as capelas filiais de São José, em Juazeirinho; Santo Antônio, em Seridó; e São Francisco, em São Francisco, atual Olivedos. *Rendas públicas* — Para o exercício de 1942, orçou a Prefeitura a receita em Cr\$ 120 000,00; arrecadou Cr\$ 101 447,40; fixou a despesa de Cr\$ 120 000,00 e efetuou a de Cr\$ 134 879,80. Em 1941, a Coletoria Estadual teve a receita de 135:880\$400 e a despesa de 105:800\$000. *Repartições públicas* — A Prefeitura Municipal, o Fórum, a Coletoria Estadual, Grupo Escolar, Mercado Público, Estação Postal-Telegráfica, Cartório do Registro Civil. *Riquezas naturais* — O município é rico em minérios, alguns deles em exploração. O Crauá é planta nativa e está sendo aproveitado para fibras. *Sede* — A sede é a cidade de Ibiapinópolis, nome que substituiu o de Soledade, por força do Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, que também lhe outorgou a categoria de cidade e de Comarca. Está bem situada, contando regular edificação, ampla igreja-matriz, iluminação elétrica, escolas públicas, realizando, semanalmente, feira

bem animada. O Recenseamento de 1940 verificou-lhe 139 prédios urbanos, 21 suburbanos, 383 rurais e a população: urbana, 406 habitantes; suburbana, 106; rural, 3 408. A sede fica a 224 quilômetros da Capital e a 87 da cidade de Campina Grande. Suas coordenadas, segundo a Comissão Pimenta da Cunha, são: lat. S. 7°-03'-30,26"; long. W. do Rio de Janeiro 6°-51'-35,10", na parte setentrional da Igreja. *Vias de comunicação* — Internamente, as comunicações se fazem por meio de estradas carroçáveis. Externamente, utiliza-se da rodovia central. Algumas linhas de ônibus cruzam a cidade. Para transporte de passageiros e mercadorias, existem no município 6 automóveis, 3 motocicletas, 11 caminhões e 32 carros de bois.

Ibiturucu (Voc. ind.: montanha Grande, segundo versão do professor L. Clerot) — Povoação do município de Misericórdia. O Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe o antigo nome, Serra Grande, para o atual, tendo-lhe anteriormente o Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, atribuído a categoria de vila. Conta uma capela e uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 26 alunos. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 58 prédios urbanos, 5 suburbanos, 908 rurais e a população: urbana, 15; rural, 1 348.

Ibura (Voc. ind., corr. de *ibur*: a fonte, a nascente) — Povoado do município de Piancó, elevado a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe, para o atual, sua antiga denominação Olho-d'Água. Está à margem esquerda do rio Jenipapo. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 150 alunos, tendo uma frequência média de 33. É promissora. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 127 prédios urbanos, 20 suburbanos, 952 rurais e a população: urbana, 412 habitantes; suburbana, 74; rural, 4 838.

Ioós (Voc. ind. talvez derivado de *i-cog*: água da roça) — Selvagens da grande nação cariri. Ocupavam o vale do rio do Peixe e adjacências dos limites das capitanias de Ceará e Paraíba.

Igaraci (Voc. ind.) — Povoado do município de Piancó. Realiza uma feira aos domingos.

Imaculada — Povoado do município de Teixeira, elevado a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Dista da sede para S.O. uns 40 quilômetros. Realiza boa feira semanal, conta aula pública primária e uma capela dedicada a N. S.ª da Conceição. A vila assenta sobre a Borborema e é centro de distrito produtor de algodão. Teve, a princípio, o nome de Queimadas do Silva, em homenagem ao seu fundador, que a começou no sítio de sua propriedade em 1860, auxiliado por João Nunes Tavares, doador do patrimônio da capela, principiada pelo Cônego Bernardo Carvalho e concluída pelo Padre José Fontes Rangel. O Recenseamento de 1940 arrolou-lhe 74 prédios urbanos, 48 suburbanos, 1 262 rurais e a população: urbana, 135 habitantes; suburbana, 205; rural, 4 799.

Imbiribeira (Hibridismo) — Local à margem da antiga estrada da Capital — Também, onde o Governo do Estado, sem êxito, fundou em 1910 uma escola de agricultura.

Imoreti (Voc. ind., versão do Professor L. Clerot: água branca) — Povoação do município de Princesa Isabel, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe o nome — Água Branca — para o atual. Conta capela e aula pública. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 108 prédios urbanos, 674 rurais e a população: 324 habitantes; rural, 3 255.

Independência (V. *Guarabira*.)

Índio Pirajibe — Povoação situada na ilha, onde o chefe tabajara Pirajibe

ergueu sua aldeia, desde os primeiros dias da colonização da Paraíba, a partir de 1585. Ali, depois de ter prestado serviços valiosos aos portugueses, morreu centenário. O núcleo, sem apresentar prosperidade, passou ao domínio particular, tendo as denominações de ilha do Botelho, do Retumba, do Bispo. Por Decreto municipal n.º 1154, de 4 de agosto de 1928, expedido pelo prefeito do município da Capital, Dr. João Maurício de Medeiros, teve o agrupamento de casas da ilha a denominação de *Povoação do Índio Pirajibe*. Uma ponte ligou a ilha à cidade de João Pessoa, tornando-a arrabalde da Capital. Neia instalaram a fábrica de cimento Portela e a usina de luz e energia elétrica que serve a Capital. Conta aulas públicas primárias, sociedades artística e esportivas, uma capela do Senhor do Bonfim, possuindo população superior a 2 000 habitantes.

Indoá (Voc. ind.) — (V. *Pilões*).

Ingá (Voc. ind.: cheio d'água) — Município central do Estado, tendo 550 quilômetros quadrados de superfície e uma população, segundo o Recenseamento de 1940 de 24 586 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 3 828 habitantes; suburbanas, 2 041; rurais, 16 664, ocupando 1 096 prédios urbanos, 393 suburbanos e 1 765 rurais. *Açudes* — Conta vários açudes particulares, pequenos reservatórios que conservam água no período de dois anos. *Administração* — Dirige o município um prefeito nomeado pelo Interventor Federal, auxiliado por 23 funcionários permanentes. Comarca de primeira entrada, está a Justiça a cargo de um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública cabe a um delegado de Polícia, na sede. A subdelegados, nas vilas. O primeiro e nomeado pelo Interventor Federal; os demais, pelo Secretário da Justiça. Os respectivos suplentes, são escolhidos pelo Chefe de Polícia. *Agricultura* — O

município possui os melhores terrenos para a agricultura. Nessa parte úmida, de muita frescura, se cultivam cereais, mandioca, café, fumo, cana-de-açúcar, árvores frutíferas. Nos terrenos secos faz-se o plantio de algodão. *Aspecto físico* — Parte do município assenta em contrafortes da Borborema; o restante se compõe de terrenos ondulados ou planos da caatinga. Das serras, as mais notáveis são, a do Gentio, do Pontes, Serra Redonda, muito férteis, serra Verde, Serra Velha, Zabelê. *Clima* — O município, excetuando-se a zona mais aproximada do Brejo, é quente e úmido e sujeito a secas periódicas. O clima é bom. O paludismo era desconhecido na região; foi para ali transportado por pessoas procedentes do Amazonas, acometidas de tal doença. A temperatura, no verão, sobe a 34°C à sombra; no período das chuvas, desce a 20°C. *Comércio* — Bem apreciável é o movimento comercial do Ingá, mantendo suas transações com as praças de Campina Grande, João Pessoa e Recife. *Distritos* — Conta o da sede, o de Itatuba, o de Riachão de Bacamarte e o de Serra Redonda. *Demografia* — Durante o ano de 1941, registraram-se no Ingá 183 nascimentos, 22 casamentos e 640 óbitos, destes, 6 natimortos. A delinquência contou 116 contravenções e 17 crimes, inclusive 2 homicídios. *Etnografia* — De portugueses, de índios, de brasileiros se formou a população do município, para a qual contribuiu parcamente o elemento negro. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Conta o município centenas de propriedades agrícolas e pastoris, notando-se que alguns fazendeiros estão empregando métodos modernos no sentido de melhorarem seus rebanhos. Estes, em 1941, somavam: 12 000 bovinos, 700 equinos, e 14 000 aves. *Fauna e flora* — Não se distinguem a fauna e a flora do Ingá das dos municípios vizinhos existindo, porém, restos de matas donde se extraem boas madeiras para construção e marcenaria. *Hidrografia* —

Cortam o município os rios Bacamarte ou Ingá, o Caiurará ou Surrão, o Gurinhém e outros menos importantes, engrossando todos a bacia do Paraíba.

História — Existe uma lenda referente a uma bandeira organizada em 1599, pelo capitão-mor da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, a qual esteve no distrito do atual município de Ingá. O certo é que no meado do século XVIII já moravam ou tinham somente fazendas de criação no distrito, Francisco de Arruda Câmara, Gaspar Correia e Cosma Tavares Leitão, viúva de Teodósio de Oliveira Ledo. Em 1776, Manuel Francisco, vindo do Cariri, descobriu o rio Caiurará. Obteve nas suas margens uma data de terra onde situou moradia e currais. No local se formou um povoado que prosperou e foi criado Vila do Imperador por Lei provincial n.º 6, de 3 de novembro de 1840, e incorporada à comarca da Capital. Em 1846 passou a chamar-se Ingá. Foi várias vezes comarca e várias vezes perdeu esta categoria. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, criou-o comarca de primeira entrância, desligando-o de Tabaiana. *Indústria* — Existe no município a indústria agrícola-pastoril, contando uma usina e dez instalações para beneficiar algodão. Não obstante a seca, exportou em 1941, para outros municípios: 8 400 sacos de milho, de 60 kg, 63 000 cachos de bananas, 300 sacos de café, 9 200 centos de laranjas, 640 toneladas de batatas doce, 23 000 sacos de farinha de mandioca e 944 479 kg de algodão em pluma. *Instrução* — Conta somente a pública primária ministrada em 18 escolas, a cargo de 24 professores. Essas aulas, em 1942, matricularam 1 111 alunos, tendo 811 de frequência média. Para auxiliar o Estado nas despesas com a instrução primária, contribuiu o município, em 1941, com Cr\$ 10 871,00. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram-

lhe os limites municipais seguintes: — *Com Alagoa Grande*, começando no marco n.º 22 (de Alagoa Grande), situado no divisor de águas da serra do Jucá, segue em linha reta até o marco n.º 21 (de Alagoa Grande), situado à margem direita do Riachão, no lugar Escuta; desce por êle até o marco n.º 20 (de Alagoa Grande), situado à margem direita do referido Riachão; dêste Riachão segue em linha reta até a nascente do córrego açude do Banco; desce por êle até a sua foz no rio Gurinhém ou Cantagalo, desce por êste rio até o marco n.º 19 (de Alagoa Grande), situado à sua margem; dêste marco, segue em linha reta até alcançar o pico da Pedra Mouca; ainda segue por outra linha reta até o marco n.º 18 (de Alagoa Grande), situado no divisor de águas do contraforte principal da serra do Cambute; prossegue por êle e, em seguida pelo da referida serra até a nascente do córrego Várzea do Bode; desce por êste córrego até a sua foz no rio Gurinhém ou Cantagalo e por êste até a foz do riacho Pedra-d'Água, Caldeirão ou Matão, onde se estrema os municípios de Tabaiana e Alagoa Grande. *Com Tabaiana*, começando na foz do riacho Pedra-d'Água, Caldeirão ou Matão, no rio Gurinhém, ou Cantagalo, sobe por êle até a sua nascente, na fazenda Sítio Novo; daí, prossegue por uma linha reta até o marco n.º 3 (de Tabaiana), situado à margem da ferrovia da "The Great Western of Brazil Railway Co. Ltd.", na fazenda Gameleira; dêste marco, ainda por outra linha reta, segue até o marco n.º 2 (de Tabaiana), situado na fazenda Acará; finalmente, por outra linha reta até o marco n.º 1 (de Tabaiana), situado na fazenda Lagoa do Velho; continua ainda até alcançar a foz do riacho Poço Verde, no rio Paraíba, na fazenda Juá; sobe por êste rio até a foz do riacho Jerimum ou Tabocas, onde se estrema os municípios de Umbuzeiro e Tabaiana. *Com Umbuzeiro*, começando na foz do

riacho Tabocas ou Jerimum, no rio Paraibinha, sobe por este até a foz do rio Paraibinha e pelo rio Paraibinha até o marco n.º 1 (de Umbuzeiro), situado na fazenda Curral-Velho, na foz do riacho Mãe Joana, no rio Paraibinha, onde se estremam os municípios de Umbuzeiro e Campina Grande. *Com Campina Grande*, começando no marco n.º 1 (de Umbuzeiro), situado à margem do rio Paraibinha, na fazenda Curral-Velho, segue em linha reta até o marco n.º 1, situado na linha de cumeada da serra da Catuama, no lugar Olho-d'Água das Freixiras; prossegue por esta linha de cumeada e, em seguida, por uma linha reta até o pico da Pedra do Urubu; dêste ponto, prossegue ainda em linha reta, até o pico da Pedra da Torre, de onde prossegue em linha reta até o marco n.º 2, situado à margem do rio Convento, no lugar do mesmo nome; dêste marco, prossegue por uma linha reta até alcançar a foz do riacho do Tigre, no Cafula, sobe por aquele riacho até a sua nascente na cumeada da serra do mesmo nome; prossegue por ela até o marco n.º 3, situado na Chã do Caçoá Queimado; ainda em linha reta prossegue até o marco n.º 5, situado na lagoa do Cumbe, finalmente, dêste marco segue em linha reta até alcançar o marco n.º 22 (de Alagoa Grande), no divisor de águas da serra do Jucá, onde se estremam os municípios de Campina Grande e Alagoa Grande.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Riachão, começando na lagoa da Torre, nos limites com Campina Grande, dêste ponto prossegue até alcançar a nascente do riacho João Pinto, desce por êle até o marco n.º 6, colocado na lagoa Rasa; dêste marco, prossegue em linha reta até encontrar a foz do riacho das Cutias, no rio Ingá; dêste ponto, prossegue em linha reta até o pico da Pedra Caiada.

Distrito da Sede com Serra Redonda, começando no pico da Pedra Caiada, segue em linha reta até alcançar o pico conhecido por Pinga ou Cacimba do Galo; dêste pico, prossegue em linha reta até o pico da Pedra Mouca, nos limites com Alagoa Grande. *Distrito da Sede com Itatuba*, começando no pico da Pedra-d'Água no lugar Macacos, nos limites com Tabaiana, segue em linha reta até o pico do Urubu; dêste ponto continua até o Tanque do Angico; prossegue em linha reta até alcançar o divisor de águas da serra dos Gentios, prossegue por êle e, em seguida, desce pela vertente até alcançar o marco n.º 7, colocado no riacho Surrão, no lugar Lajes; dêste marco, segue em linha reta até alcançar o pico da Serra Velha, prossegue pelo seu divisor até o marco n.º 1, situado no Olho-d'Água das Freixiras, nos limites com Campina Grande. *Riachão com Serra Redonda*, começando no marco do Imperador, colocado no lugar Cafula, segue, em linha reta até o marco n.º 8, colocado na cumeada da serra Catucá, no lugar Vêu; prossegue ainda em linha reta até alcançar a nascente do riacho das Cutias; desce por êle até atingir o pico da Pedra Caiada. *Meio social* — Na sede e nas vilas se encontra uma sociedade regularmente educada, lembrando um passado de certo realce. De fato: a cidade já possuiu até imprensa periódica. Conta sociedades artísticas, esportivas, religiosas, recreativas. *Necessidades locais* — O município precisa de estradas internas, de reservatórios de água potável, de capitais que lhe auxiliem a indústria agrícola-pastoril e, sobretudo, a exploração da rica mina de ferro que possui. *Patrimônio municipal* — Em 1941, o patrimônio municipal somava Cr\$ 85 087,50. *Povoações* — Além da vila, conta várias povoações, sendo as mais importantes: Cajá, Chupadouro, Cuités, Jurema, Riacho do Bacamarte, Serra Velha, Serra do Pontes, Surrão e Várzea. *Religião* — Constitui o município uma

só paróquia, de N. S.^a da Conceição, criada por Lei provincial n.º 2, de 5 de julho de 1841, tendo como primeiro vigário, o Padre Manuel José Fernandes. Além da igreja-matriz conta as capelas filiais: de São Francisco, em Serra do Pontes; de Santa Ana, em Bacamarte; São Sebastião, em Riachão; São Pedro e N. S.^a do Rosário, em Serra Redonda.

Rendas públicas — Para o exercício de 1942, orçou o município a receita em Cr\$ 120 000,00; arrecadou Cr\$ 451 202,40; fixou a despesa de Cr\$ 140 000,00 e efetuou a de Cr\$ 173 222,90. A Coletoria Estadual, no exercício de 1941 arrecadou 239:386\$550 e dispendeu 138:230\$500.

Repartições públicas — Conta a Prefeitura, o Fórum, Mercado Público, Coletoria Estadual, Estação Postal-Telegráfica, Grupo Escolar, Cartório do Registro Civil, etc.

Riquezas naturais — Há mais de século, sabe-se que o município contém minérios de valor, inclusive ferro magnético, produzindo-o numa percentagem bem elevada. Nenhuma exploração tem sido feita; apenas o engenheiro Francisco Retumba tentou organizar uma empresa, o que a morte não permitiu.

Sede — A sede é a cidade do Ingá, cortada pelo rio deste nome, situada entre prolongamentos das serras Velha, Verde e Zabelê, em boa situação, distando 102 quilômetros da Capital e a 7º-15'26" de lat. S. e 35º-35'-15", long. W. Gr. Próxima lhe fica a estação do ramal ferroviário Tabaiana-Campina Grande. Possui bons estabelecimentos comerciais, sociedades recreativas, religiosas e esportivas. É uma cidade que renasce de sua decadência oriunda do banditismo e da politicagem. Conta 5 avenidas, 7 travessas, 2 praças e 14 ruas. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 512 prédios urbanos, 393 suburbanos, 4 327 rurais e a população: urbana, 1 882 habitantes; suburbana, 1 358; rural, 5 317.

Vias de comunicação — O município é servido por estrada de ferro e pela rodovia central do Estado, a qual alcança de Cabedelo aos limites

ocidentais da Paraíba. Para o transporte de passageiros, conta um serviço de ônibus de Campina Grande a João Pessoa. Para uso dos seus habitantes, há no município: 3 automóveis, 2 motocicletas, 4 caminhões e 32 carros de bois.

— Rio que banha o município precedente. Também é conhecido pelo nome de Bacamarte. Nasce no lugar Marinho, do município de Campina Grande, corre de N.O. a S.E., banha a cidade de seu nome e, depois de uns 70 quilômetros de curso, despeja à margem esquerda do Paraíba, no lugar Dois Riachos, município de Tabaiana. O rio Ingá seca durante o verão ou reduz-se a poços, a simples fio d'água muito carregada de sais.

Ingazeira — Povoado do município de Conceição. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 29 alunos.

Inhauá (Voc. ind.) — Lugarejo do município de Mamanguape, tendo uma capela dedicada a S. João.

Inhobim (Voc. ind., *i-obi*: água azul ou verde) — Rio de pequeno curso do município de Santa Rita. Suas águas são excelentes, despeja à margem esquerda do Paraíba. Nas suas margens levantou o donatário da capitania, Frutuoso Barbosa, um forte para defender contra os potiguares e franceses, os engenhos de Duarte Gomes da Silveira e Antônio Lopes Brandão. Nos seus arredores feriram-se renhidos combates, a princípio entre portugueses e índios; depois entre portugueses e holandeses, estes, uma vez, guiados por Domingos Calabar. Ainda existem as ruínas do primeiro engenho ali construído.

Ipaucarana (Voc. ind.) — Povoação do município de Campina Grande elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Esta mesma lei mudou-lhe o antigo nome — Lagoa Sêca — para o atual. É próspera e nela funcionam três aulas públicas primá-

rias que, em 1942, matricularam 122 alunos, obtendo 72 de frequência média. Segundo o Recenseamento de 1940, conta 150 prédios urbanos; 22 suburbanos, 2 817 rurais e a população: urbana, 568 habitantes; suburbana, 150; rural, 12 528.

Ipioca (Voc. ind., talvez corr. de *ipin-oca*: morada enxuta) — Rio de pequeno curso do município de Mamanguape e afluente do rio dêste nome. Também é conhecido pela denominação de Itapeceriquinha.

Ipopoca ou **Popoca** (Voc. ind., talvez corr. de *ipo-popo-ca*: onde se rebentam as mãos) — Nome indígena do rio Alhandra que, abaixo da confluência do Cupigura, despeja no Abiá. É perene; nasce na Popoca de Pecados, perto de Marcação, distrito de Pedras de Fogo, rega terrenos férteis, tendo como afluentes o Cupigura, o Saramago e o Tapirubu.

Ipueiras — Povoado do município de São João do Cariri. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 46 alunos, com a frequência média de 28.

— Povoado do município de Pombal. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 26 alunos.

— Povoado do município de Monteiro, cuja aula pública primária teve, em 1942, 43 matriculados.

— Povoado do município de Ibiapinópolis. Sua escola primária, em 1942, matriculou 59 alunos.

Ipueirinha — Povoado do município de Areia, cuja escola pública primária, teve 44 matriculados em 1942, e 23 de frequência média.

Irerê (Voc. ind.) — Povoado do município de Piancó. Nêle funciona uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 36 alunos, resultando-lhe a frequência média de 27.

Itabaiana — (V. *Tabaiana*.)

Itacambá (Voc. ind., segundo L. Clerot, vertendo Serra do Moleque) — Antiga

Jericó. Povoação do município de Catolé do Rocha, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, tendo seu nome mudado para o atual, pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. No comêço se chamou Caiporas, mudado por um missionário para Jericó. Está 25 quilômetros ao S. da sede. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 186 prédios urbanos, 26 suburbanos, 2 277 rurais e a população: urbana, 486 habitantes; suburbana, 92; rural, 10 096. Na vila funciona uma Agência Postal-Telefônica e uma escola pública primária.

Itamatai (Voc. ind.) — Estação de estrada de ferro no ramal Guarabira a Nova Cruz e ponto de partida do ramal de Bananeiras.

Itamorotinga (Voc. ind., segundo L. Clerot, versão de serra muito branca) — Antiga Serra Branca, povoação do município de São João do Cariri, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. O Decreto-lei estadual n.º 520 mudou-lhe o antigo nome para o atual. É próspera e centro de animado comércio de peles, algodão e fibras. É iluminada a luz elétrica, conta aulas públicas primárias e uma Estação Postal-Telefônica. Está situada em terreno baixo na confluência dos Riachos Aú e Poção. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 186 prédios urbanos, 22 suburbanos, 758 rurais e a população: urbana, 597 habitantes; suburbana, 96; rural, 3 778.

Itapecerica (Voc. ind. formado de *ita-pe-cirica*: laje ou pedra escorregadiça) — Povoado em tôrno do antigo solar e engenho da tradicional família Albuquerque Maranhão, situado no município de Mamanguape. Conta aula pública primária que, em 1942, matriculou 45 alunos, obtendo 39 de frequência média.

Itaporanga (V. *Misericórdia*).

Itapuá (Voc. ind., *ita-puá*: pedra pontuda ou elevada) — Povoação do município de Maguari, nas adjacências do antigo engenho do mesmo nome. Nela funcionam duas aulas primárias que, em 1942, tiveram 98 matriculados, resultando-lhe 48 de frequência média.

Itatuba (Voc. ind., *ita-tuba*: pedra ou ferro em abundância) — Povoação do município de Ingá, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1164 de 15 de novembro de 1938, que lhe trocou o nome antigo — Cachoeira de Cebolas — pelo atual. É lugar de tradições, tendo os seus habitantes auxiliado o movimento de 1817. No distrito existe abundante mina de ferro magnético, até agora inexplorada. É notável a sua indústria agrícola-pastoril. Sua capela é uma das boas construções religiosas do Estado. Sua escola primária, em 1942, matriculou 88 alunos, tendo a média de frequência de 67. A vila está numa depressão do terreno à margem do Caluraré. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 219 prédios urbanos, 38 suburbanos, 844 rurais e a população: urbana, 711 habitantes; suburbana, 136; rural, 3 535.

J

Jabitacá (Voc. ind., corr. de *iab-taguá*: onde racha o barro vermelho; pode ser corr. de *iapi-tacá*: nascença fragorosa do rio) — Serra no limite do Estado com o de Pernambuco, separando o município de Monteiro da Ribeira do Pajcú. Nesta serra nasce o rio do Meio. (V. *Rio do Meio*.)

Jabre — Serra do Município de Teixeira, 40 quilômetros a S.O. da cidade deste nome. É ramificação da Borborema e nela se destaca o ponto culminante do Estado — o Pico do Jabre — que calculam ter mais de 1 000 metros de altitude, segundo uns, ou 900 metros, segundo outros. O Jabre, colossal bloco de granito, é de acesso difícil mas pra-

ticável. Somente dia alto apresenta completa visibilidade, devido à camada de névoa que o envolve ao amanhecer.

Jacarará (Voc. ind., corr. de *jacarerá*: semelhante ao jacaré) — Serra do município de Monteiro, 60 quilômetros ao S.E. da sede. Separa este município do de Madre Deus, e Pesqueira, ambos do Estado de Pernambuco. Nela tem o rio da Serra, um dos que formam o Paraíba, as suas nascentes. (V. *Paraíba*.)

— Povoador do município de Monteiro, elevado a vila pelo Decreto-lei n.º 1164 de 15 de novembro de 1938. Tinha o nome Tigre, que lhe foi mudado para Jacarará, pelo Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Está à margem do riacho Tigre, conta uma capela de São João Batista, uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 47 alunos, tendo a frequência média de 31. Realiza aos domingos uma feira de algum movimento comercial. O Recenseamento de 1940 encontrou-lhe 57 prédios urbanos, 27 suburbanos, 791 rurais e a população: urbana, 185 habitantes; suburbana, 125; rural, 3 269.

Jacaraú (Voc. ind., corr. de *jacaréau*: jacaré falso) — Próspera vila do município de Mamanguape, aspirando seus habitantes que lhe seja dada a categoria de município. Está 48 quilômetros ao N. da sede. Conta uma igreja de N. S.ª da Conceição, Mercado Público, Agência Postal, regulares casas de comércio e uma aula pública que, em 1942, matriculou 58 alunos. Realiza, aos sábados, animada feira. É um dos maiores centros agrícolas de Mamanguape, contando mais de cem propriedades agrícola-pastoris. Foi sede de distrito de paz por Lei n.º 40, de 30 de agosto de 1896. Computou-lhe o Recenseamento de 1940, 225 prédios urbanos, 286 suburbanos, 178 rurais e a população: urbana, 648 habitantes; suburbana, 1 243; rural, 13 313.

Jacarauna (Voc. ind., jacaré preto)

Rio de pequeno curso do município de Mamanguape; é tributário do rio deste nome.

Jacaré (Voc. ind., corr. de *ia-caré*: o que é curvo) — Povoado de pescadores à margem direita do Paraíba, pertencente ao município da Capital e distante três milhas de Cabedelo, de cujo distrito faz parte. A pesca de camarão é o principal mister de seus habitantes. Além da via fluvial, conta o povoado com uma estação da ferrovia. Em Jacaré está o aeroporto do Estado. Funciona no povoado uma aula pública primária que matriculou 41 alunos em 1942.

— Povoado do município de Pilar. Nêle se encontra uma escola pública primária que, em 1942, teve 37 matriculados e a frequência média de 24.

— Povoado do município de Serraria. Sua escola pública primária, em 1942, registrou 53 matriculados.

— Nome de pequeno rio do Município de Mamanguape e de vários riachos do Estado.

Jacoca (Voc. ind., corr. de *juá-cog*: roça de juá, segundo Teodoro Sampaio. E. Herckman deriva o vocábulo de *t-chea-coca*: "abraça-me", em virtude de ser esta a expressão de uma selvagem apanhada em colóquio com o seu escolhido) — Vila do município da Capital, distando desta uns 20 quilômetros, para o S. Começou por uma aldeia de índios tabajaras. Em 1636, esta aldeia com a sua vizinha Pin-daúna, de ordem do governador holandês, veio alojar-se na Capital. Depois de algum tempo, os índios, já fundidos numa só tribo, obtiveram permissão para o regresso, mas estando suas aldeias muito arruinadas, combinaram que entre elas se fundasse novo povoado, o que sucedeu, recebendo o nome de Maurícia, em homenagem ao conde Maurício de Nassau, tendo como capitão, o inglês

João Harrison. Após a restauração, diz Irineu Jófili, deram à aldeia a denominação de Conde. Parece, porém, que este era o nome popular da povoação, lembrando o referido príncipe flamengo, até 31 de dezembro de 1943, quando o Decreto-lei estadual n.º 520 restituiu ao povoado seu nome primitivo. Antes, porém, o Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, lhe restituiu a categoria de vila. Em 1668 criaram-na freguesia de N. S.ª da Conceição e chegou a tal ponto de florescimento que ascendeu a vila e sede de comarca. Uma luta de precedência entre esta e a povoação de Pitimbu, levou-a a rápida decadência, reduzindo-se a simples povoado, onde predomina boa descendência de tabajaras e potiguaras. Como freguesia que ainda é, conta três capelas filiais, sendo a mais importante a de São João, em Jacumã. Seria ponto excelente para uma colônia se saneassem os seus rios, focos de febres palustres. Na vila nasceu o parlamentar e orador paraibano, Manuel Pedro Cardoso Vieira. O Recenseamento de 1940, computou-lhe 48 prédios urbanos, 18 suburbanos, 2010 rurais e a população: urbana, 152 habitantes; suburbana, 42; rural, 5116. A escola pública da vila, em 1942, matriculou 55 alunos, tendo 34 de frequência média.

Jaeu (Voc. ind.: nome de uma ave silvestre) — Povoado do município de Caiçara.

Jacuípe (Voc. ind. formado de *jacu-i-pe*: rio dos jacus) — Rio do município de Mamanguape, afluente do Miriri. É célebre pela pureza, pela abundância e excelência das suas águas. Antes da invasão holandesa, houve em suas margens uma aldeia de potiguaras.

Jacumã (Voc. ind. formado de *jacu-mã*: fruteira dos jacus) — Povoação do município da Capital, oito milhas ao S. do Cabo Branco, a 7º-15'-45" lat. S. e 34º-50'-35" long. W. Gr., segundo Vital de Oliveira. Depois do Cabo Branco,

é a ponta oriental do continente, cabendo o terceiro lugar a Ponta de Pedras. (V. *Cabo Branco*.) A povoação assenta à margem do Atlântico, a 25 quilômetros da Capital, tendo ao N. a barra do rio Gramame. Suas habitações ficam sob vigoroso coqueiral e os seus habitantes se entregam à pesca e à agricultura. Tem uma capela, algum movimento comercial e uma aula pública primária, que, em 1942, matriculou 42 alunos.

Jaguaribe (Voc. ind. derivado de *jaguar-i-pe*: rio das onças) — Banhado que começa ao S.E. da Capital, no lugar Alagoa Grande. Toma a direção de N.E. e despeja, após uns 10 quilômetros, ao N. da praia do Bessa, na enseada deste nome. Ali se deu, em 4 de dezembro de 1634, o desembarque do exército holandês, sob o comando do Coronel Sigismundo van Schkoppe que, depois de derrotar um contingente do capitão-mor Antônio de Albuquerque, marchou para Cabedelo e sitiou o forte de Santa Catarina. À margem esquerda do Jaguaribe estão os poços de captação de água do abastecimento da Capital (V. *Macacos*). Do Jaguaribe, a uns 500 metros da vila de Tambaú, derivaram um canal, a L. das colinas de Boiçó, comunicando-o com o Mandacaru.

Jandaira (Voc. ind., corr. de *manã-eira*: mel cheiroso) — Nome de pequeno rio do município de Areia e de uma serra entre este município e o de Alagoa Nova.

Japi (Voc. ind. formado de *ia-pi*: fruto seco) — Serra nos limites do município de Picuí com o Estado do Rio Grande do Norte.

Jaraguá (Voc. ind., talvez inversão de *jaguará*: parecido com a onça) — Povoado à margem esquerda do Mamanguape, pertencente ao município deste nome, distando 12 quilômetros da sede. Foi pórtio de alguma importância; seus habitantes se entregam à pesca e à agricultura.

Jardim — Povoado do município de Umbuzeiro. E' promissor. Conta três aulas públicas que, em 1942, matricularam 116 alunos.

Jardim do Rio do Peixe — (V. *Sousa*.)

Jatobá (Voc. ind. corr. de *i-atã-obá*: o que tem casca rugosa, espessa) — Município do alto sertão do Estado, a O. nas divisas com o Estado do Ceará. Ocupa uma área territorial de 676 quilômetros quadrados e, segundo o Recenseamento de 1940 conta 12 089 habitantes, assim distribuídos: nas zonas urbanas, 1 018; suburbanas, 277; rurais, 10 469, ocupando 294 prédios urbanos, 53 suburbanos e 1 990 rurais. *Açudes* — Conta o município vários açudes particulares, todos de reduzida capacidade. *Administração* — E' dirigido por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, e 29 funcionários permanentes. A Justiça cabe, como sede de comarca de primeira entrância, a um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública compete a um Delegado de Polícia, na cidade e a subdelegados, nas vilas. O primeiro é de nomeação do Interventor Federal; os outros são escolhidos pelo Secretário da Justiça. O Chefe de Polícia nomeia os suplentes para os referidos cargos. *Agricultura* — A agricultura ainda emprega velhos métodos, notando-se que alguns proprietários estão reagindo contra a rotina e ensaiando a pomicultura. A lavoura do município consta de arroz, milho, feijão e cana-de-açúcar. *Aspecto físico* — Uma parte da região é acidentada pela serra do Bongá e suas ramificações; a outra é constituída de tabuleiros e avarzeados onde cresce a carnaúba. *Clima* — O clima é quente e seco, mais agradável na região serrana. Algumas vezes tem caído granizo no município, como, vez por outra, experimenta o flagelo da seca. A temperatura, no estio, pode atingir 33°C à sombra; durante a estação pluviosa, desce a 20°C. E' muito salubre. *Comércio* — O mu-

município tem movimento comercial e mantém suas transações com as praças paraibanas de Campina Grande e Cajazeiras, e com outras do Estado do Ceará. *Distritos* — Conta o da sede e o da vila de Carrapateira. *Demografia* — Em 1941, registraram-se no município 587 nascimentos, 30 casamentos e 272 óbitos. A delinqüência constou de 4 contravenções e 2 crimes, um destes de homicídio. *Etnografia* — Sua população formou-se de elementos indígenas e dos civilizados moradores nos municípios vizinhos, que ali fundaram fazendas de criação. Quase nula foi a contribuição do africano. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Funcionam no município uns 30 engenhos para o fabrico de rapaduras e umas 20 fazendas de criação. Em 1941, somou o arrolamento dos seus rebanhos: 11 340 bovinos, 2 673 eqüinos, 1 164 asininos, 5 940 muares, 3 096 lanígeros, 8 220 caprinos, 4 932 suínos e 45 000 aves. *Fauna e flora* — A fauna e a flora de Jatobá são idênticas às dos municípios vizinhos, do Estado. Possui ainda restos de matas que produzem madeiras próprias para construção e marcenaria. *Feiras* — As melhores feiras do município são as semanalmente realizadas na sede e na vila de Carrapateira. *Hidrografia* — O Piranhas é o rio principal de Jatobá, o qual, além de outros menos importantes, recebe no município: os riachos Bonfim, Currais, Riacho da Corda e Tamanduá. *História* — Presume-se que o território do município se constituiu por antigas sesmarias possuídas pela Casa da Torre e por fazendeiros do Piancó que ali se estabeleceram no começo do século XVIII. Por uma sesmaria requerida em 1764, vê-se que na região já existia uma fazenda, talvez doada para patrimônio de uma igreja. É o que se deduz da expressão: “para o poente com terras de São José”. Em redor da referida fazenda foi se formando a povoação que pertencia à paróquia de Sousa. Por Lei provincial

n.º 18, de 10 de novembro de 1810, foi elevada a freguesia, sob a denominação de São José de Piranhas. Em 23 de novembro de 1868, o art. 8.º da Lei n.º 92 incorporou-a a Cajazeiras e a Lei n.º 791, de 24 de setembro de 1885, elevou-a a vila. Após a proclamação da República, começou a desenvolver-se. O Serviço Federal, ou melhor, a Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, construindo a barragem no boqueirão de Piranhas, obrigou a sede a transferir-se para outro local, 12 quilômetros ao sul da primitiva situação, adotando o município o nome Jatobá, que era o da antiga fazenda, onde se situou a nova sede da circunscrição. Presidiu a fundação da nova cidade uma planta levantada por profissional competente. A parte da antiga urbe, não alcançada pela represa da barragem, recebeu o nome popular de Piranhas Velha. O Decreto-lei n.º 1 164 de 15 de novembro de 1938, destacando-lhe o distrito de Bonito de Santa Fé, para formar unidade municipal, deu-lhe a categoria de comarca. *Indústria* — Conta a agrícola-pastoril, 4 instalações para beneficiar algodão. Em 1941, além de outros produtos, exportou 680 000 kg de algodão em pluma e 60 000 kg de rapaduras, devendo levar-se em consideração que no período referido se declarou a seca no sertão, a qual ainda neste ano de 1943, está continuando. *Instrução* — No município existem, somente, estabelecimentos de instrução primária, distribuída por 8 escolas, a cargo de 8 professores. As aulas, em 1942, matricularam 305 alunos, obtendo 201 de frequência média. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, lhe determinaram os seguintes limites municipais: — Com o Ceará — (Município de Mauriti e Aurora), começando no marco n.º 1 (de Bonito de Santa Fé), situado na linha de cumeada da serra do Braga, segue por ela até alcançar o serrote do Ce-

mitério, no lugar Marimbas, onde se estremam os municípios de Aurora (do Ceará) e de Cajazeiras. *Com Cajazeiras*, começando no serrote do Cemitério, no lugar Marimbas, segue pela linha de cumeada formada pelos serrotes dos Gatos, São Bartolomeu e da Doida, que divide as águas dos riachos Caatingueira e Garguelo até alcançar a linha de cumeada da serra do Vital; prossegue por ela e, em seguida, pelos serrotes do Caboclo e do Miranda até a serra de São Bento; transpõe o boqueirão de Piranhas e galga, pela vertente oposta, a linha de cumeada da serra de Santa Catarina; prossegue por ela até o terceiro Pico, onde se estremam os municípios de Sousa e Cajazeiras. *Com Sousa*, começando no terceiro Pico da serra de Santa Catarina, segue pela linha de cumeada do contraforte conhecido pelos nomes de serra Laies, serrote do Saquinho e serrote do Calangro até a garganta das Piabas; daí prossegue pela linha de cumeada da serra de Santa Catarina até o marco n.º 10 (de Sousa), colocado no lugar Serra Verde. *Com Piancó*, começando no marco n.º 10 (de Sousa), no lugar Serra Verde, segue pela linha de cumeada do contraforte da serra de Santa Catarina, formado pelo serrote das Guaribas e serra Chico de Aquino até o marco situado entre as propriedades Josué Roberto e Pedro Gomes; dêste marco, prossegue por outra linha reta até a cachoeira do Elesbão, no riacho do mesmo nome, desce por ele até a sua foz no rio Aguiar e segue em linha reta até o marco n.º 1, situado à margem do rio Aguiar, na fazenda Jenipapeiro. *Com Misericórdia*, começando no marco n.º 1, situado à margem do rio Aguiar, na fazenda Jenipapeiro, sobe por êsse rio até a foz do riacho que fica a 3 200 metros ao norte de Serra Grande; dêste ponto, segue em linha reta até o marco n.º 7 (de Bonito de Santa Fé), colocado na linha de cumeada que separa as águas do riacho da Corda do riacho Verde.

Com Bonito de Santa Fé, começando no marco n.º 7 (de Bonito de Santa Fé), colocado na linha de cumeada que separa as águas do riacho da Corda do riacho Capim Verde, segue em linha reta até o marco n.º 6 (de Bonito de Santa Fé), situado à margem do riacho da Corda; dêste marco, ainda, em linha reta, até o marco n.º 5 (de Bonito de Santa Fé), situado na linha de cumeada que divide as águas do riacho Pascoal e da Corda; prossegue por ela e desce, após, pela vertente, até o marco n.º 4 (de Bonito de Santa Fé), colocado à margem do rio Piranhas, no lugar Boqueirãozinho; sobe por êsse rio até a cachoeira do Cabral, no marco n.º 3 (de Bonito de Santa Fé); dêste marco sobe pela vertente até alcançar a linha de cumeada; prossegue por ela até a Cachoeira de Canoas, atravessa o Boqueirão e galga a vertente oposta da linha de cumeada que separa as águas dos riachos dos Patos e Pinga até o serrote Pinga; dêste pico, segue por uma linha reta que corta o riacho dos Patos e alcança o marco n.º 2 (de Bonito de Santa Fé), situado no antigo cemitério do Braga; afinal por uma linha reta até o marco n.º 1 (de Bonito de Santa Fé), na linha de cumeada da serra do Braga.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Carrapateira, começando no pico do serrote Saquinho, nos limites municipais, segue por uma linha reta até o marco n.º 2, colocado à margem do caminho de tropa de Mangação a Bonfim, no serrote Mangação; prossegue por outra linha reta até a foz do riacho Letreiro, no riacho Bonfim; sobe por aquêle até a sua nascente no divisor de águas do serrote denominado Serrinha; dêste ponto, finalmente, segue por uma reta até atingir o marco n.º 7, entre as propriedades Josué Roberto e Pedro Gomes. *Meio Social* — Não obstante seu afastamento dos centros adiantados e a dificuldade de comunicações, a sede da comuna conta

uma sociedade polida e progressista. *Necessidades locais* — O município precisa de boas estradas, não somente internas como externas, facilitando-lhe as comunicações. Precisa de estabelecimentos de créditos que lhe estimulem a lavoura e o pastoreio, bem como de escolas primárias para a grande população infantil disseminada pelos campos. *Patrimônio municipal* — O inventário procedido em 1941 demonstrou que o patrimônio municipal somava... Cr\$ 187 000,00. *Povoações* — Cacimbas, Picada, Piranha Velha. *Religião* — O município constitui a freguesia de São José, criada em 10 de novembro de 1840, sendo o seu primeiro vigário o Padre Joaquim Ferreira da Silva. *Rendas públicas* — Para o exercício de 1942, orçou a Prefeitura a receita em Cr\$ 82 000,00; arrecadou Cr\$ 54 175,90; fixou a despesa de Cr\$ 104 000,00 e efetuou a de Cr\$ 54 387,70. A Coletoria Federal, no exercício mencionado, teve a receita de Cr\$ 48 914,80. A Coletoria Estadual, em 1941, arrecadou 231:852\$500 e dispendeu..... 142:581\$200. *Sede* — A sede é a cidade de Jatobá, de construção recente, tendo as ruas em xadrez. Estas são em número de 12, formando conjunto com 7 travessas e 2 praças. Na cidade existem: a Prefeitura Municipal, Agência Postal-Telegráfica, Coletorias Federal e Estadual, o Fórum, o Grupo Escolar, Cartório do Registro Civil, criado em 1894, Mercado Público, uma Caixa Rural, Serviço de remoção de Lixo. Está a 500 quilômetros da Capital, a 363 quilômetros de Campina Grande e a 30 de Cajazeiras. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 294 prédios urbanos, 53 suburbanos, 1 990 rurais e a população: urbana, 1 018 habitantes; suburbana, 277; rural, 10 184.

Jendiroba (Voc. ind., nome de uma árvore que produz óleo medicinal) — Povoador do município de Sapé. Conta uma escola pública primária que em 1942, matriculou 69 alunos.

Jenipapo (Voc. ind. *ieni-paba*: fruta que serve para pintar) — Rio; nasce na serra Água Branca do município de Piancó, banha a vila Ibura do referido município e despeja no Piancó.

— Lugarejo do município de Areia, tendo uma escola pública primária que matriculou 68 alunos em 1942.

— Lugarejo do município de Caicara. Sua aula pública, em 1942, matriculou 37 alunos.

Jericó (ex-Caiporas) (V. *Itacambá*).

Junu — Povoação do município de São João do Cariri, cuja aula pública primária, em 1942, matriculou 40 alunos.

Jerimu — Futurosa povoação do município de Patos, nas faldas da Borborema, a 24 quilômetros da sede. É distrito agrícola-pastoril e zona de minérios de valor. Nela funciona uma aula pública primária que em 1942, teve 65 matriculados e a frequência média de 48.

Jitô (Voc. ind., nome de uma árvore)

— Lugarejo do município de Areia. Tem aula pública primária que em 1942, matriculou 35 alunos.

João Pessoa — Principal município do Estado. Ocupa na zona litorânea a área territorial de 809 quilômetros quadrados, com uma população, segundo o Recenseamento de 1940, de 95 386 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 36 866; suburbanas, 44 107; rurais, 13 421, ocupando 8 386 prédios urbanos, 10 540 suburbanos, 4 872 rurais. *Açudes* — Conta o município alguns açudes de apreciável capacidade, como o da Graça, o de Tabu, etc. *Administração* — Politicamente é o município dirigido por um prefeito, de livre escolha e nomeação do Interventor Federal, auxiliado por vários funcionários permanentes. A Justiça é exercida por um Tribunal de Apelação e, como comarca de terceira entrância, três juizes de direito, ocupando as varas existentes, e auxiliados pelos órgãos respectivos. As funções poli-

ciais, tendo como autoridade superior o Chefe de Polícia, cabem a delegados, na Capital, e subdelegados, nas vilas, contando com elementos coercitivos, como a *Fôrça Policial*, a *Guarda Civil*, o *Corpo de Bombeiros* e a *Guarda Noturna*. (V. *Paraíba*.) *Agricultura* — A agricultura é a principal ocupação dos habitantes rurais de João Pessoa. Mesmo a que habita a orla marítima, divide sua atividade entre a pesca e o amanho do campo. Predominam ainda velhos métodos: a derribada das matas, as queimadas, sendo instrumentos principais a enxada e a foice. Cultivam a mandioca, milho, feijão, batata doce, abóboras ou jerimum, hortaliças, a pomo-cultura como a banana, a laranja, a manga, o abacate, o sapoti, a jaca, etc., escoando-se as frutas, em maioria, para mercados de Pernambuco. *Aspecto físico* — O município conta terrenos planos e arenosos na orla marítima; vastas extensões cobertas de algumas matas ou capoeirões, e, à semelhança da zona brejosa, de colinas, de vales fertilizados por muitos regatos. À beira-mar, erguem-se extensas barreiras. (V. *Costa da Paraíba*.) *Assistência social* — Notável desenvolvimento, apresenta a assistência social na cidade de João Pessoa, onde se encontram funcionando: o Asilo de Mendicidade “Carneiro da Cunha”, fundado pela Loja Maçônica “Regeneração do Norte”; Instituto de Proteção e Assistência à Infância, instituição particular subvencionada pelo País e pelo Estado, mantendo uma Maternidade e a Casa de Saúde “São Vicente de Paulo”; Orfanato “D. Ulrico”, também auxiliado pelo governo e fundação particular; Abrigo de Menores “Jesus de Nazaré”, fundado pelo governo do Dr. Argemiro de Figueiredo; Assistência Municipal e Hospital de Pronto Socorro, mantidos pela Prefeitura; Hospital Colônia de alienados “Juliano Moreira”, Manicômio Judiciário; Maternidade “Darci Vargas”, fundação do governo do Dr. Rui Carneiro; hospitais de Santa Isabel manti-

dos pela Santa Casa de Misericórdia, fundada no século XVII por Duarte Gomes da Silveira; o asilo “Bom Pastor”, hospital da *Fôrça Pública*, Enfermaria do Exército. A *Directoria Geral da Saúde Pública*, com diversas seções, mantém uma cozinha dietética e orienta o hospital-colônia, leprosário, “Getúlio Vargas”, estabelecimento que se completa com o *Preventório Eunice Weaver*, instituição particular. Entre as realizações particulares, se contam as casas de saúde “Newton Lacerda”, “São Cristóvão” e “Frei Martinho”. Várias corporações religiosas prestam valiosos serviços às classes pobres, como a sociedade São Vicente de Paulo, e o Instituto São José. *Clima* — É quente e úmido o clima do município. A temperatura sobe, às vezes, a 34°C à sombra, no período das chuvas, de março a agosto, desce até 18°C. Geralmente é salubre; o paludismo, porém, durante o inverno, acomete a população rural dos lugares úmidos. *Comércio* — O movimento da praça de João Pessoa vai diminuindo à proporção que se tornam mais fáceis e cómodas as comunicações dêste, e dos municípios do interior com a praça do Recife. Não obstante, conta algumas casas exportadoras e várias outras no gênero de estibas, de fazendas ou tecidos, etc., que importam do País ou do estrangeiro, artigos de modas, ferragens, quinquilharias, maquinismos, louças, vidros, vinhos, drogas, etc. *Etnografia* — Foram os tabajaras os primitivos habitantes, no tempo da conquista habitando a região da margem direita do baixo do Paraíba. A estes se juntaram portugueses e naturais de Pernambuco. Em seguida, holandeses, franceses, ingleses, judeus, espanhóis, italianos e não pequena parcela de africanos. *Distritos* — Conta os da sede, Cabedelo, Alhandra, Jacoca e Pitimbu. *Demografia* — Durante o ano de 1942 verificaram-se no município de João Pessoa 642 casamentos, 3 047 nascimentos, 164 natimortos, 2 205 óbitos, destes, 769 de 0

a 1 ano de idade. Segundo o Departamento Estadual de Estatística, o coeficiente por 1 000 habitantes é 28,41; casamentos 4,24; óbitos, 32,89. Subordinado à Diretoria Geral de Saúde Pública, o Centro de Saúde, na Capital, durante o ano de 1942, teve o seguinte movimento: carteiras de saúde expedidas, 1 203; carteiras de saúde revalidadas, 783; investigações diárias, 528. *Higiene da criança*: Seção pré-natal matrículas, 960; atendidos 11 405; lactentes: matrículas, 1 429; atendidos, 28 349. Cozinha Dietética: Inspeção, 280; atendidos, 105 928; litros de leite gastos, 85 217. *Seção pré-escolar*: matrículas 686; atendidos 11 245. *Clínica Dentária*: consultas, 2 063. *Profilaxia da Tuberculose*: matrículas, 622; atendidos, 38 721. *Profilaxia da sífilis e doenças venéreas*: matrícula, 1 538; atendidos, 90 706, curativos 33 192. *Dispensário noturno anti-venéreo* (para homens): consultas 1 984; curativos 30 011. *Profilaxia da lepra* (dispensário): matrícula 1 822; atendidos, 23 597; curativos, 9 157. *Profilaxia de endemias rurais*: matrículas 2 923; atendidos 8 641; medicados contra o paludismo, 2 685; medicados contra verminose, 8 963. Além disto procedeu a 42 123 visitas domiciliares. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Conta o município centenas de propriedades agrícolas e várias pastoris. De todas a mais importante, por sua feição educativa, é a Fazenda São Rafael, pertencente ao Estado, situada a três quilômetros da Capital. Nela, com a horticultura, se desenvolve a criação de aves e certo animais domésticos. *Fauna e flora* — Muito variada era a fauna do município, hoje bem reduzida, com algumas espécies quase extintas, devido à perseguição contínua dos homens. Raros são agora os veados, as pacas, os quatis, as cutias, as capivaras, as lontras, os tamanduás e outras espécies de animais venatórios que se refugiam, agora, nos tremedais ou nos remanescentes das matas seculares, existentes ao sul do município. Há variedades

de insetos, de pássaros de adorno e pombos silvestres. Toda a região, coberta de matas, foi em grande parte devastada, não pelas queimadas para as lavouras, mas para alimentar caldeiras de usinas, de locomóveis, deste e do vizinho Estado do sul. Nas matas existentes se encontram boas espécies para construções, marcenaria, carpintaria, tinturaria. Nos tabuleiros crescem espontaneamente as mangabeiras que, além do fruto muito apreciado, produzem látex empregado na obtenção da borracha. Abundantes são os cajueiros e as maçarandubas, de fruto muito apreciado. *Hidrografia* — Todo o município é regado de riachos, córregos, e arroios perenes, de vários rios, todos tributários do Atlântico. Os principais são: Abiá, Aratu, Cabelo, que banha o povoado da Penha, Camorupim, Carapebu, Goiana, em sua margem esquerda, Gramame, navegável, Graú, Guruji, Jacarapé, Jaguaribe, Paratibe, formado pelo Mangabeira e Cuiá, Parnamirim, Pitanga e Pitanguinha nos limites sul, e Pitimbu que corta a vila deste nome. Lagoas principais: Boqueirão ou Tabu e Tio-Vira, que alimentam o Abiá e são abundantes em camarões e juncos para esteiras. Perto da Capital está a Lagoa Grande, nascente do Jaguaribe. *História* — O território do município era, primitivamente, habitado pelos caetés, que foram expulsos pelos tabajaras, vindos do interior, estes ergueram suas aldeias a partir da margem esquerda do Paraíba, para o sul. Depois de vários anos de lutas com os portugueses, aliam-se a estes, por meio de um tratado de paz e amizade, celebrado pelo escrivão da Câmara de Olinda, João Tavares e o chefe tabajara Pirajibe, à margem direita do Sanhauá, no dia 5 de agosto de 1585. Em 29 de outubro daquele ano, o ouvidor-geral Martin Leitão chegou ao local onde João Tavares o ficara aguardando, trazendo 30 famílias, animais domésticos, etc. e no dia 4 de novembro do ano referido iniciou a fun-

dação da cidade começando as primeiras edificações no local onde hoje se ergue o Colégio de N. S.^a das Neves. Querendo, ao mesmo tempo, homenagear N. S.^a das Neves e Filipe, rei de Espanha, denominou à nascente metrópole da capitania da Paraíba — Filipéia de N. S.^a das Neves. A cidade prosperou, depois que pôde indenizar ao comércio de Olinda o preço de sua conquista. Na segunda década do século XVII, era considerada a terceira do Brasil. Sua dependência, porém, à capitania de Pernambuco, o pouco interesse de alguns dos seus capitães-mores e, por fim, a dominação holandesa que se positivou em 24 de dezembro de 1634, levaram-na à decadência. Os batavos mudaram-lhe o nome para Frederickstadt e, depois da Restauração passou a chamar-se simplesmente *Paraíba*. Com a Independência, adquiriu os fôros de capital da Província da Paraíba do Norte, conservando o nome — *Paraíba* até quando o Decreto n.º 700, de 4 de setembro de 1930, o substituiu pelo de João Pessoa, lembrando o Presidente do Estado, morto no Recife por inimigos políticos. Centro revolucionário em 1930, nela se instalou o Governo Revolucionário do Norte do Brasil, sob a presidência do Dr. José Américo de Almeida. *Homens notáveis* — Na cidade de João Pessoa, outrora Paraíba, nasceram: Vidal de Negreiros, o herói da Restauração; Feliciano Quaresma Dourado, diplomata; José Peregrino de Carvalho, mártir de 1817; Maciel Pinheiro, magistrado, jornalista e republicano; Padre João Francisco de Azevedo, inventor da máquina de escrever comercial; Eliseu César, poeta, jornalista e orador; José Manuel dos Anjos, poeta e orador; Randolfo Magalhães, professor e publicista; Sabino Magalhães, poeta; Jäder de Carvalho, militar e escritor; Teodomiro Ferreira Neves Júnior, professor, poeta e jornalista; Dr. Cordeiro Júnior, médico militar, poeta e jornalista; políticos como os Padres Leonardo A. Meira Henri-

ques e Lindolfo Correia, jornalista e agitador, Antônio Borges da Fonseca; jurista, professor e orador, Antônio Alfredo da Gama e Melo; intelectual, Caetano Filgueiras; o sábio, tenente-coronel Dr. Francisco Antônio Carneiro da Cunha. *Indústria* — Com o aumento de sua população, vai a cidade de João Pessoa se desenvolvendo industrialmente; deixando à margem os pequenos estabelecimentos, se enumeram: uma usina de óleo de caroço de algodão que em 1941 produziu 104 890 kg, no valor de 3 184:698\$570; três fábricas de vinhos de frutas com a produção de 601 000 l, no valor de 1 323:000\$000; uma fábrica de cimento, que exportou, em 1941, 50 107,454 kg de cimento, na importância de 17 065:600\$000, e em 1942 vendeu 42 902 280 kg no valor 19 326:000\$600. Há várias prensas para enfardamento de algodão, sendo animada a produção de sal. A indústria de fumo conta uma grande fábrica de cigarros que vendeu, em 1941, somente dentro do Estado, 95 475 mil milheiros de cigarros, valendo 2 195:838\$000. *Instrução* — Excetuando-se o Seminário Arquiepiscopal, que ministra instrução religiosa superior, conta o município, somente, estabelecimentos de instrução primária, secundária e profissional. A primeira é ministrada em 8 grupos escolares, e 189 escolas primárias, a cargo de 800 professores. Ditas escolas matricularam, em 1942, segundo dados fornecidos pelo Departamento de Estatística, 13 125 alunos, obtendo 9 343 de frequência média. Dos educandários de ensino secundário, destaca-se o Colégio Paraibano, antigo Liceu Paraibano, equiparado ao Pedro II, mantido pelo Estado, tendo 50 professores na docência. Sua matrícula, em 1942, atingiu 1 103 alunos de ambos os sexos. Em segundo lugar se coloca o Colégio Diocesano "Pio X", a cargo de Irmãos Maristas. É também equiparado e conta uma matrícula superior a 300 alunos. Para o sexo feminino existe o colégio Nossa Senhora das Neves, equiparado,

com fiscalização federal, mantendo cursos primário, colegial e comercial, subindo sua matrícula a 350 alunas. Seguem o colégio das Lourdinas e o da Sagrada Família, cabendo a religiosas o ensino nestes três últimos estabelecimentos. A instrução profissional é dada: na Escola Industrial, antiga Escola de Aprendizizes Artífices, que anualmente conta uns 300 matriculados; e em quatro escolas de comércio, oficializadas.

Limites — Os Decretos-leis ns. 1164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites municipais: — *Com o Oceano Atlântico*, começando no ponto da linha, de limites das águas territoriais, em frente à barra do Paraíba, prossegue em direção ao sul até defrontar a barra do rio Goiana.

Com Pernambuco — (*Município de Goiana*), começando nos limites das águas territoriais, em frente à barra do rio Goiana, vai ter a essa barra e sobe pelo rio Goiana até o pôrto de Miramar.

Com Maguari, começando no pôrto de Miramar, prossegue em linha reta até a ponte sobre o rio Popoca, na estrada Alhandra-Camocim; continua por esse rio até sua foz, no rio Abiaí; sobe pelo referido rio Abiaí até sua nascente; daí, segue em linha reta até o marco n.º 3, situado na propriedade Várzea Cercada, de onde prossegue em linha reta até a foz do riacho Camacho, no Imbiribeira, nos limites de Maguari com Santa Rita.

Com Santa Rita, começando na foz do riacho Camacho, no Imbiribeira, sobe pelo referido riacho Camacho até sua nascente; daí, em linha reta, vai ter à nascente do rio Marés, pelo qual continua até sua foz, no rio Sanhauá; desce por este até o marco n.º 2 (de Santa Rita), situado à sua margem esquerda, na segunda curva; deste marco, em linha reta até o marco n.º 1 (de Santa Rita), situado à margem esquerda do rio Sanhauá, na primeira curva; deste ponto, segue pela margem esquer-

da do rio Sanhauá até a sua confluência com o rio Paraíba; prossegue pela margem esquerda deste rio até a sua foz, no Oceano Atlântico.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distritos da Sede com Jacocã, começando na ponte sobre o rio Gramame, na estrada de rodagem João Pessoa — Recife, desce por este rio até sua foz e daí continua em linha reta aos limites das águas territoriais.

Distrito de Jacoca com Alhandra, começando na foz do riacho Acais, no Abiaí, sobe por este riacho até seu cruzamento com a estrada João Pessoa-Recife; daí continua pela referida estrada até a ponte sobre o rio Gramame.

Distrito da Sede com Cabedelo, começando na foz do rio Mandacaru, no Paraíba, sobe pelo referido Mandacaru até seu canal de ligação com o Jaguaribe, pelo qual desce até sua foz.

Distrito de Pitimbu com Alhandra, começando no ponto em que o rio Acais corta a estrada João Pessoa a Recife, prossegue pelo referido rio Acais até a sua foz, no rio Abiaí, pelo qual continua, descendo até defrontar a foz do riacho Camocim.

Distrito de Pitimbu com Jacoca, começando no ponto em que o rio Acais corta a estrada João Pessoa a Recife, prossegue em linha reta até a nascente do rio Graú, pelo qual desce até a sua foz, no Oceano Atlântico.

Meio social — O meio social, principalmente o da sede, não é inferior aos dos centros progressistas do País. As culturas artística, recreativa, literária, científica, esportiva estão assinaladas nas sociedades existentes, contando algumas mais de meio século de ininterrupto funcionamento. Quanto a usos e costumes, não difere das outras grandes cidades do Nordeste brasileiro.

Portos — O principal pôrto do município é o de Cabedelo (*V. Cabedelo*). Seguem

os de menor movimento: Abiá, Angelim, Caixas e Cal, ambos formados pelo Goiana; Gramame, Paratibe, Penha, Parnamirim, Pitimbu, Pitanga, Pitanguinha, Tabatinga todos, exceção do penúltimo e antepenúltimo na margem esquerda do Goiana, formados pelo oceano Atlântico. Servindo a Capital está o porto de João Pessoa (V. *Sanhauá*). *Povoações* — Além das vilas, sedes de distritos, conta o município várias povoações, em maioria a margem do oceano, sendo as principais: Abiá, Acais, Auaú, Barra de Gramame, Bessa, Enseada, Formosa ou Praia Formosa, Gramame, Jacaré, Jacumã, Mangabeira, Mata Redonda, Muçu-Magro, Penhã, Poço, Ponta de Coqueiros, Ponta de Matos, Tabu, Taquara. *Religião* — O Espiritismo, o Isoterismo contam núcleos de praticantes; o Cristianismo ou Evangelismo reúne apreciável número de adeptos, contando uma dúzia de templos, a maioria na Capital. A Maçonaria é representada por uma Grande Loja e quatro lojas, rito escocês antigo, que a compõe, destacando-se a Loja "Branca Dias" e a "Regeneração do Norte". A religião dominante, porém, é a Católica Apostólica Romana, tendo na Capital, a sede do Arcebispado, que compreende a Paraíba e o Rio Grande do Norte. O Município está dividido em seis freguesias: N. S.^a das Neves, N. S.^a de Lourdes, N. S.^a do Rosário, curato, todas na Capital; N. S.^a da Assunção, em Alhandra; N. S.^a da Conceição, em Jacoca e N. S.^a da Penha de França, em Taquara. Para o ofício divino conta belos templos, alguns verdadeiras obras-primas de arquitetura sacra. Em 1942 na matriz de N. S.^a das Neves, se registraram 981 batizados, 177 casamentos, 169 confissões a enfermos e 78 307 comunhões; na matriz de Lourdes: 546 batizados, 106 casamentos, 182 confissões a enfermos e 103 048 comunhões; no Curato do Rosário; 1 367 batizados, 163 casamentos, 398 confissões a enfermos e 127 257 comunhões; na matriz de

Alhandra: 105 batizados, 12 confissões de enfermos e 508 comunhões; na matriz de Jacoca, antiga Conde: 222 batizados, 21 casamentos, 23 confissões a enfermos e 2 103 comunhões; na matriz de Taquara; 159 batizados, 15 casamentos, 16 confissões a enfermos e 1 234 comunhões. *Rendas públicas* — Para o exercício de 1942, orçou o município sua receita em Cr\$ 2 200 000,00; arrecadou Cr\$ 2 355 051,20; fixou a despesa de Cr\$ 2 250 000,00 e efetuou a de Cr\$ 2 330 283,50. A Coletoria Federal, situada no bairro Cruz das Armas, teve a receita de Cr\$ 1 762 659,40, em igual exercício. A Recebedoria de Rendas, em 1941, teve a receita de 6 355:666\$150 e a despesa de 111:554\$400. *Riquezas Naturais*: O município possui as mais abundantes jazidas de calcário; no Cabo Branco e barreiras marginais do oceano se encontram minérios de valor, entre os quais os empregados na fabricação de tintas, de sapólios, etc. As matas existentes fornecem excelente madeira para construção, naval ou terrestre, para marcenaria, para extração de tintas. *Sede* — A sede do município, a Capital do Estado, é a cidade de João Pessoa, outrora Paraíba, situada segundo os trabalhos da comissão Pimenta da Cunha, em 1922, na lat. S. 7°-06'-57,36" e na long. E. do Rio de Janeiro, 8°-20'-8,85" no lado oeste da Catedral. A cidade se divide em alta, média e baixa, pois se distende do sopé para o alto da colina que, em semicírculo, margeia a parte oriental do rio Sanhauá. De sua feição colonial, pouco resta, não somente devido às remodelações, como ao seu desenvolvimento, que se processa no planalto e avança para o litoral. A monografia do topógrafo-arquiteto Vicente Gomes Jardim, publicada em 1889, registrava, na então cidade da Paraíba, 2 bairros, 62 ruas, 20 praças e 16 travessas. Atualmente conta a Capital 125 ruas, 32 travessas, 26 praças arborizadas todas, e, em maioria, ajardinadas, 6 la-deiras, 2 parques e 13 arrabaldes. Sua

população, segundo o Recenseamento de 1940, é de 75 384 habitantes, distribuídos: zona urbana, 31 896 habitantes; suburbana, 40 067; rural, 3 044, ocupando 6 522 prédios urbanos, 9 638 suburbanos e 990 rurais. Dista a cidade 6 quilômetros do pôrto marítimo de Tambaú e 19 do de Cabedelo. Dos edificios se destacam, na cidade Alta, Arquivo Público, Asilo Bom Pastor, Abrigo de crianças "Jesus de Nazaré", Asilo de Mendicidade, Assistência Municipal, Agências Postais, Biblioteca Pública, Chefatura de Polícia, Colégio Paraibano, Colônia Juliano Moreira, Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, Diretoria de Educação, Diretoria de Saúde Pública, Escola Industrial, Grupos Escolares, Hospitais da Santa Casa de Misericórdia e o Pronto Socorro, Imprensa Oficial, Instituto de Proteção e Assistência à Infância, Laboratório Bromatológico, Manicômio Judiciário, Maternidade Darci Vargas, Mercado Tambiá, Oficinas do Serviço de Tração e Luz, Orfanato "D. Ulrico", Palácio da Redenção, Prefeitura Municipal, Quartel dos Bombeiros, Quartel da Guarda Civil, Quartel da Fôrça Federal, Quartel do 8º Reg. de Art., Rádio Tabajara, PRI 4, Registro Civil, Secretaria do Interior e Justiça, Seção de Recrutamento, Serviço de abastecimento de água, Serviço Contra a Tuberculose e Tribunal de Apelação. Na cidade média e na baixa: Agência do Banco do Brasil, Banco do Povo, Alfândega, Associação Comercial, Banco Meireles, Banco Comercial, Banco da Paraíba, Banco dos Proprietários, Capitania dos Portos, Casa de Detenção, Correios e Telégrafos, Delegacia do Impôsto sôbre a Renda, Diretoria dos Serviços Elétricos, Diretoria de Obras Públicas, Estação da "Great Western", Grupo Escolar Antônio Pessoa, Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, Inspetoria das Obras do Pôrto, Junta Comercial, Mercado Beaurepaire Rohan e Mercado do Pôrto, Quartel da Fôrça Pública, Recebedoria de Rendas, Repartição de Geografia e Estatística,

Secretaria da Agricultura, Secretaria da Fazenda, Teatro Santa Rosa, Templos católicos: conventos São Bento, do Carmo, de Santo Antônio com a ordem terceira de São Francisco, São Frei Pedro Gonçalves e do Rosário; Igrejas: Conceição, Bonfim, N. S.^a de Lourdes, N. S.^a das Neves, Mãe dos Homens, N. S.^a das Mercês, São José, São Gonçalo e São Sebastião. Os evangelistas contam cinco templos. A cidade é iluminada a luz elétrica e possui regular serviço de transportes urbanos, feitos por auto-ônibus e bondes, além de uns cento e cinqüenta carros de praça. Os viajantes dispõem de vários hotéis, sendo os principais o Paraíba Hotel, na cidade alta e o Globo, na cidade baixa. Nesta se localizam os estabelecimentos comerciais mais importantes, as casas bancárias, as agências de vapôres e de companhias de Seguros, despachantes, leiloeiros, casas de moda, etc. Por via férrea se comunica com Cabedelo, Recife e Natal e várias cidades do interior. Em João Pessoa começa a rodovia-tronco que atravessa todo o Estado, internando-se no do Ceará.

Jófil — Antiga *Pocinhos*. Florescente vila do município de Campina Grande, situada no Cariri, entre penedos, cortada pela antiga estrada do sertão. Começou a progredir a partir de 1912. É iluminada a luz elétrica, servida por Agência Postal-Telefônica, conta uma casa de caridade fundada pelo Padre Ibiapina, um hospital ou casa de saúde, esforço do vigário local, boa feira semanalmente e duas aulas públicas primárias que, em 1942 matricularam 105 alunos, tendo 95 de freqüência média. É freguesia de N. S.^a da Conceição criada em 1908. Seu clima é quente e sêco no verão, porém ameno na época das chuvas. A propósito do centenário de nascimento do escritor, jornalista, historiador, e político Irineu Jófil, nascido no distrito, em 15 de novembro de 1843, mudaram o antigo nome, Pocinhos, para

Jófil. A vila tem importância social, comercial e histórica. O referido escritor, num dos seus trabalhos, referiu o seguinte caso, de que foi testemunha ocular, ainda criança: — “Batidos em Areia, os rebeldes da revolução praieira, fugiram para o interior da Paraíba. Chegaram a Pocinhos vários grupos, e ali os chefes Borges da Fonseca, Santos Leal e outros, dispersaram seus soldados e fugiram disfarçados em vaqueiros. Mais tarde, em 1874 (ainda é narração de Irineu), num dia de domingo, por ocasião da missa, entrou na cidade um destacamento comandado pelo capitão Pirajibe, que andava em perseguição aos Quebra-Quilos. Postou sentinelas às portas do templo, formou sua tropa em círculo no pátio da igreja e para êste mandou entrar os homens válidos que assistiam à missa e sem qualquer indagação, algemou-os e os conduziu como implicados na sedição”. A vila, segundo o Recenseamento de 1940, conta 162 prédios urbanos, 64 suburbanos, 1566 rurais, e a população: urbana, 521 habitantes; suburbana, 234; rural, 7 800.

Juá (Voc. ind., corr. de *ju-ã*: fruto de espinhos) — Povoado do município de Guarabira; tem aula pública primária; esta, em 1942, matriculou 49 alunos, resultou 32 de média de freqüência.

— Povoado do município de Alagoa Nova. Sua escola pública matriculou 44 alunos, em 1942.

— Povoado do município de Umbuzeiro. A matrícula de sua escola pública primária, em 1942, foi de 30 alunos.

Juarez Távora — Vila do município de Alagoa Grande, quase nos limites do município de Ingá, distando da sede para S. E. 25 quilômetros. É situada em terrenos secos, escassos de água potável, produzindo, porém, muito algodão. É sede de distrito, tem uma capela de regular construção e realiza, semanalmente, boa feira. Começa a florescer e conta três aulas públicas primárias que, no ano de 1942, matricularam 117

alunos, obtendo 110 de freqüência média. Tinha o nome de Água Doce, mudado para o atual, após a revolução de 1930. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, deu-lhe a categoria de vila. O Recenseamento de 1940, verificou: 122 prédios urbanos, 36 suburbanos, 381 rurais e a população: urbana, 469 habitantes; suburbana, 139; rural, 2 015.

Juazeirinho — Ex-cidade e atual vila do município de Ibiapinópolis, categoria dada pelo Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938. É mais próspera e populosa do que a atual sede do município (*V. Ibiapinópolis*). Está no cruzamento de várias estradas do interior da Paraíba, sendo notável o movimento de passageiros que diariamente se distribuem por seus hotéis. É bem situada e de agradável edificação, tendo ao pé um açude que a abastece. Na cidade, que é iluminada a luz elétrica, funcionam Agência Postal-Telegráfica, mercado público, uma aula primária que matriculou 82 alunos, em 1942. Está edificada em terrenos da antiga fazenda Juazeiro, no ponto, outrora, de pouso de tropeiros, onde o engenheiro José Ávila Lins plantou o abarracamento dos trabalhadores, quando construía um trecho da rodovia que passa pela cidade. Desenvolveu-se rapidamente. O governo do Estado para ela transferiu a sede do município. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe o nome Juazeiro para Juazeirinho, e transferiu dali a sede do município para Ibiapinópolis. Conta Juazeirinho 3 ruas, 2 ladeiras, 2 praças, arrolando-lhe o Recenseamento de 1940 a população urbana de 1 991 habitantes, suburbana, 35, rural, 6 282, ocupando 590 prédios urbanos, 5 suburbanos e 1 271 rurais.

Jucá (Voc. ind., *juçá*: matar). Vila de Piancó (*V. Catingueira*).

— Serra nos limites de Campina Grande e Alagoa Grande.

Junco — Povoação do município de Sabuji fundada em 1931 pelos irmãos Balduino Guedes e Dr. Ageu de Castro, Francisco Cabral de Oliveira, Gerônimo Nobrega, e os Irmãos Coelho. Está sobre a Borborema e conta 94 prédios urbanos e uma aula pública que, em 1942, matriculou 51 alunos. Sua capela é filial da matriz de Taperoá. Realiza uma feira aos domingos e dista da sede 36 quilômetros.

Jurema (Voc. ind., *tu-remá*: árvore espinhosa e de líquido mal cheiroso. Há duas espécies: uma que produz madeira aromática e excelente para a marcenaria; a outra de que se extrai o célebre licor). Povoado do município de Areia. É servido por uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 42 alunos.

L

Lagoa da Mata — Povoado do município de Araruna. Foi 60, o número de matriculados em sua aula pública, em 1942.

— Povoado do município de Areia. Possui aula pública primária que matriculou 33 alunos em 1942.

Lagoa da Telha — Local do município de Campina Grande onde se encontram cavernas abundantes em fósseis.

— Povoado do município de Guarabira. Tem aula pública primária que registrou 54 matriculados em 1942.

Lagoa de Cima — Fazenda do município de Cabaceiras, propriedade do Dr. Pedro Tavares de Melo que, com o auxílio da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, construiu o açude que tem o nome da referida propriedade, reservatório com a capacidade de..... 7 065 040 metros cúbicos.

Lagoa de Dentro — Povoação do município de Caçara. É promissora, conta uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 85 alunos, resultando 52 de frequência média.

Lagoa de Pedra — Povoado do município de Esperança. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 49 alunos.

Lagoa de Roça — (V. *Aldeia Velha*.)

Lagoa do Barro — Povoado do município de areia. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 37 alunos.

Lagoa do Jucá — Povoado do município de Umbuzeiro. Sua escola primária, matriculou 48 alunos em 1942, tendo a frequência média de 35.

Lagoa do Perpiri — Antigo nome de Monteiro.

Lagoa do Remigio — (V. *Remigio*.)

Lagoa do Sapo — Lugarejo do município de Esperança. Sua aula primária matriculou 39 alunos em 1942, tendo 31 de frequência média.

Lagoa dos Cavalos — Lugarejo do município de Esperança. Em 1942, sua aula pública primária matriculou 60 alunos.

Lagoa dos Marcos — Lugarejo do município de Umbuzeiro. Conta escola primária mista que, em 1942, matriculou 46 alunos, tendo a frequência média de 38.

Lagoa Grande — Agregado de casas à margem da rodovia João Pessoa — Recife, tendo duas escolas públicas primárias que, em 1942, matricularam 102 alunos. Dista da Capital, aproximadamente, 6 quilômetros. O nome vem de uma lagoa do distrito, da qual nasce o Jaguaribe.

Lagoa Salgada — Na estação chuvosa, no distrito de Jofili, município de Campina Grande, com a profundidade de pouco mais de metro, estende-se por vários quilômetros, a Lagoa Salgada, servindo de nascente dos rios Araçaji, Curimataú, Mamanguape, Santa Rosa e Bodocongó. O terreno arenoso, permeável, não permite se conservarem as águas por mais de seis meses.

Lagoa Sêca — (V. *Ipauarana*.)

— Nome de um lugarejo do município de Misericórdia, que conta uma escola pública primária.

Lagoa Verde — Lugarejo do município de Esperança. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 46 alunos.

Lajedão — Povoado do município de Esperança. Tem uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 37 alunos.

Lapa — Povoado do município de Campina Grande, servido por uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 48 alunos.

Laranjeiras — (V. *Alagoa Nova*.)

— Lugarejo do município de Mamanguape.

Lastro — Povoação do município de Sousa fundada em 1857 pelo Padre José Antônio Sarmiento. Está no centro de um distrito que cultivava algodão cana-de-açúcar e cereais, tendo engenhos para o fabrico de rapaduras; conta uma capela e uma aula pública mista.

Lauro Müller — Nome de uma estação da "Great Western", no município de Taboiana. Representa uma homenagem ao então Ministro de Viação e Obras Públicas que aprovou e contratou o prolongamento da ferrovia até Timbaúba, do Estado de Pernambuco.

Ledo — Povoação do município de Cabaceiras elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938. Fica à margem do rio Santa Rosa, tributário do Taperoá. Conta aula pública primária e uma igreja sob a invocação do Senhor Bom Jesus dos Martírios. Tem algum trato comercial e realiza, semanalmente, uma feira. Na sua capela existem quadros de algum valor artístico pintados pelo mestre Azevedo, irmão do inventor da máquina de escrever, Padre Francisco João de Azevedo. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe o antigo nome, Boa Vista, para o atual. O Re-

censeamento de 1940 computou-lhe: 119 prédios urbanos, 42 suburbanos, 403 rurais, e a população: urbana, 363 habitantes; suburbana, 177; rural, 2 029.

Leitão — Povoado do município de Umbuzeiro.

Ligeiro — Povoado do município de São João do Cariri; tem escola pública primária, que matriculou 42 alunos, em 1942.

Lindaflor — Povoado do município de Taboiana. Conta uma aula pública primária; esta registrou 47 matriculados, em 1942, com a frequência média de 37.

Lindolfo — Povoado do município de Bananeiras, cuja aula pública primária matriculou, em 1942, 50 alunos.

Livramento — (V. *Gargau*.)

— Povoação do município de Batalhão (V. *Sarapó*).

Logrador — Lugarejo do município de Esperança. Conta uma escola pública primária, com a matrícula de 61 alunos, em 1942.

Logradouro — (Em linguagem sertaneja designa os lugares nos latifúndios das fazendas, onde a pastagem é mais abundante, servindo para nêles se recolher o gado nos tempos de seca). Agregado de casas à margem da estrada velha de Ingá a Campina Grande.

— Povoado do município de Caçara, ao pé da estação ferroviária, contando uma usina para beneficiar algodão e uma aula pública que matriculou 71 alunos, em 1942.

Loreto — Lagoa nos limites dos municípios Patos, Piancó e Pombal.

Lucena — Vila pertencente ao município de Santa Rita, à margem do Atlântico, na enseada que lhe dá o nome, a qual apesar de uns 7 metros de água de profundidade só oferece abrigo seguro às embarcações quando os ventos sopram do S. S. O. e S. S. E. Com estes ventos as embarcações à vela que

ali se abrigam para demandar a barra do rio Paraíba, que lhe fica a três milhas, aproximadamente, têm de experimentar forte correnteza. É localidade antiga. Nela aportavam caravelas francesas traficando pau-brasil com os potiguaras. Por ali seguiram os portugueses para Baía da Traição e já em 1596 o governo da Capitania fazia doação de terras aos frades beneditinos, no rio Miriri, 5 quilômetros ao N. de Lucena. Nesta fez o exército holandês um desembarque, na segunda tentativa para conquistar a Paraíba, sendo repellido. O nome lhe veio de um dos primeiros moradores, cuja profissão era transportar passageiros, do pontal para a outra margem do Paraíba. A localidade chegou a florescer muito, já por sua costa muito piscosa, já por estar no centro de extenso coqueiral e de terrenos férteis, regados por abundantes mananciais, produzindo cereais, legumes e frutas. Depois decaiu, faltando-lhe uma rodovia para mais facilmente se comunicar com a Capital. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938 restituiu-lhe a categoria de Vila. Possui templo católico, igreja protestante e escola pública primária. A vila tem aspecto pitoresco, pois a casaria se abriga à sombra de vigoroso coqueiral. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 262 prédios urbanos, 734 rurais e a população urbana, 665 habitantes; rural, 1932. Possui prédios de boa construção e vários estabelecimentos comerciais. Lucena é o lugar de nascimento do inspirado e saudoso poeta Américo Falcão. Também foi berço do poeta, patriota de 1817, Antônio Elias Pessoa e do seu neto, o professor e poeta de igual nome.

Luiz Gomes — Ramificação da Borborema, separando o Estado do Rio Grande do Norte do município paraibano de Antenor Navarro. É serra de terrenos fertilíssimos e bem cultivados, tendo a direção de E. a O.

M

Macaco — Arrabalde da Capital do Estado, regado pelo Jaguaribe. Este, devido a devastação das matas, reduziu-se a um riacho. Em sua margem ocidental perfuraram os poços de captação de água para abastecimento da cidade de João Pessoa. O serviço adquiriu também o sítio Cumbe, utilizando-se de suas vertentes, tributárias do aludido Jaguaribe, onde também perfurou cacimbões, estabelecendo a usina, tendo o local, o nome Buraquinho.

— Nome de um riacho do município de Ibiapinópolis. Tem também a denominação Quixodí e alimenta o açude assim chamado. Com o Cachoeirinha e o Gravatá, formam o rio Faustino, afluente do Paraíba.

Macaíba (Voc. ind., corr. de *baca-iba*: árvore dos côcos; é uma palmeira) — Povoado do município de Areia. Tem aula pública primária que matriculou 50 alunos, em 1942.

Macapá (Voc. ind.: corte de macabas) — Açude público do município de Princesa Isabel, construído pela Inspetoria Federal de Obras contra as Secas. Sua capacidade é de 600 000 metros cúbicos.

— Nome de um povoado do município de Araruna. Nêle funciona uma aula pública primária, cuja matrícula, em 1942, somou 42 alunos.

Maçaranduba (Voc. ind., nome de uma sapotácea) — Povoado do município de Caiçara. Conta aula pública primária que em 1942 matriculou 54 alunos, tendo 34 de frequência média.

— Povoado do município de Campina Grande, elevado a vila pelo Decreto-lei n.º 1164 de 15 de novembro de 1938. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe o antigo nome — Maçaranduba — para *Maçarandiba*, hoje nome oficial. Tem aula pública primária, com a matrícula, em 1942, de 37 alunos. O Recenseamento de

1940, arrolou-lhe: 65 prédios urbanos, 32 suburbanos, 2 276 rurais e a população: urbana, 221 habitantes; suburbana, 103; rural, 11 362.

Maciel — Futurosa povoação do município de Guarabira; conta duas aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 91 alunos.

Mãe-d'água — Cargantas formadas por diversas seções da Borborema, no município de Teixeira, nas quais se origina o rio Cruz, afluente do Pinharas.

— Povoação do município do Teixeira, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. É futura e de recente fundação. Realiza uma feira semanalmente e tem aula pública primária. O Recenseamento de 1940 encontrou-lhe 43 prédios urbanos, 21 suburbanos, 878 rurais e a população: urbana, 68 habitantes; suburbana, 91; rural, 3 588.

— Povoado do município de Sousa. Sua aula pública, em 1942, matriculou 44 alunos.

Maguari (Voc. ind., nome de uma ave pernaltá) — Município ao S. O. do Estado limitando-se com o Estado de Pernambuco. Em maior parte ocupa a várzea do baixo Paraíba. É de 764 quilômetros quadrados sua área territorial, segundo o Recenseamento de 1940, por 30 823 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 1 783; suburbanas, 2 760; rural, 26 280, ocupando 469 prédios urbanos, 665 suburbanos e 5 532 rurais. **Administração** — Politicamente, é administrado por um prefeito, nomeado pela Interventoria federal, auxiliado por 25 funcionários permanentes. Judicialmente, é comarca de primeira entrância, tendo um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública, cabe a um delegado de Polícia, na sede, nomeado pelo Interventor Federal, e subdelegados, nas vilas, escolhidos pelo Secretário do Interior. Os suplentes para os aludidos cargos são

nomeados pelo Chefe de Polícia da Paraíba. **Agricultura** — O município é exclusivamente agrícola; não obstante, pratica-se também a indústria pastoril em pequena proporção. Possui terras excelentes para a policultura mas a cana-de-açúcar merece cultivo especial. O seu açúcar é de uma qualidade tão boa que Mauricio de Nassau deu três pães de açúcar para armas da capitania da Paraíba. **Aspecto físico** — O município, quase todo ocupando terrenos planos e argilosos do vale do Paraíba, tem pequena faixa na caatinga ou, na transição da várzea para a caatinga, apresenta, várzeas, tabuleiros arenosos e colinas cobertas de vegetação. **Clima** — Tem bom clima, quente e seco no verão. No período das chuvas, quando os rios transbordam e alagam, altera-se o estado sanitário, surgindo casos de paludismo, de febres de mau caráter. **Comércio** — Bem apreciável é a cifra do movimento comercial em Maguari, especialmente o exportador, mantendo suas transições com as praças de João Pessoa, Recife e outras do sul do País. **Distritos** — Conta somente o da sede e o da vila de Pedras de Fogo. **Demografia** — Em 1941, realizaram-se no município 24 casamentos, registraram-se 140 nascimentos e 397 óbitos ou seja o coeficiente de 12,24 por 1 000 habitantes. A delinquência constou de 146 contravenções e 37 crimes, destes, 13 homicídios, um, praticado por mulher. **Etnografia** — Na formação, predominou o elemento português cruzado com o indígena, aos quais o africano deu boa contribuição. **Feiras** — Na sede, na vila e nas principais povoações do município se realizam feiras semanais abundantes e concorridas. **Fazendas agrícolas e pastoris** — Conta o município 16 engenhos, sendo 5 no distrito de Pedras de Fogo. Centenas são as propriedades agrícolas; poucas, as pastoris. Em 1941 os seus rebanhos somavam: 6 600 bovinos, 2 620 eqüinos, 630 asininos, 1 460 muares, 4 000 caprinos, 2 550 suínos e 15 000 aves.

Fauna e flora — A fauna é rica em pássaros cantores. Entre os animais silvestres encontram-se: a lontra, a paca, o veado, a cutia. Existem restos de antigas matas donde se extraem boas madeiras de construção e marcenaria, como o vinhático, o marfim, a gororoba, a embiriba, o pau-brasil, etc. *Hidrografia* — O Paraíba é o principal rio que atravessa o município e recebe as águas de inúmeros córregos e riachos perenes. Nos seus transbordamentos, alimenta, o Paraíba, várias lagoas, das quais era a Puxi a mais notável por sua extensão, por sua profundidade e pela abundância de peixes. *História* — Desde o princípio do século XVII, começaram as fundações de engenhos nos terrenos do atual município. Dessas propriedades tornou-se produtiva e importante pela extensão, o engenho Espírito Santo, cujo primeiro dono, Manuel Pires Correia, se retirou da Paraíba quando se deu a invasão holandesa. Foi o engenho confiscado e vendido a Joan van Olen que o revendeu a Mense Francen Aurenhaut. Ali se deu um combate entre a guerrilha de Rebelinho e as do governador batavo. (V. *Batalha*). Os canaviais do dito engenho se estendiam também pela margem esquerda do Paraíba, onde, em 1789, já existindo um aglomerado de habitações, depositou uma cheia, grande cruz de madeira. Os moradores, venerando-a, ergueram-na no ponto hoje ocupado pela matriz, pegando ao povoado a denominação Cruz do Espírito Santo. O lugarejo prosperou, não somente ao impulso do cultivo da cana a que se entregavam os seus habitantes, como por estar à margem da estrada real que seguia para o sertão. Pertenceu longos anos ao município de Santa Rita. Em 1896, por Lei n.º 40, foi elevado a vila e o distrito passou a termo judiciário de Pedras de Fogo. Mais tarde perdeu tal categoria, sendo reunido ao termo de Sapé. O Decreto-lei n.º 1 164 de 15 de novembro de 1938, deu-

lhe os foros de cidade e comarca de primeira entrância. O mesmo decreto reuniu-lhe o distrito de Pedras de Fogo que perdeu a categoria de município. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, para evitar duplicidade, mudou-lhe o nome Espírito Santo, para Maguari. *Indústria* — A extrativa, consiste no preparo de paralelepípedos ou calhaus empregados na pavimentação das ruas, dos quais em 1941 exportou 1 700 000 metros cúbicos. Notável, porém, é a sua indústria agrícola, que no período referido produziu e colocou: 630 000 abacaxis, 33 280 cachos de bananas, 60 000 laranjas, 4 000 toneladas de batatas doces, 22 000 sacos de açúcar banguê, 118 388 l de aguardente, 42 950 kg de algodão em pluma, 45 000 sacos de 60 kg de farinha de mandioca. *Instrução* — Conta somente a instrução pública primária, distribuída por 20 escolas, a cargo de 24 professores. Em 1942, matricularam-se nas referidas escolas 1 291 alunos, alcançando a frequência média de 740. O município, em 1942, concorreu com Cr\$ 12 219,00, cota destinada a auxiliar as despesas da instrução primária do Estado. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, estabeleceram, para Maguari, os seguintes limites municipais: — Com *Santa Rita*, começando no marco n.º 1 (de Sapé), situado no alagadiço de Curralinho, prossegue em linha reta até o marco n.º 2 (de Maguari), situado entre as propriedades Nossa Senhora do Patrocínio e Pindoba; daí até o marco n.º 3, situado entre as propriedades Pindoba e São José, à margem do rio Paraíba; desce por esse rio até a ponte da Batalha e em seguida pelo caminho carroçável da estação dos Reis até o marco n.º 4; deste marco em linha reta, vai ter ao marco n.º 5, situado na propriedade Venâncio do Nascimento no vale do rio Mumbaba; deste marco, continua até o de n.º 6, situado à margem do ca-

minho de tropa do Imbiribeira, prossegue ainda até a foz do riacho Camacho, no Imbiribeira. *Com João Pessoa*, começando na foz do riacho Camacho, no Imbiribeira, vai ter ao marco n.º 3, situado na propriedade Várzea Cercada; daí, continua em linha reta até a nascente do rio Abiai, desce por esse rio até a foz do rio Popocas, pelo qual sobe até a ponte da estrada Alhandra-Camocim; dessa ponte, continua em linha reta até a margem leste da lagoa da Fugida; dêse ponto, continua em linha reta até o pôrto de Miramar, no rio Goiana. *Com Pernambuco*, começando no pôrto de Miramar, no rio Goiana, sobe por esse rio até seu afluente no rio Pitanga; sobe por esse riacho até sua nascente, nas proximidades do lugar Cruz das Almas; daí, prossegue pela antiga estrada real de Taquara, que passa em Dois Rios e Feira Velha até alcançar o marco n.º 4 (de Pilar), situado no lugar Oratório. *Com Pilar*, começando no marco n.º 4 (de Pilar), situado no lugar Oratório, à margem da estrada carroçável Tabaiana-També, segue pelo caminho carroçável Itaipu-Oratório até o marco n.º 3 (de Pilar); dêse marco, segue em linha reta ao n.º 2, situado à margem do rio Paraíba, entre as propriedades Corredor e Taipu, ainda em linha reta vai ter ao marco n.º 1, situado à margem do caminho carroçável Taipu-Ponte Grande; dêse marco, continua pelo referido caminho até seu cruzamento com a estrada de rodagem João Pessoa-Pilar; prossegue por essa estrada até a ponte grande sobre o rio Curimataú. *Com Sapé*, começando na ponte grande sobre o rio Curimataú na estrada de rodagem João Pessoa-Pilar, segue por essa estrada até o marco n.º 3 (de Sapé); dêse marco, segue em linha reta até o marco n.º 2 (de Sapé), situado entre as propriedades Santa Helena e Tabocas; ainda em linha reta, vai ter ao marco n.º 1 (de Sapé), situado no alagadiço de Curralinho.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com São Miguel de Taipu, começando da Ponte sobre o rio Gurinhém, desce por esse rio até sua foz no Paraíba; daí, em linha reta até a nascente do riacho Caldeirão; dêse ponto, prossegue em linha reta até a foz do riacho Gruta Funda, no rio Mumbaba; daí, desce pelo referido rio até os limites com Santa Rita.

Distrito de Pedras de Fogo, com São Miguel de Taipu, começando nos limites municipais de Tabaiana com Maguari, na estrada que vai de Pedras de Fogo a Santa Rita, continua por essa estrada até o ponto em que é cortada pelo Mumbaba, desce por esse rio até a foz do riacho Gruta Funda.

Distrito de Pedras de Fogo com a Sede, começando da foz do riacho Gruta Funda, no rio Mumbaba, desce pelo referido rio até os limites intermunicipais com Santa Rita.

Distrito de Caamirim com Pedras de Fogo, começando nos limites interestaduais com Pernambuco na estrada João Pessoa-Recife, segue pela referida estrada até os limites intermunicipais com João Pessoa.

Meio social — Não é atrasado o meio social de Maguari, principalmente o da sede e o da vila, sempre em contato com os centros sociais de João Pessoa e Recife. *Patrimônio municipal* — Segundo o levantamento feito em 1941, o patrimônio municipal somava Cr\$ 205 067,90. *Povoações* — As mais importantes são: Bôca de Maça, Cobé, Covoadas, Entroncamento, Itapoá, Oratório, Taipu e Una. *Religião* — A população, excetuando pequeno número de evangelistas, segue a religião católica apostólica romana. Por longos anos pertenceu à freguesia de N. S.ª dos Anjos, de Taipu. Decaindo esta, passou Maguari, então Cruz do Espírito Santo, a sede de freguesia, sob a invocação do Espírito Santo, contando

crescido número de capelas filiais. *Rendas públicas* — Em 1942, a despesa do município foi orçada em Cr\$ 103 000,00; arrecadou Cr\$ 126 392,50 fixou a despesa de Cr\$ 120 000,00 e efetuou a de Cr\$ 123 398,40. A Coletoria Federal, em 1942, teve a receita de Cr\$ 802 760,60. *Repartições públicas* — Conta o Grupo Escolar, a Prefeitura, Estação da estrada de ferro, o Fórum, Coletoria Federal, Agência Postal-Telegráfica, Mercado Público. *Sede* — A sede é a cidade de Maguari, distando 25 quilômetros da Capital. Está à margem esquerda do rio Paraíba, em local plano e baixo. À margem direita, se encontra a estação ferroviária, cuja comunicação com a cidade fica interrompida, durante as cheias do rio mencionado. A rodovia-tronco do Estado passa a alguns quilômetros da sede, mas a destinada aos municípios do N. da Paraíba corta a cidade, que assim dispõe de vários meios de comunicação. É salubre, iluminada a luz elétrica, conta ampla e bem construída matriz, um cinema com 200 localidades, serviço de remoção de lixo. Sua edificação é boa, seu aspecto é agradável. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 348 prédios urbanos, 328 suburbanos, 3 583 rurais e a população: urbana, 1 336 habitantes; suburbana, 1 427; rural, 17 590. A cidade se compõe de 14 ruas, 5 travessas e uma praça. *Vias de comunicações* — Conta a estrada de ferro, a rodovia e algumas estradas carroçáveis. Para transporte de mercadorias e passageiros, havia no município, em 1942: 14 automóveis, 11 caminhões e 70 carros de bois.

Maia — Antiga Pilões do Maia. Povoação do município de Bananeiras, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Está no centro de um distrito agrícola que produz cana-de-açúcar, fumo, e cultivou café. Tem uma capela dedicada a São José, uma aula pública primária que matriculou 60 alunos em 1942. O Recenseamento de 1940 contou-lhe: 22 prédios urbanos, 8

suburbanos, 1 750 rurais e a população: urbana, 103 habitantes; suburbana, 34; rural, 8 823.

Maia Branca — Nome que o Dicionário Geográfico de Saint-Adolphe dá à atual Vila de Serra da Raiz. Não consta, porém, que a localidade tivesse um dia tal denominação.

Malhada — Povoado do município de Guarabira. Tem uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 45 alunos.

Malhada da Cruz — Povoação do município de Cuité, nos limites com o Estado do Rio Grande do Norte.

Malhada da Roça — Povoado do município de São João do Cariri, tendo uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 44 alunos.

Malhada de Arcia — Povoado do município de Ibiapinópolis, contando uma aula pública primária.

Malhadinha — Povoado do município de Campina Grande, cuja aula pública primária matriculou 40 alunos, em 1942.

— Povoado do município de Catolé do Rocha. Sua escola primária, em 1942, matriculou 62 alunos, tendo 37 de média de freqüência.

Malta — Próspera povoação do município de Pombal, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Possui Agência Postal Telegráfica, é iluminada a luz elétrica, realiza abundante feira semanal. Entre os seus edifícios se destacam a Capela de N. S.ª da Conceição e o Mercado Público. Sua escola pública teve, em 1942, 47 matriculados, com a freqüência média de 35. Tem boa edificação, agradável aspeto e boa situação, sendo cortada pela rodovia central e servida por estrada de ferro. Foi fundada em 1830 por João Fernandes de Freitas, que doou o patrimônio da capela. O distrito criado, produz algodão, cereais e cana de

açúcar, aproveitada no fabrico de rapaduras. O Recenseamento de 1940 encontrou-lhe: 318 prédios urbanos, 9 suburbanos, 1742 rurais e a população: urbana 1383 habitantes; suburbana, 71; rural, 8 062.

Mamanguape (Voc. ind. Elias Herckman aponta três etimologias, mas preferimos a de Teodoro Sampaio: *mamã-gua-pe*: no bebedouro) — Um dos principais rios do Estado. Corre de S. W. a N. E. Nasce no município de Campina Grande, na Lagoa Salgada, a L. da villa de Jófili. Desce a Borborema apertado entre penedos e alcantis, banha Espalhada, Alagoa Grande, Canafistula, Rapador, Mulungu, São João, a cidade de seu nome e lança-se no Atlântico após um curso de 150 quilômetros. Tem como principais afluentes: da margem direita, o Zumbi; da esquerda, o Mundau, o Uruçu, o Guarabira, o Araçaji e o Pirpirituba. Quase tôdas as águas da acidentada região do Brejo se dirigem para este rio. Perto da foz, que está a 6°-47'-12" lat. S. e 34°-57'-45 long. W. Gr., recebe ainda os riachos Grupiúna e Jacaré, mais propriamente furos da lagoa Acajutibiró. A barra do Mamanguape, a umas quatro milhas ao sul da Baía da Traição, está entre duas pontas baixas: a de Coqueirinhos, ao norte, e a de Mamanguape, ao sul. Embarcações de reduzido calado podem navegá-lo até o pôrto de Salema, 23 quilômetros para dentro da foz. Vindo do mar o acesso "no rio é permitido por diversos rebai-xamentos na pedra do recife e na vizinhança de Coqueirinhos, e dos quais os mais acentuados são os denominados Barra Velha e Barreta do Sul ou Barra Nova. Sobre os recifes o mar arrebenta com fúria. A Barra Velha tem uns 165 metros de largura e 4,4 a 5,5 metros de água sobre a pedra, na baixa-mar. A Barreta do Sul ou Barra Nova, é preferida; tem uns 55 metros de largura e fundos de 3,7 a 4,4 metros de água em cima da pedra, havendo um cotovêlo

no mesmo recife, para dentro mais, onde apenas se acham 2,6 metros de água. Passado o recife, se encontram fundos de 5 metros; costeando-se o recife para o sul, se acharão 8,5 a 17 metros de água em fundo de lama. O recife deve ser costeadado, porque uma coroa sêca se prolonga desde a praia quase à barreta. As águas crescem de 2,6 a 2,8 metros nas marés das sizígias, no ancoradouro de Mamanguape".

— Município na zona litorânea do Estado, a O. da Capital, ocupando uma área de 2 031 quilômetros quadrados, contando uma população de 64 836 habitantes, distribuídos: 17 861 nas zonas urbanas: 3 727, nas suburbanas; 43 248, nas rurais, ocupando 3 415 prédios urbanos, 845 suburbanos e 10 279 rurais. **Administração** — Politicamente, é dirigido por um Prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por funcionários permanentes. Comarca de segunda entrância, tem os negócios da justiça a cargo de um Juiz de Direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública, cabe a um delegado de Polícia, na sede, a subdelegados nas vilas. Os primeiros são nomeados pelo Interventor Federal; os demais pelo Secretário do Interior. Os respectivos suplentes são escolhidos pelo Chefe de Polícia. **Aspecto físico** — O município, diz com exatidão Mário Campelo na sua *Corografia de Mamanguape*, é geralmente plano, possuindo extensos tabuleiros e algumas elevações nas adjacências dos rios Mamanguape e Camaratu-ba. De par, extensos vales e várzeas de agradável aspecto e extensas praias à beira-mar, cobertas de coqueiros. **Assistência social** — Existe na sede um Posto de Higiene, mantido pelo Estado. Em 1942, registrou esse departamento: Profilaxia — Pessoas atendidas pela primeira vez: helmintoses 638; paludismo, 291; boubá, 71; sífilis 441; gonorréia, 14; câncer mole, 22; tuberculose, 2; varíola, 2; vacinação antivariólica, 205. **Clima** —

O clima é saudável, não sendo o município alcançado pelo flagelo da seca. A temperatura, no período das chuvas, pode baixar a 18°C e, no verão, elevar-se a 30° à sombra. *Comércio* — Após o prolongamento da estrada de ferro para o interior do Estado, o comércio de Mamanguape, que rivalizava com o da Capital, teve súbita decadência e a cidade, tão cheia de animação e de gente, foi-se despovoando, tendo, talvez, um dia, graças às suas possibilidades agrícolas, de erguer-se não mais à margem do Sertãozinho, mas em Rio Tinto. *Curiosidades* — Existem uns subterrâneos, verdadeiros labirintos, que não foram trabalho do potiguara, habitante da região quando os portugueses começaram a colonizá-la (V. *Rio Vermelho e Carapuceira*). *Demografia* — Em 1942, registraram-se no município 320 nascimentos, 164 casamentos e 258 óbitos, destes, 5 natimortos e 112 crianças de 0 a 1 ano de idade. *Distritos* — Conta os seguintes distritos de paz: o da sede, Baía da Traição, Jacaraú, Mataraca e Rio Tinto. *Etnografia* — Mário Campelo, na sua *Corografia de Mamanguape*, observa que cinco sextos da população do município pertencem à raça branca; caldeamento do português com o índio e outras raças européias que povoaram a região. Sendo esta muito agrícola, produtora de açúcar, não foi pequena a percentagem do elemento africano. *Fauna e flora* — A paleontologia terá alguma coisa a estudar em Mamanguape, pois apresenta interessantes espécimes de fósseis. A fauna conta ainda várias espécies de animais de caça, de aves e pássaros. Destes, dentre os canoros, extinguiu-se a patativa de Jacuípe, devido à perseguição contínua e brutal dos que exploravam o comércio de pássaros cantores. Possui variedade em insetos, principalmente em abelhas indígenas. Quanto à flora, é ainda um dos mais ricos municípios do Estado, possuindo matas onde crescem o vinhático, o pau-brasil, o cedro, a gororoba, o pau-d'arco,

o jítai, a sucupira, o angico e outras espécies empregadas pela carpintaria, pela marcenaria, em construções civis e navais. Grande é a variedade de plantas medicinais, e, nos tabuleiros, vegetam espontaneamente a mangabeira e o batiputá, que produz óleo empregado na culinária. *Fazendas pastoris e agrícolas* — Mamanguape cria gado vacum, principalmente na zona da caatinga, mas a força econômica do município, todo o seu futuro, assenta na agricultura, pois são vastos e feracíssimos os seus terrenos, regados por numerosos riachos e córregos, permanentes. Registra 320 boas propriedades e dentre estas sobressaem Água Fria, Alméciga, Cachoeira, Camaratuba, Capuaba, Jaguarema de Cima, Jaguarema, Laranjeiras, Piabuçu, Pindobal, Riacho Sêco, Riacho da Lagoa, Salema, Santana, Santa Cruz, São Bento, São João e Telha. *Hidrografia* — Os principais rios que cortam a região são o Mamanguape e o Camaratuba. O primeiro recebe, no município, as águas dos riachos Arrepia, Catolé, Caieira, Curralinho, Grupiúna, Ipioca ou Itapeceriquinha, Jacaraúna, Jacaré, Jaraguá, Luís Dias, Macacos, Maracujá, Neco Trigueiro, Passagem de Cobra, Patrício, Preguiça, Rio da Pedra, Rio Vermelho, Salema, Sertãozinho e Silva. São afluentes do Camaratuba, no município: os riachos Açude, Água Clara, Água Fria, Barro Branco, Bitu, Brejinho, Cernambi, Cumaru, Cumbe, Gamela, Gameleira, Geral, Gonzaga, Ilha, Imbiribeira, Itaepe, Jandaia, Jurema, Jardim, Manimbu, Maripitanga, Mataraquinha, Pepina, Piabuçu, Pitanga da Estrada, Pitanguinha, Riachinho e São Bento. São ainda do município os rios Guaju, o Miriri e, tributários deste, o Jacuípe, o Pacaré, o Quandu e o Urupema. A lagoa mais importante é Acajutibiró, onde deságuam vários ribeiros. (V. *Acajutibiró*). São também de relativa importância as lagoas Boa Vista, Bonita, Campinas, Capela, Cuieté, Curral de Cima, Engenho Novo, Espinho, Fôlha, Jacaraú,

Jendiroba, Negro Félix. *Historia* — A foz do rio Mamanguape e suas adjacências já eram freqüentadas por navegantes franceses, antes de os portugueses iniciarem a colonização da Paraíba, em 1575. No fim do século XVI e começo do XVII, Mamanguape principiou a ser colonizado, destacando-se o pernambucano Duarte Gomes da Silveira, como o mais esforçado dos seus povoadores primitivos. Iniciavam os portugueses o aldeamento dos potiguaras e o levantamento de engenhos na região, quando se positivou a invasão holandesa, dando-se o abandono da aldeia que seria a sede da região. Feita a Restauração, ali se estabeleceram os jesuítas e reconstruíram a antiga aldeia de índios que foi acrescida de colonos portugueses. O orgulho destes suscitou sérios atritos entre selvagens e civilizados, e as autoridades locais julgaram prudente separá-los. Os índios foram transferidos para outra aldeia, situada num outeiro, mais próxima do mar. A nova povoação recebeu o nome de Monte-mor, sob o patrocínio divino de N. S.^a dos Prazeres. Na antiga aldeia ficaram residindo as autoridades e os portugueses. Esta prosperou; a outra, porém, abandonada, alheia ao estímulo do trabalho produtivo, em pouco anos recebia a alcunha de vila da Preguiça, para salientar a indolência dos seus moradores. A alcunha pegou, e, hoje, a povoação está quase extinta. Mamanguape continuou a progredir, e, no século XIX já influíam seus habitantes na política da Capitania. Mas o certo é que a sede da vila continuou muito tempo em Monte-mor, perdendo esta a categoria, em favor da povoação de Mamanguape, em 1839. Pela Lei n.º 27, de 6 de julho de 1854, foi incorporada à Capital, mas a Lei n.º 106 de 11 de dezembro de 1863, elevou-a a sede de comarca. Teve categoria de cidade por Lei n.º 1, de 25 de outubro de 1855. Em 1817, deu Mamanguape muitos combatentes à causa da Liberdade e lá se feriu um encontro

entre legalistas e as forças comandadas por Peregrino de Carvalho quando este regressava do Rio Grande do Norte. No Distrito surgiu um levante contra o ato de D. João VI jurando a Constituição Portuguesa. Em 1874 escapou ao assalto dos Quebra-Quilos, graças ao ardid do delegado de polícia, natural e residente na cidade. Sendo um dia de feira, tendo chegado notícia de que os revoltosos se aproximavam da cidade, o Delegado mandou secretamente postar-se extramuros, no caminho da Capital, um indivíduo soprando numa corneta, dando a idéia de força pública se aproximando. Os matutos, fugindo apressados, transmitiam notícias de que um grande contingente do exército ia entrando em Mamanguape, e os Quebra-Quilos retrocederam. Atualmente se observa um esforço para despertar Mamanguape e algumas iniciativas vão se positivando. *Homens notáveis* — Mamanguape tem sido berço de homens que se notabilizaram. Em mecânica, apresenta Marcos Barbosa, coevo de Bartolomeu Lourenço de Gusmão e inventor de uma máquina, individual, para voar; na política se distinguiram o Senador Frederico de Almeida Albuquerque, o Barão de Mamanguape e Felizardo Toscano de Brito; no jornalismo e na medicina, Eugênio Toscano de Brito; na oratória, Castro Pinto (João Pereira de), grande ilustração, também jornalista emérito; nas letras, Carlos Dias Fernandes, poeta, jornalista e romancista; na pintura, Amélia Teorga e Genésio de Andrade; no magistério, Luís Aprígio Freire de Amorim. Genésio pertencia a uma família de desenhistas e pintores espontâneos, como se vê em túmulo do cemitério local. *Indústria* — A maior indústria do município é representada pela fábrica de tecidos Rio Tinto, uma das mais importantes do Nordeste Brasileiro (V. *Rio Tinto*). Além da usina Monte Alegre, conta para a fabricação de açúcar, álcool, aguardente e rapadura, 14 engenhos, com 14 alambiques. No preparo de farinha de man-

dioca, funcionam no município mais de 500 aviamentos ou "Casas de farinha". Para beneficiar algodão, funcionam em Mamanguape, 6 instalações. *Instrução* — Existe somente a primária, ministrada por 26 aulas públicas, inclusive um Grupo Escolar, tôdas a cargo de 51 professores. O Estado mantém, próximo da sede, a escola correccional para menores Presidente João Pessoa (V. *Pin-dobal*). Como os demais municípios, concorre Mamanguape com 10% de sua renda para auxiliar o Estado nas despesas com a instrução pública primária. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1164 e 520, respectivamente, de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites municipais de Mamanguape: — *Com Caiçara*, começando no marco n.º 15 (de Caiçara), situado à margem esquerda do riacho Nascimento, no lugar Cipoal, segue em linha reta até o marco n.º 14 (de Caiçara), situado a S. E. do povoado de Estacada; segue por outra linha reta até o marco n.º 13 (de Caiçara), situado no alto do morro Vermelho; continua por outra linha reta até o marco n.º 12 (de Caiçara), situado na lagoa Umari; por outra linha reta até o marco n.º 11 (de Caiçara), situado na lagoa do Forno; por outra linha reta, até o marco n.º 10 (de Caiçara), situada a leste do povoado Taumatá; por outra linha reta até o marco n.º 9 (de Caiçara), situado à margem do rio Camaratuba; por outra linha reta até o marco n.º 8 (de Caiçara), situado à margem direita do riacho Canto de Pedra; daí, segue até alcançar o pico do morro do Mulungu, donde continua em linha reta até alcançar o marco n.º 7, situado no alto da Milhã; ainda por outra linha reta, desce o marco até atingir o pico do morro do Papagaio; dêste ponto, segue em linha reta até alcançar o pico do morro do Bico da Pedra e daí, em linha reta até o marco n.º 6, colocado à margem direita do rio Pitomba; desce por êsse rio até a confluência do rio Pirari, no

lugar Jatobá, seguindo por êsse rio até o lugar Coutinhos, onde o caminho carroçável de Catolé corta o referido rio Pirari; prossegue por êsse caminho até alcançar o marco n.º 5 (de Caiçara); dêste marco, segue por uma linha reta até alcançar o marco n.º 4, colocado à margem da lagoa José Martins; daí por outra linha reta, até alcançar o pico do Bico da Pedra e daí por outra linha reta até alcançar o marco n.º 3 (de Caiçara), situado no local onde existiu o antigo marco do Cajueiro, no lugar Lagoa Verde. *Com o Rio Grande do Norte* — (*Município de Pedro Velho e Canguareta ma*), começando no marco n.º 3 (de Caiçara), situado no lugar do antigo marco do Cajueiro, em Lagoa Verde, segue por uma linha reta para a lagoa da Mata; daí, por outra linha reta, para o pico do serrote da lagoa Dantas; dêste pico, em linha reta, vai ter à pedra do Navio ou Oratório; desta pedra, segue para a foz do riacho Piaba; daí, para o marco de cima, até a nascente máter do rio Guaju; desce pelo talvegue dêste rio até sua foz, no Oceano Atlântico e daí, em linha reta, até os limites das águas territoriais. *Com o Oceano Atlântico*, começando nos limites das águas territoriais, em frente à foz do rio Guaju, continua em direção ao sul, pelos limites das águas territoriais, até defrontar a barra do rio Miriri, onde se estremam com o município de Santa Rita. *Com Santa Rita*, começando nos limites das águas territoriais, em frente à foz do rio Miriri, segue em linha reta para a boca dêste rio, pelo qual sobe até o marco n.º 1, situado junto à ponte sobre o braço principal do rio Miriri, sobe por êste rio até alcançar a foz do riacho Pau-brasil, no lugar Curralinho. *Com Sapé*, começando na foz do riacho Pau-brasil, no rio Miriri, sobe pelo referido rio até cortar a estrada de rodagem Sapé-Mamanguape; dêste ponto, prossegue pelo caminho de tropa de Inhauá até alcançar o marco n.º 1, situado na lagoa do Félix. *Com Guarabira*, começando no

marco n.º 1, situado na lagoa do Félix, no caminho carroçável de Inhauá, segue em linha reta ao povoado Violeta, que fica dividido para os dois municípios; dêste ponto, prossegue pelo caminho carroçável de Araçaji à lagoa do Félix até a sua interseção, no caminho de tropa de lagoa Grande; prossegue por êsse caminho até ao rio Mamanguape; dêste ponto, segue em linha reta até alcançar, na margem oposta, a foz do rio Guandu; sobe por êste rio até cortar o caminho de tropa de Marmaraú; prossegue por êste caminho até cortar o riacho da Nasçença; sobe pelo referido riacho até cortar o caminho de tropa Pirpirituba-Mamanguape, onde está situado o marco n.º 15 (de Caiçara).

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Rio Tinto, começando no marco n.º 4, situado na fazenda Varjota, segue pelo caminho de tropa que passa por Curral de Fora, Salina e Jangada até a sua interseção com a estrada carroçável de Rio Tinto a Mataraca; prossegue por esta estrada até o marco n.º 2, situado na fazenda Maripitanga. *Distrito da Sede com Jacaraú*, começando no rio Camaratuba, nos limites com Caiçara, desce pelo referido rio até o marco n.º 3, situado na propriedade Imbiribeira. *Distrito de Rio Tinto com Baía da Traição*, começando no marco n.º 2, situado em Maripitanga, segue pelo caminho de tropa de Grupiúna até a nascente do riacho Silva; desce pelo referido riacho até a sua foz, na lagoa Acajutibiró; prossegue pela margem de oeste até o seu extremo sul; dêste ponto, por uma linha geográfica oeste a leste, até o Oceano Atlântico. *Distrito de Baía da Traição com Mataraca*, começando na foz do rio Camaratuba, sobe por êle até cortar o caminho de Maripitanga a Piabuçu. *Distrito da Sede com Baía da Traição*, começando no marco n.º 2, situado em Maripitanga, segue pelo caminho de tropa de Piabuçu

até o marco n.º 4, situado na fazenda do mesmo nome e daí, por uma linha reta até alcançar o marco n.º 5, à margem do rio Camaratuba. *Distrito de Mataraca com Jacaraú*, começando no marco n.º 3, situado na fazenda, Imbiribeira, segue por uma linha reta até alcançar a nascente do riacho Abreu; desce por êste até a foz do riacho Piabas, nos limites com o Rio Grande do Norte (município de Pedro Velho). *Distrito da Sede com Mataraca*, começando no marco n.º 3, situado à margem do rio Camaratuba, na fazenda Imbiribeira, desce por êsse rio até alcançar o marco n.º 5, à margem do mesmo rio. *Distrito da Sede com Itapororoca*, começando no ponto em que o rio Tapeirica corta os limites com Caiçara, desce por êste rio até o seu cruzamento, na estrada carroçável Itapororoca-Mamanguape; daí, prossegue em linha reta até o lugar Varjota nos limites com Sapé.

Necessidades locais — Mamanguape necessita de boas estradas internas, de uma rodovia facilitando-lhe a comunicação com a Capital e o Rio Grande do Norte; precisa de escolas rurais, de recursos que incrementem a agricultura, a criação de gado e a piscicultura, bem como de iniciativa dos seus habitantes. *Meio social* — Conta Mamanguape uma sociedade educada, lembrando um passado brilhante, um meio cultural que mantinha boa imprensa periódica, sociedades literárias, artísticas, recreativas, econômicas. No seu teatro representaram as melhores companhias que excursionavam pelo norte do Brasil. *Portos* — Tôda a região costeira do município conta portos, em maioria, destinados a embarcações de reduzido calado. Exce-tua-se o de Baía da Traição (V. *Baía da Traição*). O de maior movimento é o fluvial, de Rio Tinto, conhecido pelo nome de Pôrto Gonzaga; por êste se movimentam o comércio de Rio Tinto e o da sede. O pôrto de Jaraguá, que outrora teve um Pôrto Fiscal da Alfândega, à

margem esquerda do Mamanguape, perdeu toda a sua importância e o de Salama está quase obstruído. *Povoações* — As principais são: Barra de Camaratuba, Barra de Mamanguape, Barra de Miriri, Camaratuba, Cambambe, Campina, Capim, Coqueirinhos, Curral de Cima, Estacada, Guarita, Inhaúá, João Pereira, Lagoa do Saco, Marcação, Montemor, Ôlho-d'Água do Serrão, Pindobal, Riacho da Lagoa, São Francisco, São João, São Miguel, São José do Rio Sêco, Tavares, Timbó, Timbó de Jacaraú, Tramataia e Várzea Comprida. *Religião* — A Católica Apostólica Romana é a religião dominante, havendo no município alguns núcleos de evangelistas. Há na comuna duas paróquias: a de São Miguel, na vila deste nome, e a de São Pedro e São Paulo, na cidade, com quatro capelas filiais na cidade e 14 nas povoações. Dos templos se destacam, por sua arquitetura e boa construção, a Matriz, o de N. S.^a da Penha, na Baía da Traição, e o de Santa Rita, em Rio Tinto. Foram os jesuitas que edificaram a Matriz, depois de 1634, presumindo-se que Mamanguape já era freguesia desde 1630. Os que afirmaram Mamanguape criada freguesia por Lei n.º 1, de 15 de janeiro de 1839, desconhecem o teor desta Lei, que dizia, no seu art. 2: "Fica extinta a Freguesia de N. S.^a dos Prazeres, de Montemor, e seu território compreendido na freguesia de São Pedro e São Paulo, de Mamanguape." *Rendas públicas* — Para o exercício de 1942, orçou o município sua receita em Cr\$ 291 000,00; arrecadou Cr\$ 398 554,40; fixou a despesa de Cr\$ 291 000,00 e efetuou a de Cr\$... 387 214,60. Em igual exercício, a Coletoria Federal arrecadou Cr\$ 1 132 310,40. A Coletoria Estadual, no exercício de 1941, teve a receita de 445:357\$200 e a despesa de 255:715\$200. *Repartições públicas* — Existem na sede: o Fórum, a Prefeitura Municipal, a Coletoria Estadual, o Mercado Público, Agência Postal-Telegráfica, Grupo Escolar. A Coletoria Federal é sediada em Rio Tinto. *Riquezas naturais*

— Há indícios positivos de que o município é rico em minérios, mas nenhum estudo a respeito foi realizado. Em exploração está uma jazida de calcário, greda branca e granito. *Sede* — A sede é a cidade que dá nome ao município; está em terreno irregular à margem esquerda do rio Mamanguape, do qual dista meio quilômetro e 48 da respectiva foz. Conta 18 ruas, 2 praças, diversas travessas e ladeiras. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 792 prédios urbanos, 276 suburbanos, 4 196 rurais, e a população: urbana, 2 770 habitantes; suburbana, 1 253; rural, 18 849. Dista 73 quilômetros da Capital do Estado e 37 da estação ferroviária de Sapé. Segundo a Comissão Pimenta da Cunha, em 1922, tem as seguintes coordenadas; lat. S. 6º-51'-11,46"; long. E, do Rio de Janeiro 7º-43'-58,05", entre a matriz e o cruzeiro, Mamanguape não se pode orgulhar de sua topografia. Vários prédios ainda lhe atestam a passada opulência, confirmando sua decadência. Rio Tinto, que lhe arrebatou o comércio e o movimento, avança para a supremacia. Ponto de atração da cidade é o Sertãozinho, ou bica do Sertãozinho, de águas abundantes e excelentes, às ilhargas da cidade, com o seu banheiro público de grande freqüência, modernizado pela Prefeitura. *Vias de comunicação* — Além da via marítima, conta algumas estradas carroçáveis, para comunicação interna, e uma rodovia ligando a cidade à de Sapé, por onde passam a estrada de ferro e a rodovia do Estado. Um serviço de auto-ônibus faz, diariamente, viagens entre Rio Tinto e João Pessoa, tocando em Mamanguape e localidades intermediárias. Para transporte de passageiros e mercadorias, há no município 15 automóveis, um motociclo, 14 auto-ônibus, 18 caminhões e 46 carros de bois.

Mamuaba (Voc. ind., talvez corr. de *mamô-iab*: nascer, ou brotar longe) — Rio perene do município de Santa Rita,

afluente do Gramame. Rega terrenos muito agrícolas.

Manaira (Voc. ind., *maná-eira*: mel cheiroso) — Antiga Alagoa Nova. Pertence ao município de Princesa Isabel. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, mudou-lhe o antigo nome e deu-lhe categoria de vila. Está situada numa planície, à margem de uma lagoa que se formou ao pé de um contraforte da Borborema chamado Serrinha. Fica mais próxima da cidade Triunfo, do Estado de Pernambuco, do que da sede, distante 21 quilômetros, tendo entre ambas uma estrada carroçável. Conta uma igreja, 10 casas comerciais, uma aula pública primária, que, em 1942, matriculou 51 alunos. Aos domingos realiza feira animada. O distrito é mais agrícola do que pastoril, e cortado pelo riacho Freguesia, que despeja suas águas no Piancó. A 15 quilômetros da vila, na Alagoa do Serrote, faz-se exploração de cristal de rocha. *História* — A vila foi fundada por Manuel Pereira da Silva, e ia prosperando. As lutas partidárias de 1930, entre políticos de Princesa e o Estado, visaram a destruição de Manaira. Ficaram em ruínas 286 prédios, foram destruídas três instalações para beneficiar algodão, e extinguiu-se-lhe o movimento comercial por alguns anos. Atualmente, está se reanimando, e é possível prosperar, pois o distrito tem vida própria, possuindo riquezas naturais, que estão à espera de quem as explorem. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 90 prédios urbanos, 74 suburbanos, 1 308 rurais e a população: urbana, 280 habitantes; suburbana, 305; rural, 5 338.

Mandacaru (Voc. ind. cardo grande) — Nome de um cardo de regular crescimento, produzindo bom tabuado. Sua flor branca e campanulada desprende perfume, e o seu fruto, alongado e violáceo, tem sabor agradável) — Rio de pequeno curso a N. E. da Capital. Nasce nas colinas do Boiçó e, depois duns 5 quilômetros de curso, deságua à margem

direita do Paraíba. É navegável por pequenos barcos e, sobre êle, tem a ferrovia João Pessoa a Cabedelo uma ponte. Por êste rio, chamado também Tambiá Grande, subiram barcos holandeses, em 1634. Deram desembarque ao pé da colina e vieram, sem encontrar resistência, ocupar a sede da capitania da Paraíba. Por um canal, recebe êste rio água do Jaguaribe.

Mangabeira — Localidade à margem do rio que lhe dá o nome, pertencente ao município da Capital e desta distanciada, para S. E. uns 12 quilômetros. Nela está a Penitenciária Agrícola do Estado. Na região se ensaia o reflorestamento. Também é conhecida pelo nome Fazenda Mangabeira, e lá se experimentam várias culturas. Para servir à infância local, funciona uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 23 alunos, alcançando 22 de frequência média.

Manga do frade — Povoado do município de Serraria; tem aula pública primária que matriculou 28 alunos em 1942.

Manitu (Voc. ind., corr. de *mã-itu*: salto ou cascata das frutas) — Estação ferroviária no ramal de Bananeiras. Afirmam haver nas imediações uma jazida de ferro.

Manuelas — Povoado do município de Umbuzeiro, tendo uma capela, de S. Sebastião.

Manuel de Matos — Povoado do município de Tabaiana. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 55 alunos.

Maracaípe (Voc. ind., *maracá-i-pe*: rio dos maracás) — Povoado quase arrabalde da cidade de Tabaiana. Nêle funciona uma aula pública primária que, em 1942, teve 45 matriculados e a frequência média de 38.

Maraú (Voc. ind.; segundo Mário Melo: rio dos maracujás) — Povoado do

município de Maguari, nas adjacências do engenho que lhe deu o nome e propriedade dos beneditinos. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 44 alunos.

Maravilha — Lugarejo do município de Ibiapinópolis. Tem aula primária cuja matrícula, em 1942, somou 26 alunos.

Marcação — Povoado à margem esquerda do rio Mamanguape, pertencendo ao município deste nome. Tem uma capela dedicada a Santa Rosa e uma aula pública primária com a matrícula de 41 alunos, em 1942.

— Povoado do município do Pilar. Tem aula pública primária que matriculou 24 alunos, em 1942.

Marcos — Nome dado ao rio Guaju, por estar próximo dos marcos divisórios entre Paraíba e Rio Grande do Norte.

Marés — Arruado pertencente ao município da Capital, à margem do rio que lhe dá o nome, e é afluente do Sanhauá. Tem aula pública primária que matriculou 52 alunos, em 1942.

— Rio perene. Rega o distrito precedente. Nasce no município de Santa Rita, serve de limites entre este e o município da Capital. Corre de S. O. a N. E. e deságua na margem direita do Sanhauá.

Margareth — Nome dado pelos holandeses à fortaleza de Santa Catarina, em homenagem à genitora do Conde Maurício de Nassau.

Mari (Voc. ind., contr., de *umari*: fruta) — Vila do município de Sapé, elevada a esta categoria pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe para o atual, o antigo nome — Araçá. É florescente e centro de um distrito que cultiva algodão, cereais e abacaxis, e cria gado. Seu grupo escolar, em 1942, teve 313 matriculados e 275 de frequência média. O Re-

censeamento de 1940 encontrou-lhe 498 prédios urbanos, 70 suburbanos, 1 748 rurais e a população: urbana, 2 130 habitantes; suburbana, 326; rural, 7 841. A vila tem certo trato comercial, sendo servida pela via férrea que ali tem a estação de Araçá.

Maria de Melo — Povoação do município de Tabaiana, nos limites com o Estado de Pernambuco. Tem posto fiscal e uma aula pública primária que teve, em 1942, a matrícula de 57 alunos e a média de 37. Na localidade existe um cruzeiro de pedra, construção tôska e antiga ao qual atribui o povo propriedades milagrosas.

Marinho — Povoado do município de Campina Grande.

Maripitanga (Voc. ind., *mbari-pitanga*: fruta vermelha) — Povoado do município de Mamanguape. Tem uma capela de S. Sebastião.

Marizópolis — Povoação do município de Sousa. O nome lembra o clínico e político, Dr. Silva Mariz.

Marques — Ilha formada pelo Gargaú na confluência com o Paraíba. Pertence ao município de Santa Rita. Adquirida pelo súdito italiano Félix di Belli, foi por este arborizada e adaptada à fabricação de sal e à criação de peixes. Ali construiu tanques, viveiros, armazém, casas para operários e um canal de 1 200 metros destinado a pequenas embarcações.

Mata — Povoado do município de Conceição; sua aula primária teve, em 1942, a matrícula de 20 alunos.

Mata de Varas — Lugarejo do município de Maguari, à margem da estrada Santa Rita — Pedras de Fogo.

Mata Fresca — Rio de pequeno curso do município de Jatobá, afluente do Piranhas.

Mata Limpa — Povoado do município de Areia; tem aula pública primária que matriculou 21 alunos, em 1942.

Mata Virgem — Povoação do município de Umbuzeiro, elevada a Vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. É centro de distrito, grande produtor de algodão, e assenta sobre serra nos limites dêste com o Estado de Pernambuco. Possui a capela de N. S.^a da Conceição e uma aula pública primária que, para a matrícula de 51 alunos, em 1942, teve 36 de frequência média. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 32 prédios urbanos, 20 suburbanos, 1 178 rurais e a população: urbana, 113 habitantes; suburbana, 73; rural, 5 351. Realiza semanalmente uma feira, tem uma capela de N. S.^a da Conceição e uma escola pública primária que em 1942 matriculou 52 alunos, tendo 36 de frequência média.

Mataraca (Voc. ind., corr. de *mã-tarã-gui*: monte de formigas) — Povoação do município de Mamanguape elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164 de 15 de novembro de 1938. Assenta à margem esquerda do rio Camaratuba, conta uma capela do Senhor Bom Jesus, Agência Postal e uma escola pública primária que em 1942 matriculou 53 alunos. Realiza aos sábados uma feira regular e, por estradas carroçáveis, se liga à sede e a outras localidades do Estado da Paraíba e do Rio Grande do Norte. O distrito é agrícola, contando vários engenhos. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 74 prédios urbanos, 820 rurais e a população: urbana, 226 habitantes; rural, 2 816. O comércio da Vila foi animadíssimo mas a economia dos habitantes atraiu em 1907 a cubiça de um bando de malfetores que, guiados pelo filho de um dos comerciantes ali residentes, saquearam o pequeno burgo. O filho desnaturado, um tal José Inácio, exigiu dos assaltantes não só o roubo como o assassinato de seu próprio pai, delito cometido sob o maior requinte de perversidade.

Mata Redonda — Arruado do município da Capital, à margem da rodovia

João Pessoa — Recife. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 50 alunos.

Matinadas — Lugarejo do município de Umbuzeiro.

Matinlia (V. *Caamirim*.)

Maurícia — Nome de uma aldeia, há muito extinta, que os holandeses formaram com índios das aldeias Jacoca e Pindaúna, tendo como administrador o inglês John Harrison (V. *Jacoca*).

Mazagão — Povoado do município de Serraria. Sua escola pública primária teve 46 matriculados, em 1942, e 36 de frequência média.

Melado — Serra agrícola limitando os municípios de Pombal e Piancó. É prolongamento da serra de Santa Catarina. Nela está o boqueirão Coremas, onde se ergueu a maior barragem da Paraíba (V. *Coremas*).

Mina — Serra do município de Monteiro, contendo jazidas de minérios de valor.

Minadouro — Lugarejo de Misericórdia. Tem uma capela de São José e uma escola pública primária. O nome desperta a suposição de existirem no local veios auríferos.

Miriri (Voc. ind., talvez corr. de *m̃bi-ri-pe*: que se alonga pouco) — Rio do município de Mamanguape, tendo uns 30 quilômetros de curso. Nasce no Albuquerque, dois quilômetros acima do povoado Rio Sêco. Da origem até o lugar Lagamar tem este nome; em seguida, o de Miriri. Recebe vários tributários, sendo os principais: Jacuípe, Pacaré e Ourupema. Lança-se no Atlântico, ao sul das barreiras Miriri, a 6º-51'-20" lat. S. e a 34º-56'-36" long. W. Gr. Dentro do rio podem navegar pequenos barcos até o lugar Tatu-bola, 10 quilômetros acima da foz, que é guarnecida de co-roas e secos, medindo, aproximadamen-

te, 30 metros de largura, mas obstruída. Dentro da barra se encontram fundos de 2 a 4 metros.

— Povoado de pescadores, à margem esquerda do rio precedente, por trás de um oiteiro.

Misericórdia — Município no alto sertão do Estado, a O., ocupando a área territorial de 1 244 quilômetros quadrados, contando, segundo o Recenseamento de 1940, 1 156 prédios nas zonas urbanas, 266 nas suburbanas, 4 295 nas rurais e a população das zonas urbanas, 3 594 habitantes; suburbanas, 248; rurais, 20 224. **Açudes** — Conta algumas dezenas de pequenos açudes. **Administração** — É politicamente dirigido por um prefeito nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por vários funcionários permanentes. Sendo Comarca de primeira entrância, a aplicação da justiça cabe a um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública é da competência de um delegado de Polícia, na Sede, e subdelegados nas Vilas. Os últimos nomeados pelo Secretário da Justiça, o primeiro pelo Interventor Federal. O Chefe de Polícia do Estado tem competência para nomear os suplentes dos ditos cargos. **Agricultura** — Seguindo ainda velhos métodos, cultiva o município cereais, algodão e cana de açúcar, notando-se que é mais agrícola do que pastoril. **Aspecto físico** — Situado no alto sertão paraibano, os seus terrenos ora são vastos tabuleiros cortados pelos vales férteis dos riachos, ora se alteram, se elevam, apresentando vegetação cerrada. As principais serras são: Serra Grande, Santa Rita, pertencentes ao sistema do Araripe; Baixa Verde, Branca e Roça de Dentro, ramificações da Borborema. **Clima** — Goza o município excelente clima, embora quente e seco. A temperatura não baixa de 22°C nem excede de 33°, à sombra, mas sopra constante, especialmente à noite, uma brisa deliciosa. **Comércio** — É de certo vulto o movimento comercial

de Misericórdia, que mantém suas transações com as praças de Patos e Campina Grande. **Distritos** — Conta o da sede, e os de São Boa Ventura, Diamante, ex-São Paulo, Ibituruçu, ex-Serra Grande. **Demografia** — Durante o ano de 1941, registraram-se no município 313 nascimentos, 73 casamentos e 368 óbitos. **Etnografia** — Além do elemento indígena, contou a população, para seu caldeamento, com o português e com o próprio paraibano, nascido em Pombal e Piancó. O elemento negro foi parcela muito reduzida. **Feiras** — Na sede, nas vilas e principais povoações se realizam semanalmente feiras animadas. **Fazendas agrícolas e pastoris** — No município existem 25 engenhos para o fabrico de rapaduras e mais de 50 fazendas de criação. **Fauna e flora** — A fauna é variada; a flora não é opulenta. Entretanto é dos poucos municípios do Estado onde a devastação das matas não foi completa. **Hidrografia** — O principal rio, que atravessa o município, é o Piancó, recebendo na região os riachos Bruxas, Cachoeira, Cantinho, Diamante, Gravata, Queimadas e Vazante, além de outros. **História** — A sede ergueu-se numa antiga data de terras da Casa da Torre, que a vendeu a Antônio Vilela de Carvalho, fazendeiro do distrito de Piancó, no ano de 1765. Longos anos, no local da sede permaneceu modesta vivenda. Em 1840, Alexandre Gomes da Silva, Joaquim Carnaúba, João Madeira e um Padre Lourenço construíram no local casas de moradia e uma capela. Aumentou a edificação. Em 11 de julho de 1860 foi criada paróquia e a Lei n.º 104, de 11 de dezembro de 1863, elevou-a a vila, incorporada à comarca de Piancó. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, substituiu-lhe a antiga denominação — Misericórdia — pela de Itaporanga; e o Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, restituiu-lhe a denominação primitiva e manteve a categoria de comarca de primeira entrância que lhe foi outorgada pelo anterior de-

creto-lei. *Indústria* — Exercita sómente a agrícola pastoril, contando 5 instalações para beneficiar algodão. Prepara para exportação algodão, couros, gados e rapaduras. *Instrução* — Funcionam no município 13 escolas públicas primárias, a cargo de 17 professores. A matrícula, em 1942, somou 695 alunos, resultando a média de freqüência de 470. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites para o município: — *Com Jatobá*, começando no marco n.º 7 (de Bonito de Santa Fé), colocado na linha de cumeada que separa as águas do riacho da Corda do Riacho Capim Verde, segue em linha reta até alcançar a foz do riacho que fica a 3 200 metros ao norte da serra Grande, no rio Aguiar; desce por esse rio até o marco n.º 1 (de Jatobá), situado na fazenda Jenipapeiro. *Com Piancó*, começando no marco n.º 1 (de Jatobá), situado na fazenda Jenipapeiro, à margem do rio Aguiar, segue em linha reta até o marco n.º 1, situado na lagoa dos Pilões ou do Sapé, na ponta da serra de São Pedro; deste marco, em linha reta, galga a linha de cumeada da serra de São Pedro, pela qual prossegue até o serrote Pelado; deste ponto, em linha reta até a ponta da Pedra Comprida e também, por outra reta, até o pico do serrote Vermelho, na propriedade Ôlho-d'Água; deste ponto, ainda em linha reta até o marco n.º 2, situado na lagoa da Pedra e daí em rumo certo ao marco n.º 3, situado no serrote do Tapuio e ao marco n.º 4, no lugar Muquém; deste marco, continua em linha reta até o de n.º 5, na propriedade Caiçara; por fim, até o marco n.º 6, situado à margem do rio Gravatá, no poço da Aroeira, na propriedade Aroeira, sobe pelo dito rio Gravatá até o marco n.º 6 (de Princesa Isabel), situado no boqueirão do Apertado da Urtiga. *Com Princesa Isabel*, começando no marco n.º 6 (de Princesa Isabel), no boqueirão do

Apertado da Urtiga, segue em linha até alcançar a cumeada da serra do Entre-Monte; prossegue por ela e depois por outra reta até o marco n.º 5 (de Princesa Isabel), no poço da Lavadeira, situado à margem do riacho das Bruxas; deste marco, segue em linha reta até o marco n.º 4 (de Princesa Isabel), colocado no sítio Canoas; ainda por outra linha reta até o marco n.º 3 (de Princesa Isabel), no sítio Macacos; deste marco, também em linha reta até o marco n.º 2 (de Princesa Isabel), localizado no sítio Umbuzeiro, seguindo por fim em linha reta até o marco n.º 1 (de Princesa Isabel), na linha de cumeada que divide as águas dos riachos Santana e das Bruxas, desce pela vertente ao marco n.º 5 (de Conceição) no poço do Caboclo. *Com Conceição*, começando no marco n.º 5 (de Conceição), no poço do Caboclo, segue em linha reta até o marco n.º 4 (de Conceição), situado na linha de cumeada da serra do Espêto; prossegue por ela e pela das serras do Pico e Ôlho-d'Água até o marco n.º 3 (de Conceição), situado na linha de cumeada da serra dos Barreiros; deste marco, desce em linha reta até alcançar a foz do Riachão, no rio Vazantes; sobe por aquela até a sua nascente na serra do Bom Jesus, e daí, por outra reta, até o marco n.º 2 (de Conceição), colocado na garganta do Besouro. *Com Bonito de Santa Fé*, começando no marco n.º 2 (de Conceição), situado na garganta do Besouro, segue pela linha de cumeada da serra Grande e, em seguida, pela que divide as águas do riacho da Curva do riacho Capim Verde, até o marco n.º 7 (de Bonito de Santa Fé).

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com São Boaventura, começando no poço da Aroeira, no rio Gravatá, nos limites municipais segue em linha reta até alcançar a cumeada da serra Branca; prossegue por ela e, em seguida, por outra linha reta até alcançar

a nascente do riacho de Emas; dêste ponto, segue por outra linha reta até alcançar a foz do riacho Marcela, no rio Piancó. *Distrito da Sede com Itamorotinga*, começando na lagoa dos Pilões, nos limites municipais, segue pela linha de cumeada que divide as águas do rio Aguiar do riacho da Barra até o ponto onde o caminho carroçável de Jamorotinga a Misericórdia corta o riacho do Frade; dêste ponto, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada que divide as águas do riacho Umbuzeiro do riacho Chatinha. *Distrito da Sede com Diamante*, começando na foz do riacho Marcela, no rio Piancó, sobe por êsse riacho até o marco n.º 7, situado à sua margem; dêste marco, prossegue em linha reta até alcançar o riacho Marcela; sobe pelo referido riacho até cortar o caminho carroçável Misericórdia-Conceição; daí, prossegue por êsse caminho até cortar o riacho Chatinha; sobe pelo referido riacho Chatinha até a sua nascente, na linha de cumeada que divide as águas dêste riacho e do riacho Umbuzeiro. *Distrito de Itamorotinga com Diamante*, começando na linha de cumeada que divide as águas dos riachos Chatinha do riacho Umbuzeiro, desce por êsse riacho até a sua foz no Vazantes, nos limites municipais com Conceição.

Necessidades locais — Misericórdia precisa de maior número de estradas que lhe facilitem, não somente as comunicações internas, como as externas. Necessita de estabelecimentos de créditos que lhe auxiliem a agricultura e o pastoreio. Junte-se maior número de escolas rudimentares, para a infância rural. *Povoações* — Além das vilas São Boaventura, Diamante e Ibituruçu, enumera várias povoações, sendo as mais importantes: Cantinho, Cachoeira, Currais Velhos, Minadouro, Planta de Fumo e Vazantes. *Religião* — Todo o município constitui a paróquia de N. S.^a da Misericórdia, fundada em janeiro de 1808, sendo a freguesia criada por Lei pro-

vincial n.º 5, de 11 de julho de 1860, contando as capelas filiais de N. S.^a da Conceição, em São Boaventura; de São José, em Currais Velhos e Minadouro; São Sebastião, em Diamante. *Rendas públicas* — Para o exercício de 1942, orçou o município sua receita em.... Cr\$ 160 000,00; arrecadou Cr\$ 112 196,20; fixou a despesa de Cr\$ 130 000,00 e realizou a de Cr\$ 109 271,10. A Coletoria Federal, em 1942, teve a receita de Cr\$ 53 501,10; a Coletoria Estadual, no exercício de 1941, arrecadou 239:386\$550 e efetuou a despesa de 138:230\$000. *Reparações públicas* — Na sede existem as seguintes: a Prefeitura, o Fórum, as Coletorias Estadual e Federal, Agência Postal-Telefônica, Mercado Público, Cartório do Registro Civil. *Sede* — A sede é a cidade de Misericórdia, distante 466 quilômetros a O. da Capital. Suas coordenadas, segundo a Comissão Pimenta da Cunha, em 1922, são: long. S. 10°-18'-19,41'', parte ocidental da igreja. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 297 prédios urbanos, 16 suburbanos, 1 576 rurais e a população: urbana, 2 285 habitantes; suburbana, 64; rural, 9 553. *Vias de comunicação* — Conta somente estradas carroçáveis e alguns caminhos de trânsito penoso, usando ainda, na maioria dos casos, o cavalo ou o mular para transporte de passageiros e mercadorias, pois muito reduzido é, no município, o número de automóveis e caminhões.

Moças — Serra do município de Monteiro, separando-o do Estado de Pernambuco.

Moças — ou Riacho das Moças — Zona muito agrícola e habitada do município de Teixeira, onde se cultivava cana-de-açúcar, cereais e algodão. No tempo da conquista, os sucurs aldeados sobre a serra, num dos seus costumeiros assaltos às fazendas de Pinharas, apoderaram-se de três jovens, filhas de fazendeiros, conduziram-nas para a taba e as incorporaram à tribo. Algum tempo de-

pois, é que foram encontradas, porém se recusaram a voltar para o seio da família. Como estavam habitando à margem de um riacho, denominaram este, Riacho das Moças.

Moças de Cima — Povoado do município de Piancó. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 44 alunos.

Mogeiro (Voc. de origem e significação duvidosa. Pode ser corr. da forma masculina do voc. ind. *mong-eir*: mel pegajoso) — Vila do município de Taboiana, distando da sede para O. 20 quilômetros. O distrito é cortado pela rodovia-tronco, comunicando-se com a Capital e com o sertão. Próxima lhe fica também a estação ferroviária do ramal Taboiana-Campina Grande. Consta de extenso arruado dividido em Mogeiro de Cima e Mogeiro de Baixo. Está na zona da caatinga e, embora seco, produz algodão, cereais e cria gado. Tem Agência Postal e realiza animada feira, semanalmente. Segundo o Recenseamento de 1940, conta: 117 prédios urbanos, 46 suburbanos, 2 151 rurais e a população: urbana, 380 habitantes; suburbana, 186; rural, 9 200. É freguesia de N. S.^a das Dores, criada por Lei provincial n.º 512, de 5 de julho de 1874. Além da igreja-matriz, conta as capelas filiais de São João Batista em Mogeiro de Baixo; N. S.^a do Terço, em Dois Riachos; N. S.^a da Conceição, em Pirauá.

Monjereba (Voc. ind.) — Afluente do rio da Guia. Rega terrenos muito férteis.

Monte Alegre — Lugarejo do município de São João do Cariri. Nêle funciona uma aula pública primária que matriculou 14 alunos em 1942.

Monte Horebe — Localidade do Município de Bonito de Santa Fé, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. O Recenseamento

de 1940 contou-lhe 57 prédios urbanos, 5 suburbanos, 470 rurais e a população: urbana, 154 habitantes; suburbana, 20; rural, 2 164. Tem iluminação pública e aula pública primária, cuja matrícula, em 1942, foi de 30 alunos, com média de frequência de 25.

Monteiro — Ex-Alagoa do Monteiro. Município a S. E. do Estado, na zona do Cariri. É o mais amplo dos municípios paraibanos. Ocupa a área territorial de 3 957 quilômetros quadrados. Sua população, segundo o Recenseamento de 1940, é de 46 387 habitantes, distribuídos; zonas urbanas, 2 976; suburbanas, 2 189; rurais, 46 387, ocupando 1 013 prédios urbanos, 621 suburbanos, 8 634 rurais. **Açudes** — Existem no município mais de 300 açudes particulares de pequena capacidade. Nas imediações da sede estão os seis maiores reservatórios do município. **Administração** — Politicamente é administrado por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, e 18 funcionários permanentes. Comarca de segunda entrância, cabe à administração da Justiça a um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública é da competência de um delegado de Polícia, na sede, e subdelegados nas vilas; o primeiro nomeado pelo Interventor Federal; os outros, pelo Secretário da Justiça; O Chefe de Polícia escolhe os suplentes para os referidos cargos. **Aspecto físico** — Situado parte no platô e parte nos acidentados das serras, apresenta a região dois aspectos: um, o dos Cariris, plano, de vegetação escassa; outro, irregular e fragoso com arvoredos opulentos. Serras principais: Acaí, Branca, Capitão-Mor, Fogo, Jabitacá, Jacarará, Moças, Pico da Tabaqueira e Santa Teresa. **Assistência social** — Funcionam na cidade um posto de Higiene, mantido pelo município e sociedades religiosas que prestam auxílios às classes pobres. Cogitam na edificação de um sanatório e o Estado

constrói um prédio para um Posto de Assistência. *Clima* — O clima é quente e seco, sendo as noites bem agradáveis. As vezes caem granizos no município, causando estragos à lavoura. A temperatura, mesmo nas estiagens prolongadas, não sobe de 32° C. à sombra nem no período das chuvas, que nos anos normais se estendem de janeiro a junho, desce abaixo de 20° C. Todo o município é muito saudável e muito preferido para o tratamento de afecções pulmonares. *Comércio* — O município mantém comércio animado com as praças de Campina Grande e Recife. Exporta algodão, peles, couros, fibras, cereais, queijos e rapaduras e importa tecidos, artigos de modas e de estivas, ferragens, maquinismos, etc. *Demografia* — Em 1941 registraram-se no município 673 nascimentos, 261 casamentos e 790 óbitos, destes, 6 natimortos. O departamento das delinquências teve o seguinte movimento: 50 contravenções e 15 crimes, destes, 5 de homicídio. *Distritos* — Além da sede, existem os distritos de Camalaú, Prata, São Sebastião, São Tomé e Tigre. *Etnografia* — No passado, a região era ocupada pelos Sucurus, da grande família Cariri, a qual muito resistiu ao colono português, tendo em grande parte, devido à pressão feita por outras tribos, emigrado para o Açu. Os remanescentes se caldearam com os povoadores portugueses e brasileiros, procedentes de Pernambuco, Bahia e outros pontos da Capitania da Paraíba. Serra Branca foi o primeiro local que recebeu a colonização. Tempos depois é que lhe reuniram pequena parcela de africanos. *Fauna e flora*. — A fauna apresenta variedades em voláteis, batráquios e ofídios. Dos animais silvestres, se encontram ainda a onça, o gato bravo, o porco montês, o veado, o tatu, o mocó, a preá, o tamanduá, etc. A flora é rica em plantas medicinais, em cactos e bromélias e, nas serras, vegetam o angico, a aroeira, a baraúna, o cedro. Nos tabuleiros crescem o pereiro e a jurema; nos baixios a

oiticeira, o juazeiro. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Excetuando-se as propriedades situadas nas serras, as demais, em número excedente de 300, são utilizadas na agricultura e no pastoreio. Monteiro é progressista e os proprietários, ali, em grande parte, empregam métodos modernos na pecuária e nas lavouras. Entre estes se destacam os senhores das fazendas Firmeza, Jatobá, Feijão, Betânia e Olho-d'Água do Cunha. Na penúltima se faz, cientificamente, um plantio de algodão de fibra longa. No arrolamento feito em 1941, foram os seus rebanhos computados: 16 000 bovinos, 2 400 eqüinos, 2 250 muare, 2 000 lanígeros, 15 000 caprinos, 2 100 suínos e 55 000 aves. *Feiras* — Na sede, nas vilas e nas principais povoações, semanalmente, se realizam feiras muito animadas. *Geologia* — Estudaram a região os profissionais Jules Detord e Júlio Lopes da Cruz. Do Relatório do último é o seguinte trecho: "O aspecto desta bacia é ondulado, apresentando alguns pontos elevados, tais como a Serra Branca, a do Fogo, a do Salgado, etc. O terreno é composto, em geral, de *argila silícica*, de cor vermelha, coberta em quase toda a sua superfície de fragmentos de rochas cristalinas; granitos, quartzo, quartzitos, feldspatos, micas, grés e antracitos, os *calcários* e o ferro carbonatado são muito abundantes. Estas rochas e as ondulações do terreno que se dirigem de preferência do S. E. para N. E., caracterizam perfeitamente os terrenos de transição com todas as suas quatro divisões. O quartzo, o quartzito, o feldspato, a mica, o esquisto e outras rochas ígneas, atestam ter sido aquela zona sujeita a grandes convulsões e até à ação vulcânica, como demonstra a formação da Serra Branca. *Hidrografia* — No município nasce o Paraíba (V. *Paraíba*) tendo como tributários, além de outros, os riachos Bom Jesus, Espinho, Santana. Serra, Tamanduá, Tinguí e Umbuzeiro. Perto da sede existiu a lagoa do Periperi. *História* — Lutas entre os sucurus

de Monteiro e Teixeira com outras tribos, forçaram grande parte dos primitivos moradores da região a emigrar para o Açu, pondo-se sob a proteção e ordens do comandante do têrço dos Henriques, Luís Soares. Domado o gentio, já ali tinham, em fins do século XVIII, Custódio Alves Martins, João Ferreira de Melo e alguns outros, fazendas de criação. No ano de 1800, Manuel Monteiro do Nascimento e sua mulher desmembraram de sua fazenda Lagoa do Periperi, meia légua de terra em quadro para constituir o patrimônio de uma capela consagrada a N. S.^a das Dores, por eles edificada no pátio de sua casa de venda, distante 300 metros da margem do rio do Meio. A excelência do local foi atraindo habitantes e, em pouco tempo, havia ali um povoado que, em 1840, já trocava o seu primitivo nome — Lagoa do Periperi — pelo de Povoação da Lagoa, contando naquele ano 20 casas de telha. Pouco tempo depois, em homenagem ao seu fundador, recebeu o nome de Alagoa do Monteiro. A Lei n.º 5, de 11 de outubro de 1858, elevou o povoado a distrito de paz; em 25 de junho de 1872, criaram-no vila. Por Decreto n.º 868, de 13 de novembro de 1917 foi erigida em comarca. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, conservou-lhe a organização municipal cabendo a sede manter os fôros de cidade, passando a denominar-se somente — Monteiro.

Indústria — Monteiro vai se interessando pelas indústrias locais. Conta 26 instalações para beneficiar algodão, oito destas funcionando na cidade, 2 usinas para o preparo de fibras de crauá, uma exploração de apatita, aproveitamento de águas minerais, além do fabrico de lacticínios e rapaduras. Em 1941 exportou: 258 000 kg de fibras de crauá, 6 000 sacos de 60 kg de milho, 105 000 cachos de bananas, 2 370 310 kg de algodão em pluma, 2 500 l de aguardente, 100 000 kg de bagas de mamona e 25 000 kg de rapaduras. **Instrução** — Conta sô-

mente a instrução primária distribuída por 16 aulas públicas e um grupo escolar, a cargo de 24 professores. Em 1942, êsses estabelecimentos matricularam 813 alunos, obtendo 643 de freqüência média. **Limites** — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites para o município: — *Com São João do Cariri*, começando na linha de cumeada da serra dos Cariris Velhos nos limites com Pernambuco (São José do Egito), na nascente do riacho Cacimbinha, desce por êsse riacho até a sua confluência com o riacho das Flores; dêste ponto prossegue em linha reta até o marco n.º 8 (de São João do Cariri), situado na fazenda Mulungu; daí, prossegue pela linha de cumeada do contraforte da serra de Sucuru, que passa ao norte de Ôlho-d'Água do Padre e, em seguida, pelo da mesma serra; daí prossegue em linha reta até o marco n.º 7, (de São João do Cariri), situado à margem do rio Sucuru, a 1 000 metros da vila de Sucuru; ainda por outra linha reta, segue até o marco n.º 6 (de São João do Cariri), situado à margem do rio do Meio, na fazenda Conceição; finalmente, segue em linha reta até o marco n.º 5 (de São João do Cariri), situado na fazenda Caiçara, que fica dividida para os dois municípios; daí prossegue pelo caminho de tropa do Brejo da Madre Deus, que divide Pindurão para os dois municípios, até alcançar o marco n.º 4, na fazenda Jerimum, na serra de Jacarará. *Com Pernambuco* — (*Município de Brejo da Madre Deus, Pesqueira, Rio Branco, Alagoas de Baixo, Afogados e São José do Egito*), começando no marco n.º 4 (de São João do Cariri), situado à margem do caminho de tropa do Brejo da Madre Deus, no ponto onde êsse caminho corta a linha de cumeada da serra dos Cariris, que toma o nome de serra de Jacarará, segue pela linha de cumeada dessa serra e das Umburana, Quebrada, do Acaí, das Moças, das Porteiras, do

Pau-d'arco, Jabitacá, Branca e finalmente o trecho conhecido por Cariris Velhos, até alcançar a nascente do riacho de Cacimbinha.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Muquiqui, começando na nascente do riacho Sítio do Melo, na linha de cumeada da serra Verde, desce por êsse riacho até o marco n.º 1, situado na fazenda Areal. *Distrito da Sede com Sumé*, começando no marco n.º 1, situado à margem do riacho Sítio do Melo, na fazenda Areal, segue em linha reta até o marco n.º 2, situado na lagoa de Caraúba; ainda por outra linha reta segue até o marco n.º 3, situado na fazenda Curupaiti. *Distrito da Sede com Camalaú*, começando no marco n.º 3, situado na fazenda Curupaiti, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 4, situado na linha de cumeada da serra Rajada, na fazenda do mesmo nome; dêste marco, prossegue ainda em linha reta até confluência dos rios Cacimba e Umbuzeiro ou Serra, na fazenda Ingá. *Distrito da Sede com Caroá*, começando na confluência dos rios Cacimba, Umbuzeiro ou Serra, sobe por êsse rio até a foz do riacho Mão Beijada e ainda por êsse riacho até a sua nascente na linha de cumeada que divide Paraíba de Pernambuco. *Distrito de Sumé com Muquiqui*, começando no marco n.º 1, situado à margem do riacho Sítio do Melo, na fazenda, desce por êsse riacho, que toma o nome de riacho de Areia, até a foz do riacho Ôlho-d'Água dos Caboclos, sobe por êste riacho até a sua nascente, na linha de cumeada que divide São João do Cariri de Monteiro. *Distrito de Sumé com Camalaú*, começando no marco n.º 6 (de São João do Cariri), situado à margem do rio do Meio, na fazenda Conceição, sobe por êsse rio até a foz do riacho Caralbeiras; daí sobe pelo referido riacho até a sua nascente e, por linha reta prossegue

até o marco n.º 5, situado na fazenda Jerimum; finalmente, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 3, situado na fazenda Curupaiti. *Distrito de Camalaú com Jacarará*, começando no marco n.º 4, situado à margem do caminho de tropa do Brejo da Madre Deus, nos limites com Pernambuco, segue em linha reta até alcançar a foz do riacho da Rapôsa, no rio da Serra ou Umbuzeiro, na fazenda Rapôsa; sobe pelo referido rio até a foz do rio Cacimbas, na fazenda Ingá. *Distrito de Caroá com Jacarará*, começando na confluência do rio Cacimbas, com o rio Serra ou Umbuzeiro, na fazenda Ingá, sobe por aquêlê rio até a sua nascente, na linha de cumeada da serra das Porteiras, nos limites com Pernambuco.

Necessidades locais — Precisa Monteiro de maior soma de iniciativa dos seus habitantes, de estradas internas, de escolas, principalmente agrícolas, de melhor aparelhamento de assistência social, de um sanatório ou estabelecimento que melhor aproveite suas águas minerais, comprovadamente magnesianas. *O meio social* — A sede do município conta uma sociedade educada e instruída que possui biblioteca, sociedades recreativas, artísticas, esportivas, inclusive um clube de aeronáutica, possuindo regular campo de aviação; possuiu, outrora, imprensa periódica. *Povoações* — De par com as vilas, sedes de distritos, conta várias povoações, sendo as mais importantes: Boa Vista, Boi Velho, Carnaúba, Fundão, Ipueiras, Santa Clara. *Religião* — A quase totalidade da população do município é católica apostólica romana, existindo duas freguesias: a de N. S.^a das Dores, na sede e a de S. Sebastião, em Caroá, antigo São Sebastião. A primeira tem oito capelas filiais nas vilas e povoações e reúne várias sociedades e confrarias. Eclesiasticamente, é da jurisdição de João Pessoa, do arcebispado. *Rendas públicas* — No exercício de 1942, foi a receita do muni-

cípio orçada em Cr\$ 200 000,00 a cifra da arrecadação atingiu Cr\$ 257 449,10; foi fixada a despesa de Cr\$ 250 000,00 e efetuada a de Cr\$ 234 534,50. Em igual exercício, a Coletoria Federal arrecadou Cr\$ 82 646,00. No exercício de 1941, a Coletoria Estadual teve a receita de... 399:984\$150 e a despesa de 235:120\$100.

Repartições públicas — Prefeitura Municipal, Estação Postal-Telegráfica, Estação Meteorológica, Coletorias Federal e Estadual, Grupo Escolar, Matadouro, Mercado Público, Posto de Higiene, estabelecimentos de créditos: agências do Banco do Brasil, Banco do Povo, Banco Auxiliar do Comércio e Caixa Rural.

Riquezas minerais — Em minérios, é Monteiro um dos ricos municípios do Estado. Estudos feitos por vários profissionais revelam que as serras Minas, Peru, Fogo, Cipó e Boa Vista contêm jazidas de carvão de pedra, ferro, ouro, enxofre, salitre, cristal de rocha e pedras preciosas. Atualmente se faz exploração de apatita, na fazenda Ôlho-d'Água do Cunha, propriedade dos irmãos Maier. É notável também sua posante fonte de água bicarbonatada-cálcica-magnesiânica, que está atraindo visitantes deste, e dos estados vizinhos.

Sede — A cidade de Monteiro está a 590 metros de altitude e na distância de 306 quilômetros da Capital. A comissão chefiada por Arnaldo Pimenta da Cunha levantou-lhe as seguintes coordenadas: lat. S. 7°-53'-27,33"; long. E. do Rio de Janeiro, 6°-06'-01,90", em frente à matriz. A cidade é bem situada à margem esquerda do rio do Meio, de boa edificação, ruas largas, praças ajardinadas, numa das quais ergue-se um monumento a João Pessoa. Reúne duas avenidas, oito ruas, nove travessas e duas praças. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 771 prédios residenciais e 2 475 habitantes. As construções mais notáveis são: o Palácio da Prefeitura, o Grande Hotel e a Igreja-Matriz, edificada pelo missionário capucho, Frei Caetano de Medina. Verificam-se ainda na cidade; boa

iluminação elétrica, um serviço de remoção de lixo e um pequeno serviço de abastecimento de água, por meio de um xafariz, cujo manancial tem, para 24 horas, a capacidade de 18 000 litros.

Vias de comunicação — Está a cidade, de pouco tempo, ligada a Campina Grande por excelente rodovia e também a Alagoa de Baixo, do Estado de Pernambuco, localidade que fica a 30 quilômetros de distância. Por essas rodovias passa regular serviço de auto-ônibus. Para transporte de passageiros e mercadorias existiam no município, em 1942, 20 automóveis, 1 auto-ônibus, 14 motocicletas, 27 caminhões e 26 carros de bois.

Montemor — Povoação do município de Mamanguape, distando da sede para L. uns 10 quilômetros. Ainda hoje, sua população é composta de descendentes dos índios potiguaras. Foi vila e freguesia de N. S.^a dos Prazeres. Decaiu e agora é medíocre povoado, e sua capela filial da Paróquia de São Pedro e São Paulo (V. *Mamanguape*). Está no tabuleiro, num ponto elevado, à margem esquerda do rio Vermelho, distante dois quilômetros da vila de Rio Tinto. Mário Campelo, em nota feita à sua *Corografia de Mamanguape*, diz: "Confundem Montemor com Preguiça e Rio Tinto, Rio Tinto foi construída no local à margem direita do rio Vermelho, onde assentava o engenho Preguiça, portanto Montemor e Rio Tinto são povoações distintas, distante 2 quilômetros uma da outra".

Moreno (V. *Solânea*.)

Montevidéu — Povoado do município de Conceição. Conta uma escola pública primária e uma capela de São Sebastião.

Mucuitu (Voc. ind., formado de *mu-quin-itu*: o salto ou cascata do mosquito) — Poço presumido insondável, entre caldeirões da Borborema, no município de Teixeira. Nêle tem origem o rio do mesmo nome, afluente do Taperoá.

— Vila do município de São João do Cariri. Foi elevada a essa categoria pelo Decreto-lei n.º 1 164. Tinha o nome Santo André, que lhe foi mudado para o atual, pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Está situada no Cariri. Realiza semanalmente feira bem concorrida. Sua escola pública primária em 1942, matriculou 42 alunos, tendo 28 de frequência média. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 34 prédios urbanos, 478 rurais e a população: urbana, 124 habitantes; rural, 2 778.

Muçu Magro — Lugarejo do município da Capital, cortado pela estrada carroçável Gramame — Barra de Gramame. Tem uma capela e uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 26 alunos, tendo 20 de frequência média.

Muçuré (Voc. ind., *mboçu-ré*: *muçu*: diferente) — Rio do município de Santa Rita. É perene e afluente da margem esquerda do Gramame.

Mucuta — Localidade do município de Santa Rita, nas imediações do engenho que lhe deu o nome. Tem uma escola pública primária que, em 1942, teve 46 matriculados, com a frequência média de 30.

Mujiqui (Voc. ind., corr. de *mon-jiqui*: fazer armadilha para peixes) — Povoação de município de Monteiro, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. O Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe o antigo nome — Prata — para o atual. Tem uma capela de N. S.ª da Conceição e uma Escola Pública; esta, em 1942, matriculou 51 alunos, tendo 39 de frequência média. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 65 prédios urbanos, 28 suburbanos, 1 527 rurais e a população: urbana, 228 habitantes; suburbana, 96; rural, 7 208.

Mulungu (V. *Camarázal*.)

Mulungu de Cabaças — Povoado do município de Campina Grande, distando da sede, para E., 25 quilômetros. Tem uma capela dedicada a São José.

Mulunguzinho — Povoado do município de Guarabira. Nêle funciona uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 43 alunos.

Mumbaba (Voc. ind., corr. de *mimbab*: a criação) — Rio caudaloso, afluente da margem esquerda do Gramame. Nasce no município de Pedras de Fogo tendo 25 quilômetros de curso.

Mumbuca (Voc. ind., corr. de *mimbaú-ca*: o que foi trazido) — Fazenda no município de Campina Grande onde, em cavernas e tanques naturais, se encontram fósseis.

Mundaú (Voc. ind. formado de *manda-u*: rio dos montes) — Afluente da margem esquerda do Mamanguape, tendo sua foz defronte da cidade de Alagoa Grande.

Mundo Novo — Lugarejo do município de Umbuzeiro. Possui escola pública primária que matriculou 46 alunos em 1942.

Muquém (Voc. ind.: o assado) — Povoado do município de Areia. Conta uma escola pública primária que matriculou 39 alunos, em 1942.

Muros — Povoado do município de Tabaiana. Em 1942, sua aula primária matriculou 45 alunos, tendo 34 de frequência média.

N

Namorado — Açude construído pela Inspetoria Federal das Obras contra as Secas, no município de Cabaceiras. Tem a capacidade de 2 118 980 metros cúbicos.

Natuba (Voc. ind. corr. de *ia-tiba*: frutos ou côcos em abundância) — Vila do município de Umbuzeiro. Segundo o Recenseamento de 1940, conta 62 pré-

dios urbanos, 21 suburbanos, 1 462 rurais e a população: urbana, 190 habitantes; suburbana, 78; rural, 4 985. É centro de distrito agrícola, cultivando e exportando café. Foi muito próspera, mas uma cheia do Paraíba e do seu tributário o riacho Natuba, entre os quais situou-se a vila, quase a destruiu. Perdeu sua importância e até a categoria de Paróquia de N. S.^a da Conceição, sendo em 21 de outubro de 1902, anexada à da sede. Natuba é servida por uma Agência Postal e por três aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 141 alunos, obtendo 108 de frequência média.

Natuba Velha — Lugarejo do município de Umbuzeiro. Tem uma capela de N. S.^a do Rosário e uma escola pública primária.

Navalha — Local do município de Campina Grande onde, numa caverna, encontrou o Dr. Irineu Jófili, restos de um animal fossilizado. Ao Instituto Histórico Pernambucano, remeteu um dos ossos encontrados, opinando a dita corporação ser o maxilar de um megatério.

Nazaré — Nome por que é também conhecido o povoado Poço (V. Poço).

— Povoação florescente do município de Sousa, distando da sede para S. E., 25 quilômetros. Está à margem esquerda do riacho Trapiá. Nela se encontram vários maquinismos para beneficiar algodão, uma escola pública e uma capela de São Sebastião.

Negra — Serra a O. do município de Patos. Muitos a confundem com a de igual nome no Rio Grande do Norte.

Negrinhos — Açude construído pela Inspetoria Federal das Obras contra as Secas. Tem a capacidade de 600 000 metros cúbicos. Abastece a cidade de Ibiapinópolis.

Nhandu (Voc. ind.: a ema ou a aranha). — Vila do município de Pombal.

Sua antiga denominação — Lagoa —, foi alterada para a atual por força do Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Está à margem do riacho Lagoa e é sede de distrito. Conta aula pública primária que, em 1942, matriculou 35 alunos. Realiza uma feira semanal. O distrito possui várias instalações para beneficiar algodão. Um dos melhores edifícios da sede, é a capela de N. S.^a da Conceição. O Recenseamento de 1940 computou-lhe: 29 prédios urbanos, 9 suburbanos, 734 rurais e a população: urbana, 63 habitantes; suburbana, 43; rural, 3 662.

Nova Floresta — Povoação do município de Cuité. É promissora: realiza uma feira semanal, tem uma capela e uma aula pública primária. Esta, em 1942, matriculou 33 alunos.

Nova Olinda — Vila do município de Piancó cuja categoria lhe foi dada pelo Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, que lhe mudou o nome para Andreza que é o atual. Tem uma capela de N. S.^a dos Remédios, uma escola pública primária que, em 1942, teve 50 matriculados e 26 de frequência média.

Nova Palmeira — Povoação do município de Picuí. Conta Agência-Postal-Telefônica. Realiza boa feira semanal e tem uma capela. Em 1942, sua escola pública primária matriculou 83 alunos.

O

Oititicatuba (Voc. ind.: abundância de oitícica) — Povoação do município de Sousa, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. O referido decreto substituiu-lhe o antigo nome — São José de Lagoa Tapada — pelo de Oitícica, e o Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, deu-lhe o nome atual. O Recensamento de 1940 encontrou-lhe: 112 prédios urbanos, 84 suburbanos, 744 rurais e a população: urbana, 311 habitantes; suburbana, 300;

rural, 3 685. É florescente, produzindo o distrito algodão, cereais, e rapaduras. Realiza boa feira semanal, conta uma capela e uma escola primária, cuja matrícula foi, em 1942, de 71 alunos, com a frequência média de 43.

Olho-d'Água — Local do município de Campina Grande onde se encontram restos de animais fossilizados.

— Povoação florescente do município de Piancó. (V. *Ibura*.)

— Povoado promissor do município de Umbuzeiro, onde funcionam duas aulas públicas primárias. Nestas, em 1942, se matricularam 88 alunos, resultando a média de frequência de 73.

Olho-d'Água do Frade — Fonte que surge no flanco da serra de Santa Catarina, no município de Sousa. Corre entre penhas, mas, antes de atingir o sopé, desaparece completamente.

Olho d'Água do Pedro — Interessante fonte do município de Batalhão. Jorra duma gruta ampla ornada de estalactites e estalagmites que se refletem nas águas. Estas, às vezes, sofrem revoluções, ouvindo-se rumores subterrâneos. É crença popular existir na gruta uma fada que estimula boas estações chuvosas.

Olho d'Água dos Canudos — (V. *Teixeira*.)

Olho d'Água do Serrão — Povoado próspero do município de Mamanguape, 20 quilômetros a S. E. da sede. É centro de zona agrícola, tem uma capela dedicada a S. José e uma aula pública primária.

Olivados — Povoação do município de Ibiapinópolis, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938; tinha o nome São Francisco, mudado para o atual pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Possui uma capela e realiza feira semanal. Sua aula pública primária, matriculou, em 1942, para uma frequência

média de 18, o total de 25 alunos. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 40 prédios urbanos, 5 suburbanos, 348 rurais e a população: urbana, 70 habitantes; suburbana, 27; rural, 1 554.

Oratório — Povoação do município de Umbuzeiro, nos limites com o Estado de Pernambuco. É centro agrícola e sua escola pública primária teve 48 matriculados, em 1942, e uma frequência média de 31.

— Povoado do município de Maguari, no distrito de Pedras de Fogo. Está na bifurcação das estradas de Santa Rita e Serrinha, atual Juripiranga. Tem Posto Fiscal, uma capela e uma escola pública primária que matriculou 45 alunos em 1942.

Ourique — Povoado do município de Alagoa Nova. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 48 alunos, tendo 34 de frequência média.

P

Pacheco — Lugarejo do município de Guarabira, no distrito de Araçaji. É centro agrícola-pastoril. Tem escola pública primária que, em 1942, matriculou 61 alunos.

Paço — Povoado do município de Alagoa Nova. Nêle funciona uma escola pública primária que teve 42 matriculados, em 1942.

Padre Antônio — Ribeiro que nasce a L. da Capital, nas fraldas da colina da Cruz do Peixe e se lança à margem direita do Paraíba, com o nome Tambiázinho, depois de receber outros rios.

Padre Azevedo — Açude do município de Sapé, construído pelos industriais e agricultores J. Úrsulo & Irmãos, sob a fiscalização da Inspeção Federal das Obras contra as Secas. Sua capacidade é de 11 500 000 metros cúbicos.

Paiaçus (Voc. ind., *paia-cu*: o que é comido depois de velho) — Nome de uma tribo da família cariri. Habitava no alto sertão os limites entre as capitanias da Paraíba e Rio Grande do Norte. Mesmo depois de domada, sofreu tais perseguições dos paulistas do Açu que, da Metrópole, vieram medidas severas assegurando a liberdade dos silvícolas.

Palmatória — Riacho de certo volume de água, do município de Monteiro, afluente do Paraíba.

Palmeiras — Povoado do município de Bananeiras. Na sua aula pública primária matricularam-se 42 alunos, em 1942.

Paó (Voc. ind., parecendo indicar terreno em declive) — Lagoa que se estende alguns quilômetros, a partir do lado S. da zona urbana de Alagoa Grande. Outrora dava a lagoa nome à região, conhecida primitivamente por Sertão do Paó.

Papamel — Povoado do município de Cajazeiras. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 34 alunos, tendo a frequência média de 25.

Paraíba (Voc. ind. Para alguns escritores, é formado de *pará-iba*, a que Elias Herckman atribuiu a significação de rio mau; Loreto Couto a de — rio caudaloso; Teodoro Sampaio, seguindo Herckman, a de — rio mau — rio impraticável; outros autores dizem significar — braço do mar ou braço que vem do mar — e esta parece ter os elementos essenciais para ser aceita. Quem conhece o rio Paraíba do Norte, até 15 milhas, aquém de sua foz, sabe que ele não é mau, revelando-se verdadeiramente praticável até onde chega a ação da maré. Daí por diante é simples escoadouro, derivando de planalto, sem saltos ou quedas, conservando água somente durante a estação das chuvas. Além disto tinha nomes diversos no seu curso, na língua dos selvagens) — Rio de 330 quilômetros de curso que, a princípio à Ca-

pitania, depois à Província e, por fim, ao Estado, deu seu nome. Rio de planalto, atravessando regiões de solo pouco permeável na quase totalidade de seu curso. Só no período das chuvas se revela torrencioso. No verão apenas conserva água em poços não muito próximos uns dos outros. Na época invernal, especialmente na várzea, chega a cobrir o campo numa extensão de 5 quilômetros, causando estragos consideráveis nos canaviais e, às vezes, esterilizando os terrenos, cobrindo-os de espessa camada de areia grossa que impede a vida vegetal. A inundação dura de 3 a 15 dias; às vezes se repete, mas, ordinariamente, após o terceiro ou quarto dia da enchente, o rio dá vaz. O leito ora se alarga, ora se restringe, tendo assim profundidade variável, mesmo onde está recebendo o influxo da maré. Começa por três rios distintos: o da Serra, o do Meio, e o Sucuru. Na serra de Jabitacá, limite do município de Monteiro com o Estado de Pernambuco, nasce o rio do Meio que, engrossado por diversos tributários, vem banhar a cidade de Monteiro; avança pelo município de São João do Cariri e, entre as vilas de Congo e Caraúbas, se reúne aos rios da Serra e Sucuru, ambos originários das linhas divisórias de Monteiro com o Estado de Pernambuco. Após o ponto de junção, toma o nome de Paraíba. O rio da Serra é o mais volumoso, porém o do Meio é mais extenso 10 quilômetros e, por isto, o consideram o verdadeiro Paraíba. Tem este, mau grado as sinuosidades, a direção de S. E. a N. O. O seu leito se distende entre serras, acompanhando a linha divisória de Paraíba e Pernambuco, afastando-se para o centro do Estado depois de Pirauá, povoação do município de Umbuzeiro. Sua foz se abre quase no meio do litoral paraibano a 6°-57'-20" lat. S. e 34°-48'-45" de long. W. Gr. Seus principais afluentes, a começar do planalto da Borborema: da margem esquerda, o Taperoá, o Santa Rosa, o Bodocongó, o Paraibinha, o Caiurá ou

Surrão, o Ingá, o Gurinhém, o Curima-taú, o Gargaú, e o Guia: da margem direita: os riachos Santo Antônio e Aguapava, o Una, o Tiberi, o Sanhauá, o Tambiázinho, o Mandacaru, todos perenes. O nome de rio do Meio resultou de estar entre o da Serra e o Sucuru, êstes de igual importância. O Paraíba banha a cidade de Monteiro, as Vilas de Caraúba e Congo, de São João do Cariri; atravessa o município de Cabaceiras, passando a 5 quilômetros da cidade; 20 quilômetros abaixo corta a serra do Boqueirão e banha a histórica vila de Carnoió, entra no município de Umbuzeiro, onde estão, à sua margem, Natuba e Aguapava; penetra no município de Tabaiana, banhando os povoados Dois Riachos, as vilas de Salgado e Guarita, a cidade de Tabaiana; em seguida tem na margem esquerda a cidade de Pilar, onde começa a várzea. Alcança o município de Maguari, banhando a vila de Taipu e a sede. Corta o município de Santa Rita, tendo a cidade dêste nome à sua margem direita; banha o povoado de Jacaré e a vila de Cabedelo, do município da Capital, começando aí o seu estuário. Por um lastimável erro, ainda hoje os compêndios de geografia ensinam que a capital do Estado está à margem do Paraíba, quando assenta no lado oriental do Sanhauá. (V. *Sanhauá* e *Cabedelo*.) Tem a denominação de Paraíba do Norte, para distinguir-se de Paraíba do Meio, rio de Alagoas e Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro.

— Estado do Brasil norte-oriental, na região propriamente chamada do Nordeste, entre 6°-50'-48" e 7°-25'-36" lat. S. e 34°-47'-38,49" e 38°-5'0" long. W. Gr. (V. *Cabo Branco*). Ocupa uma área territorial de 55 920 quilômetros quadrados, tendo a população, segundo o Recenseamento de 1940, ainda não publicado, de 1 432 618 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 199 296 habitantes; suburbanas, 118 377 e rurais, 1 114 465. *Agüdes* — Milhares de pequenos agüdes conta o Estado, necessitando porém que

êsse número se multiplique. Os de grande capacidade, de comprovada eficiência, são os seguintes, construídos pela Inspetoria Federal das Obras contra as Secas: Barra de Xandu, Bodocongó, Cajazeiras, Condado, Corema, Macapá, Negrinhos, Pilões, Piranhas, Riacho dos Cavalos, Santa Luzia, São Gonçalo e Soledade. Também a referida Repartição auxiliou a construção das seguintes barragens: de propriedade particular: Albino, Boa Vista, Curtume, Lagoa de Cima, Namorado, Padre Azevedo, Santa Emília e Vaca Brava. (V. os artigos relativos) *Administração* — Politicamente, é o Estado dirigido por um Interventor Federal, nomeado pelo Presidente da República. Conta a Interventoria com um secretário, um oficial de Gabinete, um ajudante de ordens, todos de sua escolha, e do pessoal permanente da respectiva Secretaria. Como órgãos de colaboração, existem três Secretarias: Interior, Justiça e Segurança Pública; Agricultura, Viação e Obras Públicas e a das Finanças, todas dirigidas por um Secretário, nomeados pelo Poder Central do País. A primeira conta os departamentos: Justiça, Saúde Pública, Educação, Estatística, Negócios Municipais, Segurança Pública compreendendo a Polícia Civil e a Militar; Escola Correccional Presidente João Pessoa; Serviços de Arquivo e Biblioteca Pública; Assistência Social, Abrigo dos Menores Jesus de Nazaré. A segunda se desdobra em Obras Públicas, Fomento da Produção, Colônia Agrícola de Camaratuba, Cooperativismo, Serviços Elétricos, Serviços Portuários, Saneamento Urbano; Escola de Agronomia do Nordeste; Comissão Central de Abastecimento; Junta Commercial e Pôsto de Combustível. A terceira conta as seguintes seções: Gabinete do Secretário, Contadoria Geral, Tesouro, Procuradoria da Fazenda, Inspetoria de Vendas e Consignações, Patrimônio do Estado, Recebedoria de Rendadas da Capital, Recebedoria de Rendadas de Campina Grande, Coletorias nas se-

des dos municípios. Como órgão consultivo, funciona o Conselho Administrativo; independente, constituído de três membros nomeados pelos altos Poderes da República. Os negócios atinentes à Justiça competem a uma Corte de Apelação ou Tribunal de Apelação, composto de sete desembargadores, um procurador geral, um secretário dirigente do pessoal administrativo. A ação judiciária cabe a um corregedor e aos juizes de direito e seus suplentes, nas 41 comarcas do Estado. Em 1942, o Tribunal de Apelação realizou 228 sessões, destas, 4 extraordinárias, tendo entrado 998 feitos e julgado 990. A Segurança Pública tem por órgãos principais: o Chefe de Polícia, os delegados e subdelegados, os primeiros na Capital e nas sedes dos municípios; os outros nas vilas. *Aspecto físico* — O território paraibano, é à beiramar, a espaços, alterado por outeiros e colinas formando *barreiras*, sendo a mais notável a do Cabo Branco. (V. *Cabo Branco e Costa da Paraíba*.) Do litoral para O. o terreno é mais ou menos plano até alcançar a caatinga, de tabuleiros ondulados. Segue-se o Brejo, todo montanhoso e, depois, o chapadão da Borborema, ao qual sucede o Sertão, ora ligeiramente acidentado, ora plano, em longos avarzeados. Pela vegetação e natureza do terreno, se observam na Paraíba diversas zonas. A primeira é a das praias, arenosas, cobertas de vegetação abundante em alguns pontos, noutros distendendo-se em tabuleiros onde cresce a mangabeira, indo terminar nos vales dos rios Abiá, Gramame, Paraíba, Mamanguape e Camaratuba. Esta zona é úmida e própria para as culturas de climas tropicais. À várzea, sucede a Caatinga que se assinala pela aspereza do solo e porte mais apoucado da vegetação, aparecendo plantas xerófilas. Região seca de tabuleiros pedregosos e escassa em água potável, presta-se à criação do gado e à lavoura do algodão. Sua largura não excede de 25 quilômetros, indo limitar-se com a cordilheira.

Nas fraldas orientais aparece a descoberto a rocha de granito mas à proporção que as transpomos, vê-se a distensão de mil curvas, de gargantas e vales apertados, enfim o *Brejo* não sujeito às secas, com as suas ladeiras, os seus terrenos argilosos, ora vermelhos, ora roxos, ora esbranquiçados, próprios para as atividades agrícolas. Regatos perenes, fontes inexauríveis abastecem a região que, no lado ocidental, sem declinação, dá comêço ao Agreste, estreita faixa arenosa, muito agrícola e notável pelas jabuticabeiras nativas que a pontilham. Ali se encontram os terrenos que, na Paraíba, melhor produzem a batatinha. Sucedem agora os Cariris Velhos, o verdadeiro planalto com uns 100 quilômetros de largura. É a região dos cardos, das bromélias, amenizando a monotonia da paisagem a copa ampla dos umbuzeiros, de fruto muito apreciado. Esta, a região mais seca do Estado, raríssimos mananciais; imprestável quase a água que se extrai do subsolo. Conta distritos onde se observa, cinco anos consecutivos, a ausência de chuvas. Apesar de seca, é região excelente para o pastoreio e, caindo chuvas, produz algodão e cereais. Vai limitar-se com a serra e, nas fraldas ocidentais, começa propriamente o Sertão, de solo ondulado, de tabuleiros pedregosos que fazem lembrar a Caatinga, vegetação enfezada, falha, várzeas e descampados onde, com as chuvas, cresce o panasco, gramínea forrageira. No estio, a região desnuda tem aspecto desolador, mas na estação pluviosa transforma-se completamente. O tabuleiro cobre-se de gramíneas; o baixio, que é o vale dos rios, riachos e córregos, entre o amparo dos cercados, o milhoal atinge três metros de altura. Dos alagados, emerge o arrozal e nas orlas dos roçados casula o algodão, cujo plantio se renova de oito ou dez anos. Oficialmente, porém, existe a seguinte divisão geográfica do Estado: *Litoral*, 4 506 quilômetros quadrados e 235 457 habitan-

tes; *Caatinga*, 4 297 quilômetros quadrados e 258 257 habitantes; *Cariris*, 15 888 quilômetros quadrados e 270 250 habitantes; *Sertão*, 25 633 quilômetros quadrados e 442 091 habitantes. Como se vê, é a Borborema que orienta o relevo do solo paraibano, constituindo o sistema principal, não esquecendo-se de que nos limites ocidentais chegam extremidades de contrafortes da serra do Araripe, alcançando os municípios de Bonito de Santa Fé e Conceição. A Borborema, atravessando o Estado de N. O. a S. O., se dilata em contrafortes ou ramificações que recebem os nomes de serras de: Araruna, Branca, Bonita, Boqueirão, Canastras, Cuité, Carnoió, Caturité, Comissário, Enxôfre, Espinho, Formigueiro, Jabre, Jatobá, Melado, Muquiqui, Pico, Pinharas, Santa Catarina, Serra da Raiz, Verde, Vermelha e outras. O Padre Luís Santiago escreveu: "A Borborema nasce no Atlântico entre Touros e Macau, do Rio Grande do Norte. Liga-se ao chapadão da Serra Verde e passa no município de Laje, Rio Grande do Norte. Liga-se à serra do Bom Fim e do Doutor, ainda do Rio Grande do Norte. Liga-se à serra do Mulungu, à de Santa Quitéria, à da Lagoa, à do Cuité, tôdas estas quatro servindo de limites ao Rio Grande do Norte e à Paraíba. Da serra do Cuité por diante segue pelos municípios de Picuí, tocando nos seguintes pontos: Morro do Novilho, Serrote, Serra Selada, Lagoa dos Currais, Galante, Lágrimas, Cisplatina, Cumarus, Sossêgo, por fim o chapadão de Campos Novos assenta nos municípios de Cuité, Picuí, Campina Grande e Juazeirinho, todos da Paraíba. Segue em direção da serra do Teixeira, na Paraíba, passando pelos seguintes pontos: adjacências poente e norte de Soledade e Juazeirinho, e entre Taperoá e Santa Luzia, ligando-se às serras Escurinha e Chantares, Espinharas, São Francisco, e, por fim a do Balanço, no município de Teixeira, nos limites de Paraíba, Pernambuco e Ceará, penetrando no terri-

tório dos dois últimos Estados." *Assistência social* — É um departamento que, somente agora, na proporção dos recursos financeiros, vai-se ampliando no Estado. Cidades, sede de município, se contam onde não se instalou ainda um Posto de Higiene. A grande população rural, pouco ou quase nada alcança em benefício da saúde. Mesmo no município da Capital, os moradores nas zonas paludosas de Gramame, Abiá; da quase totalidade das povoações e vilas marginais do Atlântico, são duramente atingidas pelo paludismo, pela verminose, sem que até eles chegue o socorro médico, o conforto de uma dieta. A Capital possui um aparelhamento apreciável, aproveitando à população urbana, à suburbana e à rural distante poucos quilômetros e que esteja em contato diário com a metrópole da Paraíba, pela facilidade de boas estradas. A Prefeitura Municipal mantém assistência com o seu serviço de ambulâncias, e o hospital de Pronto Socorro; a Santa Casa de Misericórdia, fundada por Duarte Gomes da Silveira, em princípios do século XVII, continua hospitalizando doentes desvalidos, mantendo departamentos para os que dispõem de recursos monetários. Para crianças pobres funcionam: o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, associação particular, subvencionada pelo Estado e pela República; o abrigo de menores Jesus de Nazaré, fundado no governo do Interventor Argemiro de Figueiredo; o orfanato D. Ulrico; o Asilo Bom Pastor, onde se acolhem meninas desvalidas desde 10 anos de idade; a Cozinha dietética, mantida pelo Centro de Saúde. Ainda se arrolam na despesa estadual: Hospital-Colônia de Psicopatas "Juliano Moreira", Maternidade Cândida Vargas, Manicômio Judiciário, Cantina Maternal, Colônia Getúlio Vargas, Preventório Eunice Weaver, Asilo de Mendicidade. (V. *João Pessoa*.) Do interior, é Campina Grande a cidade que mais se tem interessado pelo problema de assistência social (V. *Cam-*

pina Grande). Hospitais e casas de Saúde se encontram em Sapé, Tabaiana, Jófili, Patos e Cajazeiras. *Clima* — Na Seção de Estatística do Estado, colheu-se o que se refere ao assunto: "O Estado da Paraíba tem terras e climas diversos, dividindo-se em várias regiões distintas, como sejam: a) Região úmida — região de solo profundo — recebendo em média 1 500 milímetros de chuvas anuais nas proximidades do mar e mais de 1 200 nas encostas da Borborema. Região sempre verde. Florestas verdadeiras. Canaviais não irrigados. Rios perenes de regime normal. Poderíamos dividi-la em *Litoral e Serras* ou *Brejo*, sendo de 25 graus a temperatura média da primeira e de 19 a 20 a da segunda. O trecho litorâneo abrange, além do município da Capital, os de Mamanguape, Santa Rita e Espírito Santo (atual Maguari). A parte do Brejo compreende os municípios de Laranjeiras (hoje Alagoa Nova), Serraria, parte de Areia e de Esperança, de Bananeiras, além de vários trechos esparsos em alguns municípios semi-áridos ou sub-úmidos, como Umbuzeiro, Araruna, Ingá, Cuité, Caiçara, Campina Grande, Bonito, etc. Região sub-úmida. Solo de profundidade média ou pequena. Pluviosidade variando em regra entre 850, 1 200 e 1 300. As árvores da mata perdem as folhas durante 3 a 4 meses. Rios periódicos. Ausência de fontes. Esta região pode ser perfeitamente dividida em duas sub-regiões: a *Caatinga Úmida*, mais pluviosa, e a *Caatinga Sêca*. Pertencem a esta região os municípios Alagoa Grande, Guarabira, Sapé, Caiçara, Pilar, Ingá, Tabaiana, Umbuzeiro e parte de Campina Grande. Região semi-árida. Pluviosidade variando entre 500 e 1 000 milímetros reduzindo-se nos anos secos a metade ou a menos. Estação úmida durante 4 ou 5 meses e seguida por um período absolutamente sêco. Divide-se em duas sub-regiões: planícies ou alto sertão e planalto ou Cariris Velhos. A planície tem terras de várzeas, sopés de serras e tabuleiros. As

várzeas são fundas e relativamente úmidas. Grandes árvores. Irrigação fácil por meio de motores-bombas, pois existe abundância de água geralmente boa no sub-solo. A parte da planície também chamada Alto Sertão contém os municípios Patos, Sousa, Cajazeiras, Antenor Navarro, Conceição, Jatobá, Bonito, Piancó, Catolé do Rocha e Brejo do Cruz. Nessa parte, a pluviosidade média é de 820 milímetros anuais, distribuídos nos cinco primeiros meses do ano. Os rios são periódicos. A temperatura é de 34° e a mínima de 24°, existindo algumas serras onde a pluviosidade é muito maior e a temperatura bastante agradável. O planalto, ou Cariris Velhos, compreende parte do município de Campina Grande e de Santa Luzia, os municípios de Juazeirinho, Cabaceiras, São João do Cariri, Teixeira, Princesa Isabel, Cuité, Picuí, Araruna, Monteiro e trechos de Areia e Bananeiras. É uma região vasta de altitudes que vão de 300 a 700 metros. A pluviosidade ali é também variável: desde 250 em Cabaceiras, o município mais sêco do Brasil, até 900 milímetros de Princesa Isabel, um quase brejo dentro da zona onde há cafézais e canaviais. O clima é temperado; a média anual, conforme as altitudes, de 16 a 26 graus. João Pessoa está situada em plena zona úmida, do Nordeste, numa região onde as chuvas são abundantes e regulares. A pluviosidade média anual é de 1 500 milímetros. Chove durante todo o ano, embora pouquíssimo nos meses de outubro, novembro e dezembro. A temperatura média é de 25 graus, melhor do que qualquer outra do Brasil nordestino. A mínima temperatura registrada foi de 17 graus e a máxima 34,6 o que quer dizer que o seu clima é regular não sujeito a mudanças violentas e bruscas. O estado sanitário da Capital é, também, relativamente bom; o paludismo é endêmico numa parte do município, excetuando-se a cidade. Essa endemia é motivada pela obstrução dos rios perenes." *Comércio* — Até agora

não se pôde precisamente calcular a cifra do movimento importador e exportador do Estado, que se distende entre Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, distando os limites cearenses 480 quilômetros do litoral paraibano. O interior da Paraíba movimentava grande parte de seu comércio, pelas fronteiras e a Seção de Estatística do Estado, de

recente instalação, somente agora estabeleceu suas agências nas sedes dos municípios, para a coleta do material necessário. Assim a verdade das cifras, é insofismável quando referente aos portos de Cabedelo e Sanhauá ou João Pessoa. Vejamos o movimento comercial e o marítimo do porto de Cabedelo, no período de 1936 a 1941.

EMBARCAÇÕES ENTRADAS E SAÍDAS, SEGUNDO A FISCALIZAÇÃO DO PORTO DA PARAÍBA

A N O S	N A C I O N A I S		ESTRAN- GEIROS	TOTAL	
	A MOTOR	À VELA	A MOTOR	A MOTOR	À VELA
1936.....	405	3	120	525	3
1937.....	388	5	109	497	6
1938.....	361	30	58	449	30
1939.....	373	40	65	438	40
1940.....	379	40	36	415	40
1941.....	317	75	22	339	75
TOTAL.....	22 223	193	440	2 663	193

No porto de João Pessoa ou Sanhauá, o movimento de entradas e saídas de embarcações, no período de 1936 a 1941 foi o seguinte:

A N O S	GRANDE CABOTAGEM NACIONAL		PEQUENA CABOTAGEM NACIONAL	TOTAL*	
	A MOTOR	À VELA	À VELA	A MOTOR	À VELA
1936.....	1	152	135	1	287
1937.....	---	77	75	---	152
1938.....	---	84	46	---	130
1939.....	---	127	46	---	173
1940.....	---	175	42	---	217
1941.....	---	191	20	---	217
TOTAL.....	1	806	370	1	1 176

O movimento de importação, no porto de João Pessoa, de 1936 a 1941, foi o seguinte:

ANOS	GRANDE CABOTAGEM		PEQUENA CABOTAGEM		TOTAL	
	PÊSO EM TONELADAS	VALOR OFIC. CONT. RÉIS	PÊSO EM TONELADAS	VALOR OFIC. CONT. RÉIS	PÊSO EM TONELADAS	VALOR OFIC. CONT. RÉIS
1936.....	5 353	4 135	775	4 276	6 128	8 711
1937.....	3 461	3 615	870	6 141	4 331	9 756
1938.....	4 213	4 787	879	6 280	5 118	11 067
1939.....	4 478	3 640	832	5 533	5 310	9 173
1940.....	6 416	3 396	835	5 968	7 253	9 364
1941.....	3 666	3 953	377	2 385	6 743	6 338
TOTAL.....	30 289	23 526	4 564	30 583	34 883	54 409

A Exportação realizada pelo pôrto de João Pessoa de 1936 a 1941 poderá ser examinada no seguinte quadro:

ANOS	GRANDE CABOTAGEM		PEQUENA CABOTAGEM		TOTAL	
	PÊSO EM TONELADAS	VALOR OFIC. CONT. RÉIS	PÊSO EM TONELADAS	VALOR OFIC. CONT. RÉIS	PÊSO EM TONELADAS	VALOR OFIC. CONT. RÉIS
1936.....	1 371	1 307	1 247	1 839	2 618	3 146
1937.....	1 322	494	890	991	2 221	1 485
1938.....	3 243	1 566	498	803	2 741	2 369
1939.....	4 259	1 681	740	1 150	4 999	2 831
1940.....	8 083	3 879	526	815	8 589	4 694
1941.....	6 712	3 191	985	1 128	7 697	4 319
TOTAL.....	24 990	12 118	4 895	6 726	29 865	18 844

No referido periodo de 1936 a 1941, teve o pôrto de Cabedelo o seguinte movimento de exportação:

ANOS	GRANDE CABOTAGEM		ESTRANGEIRO		TOTAL	
	PÊSO EM TONELADAS	VAL. OFIC. CONT. RÉIS	PÊSO EM TONELADAS	VAL. OFIC. CONT. RÉIS	PÊSO EM TONELADAS	VALOR OFIC. CONT. RÉIS
1936.....	34 618	84 694	47 870	177 994	88 488	162 688
1937.....	39 037	85 025	52 339	106 467	91 418	192 449
1938.....	46 215	78 980	44 858	84 083	91 073	163 063
1939.....	47 008	89 856	31 435	71 484	78 143	161 240
1940.....	55 885	90 862	26 329	34 104	82 214	125 066
1941.....	67 981	32 016	17 273	15 637	86 082	98 381
TOTAL.....	290 744	462 433	220 104	389 769	511 418	902 987

As cifras da importação pelo pôrto de Cabedelo, dos anos de 1936 a 1941, estão indicadas no quadro seguinte:

ANOS	GRANDE CABOTAGEM		ESTRANGEIRO		TOTAL	
	PÊSO EM TONELADAS	VAL. OFIC. CONT. RÉIS	PÊSO EM TONELADAS	VAL. OFIC. CONT. RÉIS	PÊSO EM TONELADAS	VAL. OFIC. CONT. RÉIS
1936.....	38 384	61 621	47 978	11 050	46 362	72 671
1937.....	44 953	61 425	40 037	32 011	34 990	93 436
1938.....	24 032	46 924	16 974	10 165	44 007	57 089
1939.....	26 884	47 149	4 430	6 436	31 364	53 612
1940.....	29 589	46 062	5 953	5 235	35 542	51 297
1941.....	27 006	43 940	9 692	5 438	37 209	54 457
TOTAL.....	193 849	307 121	12 514	70 335	229 474	380 562

No que disser respeito a cifras informativas dêste livro, deve se ter presente que o Estado sofre grande sêca desde

1940, e a guerra mundial empecuou as atividades comerciais. É o algodão o fator principal da economia do Estado, va-

riando sua produção de acôrdo com o regime das chuvas, como se poderá observar em seguida:

Safra de 1935-36	44 831	toneladas
" " 1936-37	35 314	"
" " 1937-38	37 999	"
" " 1938-39	36 782	"
" " 1939-40	39 269	"
" " 1940-41	40 550	"
" " 1941-42	25 761	"

Depois do algodão e do açúcar, cuja safra para 1941-42 foi calculada em 720 000 sacos de 60 kg, muito avultam os algarismos da exportação os seguintes produtos; batatinha, couros de boi, farinha de mandioca, feijão, fibras, mamona, peles de animais silvestres, de cabras, cabritos e carneiros. Não obstante os dados da Fiscalização do Pôrto, no livro do Interventor Rui Carneiro. "Atividades do Govêrno da Paraíba em 1942", se encontra: "A exportação para o exterior, através do pôrto de Cabedelo, que em 1941 havia sido de 17 630 702 kg, baixou no exercício relatado (1942) para..... 7 579 802. O Movimento de cabotagem pelo referido pôrto foi, em 1942, de.... 52 630 702 kg de mercadorias diversas que, confrontando com o do ano antecedente, acusa uma diferença para menos de 16 077 777 kg. Por sua vez o pôrto de João Pessoa movimentou para o interior do país, durante o exercício passado, 13 160 240 kg de mercadorias exportadas, ao mesmo tempo que importava 7 403 513 kg. Conseguiu-se no ano findo vender para o país e para o exterior 73 370 744 kg de nossa produção exportável no valor oficial de Cr\$ 79 988 531,20 e importamos apenas — 41 857 512 kg, no valor oficial de Cr\$ 48 266 914,50." *Culinária* — Não obstante a nomenclatura francesa dos cardápios apresentados nos hotéis, nos restaurantes, nos banquetes, a arte culinária na Paraíba não é profusa em acepipes. O prato principal das refeições diárias é a feijoada, que se usa do litoral ao sertão. O almoço,

de ordinário, consta de assados; bifes, ovos, arroz, preparados de milho, pães, biscoitos, café. A ceia se compõe de chá ou café com torradas, e bolos. Nas sobremesas figuram queijo e doces. O vinho não é, geralmente, elemento indispensável nas refeições, principalmente entre as classes menos abastadas. Juntem-se algumas frutas e se terá uma idéia da refeição dos paraibanos, que ingerem pouco peixe, pouco crustáceo e mexilhões, e maior quantidade de carne de boi. *Curiosidades* — Quem viaja pelo interior do Estado encontra, ora em cavernas, ora em penhascos elevados ou lájeas nos leitos dos rios, à tinta vermelha alaranjada quando não se apresenta em baixo relêvo, pitorescas inscrições que, até hoje, não foram decifradas. Uma cópia da existente em Pedra Lavrada, foi submetida à apreciação de Renan, que declarou de origem fenícia tais caracteres. Observando-os, se pode concluir que êsses hieróglifos não têm origens várias, pois ao lado de uma inscrição permanece outra em estilo mais firme, de aspecto diferente, porém muitas vêzes, reproduzindo o mesmo sinal gráfico. Não é cabível fôssem elas simples brincadeiras dos selvagens brasileiros, pois se patenteiam numerosas nas necrópoles, cujos esqueletos revelam uma raça de estatura mais elevada que a do índio existente na Paraíba no tempo da conquista. Tais inscrições se encontram a partir do litoral, nos municípios de Cabaceiras, Caiçara, Cuité, Picuí, Sabujá, Sousa, Teixeira, principalmente. Em Sousa é notável o Olho-d'Água do Frade, na serra de Santa Catarina. Nasce num alcantil, corre abundante e desaparece, por completo, a meia encosta. Em Batalhão, brota o Mucuitu de uma gruta erigida de estalactites e estalagmites. Em alguns pontos do Paraíba existem *pedras de sino*, blocos de granito que, percutidos, têm som metálico. *Demografia* — Segundo o Recenseamento de 1940, conta o Estado 1 432 618 habitantes, para uma área ter-

ritorial de 55 920 quilômetros quadrados, correspondendo a 25,61 habitantes por quilômetro quadrado. É a Paraíba o nono Estado brasileiro em população e o décimo sexto em território. Quanto a densidade demográfica, ocupa o Estado o 6.º lugar. Durante o ano de 1941 registraram-se no Estado 19 082 nascimentos, 3 173 casamentos, 29 329 óbitos. Os coeficientes relativos foram, por 1 000 habitantes: nascimentos, 12,96; casamentos, 2,15; óbitos, 19,93. Sendo a receita total dos municípios, em 1942, Cr\$ 12 080 899,90, a receita *per capita* corresponde a 8,09. Se compararmos, porém, o número de casamentos realizados pela Igreja com os do Registro Civil, encontraremos diferença bem sensível a favor da primeira, o que demonstra não estarem os algarismos do segundo próximos da exatidão. *Distritos. Divisão judiciária e administrativa* — De acordo com o estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, o Estado se divide em 166 distritos de paz, 41 comarcas e 41 municípios, ou sejam 41 cidades e 125 vilas. *Etnografia* — Os mais valiosos fatores da formação do paraibano foram o português, o índio e o africano, este, considerável somente no litoral, nas várzeas destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar, e no Brejo. Também na Capital e nas zonas açucareiras foi o judeu parcela importante procurando a Capitania para escapar à Inquisição. Na Capital não são poucas as famílias a que se vincularam ingleses, franceses, espanhóis, alemães e italianos. *Fauna e flora* — Um dos mais completos estudos a respeito, é o que nos deixou o engenheiro militar Beaurepaire Rohan, na *Corografia da Paraíba*, da qual se extraiu o que se segue. Classes dos mamíferos, ordem dos quadrúmanos: a guariba, o macaco e o sagüi. Ordem dos carnívoros, quirópteros, várias espécies de morcegos; carnívoros: o guaxini, o quati, o furão, a lontra, a raposa, o gato e três espé-

cies de onças. Ordem dos roedores: o quati-mirim, o rato, o quandu, o coelho, a capivara, o mocó, a preá, a cutia, a paca. Desdentados: a preguiça, três espécies de tatus, três de tamanduás. A ordem dos marsúpios é representada pelo timbu; a dos paquidermes pelos porcos caititus e queixada. A dos Cetáceos pelo bôto e peixe-boi. Ordem das rapaces: urubu, cauã, caracará, gaviões. Pássaros: andorinha, araponga, azulão, bacurau, bem-te-vi, bicudo, bigode, caboclinho, canário, casaca-de-couro, curió, corrupção ou concliz, encontro, frecha-peixe, fura-barreira, galo de campina, graúna, guriatã, lavadeira, maria-de-barro, maria-já-é-dia, papa-arroz, papa-massa, papa-capim, papa-sebo, patativa (três espécies), peitica, pintassilgo, petiguari, rouxinol, sabiá (várias espécies), sangue-de-boi, sanhaçu, serrador, vem-vem, verdelin, xexéu. Ordem dos zagodáctilos: picapau, anum, alma-de-gato, tucano, arara, papagaio, maracanã, jandaia, periquito. Ordem dos galináceos: além dos domésticos, todos exóticos, se encontram o jacu, a araquã, o inhambu (várias espécies), o uru, e várias espécies de pombos, destacando-se dentre estes a ave de arribação, originária do alto sertão. “Esta espécie, por sua carne, saborosa, por seus ovos, podia ser matéria-prima de uma grande indústria. Põem a granel, no solo, nos lugares ermos, dos desfiladeiros, dos vales profundos, onde se tem a possibilidade de, em época determinada, se colherem toneladas de ovos. A ave de arribação é muito perseguida, não só pelo alimento que oferece ao homem e às aves de presa, mas pela circunstância de inutilizarem as águas dos poços e dos açudes com a abundância de suas dejeções.” Ribeirinhas: a ema, a seriema, o tetéu, o carão, a garça, o socó, o arapapá, a colhereira, a jaçanã, o maçarico, a saracura, o tamatião, o João-pobre. Palmípedes: Pato, paturi, marreca, alcatraz. Reptis: ordem dos quelônios, ofídios e batráquios: a tartaruga, o cá-

gado, o jacaré, o tejuacu, o camaleão, o papa-vento, lagartixas, calangros. Cobras, como a caninana, a cascavel, a de veado, a goipeba, a jararaca, jararacaçu, surucucu, chumbo, salamandra, cipó, havendo, de cada uma destas, duas e três espécies diferentes. Peixes: são conhecidas 143 espécies de água salgada e 15 de água doce. Entre os anelados é mais notável a sanguessuga. Crustáceos: caranguejos como o uaaçá, o goiamu, grauçá, guajá, espécies de aratus, de siris, de camarões, lagostas. Aracnídeos —: a aranha caranguejeira, e várias outras, o escorpião, o carrapato. Dos miriópodes se aponta a centopeia e o ambuá. Classes dos insetos: abelhas-arapuá, amarela,

bôca-de-moça, cupira, bôca-de-barro, canudo, jati, jandaira, moça-branca, mosquito, manuel-de-abreu, papa-terra, mombuca, pimenta, tubiba, urucu, vamos-embora. Nas vespas se encontram maribondos, o enxu, o enxui e o capuxu, tôdas as três produzindo mel saboroso. Existem variedades de formigas e na ordem dos coleópteros, lepdópteros, hemípteros, afanópteros, dípteros, dos anopluros, dos tisauros, dos cefalópodes, dos gasterópodes, dos acéfalos. No reino vegetal se encontram 74 espécies de madeiras para construção. Em aditamento a esta parte, colhemos no Departamento de Estatística do Estado os seguintes dados referentes a algumas das principais essências da flora paraibana:

Nome vulgar	Peso espec.	Resistência do esmagamento kg/cm ²	Nome científico
Angelim	1,082	648	Andira spectabilis
Angico	1,907	755	Piptadenia rigida
Araçá-piranga	0,997	735	Psidium acutangulus
Aroeira	1,219	1 005	Schinus terebinthifolius
Barbatimão	1,275	1.015	Stryphnodendrum barbatimão
Buranhém	0,869	812	Crysophyllum glissifolius
Carnaubeira	0,982	578	Copernicia cerifera
Cedro	0,594	469	Cabralia levis
Copaiba	1,078	388	Copaifera guianensis
Freijó	0,650	714	Cordia Goeldiana
Ingá-açu	0,647	565	Inga edulis
Jatá	0,902	1 315	Hymenaea courbaril
Louro	0,923	681	Cordia alliodora
Maçaranduba	1,079	760	Mimusops elata
Pau-ferro	1,270	951	Cesalpinia ferrea
Peroba amarela	0,794	668	Aspidosperma polyneuron
Sapucaia	0,893	658	Lacynthis grandiflora
Sucupira	0,944	824	Bowdichia nitida
Ubatunga	1,054	859	Eugenia durissima

*Palmeiras: — macaiba, côco-babão, catolé, pindoba ou naíá, dendê, dão frutos comestíveis, juçara, buriti, titara. Bromeliáceas: gravatá, crauatá, macambira, ananás. Apocíneas: a mangabeira; a flora apresenta espécies das famílias rubiáceas, anonáceas, clusiáceas, busseráceas, nopáleas, paiáceas, passiflora, mirtáceas, leguminosas, terebintáceas.

São plantas oleosas, além das palmeiras, o batiputa, andiroba, a oiticica, a copaiba e a mamona. Plantas resinosas: mangabeira, maniçoba, maçaranduba, jatobá, cajueiro, almécega. Plantas aromáticas: baunilha, louro-canela, cumaru, carnaúba, pereiro, bálsamo. Plantas tinturais: tatajuba, urucu, pau-brasil, arre-benta-boi, anil, jenipapo e muitas ou-

tras. É avultadíssimo o número de plantas medicinais." *Geologia* — Neste ramo não há estudos completos e o que existe se deve aos poucos engenheiros de minas que visitaram o Estado. Em 1910, Roderico Crandall escreveu substanciais observações, mas relativas a uma parte do sertão paraibano. Para ter-se uma idéa aproximada da geologia da Paraíba, acompanhe-se o itinerário do engenheiro inglês E. Williamson que, em 1866 seguiu do litoral até Cachoeira de Minas, ou seja um percurso de quatrocentos quilômetros. — "A linha de perfil foi tomada de Tambaú, pequena povoação de pescadores na costa do Atlântico e através da cidade da Paraíba até as minas de Cachoeira do Piancó, na extremidade sudoeste da provincia da Paraíba; é quase uma reta de 300 milhas de comprimento, através da direção dos estratos. Os estratos examinados pertencem à rochas de idades muito diferentes, como ao terciário, cretáceo, laurenciano. Os pós-terciários são representados pelos recifes de coral da costa e os peculiares depósitos de conglomerados ferruginosos e de margens arenosas que capeiam as colinas baixas da costa e revestem os flancos das montanhas do interior. Os detritos ferruginosos são mais interessantes, tendo muitas vezes sido erroneamente tomados por viajantes como pertencendo ao neogrés vermelho, com que se parecem tanto que, à primeira vista, assim também supus. Do Tambaú (Tambaú) à Paraíba, a superfície do solo acha-se coberta por espessas jazidas de conglomerados ferruginosos, destroços acumulados das rochas gnáissicas e esquistas do interior; em alguns lugares os conglomerados se tornam tão grosseiros que são inteiramente compostos de seixos rolados de quartzo, gnaisse e as rochas esquistas mais duras cimentadas com peróxido de ferro. As dimensões dos seixos variam da de uma pequena noz à de blocos pesando de quatro a cinco libras; esta classe acha-se

bem representada abaixo de Tambaú, mas ao passo que se aproxima do rio em direção à Paraíba, misturam-se com jazidas mais finas e mais argilosas, até que por fim, em Santa Rita, algumas milhas além da Paraíba (Capital) se apresentam divididas em faixas regulares de margas, areias, conglomerados. No interior estas margas e areias ocorrem sempre onde as rochas gnáissicas e granitóides se acham largamente desenvolvidas, como em Teixeira, onde abundam rochas granitóides e grande quantidade de conglomerados brechiados, areias e margas são encontradas revestindo os flancos das montanhas e cobrindo os vales. Imediatamente subjacentes aos conglomerados ferruginosos da Paraíba, ocorrem jazidas de calcário terciário, tendo uma direção quase de norte a sul e mergulhando suavemente para leste. A maior parte destes calcários é silicosa, conquanto por vezes se encontrem jazidas de calcário quase puro e faixas argilosas; os calcários desta natureza são comuns em todo o Brasil e sempre inconformáveis às rochas às quais subjazem. Os calcários da Paraíba são fossilíferos, conquanto lograsse apenas obter o molde de um destes, de peixe, e alguns conquanto por vezes se encontrem jazidas de calcário similar ao da Paraíba e abundantes em restos de peixes cerca de setenta milhas, ao sudoeste da seção, nas minas de Cachoeira. — *Laurenciana* — Estas rochas, que ocupam a maior parte da seção e existem em tão grande escala em ambas as provincias (Pernambuco e Paraíba) são tão distintas nos seus caracteres que só pode haver uma opinião quanto a sua idade. A partir da Paraíba o primeiro afloramento nitido das rochas ocorre em Batalha, no rio Paraíba; é uma rocha de hornblenda com numerosas pequenas cintas de quartzo e de feldspato muito contorcido. Entre o rio Paraíba e o Pilar ocorre um gnaisse muito grosseiro com grandes cristais de feldspato branco e mica preta. Em Pi-

lar o gnaïsse acha-se interestratificado com micasquistos geralmente de textura fina; em Mendonça, Mogeiro, Ingá Velho ocorrem de novo jazidas de caráter similar interestratificadas com gnaïsse; no último dêstes lugares, as jazidas esquistosas se tornam mais frequentes, até que em Ingá o conjunto das jazidas de esquistos é de esquistos calcários e hornblenda. Um pouco além do Ingá aparece uma rocha dura de gnaïsse denso, entreganulada que reveste os flancos das montanhas de Logradouro, as quais consistem principalmente num gnaïsse porfiróide branco, contendo grandes cristais cliváveis de puro ortoclásio, interestratificado com faixas de gnaïsse sienítico e granitóide, muito semelhante ao granito; no flanco setentrional o gnaïsse duro, e densamente granitado, ocorre de novo. Entre Logradouro e Campina Grande uma faixa muito pronunciada de pórfiro granitóide ocorre, elevando-se de 50 a 100 pés de altura acima das rochas mais tenras que as cercam; êstes pórfiros contêm grandes cristais de ortoclásio branco. Em Campina Grande ocorre uma série de jazidas micáceas, contendo placas de mica; informaram-me que se encontram placas de um pé em quadro. Acompanhando esta série de esquistomicáceo, há uma faixa de pórfiro na qual grandes cristais cliváveis de ortoclásio branco se acham embebidos numa matriz de quartzo e feldspato. Não consegui descobrir linhas verdadeiras de aleitamento, mas de seu pendor e orientação e ininterrupto afloramento, sou inclinado a pensar que sejam interaleitadas; as rochas intermediárias são mica, esquistos e gnaïsse. Em Cacimba Nova ocorre outra faixa de rocha granitada dura; depois desta há uma série de micasquistos e gnaïsse; perto de Caracol ocorre uma série de esquistos pretos alternando com faixas de rocha preta granular; os esquistos são ocasionalmente micáceos. Em Caracol, uma pequena série de micasquistos divide duas largas faixas de

rochas granitóides que em alguns lugares se parecem muito com os verdadeiros granitos; sobrejacente à superior há uma estreita faixa de esquisto hornbléndico seguida de uma longa série de micasquistos flácidos. Em Carnaúba sucedem a esta faixas de granito duro, densamente granulado, que em Teixeira revestem os flancos da montanha (rocha de caráter similar ocorre em Queimadas na encosta oposta); as rochas das montanhas de Teixeira têm tamanha semelhança com as de Logradouro que supõem são apenas uma mesma repetição das mesmas jazidas. Entre Queimadas e as minas de Cachoeira ocorre outra larga série da mesma classe; o resto das rochas na seção são gnaïsse alternando com faixas de micasquistos. Em pontos da seção se encontram jazidas de quartzo, de quartzito com placas de mica interestratificadas com as rochas mais duras; as jazidas variam na espessura de dois a duzentos pés; as faixas mais delgadas eram com frequência belamente opalescentes e as maiores, granulosas ou amorfas; sempre as acompanham minérios de ferro titânico e hematítico. Durante minha viagem da Paraíba às minas não logrei observar jazidas de calcários interestratificados com as rochas em outros lugares onde calcários não se acham ocultos pelo revestimento de detritos ferruginosos. As rochas das Minas de Cachoeira e a posição dos veios auríferos serão mais bem compreendidos à vista da seção anexa tomada ao longo do rio das Bruscas, numa extensão de quase seis milhas. Na extremidade meridional, divididas por uma faixa de rochas mais friáveis, se encontram duas largas e bem proporcionadas faixas de gnaïsse sienítico, uma das quais forma o leito da bonita cachoeira do Bruscas; subjacente a estas há uma série de gnaïsses esquistosos e uma delgada faixa de sienito; é uma rocha cristalina cinzento-azulada e tem grande semelhança com algumas das rochas de feldspato de cambriano-superior

de Gales. Seguem-se-lhes as séries auríferas que consistem quase inteiramente de gnaíse micáceo de granulação fina passando imperceptivelmente para os micasquistos. Atravessando a curva do rio, pouco antes de chegar ao veio do Lima, ocorre uma estreita faixa de rocha de feldspato bruno-cinza escuro que é subtransluzente, em alguns lugares apresenta cores cambiantes; um pouco mais adiante há uma faixa de calcário cristalino branco, contendo cristais hexagonais de biotite; no leito do rio é estreita, mas cerca de uma milha mais para leste deste ponto, num lugar chamado Pião, constata uma milha de largura no afloramento. Um pouco a leste do ponto em que o veio descobridor atravessa o rio, ocorrem algumas jazidas de esquistos, arenosos, plumbaginosos, nos quais se observam dois veios lenticulares de grafita; parecem ser de pequena extensão e de qualidade inferior. Em Cacimbinhas, poucas milhas do veio da Boa Esperança, ocorre outra faixa larga e bem pronunciada de gnaíse sienítico, do tamanho da de Cachoeira. Os veios auríferos que cruzam estas rochas são muito numerosos, aparecem como massas lenticulares irregulares, correndo paralelos à orientação, mergulhando com frequência entre as jazidas, mas raras vezes atravessando-as. A matriz dos veios é um quartzo grosseiro, branco, semi-opaco, contendo pequena quantidade de arsenito e sulfitos de ferro, sulfito de cobre, chumbo e zinco. A maior parte das galerias contém antimônio. A variedade de minerais resultante da decomposição destes minérios é muito numerosa: carbonato de zinco, carbonato de cloro, fosfato de chumbo, fosfato, arseniato e carbonato de cobre, óxido de antimônio e enxofre nativo são muito comuns em alguns veios; sulfato de cobre, sulfato de cromato de chumbo são mais raros; ouro nativo acha-se escassamente espalhado em todos os veios e no da Boa Esperança se encontram grãos de platina. A carreira das ro-

chas no vale do Bruscas é muito aurífera e os veios de quartzo são abundantes, e, conquanto as rochas estejam muito contorcidas, nenhum vestígio de uma falha verdadeira se encontra em qualquer parte de todo o distrito; esta singularidade parece pertencer a todas as rochas alteradas que examinei na Paraíba e em Pernambuco, porquanto, no decurso de minha viagem, a cavalo, de 1 000 milhas, não notei uma só; é à falta de fraturas verdadeiras que atribuo a pobreza dos veios de quartzo, nada favorecendo a concentração de um dos minérios, o outro distribuiu-se igualmente por todos os veios..." *Hidrografia* — Embora seja o Atlântico a vertente de todos os rios da Paraíba, tem esta dois sistemas hidrográficos: um, a leste da Borborema, outro, a oeste. O primeiro é inteiramente do Estado e constituído pelos rios Abiá, Camaratuba, Gramame, Guaju, Mamanguape, Miriri e Paraíba. O Curimataú (*V. Curimataú*) tem nascer e grande parte de seu curso na Paraíba, mas deságua no Rio Grande do Norte. O outro sistema é constituído pelo rio Piranhas. Seus principais afluentes, no Estado, são o Peixe, o Piancó, o Porcos, e o Pinharas. Inclina-se para N. E. entra no Estado do Rio Grande do Norte, tomando então o nome de Açu. Das lagoas as mais notáveis são: a de Acajutibiró, Boqueirão, Loreto, Paó, Puxi, Salgada e Tio-Vira. *História* — Grande parte do território da Paraíba integrava a capitania de Itamaracá, doada em 1534 a Pero Lopes de Sousa, que não cogitou de núcleo colonial na Paraíba, voltando o território desta ao domínio da Coroa. O principal rio da região, denominado São Domingos pelos primeiros exploradores, era freqüentado por traficantes franceses e portugueses, que clandestinamente faziam o comércio de pau-brasil, conseguindo os primeiros melhores relações de amizade com os selvagens. Pelo interior, no resgate de prisioneiros, andavam mamelucos de Olinda e um destes, com o rapto

da filha de poderoso chefe potiguar residente na serra da Copaoba, atraiu o ódio do silvícola contra engenhos e moradores ao norte de Olinda. Culminou em ferocidade a destruição completa de um engenho em Tracunhanhém, com o extermínio de todos os seus moradores. Tais assaltos cumularam de prejuízos o comércio de Pernambuco, que teve quase paralisada a colheita de pau-brasil. D. Sebastião ordenou que se erguesse uma cidade à margem do Paraíba, uma espécie de sentinela avançada defendendo os interesses dos comerciantes de Olinda. O Governador Geral, Luís de Brito de Almeida, teve ordem de fundar a sede da capitania, vindo porém, em 1574, em seu lugar o Ouvidor de Pernambuco, Dr. Fernão da Silva. O insucesso deste obrigou a Luís de Brito a vir pessoalmente fundar a capitania da Paraíba. Aprestou uma esquadra de 12 velas e partiu, da Bahia em setembro de 1578. Sofrendo ventos contrários, arribou para a Bahia e deixou no olvido a conquista. Em 1578, o Governador-Geral Lourenço da Veiga, sem resultados, tentou a empresa. Subindo o Cardeal D. Henrique ao trono português, estava em Lisboa Frutuoso Barbosa, que muito conhecia o rio Paraíba, por nêle haver traficado pau-brasil, sendo proprietário em Pernambuco. A êste português, encarregou o monarca a fundação da capitania, que, realizando-a, seria propriedade do colonizador durante dez anos. Em 1579 estava Frutuoso Barbosa de volta a Pernambuco, com uma poderosa frota, não querendo, porém, entrar em acôrdo com os de terra. Uma tempestade destruiu-lhe as embarcações e o donatário foi arrastado à índia pelo temporal, onde perdeu a mulher e donde partiu para Portugal já sob o domínio espanhol. Nesse ínterim, João Tavares, escrivão da Câmara de Olinda, levantou, para logo abandonar, à falta de auxílios, primeiro, um povoado à margem do Sanhauá, a que chamou *Pôrto da Casaria*; depois um fortim na ilha da

Camboa, que foi destruído pelos selvagens e franceses. Retornou Frutuoso Barbosa a Pernambuco e com o auxílio de Simão Rodrigues Cardoso se aventurou à conquista da Paraíba, onde aprisionou cinco naus francesas de sete que, no Paraíba, estavam carregando pau-brasil. No dia seguinte, uma emboscada de selvagens e franceses lhe matou 40 homens, inclusive um filho do próprio donatário, que, pelo acontecimento, tomara horror ao local. Simão Cardoso viera por terra, tendo repellido sérias refregas dos naturais. Ao chegar a Cabedelo, encontrou o chefe da expedição desanimadíssimo, regressando todos, imediatamente, para Pernambuco, mandando pedir auxílios ao Governador-Geral, que lhe mandou Diogo Flores Valdês, com o resto de uma esquadra. Esta trouxe o Ouvidor Martim Leitão. Chegaram a Pernambuco no dia 20 de março de 1584. Organizaram uma expedição por mar e por terra, vindo nesta o Capitão-mor Frutuoso Barbosa. Valdês, contra as recomendações da metrópole, resolveu construir defronte da ponta da ilha, da parte de cima, onde o rio se começa a dividir, um forte que recebeu o nome de São Filipe e São Tiago. Neste ficou uma guarnição de espanhóis e portugueses. As rivalidades, a fome, os repetidos assaltos de selvagens auxiliados pelos contrabandistas franceses, fizeram, dentro de pouco tempo, ser o forte abandonado, retirando-se a guarnição para Olinda. Os selvagens destruíram, arrasaram a fortificação, que recebeu o nome, ainda dos nossos dias, de *Forte Velho*. Em março de 1585 chegou à Paraíba uma expedição comandada por Martim Leitão, o verdadeiro conquistador da Paraíba. Bateu os índios de Pirajibe em Tiberi, fez uma excursão a Mamanguape e Baía da Traição, vencendo os selvagens e expellindo os franceses, voltando a Pernambuco sem ter fundado a cidade. Nesse mesmo ano, os tabajaras aliados dos potiguaras se inimizaram e ofereceram aos portugueses aliança e amizade.

Efetivamente, no dia 5 de agosto de 1585, João Tavares, representando o governo reinol, celebrava na margem direita do Sanhauá, com o chefe tabajara Pirajibe, um tratado de paz, uma aliança ofensiva e defensiva. No local, a cavaleiro do rio, protegido por um fortim que construiu, aguardou João Tavares a chegada de Martim Leitão, o que se verificou no dia 28 de outubro daquele ano. O ouvidor trouxe famílias, animais domésticos, materiais, enfim o necessário a edificação de uma cidade. No alto da colina que está à margem oriental do Sanhauá, começou no dia 4 de novembro do ano referido, sob a direção do engenheiro alemão Cristóvão Lintz e execução do mestre de obras Manuel Fernandes, as primeiras fundações da cidade que recebeu a denominação de *Filipeia de N. S.^a das Neves*, em homenagem à data de 5 de agosto e a Filipe II de Espanha. Enquanto andavam os trabalhos das construções, Martim Leitão organizou uma expedição que expulsou os franceses, bateu os potiguaras em Mamanguape, Baía da Traição e Copaoba, tendo como principais auxiliares, João Tavares, Duarte Gomes da Silveira e o chefe tabajara Pirajibe. Homem de grande energia e máxima atividade, deixou na cidade mais de 50 famílias, assegurou a conquista levantando um forte no Tibiri, para garantir a aldeia de um chefe tabajara e o primeiro engenho de açúcar, que teve a Paraíba, e se denominou São Sebastião, sendo propriedade da Coroa. À entrada da barra do Paraíba, levantou o forte Santa Catarina, centro de heroísmo que encheu largas páginas da história paraibana. Em fins de janeiro de 1587, deixou a capitania, tendo designado João Tavares, como seu Capitão-Mor. Teve a capitania de voltar à desastrosa direção de Frutuoso Barbosa, e cessando esta entrou em franca prosperidade, sendo na segunda década do século XVII a terceira do Brasil, segundo a afirmação do autor do *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Mas

a Paraíba tinha de pagar a comerciantes de Pernambuco a importância da conquista e da colonização e assim as suas primeiras energias se escoaram, trazendo-lhe tal depauperamento que o rico proprietário Duarte Gomes da Silveira oferecia prêmios, em dinheiro, aos que quisessem construir casas na capital. Em 1625, quando os holandeses dirigiram suas armas contra o Brasil, a foz do Paraíba era defendida por um triângulo de fortificações, tendo seus vértices em Cabedelo, Restinga e Santo Antônio. Os batavos fizeram sua primeira investida em 5 de dezembro de 1631, com um corpo de 1 600 soldados sob o comando do coronel Callenfels a segunda, em fevereiro de 1634, constava de 20 navios com 1 500 homens de desembarque, sob o comando do Almirante Lichthardt e do Coronel Sigismundo van Schkoppe. Deu desembarque na enseada de Lucena, sendo forçados a se retirar. Em 4 de novembro do ano aludido, voltaram os mesmos comandos com 29 navios e 2 354 homens de desembarque. Aportaram na enseada do Jaguaribe, bateram a trincheira de Antônio de Albuquerque, marcharam para Cabedelo, a fim de, com o auxílio da esquadra, vencer o forte de Santa Catarina. Apossaram-se primeiro do fortim da Restinga; em 19 de dezembro, rendia-se o forte de Santa Catarina; a 23 o Santo Antônio. No dia 24 entrava o exército flamengo na Capital, encontrando-a evacuada, incendiada e saqueada pelas tropas de Bagnuolo, que viera auxiliar a resistência e não se aproximara do teatro da luta. O Capitão-Mor Antônio de Albuquerque, reunindo o elemento válido e crescido número de famílias, retirou-se para Pernambuco, indo engrossar a resistência que Matias de Albuquerque organizara no arraial do Bom Jesus. Os conquistadores mudaram o nome da cidade para Frederickstad e o do forte de Cabedelo para Margareth. Os invasores encontraram na Paraíba 16 bons engenhos e se

apossaram dos melhores dêstes. Nenhum benefício deixaram os holandeses na Paraíba, talvez devido a luta contínua que se seguiu. André Vidal de Negreiros animou o movimento de expulsão, voltando a capitania ao domínio português, em 1645, sendo seu primeiro Governador, depois da Restauração, o memorável João Fernandes Vieira. O povoamento começou a expandir-se, positivando-se a colonização do interior. Antônio de Oliveira, seus filhos e vários sobrinhos, todos da família Oliveira Ledo e procedentes da Bahia, situaram-se em Boqueirão, hoje Carnoió, e dali moveram entradas e bandeiras desbravando o sertão paraibano, de maneira que, em 1689, já Teodósio de Oliveira Ledo era Capitão-Mor de Piancó e Piranhas. Com a independência, lentamente caminhou a Paraíba na estrada do progresso, batida pelo desamparo dos poderes públicos e pela ingratidão climática, além da falta de iniciativa dos seus moradores. Veio a República e o desânimo se patenteou imenso. Nos primeiros dias do regime democrático, se acentuou a convicção de que o pequeno Estado não reunia recursos garantidores de sua autonomia. Enleado nas mais possantes dificuldades financeiras, sob os rigores de estios prolongados ou de invernos excessivos, atingiu a penúria, tendo seu funcionalismo sido alcançado pelo tortura de mais de dois anos de atraso nos seus vencimentos, recusando-se os agiotas a comprar-lhes os honorários, mesmo na taxa de cinquenta por cento. Mas completando o quadriênio administrativo de 1904 a 1908, o Vice-Presidente do Estado, Monsenhor Valfredo Leal, demonstrou que a Paraíba tinha vida própria. Pagou as dívidas, inclusive os vencimentos atrasados dos empregados públicos, e, ao sair da administração, deixou estudos completos para realização dos serviços de esgoto e abastecimento de água da Capital. Estabeleceu o "regime dos saldos", entregando ao seu sucessor o suficiente para manter em dia os com-

promissos do Estado, e realizar os melhoramentos projetados, realmente concluídos pelo Presidente João Machado. A contar dos tempos coloniais, dirigiram a Paraíba: 1.º Capitão-Mor Frutuoso Barbosa, que tomou posse em 1582; 2.º Capitão-Mor João Tavares, empossado em 1586; — Frutuoso Barbosa, que voltou ao governo da capitania em 1587; 3.º Capitão-Mor Feliciano Coelho de Carvalho, posse em 1595; 4.º Capitão-Mor Francisco de Sousa Pereira, posse em 1600; 5.º Capitão-Mor Francisco Nunes Marinho de Sá, posse em 1603; 6.º Capitão-Mor André de Albuquerque Maranhão, posse em 1607; 7.º Capitão-Mor Francisco Coelho de Carvalho, posse em 1608; 8.º Capitão-Mor João Rebelo de Lima, posse em 1612; 9.º Capitão-Mor João de Brito Correia, nomeado em 28 de janeiro de 1616; 10.º Capitão-Mor Afonso de França, nomeado em 17 de setembro de 1618; 11.º Capitão-Mor Antônio de Albuquerque Maranhão, nomeado em 9 de agosto de 1622; 12.º Capitão-Mor Francisco Souto Maior, nomeado em 12 de setembro de 1631; não tomou posse. Domínio holandês: 13.º Diretor Servan Carpentier, posse em 1635; 14.º Diretor Ippo Eisen, posse em 1636; 15.º Diretor Elias Herckman, posse em 14 de julho de 1636; 16.º Diretor Gibert Wilt, posse em 1644; 17.º Diretor Paul Linge, posse em junho de 1645, último diretor holandês. 18.º Triunvirato composto de Lopo Curado Garro, Jerônimo de Cadená e Francisco Gomes Muniz, posse em 1 de Setembro de 1645; 19.º Governador João Fernandes Vieira, posse em 2 de fevereiro de 1655; 20.º Capitão-Mor, interino, Antônio Dias Cardoso, posse em 19 de agosto de 1657; 21.º Capitão-Mor Matias de Albuquerque Maranhão, posse em 17 de outubro de 1657; 22.º Capitão-Mor, João do Rêgo Barros, posse em 1663; 23.º Capitão-Mor Luís Nunes de Carvalho, posse em 1760; 24.º Capitão-Mor Inácio Coelho de Carvalho, posse em 1673; 25.º Capitão-Mor Manuel Pereira de Lacerda, posse em 1675; 26.º

Capitão-Mor Alexandre de Sousa Azevedo, posse em 1678; 27º Capitão-Mor interino, Antônio da Silva Barbosa, posse em agosto de 1684; 28º Capitão-Mor Amaro Velho Cerqueira, posse em setembro de 1687; 29º Capitão-Mor Manuel Nunes Leitão, posse em junho de 1692; 30º Capitão-Mor Manuel Soares de Albuquerque, posse em setembro de 1697; 31º Capitão-Mor Francisco de Alves Pereira, posse em novembro de 1700; 32º Capitão-Mor Fernando de Barros Vasconcelos, posse em novembro de 1703; 33º Capitão-Mor João da Maia da Gama, posse em junho de 1708; 34º Capitão-Mor Antônio Velho Coelho, posse em maio de 1717; 35º Junta Governativa composta dos Oficiais da Câmara, João de Moraes Valcacer, Jerônimo Coelho de Alvarenga, Diogo Vandernes e Eugênio Caivacânti de Albuquerque, posse em 14 de agosto de 1719; 36º Capitão-Mor Antônio Fernão Castelo Branco, posse em janeiro de 1720; 37º Capitão-Mor João de Abreu Castelo Branco, posse, janeiro de 1722; 38º Capitão-Mor Francisco Pedro Mendonça Gurjão, posse em março de 1729; 39º Capitão-Mor Pedro Monteiro de Macedo, posse, junho de 1734; 40º Junta dos Oficiais da Câmara João de Almeida de Gouveia, Manuel da Rocha, André Dias de Figueiredo, Domingos dos Santos de Oliveira e Cosme Ribeiro da Costa, posse em maio de 1744; 41º Capitão-Mor interino João Lôbo de Lacerda, posse em agosto de 1744; 42º Governador Antônio Borges da Fonseca, posse em agosto de 1745; 43º Capitão-Mor Luís Antônio de Lemos de Brito, posse em 19 de novembro de 1753; 44º Capitão-Mor interino José Henriques de Carvalho, posse em abril de 1757; 45º Capitão-Mor Francisco Xavier de Miranda Henriques, posse em janeiro de 1761; 46º Capitão-Mor Jerônimo José de Melo Castro, posse em 20 de abril de 1764; 47º Triunvirato — Ouvidor-Geral Antônio Filipe Soares de Andrade Brederodes, Sargento-Mor João Ribeiro Pessoa de Lacerda, Vereador da

Câmara Luís Alves da Nóbrega, posse em 13 de maio de 1797; 48º Governador Fernando Delgado Freire de Castilho, posse em 23 de março de 1798; 49º Governador Luís da Mota Feio, posse em 15 de setembro de 1802; 50º Governador Amaro Joaquim Raposo de Albuquerque, posse em 24 de julho de 1805; 51º Governador Antônio Caetano Pereira, posse em 30 de agosto de 1809; 52º Triunvirato — Ouvidor-Geral André Álvares Pereira Ribeiro Cirne, Tenente-Coronel Francisco José da Silveira, Vereador Manuel José Coelho, posse em 12 de dezembro de 1815; 53º Governo Revolucionário — Tenente-Coronel Amaro Gomes Coitinho, Tenente Coronel Estêvão José Carneiro da Cunha, posse 13 de março de 1817; 54º Governo Provisório-Republicano — Padre Antônio Pereira de Albuquerque, Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, Francisco José da Silveira e Francisco Xavier Monteiro da Franca, posse em 16 de março de 1817; 55º Triunvirato-realista-interino Ouvidor-Geral interino, Gregório José da Silva Coitinho, Capitão Soares Neiva, Vereador Manuel José Ribeiro de Almeida, posse em 7 de maio de 1817; 56º Triunvirato legal — André Álvares Pereira Ribeiro Cirne, Coronel Matias da Gama Cabral e Vasconcelos, Vereador Manuel José Ribeiro de Almeida, posse em 12 de junho de 1817; 57º Governador Tomás de Sousa Mafra, posse em junho de 1817; 58º Governador Francisco Rebêlo da Fonseca Rosado, posse em 25 de agosto de 1819; seguiram-se três juntas provisórias e proclamada a Independência vieram para dirigir a Província da Paraíba do Norte os seguintes Presidentes: 62º Filipe de Néri Ferreira, posse em 9 de abril de 1824; 63º Alexandre Franco de Seixas Machado, posse interina; os revolucionários de Areia proclamaram um Governo Temporário para a Província, sendo Presidente o Sargento-Mor Félix Antônio Ferreira de Albuquerque que se empossou, em Areia, no dia 9 de abril de 1824; Seixas Machado passou

o governo legal a Francisco de Assis Pereira Rocha, posse em maio de 1827; 64º Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, posse em 12 de fevereiro de 1828; passou o governo ao Vice-Presidente Dr. Francisco José Meira em 21 de março de 1830; 65º Dr. Manuel Joaquim Pereira da Silva, posse em 6 de agosto de 1830; 66º Dr. José Tomás Nabuco de Araújo, posse em 18 de novembro de 1831; passou o governo ao Vice-Presidente Francisco José Meira em 14 de agosto do mesmo ano; 67º Galdino da Costa Vilar, posse em 16 de janeiro de 1832 e em 21 de setembro passou o exercício ao Vice-Presidente Francisco José Meira; 69º Antônio Joaquim de Melo, posse em 16 de março de 1833; em 7 de janeiro de 1834 passou o exercício ao Vice-Presidente Afonso de Albuquerque Maranhão que, a 26 de abril, o entregou ao Vice-Presidente Bento Correia Lima, substituído pelo Vice-Presidente Luís Lopes Basto, que entregou a Bento Correia Lima, substituído no dia 14 pelo Vice-Presidente Manuel Maria Carneiro da Cunha que o entregou, em 12 de julho ao Vice-Presidente Luís Alves de Carvalho, substituído em 10 de setembro pelo Vice-Presidente Francisco José Meira que o entregou ao Vice-Presidente Manuel Maria Carneiro da Cunha em 1 de fevereiro de 1836; 70º Basílio Quaresma Torreão, posse em 18 de abril de 1836; em 11 de Março de 1837 passou o exercício ao Vice-Presidente Manuel Lôbo de Miranda Henriques; 71º Joaquim Teixeira Peixoto de Albuquerque, posse em 14 de abril de 1838; 72º Dr. João José de Moura Magalhães, posse em 12 de dezembro de 1838; em 17 de março de 1839 passou o exercício ao Vice-Presidente Manuel Lôbo de Miranda Henriques, que o transmitiu a 7 de abril ao Vice-Presidente Trajano de Holanda Chacom; este, em 22 de fevereiro de 1840, o entregou ao Vice-presidente Antônio José Henriques; 73º Dr. Agostinho da Silva Neves, posse em 7 de abril de 1840, passou o governo ao Vice-Presidente Antônio José

Henriques em 7 de setembro do mesmo ano; 74º Francisco Xavier Monteiro da Franca, posse em 7 de setembro de 1840; 75º Dr. Pedro Rodrigues Chaves, posse em 4 de maio de 1841, transmitindo o governo ao Vice-Presidente André de Albuquerque Maranhão, em 4 de fevereiro de 1843; 76º Ricardo José Gomes Jardim, posse em 14 de maio de 1843; 77º Agostinho da Silva Neves, posse em 2 de dezembro de 1843; 78º Dr. Joaquim Francisco de Sá, posse em 22 de julho de 1844, em 2 de agosto entregou a administração ao Vice-Presidente José da Costa Machado Sênior; em 9 de novembro assumiu a Presidência, o Vice-Presidente, André de Albuquerque Maranhão Júnior que, por sua vez, a transmitiu, em 14 do mesmo mês, ao Vice-Presidente Dr. Franco de Sá; 79º Coronel Dr. Frederico Carneiro de Campos, posse em 18 de dezembro de 1844 e em 18 de março de 1848 passou o exercício ao Vice-Presidente João de Albuquerque Maranhão; 80º Dr. João Antônio de Vasconcelos, posse em 11 de maio de 1848; 81º José Vicente de Amorim Bezerra, posse em 23 de janeiro de 1850; 82º Agostinho da Silva Neves, posse em 30 de setembro de 1850; em 4 de abril de 1851 passou o exercício ao Vice-Presidente Dr. Francisco Antônio de Almeida Albuquerque; 83º Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, posse em 3 de julho de 1851, passou o governo em 29 de abril de 1853 ao Vice-Presidente Dr. Flávio Clementino da Silva Freire que, em 7 de outubro, o entregou ao Vice-Presidente Frederico de Almeida e Albuquerque; 84º João Capistrano Bandeira de Melo, posse em 22 de outubro de 1853, passou o governo em 6 de junho de 1854, ao Vice-Presidente, Dr. Flávio Clementino da Silva Freire, que o entregou ao Vice-Presidente, Dr. Frederico de Almeida e Albuquerque em 25 de setembro do mesmo ano; 85º Dr. Francisco Xavier Pais Barreto, posse em 23 de outubro de 1854 e em 16 de abril de 1855 entregou o exercício ao Vice-Presidente Dr. Flávio Clementino da

Silva Freire; 86.º Dr. Antônio da Costa Pinto e Silva, posse em 26 de novembro de 1855; passou a administração ao Vice-Presidente Manuel Clementino Carneiro da Cunha; 87.º Tenente Coronel de Engenheiros Henrique Beaurepaire Rohan, posse em 10 de dezembro de 1857; 88.º Ambrósio Leitão da Cunha, posse em 4 de julho de 1859; em 24 de dezembro do mesmo ano, recebeu a visita do Imperador D. Pedro II; em 16 de abril de 1860 passou o governo ao Vice-Presidente Barão de Mamanguape; 90.º Francisco de Araújo Lima, posse em 19 de maio de 1861; em 17 de fevereiro de 1864 passou o exercício ao Vice-Presidente Dr. Felizardo Toscano de Brito; 91.º Dr. Sinval Odorico de Moura, posse em 18 de maio de 1864, em 22 de julho de 1865 passou o exercício ao Vice-Presidente Dr. Felizardo Toscano de Brito que, em 4 de agosto de 1866 o transmitiu ao terceiro Vice-Presidente Comendador João José Inocêncio Poggi; 92.º Dr. Américo Brasileiro de Almeida Melo, posse em 4 de novembro de 1866 e em 20 de abril de 1867 o entregou ao Vice-Presidente Barão de Marau; 93.º Dr. Inocêncio de Assis Carvalho, posse em 1 de novembro de 1867, passando o exercício ao segundo Vice-Presidente, Padre Francisco Pinto Pessoa que o entregou, em 16 de abril de 1869, ao Vice-Presidente, Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha; 95.º Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa, posse em 11 de junho de 1869; 96.º Senador Frederico de Almeida e Albuquerque, posse em 24 de outubro de 1870; passou a administração ao terceiro Vice-Presidente, Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia, em 13 de abril de 1871, este entregou ao mesmo residente, em 18 de outubro que lhe tornou a passar em 23 de abril de 1872; 97.º Dr. Heráclito de Alencastro Pereira Graça, posse em 26 de junho de 1872; 98.º Dr. Francisco Ferreira de Sá, posse em 11 de novembro de 1872, em 17 de setembro de 1873 passou o governo ao segundo Vice-Presidente, Comendador João Inocêncio Poggi, que o entre-

gou ao terceiro Vice-Presidente, Dr. José Evaristo da Cruz Gouveia, em 20 de setembro de 1873; 99.º Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, posse em 17 de outubro de 1873; 100.º Barão de Mamanguape, posse em 10 de abril de 1875, passou a administração em 9 de janeiro de 1877 ao segundo Vice-Presidente, Dr. João da Mata Correia Lima, que a entregou ao primeiro Vice-Presidente, Dr. José Paulino de Figueiredo em 9 de março de 1877; 101.º Dr. Esmerino Gomes Parente, posse em 24 de abril de 1877; passou o governo, em 2 de março de 1878 ao primeiro Vice-Presidente, Dr. José Paulino de Figueiredo; 102.º Dr. Ulisses Machado Ferreira Viana, posse em 11 de março de 1878, passou o exercício ao segundo Vice-Presidente, Padre Filipe Benício da Fonseca Galvão, em 20 de fevereiro de 1879; 103.º Dr. José Rodrigues Pereira Júnior, posse em 12 de junho de 1879, passou o exercício ao segundo Vice-Presidente Padre Filipe Benício da Fonseca Galvão, em 30 de abril de 1880, que a entregou ao Vice-Presidente, Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo, em 15 de maio do mesmo ano; 104.º Dr. Gregório José de Oliveira Costa, posse em 10 de junho de 1880 e em 3 de setembro do mesmo ano passou o exercício ao primeiro Vice-Presidente, Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo; 105.º Dr. Justino Pereira Carneiro, posse em 20 de outubro de 1880 e em 4 de março de 1882 passou o governo ao Vice-Presidente, Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo; 106.º Dr. Manuel Ventura B. Leite Sampaio, posse em 21 de maio de 1882 e em 2 de novembro, entregou o governo ao primeiro Vice-Presidente, Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo; 107.º Dr. José Basson de Miranda Osório, posse em 5 de novembro de 1882 e passou o governo ao Vice-Presidente, Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo, em 17 de abril de 1883; 108.º Dr. José Aires do Nascimento, posse em 7 de agosto de 1883; 109.º Dr. Antônio Sabino do Monte, posse em 31 de agosto de

1884; 110.º Dr. Pedro da Cunha Beltrão, posse em 8 de julho de 1885; 111.º Dr. Antônio Herculano de Sousa Bandeira, posse em 20 de setembro de 1885; 112.º Dr. Geminiano Brasil de Oliveira, posse em 11 de novembro de 1886; 113.º Dr. Francisco de Paula Oliveira Borges, posse em 10 de outubro de 1887; 114.º Dr. Pedro Francisco Correia de Oliveira, posse em 9 de agosto de 1888, passou o exercício ao primeiro Vice-Presidente, Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, em 14 de janeiro de 1889; reassumiu em 4 de fevereiro, transmitindo-o novamente ao referido Vice-Presidente, em 17 do referido mês e a 22 de junho do mesmo ano o entregou ao primeiro Vice-Presidente Dr. Manuel Dantas Correia de Góis; 115.º Dr. Francisco Luís da Gama Rosa, posse em 8 de junho de 1889; deixou o cargo em virtude da proclamação da República em 15 de novembro; 116.º Governo Provisório formado no dia 19 de novembro de 1889: Tenente-Coronel Honorato Cândido Ferreira Caldas, Dr. Antônio da Cruz Cordeiro Sênior, Capitão de Engenheiros João Claudino de Oliveira Cruz, Primeiro-Tenente da Armada Artur José dos Reis Lisboa, Comendador Tomás de Aquino Mindelo, Capitão Manuel de Alcântara Cousseiro e Dr. Manuel Carlos de Gouveia, sob a Presidência do primeiro; 117.º Capitão de Engenheiros João Claudino de Oliveira Cruz, posse em 2 de dezembro de 1889; 118.º Dr. Venâncio Augusto de Magalhães Neiva, posse em 6 de dezembro de 1889, sendo deposto em 31 de dezembro de 1891; 120.º Junta Governativa: Coronel Cláudio do Amaral Sevalet, Dr. Eugênio Toscano de Brito e o bacharel Joaquim Fernandes de Carvalho; 121.º Capitão de Engenheiros Álvaro Lopes Machado, posse por aclamação, em 19 de fevereiro de 1892; em 4 de abril do mesmo ano passou o exercício ao primeiro Vice-Presidente, Padre Valfredo Soares dos Santos Leal, reassumindo em 25 de julho, transmitiu novamente a administração ao referido

Vice-Presidente em 17 de maio de 1896, renunciando o cargo em 28 de julho do mesmo ano; 122.º Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo, posse em 22 de outubro de 1896; 123.º — José Peregrino de Araújo, posse em 22 de outubro de 1900; 124.º Major de Engenheiros, Dr. Álvaro Lopes Machado, posse em 22 de outubro de 1904, passou o governo ao primeiro Vice-Presidente, Dr. Francisco Seráfico da Nóbrega, reassumiu, passou o exercício ao segundo Vice-Presidente, Padre Valfredo Leal, que completou o quadriênio presidencial; 125.º Dr. João Lopes Machado, posse em 22 de outubro de 1908; 126.º Dr. João Pereira de Castro Pinto, posse em 22 de outubro de 1912, passou o exercício ao primeiro Vice-Presidente, Coronel Antônio da Silva Pessoa em 25 de julho de 1915 que passou o exercício ao Dr. Sólton de Lucena, em 24 de julho de 1916; 127.º Dr. Francisco Camilo de Holanda, posse em 22 de outubro de 1916; 127.º Dr. Sólton Barbosa de Lucena, posse em 22 de outubro de 1920; 129.º Dr. João Suaçuna, posse em 22 de outubro de 1924; 130.º Dr. João Pessoa Cavalcânti de Albuquerque, posse em 22 de outubro de 1928; passou o exercício ao Vice-Presidente, Dr. Álvaro de Carvalho, a 19 de outubro de 1929, reassumindo em 22 do mesmo mês, passou novamente o exercício ao referido Vice-Presidente no dia 16 de fevereiro do referido ano, reassumindo em 3 de março, passando-o novamente em 11 deste mês e reassumindo no dia 14, transmitindo-o mais uma vez ao mencionado Vice-Presidente em 25 de julho de 1930, sendo no dia seguinte assassinado no Recife; 131.º Dr. José Américo de Almeida, no caráter de chefe revolucionário, assumiu a administração do Estado, no dia 4 de outubro de 1930 e, cumulativamente, o de Chefe do Governo Revolucionário do Norte do Brasil, no dia 9 do mês de outubro referido; 132.º Dr. Antenor Navarro, empossou-se no dia 10 de novembro de 1930 no cargo de Interventor Federal; passou o exercício ao Dr. Odom

Bezerra em 28 de maio de 1931, reassumindo no dia 11 de julho do mesmo ano; 133.º Dr. Gratuliano Brito, eventualmente assumiu o exercício e, por falecimento do Dr. Antenor Navarro, por nomeação do Governo Provisório da República, se empossou no cargo de Interventor Federal, em 30 de junho de 1932; 134.º Dr. José Mariz, eventualmente, em 26 de dezembro de 1934; 135.º Dr. Argemiro de Figueiredo; eleito Governador, assumiu o exercício no dia 26 de janeiro de 1935, passou o exercício ao Presidente da Assembléia Legislativa, Dr. José Maciel, em 11 de abril de 1936, reassumindo em 16 de junho do mesmo ano; dado o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, foi no dia 27 investido das funções de Interventor Federal; passou o exercício ao Secretário do Interior, Dr. José Mariz, em 10 de setembro de 1938, reassumindo em 18 de novembro, passando novamente o governo ao referido Secretário no dia 30 de outubro de 1939, reassumindo em 7 de março de 1940; 136.º Dr. Rui Carneiro, posse em 16 de agosto de 1940. *Homens notáveis* — Em vários departamentos das atividades, dos conhecimentos humanos, tem a Paraíba filhos notáveis. Referimo-nos somente aos que se acolheram à eternidade: Abdom Milanez Sênior, médico, político e parlamentar; Abdom Milanez Júnior, engenheiro e músico notável; D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, primeiro Bispo e primeiro Arcebispo da Paraíba; Adolfo Tasso da Costa Cirne, advogado e professor de Direito na Faculdade do Recife; Albino Gonçalves Meira de Vasconcelos, advogado, orador, professor e propagandista da República; Alcides Ferreira Baltar, bacharel em Direito, funcionário público e poeta; Afonso Campos, advogado, professor e político; Américo de Sousa Falcão, bacharel em Direito e poeta; Antônio Elias Pessoa, poeta e revolucionário de 1817; Antônio Elias Pessoa, neto do precedente, poeta, professor e jornalista; Alvaro Lopes Machado, engenheiro mi-

litar, administrador e parlamentar; André Vidal de Negreiros, militar, administrador e herói da guerra holandesa; Antônio da Cruz Cordeiro Sênior, médico, político, poeta e publicista; Antônio da Cruz Cordeiro Júnior, filho do precedente, médico militar, poeta, jornalista; Antônio Peregrino de Castro, pintor e professor; Antônio Alfredo da Gama e Melo, advogado, orador, jornalista, professor e parlamentar; Antônio Camilo de Holanda, funcionário público e jornalista; Antônio Pereira de Albuquerque Melo, sacerdote ilustre, cabeça pensante dos revolucionários paraibanos de 1817, garroteado no Recife; Argemiro de Sousa, bacharel em Direito e jornalista; Aristides da Silveira Lôbo, advogado e propagandista da República; Artur Aquiles dos Santos, jornalista; Augusto Vaz, advogado e lente da Faculdade de Direito do Recife; Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos, bacharel em Direito, professor e poeta; Aurélio de Figueiredo, pintor e publicista; Barão de Abiaí (Silvino Elvídio Carneiro da Cunha), bacharel em Direito, político e administrador; Barão de Mamanguape (Flávio Clementino da Silva Freire), político, administrador e parlamentar; Borges da Fonseca (Antônio), bacharel em Direito, agitador, jornalista, revolucionário, propagandista da República; Caetano Alves de Sousa Filgueiras, doutor em Direito, jornalista e poeta; Carlos Dias Fernandes, bacharel em Direito, jornalista, poeta e romancista; Cardoso Vieira (Manuel Pedro), advogado, orador, político, parlamentar e bacharel em Direito; Coelho Lisboa (João Gonçalves), bacharel em Direito, professor, parlamentar, propagandista da República; Eugênio Toscano de Brito, médico, professor e jornalista; Eliseu Elias César, poeta, orador, jornalista e bacharel em Direito; Epitácio da Silva Pessoa, doutor em Direito, político, orador, parlamentar, jurista, professor e estadista; Feliciano Quaresma Dourado, doutor pela Universidade de Coimbra e diplo-

mata no século XVII; Félix Antônio Ferreira de Albuquerque (Sargento-Mor), chefe revolucionário e presidente provisório da Paraíba, em 1824; Felizardo Toscano de Brito, bacharel em Direito, jornalista, político e advogado; Francisco Antônio Carneiro da Cunha, militar, cientista, professor e herói da Guerra do Paraguai; Francisco Pedro Carneiro da Cunha Sênior, funcionário público, jornalista e poeta; Francisco João de Azevedo, padre, professor, mecânico e inventor da máquina de escrever comercial; Francisco Soares da Silva Retumba, engenheiro civil, percorreu a Paraíba e deixou importantes observações e estudos valiosos; Vital Maria Gonçalves de Oliveira, capucho, bispo de Pernambuco, notabilizou-se na questão religiosa; Genésio de Andrade, pintor e professor; Irineu Ceciliano Pereira Jôfili, bacharel em Direito, jornalista, historiador e publicista; Irineu Ferreira Pinto, funcionário público, historiador e publicista; João Florentino Meira de Vasconcelos, magistrado, político e parlamentar; João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, bacharel em Direito, político e administrador; João da Silva Retumba, ilustre oficial de Marinha representando a Paraíba na primeira Constituinte republicana; João José Rodrigues Chaves, magistrado, administrador e Conselheiro da Coroa; Joaquim Manuel Carneiro da Cunha, revolucionário de 1817 e parlamentar; José Peregrino de Carvalho, tenente-de-linha, revolucionário de 1817 enforcado no Recife em 21 de agosto de 1817; José Rodrigues de Carvalho, bacharel em Direito, advogado, jornalista, poeta e publicista; José de Almeida Barreto, militar, fez campanhas no Prata, no Paraguai; morreu marechal do Exército e senador pelo seu Estado; Lindolfo José Correia das Neves, (Comendador), político, orador, jornalista, parlamentar e orador sacro da capela imperial; Luís Ferreira Maciel Pinheiro, magistrado, jornalista e republicano histórico; Manuel de Ar-

ruda Câmara, médico e naturalista, fundador do Areópago de També; Marcos Barbosa, professor, músico e mecânico inventor de um aparelho de voar; era coevo de Bartolomeu de Gusmão; Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, grande inteligência, representou a Paraíba na Câmara dos Deputados, foi um dos deportados de 1845; era formado em Direito; Pedro Américo de Figueiredo Melo, insigne pintor, escritor e cientista; Pereira da Silva, bacharel em Direito, poeta e jornalista; Pedro Batista, comerciante, historiógrafo e publicista; Santos Estanislau Pessoa de Vasconcelos, magistrado e publicista; Piragibe, índio tabajara que muito se distinguiu na colonização da Paraíba; Teodomiro Ferreira Neves Filho, poeta e jornalista. Esta, uma lista apressada de alguns paraibanos notáveis, podendo quem se interessar pelo assunto consultar o livro *Paraibanos Ilustres*, do Dr. Liberato Bitencourt e as coleções de jornais do Estado. *Indústria* — Consta a Paraíba sobejos elementos materiais para desenvolver várias indústrias, mas até agora, em relação às suas possibilidades, pouco tem feito. A agricultura e o pastoreio são as mais antigas, a primeira representada pelo açúcar e pelo algodão. Duas principais circunstâncias têm retardado o desenvolvimento industrial no Estado: a falta de numerário, e ausência de iniciativa. Atualmente se contam na Paraíba várias centenas de pequenas fábricas de rapaduras, algumas dezenas de bangüês e as seguintes usinas que, na safra 1939 a 1940, produziram 326 412 sacos de 60 kg de açúcar cristal, a saber: 4 no município de Santa Rita, uma no de Sapé, uma no de Alagoa Grande, uma no de Mamanguape e uma no de Areia. Os bangüês produziram 29 327 sacos de 60 kg de açúcar e a produção de rapaduras, em 1942, somou 16 880 000 kg. A indústria têxtil de fios de algodão, conta no Estado sob o capital invertido de Cr\$ 43 900 000,00, cinco estabelecimentos:

2 em Campina Grande, 1 em Areia, 1 em Mamanguape e 1 em Santa Rita, com o total de 2 768 teares, 32 900 fusos, ocupando 8 776 operários e, com a capacidade para produzir, anualmente, 208 600 kg de fio, 23 000 000 m de tecidos e 2 400 000 sacos. A fabricação de óleos se processa em 9 usinas: uma em Antenor Navarro, 3 em Cajazeiras, uma em Pombal, uma em Patos, 2 em Sapé e uma na Capital. Produziram em 1941, informação do Departamento de Estatística, 42 978 731 l de óleo de caroço de algodão e 3 124 272 kg de óleo de oiticica. Em 1942, houve no Estado a seguinte produção de tecidos de algodão: crus, 10 836 067 m; algodão alvejado, 10 780 m; algodão tinto, 17 191 982 m; 123 dúzias de toalhas; 39 081 colchas; 507 dúzias de guardanapos. Para a fabricação de vinhos de frutas e gasosas, além de outras de pequena importância, funcionam 9 fábricas: 4 em Campina Grande, uma em Cajazeiras, uma em Sapé e 3 em João Pessoa, as quais, em 1941, venderam 1 116 381 l de bebidas. Em manipulação de fumos conta, digna de menção, uma fábrica de cigarros. Esta, em 1942, vendeu 95 475 mil milheiros de cigarros. Recente é a indústria do sal, localizando-se 2 salinas no município de Santa Rita e três no de João Pessoa. Estas salinas exportaram, em 1942, para diversos Estados, 1 456 800 kg do produto, valendo Cr\$ 221 250,60. Uma das mais importantes empresas no Estado é a da fábrica de cimento, situada na Povoação do Índio Piragibe, arrabalde da Capital. Começou a funcionar em 7 de setembro de 1936. É uma sociedade anônima — Companhia Paraibana de Cimento Portland S. A. Seu capital reúne Cr\$ 12 000 000,00; nela trabalham 415 operários e 34 funcionários da administração. Em 1941 produziu 50 195 454 kg de cimento, no valor de Cr\$ 17 065 600,00 e em 1942 fabricou 42 902 280 kg, no valor de Cr\$ 19 526 000,60. Promissora é a indústria extrativa de fibras. Esta atividade

está sendo praticada sob moldes atrasados e com minguados capitais nos municípios de Cabaceiras, Picuí, Cuité, Ibiatópolis, Sabujá, Teixeira, Piancó. Nestes dois últimos municípios, faz-se a mineração de ouro desde o ano de 1941. A quantidade não se podia precisar, mas uma informação publicada no jornal oficial do Estado e procedente do Ministério da Agricultura, diz que o município de Piancó está produzindo, anualmente, 1 500 kg de ouro. Quanto aos outros minérios explorados na Paraíba, temos os seguintes dados referentes à exportação no ano de 1942: 19 252 kg de berilo, 162 125 kg de cassiterita, 462 150 kg de columbita, 10 000 kg de mica, 304 500 kg de barita, 41 652 kg de fluorita; juntemos também: 2 000 000 kg de fibras de craúá, para revelar-se que a indústria extrativa, excetuando o ouro, vendeu para fora do Estado Cr\$ 7 931 156,00. *Instrução pública* — A instrução no Estado divide-se em primária, secundária e superior, esta ministrada por uma Escola de Agronomia, funcionando no município de Areia. As demais contam estabelecimentos públicos, em grande maioria, e particulares que representam uns 3 % no total das escolas existentes. Apesar do esforço dos governos, o número de escolas primárias é deficiente e a frequência média se positiva bem desalentadora. A diversas causas atribuem a origem do mal, e entre elas: — as consecutivas remoções de professores e a ignorância de avultado número de pais de alunos. As alegações sobrepõem-se o minguado vencimento do professorado, especialmente o das vilas e povoações, e a falta de pessoal habilitado, estando quase todas as escolas rurais, e mesmo as das vilas sob a direção de pessoas que jamais fizeram estágio em estabelecimentos educacionais. Um resumo colhido no Departamento de Estatística confirmará a proposição. Em 1942, entre aulas públicas primárias do Estado, se contavam 1 082 estabelecimentos com a matrícula de

65 920 alunos e a frequência média de 43 386. A docência constava de 1 710 professores; 1 470 femininos e 240 masculinos. Dos docentes, 855 são normalistas, ou sejam 50 % do professorado. O ensino secundário é ministrado no Colégio Paraibano com a matrícula de 1 103 estudantes e uma docência de 50 professores; o Colégio Diocesano "Pio X", equiparado e dirigido por irmãos maristas, matricula 350 alunos; o Colégio de Nossa Senhora das Neves, para o sexo feminino, também equiparado, sob a direção de religiosas, registra uns quatrocentos matriculados. Na Capital funcionam vários cursos particulares oficializados, para o ensino de datilografia, auxiliares do comércio, mantendo o Estado uma Escola de Comércio. Nas cidades de Campina Grande, Areia, Alagoa Grande, Bananeiras, Guarabira, Patos, Princesa, Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, se contam estabelecimentos oficializados, de instrução secundária. Arrolam-se no Estado, 45 grupos escolares. O serviço educacional na Paraíba e a fiscalização do ensino público e particular, está a cargo do Departamento de Educação, constituído de duas seções: uma, de Estatística Educacional e Serviços Auxiliares, quatro divisões: a do Ensino Primário Normal, a do Ensino Médio e Superior e Difusão Cultural; Educação Física, Educação Artística. *Limites* — O Estado da Paraíba limita-se a L. com o oceano Atlântico; ao S. com o Estado de Pernambuco; a O. com o Estado do Ceará e a N. com o Estado do Rio Grande do Norte. Não obstante os esforços de vários administradores da Paraíba, a partir do Coronel de Engenheiros Beaurepaire Rohan, nem, mesmo, às diligências dos funcionários e das Leis relativas à divisão territorial, as divisas do Estado continuam quase indecisas em certos pontos. A partir das barras do Goiana ao sul e do Guaju ao Norte, as dúvidas se sucedem. De tal modo avançaram ao Norte e ao Sul do Estado que dos 280 quilômetros

de largura, ficou o território paraibano reduzido a menos de 120. Quase o estrangulam pelos municípios de Sabujá, Patos e Teixeira. Reportemo-nos à ação do inolvidável Henrique de Beaurepaire Rohan. Na sua gestão, de 1857 a 1858, se dirigiu aos presidentes de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. O do Ceará não respondeu; o de Pernambuco disse que nada constava na Secretaria; o do Rio Grande do Norte enviou as seguintes informações: — "As duas Províncias se dividem no litoral pela barra do rio Guaju, seguindo dêste as linhas divisórias aos marcos de cima, ao Riachão, Boqueirão e dêste ponto ao rio Calabouço, no município de São Bento. Dêste município, segue a linha divisória ao do Acari, se define pela fazenda Boa Vista compreendendo esta as do Pé da Serra, Bico de Arara, Êrmo, Riacho Fundo, Cobra, todo o saco da serra do Boqueirão, até a fazenda Tanques, na serra da Borborema (servindo esta de limites) a serra das Queimadas até Carneira, e as fazendas Quinto, Caracá, Pau dos Ferros, São Bento e Santana. Dêste Município segue a linha divisória para o do Príncipe, discriminadas pela parte do sul na distância de 5 a 10 léguas do município de Pombal com quem confina e pelo poente, em distância de 7 1/2 léguas, além do rio Piranhas, confina com o Catolé do Rocha. A divisão das duas freguesias acha-se autorizada pelo Decreto de 25 de outubro de 1831. Quanto ao município de Aguiar, corre a linha divisória pela ponta da serra do João do Vale, no lugar denominado Serra do Cipó, que pertence ao município de Catolé do Rocha, pelas fazendas Trincheiras e Macanaú, com uma distância mais ou menos de quatro léguas; de sul a norte, com as fazendas Jatobá e Mulungu, pertencentes ao referido município de Catolé do Rocha. Do município de Apodi segue a linha para o de Pau dos Ferros correndo além da povoação da serra de Luís Gomes, meia légua, mais ou menos; êste mu-

nício divide-se com o de Sousa." Tais limites foram regulados pela Lei de 25 de outubro de 1831 que não é mais positiva, mais clara do que as informações citadas. A opinião corrente foi que a vizinha unidade do norte estava exorbitando e o prefalado Presidente Rohan convidou-a a uma demarcação que infelizmente não foi levada a termo, por não ter o Governo Imperial concedido um engenheiro. Não desanimou o grande administrador da Paraíba daqueles dias e contratou os engenheiros prussianos Carlos Bless e David Polemann para o levantamento das coordenadas da Paraíba, trabalho que não pôde concluir por ter sido designado para administrar outra Província. Ao Sul, apesar da linha limitrofe correr pelo *divortium aquarum*, nem por isso deixa de haver pontos duvidosos, muito especialmente onde a serra desaparece, como no distrito de Pedras de Fogo, em cujas fronteiras se têm verificado atritos entre o Fisco das duas unidades da Federação. Apenas se afirma que o litoral paraibano tem 150 quilômetros de costa e a linha divisória começa na foz do Goiana, deixando-o logo, seguindo em direção à vila de Pedras de Fogo ligada à cidade de També, as quais, sendo um só núcleo de população, pertencem, a primeira à Paraíba e a segunda a Pernambuco. Prosseguindo, segue a linha pela estrada geral até a vila de Juripiranga, outrora Serrinha, também comum aos dois Estados. Continua sempre com o rumo de leste a oeste, tendo passado na povoação de Pirauá, na cidade de Umbuzeiro e a partir de Cabaceiras toma a direção de sudoeste e depois a de sul, formando o lado do ângulo que se distende para o lado de Pernambuco, característico do município de Monteiro, sendo os limites aí assinalados pelas serras Moças, Jacará e Jabitacá, que dividem as águas do Rio Paraíba das do Capiberibe, Moxotó e Pajeú. Tomando a direção de oeste, aproxima-se do município de Teixeira, passando então o raio de 280 qui-

lômetros de largura do Estado, para menos de 120. Continua a linha pela divisão das águas dos rios Paraíba, Píancó e Piranhas das do Pajeú, afluente do São Francisco; inclina-se para o sudoeste, passando próxima da cidade de Princesa Isabel, que está a 20 quilômetros da cidade de Triunfo do Estado de Pernambuco. Os limites com o Ceará são formados pela serra do Bongá, que divide as águas do Piranhas das do Jaguaribe. Nesse ponto torna o Estado a adquirir grande largura, medindo entre Princesa Isabel e Catolé do Rocha, aproximadamente, 250 quilômetros. Geograficamente, Paraíba e Rio Grande do Norte constituem uma só região. Nos tempos coloniais foram divididos por uma linha quase reta de leste a oeste de maneira que pertenceram à Paraíba, sem se conhecer o motivo plausível da mutilação, toda a ribeira do Seridó e territórios dos atuais municípios noroiongrandenses de Acari, Jardim, Caicó e Serra Negra. *Literatura histórica e geográfica* — Não sendo opulenta, já se revela bem considerável a literatura histórica, geográfica e mesmo econômica da Paraíba. Nos tempos coloniais, pela segunda década do século XVII, foi escrito o *Diálogo das Grandezas do Brasil*, por um habitante da Paraíba. Os melhores trabalhos, após a Independência, são de paraibanos ou de homens residentes na Paraíba. Em primeiro plano estão Irineu Jófili Sênior, e Maximiano Lopes Machado. O primeiro deixou *Sinópsis das Sesmarias e Notas Sobre a Paraíba*; o segundo, além de sua refutação *A Paraíba e o Atlas do Senhor Cândido Mendes*, escreveu, em dois volumes a *História da Província da Paraíba*, editada em um só volume, muitos anos depois da morte do autor, tendo-se extraviado parte do original. Boas informações se encontram no Almanaque do Estado, na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, no boletim do Gabinete de Estudos de Geografia e História da Paraíba. O co-

ronel João de Lira Tavares publicou *A Paraíba*, em dois volumes e *Apostamentos para a História Territorial da Paraíba*, além de algumas monografias. De Celso Mariz são: *Através do Sertão*, *Apanhados Históricos*, *Evolução Econômica da Paraíba e Ibiapina*. Irineu Pinto deixou dois volumes de *Datas e Notas*. Manuel Tavares Cavalcânti editou uma *Epítome da História da Paraíba*. José Coelho imprimiu uma pequena *Geografia do Estado da Paraíba* e Luís Pinto um *Resumo Cronológico da História da Paraíba*. Ademar Vidal entregou ao público *O Incrível João Pessoa* e "1930", relativos ao período agitado de 1929 a 1930. Pedro Batista, além de romances históricos, deu à publicidade uma biografia — *O Cônego Bernardo*; de João Olinto do Rêgo são *Os Marcos Violados* e de Orris Barbosa "Sêca de 32". Lamperberg Medeiros, editou o *Anuário de Santa Rita*. Além destes e de alguns outros, nas coleções de jornais da Capital e do interior do Estado, se encontram trabalhos valiosos de Rodrigues de Carvalho, Veiga Júnior, Francisco Barroso, Francisco Coitinho, Mateus de Oliveira, Pedro Batista, José Ferreira de Novais, Padre Joel Lins Fialho, e muitos outros. Na cartografia, se conhecem os esboços de Ernesto Freire, Jules Destord, Maximiano Machado, José Coelho e as últimas cartas levantadas pela Inspetoria Federal das Obras Contra as Secas, trabalhos estes da maior valia. Movimento interessante vai animando filhos ilustres de municípios da Paraíba. Assim temos uma *Corografia do Município de Mamanguape* de Mário Campelo, *Corografia e História do Município de Umbuzeiro*, do professor Emílio Chaves; *Santa Luzia e sua Evolução*, do inditoso Bacharel Alcindo Medeiros Leite. A professora Analice Caldas tem pronta para imprimir uma *História e Corografia de Alagoa Nova*; Alfredo Lustosa Cabral acabou de escrever *Patos*, um livro volumoso, de informações preciosas; o es-

critor Padre Manuel Otaviano, prepara a *História de Piancó*. Epaminondas Câmara expôs *Os Alicerces de Campina Grande*. João Lélis concluiu o seu volume sobre a luta entre combatentes de Princesa e o Estado. Atualmente se prepara um volume sobre o município de Cabaceiras e outro sobre Alagoa Grande. Bom auxílio teve a elaboração deste livro nos trabalhos das professoras Isabel dos Santos, referente à vila de Dona Inês; Dioclécia Urbano, sobre a de Remígio; de Maria Dolores Lira, sobre a de Manairá; de Castorina de Meneses Barros, sobre os municípios de Alagoa Nova e Ibiapinópolis. Indispensável ao estudioso, é a consulta ao volumoso livro de José Américo de Almeida *A Paraíba e seus Problemas*. O *Correio da Paraíba* é publicação meritosa, de Antônio da Rocha Barreto. A *Evolução da Instrução Pública na Paraíba*, tem a autoria do Professor José de Melo e *A Imprensa na Paraíba*, de José Leal, que também publicou *Este Pedaco do Nordeste*. E várias outras publicações existem sobre a Paraíba, como os trabalhos de Diógenes Caldas, José Clementino de Oliveira, João Carneiro Monteiro, Padre Luís Santiago, etc. *Meio social* — Na Capital do Estado e nos centros mais populosos do interior, o meio social se aproxima do nível das cidades cultas do País, dadas as diferenças impostas pelo clima, pela tradição. Somente entre a população rural se encontra maior expoente de rusticidade que se vai polindo graças às facilidades de comunicação entre os indivíduos do campo e os da cidade. *Portos* — O principal porto do Estado é o de Cabedelo. (V. *Cabedelo*.) Seguem-se o de João Pessoa (V. *Sanhauá*), de Baía da Traição, de Mamanguape, de Lucena, Tambaú, Gramame, Pitimbu. O Rio Goiana, na sua margem esquerda, dá entrada para os seguintes portos paraibanos: Batedor, Barreiras Grandes, Caxanduba, Congaçari, Porto das Caixas, Porto da Cal e Parnamirim. *Patrimônio do Estado* — O patrimônio

do Estado, em 1941, somava 110 170:697\$100. *Quedas d'água* — Existem no Estado várias quedas d'água nos municípios de Aiagoa Nova, Areia e Bananeiras, tôdas, porém, de fraco potencial. A mais importante é a que aciona a usina de Camucá, ex-Borborema. (V. *Camucá*.) *Religião* — A Paraíba com o Rio Grande do Norte constituem uma Província eclesiástica, criada por Bula *Majus Catholicas Religiones Incrementum*, de 6 de fevereiro de 1914. A sede do Arcebispado é na cidade de João Pessoa. Conta os bispados de Cajazeiras, na Paraíba; Natal e Caicó no Rio Grande do Norte. Em grande maioria, a população do Estado é católica apostólica romana mas na capital como no interior se radicam núcleos apreciáveis de pessoas que seguem a doutrina de Lu-

tero. No Estado se contam 64 freguesias, sendo 48 da Arquidiocese e 16 pertencentes ao Bispado de Cajazeiras. *Rendas públicas* — A situação do País não permitiu informações completas relativas ao movimento financeiro, sobre a receita pública. As Coletorias Federais, no Estado, durante o exercício de 1942, arrecadaram Cr\$ 10 219 017,00. A receita do Estado conserva sempre a tendência para aumentar; se no exercício de 1850 foi apenas de 110:749\$340, em 1897 chegou a 1 136:366\$950. Em 1910 atingiu 2 188:826\$803; em 1925 crescera até 9 201:575\$404. A arrecadação em 1930 foi de 13 763:044\$800 e em 1936 elevou-se a 28 263:313\$980. Observe-se porém o movimento financeiro da Paraíba, no triênio de 1940 a 1942, nos quadros seguintes:

Receita discriminada	1940	1941	1942
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
<i>Receita ordinária</i>	35 114 029,00	37 881 198,00	36 357 655,00
1 — Receita tributária	27 056 227,00	27 927 714,00	27 025 669,00
a) Impostos	25 358 426,00	27 190 363,00	36 404 501,00
b) Taxas	1 697 801,00	737 351,00	621 168,00
2 — Receita patrimonial	32 265,00	232 419,00	74 366,00
3 — Receita industrial	8 025 537,00	8 413 971,00	7 792 297,00
4 — Receitas diversas	—	1 307 094,00	7 792 297,00
<i>Receita extraordinária</i>	2 266 974,00	5 314 027,00	3 321 582,00
TOTAL	37 381 003,00	43 195 225,00	39 679 237,00

DESPESA EFETUADA, EM CRUZEIROS

Despesa discriminada	1940	1941	1942
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Administração geral	4 454 562,90	3 663 010,69	3 777 080,00
Exaç. e fiscaliz. fin.	3 513 625,00	3 446 985,70	3 462 402,20
Segurança públ. Assist.	6 052 527,10	5 276 658,90	6 425 061,50
Educação pública	5 075 119,60	5 496 015,30	5 990 142,70
Fomento	1 994 593,50	2 953 348,90	2 780 841,60
Serviços industriais	6 973 666,50	10 425 431,40	7 806 382,00
Dívida Pública	557 697,10	152 176,70	939 534,30
Serv. utilid. pública	3 224 108,20	3 033 052,20	3 176 139,90
Encargos diversos	2 358 564,90	2 859 744,60	3 453 823,60
Saude pública	1 857 664,50	2 082 965,10	3 328 926,40
TOTAL	36 066 628,30	39 463 389,40	41 140 334,00

Para o exercício de 1944, orçou o Estado sua receita em Cr\$ 42 000 000,00 e a despesa em Cr\$ 45 000 000,00, justificando-se o excesso, com a majoração dos vencimentos dos funcionários. *Revolução* — Depois da luta contra os holandeses, os mais notáveis movimentos armados, dentro da Paraíba, foram: o de 1817, cujos chefes principais, José Peregrino de Carvalho, Amaro Gomes Coitinho, Padre Antônio Pereira de Albuquerque, paraibanos, Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, rio-grandense do norte e Francisco José da Silveira, mineiro, enforcados no Recife, os seus membros decepados, salgados e enviados à Paraíba, onde foram expostos em lugares públicos; o levante de 1820 em Mamanguape e Guarabira, contra a Constituição Portuguesa jurada por D. João VI; os amotinados foram batidos às portas de Areia. Nesta localidade, em 1924, houve um levante contra o governo do primeiro Presidente da Paraíba, Filipe de Néri Ferreira, suspeito de lusitanismo. A causa interessou os municípios de Areia, Campina Grande e Pilar. Escolheram para o cargo de Presidente Temporário da Província e Comandante das forças revolucionárias, o Sargento-Mor Félix Antônio Ferreira de Albuquerque. Rebentando no Recife a revolução que implantou a efêmera Confederação do Equador, os insurretos da Paraíba a ela aderiram e foram batidos no Ceará. Em 10 de setembro de 1823 o então Tenente José Antônio da Fonseca Galvão, sublevou uma parte da Guarnição. Entrincheirou-se no convento de Santo Antônio com uma bôca de fogo e a Companhia de Fuzileiros, resistindo durante três horas, fugindo para bordo de um navio estrangeiro, asilando-se, em seguida, no Rio Grande do Norte. Em Areia, se verificou o último combate da Revolução Praieira. A revolta dos Quebra-Quilos, genuinamente paraibana, visando menos o sistema métrico decimal do que uma desafiada ao clero, em virtude da prisão dos bispos

de Pará e Pernambuco, explodiu, em 1874, no município de Campina Grande, estendendo-se as hordas por vários outros municípios, incendiando arquivos, depredando, destruindo as unidades de pesos do sistema métrico decimal. Foram batidos por tropas comandadas pelo General Severiano da Fonseca, em princípios de 1875. A Paraíba auxiliou a conquista do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Maranhão e enviou contingentes para a luta da Independência na Bahia. Não economizou esforços para a desafiada contra o Paraguai, concorrendo, além de muitos filhos incorporados a outras guarnições, com 2 954 homens para o Exército e 365 para a Armada, cotas que representavam 10 % da população paraibana em 1864. O primeiro batalhão de Voluntários da Pátria, organizado na Província, embarcou para o sul do País no dia 10 de abril de 1865, sob o comando do patriota paraibano, o bacharel Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão, morto gloriosamente nas célebres Linhas Negras. Na revolução republicana de 1930, foi a Capital do Estado a sede do Governo Revolucionário do Norte do Brasil, sob a Presidência do Dr. José Américo de Almeida. Na Paraíba, para todo o Norte do País, se organizou a República Nova. *Riquezas naturais* — Reduzida está a riqueza florestal do Estado, contando algumas matas na região do litoral e das serras. Também sofreram considerável decréscimo as espécies do reino animal, principalmente as de caça, as aves, os pássaros de adorno. Em compensação, vai a Paraíba revelando grandes possibilidades no reino mineral. A região costeira, segundo o engenheiro Luciano Jacques de Moraes está na "Província Petrolífera do Nordeste Brasileiro" e toda a zona adjacente à zona de marinhas é inesgotável jazida de calcário, como se verifica nos municípios da Capital e Mamanguape. Jules Destord, organizando uma carta corográfica da Paraíba, assinalou a área dos minérios.

Na zona do litoral, da foz do Paraíba à do Mamanguape, segundo Destord, estende-se um lençol de petróleo. No distrito do Ingá, a partir do lado meridional da via férrea, até Fagundes, estende-se a primeira área; da foz do Santa Rosa, no Curimataú, compreendendo o distrito de Arara, se localiza a segunda. Em Cabaceiras, a seguir da margem esquerda do Paraíba, tem assento a terceira. O quarto distrito, chega aos limites da Paraíba com o Rio Grande do Norte, compreendendo Picuí, Ibiapinópolis, parte de Batalhão, alongando-se às imediações de Destêrro. O quinto, em forma de triângulo, com a base às margens do Paraíba, ocupa quase toda a região de Monteiro. No município de Sabuji está o sexto distrito e em Princesa Isabel, Piancó e Misericórdia, assinalou o sétimo. Últimamente, Léon Clérot, depois de percorrer o Estado, escreveu a seguinte distribuição de minérios: argilas coloridas em Cabo Branco, município da Capital; asbesto em Picuí e Sabuji; bauxita em Patos; berilo em Picuí, Joazeirinho e Sabuji; bismutita em Picuí; cassiterita em Picuí, Ibiapinópolis e Sabuji; ferro em Bananeiras, Brejo do Cruz, Cabaceiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Ingá, Monteiro e Batalhão; giz em João Pessoa; grafita em Batalhão e São João do Cariri; mármore em Tabaiana e Umbuzeiro; mica em Areia, Cuité, Ibiapinópolis, Picuí, Piancó, Sabuji, Teixeira e Princesa Isabel; policrasso, em Picuí; rutilo em Princesa Isabel e Piancó; samarsquita em Picuí; tantalita, também em Picuí, Ibiapinópolis e Sabuji. Pratica-se mineração em Patos, Piancó, Picuí, Ibiapinópolis, Sabuji e Teixeira. Na região costeira estão começando a explorar as jazidas de argilas coloridas, numa usina montada ao N. do Cabo Branco. *Sede* — A sede administrativa, ou a Capital do Estado, é a cidade de João Pessoa. (V. *João Pessoa*.) *Segurança pública* — A segurança pública está a cargo da Polícia Civil e da Militar. A primeira, compreende uma

Chefatura de Polícia, 44 Delegacias e 165 Subdelegacias. Na Capital existem duas Delegacias especializadas, entregues a bacharéis em Direito: — a de Ordem Política e Social e a de Investigações e Capturas. À Chefatura de Polícia, departamento da Secretaria da Justiça, subordinam-se as seguintes repartições: Instituto de Identificação Médico-Legal, Inspetoria do Tráfego Público, a Guarda Civil, a Guarda Noturna, a Casa de Detenção e as cadeias públicas do interior. A Força Policial do Estado constitui reserva do Exército Nacional, podendo sua organização ser melhor apreciada nos arts. 1.º, 2.º e 3.º do Decreto-lei estadual n.º 542, de 4 de fevereiro de 1944: “Art. 1.º A Força Policial do Estado terá, no ano de 1944, o efetivo de 71 oficiais e 1 238 praças, distribuídos do seguinte modo e de acordo com os quadros anexos (1 a 7): — Estado Maior; Cia. Extranumerária; Serviço de Intendência; Serviço de Saúde; Pelotão de Metralhadoras; Dois Batalhões de Infantaria; Quadro Suplementar. Art. 2.º Terão sua sede: a) nesta Capital, o I Batalhão, o Serviço de Intendência, o Serviço de Saúde, a Companhia de Bombeiros, o Pelotão de Metralhadoras e a Companhia Extranumerária; b) na cidade de Campina Grande, o II Batalhão. Art. 3.º O efetivo da Companhia de Bombeiros será de 4 oficiais e 77 praças, de conformidade com o quadro número 8, anexo, e subordinada diretamente ao Comando Geral, constituindo uma unidade da Força Policial”. — E’ comandada por um oficial do Exército e tem o posto de coronel. *Vias de comunicação* — Além da via marítima, com o excelente porto de Cabedelo, conta o Estado boas rodovias nas quais, o automóvel pode desenvolver, sem receios, em todo o percurso, a velocidade de 80 a 90 quilômetros horários, especialmente no planalto da Borborema e no alto sertão. Os trilhos da Viação Cearense chegam até a cidade de Patos, tendo o ramal Antenor Navar-

ro-Cajazeiras, mas a principal rede ferroviária no Estado é a Great Western, que arrendou e desenvolveu a primitiva Conde d'Eu. Sua estação central em João Pessoa, registra a média anual de 219 000 passageiros e 730 000 volumes de embarque. A partir da central, em João Pessoa, encontram-se as seguintes estações: para Cabedelo: paradas de Jacaré, Pogo e a estação de Cabedelo; para Entroncamento: Barreiras e Tibéri, paradas, Santa Rita, Engenho Central, Reis, Espírito Santo e Entroncamento. A partir desta, até Caiçara: Cobé, Sapé, Araçá, Pau-Ferro, Mulungu, Antônio Guedes, antiga Cachoeira, Guarabira, Itamataí, Sertãozinho, Duas Estradas e Caiçara, donde segue a linha de Nova Cruz, do Rio Grande do Norte. De Itamataí parte o ramal para Bananeiras, tendo as estações: Pirpirituba, Cacimbas, Borborema, Manitu e Bananeiras. De Mulungu, agora Camarazal, se distende o ramal de Alagoa Grande, tendo somente a parada Bastiões. De Entroncamento segue a via férrea para Tabaiana, através das estações Cuitzeira, Pilar e por fim Tabaiana. Desta se bifurca o ramal de Campina Grande, com as estações Triângulo, Lauro Müller, Mogeiro, Quilômetro 29, (parada), Ingá, Álvaro Machado e Campina Grande. Conta ainda o Estado, a partir da Capital, para os principais pontos do *hinterland*, várias empresas de auto-ônibus. Para auxiliar as comunicações se distende na Paraíba vasta rede telegráfica, estações difusoras de rádio na Capital, em Campina Grande e Patos, não havendo vila ou povoação importante que não conte, pelo menos, dois ou três aparelhos de rádios para recepção. Para transporte de passageiros e mercadorias havia no Estado, em 1942, 2 800 carros motorizados. Nenhum órgão mais importante para comunicações, do que a repartição dos Correios e Telégrafos. Na Paraíba, além da Diretoria, funcionam 141 agências, existindo 6 fechadas e 6 ainda não instaladas, a saber: índio

Piragibe, Varadouro, Cruz das Armas, Rio Branco, Roger, Trincheiras, Jaguaribe, e Tambiá, na Capital; no interior — Agências postais-telegráficas Alagoa Grande, Alagoinha, atual Tauatuba, Antenor Navarro, Araruna, Areia, Bananeiras, Bonito, Borborema, atual Camucá, Brejo do Cruz, Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé, Conceição, Esperança, Espírito Santo, atual Maguari, Guarabira, Ingá, Itabaiana, hoje Tabaiana, Jatobá, Juazeiro, ou Juazeirinho, Mamanguape, Monteiro, Moreno, hoje Solânea, Patos, Piancó, Picuí, Pilar, Pirpirituba, Pombal, Princesa Isabel, Rio Tinto, Sabujá, Santa Rita, São João do Cariri, Sapé, Serra Redonda, Serraria, Soledade, atual Ibiapinópolis, Sousa, Taperoá, atual Batalhão, Tenente Franca, Teixeira e Umbuzeiro. Agências postais-telefônicas: Arara, Aroeiras, Cabaceiras, Canaã, atual Uiraúna, Carnaubal, Catingueira, Cordeiro, Cuité, Entre-Rios, agora Pilões, Garrotes, Itaporanga, hoje Misericórdia, Itatuba, Jericó, Laranjeiras, hoje Alagoa Nova, Malta, Nova Olinda, atual Andreza, Nova Palmeira, Olho-d'Água, hoje Ibura, Pedra Lavrada, Pocinhos, atual Jófili, Remígio, Salgado, Santa Rita, Santa Rosa, Santo Antônio, São Bento, São Boaventura, São José do Sabujá, São Mamede, São Tomé, Serra Branca, atual Itamorotinga, Serrinha, atual Juripiranga. Agências postais, somente: Aguiar, Alhandra, Araçá, hoje Mari, Araçaji, Barreiras, Belém, hoje Curimataú, Boa Vista, atual Ledo, Bodocongó, Boi Velho, Boqueirão, atual Carnoio, Bultrim, hoje Aldeia Velha, Cachoeira, Caiçara, Camalaú, Canoas, Caraúbas, Cochixola, Conde, atual Jacoca, Cuiteji, Copaoba, atual Serra da Raiz, Coremas, Destêrro, Dona Inês, Duas Estradas, Entroncamento, Fagundes, Galante, Gurinhém, Jacaraú, Juarez Távora, Maia, Mataraca, Matinha, agora Caamirim Mogeiro, Mulungu, atual Camarazal, Natuba, Oiticica, Parari, Pau-Ferro, Pitimbu, Prata, Presidente Pessoa, Queimadas, atual Tataguáçu, Ria-

cho dos Cavalos, Santo André, atual Mucuitu, São Francisco de Sousa, São João do Mamanguape, São Miguel, São Paulo, atual Diamante, São Miguel de Taipu, São Sebastião, Sucuru, Tacima, Tavares, Timbaúba, atual Gurjão, Usina São João.

Movimento da Diretoria — Durante 1942 foram despachados pelo Correio 247 vapores, recebidas 9304 malas nacionais e 67 estrangeiras, sendo expedidas para o País, 902. Correspondência postada: cartas e cartas-bilhetes, 368 691, bilhetes postais, 9 806; amostras, 12 964; manuscrito, impressos e jornais, 516 034; expressos, 18 463; não e insuficientemente franqueada, 3 190; revistas, 184 332; ou seja o total de 1 113 530. A correspondência oficial somou 246 135 ofícios. Correspondência oficial, ordinária distribuída e expedida, 246 135; correspondência oficial em trânsito, 285 836; correspondência ordinária em trânsito, 313 071; correspondência expedida: particular, 396 953; oficial, 97 890; em trânsito, 150 958; oficial em trânsito, 150 370; correspondência com valor declarado: 31 163 ofícios e cartas no valor de Cr\$ 19 565 836,90; encomendas com valor declarado, 31 334 no valor de Cr\$ 10 283 775,50; correspondência em trânsito, com valor 39 141, no valor de Cr\$ 11 960 087,30. Na Capital foram, a domicílio, entregues 2 087 140 cartas. Conta o Correio no Estado, 21 caixas para coleta de correspondência: 8 na Capital, 5 em Campina Grande, uma em Alagoa Grande, uma em Tabaiana, uma em Mamanguape, uma em Patos, uma em Santa Rita, uma em Rio Tinto, uma em Sabuji e uma em Cabedelo. A expedição de malas para o interior e exterior do Estado, somou 36 003, recebendo, em trânsito, 57 478. Funcionam no Estado 86 linhas postais: 50 de condutores a cavalo; 21 de condutores a pé; 7 por automóvel e 8 por estrada de ferro. A zona de João Pessoa se divide em 21 distritos para distribuição de correspondência a domicílio. O movimento aérea foi, em 1942: corres-

pondência ordinária recebida, 306 656; expedida 102 982; registrada recebida, 134 795; expedida, 36 722

Paraihinha — Rio afluente da margem esquerda do Paraíba. Nasce no município de Umbuzeiro, limitando-o com os municípios de Tabaiana, Ingá e Campina Grande.

Parari (Voc. ind., nome de um pombo silvestre.) — Antiga povoação do município de São João do Cariri. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, mudou-lhe o antigo nome — São José das Pombas — para o atual e deu-lhe a categoria de vila. Tem uma capela de São José e uma escola pública primária que teve 38 matriculados, em 1942, e 23 de frequência média. Realiza uma feira semanal. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 53 prédios urbanos, 14 suburbanos, 406 rurais e a população: urbana, 98 habitantes; suburbana, 80; rural, 2 103.

Paratibe (Voc. ind., corr. de *pira-tipe*: rio dos peixes brancos) — Rio peregrino. Despeja no Atlântico ao S. do povoado da Penha.

Passagem — (V. *Espinharas*.)

Patamutê (Voc. ind.) — Lugarejo do município de Cajazeiras. Tem aula pública primária que matriculou 23 alunos, em 1942.

Patos — Município do alto sertão a N.O. da Capital. Ocupa 2 491 quilômetros quadrados de área territorial. O Recenseamento de 1940 encontrou no município: 42 211 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 7 960; suburbanas, 895; rurais, 33 556, ocupando 2 206 prédios urbanos, 223 suburbanos e 9 224 rurais. **Açudes** — Há no município dezenas de pequenos açudes, cogitando o Governo do Estado, com a colaboração da Inspetoria Federal das Obras Contra as Secas, da construção de uma barragem destinada ao abastecimento da sede. E' pena que interesses

de proprietários não permitam a construção noutra ponto, resultando um reservatório em condições de atender o serviço de água, e que fôsse também suficiente para o de esgoto. As barragens existentes são de domínio privado, estimando-se as principais: por conservarem água em bom estado, por mais de dois anos: Campo Comprido, Ipueiras, Maria Paz, Mocambo, Suécia e Tubarão. *Administração* — Politicamente, é o município dirigido por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por 25 funcionários permanentes. Comarca de segunda entrância, estão os interesses da Justiça local afetos a um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na sede, e subdelegados nas vilas, o primeiro nomeado pelo Interventor Federal; os outros, pelo Secretário da Justiça. Os suplentes, para os referidos cargos são escolhidos pelo Chefe de Polícia. *Agricultura* — A circunscrição é agrícola-pastoril, praticando, ainda por velhos métodos, a cultura de cereais e, especialmente de algodão, sendo o maior produtor, no Estado, da referida malvacea. *Aspecto físico* — O município, como quase todos os municípios do alto sertão paraibano, se circunscreve de serras. Seu território, em geral, é plano ou ligeiramente ondulado, apresentando bossas e serrotes que definem ligações entre contrafortes da Borborema. Dois boqueirões importantes se notam: o Apertada Hora, na estrada de Patos a Teixeira e o Aba, na serra dêste nome. *Assistência Social* — Conta a cidade um Posto Higiênico misto, instalado em prédio de construção recente, erguido pelo Estado e pela Prefeitura. O Boletim relativo ao ano de 1942, registrou o seguinte movimento: Pessoas atendidas pela primeira vez: helmintososes, 128; paludismo, 8; bouba, 7; sífilis, 76; gonorréia, 51; cancro mole, 54; linfogranulomatose, 21; tracoma, 1; tuberculose, 10; difteria, 3; coqueluche, 28; disenterias,

48; outras doenças, 1 318. Aplicou 1 120 vacinações antivariolicas e 3 144 antitíficas. Na cidade funcionam regularmente: o Círculo da Ação Católica, Congregação de Artistas, União de Artistas e Operários, tôdas beneficentes, a casa de saúde São Geraldo, instituição particular e a Casa dos Pobres, fundada pelo então Vigário da freguesia e hoje Bispo de Penedo, D. Fernando Gomes. *Clima* — O município é quente e sêco, estando na zona das secas periódicas. A temperatura, durante a estiagem de julho a janeiro, atinge às vezes, 36° C, à sombra; na estação chuvosa, desce a 24° C. De ordinário, é bom o estado sanitário do município, sempre amenizado pelos ventos alísios. *Comércio* — Patos é, talvez, a segunda circunscrição comercial do interior do Estado. Sua sede, no cruzamento de estradas que divergem para outros municípios, inclusive alguns do vizinho Estado do norte, atrai negociantes e mercadorias, produtos de importação e exportação. Suas transações são feitas com as praças de Campina Grande, João Pessoa, Natal, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, e Porto Alegre. *Demografia* — Em 1942, registraram-se no município 138 casamentos, 422 nascimentos, 754 óbitos, destes 22 natimortos e 471 de 0 a 1 ano de idade. *Distritos* — Divide-se o município em quatro distritos de Paz e Policial: o da sede, Espinharas, Cacimba de Areia e Mucunã. *Etnografia* — Os índios pegás e os panatis, da família cariri, foram os primeiros habitantes da região e opuseram longa resistência aos portugueses vindos das margens do São Francisco e mesmo brasileiros, procedentes de Cariri. Por fim, foram vencidos, e colonos com os seus rebanhos se fixaram, a princípio, à margem do Pinharas, depois, nos vales dos afluentes dêste rio. Entre os primeiros povoadores estão os Oliveira Ledo, Dias Antunes, Figueiredos, aos quais, posteriormente se reuniram os Gomes, Nóbregas, Cabral, Vanderlei, Medeiros, Sátiros, Vieira, Azevedo, Xa-

vier e Fernandes. O elemento africano deu pequena contribuição. *Fauna e flora* — Bem reduzida está a fauna do município, tendo desaparecido, talvez totalmente extintas, certas espécies como a ema, a arara, o papagaio, o inhambu, o veado. Ainda é abundante a ave-de-arribação, como há variedades de pássaros cantores. Também estão reduzidas as espécies melífluas, não só de abelhas como de vespas. A flora sofreu completa devastação. Das essências florestais, encontram-se esparsos alguns espécimes de aroeira, pau-d'arco, angico, jucá, pequenos souts de marmeleiros, e, nos tabuleiros, vegetam a jurema-preta e a favela. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Anteriormente se disse exercitarem-se no município a indústria agrícola e a pastoril, pois a segunda, não prescinde da outra. Cultiva milho, feijão, arroz, batatas doces, abóboras e principalmente algodão. De par, faz criação de gados. Além de cinquenta fazendas situadas às margens de riachos, podem-se enumerar, à margem do rio Farinha: Anis, Bocaina, Caiçara, Carnaúba, Craibeira, Emas, Estreito, Farinha, Ferros, Juá, Liberdade, Mabanga, Preacas, Retiro, Saco da Onça, Seio de Abraão, Santa Teresa e Serraria; às margens do rio Mares: Antonica, Ipueiras, Jatobá, Mares, Mutuca, São Vicente e Vaca Morta; às margens do rio Cruz: Apertado, Barbada, Boi do Brito, Boi Raposo, Boa Vista, Cabaças, Campo Comprido, Carnaúba, Cipó, Cruz, Espinho Branco, Machado, Malhada, Santana, São Bento, Santo Estêvão, Urtiga e Várzea Comprida; às margens do Pinharas se encontram: Itatinga, Juá-Doce, Mamanguape, Pau-a-Pique, Pedra Branca, Salgadinho, Santo Antônio, São Sebastião, São José, Suécia, Travessia, Trapiá e Trincheiras. Apesar da seca, contavam os seus rebanhos, em 1942, 26 990 bovinos, 2 526 eqüinos, 3 210 asininos, 2 000 muares, 23 900 lanígeros, 6 830 caprinos, 7 440 suínos e 50 000 aves. *Feiras* — Boas feiras se realizam no município: às segun-

das-feiras, na sede; aos sábados, em Cacimba de Areia, em Santa Teresinha; aos domingos, em Espinharas. *Hidrografia* — É o Pinharas que constitui a bacia hidrográfica de Patos. É tributário do Firanhas ou Açu, no qual despeja suas águas já no Estado do Rio Grande do Norte. É formado pelos rios Farinha, o verdadeiro Pinharas, o Mares e o Cruz. O primeiro nasce a leste do município na serra da Viração; os outros vêm das serras do município de Teixeira. Reúnem-se os três, numa só confluência, nas proximidades do sul da sede do município. Do ponto de junção em diante, tem o rio o nome de Pinharas: Os seus afluentes mais importantes são: da margem direita, o Lameirão, o Logradouro, o Pau-d'Arco, e o Pilões; os da margem esquerda: Aguilhada, o Caicu, o Frango, o Trapiá e o Santa Gertrudes. Das lagoas, a mais importante é a do Loreto; serve de limites entre Patos, Piancó e Pombal. Seguem-se-lhe: Caboclo, Escondida, Favela e Torrão. *História* — Desde metade do século XVII, era o território do atual município de Patos, conhecido e explorado por alguns membros da família Oliveira Léo, procedentes das margens do São Francisco. Assim em 1670, João Pereira de Oliveira, era proprietário e morador, da data de terras Farinha, que depois vendeu ao Tenente-Coronel Domingos Dias Antunes. Coevo daquele colono foi o Sargento-Mor José Gomes de Farias, proprietário da fazenda Itatinga ou Pedra Branca, limítrofe da data Farinha e mais tarde também comprada pelo referido Dias Antunes que, com os seus rebanhos, veio de Pernambuco. Por falecimento de Dias Antunes, foi sua extensa propriedade dividida entre os seus dois herdeiros. Uma parte coube à sua filha Mariana Dias Antunes, esposa do Alferes João Gomes de Melo e a outra ao seu filho Antônio Dias Antunes, que a vendeu a seu cunhado Paulo Mendes de Figueiredo, já morador na fazenda Patos, encravada nas partes que adquirira.

Neste local, começou a surgir a povoação em torno da capela de Nossa Senhora da Guia, cujo patrimônio foi instituído, conforme se lê no seguinte trecho de uma escritura: — "Saibam quantos este público instrumento de Escritura e ratificação de doação e consentimento, ou como em direito melhor nome haja, virem, que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil setecentos e sessenta e oito, aos vinte e oito dias do mês de novembro do dito ano, neste sítio da Pedra Branca, lugar chamado dos Patos, ribeira das Espinharas, termo da povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó, capitania da Paraíba do Norte, onde eu tabelião adiante nomeado vim, e sendo aí, perante mim apareceram Simão Gomes de Melo e sua mulher Josefa Faustina Barreto, Domingues Dias Antunes e sua mulher Ana Teresa de Figueiredo, João Gomes de Melo, Filipe Gomes de Melo, Ana Maria, Rosa Maria, filhos de maior do Alferes João Gomes de Melo e de sua mulher Mariana Dias Antunes, moradores neste sítio dos Patos, desta Ribeira, pessoas de mim conhecidas pelas próprias de que se trata de que dou fé, e por elas tôdas juntas e cada um *in solidum* me foi dito em presença das testemunhas abaixo nomeadas que os ditos seus pais e sogros igualmente com o seu cunhado e irmão, o Capitão Paulo Mendes de Figueiredo e sua mulher Maria Teixeira de Melo, haviam feito escritura de patrimônio à capela que se pretende erigir neste sítio dos Patos e Pedra Branca, de cento e sessenta mil réis no valor do dito sítio, etc.". Em 1772 começou a edificação da capela e, nos seus arredores a povoação que se incorporou à freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, de Pombal. Em 6 de outubro de 1788, por provisão régia, foi criada Paróquia. Florescendo a vila do Teixeira, a esta foi Patos incorporada, devendo mencionar-se que antes de ser paróquia esteve judicialmente dependente da Vila do Príncipe, da capitania

norte-rio-grandense. Em 1883 foi elevada à vila, para ela voltando a sede da Comarca, pelo Decreto n.º 5, de 22 de janeiro de 1890. Em 1901, a esforços de um seu filho, o Coronel Leôncio Vanderlei, então deputado à Assembléia Legislativa Estadual, foi elevada à categoria de cidade. Para observar o eclipse total do sol, em 1 de outubro de 1940, esteve em Patos a Expedição Científica Americana de Estudos de Eclipses, assim constituída: Dr. Irvine Gardner, Chefe da Missão; Dr. Riee Riees, espectroscopista; Dr. Theodoro Gulliland, rádio-engenheiro; Dr. Edward G. Hurlburt, investigador físico; Padre A. Mac Nalli, diretor do observatório da universidade de Georgetown e Richard H. Stewart, da National Geographic Society. *Homens notáveis* — No povoamento e colonização: João Pereira de Oliveira, Domingos Dias Antunes, Paulo Mendes de Figueiredo, João Gomes de Melo; na política: Apolônio Zenaides, Sizenando Sátiro de Sousa, Antônio Alves da Nóbrega, José Vicente Rodrigues, José Jerônimo da Nóbrega, Cônego Joaquim Alves Machado, Honório Horácio de Figueiredo, Pedro Firmino da Costa Neto, Leôncio Vanderlei, Miguel Sátiro de Sousa, e outros; nas armas distinguiu-se Porfírio Higino da Costa, herói da Guerra do Paraguai. *Indústria* — Val o município se desenvolvendo industrialmente. Conta uma grande fábrica de óleo e sabão, três grandes usinas e 14 maquinismos destinados ao beneficiamento do algodão, uma usina para o preparo do óleo da oiticica. Em 1942 exportou: 569 498 kg de óleo de caroço de algodão; 1 529 789 kg de óleo de oiticica; 122 482 kg de caroços de oiticica; 28 000 sacos de 60 kg de arroz em casca; 125 000 sacos de milho; 16 400 sacos de feijão macassa; 149 000 kg de rapaduras, tudo no valor de Cr\$ 11 329 675,80. Do algodão exportado no referido exercício, não se colheu informação. *Instrução* — Conta o município estabelecimentos de instrução primária e secun-

dária. A primeira é ministrada em 23 escolas, inclusive um Grupo Escolar, com a docência de 35 professores. A matrícula, em 1942, foi de 1 796 alunos, resultando a média de freqüência de 91,4. A secundária se realiza no ginásio Diocesano de Patos, equiparado ao Pedro II e no Curso Normal, oficializado, do colégio Cristo Rei, sob a direção de religiosas da Congregação Filhas do Amor Divino. *Limites* — Os Decretos-leis números 1 164, de 15 de novembro de 1938 e 520, de 31 de dezembro de 1943, estabeleceram os seguintes limites municipais para a circunscrição: — *Com Pombal*, começando no marco n.º 1, situado na lagoa do Loreto, que fica dividida para os municípios de Patos, Piancó e Pombal, segue pela cumeada do contraforte que passa no Balanço do Logradouro, no pico do Fernando, até alcançar a linha de cumeada da serra do Feijão; prossegue por esta linha de cumeada e, em seguida, pelas das serras Mucunã, do Negro e João Ferreira, até o marco n.º 2, situado no lugar Ôlho d'Água Branca, onde se estrema Pombal com Serra Negra (Rio Grande do Norte). — *Com Rio Grande do Norte* — (*Município de Serra Negra*), começando no marco n.º 2, situado na cumeada da serra João Ferreira, no lugar Ôlho d'Água Branca, segue por uma linha reta que corta Ôlho d'Água, Canto e Ponta do serrote Bandarra, até alcançar o marco n.º 3, situado no poço do Trapiá, entre as propriedades Serra Negra e Travessia, dêste marco segue por outra linha reta, até o marco n.º 4, localizado entre as propriedades Travessia e Dinamarca, na cumeada que divide as águas dos rios Espinharas e Sabuji, prossegue por ela e, em seguida, pela da serra das Melancias, até alcançar o marco n.º 5, situado no lugar Balanço na Pedra Vermelha, da Serra das Melancias. — *Com Sabuji*, começando no marco n.º 5, no lugar Balanço, na linha de cumeada da Serra das Melancias, prossegue por essa linha de cumeada até o marco n.º 6, situado

no lugar Malhada da Umburana, dêste ponto ao marco n.º 1 (de Sabuji), situado nas proximidades da fazenda Ôlho d'Água dos Anísios, à margem do riacho que passa na referida propriedade; dêste marco ao de n.º 2 (de Sabuji), situado na linha de cumeada da Serra Ôlho d'Água, prossegue por ela e, em seguida, pela dos Serrotes Pinhão e Branco, até alcançar a Serra da Boneca, continua por esta serra e pela serra da Batalha até encontrar a cumeada da Serra da Cajazeira, continua por ela até o marco n.º 7, situado no Muquém, onde se estrema Ibiapinópolis e Sabuji. — *Com Ibiapinópolis*, começando no marco n.º 7, situado no lugar Muquém, na linha de cumeada da serra da Cajazeira, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 3 (de Batalhão), situado à margem da rodovia-tronco, no lugar Batentes, onde se estrema os municípios de Batalhão e Ibiapinópolis. — *Com Batalhão*, começando no marco n.º 3 (de Batalhão), situado à margem da rodovia-tronco, no lugar Batentes, segue por uma linha reta até o marco n.º 2 (de Batalhão), situado na fazenda Sabino Pinho, na cumeada da Serra da Borborema; prossegue pela referida linha de cumeada até defrontar o marco n.º 1 (de Batalhão) colocado à margem do riacho Mufumbo; dêste ponto desce então pela vertente em linha reta até o mencionado marco, onde se estrema os municípios de Teixeira e Batalhão. — *Com Teixeira*, começando no marco n.º 1 (de Batalhão), situado à margem do riacho Mufumbo, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada da serra da Borborema, prossegue por ela e, em seguida, pela da serra do Logradouro, até o marco n.º 4 (de Teixeira); dêste marco, continua pela linha de cumeada do seu contraforte até o marco n.º 3 (de Teixeira), na serra do Caricé; prossegue ainda por ela até o marco n.º 2 (de Teixeira), situado na fazenda Caricé; dêste marco, prossegue, então, pela

linha de cumeada do contraforte da serra da Imaculada, até o marco n.º 1 (de Teixeira), localizado no alto do Bonito, onde se estremam os municípios de Teixeira e Piancó, — *Com Piancó*, começando no marco n.º 1 (de Teixeira), situado no alto do Bonito, na linha de cumeada do contraforte da serra da Imaculada, segue em linha reta até o marco n.º 8, situado no lugar Ôlho d'Água dos Cavalos; dêste marco prossegue ainda em linha reta até o marco n.º 9, situado no lugar Ôlho d'Água de Santa Rita; finalmente, ainda em linha reta, segue até o marco n.º 1, situado na lagoa do Loreto, que fica dividida para os municípios de Piancó, Pombal e Patos.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

— *Distrito da Sede com Mucunã*, começando na linha de cumeada da serra do Ôlho d'Água, nos limites com Sabuji, segue por ela até o marco n.º 10; dêste marco, continua em linha reta até o marco n.º 11, situado à margem do rio Espinharas, no lugar Carnaúba, ainda em linha reta prossegue até o marco n.º 12, situado na linha de cumeada da serra do Ligeiro; prossegue por ela, que toma em seguida o nome de Jacu, até o marco n.º 13; dêste marco, continua ainda em linha reta até a interseção da rodovia-tronco com a ferrovia de Pombal a Patos; daí, prossegue por essa rodovia até cortar a linha de cumeada da serra do Logradouro, no lugar Balanço, nos limites com Pombal. — *Distrito da Sede com Espinharas*, começando no ponto onde o caminho carroçável da fazenda Aroeira corta os limites municipais, segue por êle até a sua interseção com a rodovia-tronco; dêste ponto, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 14, colocado à margem do rio Espinharas ou Farinha; ainda por outra linha reta, prossegue até o marco n.º 15, situado na fazenda Liberdade; finalmente, se-

gue dêste marco até alcançar o divisor de águas da serra da Borborema, nos limites com Teixeira. — *Distrito da Sede com Cacimba de Areia*, começando no divisor de águas da serra da Borborema, no marco n.º 13, segue em linha reta até a foz do riacho Boa Vista, no rio Espinharas ou Farinha, sobe pelo riacho até as suas nascentes e, em seguida à serra das Preacas ou Boa Vista, prossegue pela linha de cumeada dessa serra até os limites municipais com Sabuji. *Necessidades locais* — A maior necessidade de Patos é uma grande barragem que, abastecendo a cidade, possa garantir-lhe um saneamento eficiente. *O meio social* — Patos, especialmente na sede, conta uma sociedade culta, educada, que possui sociedades artísticas, esportivas, filantrópicas, e cívicas. Suas reuniões familiares primam pela gentileza e pela dsitinação. Das oficinas tipográficas ali existentes, têm saído livros e jornais redigidos com habilidade. *Povoações* — A L. da sede: Baraúna, Salgadinho, Espinharas, antiga Passagem; ao S. Cacimba de Areia, São José do Bom Fim, antiga Jerimu; ao N. Mucunã, ex-São José de Pinharas; a O. Santa Teresinha; a N.O. Santa Gertrudes. *Religião* — Religião dominante é a católica apostólica romana, sob a freguesia de Nossa Senhora da Guia, criada em 6 de outubro de 1788, e hoje pertencendo ao Bispado de Cajazeiras, contando capelas filiais nas vilas e povoações do município. Na sede existem dois templos católicos; a antiga igreja, de sólida construção, e a matriz, iniciada pelo Cônego Joaquim Machado e inteiramente reformada, transformada num templo de amplas proporções e boa arquitetura, pelo então vigário de Patos, atual Bispo de Penedo, D. Fernando Gomes. Também se vê na cidade um templo protestante, não sendo numerosos os seus adeptos. Em 1942 realizaram-se na matriz 127 casamentos, e 1 719 batizados. *Rendas públicas* — Em 1941, a Coletoria Estadual arrecadou 945:834\$850

e despendeu 412:270\$200. A Coletoria Federal, em 1942, teve a receita de Cr\$ 266 338,70. A Prefeitura, para o exercício de 1942, orçou sua receita em Cr\$ 375 000,00; arrecadou Cr\$ 414 721,30; fixou a despesa em Cr\$ 500 000,00 e efetuou a de Cr\$ 435 850,90. A Agência postal-telegráfica, em 1942, teve a receita de Cr\$ 57 000,00. *Repartições públicas* — Existem na Sede: Coletorias Estadual e Federal, Prefeitura, Fórum, Matadouro, Mercado Público, Grupo Escolar, Cartório do Registro Civil, Estação Postal-Telegráfica, Pôsto de Veículos, Pôsto de Higiene, Agência do Banco do Brasil. *Riquezas naturais* — Ligeiras explorações, empregando processos muito rudimentares, revelaram possuir a circunscrição, pelo menos, ouro e scheelita; mas a presunção é que o município é tão rico no reino mineral quanto os de Teixeira e Piancó seus vizinhos. *Sede* — A sede é a cidade que dá nome ao município, quase tóda à margem esquerda do rio Pinharas, próxima da confluência dos rios Farinha, Mares e Cruz, em boa situação e segundo os trabalhos da comissão Pimenta da Cunha, realizados em 1922, aos 7°-01'-41,18" de lat. S. e 5°-56'-45,60" long. E. Rio de Janeiro, em frente da Matriz. As linhas de habitações estão se estendendo também pela margem esquerda do rio, fazendo-se a comunicação, por meio de uma ponte, imponente construção em cimento armado. A cidade conta a parte central e os quatro arrabaldes, Prado a O.; Castelhana ao S.; São Sebastião ao N. e Belo Horizonte a N.O. O distrito da sede, conforme o Recenseamento de 1940, conta 1 395 prédios urbanos, 195 suburbanos, 3 405 rurais e a população: urbana, 7 155 habitantes; suburbana, 749; rural, 16 575. A cidade é de aspecto agradável, ostentando belos edifícios públicos e particulares, praças ajardinadas, ruas arborizadas, boa iluminação elétrica, um cinema com 400 localidades. A Prefeitura mantém os serviços de transporte de carne verde e de lixo, por meio de

caminhões. E' notável o movimento diário da cidade, atual ponto terminal da Viação Cearense. Dista 310 quilômetros da Capital e 173 de Campina Grande. *Vias de comunicação* — Conta boas rodovias para comunicar-se com os principais municípios da Paraíba e mesmo com os Estados vizinhos. E' servida por uma linha de auto-ônibus e pela Viação Cearense, estrada de ferro que liga Patos a Pombal, Sousa, Antenor Navarro, Cajazeiras e a Fortaleza, no Ceará. Para transporte de passageiros e mercadorias, existiam no município, em 1942, 31 automóveis, um auto-ônibus, 7 motocicletas; 77 caminhões e 80 carros de bois.

— Povoação do município de Princesa Isabel, ao pé da serra Baixa Verde a 20 quilômetros a O. da sede. E' futura, realiza uma feira semanal, possui uma capela de São Sebastião e uma aula pública primária.

Pau-a-Pique — Lugarejo do município de Pilar.

Pau-D'Arco — Povoação do município de Santa Rita; sua aula pública primária, em 1942, matriculou 63 alunos.

— Povoado do município de Tabaiana. Conta aula pública primária que, em 1942, matriculou 42 alunos, tendo 34 de frequência média.

— Povoado do município de Guarabira; possui aula pública primária que, em 1942, matriculou 61 alunos, tendo 41 de frequência média.

Pau-Ferro — Povoado do município de Pilar, à margem da ferrovia Entroncamento-Guarabira. Está no centro de zona agrícola-pastoril. Sua escola primária, em 1942, matriculou 24 alunos.

Paul — Povoado do município de Guarabira, onde funciona uma escola primária que, em 1942, teve 74 matriculados, com a frequência média de 41.

Paulista — (V. *Piranhas*.)

— Rio de pequeno curso no município de Cuité.

Pá-Virada — Lugarejo do município de Umbuzeiro.

Pedra Branca — (V. *Patos*.)

Pedras de Fogo — Ex-município, classificado como vila e distrito de Maguari pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Está nos limites da Paraíba com o Estado de Pernambuco e, com a cidade de També, forma um só núcleo de habitações. A linha divisória passa no centro de uma rua cujo lado N. pertence à Paraíba e integra a vila de Pedras de Fogo, que está a 7º-24'-15,77" lat. S. e em long. E. do Rio de Janeiro a 8º-06'-15,30", linha divisória, em frente à igreja da Conceição, segundo o levantamento da Comissão Pimenta da Cunha, em 1922. O Recenseamento de 1940 arrolou-lhe 121 prédios urbanos; 327 suburbanos, 2 397 rurais e a população: urbana, 447 habitantes; suburbana, 1 335; rural, 8 690. Distância a vila 60 quilômetros, a O. da Capital. **Aspecto físico** — A O. é o distrito constituído de terrenos irregulares e de vegetação mais escassa; a L. é ondulado, com algumas várzeas e colinas, cobertas de vegetação, regadas de abundantes mananciais. Também lhe pertence uma parte da tabuleiros arenosos onde cresce a mangabeira. **Clima** — Tem o distrito clima saudável e muito recomendado para as afecções hepáticas e estomacais. Entretanto, nas proximidades do litoral e nos valés dos rios grassa o paludismo. **Comércio e indústria** — Por sua posição e pelo abandono em que as administrações a deixaram, pela falta de iniciativa dos seus habitantes mais propensos a favorecer o comércio de Pernambuco; juntando-se a ausência de comunicação fácil e cômoda com a Capital, Pedras de Fogo decaiu. Perdeu primeiro, sua feira de gados, depois a de cavalos, arrancando-lhe També a vida comercial. Possui ótimos terrenos para agricultura, principalmente cana-de-açúcar, mandioca, e cereais. Os seus bangüês, paralisaram, diminuiu sua produção agri-

cola e os seus pomares, que podiam abastecer a Capital, estão mal cuidados e c que produzem se destina ao Estado vizinho. Um desânimo completo abateu-se sobre a região, mau grado os seus indiscutíveis recursos. **Curiosidades** — O planalto onde assenta a vila, é cortado a meio por um grande sulco estreito e profundo a que chamam Corisco, sendo imprestável para qualquer cultura. É opinião de pessoas estudiosas que o acidente foi, há milênios, a cratera de um vulcão. **História** — Em 23 de dezembro de 1680, o Capitão-General André Vidal de Negreiros, em virtude de um codicilo, doou à Nossa Senhora do Destêrro, de També o engenho Novo, de Goiana com as suas terras que se estendiam à Paraíba, para que se criasse uma colegiada, nomeando três testamenteiros, em cujo número entrava a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. Esta, por falecimento dos outros dois, simulou cumprir a vontade do testador e mandou um cura que se locupletou com os rendimentos, revelando tal desleixo que deixou cair a capela, sendo as imagens recolhidas a um telheiro. Foi em torno da capela que se formou uma povoação, depois abandonada. As ruínas, distantes dois e meio quilômetros de Pedras de Fogo, lá estão, e, em 15 de agosto de 1941, sob iniciativa do Clube Astréia, da capital parai-bana, uma grande comitiva constituída por membros do referido Clube e dos Rótaris-Clubes, Campina Grande, João Pessoa e Recife, famílias, jornalistas, fotógrafos, num total superior a 150 pessoas, visitaram as ruínas e lá se após, na ocasião, uma placa em bronze, relembrando o passado histórico. Para Pedras de Fogo, que se originou de uma feira de Gados, pois era o fim da estrada das boiadas que atingia o Piauí, e para També se dividiram os moradores de Destêrro. Atritos policiais e de ordem administrativa, perturbaram o desenvolvimento de Pedras de Fogo e a anomalia subiu tanto que os moradores de Pedras de Fogo pediram ao Governo Ge-

ral que incorporasse a vila à També e depois declarasse a qual das duas Províncias pertencia o núcleo assim formado. A lei provincial n.º 720, de 20 de maio de 1867, criando o município, deu à povoação a categoria de vila e a política partidária ora a fazia depender de Espírito Santo, ora de Taboiana, ora de Pilar. Em Pedras de Fogo, no sítio Jaqueira, do engenho Aurora, nasceu em 1844, D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira. *Instrução* — Na sede do distrito, funcionam duas aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 99 alunos, tendo 41 de frequência média. *Rios* — Regando uma região, em parte coberta de matas, nascem no distrito os rios Una, Abiá, Gramame e os afluentes deste, o Mumbaba, o Prata, o São Bento e o Utinga. Todos são perenes. *Sede* — A sede do distrito, a vila de Pedras de Fogo conta Agência Postal e Posto de Arrecadação. Teve certa prosperidade, decaiu, e atualmente parece querer reanimar-se com valorização dos produtos agrícolas. Seu edifício mais importante é a igreja-matriz, templo de boa construção, de linhas arquitetônicas apreciáveis, e que se está arruinando.

Pedra Lavrada — Povoação do município de Picuí, elevada a vila pelo Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1938. Teve alguma prosperidade, mas decaiu e agora se reanima com a mineração que se está praticando no distrito, que é também agrícola-pastoril. Em 1942, sua aula pública primária matriculou 61 alunos, tendo 48 de frequência média. É freguesia de Nossa Senhora da Luz, por Decreto provincial n.º 2, de 19 de agosto de 1859. Excelente construção, o templo que lhe serve de Matriz. O Recenseamento de 1940 arrolou-lhe 140 prédios urbanos; 8 suburbanos, 1 055 rurais e a população: urbana, 392 habitantes; suburbana, 16; rural, 4 783. O nome lhe veio de uma inscrição na face de um rochedo de granito; à margem de um riacho, da qual há diversas cópias.

Uma destas foi apreciada pelo sábio orientalista Renan, que a julgou de origem fenícia.

Pedra Sêca — Farol colocado na foz do Paraíba, na Pedra Sêca, a 6º-57' de lat. S. e 34º-48' long. W. Gr. É uma torre de ferro forjado de 16 metros de altura, de forma octogonal, pintada de branco, projetando uma luz branca em relâmpagos, sendo visível até a distância de 12 milhas e meia. Assenta numa base de alvenaria.

Pedro Velho — Povoação do município de Umbuzeiro, à margem do rio Paraíba. É centro de distrito algodoeiro. Conta uma capela dedicada a São Pedro e uma escola pública primária que teve, em 1942, a matrícula de 48 alunos e a média de frequência de 33.

— Serra do município de Piancó, ramificação da Borborema.

Pegas (Voc. ind., derivado de *ipeg*: o pato, o que bate náguas.) — Nome de uma tribo, pertencente à nação Cariri, quase exterminada cruelmente depois de intensa luta, por Teodósio de Oliveira Ledo. Ocupava terras dos atuais municípios de Patos e Pombal.

Peixe ou do Peixe, Rio — Afluente da margem esquerda do Piranhas, dando-se a confluência no município de Sousa. Corta, formando um grande arco, o município de Antenor Navarro, tendo a cidade deste nome à sua margem esquerda. No lugar Pilões, hoje Brejo das Freiras, sofreu uma barragem, o grande açude Pilões (V. *Pilões*). Tem suas nascentes nas serras que separam Cajazeiras e Antenor Navarro dos Estados de Ceará e Rio Grande do Norte. O nome lhe veio de um peixe exótico, dimensões não comuns, colhido nas águas do referido rio, no tempo da colonização.

Pelo-Sinal — Povoador do município de Princesa Isabel.

Pendência — Local do município de Ibiapinópolis, onde o Estado mantém uma fazenda experimental de criação.

Penha — Povoado de pescadores, um quilômetro ao S. do Cabo Branco e à margem do oceano. Pertence ao município da Capital, donde está na distância de 15 quilômetros. Assenta à margem direita do riacho Cabelo, permanentemente e de boa água. A O. da povoação, sobre grosso outeiro, ergue-se, com agradável perspectiva para o mar, a ermida de Nossa Senhora da Penha, muito venerada e visitada por inúmeros romeiros. A inscrição *Ave Maris Stela*, gravada no frontal da capela, disse Irineu Jófili, indica o resultado de um voto de marinheiro. A povoação teve outrora o nome de Arraial.

Perdição — (V. *Princesa Isabel*.)

Pereiros — Povoado do município de Sousa; tem aula pública primária que matriculou 45 alunos, em 1942.

Pernambuquinho — Nome dado à parte da vila de Araçaji, separada pelo rio que a atravessa.

Peru — Serra do município de Monteiro, rica em minérios.

Piancó (Voc. ind., contraç. de *pi-ang-có*: o que produz tristeza, desolação. É tradicional que "Piancó" foi o nome de um valente chefe corema.) — Rio que, na estação chuvosa, tem considerável volume de água. Seu curso é superior a 100 quilômetros. Nasce na fralda oriental da serra do Bongá, município de Conceição, com o nome Rio Grande, tomando depois o de Piancó. Corta o município de Misericórdia, banhando-lhe a sede, bem como as vilas deste município: São Boaventura e Paulo Mendes; entra no município que tem o seu nome, estando a sede à sua margem direita; corta o de Pombal, banhando-lhe a cidade e vai desaguar à margem esquerda do Piranhas. Os seus tributários principais são: os rios Aguiar, Jenipapo e Gravatá. Piancó é o rio aurífero da Paraíba.

— Município central no alto sertão paraibano. Ocupa uma área territorial

de 2 763 quilômetros quadrados, povoados, segundo o Recenseamento de 1940, por 41 440 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 6 752; suburbanos, 1 550; rurais, 33 138. Ocupam: 4 958 prédios urbanos, 399 suburbanos e 7 863 rurais. *Açudes* — No município há dezenas de açudes, destacando-se os seguintes, que podem conservar água por mais de dois anos: o Piancó, ao pé da cidade, de antiga construção; os das fazendas Curtume, Estela e Pitombeira. Sobrepujando tôdas as barragens do Estado, está no município o Coremas, construído pela Inspetoria Federal das Obras contra as Secas. (V. *Coremas*.) *Administração* — Politicamente, é o município administrado por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por 25 empregados permanentes. Comarca de primeira entrância, estão os interesses da Justiça a cargo de um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na sede, e subdelegados, nas vilas. Os primeiros são nomeados pelo Interventor Federal, os outros pelo Secretário da Justiça. Os suplentes para os referidos cargos são escolhidos pelo Chefe de Polícia. *Aspecto físico* — Bem acidentados, os terrenos do município; ora apresenta avarzeados férteis, abundantes de água; ora elevações áridas, sem habitantes, ora vastas chapadas ou tabuleiros, criadores de forragem excelente para os rebanhos. Das serras, são mais importantes: Santa Catarina, a O.; Catingueira, a L.; Serra Branca, a S.E.; Santo Antônio, próxima da cidade; a dos Dois, a N.E. Vários boqueirões se contam no município e dêles se destacam: Cardoso, Mãe-d'Água ou Corema e Nova Olinda, conhecido também sob a denominação de Serra Furada. *Clima* — Durante a estação chuvosa, o clima é ameno; no verão é quente e seco, mesmo assim muito agradável na região serrana. A temperatura não desce de 21° C, nem excede de 34° C à sombra, predominando o inverno ou estação chuvosa de janeiro

a junho. De ordinário é muito salubre, sendo rara a irrupção de qualquer epidemia. *Comércio* — Não obstante suas possibilidades, ainda é acanhado o comércio de Piancó, à falta de rodovias que lhe facilitem o transporte de mercadorias, e de iniciativa para fomentação de indústrias extrativas e mesmo agrícolas e pastoris. *Curiosidades* — Há várias inscrições rupestres na região, especialmente em Bom Jesus e serra da Catingueira. Sem nenhum estudo ou análise de qualquer espécie, existem duas fontes hidro-minerais: uma, na fazenda João Alves; outra, em Catingueira. *Demografia* — Em 1941 registraram-se em Piancó 253 nascimentos, 18 casamentos, 880 óbitos. A delinqüência constou de 53 crimes, destes, 7 de homicídio, entre os quais um praticado por mulher. *Distritos* — Além da sede, conta os distritos de Aguiar, Coremas, Catingueira, Garrotes e Ibura, ex-Ólho d'Água. *Etnografia* — Os primitivos habitantes de Piancó foram índios cariris, subdivididos em várias tribos, entre estas a dos Coremas, que resistiram aos invasores, e não foram vencidos. Colonos vindos das margens do São Francisco, constituíram com os remanescentes indígenas os troncos da população do município, onde foi quase nulo o elemento africano. *Fauna e flora* — A fauna sertaneja, diz o Padre Manuel Otaviano, está muito reduzida, graças às secas. Quase extintas estão certas espécies como a ema selvagem, tamanduá bandeira, arara, veado galheiro, a anta. Ainda se encontram, embora muito perseguidos pelo homem, o gato maracajá, gato vermelho, o prêto, onça pintada, lombo prêto, suçuarana e canguçu, mocó, cutia, preá, rapôsa, guará, e várias espécies de lagartos. Variada é a parte ornitológica. Os rios são piscosos, criando várias espécies de curimatãs, piaus, sardinhas, cari e três espécies de piranha. Nos açudes públicos se têm adaptado algumas espécies amazônicas como o tucunaré, o pirarucu. Piancó possui ainda nos seus latifúndios algumas matas donde se ex-

traem madeiras excelentes para construção e marcenaria. *Fazendas agrícolas e pastoris* — A rotina ainda não foi banida do município. Não obstante, com exceções raríssimas, na zona rural todo homem é agricultor e criador. Cultivam algodão, cana-de-açúcar, milho, feijão, batata doce, arroz e fumo. De par, se faz o pastoreio. Há centenas de pequenas propriedades e dezenas de propriedades de grandes áreas. Destas são as mais notáveis: Barrento, Bela Vista, Cabeça de Boi, Curtume, Estreito, Jenipapeiro, Passarinho e Pitombeira. Não obstante a seca iniciada em 1941, existiam, em 1942, no município: 26 000 bovinos, 8 600 eqüinos, 5 400 asininos, 5 800 muares, 12 000 lanígeros, 9 000 caprinos, 12 100 suínos e 300 000 aves. *Feiras* — Bem regulares são as feiras do município, realizadas nos dias seguintes: às segundas-feiras, na sede; às quartas, em Emas; às quintas, em Itajubatiba, ex-São Vicente; às sextas, em Coremas e Ibura, ex-Ólho d'Água; aos sábados, em Aguiar e Garrotes; aos domingos, em Catingueira e Igaraci. *Hidrografia* — Os principais rios do município são o Aguiar, o Jenipapo e Portos e muitos riachos, todos tributários do Piancó, que corta o município e lhe dá o nome. *História* — O território do município foi, outrora, um dos mais populosos do sertão paraibano. Ocupavam-no as tribos dos coremas e panatis, ousados e belicosos. Opuseram-se, longos anos, a que ali se fixassem colonos. Embora em 1695 fôsse Teodósio de Oliveira Ledo, Capitão-Mor de Piancó e Piranhas, somente no comêço do século XVIII conseguiram ali situar as primeiras fazendas de Criação, quando o Capitão-Mor Manuel de Araújo Carvalho, depois de três anos consecutivos de lutas com os coremas, conseguiu realizar com êstes um tratado de Paz e amizade. Comoções posteriores, ardilosamente estimuladas pelos colonos, levaram a ferro e a fogo os incolos que tiveram a ingenuidade de acreditar na palavra dos civilizados. Foi Manuel de Araújo um dos primeiros

povoadores do Piancó e primeiro administrador, conforme autorização do Governador da Capitania, João da Maia da Gama, formando-se um núcleo de habitações na fazenda Santo Antônio, elevada à freguesia em 1739. Pertenceu largos anos à jurisdição de Pombal, até que, por Lei de 11 de novembro de 1831, foi criada vila, instalada em 2 de maio de 1832. Em 6 de julho de 1854, a Lei provincial n.º 27 incorporou Piancó à comarca de Sousa. Em 9 de outubro de 1860, a de n.º 250 a constituiu sede de comarca, depois suprimida pelo Decreto de 17 de abril de 1890 e restaurada pela Lei n.º 8, de 15 de dezembro de 1892. Piancó ofereceu às tropas revolucionárias comandadas pelo Capitão Prêstes, assinalada resistência. Às 8 horas do dia 9 de fevereiro de 1926, foi a então vila do Piancó invadida pelos revoltosos. A defesa contava com o destacamento de 60 praças do Corpo Policial do Estado, comandadas pelo sargento Manuel Arruda de Assis, hoje capitão do referido corpo, de cem paisanos entre cangaceiros e pessoas de responsabilidade, comandadas pelo Padre Aristides, deputado à Assembléia Legislativa da Paraíba. A luta prolongou-se até às 15 horas, sendo o referido Padre e uns 15 amigos que o acompanhavam, presos e sangrados pelos rebeldes. O Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1938, deu à vila de Piancó a categoria de Cidade. *Homens notáveis* — São filhos do Piancó: Manuel de Arruda Câmara, naturalista, nascido em 1752, quando Piancó pertencia à jurisdição de Pombal; João Leite Ferreira, que foi diretor da Instrução Pública da Paraíba, e representante desta na Câmara Geral; Francisco de Paula e Silva Primo, chefe político de real prestígio e deputado geral em várias legislaturas. *Indústria* — O município conta apenas a indústria agrícola-pastoril, ainda muito rudimentar. Registra 17 instalações para beneficiar algodão, e várias engenhocas que fabricam rapaduras. Em 1941, o município

produziu 47 000 sacos de 60 kg de arroz; 172 000 sacos de milho; 3 227 sacos de feijão e 2 829 000 kg de algodão. *Instrução* — Existe somente a instrução pública primária, a cargo de 25 escolas dirigidas por 30 professores. Em 1942 essas escolas matricularam 1 143 alunos, obtendo 800 de frequência média. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1.164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, estabeleceram, para Piancó, os seguintes limites municipais: — *Com Jatobá*, começando no marco n.º 1 (de Jatobá), situado à margem do rio Aguiar, na fazenda Jenipapeiro, segue em linha reta até alcançar a foz do riacho Elesbão, no riacho Verde; sobe por aquele riacho até a cachoeira do mesmo nome; daí, em linha reta, segue até alcançar o marco existente entre as propriedades Josué Roberto e Pedro Gomes, na serra Chico de Aquino; deste marco, prossegue pela linha de cumeada formada por essa serra e serrote das Guarjitas até alcançar o marco n.º 10 (de Sousa), situado na serra Verde. — *Com Sousa*, começando no marco n.º 10 (de Sousa), situado no lugar Serra Verde, segue pela linha de cumeada da serra de Santa Catarina até o boqueirão do Pé Branco; deste ponto continua pela linha de cumeada do contraforte, atravessa o riacho Serfaria no lugar Cruz Grande; deste ponto, ainda pela linha de cumeada até o marco n.º 9 (de Sousa), situado na fazenda Escurinho. — *Com Pombal*, começando no marco n.º 9 (de Sousa), situado na fazenda Escurinho, segue em linha reta até o marco n.º 1, situado no lugar do antigo marco do Caldas; deste marco, ainda em linha reta para o n.º 2, situado no lugar do antigo marco da Jurema; deste marco, em linha reta para o marco n.º 3, situado na lagoa do Curema; finalmente, para o marco n.º 4, situado no boqueirão do Rancho dos Homens; deste marco, continua pela linha de cumeada formada pelas serras do Melado, São Miguel e Fuxu, até o

marco n.º 1 (de Patos), situado na lagoa do Loreto. — *Com Patos*, começando no marco n.º 1 (de Patos), situado na lagoa de Loreto, segue em linha reta, até o marco n.º 9 (de Patos), situado no lugar Ôlho d'Água de Santa Rita; dêste marco, ainda em linha reta, até o marco n.º 8 (de Patos), situado no Ôlho d'Água dos Cavalos; dêste marco, em linha reta até o marco n.º 1 (de Teixeira), situado no Alto do Bonito, na linha de cumeeada do contraforte da serra da Imaculada. — *Com Teixeira*, começando no marco n.º 1 (de Teixeira), situado no Alto do Bonito, na linha de cumeeada do contraforte da serra da Imaculada, prossegue por ela e em seguida pela da serra da Imaculada; depois, por uma linha reta até alcançar o rio Condado, desce por esse rio até a sua confluência com o riacho Santa Maria. — *Com Princesa Isabel*, começando na foz do riacho Santa Maria, no rio Condado, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeeada da serra do Vento; prossegue por esta serra, corta o rio Mosquito, na Cachoeira dos Cavalos e alcança, na vertente oposta, a linha de cumeeada da serra do Pinga; continua por esta até o pico da serra da Corda; dêste pico, segue em linha reta até o marco n.º 3 (de Princesa Isabel), situado no poço da Pitombeira; dêste marco, ainda em linha reta até o marco n.º 7 (de Princesa Isabel), situado no poço da Canoa, no rio do Frade; daí, em linha reta até alcançar a linha de cumeeada da serra José Gomes, segue por ela e em seguida desce pela vertente até o marco n.º 6 (de Princesa Isabel), situado no boqueirão do Apertado da Urtiga, no rio Gravata. — *Com Misericórdia*, começando no marco n.º 6 (de Princesa Isabel), situado no boqueirão do Apertado da Urtiga, no rio Gravata, desce pelo referido rio até o marco n.º 6 (de Misericórdia), situado à margem do rio Gravata, no poço da Arocira; dêste marco, segue em linha reta até o marco n.º 5 (de Misericórdia), situado na proprie-

dade Calçara; dêste marco, em linha reta ao marco n.º 4 (de Misericórdia), situado no lugar Muquém; daí, em linha reta até o marco n.º 3 (de Misericórdia), situado no serrote do Tapuio; dêste marco, em rumo certo ao marco n.º 2, situado na lagoa da Pedra; por outra linha reta vai ter ao pico do serrote Vermelho, na propriedade Ôlho d'Água; dêste pico, em linha reta até a ponta da pedra comprida, continua até o serrote Pelado; dêste, prossegue pela linha de cumeeada da serra de São Pedro até o marco n.º 1 (de Misericórdia); situado na lagoa dos Pilões; dêste marco, em linha reta até o marco n.º 1 (de Jatobá), situado à margem do rio Aguiar, na fazenda Jenipapeiro.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Caratinga, começando na confluência do rio Jenipapo com o riacho dos Porcos, prossegue em linha reta até o pico do serrote Pereiro. — *Distrito de Curema com Itajubatiba*, começando no marco n.º 10, situado na linha de cumeeada da serra dos Doidos, prossegue por essa cumeeada até o ponto em que o rio Aguiar atravessa os limites com Pombal. — *Distrito de Catingueira com Itajubatiba*, começando no Ôlho d'Água dos Cavalos, nos limites com Patos, no marco n.º 8 (de Patos), prossegue em linha reta até o marco n.º 10, situado na linha de cumeeada da serra dos Doidos. — *Distrito da Sede com Garrotes*, começando no poço da Pedra Branca, na linha de cumeeada da serra dos Pilões, segue por essa linha de cumeeada e em seguida pela que divide as águas dos riachos Santana e Pilões até alcançar o rio Gravata, no poço da Madeira Cortada. — *Distrito da Sede com Ibura*, começando na foz do rio dos Porcos, no riacho Jenipapo, segue em linha reta para o serrote Pereiro; dêste serrote, em linha reta para o pico do serrote do Baião; dêste pico,

em linha reta até a Pedra Branca, na linha de cumeada da serra dos Pilões. — *Distrito da Sede com Curema*, começando na foz do riacho Caiçara, no rio Aguiar, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada que divide as águas dos rios Aguiar e Piancó, prossegue por essa linha, corta o rio Piancó e alcança, na vertente oposta, a que separa as águas dos riachos do Boi e Jenipapo, continua por ela até a foz do rio dos Porcos, no rio Jenipapo. — *Distrito de Curema com Catingueira*, começando na foz do rio dos Porcos, no rio Jenipapo, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada da serra dos Doidos. — *Distrito de Catingueira com Ibura*, começando no marco n.º 5, situado à margem do rio Condado, segue em linha reta até a linha de cumeada da serra do Condado, prossegue por ela até alcançar a nascente do riacho Curtume, desce por êsse riacho até o marco n.º 8; dêste marco segue em linha reta até alcançar o pico do serrote Pereiro. — *Distrito de Garrotes com Ibura*, começando na Pedra Branca, na linha de cumeada da serra dos Pilões, prossegue por ela e em seguida por uma linha reta até o marco n.º 6, situado na lagoa dos Campos; dêsse marco, ainda em linha reta até o marco n.º 7, situado na linha de cumeada da serra do Cedro, prossegue por ela até os limites intermunicipais com Princesa Isabel. — *Distrito de Aguiar com Curema*, começando no boqueirão Pé Branco, segue em linha reta até alcançar a foz do riacho Caiçara, no rio Aguiar. — *Distrito da Sede com Boqueirão dos Cochos*, começando no marco situado na cumeada do morro do Garrote, segue em linha reta até alcançar a nascente do riacho Caiçara, e desce por êle até a sua confluência com o rio Aguiar. — *Distrito de Boqueirão dos Cochos com Aguiar*, começando na confluência do riacho Caiçara, no rio Aguiar, sobe pelo rio Aguiar até a foz do riacho da Laje, sobe por êste riacho até às suas nascentes e daí,

em linha reta, ao marco situado no ponto culminante do serrote Pelado, nos limites intermunicipais com Misericórdia.

Necessidades locais — O maior, talvez o único estôrvo do progresso de Piancó, foi muito tempo a politicagem e, atualmente, é a falta de transportes, de boas estradas entravando as relações comerciais. Piancó precisa de estradas internas e externas que lhe facilitem o intercâmbio de produtos. *O meio social* — A exceção da sede e da vila de Coremas, o meio social é atrasado, salientando-se que 70 % da população infantil do município não frequentam escolas. *Patrimônio municipal* — Em 1942, o patrimônio municipal valia Cr\$ 215 500,00. *Povoações* — Além das vilas, as povoações mais importantes são: Belo Horizonte, Boqueirão, Cantinho, Carnaubinha, Emas, Igaraci, Moça de Cima, Pitombeira de Dentro. *Religião* — A população, na sua quase totalidade, é católica apostólica romana. O patrimônio de sua primeira capela, hoje matriz, foi doado por Francisco Dias d'Ávila, neto do primeiro dono da Casa da Torre, e sua mulher D. Catarina Francisca Correia de Aragão, em data de 8 de novembro de 1748, sendo procurador do referido Garcia d'Ávila, o Capitão Pedro Alves de Araújo. A matriz é de boas proporções e bem construída, contando as capelas filiais de São João, em Ibura; São Sebastião, em Catingueira, e Aguiar; Santa Rita, em Coremas; Nossa Senhora dos Milagres, em Igaraci; Nossa Senhora dos Remédios, em Andreza e São Vicente, em Itapibatuba. Conta ainda o município a freguesia de Santana, em Garrotes. No espiritual, pertence Piancó ao Bispado de Cajazeiras. *Rendas Públicas* — Para o exercício de 1942, a Prefeitura orçou a receita do município em Cr\$ 215 500,00; arrecadou Cr\$ 155 678,10; fixou a despesa de Cr\$ 215 500,00 e efetuou a de Cr\$ 191 920,00. No mesmo exercício, a Colêtorial Federal, arrecadou Cr\$ 94 965,70.

No exercício de 1941, a Coletoria Estadual teve a receita de 551:450\$750 e a despesa de 241:175\$000. *Repartições públicas* — Agência Postal-Telegráfica, Coletorias Federal e Estadual, Mercado Público, Prefeitura, Fórum, Casa de Detenção, Grupo Escolar, Cartório do Registro Civil. *Riquezas naturais* — Piancó é município de grandes possibilidades, no concernente a indústrias extrativas. Conta reservas florestais e jazidas de minérios de valor. Dêstes, somente o ouro está sendo explorado, produzindo, mau grado os processos arcaicos ainda empregados, 1 500 kg de ouro anualmente. Além disto possui fontes hidrominerais. À região está faltando também, para desenvolvimento da indústria extrativa, a iniciativa de alguns dos seus habitantes de maiores possibilidades. *Sede* — A sede é a cidade de Piancó, situada à margem direita do rio que lhe dá o nome, próxima do açude público que a abastece, e na altitude de 380 metros sobre o nível do mar. Dista 385 quilômetros a O. da capital do Estado. Segundo os trabalhos da Comissão chefiada, em 1922, por A. Pimenta da Cunha, tem a cidade as seguintes coordenadas: lat. S. 7°-12'-02,45"; long. W. 37°-55'-40", em frente da Igreja. O Recenseamento de 1940 encontrou-lhe 1 162 habitantes urbanos, 314 suburbanos, 8 090 rurais, ocupando 358 prédios urbanos, 65 suburbanos e 2 347 rurais. A edificação é regular, distribuída em uma avenida, 5 ruas, uma ladeira, 4 travessas e uma praça. *Vias de comunicação* — Conta o município poucas estradas carroçáveis, vários caminhos de trânsito penoso, estando em conclusão uma rodovia ligando-a a Patos e outra se dirigindo a Misericórdia. Para transporte de passageiros e mercadorias, existem no município 16 automóveis, um auto-ônibus, 4 motocicletas e 11 caminhões.

Piancózinho — Rio de pequeno curso, afluente do Piancó. E' o mesmo Bruxas.

Picadas — Povoação do município de Umbuzeiro; tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 38 alunos, tendo 27 de frequência média.

— Povoado do município de Jatobá. Em 1942, sua escola primária matriculou 26 alunos, tendo 25 de frequência média.

Pico — Serra a 15 quilômetros a O. da cidade de Batalhão. Seu ponto mais elevado é volumoso penedo, segundo Irineu Jófili, semelhante ao Pão de Açúcar, porém de maiores proporções, elevando-se no planalto da serra. Do alto do Pico, num raio de 100 quilômetros, avistam-se ao N. terras do Rio Grande do Norte e ao S. terras de Pernambuco. Depois do Jabre, é o ponto mais elevado da Paraíba.

Picotes — Povoado do município de Sabujá, distando da sede 33 quilômetros. Foi fundado em 1927 por Manuel Vitor. Conta uma capela dedicada a Santo Antônio, 30 prédios urbanos e uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 50 alunos, tendo 20 de frequência média.

Picui (Voc. ind., corr. de *pocui*, nome de uma espécie de rôlas.) — Rio. (V. *Acauã*.)

— Município nos limites N.O. do Estado, ocupando uma área territorial de 1 747 quilômetros quadrados, com a população de 20 037 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 1 787 habitantes; suburbana, 415; rurais, 17 835, ocupando 755 prédios urbanos, 150 suburbanos e 3 972 rurais. *Açudes* — Conta o município uma centena de açudes particulares, todos de pequena capacidade. *Administração* — E' politicamente, dirigido por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por 22 funcionários permanentes. Comarca de segunda entrância, cabem os interesses da Justiça local a um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na Cidade e sub-

delegados, nas vilas; êstes, de nomeação do Secretário da Justiça, o primeiro é nomeado pelo Interventor Federal. Êstes cargos têm suplentes que são escolhidos pelo Chefe de Polícia da Paraíba. *Aspecto físico* — Ao N. e O. assenta o município em terrenos montanhosos; ao S. e L. nos campos do Cariri e do Curimataú. A primeira zona é agrícola e a segunda é seca, apropriada ao pastoreio. As principais serras de Picuí são: Branca, Brândões, Coruja, Fogo, Forte, Manicoba, Mulas, Preta, Retiro, Tabuada, Timbaúba e Umbuzeiro. Tôdas fazem parte do sistema da Borborema. *Assistência social* — conta apenas um Posto Médico municipal e algumas sociedades religiosas que, na proporção de mínguos recursos, distribuem auxílios aos necessitados. *Clima* — O clima é quente e seco no verão e mais ameno na estação das chuvas, de março a julho. Nos pontos elevados, a temperatura desce a 18° C e, nas soalheiras, especialmente nos terrenos baixos, pode elevar-se a 33° C à sombra. Todo o município é muito saudável, alterando-se, às vèzes, o estado sanitário, no comêço das chuvas, quando aparecem casos de tifo. *Comércio* — E' apreciável o movimento comercial do município, considerado um dos mais ricos do Estado, por suas várias possibilidades. Mantém suas transações comerciais com as praças de Campina Grande, João Pessoa, Natal e Recife. *Demografia* — Durante o ano de 1941, registraram-se em Picuí 367 nascimentos, 73 casamentos e 429 óbitos, dêstes, 19 natimortos. A delinqüência arrolou 71 crimes, não havendo homicídios. *Distritos* — Picuí, além da sede, conta os distritos de paz de Cubati, ex-Canoas, e Pedra Lavrada. *Etnografia* — Foram selvagens da família cariri os primeiros habitantes da região. Lutaram contra a dominação portuguesa; domados, constituíram com colonos as bases da atual geração do município, sendo muito reduzida a cota fornecida pelo elemento negro. *Fauna e flora* — Apresenta variedades em plan-

tas medicinais. Nas zonas de Cariri e Curimataú, predominam cardos, bromélias e cactos; na região serrana há restos de matas onde crescem o pereiro, pau-d'arco, cedro, angico, ibiraúna, a manicoba, etc. A fauna é variada em aves, pássaros e insetos. Dentre os animais, se encontram a onça, a rapôsa, o tatu, o gato bravo, a jeritacaca, e várias espécies de ofídios. Nas cavernas jazem restos de animais antediluvianos. *Fazendas pastoris e agrícolas* — Picuí possui centenas de propriedades agrícolas e pastoris, sendo as mais importantes: Baraúna, Boa Sorte, Cumarus, Damião, Jandaira, Pedra d'Água, Pedra Branca, Quixaba, Timbaúba, Volta do Rio. Em 1942, não obstante a seca reinante na Paraíba, os rebanhos do município somavam: 14 300 bovinos, 2 240 eqüinos, 2 600 asininos, 560 muares, 11 400 lanígeros, 9 450 caprinos, 3 120 suínos, 20 000 aves. *Feiras* — Na sede, nas vilas e nas principais povoações do município, se realizam, semanalmente, feiras muito concorridas. *Geologia* — A região tem sido estudada por vários especialistas nacionais e estrangeiros, mas a maioria dêsses estudos e pesquisas, continuam ignorados. Em 1890, Jules Destord, por conta do Estado, fêz demorado estágio na região e do seu Relatório são as seguintes expressões: "O terreno do distrito de Picuí, no cimo das montanhas, é formado de rochas ígneas dispostas em massas irregulares e não estratificadas. A matéria de que se compõe é de estrutura vítrea e cristalina, que indica perfeitamente a origem dessas rochas. O terreno sedimentar ou de antigos aluviões, que se acha em contato com essas rochas de origem plutônica, tais como gnaisses, micasquistos e talcosquisto, tem sofrido uma certa transformação que, em Geologia, se chama metamorfismo. O primeiro terreno que explorei nas minhas excursões pelo distrito de Picuí foi a colina do Chapéu. Nesta colina, a parte superior, que é completamente despida de vegetação, se compõe de mi-

casquistos, de talcosquistos e, coisa rara em tais terrenos, de gesso. Como mineral metálico encontrei ali o mercúrio e um sulfato de ferro que lhe comunica uma cor morena, tirando-lhe assim o colorido vermelho, característico, que lhe faz dar o nome de vermelhão da China. O mercúrio também se acha discriminado em glóbulos microscópicos nos talcosquistos e nos grés. No andar inferior desta colina também encontrei o terreno siluriano superior, composto de rochas arenosas, de argilas, de esquistos e de calcário semicristalino. Nesta parte encontrei cobre vítreo e manganês, conhecido em mineralogia pelo nome de haussmannita. A colina do Chapéu, bem como as duas vizinhas que a ela se ligam, é de origem vulcânica, como demonstra perfeitamente a parte cônica superior. As rochas encaixantes, bem como os minerais encontrados nelas, fazem supor a existência de grandes riquezas minerais como a prata, o chumbo, o arsênico, que são próprios desses terrenos. Os outros terrenos que examinei são os de Maracacheta, Urubu, Umbuzeiro e Cabeludo. São cristalizados no cimo das colinas; esses elementos cristalizados formam, às vezes, massas enormes sem disposição regular por camadas e são compostos de silícia associada a alumínio, aos álcalis e às terras alcalinas. Os minerais que se encontram como base fundamental são: os feldspatos, a granada, o quartzo, a mica, o anfíbólio, a turmalina, etc. No andar inferior dessas colinas encontrei os terrenos sedimentares da camada siluriana que se acham nas mesmas condições de metamorfismo daquelas que notei na colina do Chapéu. Nesses terrenos os calcários se tornaram cristalizados e são impregnados de minerais tais como as granadas, que também encontrei na colina da Volta do Rio; do mesmo modo as rochas que parecem ser de origem argilosa e transformadas em esquistos penetrados de granada e de distênio. Estes terrenos são ricos em minerais;

também descobri o ferro magnético, o estanho oxidado, na serra da Maracacheta; o estanho, a mica, a turmalina, a apatita, na colina do Urubu; o estanho, o manganês, o níquel e a granada, no alto do Umbuzeiro e Cabeludo. O estanho é de todos esses minerais o menos importante. O próprio terreno o demonstra à primeira vista, a existência do minério. Creio que as jazidas, cuja existência real verifiquei nesta parte que denominei bacia do Acauã, se encontram a pouca distância da cordilheira da Borborema, em cuja vizinhança as ações mecânicas, devido ao resfriamento da crosta da terra e à contração que foi a consequência dele, produziram fendas, algumas vezes muito extensas, outras vezes muito pequenas e por essa razão a mina aparece em diversos lugares na superfície da terra." E concluiu sua exposição: "As granadas, as gemas e o ferro oligisto que encontrei me fazem crer a existência de ouro nessas paragens em que a natureza do terreno permite encontrar toda a família das pedras preciosas, principalmente o topázio, que sempre acompanha o estanho nas suas jazidas. Terminarei dizendo que o manganês que aí abunda tanto é chamado a representar um papel importante na indústria mineira paraibana...." *Hidrografia* — Cortam o município os seguintes rios: o Acauã ou Picuí, o mais importante do município; nasce com o nome Cotovêlo, na fazenda deste nome e recebe as águas dos rios Cachoeirinho, Camarás, Casa de Pedra ou Provedor, Cavalo Morto, Cumaru, Damião, Malhada de Dentro e Tanque; o rio Seridó que tem nascente na fazenda Belo Monte, recebe os riachos Poldrinho, Olho d'Água e Tamanduá; o rio Quinturará tem origem em Serrinha, recebe os riachos Cágado, Caiçara, Forquilha, Saco do Campo e Timbaúba. Todos esses rios entram no Rio Grande do Norte e se lançam no Piranhas ou Açu. Também o Curimataú banha uma parte do município. O

Acauã, embora não seja perene, é considerado o Nilo da região. *História* — Se bem que o povoamento do território de Picuí começasse no fim do século XVII, a fundação da cidade é de data relativamente recente. Havendo estabelecido fazendas de criação diversos colonos, inclusive prepostos da Casa da Torre, em 1704, D. Isabel Câmara, da família Arruda Câmara; Antônio Mendonça de Vasconcelos e Antônio de Carvalho obtiveram por sesmaria três léguas de terras no “riacho chamado na língua do gentio — Pucuí —, o qual corre de sul para o norte e faz barra no Cauã”, sendo estes os primeiros povoadores do distrito. Por estar à margem da estrada e por ter água excelente, no local se formou um povoado que pertencia ao distrito de Cuité. Por Lei n.º 3, de 11 de outubro de 1841, foi sede de um juízo de paz; a Lei n.º 440, de 18 de dezembro de 1871, criou a freguesia com o nome de *Triunfo*, em homenagem às últimas vitórias do exército brasileiro no Paraguai, porém, mesmo naqueles tempos, a denominação mal transpunha o estreito âmbito da correspondência oficial. Mais tarde passou a pertencer à comarca de Bananeiras. Por Lei n.º 876, de 27 de novembro de 1888, foi elevada à vila sob o nome de Picuí, incorporando-se à comarca de Borborema, sediada em Cuité. Atualmente é sede de Comarca de segunda entrância, como ficou dito anteriormente, e o Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1943, deu-lhe os foros de cidade. Seu primeiro juiz municipal, no ano de 1904, foi o Bacharel Salustino Efigênio Carneiro da Cunha e o seu primeiro juiz de direito, o Dr. Abdias da Costa Ramos. *Indústria* — Picuí é um dos mais promissores municípios da Paraíba. Nas indústrias agrícola, pastoril e extrativa tem abundantes elementos que, nos dias presentes, começam a ser explorados com a necessária atenção. Durante o ano de 1941 exportou o município: 40 000 kg de colômbita, 1 500 toneladas de berilo, 10 000

kg de mica, 3 000 kg de estanho, 100 000 kg de fibras de crauá, 3 000 sacos de arroz de 60 kg, 20 000 sacos de milho, 12 000 cachos de bananas, 5 000 toneladas de batatas doces, 30 000 toneladas de mandioca, 20 000 sacos de favas, 350 000 kg de bagas de mamona, 15 000 kg de cebolas, 700 000 kg de algodão em pluma, 3 800 000 kg de algodão em caroço, 60 000 sacos de farinha de mandioca e 40 000 kg de polvilho. *Instrução* — O município conta somente a instrução primária, distribuída por 10 escolas, a cargo de 14 professores. Esses estabelecimentos, em 1942, matricularam 733 alunos, tendo 355 de frequência média. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, estabeleceram os seguintes limites municipais para Picuí: — *Com o Rio Grande do Norte* — (Municípios de Parelhas, Acari, Currais Novos e Santa Cruz), começando na ponta da Serra de Queimadas, na barra das Craibeiras, segue por uma linha reta até alcançar a serra da Cobra; prossegue pela linha de cumeada desta serra e, em seguida, por uma linha reta até o marco situado na propriedade Riacho Fundo e Ermo; deste marco, continua em linha reta até o Bico da Arara; daí, prossegue pela linha de cumeada das serras Umburanas, Timbaúba ou Puridade, Vermelha, do Fogo dos Milagres e Santa Quitéria até o marco n.º 6 (de Cuité), situado entre as propriedades Lagoa Cercada e Nova Floresta. — *Com Cuité*, começando no marco n.º 6 (de Cuité), situado entre as fazendas Lagoa Cercada e Nova Floresta (ponto basilar da linha divisória), nos limites com o Rio Grande do Norte (município de Santa Cruz), segue em linha reta até alcançar o marco n.º 5 (de Cuité), situado à margem da estrada de rodagem Picuí-Cuité; prossegue em linha reta até o marco n.º 4 (de Cuité), situado na sede da fazenda Canoa; deste marco, prossegue em linha reta até o marco n.º 3 (de Cuité), si-

tuado na fazenda Cabeça de Boi; prossegue por outra linha reta até alcançar o marco n.º 2 (de Cuité), situado a igual distância das antigas fazendas de Félix Pereira, na posse Campos Novos; finalmente, prossegue em linha reta até o marco n.º 1 (de Cuité), situado na fazenda Massapê, onde se estremam os municípios de Cuité e Ibiapinópolis. — *Com Ibiapinópolis*, começando no marco n.º 1 (de Cuité), situado na fazenda Massapê, segue pela linha de cumeada até alcançar a estrada carroçável de Seridó; prossegue pela mesma estrada até cortar o riacho das Cabras; desce por este riacho até a sua foz no rio Seridó e por este rio até a cachoeira da Craibeira, nos limites com Rio Grande do Norte (município de Parelhas).

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Pedra Lavrada, começando no marco n.º 3 (de Cuité), situado na fazenda Cabeça de Boi, segue em linha reta até alcançar o pico do serrote da Lanoinha; deste pico prossegue por outra linha até alcançar a confluência do riacho da Boa Fé com o rio Coto-vêlo; daí, galga a linha de cumeada que divide as águas do rio Gravatá do riacho Passagem, prossegue por ela e, em seguida, por uma linha reta até alcançar a foz do riacho Cacimbinha, no riacho Passagem; sobe por aquele riacho até a sua nascente na serra Baixa; daí, prossegue pela linha de cumeada desta serra até o pico do serrote Nova Sorte; finalmente, prossegue em linha reta até alcançar o pico da serra da Coruja, nos limites com o Rio Grande do Norte (município de Parelhas). — *Distrito de Pedra Lavrada com Cubati*, começando na foz do riacho das Cabras, no rio Seridó, sobe por esse rio até o marco n.º 1; deste marco prossegue em linha reta até alcançar o marco n.º 2 (de Cuité), situado na fazenda Campos Novos. —

Necessidades locais — Picuí necessita de boas estradas, de açudes, de escolas rurais, e de uma linha regular de transporte de passageiros e mercadorias. — *O meio social* — O da cidade, e mesmo o das vilas, apresentam certo adiantamento, um regular conhecimento e práticas das principais regras de civilidade. Na pequena sociedade local se encontram indivíduos e famílias de ótima educação e de instrução apreciável. — *Patrimônio municipal* — Em 1942 o patrimônio municipal era de Cr\$ 269 497,30. *Povoações* — Depois das vilas, as principais povoações do município são: Nova Palmeira e Frei Martinho, antiga Caboré. *Religião* — O município compreende duas freguesias, a de São Sebastião, na sede, e a de Nossa Senhora da Luz, em Pedra Lavrada. Contam capelas filiais nas fazendas, verdadeiros povoados: Baraúna, Cumaru e Jandaira. *Rendas Públicas* — Em 1941 a Coletoria Estadual arrecadou 253:934\$500 e despendeu 156:940\$900. A Coletoria Federal, em 1942, teve a receita de Cr\$ 112 630,30. O município, para o exercício de 1942, orçou sua receita em Cr\$ 138 000,00; arrecadou Cr\$ 152 417,80; fixou a despesa de Cr\$ 170 000,00 e efetuou a de Cr\$ 145 943,60. *Repartições públicas* — A Prefeitura Municipal, o Fórum, Mercado Público, Coletorias Federal e Estadual, Grupo Escolar, Agência Postal-Telegráfica, o Banco Rural de Picuí, o Cartório do Registro Civil. *Riquezas naturais* — Na seção Geologia ficou evidenciado quanto o município é rico em minerais e, na seção Indústria, se indicou a exportação de minérios. Releva dizer que a indústria extrativa em Picuí está ainda na sua fase inicial. *Sede* — A sede é a cidade de Picuí, 236 quilômetros a O. da Capital e a 136 da estação ferroviária de Alagoa Grande e 156 da de Campina Grande. O Recenseamento de 1940, arrolou-lhe 1 207 habitantes urbanos, 415 suburbanos, 17 835 rurais, ocupando 735 prédios urbanos, 150 suburbanos e 3 972 rurais. Existe na ci-

dade uma avenida, 14 ruas, 6 travessas e 4 praças. Segundo o levantamento feito pela comissão Pimenta da Cunha, em 1922, está a urbe, lat. S. 6°-30'-36,87"; long. E. do Rio de Janeiro, 6°-52'-35,25"; em frente da matriz. *Vias de comunicação* — Conta o município uma rodovia ligando-o à Capital, passando por Areia, Alagoa Grande. Internamente, e para o Rio Grande do Norte ou municípios do alto sertão, dispõe somente de estradas carroçáveis, algumas delas de trânsito difícil. Para transporte de mercadorias e passageiros, existiam no município, em 1942: 8 automóveis, um motociclo, 10 caminhões e 50 carros de bois.

Pilar — Município a S.O. da Capital, ocupando a área territorial de 676 quilômetros quadrados e, conforme o Recenseamento de 1940, tendo uma população de 32 694 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 4 250, suburbanas, 679; rurais, 27 765, ocupando 1 152 prédios urbanos, 189 suburbanos e 6 030 rurais. *Açudes* — Pilar conta vários pequenos açudes, em maioria particulares, na zona do pastoreio. *Administração* — É politicamente dirigido por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal no Estado, auxiliado por 22 funcionários permanentes. Sendo comarca de primeira entrância, tem os interesses da Justiça local confiados a um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na sede, e subdelegados, nas vilas; o primeiro, nomeado pelo Interventor Federal; os demais pelo Secretário da Justiça, cabendo ao Chefe de Polícia nomear os suplentes para os referidos cargos. *Aspecto físico* — Parte do município assenta nos terrenos planos da várzea do Paraíba e parte nos campos ligeiramente ondulados da caatinga. *Clima* — Na várzea, como na caatinga, é o município quente e seco no verão; é úmido durante a estação chuvosa; mas, não obstante, se revela

salubre, normalmente. *Comércio* — Tem o município apreciável movimento comercial, concertando suas transações com as praças de João Pessoa, Campina Grande, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo, estando os seus principais estabelecimentos comerciais na sede e nas vilas, e mesmo nos povoados mais importantes. *Demografia* — Em 1941 registraram-se em Pilar 394 nascimentos, 23 casamentos e 751 óbitos. A delinqüência constou de 38 contravenções e 7 crimes, sendo 2 de homicídio. *Distritos* — Além do da sede, se contam: o de Juripiranga, antiga Serrinha, Gurinhém e Acaú. *Etnografia* — A primitiva população era constituída por selvagens tabajaras e potiguaras, aos quais mais tarde se juntaram portugueses, cariris e africanos, iniciando-se a colonização a partir da última década do século XVI. Zona açucareira, o elemento negro foi nela considerável. *Fauna e Flora* — A fauna é variada em pássaros cantores, aves de rapina, roedores, desdentados, insetos e batráquios. As matas foram devastadas, existindo alguns capoeirões, onde crescem várias espécies proveitosas à marcenaria e às construções. *Fazendas agrícolas e pastoris* — No município existem dezenas de propriedades agrícolas, e outras tantas agrícola-pastoris. Cultivavam cereais, algodão, e, as das várzeas, plantam cana-de-açúcar. A influência das usinas anulou a ação dos bangüês, bem numerosos no município e hoje reduzidos em maioria à inatividade. Conta umas dez grandes fazendas de criação, sendo Pilar, o município do Estado que possui o maior rebanho bovino. Em princípio de 1942, os seus rebanhos somavam: 37 750 bovinos, 3 416 eqüinos, 491 asininos, 620 muares, 1 758 lanígeros, 7 583 caprinos, 5 866 suínos e 30 000 aves. *Feiras* — Na sede, nas vilas e nas povoações mais importantes, se realizam, semanalmente, feiras bem movimentadas. *Hidrografia* — Cortam o município o Paraíba e os afluentes destes, o Curimataú, o Gurinhém, o Una, este

perene, regando vasta área de terrenos agrícolas. *História* — Pelos trabalhos de Elias Herckmann se conclui que o território do atual município de Pilar já era povoado desde fins do século XVI, pois os holandeses, em 1630, ali encontraram fazendas de criação, distando a última delas, “a de Jerônimo Cavalcânti, 3 léguas de Itaipu”. Em 1670 os jesuítas retiraram sua missão da serra de Fagundes e vieram com os índios cariris aldear-se no Pilar, onde fundaram colégio para ensinar e doutrinar. A preferência dos jesuítas foi motivada pela facilidade do sustento que o local lhes oferecia, pela proximidade do litoral e, sobretudo, pela segurança de conversão do índio que ali não estava em contato com os selvagens não catequizados. Em torno da missão, se agregaram outros indivíduos civilizados, atraídos pela lavra do ouro então ali praticada, indústria que continuou até 1758, quando o governo da metrópole mandou suspendê-la, em consequência da falta de braços nos trabalhos agrícolas, particularmente os da cana-de-açúcar, naquela época de máximo proveito para o reino. Em 1762 tinha o povoado atingido certo adiantamento e foi distinguido com a criação da freguesia de Nossa Senhora do Pilar. A lei n.º 9, de 17 de dezembro de 1892, criou o município e por Decreto n.º 3, de 10 de dezembro do mesmo ano, foi considerada termo da Comarca de Taboiana. O desenvolvimento desta cidade arrebatou toda importância de Pilar, especialmente quando a sede deixou de ser ponto terminal da estrada de ferro. Pilar foi núcleo importante nos movimentos de 1817 e 1824. Nas crônicas régias era tratada pelo nome — Comarca de Nossa Senhora do Pilar do Baixo Cariri. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, fê-lo sede de comarca e deu-lhe a categoria de cidade. *Homens notáveis* — São filhos do município de Pilar: Padre Antônio Pereira de Albuquerque, mártir de 1817; Félix Antônio

Ferreira de Albuquerque, chefe revolucionário do movimento, na Paraíba, de 1823-24, Visconde de Cavalcânti, e do inolvidável clínico Flávio Maroja. *Indústria* — É a agrícola-pastoril a principal indústria do município, onde vários agricultores e fazendeiros estão empregando métodos modernos, aperfeiçoando a indústria que praticam. Bem iniciada está a fabricação de laticínios, distinguindo-se, já pela quantidade, já pela qualidade, em condições de equiparar-se aos produtos similares do sul do País. Além de manteiga e queijos, exportados para o próprio Estado, para o Recife e Natal, vendeu o município, em 1941, 25 toneladas de fibras de abacaxis, 175 000 cachos de bananas, 458 364 toneladas de batatas doces, 5 135 toneladas de mandioca, 20 080 sacos de feijão, 15 000 kg de bagas de mamona, 8 530 sacos de 60 kg de açúcar bangüê, 22 200 l de aguardente, 164 490 kg de algodão em pluma, 10 250 sacos de farinha de mandioca, 5 400 kg de fumo em corda e 31 200 kg de rapaduras. *Instrução* — Conta somente a primária, distribuída por 24 escolas, inclusive um grupo escolar, sob a docência de 29 professores. Nos referidos estabelecimentos, em 1942, houve 1 161 matriculados, com a frequência média de 694. O município contribuiu, como os demais municípios do Estado, com 10 % de sua receita em 1941, para auxiliar o custeio da Instrução Pública, na Paraíba, importando sua cota em Cr\$ 8 451,20. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites municipais para o Pilar: — *Com Alagoa Grande*, começando na foz do riacho Verde ou Manipeba, no rio Cantagalo ou Gurinhém, segue em linha reta até o marco n.º 17 (de Alagoa Grande), à margem do riacho Catucá, situado entre as propriedades Quirino e Capitulino, na serra do Quirino; desce por esse riacho até o marco n.º 16 (de Alagoa Grande), situado no

ponto onde o rio corta a estrada carroçável de Alagoa Grande a Camucá; daí, prossegue por esta estrada até o marco n.º 15 (de Alagoa Grande), situado na barragem do açude do Gomes; desce pelo riacho Açude do Gomes, até cruzar com o caminho carroçável Gurinhêzinho do Deserto a Camucá; prossegue por esse caminho, até o marco n.º 14 (de Alagoa Grande), situado na intersecção deste com o caminho carroçável de Pedra Furada, no lugar Poço de Pedra; continua por este caminho até a sua intersecção com a estrada carroçável da propriedade Lagoa Nova; daí, continua por esta estrada até o marco n.º 13 (de Alagoa Grande), situado entre as propriedades Lagoa Nova e Sítio Novo; deste marco, segue em linha reta até o marco n.º 1, situado na barragem do açude Lagoa Nova. — *Com Guarabira*, começando no marco n.º 1, situado na barragem do açude Lagoa Nova, entre as propriedades Lagoa Nova e Sítio Novo, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 8 (de Guarabira), situado à margem do caminho carroçável de Camarázal a Gurinhém, na lagoa de Jundiá, ainda por outra linha reta prossegue até o marco n.º 7 (de Guarabira), situado na propriedade Jardim; finalmente segue em linha reta até o marco n.º 6 (de Guarabira), situado entre as propriedades Cipoal e Primavera, à margem da estrada de rodagem Camarázal-Sapé; prossegue por essa estrada até alcançar o caminho carroçável de Contendas a Araçaji. — *Com Sapé*, começando no cruzamento da estrada de rodagem Camarázal-Sapé com o caminho carroçável de Contendas a Araçaji, segue pela estrada até alcançar o marco n.º 5 (de Sapé), situado entre as propriedades Bonito e Matrona, nas proximidades da lagoa do Jenipapo; deste marco segue em linha reta, até o marco n.º 4 (de Sapé), situado à margem do rio Gurinhém, entre as mesmas propriedades; desce pelo rio até cortar o caminho de tropa de Alfavaca de Cima e

Curimataú; daí, prossegue por esse caminho até cortar o riacho do Caldas; Patu; deste marco, segue pelo caminho carroçável de Cajá a Curimataú; prossegue por esse caminho até cortar o rio Curimataú, no povoado do mesmo nome; daí, desce por esse rio até a ponte grande da estrada de rodagem João Pessoa-Pilar. — *Com Maguari*, começando na ponte grande sobre o rio Curimataú, na estrada de rodagem Pilar-João Pessoa, prossegue pela estrada até a sua intersecção com o caminho carroçável de Taipu, continua por esse caminho até o marco n.º 1, situado no povoado Ponte Grande entre as propriedades Corredor e Maravalha; deste marco, segue em linha reta até o marco n.º 2, situado à margem do rio Paraíba e ainda entre as mesmas propriedades até alcançar o marco n.º 3, situado à margem do caminho carroçável Itaipu-Oratório; continua por esse caminho até o marco n.º 4, situado à margem da estrada carroçável Tabaiana-També, no povoado Oratório. — *Com Pernambuco* — (*Município de També*), começando no marco n.º 4, situado na estrada carroçável Tabaiana-També, no povoado Oratório, segue por essa estrada até a sua intersecção com a estrada velha Tabaiana-També, na propriedade Angico; prossegue por essa estrada e pelo beco do Roque, na vila de Juripiranga e em seguida por essa linha reta até o sangradouro do açude do Roque; deste ponto segue em linha reta até galgar a linha de cumeada da serra do Pirauá, no trecho conhecido por serra de Gaspar Alves; continua por essa linha até o marco n.º 9 (de Tabaiana), situado à margem do caminho carroçável Tabaiana-Camutanga. — *Com Tabaiana*, começando no marco n.º 9 (de Tabaiana), situado no divisor de águas da serra Gaspar Alves e à margem do caminho carroçável Tabaiana-Camutanga, prossegue por esse caminho até cortar o rio Paraíba, desce pelo rio até o ponto de cruzamento da estrada carroçável Serrinha-Ta-

baiana; dêste ponto segue em linha reta, até o marco n.º 8 (de Tabaiana), situado na lagoa da Cruz, à margem da estrada carroçável Tabaiana-Pilar; prossegue por esta estrada até o marco n.º 7 (de Tabaiana), situado na fazenda Curtume; dêste marco segue em linha reta, até alcançar o pico do serrote Maracaípe, na fazenda do mesmo nome; dêste pico continua em linha reta, até o marco n.º 6 (de Tabaiana), situado na lagoa Dantas, na fazenda São Sebastião; dêste marco, em linha reta, até o marco n.º 5, situado à margem da estrada carroçável São José-Tabaiana, na fazenda Nova Vencza, prossegue por essa estrada até cruzar com o caminho Curimataú-Mirim, sobe pelo riacho até o marco n.º 4 (de Tabaiana), situado na barragem do Açude Mendonça e à margem do caminho carroçável Juarez Távora-Volta; dêste marco continua pelo caminho até cortar o riacho Verde ou Manipeba; sobe por ele até a sua foz no rio Gurinhém ou Cantagalo.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Jurupiranga, começando na foz do rio Una, no rio Paraíba, sobe pelo rio Una até a foz do rio Paraíba, pelo qual sobe até os limites municipais com Tabaiana. — *Distrito da Sede com Gurinhém*, começando no marco n.º 4 (de Tabaiana), segue em linha reta até encontrar o caminho de tropa que, da serra de Urugu, segue por esse caminho até a sua interseção com o caminho de tropa da serra do Catolé, prossegue por este caminho até cortar o riacho Rancharia na propriedade Santa Inês, desce pelo riacho até sua foz no riacho Santana e pelo riacho Santana até cruzar com o caminho de tropa de Queimadas a Ipueira Cercada; prossegue pelo referido caminho até cortar o rio Cajá. — *Distrito da Sede com Acaú*, começando no ponto onde o caminho de tropa de Queimadas a Ipueira corta o rio Cajá, desce pelo rio até

cortar o caminho de tropa de Curimataú a Cajá e prossegue pelo caminho até alcançar o rio Curimataú, na povoação do mesmo nome. — *Distrito de Acaú com Gurinhém*, começando no ponto em que o caminho de tropa de Queimadas a Ipueira corta o rio Cajá, prossegue por ele e em seguida pelo caminho de tropa de Barro Vermelho a Arroz, até a sua interseção com o caminho de tropa de Arroz a Morcêgo, segue por este até o marco n.º 5 (de Sapé), nos limites municipais. *Meio social* — Pilar sempre teve uma sociedade educada, salvo os campestinos, que estão reclamando escolas e assistência social. *Povoações* — As principais, além das vilas, são: Arroz, Cajá, Chaves, Conceição, Curimataú, Jacaré, Marcação, Prazeres, Parimá, Ponte Grande. *Religião* — A católica apostólica romana é a dominante no município, existindo duas freguesias, a de Nossa Senhora do Pilar, criada em 1765, contando a igreja-matriz e as capelas filiais de Nossa Senhora da Conceição de Pedras de Fogo e a de Nossa Senhora da Soledade, em Jurupiranga; a freguesia de Nossa Senhora da Conceição, em Gurinhém, criada por Lei n.º 501, de 30 de outubro de 1875. *Rendas públicas* — No exercício de 1941 a Coletoria Estadual teve a receita de 246:440\$450 e a despesa de 165:445\$300. O orçamento municipal para o exercício de 1942, previu a receita de Cr\$ 119 400,00; arrecadou Cr\$ 142 902,80; fixou a despesa de Cr\$ 119 400,00 e realizou a de Cr\$ 137 926,30. *Repartições públicas* — Conta a Prefeitura, o Fórum, a Coletoria Estadual, Mercado Público, Agência Postal-Telegráfica, Estação Ferroviária, Cartório do Registro Civil, Caixa Rural, Grupo Escolar, prédio oferecido pelo industrial Veloso Borges. *Sede* — A cidade do Pilar assenta à margem esquerda do Paraíba, que corre entre a cidade e a estação ferroviária. Está a S.O. da capital, desta afastada 50 quilômetros. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 242 prédios urbanos, 121 suburbanos, 1 518

rurais e a população urbana, 971 habitantes; suburbana, 464; rural, 5 202. Tem aspecto agradável, ocupa uma planície, tem regular edificação e conta 10 ruas, 2 ladeiras, 8 travessas e um largo. *Vias de comunicação* — Pilar, de todos os municípios paraibanos é o que dispõe de melhores vias de comunicações e transportes. Pode utilizar-se da linha férrea Entroncamento-Natal, ou da de João Pessoa-Recife ou Pilar-Campina Grande. E' servida por algumas rodovias e estradas carroçáveis. Para transporte de passageiros e mercadorias existiam no município, em 1942: 16 automóveis, 1 auto-ônibus, 4 motocicletas, 11 caminhões e 30 carros de bois.

Pilões — (V. *Brejo das Freiras*.)

— Açude público, construído sobre o Rio do Peixe, pela Inspetoria Federal das Obras contra as Secas, ao pé da Vila de Brejo das Freiras. Tem a capacidade de 13 000 000 de metros cúbicos.

— Ex-Entre Rios e Pilões de Dentro. Vila do município de Serraria. Teve certo florescimento e disputou longos anos a primazia de sede do termo, e obteve-a, até o ano de 1897. Ocupa seu distrito terrenos fertilíssimos na zona do Brejo. Tem Agência Postal-Telefônica, aula pública primária e realiza, semanalmente, uma feira pouco animada. A sua igreja do SS. Coração de Jesus serviu de matriz até 1900, quando a Paróquia se transferiu para a sede do município. No distrito, com excelente resultado, o agricultor Pereira da Cunha, cultivava a seringueira amazonense. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 183 prédios urbanos, 232 suburbanos, 1 182 rurais e a população: urbana, 603 habitantes; suburbana, 1 164; rural, 5 544.

Pilões do Maia — (V. *Maia*.)

Pilõeszinhos — Povoado do município de Guarabira. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 67 alunos, tendo 21 de frequência média.

Pimentel — Futurosa povoação do município de Alagoa Grande. Nela funcionam duas escolas públicas primárias que, em 1942, matricularam 93 alunos, resultando a frequência média de 64.

Pindobal — Antiga propriedade agrícola do município de Mamanguape, adquirida pelo Governo do Estado, e nela instalada a escola correccional para menores, intitulada "Presidente João Pessoa".

Pinharas (Voc. ind., *pin-ar-a*: o raspador de cabelos.) — Nome que no passado designava a região atualmente ocupada pelo município de Patos.

— Rio do alto sertão. Nasce na serra da Viração, a L. da cidade de Patos, tendo o nome Farinha. Recebe, além de outros tributários de menor regime, os rios Mares e Cruz, verificando-se a confluência na adjacência da referida cidade. Daí em diante toma o nome de Pinharas. A princípio corre na direção de L. a O.; entra no Estado do Rio Grande do Norte. Inclina-se para O. na direção do município paraibano de Brejo do Cruz e, depois de uns cem quilômetros de curso, deságua na margem direita do Piranhas.

Pintado — Lugarejo do município de Tabaiana. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 44 alunos, tendo 25 de frequência média.

Piranhas (Voc. ind., corr. de *pirã-i*: que corta a pele. Nome de uma espécie de peixes muito vorazes). Rio que tem suas origens no lugar Cabrais, na serra do Bongá, do município paraibano de Bonito de Santa Fé, nos limites deste com o Estado do Ceará. Tem quase sempre a direção de S.O. a N.E. Corta os municípios de Jatobá, Cajazeiras, Sousa, onde o rio do Peixe se lhe reúne e Pombal, onde recebe o rio Piancó, de maior volume de água. Entra no Rio Grande do Norte, e, depois de engrossado com as águas do Pinharas e Seridó,

toma o nome de Agu. Banha, calculadamente, 200 quilômetros de território paraibano.

— Antiga Paulista, cujo nome lhe foi mudado para o atual, pelo Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Vila do município de Pombal, distando da sede para o N. 30 quilômetros, assentando à margem direita do Piranhas. Tem algum trato comercial e recebeu a categoria de vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Seu antigo nome recordava o paulista Moraes Navarro, que esteve no distrito em fins do século XVII e começo do XVIII. Sua aula pública primária, em 1942, teve 31 matriculados. O Recenseamento de 1940 encontrou: 30 prédios urbanos, 10 suburbanos, 1 196 rurais e a população: urbana, 88 habitantes; suburbana, 28; rural, 6 175.

— Barragem feita pela Inspetoria Federal das Obras contra as Secas, no boqueirão da serra de Santa Catarina, reservatório alimentado pelo rio Piranhas, cuja represa alcança do município de Cajazeiras, da vila Engenheiro Ávidos, a primitiva sede do município de Jato-bá. Tem 255 000 000 de metros cúbicos de capacidade.

— Vila do município de Cajazeiras. (V. Engenheiro Ávidos.)

Pirauá (Voc. ind., Mário Melo o deriva de *pirá-uara*.) — Rio perene e pouco caudaloso do município de Mamanguape.

Piraguá (Voc. ind., Mário Melo o deriva de *pirá-uara*: o que come peixe.) — Pitoresca povoação do município de Umbuzeiro sobre a serra dos Cariris Velhos, nos limites, sendo a povoação comum aos Estados de Paraíba e Pernambuco. Tem algum trato comercial, conta uma capela e uma aula pública primária.

Piriná — Povoador do município de Pilar. Nêle funciona uma escola pública primária que matriculou 36 alunos em 1942, resultando-lhe 27 de frequência média.

Pirpirituba (Voc. ind., contr. de *peri-peri-tuba*: onde nasce o junco.) — Rio pouco volumoso; nasce no município de Bananeiras, incide para E. desaguardo à margem esquerda do Araçaji.

— Florescente povoação do município de Guarabira, à margem do rio prece-dente, elevada à vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. E' servida por via férrea, ramal Itamataí a Bananeiras. Tem avultado movimento comercial, realizando aos domingos uma feira movimentada. Conta uma Cooperativa para auxílio à cultura do arroz, havendo no distrito a pomicultura, salientando-se a excelência das laranjas. A vila é pitoresca e de boa edificação, servida por Agência Postal-Telegráfica, um grupo escolar que matriculou 423 alunos em 1942, e teve 264 de frequência média. Começou a ser edificada ao pé de um cemitério, até poucos anos existente bem no centro da rua principal da vila. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 697 prédios urbanos, 127 suburbanos, 1 166 rurais e a população: urbana, 2 012 habitantes; suburbana, 472; rural, 5 257. Não somente na vila como no seu distrito há vários maquinismos para beneficiar algodão. E' iluminada à luz elétrica, tendo um bem construído e amplo mercado público.

Pitimbu (Voc. ind., formado de *petim-bu*: olho d'água do fumo.) — Rio de pequeno curso no município de João Pessoa. E' perene e despeja no Atlântico. Divide em duas partes a vila que tem o seu nome.

— Antiga vila pertencente ao município da Capital e situada à margem do Atlântico. Antes da colonização da Paraíba, o seu porto era freqüentado por navios franceses. Estes montaram no local uma feitoria que abarrotava suas naus, com artigos da região, especialmente o pau-brasil, tendo os tabajaras como auxiliares e amigos. Dado o domínio e a colonização portuguesa, desenvolveu-se o povoado. Após a Independência

dência do Brasil, continuou a prosperar, chegando a município e sede de comarca. Perdeu esta categoria a favor da Vila do Conde e, decaindo esta, passou a incorporar-se ao município da Capital. O distrito conta uns 1 300 prédios urbanos, sendo 250 na vila e os demais nos povoados dos distritos e na zona rural. A população pode ser estimada em 3 500 habitantes, ocupados na pesca e na agricultura. Distanto uns 60 quilômetros da Capital do Estado, sem possuir, para ligação com esta, ao menos uma bem cuidada estrada carroçável. Pitimbu permanece esquecida, sem receber auxílio de qualquer espécie dos poderes públicos. Entretanto o Pôsto de Arrecadação que o Estado ali mantém, ainda em 1942 teve a receita de Cr\$ 90 000,00. O rio Pitimbu divide a vila em dois bairros: Pitimbu e Guarita, não havendo sobre ele nem mesmo uma pequena ponte que possa facilitar a comunicação entre os bairros. A sua igreja demonstra ainda hoje, apesar do lastimável descuido por sua conservação, o grau de prosperidade a que o povoado atingiu. Ainda lá estão interessantes oleografias em madeira, que fazem lembrar o estilo das do convento de Santo Antônio da cidade de João Pessoa. Nas velhas crônicas, Pitimbu é denominado Pôrto Francês. Suas coordenadas são: 7°-22'-34" de lat. S. e 34°-49'-43" de long. W. Gr. Tratando de seu pôrto, diz o *Roteiro das Costas do Brasil*: "Entre a praia e os recifes podem fundear pequenas embarcações; quando o tempo soprar fresco do sueste o mar galgará os recifes e nenhum abrigo será encontrado neste fundeadouro, cujo acesso é permitido por uma cobertura de cerca de 40 metros, nos recifes, com 6 a 7 metros de fundo. O ancoradouro é cheio de bancos de areia; próximo ao canal de entrada se encontram 5,5 m de água e junto à praia 1,8 m, onde o fundo é de areia fina, para ser de lama um pouco além e de cascalho e pedra (coral) jun-

to aos recifes. Uma saliência formada por um outeiro e coberta de mato, é chamada *Ponta de Pitimbu*".

Pitombas — Povoado do município de Caçara. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 67 alunos, tendo a frequência média de 43.

Pitombeira — Serra na fazenda de Santa Clara, município de Monteiro, na qual existem veios auríferos.

Planta de Capim — Povoado do município de Misericórdia. Sua aula pública teve, em 1942, 45 matriculados e 35 de frequência média.

Poção — Povoado do município de São João do Cariri, nêle existindo uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 50 alunos, tendo a média de 36.

Pocinhos — (V. *Jófil*.)

Poco — Povoado do município de Brejo do Cruz. Nêle funciona uma escola pública primária cuja matrícula, em 1942, foi de 24 alunos.

— Povoado de pescadores, à margem do Atlântico e próximo da parada do ramal João Pessoa-Cabedelo, e da rodovia que liga as duas localidades. Serve de estação balneária a habitantes da Capital. Tem uma capela de Nossa Senhora de Nazaré e uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 30 alunos.

Poco de Pedra — Local do município de Sabujá onde existem inscrições rupestres.

Poco Escuro — Povoado do município de Bananeiras tendo uma aula primária que, em 1942, teve a matrícula de 46 alunos.

— Rio de pequeno curso, do município de Antenor Navarro.

Pocos — Local a L. da cidade de Teixeira, onde se vê uma represa de água concluída em 1877, sob a direção do Cônego Bernardo de Carvalho. O lençol d'água estende-se por mais de 6 quilô-

metros e uma centena de famílias aí encontram meios de subsistência. Na adjacência está o povoado de igual nome, com uma escola pública primária que reuniu 40 matriculados em 1942, obtendo a frequência média de 24.

Poços de Baixo — Povoado do município de Teixeira; sua aula pública primária matriculou 50 alunos, em 1942, para uma frequência média de 22.

Pombal — Município do alto sertão, a N.O. do Estado, ocupando a área territorial de 2 491 quilômetros quadrados, contando, segundo o Recenseamento de 1940, 42 341 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 4 556 habitantes; suburbanas, 945; rural, 38 840, habitando 1 125 prédios urbanos, 246 suburbanos e 7 460 rurais. *Açudes* — Pombal conta algumas dezenas de açudes particulares de pequena capacidade; os mais importantes são o Condado e Boa Vista (V. *Condado e Boa Vista*). *Administração* — É dirigido por um prefeito, nomeação da Interventoria Federal, auxiliado por funcionários permanentes. Sendo comarca de segunda entrância, estão os interesses da Justiça local na alçada de um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na sede, e subdelegados, nas vilas. O primeiro é nomeado pelo Interventor Federal os demais pelo Secretário da Justiça, cabendo ao Chefe de Polícia a nomeação de suplentes para os referidos cargos. *Aspecto físico* — As maiores extensões territoriais de Pombal são avarzeados e tabuleiros próprios para a criação de gado, alterando-os, espaçadamente, contrafortes da Borborema, ou modificando-se em restos de antigas matas, ao longo de alguns vales ou nos acidentes de serras. Destas, são principais as seguintes: Aba, Areia, Arara, Cabeludo, Comissário, Cruz, Espinho, Melado, Moleque, Mucunã Negra, Ôlho d'Água, Saco dos Cavalos, São Miguel, São Bento, Urubu e Vermelha. *Clima* — É muito

saudável, embora quente e seco no estio, que decorre de julho a janeiro. A temperatura não desce de 20° C nem excede de 33° C à sombra. Periódicamente, experimenta os rigores de seca prolongada. *Comércio* — O município mantém animadas transações comerciais com as praças de Cajazeiras, Campina Grande e João Pessoa. Exporta algodão, cereais, rapaduras, gados, importando tecidos, ferragens, miudezas, gêneros de estiva. *Demografia* — Durante 1941, registraram-se no município 469 nascimentos, 67 casamentos e 368 óbitos, destes 2 natimortos. *Distritos* — O da sede e os de Malta, Nhandu e Piranhas. *Etnografia* — Várias tribos da família cariri habitavam a região quando as bandeiras de Teodósio de Oliveira Ledo e os paulistas começaram a sujeitar os índios. Remanescentes destes com os colonos procedentes da Bahia e de Pernambuco, constituíram os fundamentos da atual população do município. Mais tarde se lhe juntou pequena parcela do elemento africano. *Fauna e flora* — Existem no município restos de matas donde se extrai boa madeira para construção e marcenaria. Nos avarzeados, são abundantes as carnaubeiras. A fauna ainda apresenta espécimes de onças, veados, porcos monteses, gatos bravos, raposas, mocós. A maior variedade é a dos pássaros, dos insetos, dos ofídios e batráquios. *Fazendas agrícolas e pastoris* — O município dispõe de vastos campos para a criação e bons terrenos agrícolas. Assim conta mais de 50 boas fazendas de gado e aproximadamente 10 engenhos para o fabrico de rapaduras, 3 instalações e vários maquinismos para beneficiar algodão, funcionando regularmente. *Feiras* — Semanalmente se realizam na sede, nas vilas e nas povoações mais importantes, animadas feiras. *Hidrografia* — Dois grandes rios — o Piancó e o Piranhas — cortam o município e se reúnem 6 quilômetros abaixo da sede. Os riachos mais importantes do município tributários do Piranhas são:

Águas Belas, Camacho, Jatobá, Riachão, São Domingos e São Lourenço; afluentes do Piancó: o André, Barroquinha, Bode, Brandão, Caigara, Cipó, Condado, Exu, Jatobá, Malhada da Areia, Matombos, Pai João, Pedra d'Água, Roncador, Saco, Santana, Taquari, Várzea Comprida dos Leites e Vertentes. *História* — Os paulistas do Açu conheceram o território de Pombal ao mesmo tempo que os Oliveira Ledo. Em 1696 ainda não tinham domado o gentio e, sendo governador da Capitania, Manuel Soares de Albergaria, fêz Teodósio de Oliveira Ledo uma entrada ao Piranhas, venceu cruelmente os índios pegas e com os índios mansos fundou uma aldeia a que denominou Piranhas. Este núcleo colonial ainda muito reduzido, em 1719 foi atacado por numeroso corpo de selvagens revoltados. O desespero levou os sitiados a fazer um voto a Nossa Senhora do Bom Sucesso. A crença deu forças de ânimo aos colonos; os assaltantes foram rechaçados com grandes perdas em vidas. A povoação recebeu então o nome de Nossa Senhora do Bom Sucesso. Em 24 de fevereiro de 1721, conforme escritura lavrada pelo escrivão Álvaro de Oliveira, o pedreiro Simão Barbosa Moreira, obrigou-se a construir a igreja no período de três anos, pela quantia de seiscentos mil réis, paga em três prestações de duzentos mil réis por uma confraria que, para o fim, se constituiu. Por carta régia de 22 de julho de 1766, trocando o nome pelo de Pombal, foi elevada à vila, dando-se a instalação em 4 de maio de 1772. A substituição de nome visou homenagear o grande ministro de D. José. Nessa época a jurisdição de Pombal estendia-se por todo o alto sertão paraibano, pelo Seridó e Patu, da capitania do Rio Grande do Norte. A Lei Provincial de 9 de maio de 1833, os Decretos ns. 687, de 26 de julho de 1850; 5 079, de 4 de setembro de 1872, e a Lei n.º 27, de 6 de julho de 1854, criaram-no comarca, categoria que ainda conserva. A Lei n.º 68,

de 21 de julho de 1862 elevou-a a cidade. Os arquivos de Pombal contêm documentos valiosos para a História da civilização da zona sertaneja. Em 1817 organizou-se no município um grande exército de patriotas que, reunidos aos de Sousa, constituíram o Exército do Rio do Peixe, destinado a auxiliar a implantação da República no Ceará. *Homens notáveis* — Em Pombal nasceu o jornalista e advogado Argemiro de Sousa e Padre Aristides, sacrificado em Piancó pelos rebeldes comandados por Carlos Prestes. *Indústria* — A indústria do município diz respeito ao beneficiamento e cultura do algodão, ao fabrico de rapaduras e laticínios, empregando métodos antiquados. Moderna, propriamente, é a sua usina para extração de óleo de oiticica, tendo em 1941 exportado 1 444 483 l do referido produto, no valor de 5 344:587\$100. *Instrução* — Conta somente a instrução pública primária, ministrada em 24 escolas, inclusive um Grupo Escolar, a cargo de 29 professores. Em 1942, a matrícula nesses estabelecimentos somou 1 119 alunos, resultando 651 de frequência média. *Limites* — O Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1938, e o de n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, traçaram para Pombal os seguintes limites municipais: — *Com Sousa*, começando no marco n.º 9, situado na fazenda Escurinha, alcança a linha de cumeada da serra dos Poços dos Cavalos até o pico do serrote do Jiqui; dêste pico segue em linha reta até o marco n.º 8 (de Sousa), situado à margem do rio Piranhas, na propriedade Extrema; dêste marco, por outra linha reta até o marco n.º 7 (de Sousa), situado na lagoa dos Barreiros, na propriedade São Lourenço; dêste marco, também em linha reta até o marco n.º 6 (de Sousa), situado entre as propriedades São Lourenço e Aba; continua em linha reta até o marco n.º 5 (de Sousa), situado no lugar Saco Rôto; dêste marco em linha reta até o marco n.º 4 (de Sousa), situado no lugar dos antigos

marcos gêmeos, entre as propriedades Aba e Catolé; continua dêste ponto em linha reta até o marco n.º 3 (de Sousa), situado no lugar Umburana dos Cacetes; dêste marco, por outra linha reta, até o marco n.º 2 (de Sousa), situado entre as propriedades Ôlho d'Água e Duas Lagoas; finalmente segue em linha reta até o marco n.º 1 (de Sousa), situado na fazenda Duas Lagoas, e daí em linha reta ao cabeça do Brás, de onde segue até alcançar a linha de cumeada da serra do Comissário, prossegue por ela pelas serras Verde e Saco das Carrapateiras até o pico da Serrinha. *Com Catolé do Rocha*, começando no pico da Serrinha, segue pela linha de cumeada formada pelas serras da Macambira, Vertentes, Caatinga dos Tinguizeiros, serrote do Urubu, Pico norte da Serra do Moleque, Serra da Cruz, Serrote do João, Serras das Umburanas, Cabeluda, Ôlho d'Água e da Arara e em seguida, em linha reta até alcançar a foz do riacho da Onça, no rio Piranhas, desce pelo rio até o marco n.º 1 (de Brejo do Cruz), situado no ponto onde o caminho de tropa dos Luíses corta o referido rio. *Com Brejo do Cruz*, começando no marco n.º 1 (de Brejo do Cruz), situado no lugar onde o caminho de tropa dos Luíses corta o rio Piranhas, desce pelo rio até alcançar o marco n.º 4 (de Brejo do Cruz), situado na fazenda Josué Ribeiro; dêste marco, segue em linha reta até o marco n.º 3 (de Brejo do Cruz), situado no lugar do antigo marco da Pedra d'Água. *Com o Rio Grande do Norte* — (*Município de Serra Negra*), começando no marco n.º 3 (de Brejo do Cruz), situado no lugar do antigo marco da Pedra d'Água, segue pela linha de cumeada que divide Paraíba do Rio Grande do Norte até o marco n.º 2 (de Patos), situado no lugar Ôlho d'Água Branca. *Com Patos*, começando no marco n.º 2 (de Patos), situado no lugar Ôlho d'Água Branca, segue pela linha de cumeada formada pelas serras João Ferreira, do Negro e Mucunã, em segui-

da pela linha de cumeada da Serra do Feijão, Pico do Fernando, Balanço do Logradouro até o marco n.º 1 (de Patos), situado na lagoa do Loreto. *Com Piancó*, começando no marco n.º 1 (de Patos), situado na lagoa do Loreto, segue pela linha de cumeada formada pelas serras Puxu, São Miguel e Melado e em seguida por uma linha reta até o marco n.º 4 (de Piancó), situado no boqueirão do Rancho dos Homens; dêste marco, ainda em linha reta até o marco n.º 3 (de Piancó), situado na lagoa do Curema, continua por outra linha reta até o marco n.º 2 (de Piancó), situado no lugar do antigo marco da Jurema; por outra linha reta vai ao marco n.º 1 (de Piancó), situado no lugar do antigo marco do Caldas; finalmente, segue daí em diante até o marco n.º 9 (de Sousa), situado na fazenda Escurinho.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Malta, começando na foz do riacho Gado Bravo, no riacho Caiçara, sobe por êste riacho até a foz do riacho Várzea de Dentro pelo qual sobe até a foz do riacho São Vicente; sobe por êste até sua nascente na linha de cumeada da serra de São Miguel; dêste ponto, em linha reta até a serra Mata-fome e daí para a serra de São Miguel, nos limites com Piancó. *Distrito da Sede com Piranha*, começando na foz do riacho Gado Bravo, no riacho Caiçara, segue em linha reta até o pico da serra do Moleque. *Distrito da Sede com Nhandu*, começando no pico da serra do Moleque, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada da serra do Comissário, segue por esta linha até os limites municipais com Sousa. *Distrito de Piranha com Nhandu*, começando no pico da serra do Moleque, segue pela sua linha de cumeada até alcançar os limites com Catolé do Rocha. *Distrito de Piranha com Malta*, começando na foz do riacho Caiçara, no riacho Gado Bra-

vo, segue em linha reta até alcançar o pico do Serrote dos Pilões, ainda por outra linha reta até alcançar os limites com o Rio Grande do Norte.

Necessidades locais — Pombal precisa de escolas rurais, de estradas internas que facilitem a comunicação da sede com os distritos; e também da iniciativa dos seus habitantes, no sentido de se aplicarem melhores métodos às suas indústrias. *O meio social* — Excetuando-se a maioria da população rural, a sociedade apresenta certa educação, mantendo grêmios artísticos, recreativos, esportivos, religiosos. *Povoações* — Depois das vilas, conta várias povoações, sendo as mais importantes: Arruda, Condado, Cajazeiras, Canto, Imburaninha, Ipueiras, São João, Talismã, Várzea Comprida e Várzea de Dentro. *Religião* — Constitui o município a freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso, cuja igreja matriz é de recente construção. São capelas filiais: a de Nossa Senhora do Rosário, a igreja mais antiga do alto sertão paraibano; a de Nossa Senhora da Conceição, em Malta; Várzea Comprida e Nhandu, a de São José, em Piranhas. *Rendas Públicas* — Em 1941, a Coletoria Estadual teve a receita de 481:256\$600 e despendeu 242:505\$000. A Coletoria Federal, no exercício de 1942, arrecadou Cr\$ 147 958,60. Para o referido exercício de 1942, a Prefeitura Municipal orçou sua receita em Cr\$ 272 000,00; arrecadou Cr\$ 182 794,60; fixou a despesa em Cr\$ 290 000,00 e efetuou a de Cr\$ 183 140,00. *Repartições Públicas* — Na sede existem: Prefeitura Municipal, o Fórum, Matadouro, Mercado Público, Coletorias Federal e Estadual, Agência Postal-Telegráfica, Posto de Higiene, Grupo Escolar, Estação Ferroviária, Cartório do Registro Civil. *Riquezas naturais* — Se bem que não estejam estudadas, há indícios de possuir o município jazidas de minérios de valor. *Sede* — A sede é a cidade de Pombal, a mais antiga do sertão da Paraíba. Assenta à margem direita do Piancó, em boa si-

tução, distando da Capital para O. 381 quilômetros e 244 de Campina Grande. A comissão Fimenta da Cunha, em 1922, determinou-lhe as seguintes coordenadas: lat. S. 6°-46'-13,19"; long. E. do Rio de Janeiro: 5°-25'-07,80", defronte da matriz. Segundo o Recenseamento de 1940, reúne 748 prédios urbanos, 218 suburbanos, 3 788 rurais e a população: urbana, 3 022 habitantes; suburbana, 803; rural, 18 942. A cidade é bem edificada, tem iluminação elétrica, serviço de transporte de lixo. *Vias de comunicação* — Além da via férrea, ligando-a a Patos, a outros municípios e a Fortaleza, é cortada pela rodovia-tronco do Estado.

Ponta de Campina — Lugarejo à beira-mar pertencente ao distrito de Cabedelo, distando dois quilômetros da parada ferroviária do Poço. Nos tempos da colonização tinha o nome de Almagre e os jesuítas aí fundaram uma missão e edificaram, em boa arquitetura, um templo amplo, dedicado a Nossa Senhora de Nazaré. Ainda em nossos dias, lá estão as ruínas atestando o valor artístico do trabalho, do que foi aquele trecho, hoje propriedade particular.

Ponta de Coqueiros — Povoado de pescadores à margem do Atlântico, pertence ao município da Capital. Está a 7°-25'-30" de lat. S. e 34°-49'15" long. W. Gr.

Ponta de Lucena — Povoado de pescadores à margem esquerda do estuário do Paraíba. Pertence ao município de Santa Rita. Tem uma capela de Nossa Senhora da Conceição. O povoado data do começo do século XVII e o seu nome proveio de um dos primeiros moradores da região, cujo mister era atravessar passageiros de uma a outra margem, numa pequena embarcação. A ponta está a 6°-53'-48" de lat. S. e 34°-54'-05" de long. W. Gr.

Ponta de Matos — Estação balneária e hoje arrabalde da vila de Cabedelo. Tem uma escola pública primária que,

em 1942, matriculou 32 alunos. Nela está a casa de Práticos da Barra do Paraíba. Fronteira a L. lhe fica o farol da Pedra Sêca. Segundo Vital de Oliveira, Ponta de Matos está a 6°-57'-06" de lat. e 34°-52'-45" long. W. Gr.

Pontinha — Pontal baixo, de areia, entre Lucena e Ponta de Lucena.

Ponte Grande — Lugarejo do município de Pilar.

Porcos — Rio pouco volumoso, sub-afluente do Fiancó; despeja no Jenipapo.

— Nome de vários riachos do Estado.

Pôrto Francês — (V. *Pitimbu.*)

Poste Sinal — Povoado do município de Santa Rita; sua escola pública primária, em 1942, matriculou 60 alunos, tendo 37 de freqüência média.

Potiguaras (Voc. ind., talvez formado de *poti-guara*: o comedor de camarões, ou corr. de *petim-guara*: o que come fumo). — Tribo numerosa e aguerrida que habitava da Copaoba ao litoral, a partir da margem esquerda do Paraíba. Foram amigos dos franceses, sustentando luta renhida com os portugueses. Mais tarde se aliaram aos holandeses. Nos povoados, Preguiça ou Montemor, São Francisco e São Miguel, do município de Mamanguape, dêste Estado, ainda existe o tipo potiguar, puro.

Potira (Voc. ind. Nome da personagem principal de um conto escrito por Irineu Jófili, sob o título *Caturité.*) — Povoado do município de Cabaceiras. Teve o nome de Barra de São Miguel, por fim contraído em São Miguel; o Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, deu-lhe os foros de vila. O Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, mudou-lhe o nome para o atual. E' florescente, conta uma capela de São Miguel, Agência Postal-Telefônica e uma escola primária que, em 1942, matriculou 53 alunos, resultando a freqüência média de 42. Foi uma fazenda de criação, propriedade de uns famigerados Tavares

que ali constituíram o primeiro agregado de habitações e traziam o município em sobressalto com as suas constantes tropelias, quase sempre em desafio às autoridades policiais. O povoado era então a cidadela dêsses valentões, que foram por fim extintos em 1878. Um destacamento do 14.º Batalhão de Infantaria, comandado pelo alferes Serafim José da Silva, prendeu o último dêles, o célebre facinora Manuel José Barraca. O Recenseamento de 1940 encontrou na vila: 88 prédios urbanos, 4 suburbanos, 535 rurais e a população: urbana, 263 habitantes; suburbana, 17; rural, 2 675.

Prado — Local do município de Patos. Sua escola pública primária matriculou, em 1942, 40 alunos, tendo a freqüência média de 31.

Prainha — Ilha formada pelo Gargaú ao lançar-se à margem esquerda do Paraíba. Prende-se à do Stuart. E' muito pitoresca com o seu coqueiral e as habitações rústicas de pescadores.

Prata — (V. *Mujiqui.*)

Prazeres — Povoado do município de Pilar. Em 1942, sua escola pública matriculou 43 alunos, tendo a freqüência média de 23.

Preguiça — Antigo engenho do município de Mamanguape; em seus terrenos assenta hoje a Vila de Rio Tinto.

— Nome dado por ironia à vila de Montemor. (V. *Montemor.*)

Princesa Isabel — Município do alto sertão paraibano, nos limites S.O. do Estado. Ocupa 1 775 quilômetros quadrados de área territorial. O Recenseamento de 1940, encontrou no município 32 439 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 3 390 habitantes; suburbanas, 1 933; rurais, 27 116, ocupando 1 005 prédios urbanos, 379 suburbanos e 5 833 rurais. **Açudes** — Disseminados pelo município, se contam uns 40 açudes particulares, todos de pequena capacidade. A Inspeção Federal de Obras

contra as Sêcas construiu o Macapá, com a capacidade de 2 600 000 metros cúbicos. *Administração* — Politicamente é dirigido por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por diversos funcionários permanentes. Comarca de segunda entrância, estão os interesses da Justiça local entregues a um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na sede e subdelegados, nas vilas; o primeiro nomeado pelo Interventor Federal, os demais pelo Secretário da Justiça. Os suplentes para os aludidos cargos são nomeados pelo Chefe de Polícia. *Aspecto físico* — O município assenta na região acidentada da Borborema, salientando-se alguns contrafortes que têm o nome de Bernarda, Cachoeira, Gavião, Pau Ferrado, Poço do Cachorro, Verde. O mais destacado é a serra do Pau Ferrado, que alcança a altitude de 780 metros sobre o nível do mar, distendendo-se 30 quilômetros a O. da sede. *Clima* — Normalmente é saudável a região e o seu clima, especialmente no período das chuvas, de janeiro a junho, é ameno. Entretanto o estado sanitário tem-se alterado algumas vezes pela irrupção violenta de febres de mau caráter, não diagnosticada, reduzindo espantosamente a população. Crença geral é que tal flagelo proveio de localidades vizinhas do Estado de Pernambuco. A partir de 1906 não se registrou mais a invasão de tal epidemia. *Comércio* — Não é desenvolvido. Mantém suas transações comerciais com as praças de Pernambuco, pela facilidade de comunicação, e com a de Campina Grande. *Demografia* — Em 1942, registraram-se em Princesa Isabel, 526 nascimentos, 47 casamentos e 431 óbitos. *Distritos* — Conta o da sede e os de Imoroti, Juru, Manaira e Tavares. *Etnografia* — A população do município, em maioria, descende de cariris, portugueses e brasileiros, estes naturais de Paraíba, Pernambuco e Ceará. *Fauna e flora* — Variada é a fauna do municí-

pio em aves trepadoras, de rapina, pássaros cantores, aves aquáticas e ribeirinhas. Dentre os animais se encontram onças, gatos e porcos silvestres, mocós, tatus, tamanduás, raposas. A fauna fóssil apresenta esqueletos de animais antediluvianos encontrados em escavações feitas nas lagoas. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Princesa Isabel possui os melhores terrenos para a agricultura apesar de esta não ser ali desenvolvida. Também possui excelentes campos para criação de gados. No município funcionam 10 engenhos destinados ao fabrico de rapaduras, 10 instalações para beneficiar algodão e umas 40 pequenas fazendas de criação. *Feiras* — Na sede, nas vilas e nas povoações mais importantes, se realizam, semanalmente, feiras bem concorridas. *Hidrografia* — Nenhum rio importante existe no município. Nascerem porém, aí, vários riachos afluentes do Piancó; de suas lagoas se destacam Perdição e São José. *História* — As sêcas, as epidemias e a política partidária criando ódios, fomentando lutas, têm retardado o desenvolvimento de Princesa Isabel. O local da cidade, conhecido desde princípios do século XVIII, teve o nome de *Perdição*, dado por uns caçadores que, perdendo o rumo a seguir, chegaram àquela lagoa e ali se orientaram. Em 1858, o local da sede ainda era uma fazenda; ali o Padre Francisco Tavares Arcoverde iniciou em 1859, a construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora do Bom Conselho, nome que se estendeu ao nascente povoado. Para realizar seu desejo, utilizou-se o Padre Arcoverde do auxílio dos proprietários da fazenda Perdição, D. Natália do Espírito Santo e seus filhos, o Capitão Joaquim Pereira da Silva, e o Tenente Antônio Carlos da Silva. Concluído o templo, iniciou o referido sacerdote a construção de casas de morada, auxiliado por alguns amigos e por seu irmão Cavalcânti. Muito contribuiu para o progresso da sede o coronel Marcolino Pereira Lima, negociante e fa-

zendeiro abastado, falecido em 1905. Também muito deve a cidade ao Coronel Manuel Rodrigues Florentino que construiu mais de 50 casas residenciais. A circunscrição pertencia à comarca de Piancó, sendo dêste desligada por Lei provincial n.º 596, de 26 de novembro de 1875; a de n.º 597, de igual data, elevou Princesa Isabel à vila e freguesia de Nossa Senhora do Bom Conselho, tomando então o nome de Princesa, em homenagem à Condessa d'Eu. Ambas as leis foram revogadas em 5 de fevereiro de 1879, restaurando a paróquia, e a vila, a Lei n.º 705, de 3 de novembro de 1880, sendo o município instalado em 1882. Em 1883 foi comarca classificada pelo Decreto n.º 76, de 21 de dezembro de 1889. Provida em 1890, suprimida em 1892, restaurada em 1900, suprimida em 1905, passando a termo de Piancó. O Decreto-lei n.º 1.164, de 15 de novembro de 1938, outorgou-lhe os fôros de cidade, restabeleceu-lhe a comarca, e deu-lhe a denominação atual. Em 1930, sob a chefia do Coronel José Pereira, proclamou-se independente, originando-se uma luta armada de efeitos desastrosos para o Estado, epilogando-se com a sequência de mortes de paraibanos, inclusive a do Dr. João Pessoa Cavalcânti de Albuquerque, então Presidente da Paraíba. A respeito da luta armada contra Princesa, tem o Dr. João Lélis de Luna Freire, que acompanhou como repórter, as forças do Estado, um livro a publicar.

Indústria — Pequenas indústrias, incipientes, se mantêm no município. A mais importante é da cultura e beneficiamento do algodão, existindo uma usina na sede. Município que reúne grandes possibilidades na agricultura e na indústria extrativa, aguarda a iniciativa dos seus moradores.

Instrução — No município existe um estabelecimento de educação secundária, uma Escola Normal oficializada, a cargo de religiosos. Funcionam 15 escolas públicas primárias, inclusive um Grupo Escolar, com a docência de 22 professores. Estas escolas,

em 1942, matricularam 706 alunos, tendo 505 de frequência média.

Limites — Os Decretos-leis ns. 1.164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites municipais para Princesa Isabel: — *Com Misericórdia*, começando no marco n.º 5 (de Conceição), situado no Poço do Caboclo, onde se estremam os municípios de Pontais e Conceição, sobe pela vertente até alcançar o marco n.º 1, colocado na linha de cumeada que divide as águas dos riachos Santana e Bruscas; dêste marco, prossegue em linha reta até o marco n.º 2, colocado no sítio Umbuzeiro; por outra linha reta, continua até o marco n.º 3, colocado no sítio Macacos; ainda prossegue em linha reta até o marco n.º 4, situado no sítio Canoa, finalmente, segue dêste marco em linha reta até o marco n.º 5, colocado no Poço da Lavadeira, à margem do riacho Bruscas; dêste marco, sobe pela vertente até alcançar a linha de cumeada da serra do Entre Monte; prossegue por ela até alcançar o marco n.º 6, situado no boqueirão do Apertado da Urtiga, no rio Gravatá, onde se estremam Pontais e Piancó.

Com Piancó, começando no marco n.º 6, situado no boqueirão do Apertado da Urtiga, no rio Gravatá, sobe pela vertente até alcançar o divisor de águas da serra José Gomes; prossegue por êle até alcançar o marco n.º 7, situado no Poço da Canoa, no rio do Frade; dêste marco continua em linha reta até o marco n.º 8, colocado no Poço da Pitombeira; dêste marco prossegue em linha reta até alcançar o pico da serra da Corda, prossegue pela linha de cumeada desta e da serra do Pinga, desce pela vertente, atravessa o rio Mosquito, na Cachoeira dos Cavalos e segue pelo divisor de águas da serra do Vento até alcançar a foz do riacho Santa Maria no rio Condado.

Com Teixeira, começando na foz do riacho Santa Maria, no rio Condado, segue em linha reta até alcançar a cumeada da serra da Pal-

meira; prossegue por ela até o lugar Mereco; dêste ponto, segue em linha retá até o marco n.º 10 (de Teixeira), localizado entre as propriedades Glória e Cachoeira, nos limites com Pernambuco. *Com Pernambuco — (Municípios de Afogados de Ingazeira, Flores, Triunfo e Vila Bela)*, começando no marco n.º 10 (de Teixeira), situado entre as propriedades Glória e Cachoeira, segue pelo divisor de águas da serra da Baixa Verde, que toma os nomes de serra da Colônia e da Bernarda até alcançar o marco n.º 9 (de Conceição), situado no contraforte conhecido por serra do Padre. *Com Conceição*, começando no marco n.º 9 (de Conceição), situado na linha de cumeada da serra do Padre, segue por ela e em seguida pela da serra do Tamanduá; desce pela vertente, corta o riacho Grande e segue até o marco n.º 8 (de Conceição), dêste marco prossegue em linha reta até o marco n.º 7 (de Conceição), situado na fazenda Caracol; ainda prossegue até o marco n.º 6 (de Conceição), colocado na fazenda Poços; finalmente segue dêste até o marco n.º 5 (de Conceição), situado no Poço do Caboclo, à margem do riacho Santana, nos limites com Pontais.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Tavares, começando na interseção da estrada de rodagem Princesa Isabel-Tavares, com o caminho carroçável de Afogados de Ingazeira, prossegue por aquela estrada até o marco n.º 9, colocado à sua margem; dêste marco continua em linha reta até o marco n.º 10, situado no sítio Carneiro, à margem do caminho de tropa de Princesa Isabel a Piancó; daí prossegue por êsse caminho até o marco n.º 7, colocado no Poço da Canoa, à margem do rio do Frade, nos limites com Piancó. *Tavares com Juru*, começando no marco n.º 11, colocado à margem do caminho de tropa de Afogados de Ingazeira, no sítio Cajueiro, segue por êle

até encontrar o marco n.º 12, colocado no sítio Pau-Ferro; dêste marco, prossegue pelo caminho de tropa do sítio Cedro dos Ferreiros até o marco n.º 13, colocado no mesmo sítio; dêste, prossegue em linha reta até encontrar o marco n.º 14, colocado no divisor de águas da serra do Pinga, nos limites com Piancó. *Utinga com Juru*, começando no marco n.º 15, colocado no sítio Bom Jesus, segue em linha reta até o marco n.º 16, situado no sítio Canudos; dêste, prossegue até o marco n.º 17, colocado no sítio Gomes; dêste, ainda em linha reta, segue para o marco n.º 18, situado no sítio Exu de Baixo; ainda prossegue até o marco n.º 19, colocado no sítio Porteiras; dêste, para o marco n.º 20, colocado no sítio Glória; afinal, prossegue dêste para o marco n.º 21, situado no sítio Bola, nos limites com Pernambuco. *Distrito da Sede com Manairá*, começando no Pico do Pau-Ferro, segue por uma linha reta até alcançar o marco n.º 22, colocado no sítio São Bento; dêste marco, prossegue ainda em linha reta até alcançar o ponto onde a estrada carroçável de Princesa Isabel a Manairá atravessa o riacho do Piancózinho; desce por êste riacho até a sua foz no riacho Bruscas; continua descendo por êste até o poço da Lavadeira, nos limites municipais com Misericórdia.

Necessidades locais — Princesa Isabel precisa de estradas internas, facilitando a comunicação entre a sede e os distritos; necessita de rodovias entre a sede e Patos e Campina Grande. Em maioria, os habitantes da região conhecem o Recife e nunca visitaram a capital de seu Estado; tal a dificuldade de transportes. *Povoações* — As mais importantes povoações do município são: Belém, Cachoeira de Minas, Patos, Pelo-Sinal, São José. *Religião* — Constitui o município uma só paróquia, de Nossa Senhora do Bom Conselho, que, além da igreja-matriz, na sede, conta capelas filiais em Belém, Cachoeira de Minas, Tavares.

Rendas públicas — Em 1941 a Coletoria Estadual arrecadou 309:945\$850 e despendeu 210:374\$700. Em 1942, a Coletoria Federal teve a receita de Cr\$ 93 036,00. A Prefeitura Municipal orçou, para o exercício de 1942, sua receita em Cr\$ 205 000,00; arrecadou Cr\$ 145 292,80; fixou a despesa de Cr\$ 257 000,00 e efetuou a de Cr\$ 145 761,20. *Rep partições públicas* — Na sede existem: a Prefeitura, o Fórum, as Coletorias Federal e Estadual, Mercado Público, Agência Postal-Telegráfica, Grupo Escolar, Cartório do Registro Civil. *Riquezas naturais* — Além de uns restos de matas que fornecem boas madeiras de construção e marcenaria, há em Princesa Isabel jazidas de minérios de valor, inclusive ouro. Fica no município grande parte dos filões auríferos de Cachoeira de Minas, das Bruxas. (V. *Geologia*, no artigo *Paraíba*.) Tais jazidas, desde os tempos coloniais, foram conhecidas por flamengos e portugueses. Em 1861, José Jácomo Tasso, na forma do Decreto n.º 2 444, de 27 de agosto de 1859, adquiriu 36 datas na sesmaria de Cachoeira. Foi à Europa e incorporou uma Companhia da qual não se pode afirmar lhe sobejassem capitais. Começou a exploração, sendo suspensa, consoante alegação do interessado, à falta de água, de transporte e segurança individual. Muitos anos depois, sendo governador do Estado o Desembargador José Peregrino de Araújo, um cidadão francês solicitou uma concessão para lavrar ouro em Cachoeira, dizendo ter ali aberto um poço. O Governo ia atender a solicitação, quando os herdeiros de Jácomo Tasso opuseram embargos. Ninguém pensou mais no assunto, mesmo porque os herdeiros continuam no gozo de seus direitos para entrar qualquer iniciativa. *Sede* — A sede é a cidade de Princesa Isabel, a 750 metros de altitude, distando 512 quilômetros da Capital do Estado. A comissão Pimenta da Cunha, em 1922, achou-lhe as se-

guintes coordenadas: lat. S. 7º-44'-16,85" e long. E. do Rio de Janeiro 5º-13'-46,95", defronte da matriz. É bem edificada, iluminada à luz elétrica, tendo numa de suas praças um monumento a Eptácio Pessoa. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 601 prédios urbanos, 84 suburbanos, 2 101 rurais e a população: urbana, 2 059 habitantes; suburbana, 375; rural, 9 735. *Vias de comunicação* — Dispõe de estradas carroçáveis ou maus caminhos para as comunicações internas.

Puxi (Voc. ind.: o parente.) — Nome do local onde outrora safrejava o engenho São Tiago Maior, que ficava à beira de uma lagoa. Aí se localizaram, mais tarde os engenhos Puxi de Cima e Puxi de Baixo, do atual município de Maguari. O engenho São Tiago Maior sofreu, certa noite, no tempo da invasão holandesa, um assalto de potiguaras, do qual somente uma filha do proprietário escapou com vida, sendo pelos índios respeitosamente levada para a fortaleza de Cabedelo.

Puxinanã (Voc. ind. formado de *puxi-a-anã*: parente do ananás, talvez alusão à macambira.) — Villa do município de Campina Grande, categoria adquirida pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. É de fundação recente. Surgiu ao pé da barragem construída pelo governo do Dr. João Suaçuna, com o intuito de abastecer Campina Grande. O esforço resultou inútil pela ausência de potabilidade da água que enche o açude. O povoado, entretanto, cresceu, nele avultando boa edificação, constituindo-se centro comercial. Está bem situada, é aprazível e saudável. Nela funcionam duas aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 101 alunos, alcançando 91 de frequência média. O Recenseamento de 1940 computou-lhe: 251 prédios urbanos, 22 suburbanos, 2 150 rurais e população: urbana: 778 habitantes; suburbana, 92; rural, 9 981.

Q

Quebra — Nome de duas ladeiras de rampa fortíssima: uma ao O. da cidade de Areia; outra, ao N. da cidade de João Pessoa.

Quebra-Pé — Localidade do município de Esperança, onde existe uma escola pública primária que teve 41 matriculados em 1942.

Queimadas — (V. *Tataguaçu*.)

Quipauá (Voc. ind., parece provir de *caa-pauá*: entre nesgas de mato.) — Rio afluente do Seridó; banha a cidade de Sabuji, onde uma barragem o transformou em linda e opulenta reprêsa. É formado por três rios que nascem na Borborema: São Gonçalo, Chafariz e Saco; depois de receber o último é que toma o nome Quipauá. Entra no Rio Grande do Norte, recebendo o nome de Barra Nova, e deságua no Seridó.

Quixaba (Voc. ind.: árvore espinhosa, muito copada, produzindo um fruto comestível. — Povoado do município de Patos, 24 quilômetros a L. da sede. Nêle funciona uma aula pública primária.

Quixudi (Voc. ind.) — (V. *Macacos*.)

R

Raiz — Serra na extremidade oriental da serra da Copaoba, estabelecendo a transição entre a Caatinga e o Brejo. É de bela perspectiva, muito fértil, distendendo-se no município de Caçara. Seu nome derivou-se de uma raiz de propriedades medicinais, muito conhecida e usada no passado, pelos silvícolas e hoje desconhecida.

Rapador — Lugarejo do município de Alagoa Grande, situado nas terras do antigo engenho que lhe deu o nome e hoje está em ruínas.

Raso — Povoado do município de Cabaceiras onde existe uma aula pública

primária que, em 1942, teve 28 matriculados.

Redinha — Povoado do município de Sabuji, nos primeiros declives da serra, à margem da rodovia que liga Sabuji ao Cariri. Sua aula primária, em 1942, teve a matrícula de 22 alunos.

Relvas — Povoado do município de Cabaceiras. Foi 40, o número de alunos matriculados em sua escola pública, no ano de 1942, resultando 22 de frequência média.

Remígio — Antigamente Lagoa do Remígio, nome este substituído pelo atual, pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, que elevou o povoado à categoria de vila. É bem edificada e de aspecto agradável, tendo considerável movimento comercial. Situada na transição do Brejo para o Agreste, torna-se centro de um distrito muito agrícola. O Recenseamento de 1940 encontrou em Remígio: 219 prédios urbanos, 81 suburbanos, 1 927 rurais e a população: urbana, 669 habitantes; suburbana, 220; rural, 8 523. Conta 4 aulas públicas primárias que, em 1942, tiveram 161 matriculados, com a frequência média de 98. Na vila existem Açougue e Mercado Público, Agência Postal-Telefônica e uma Capela. O distrito exporta cereais, farinha de mandioca, fumo e algodão. Dista, a vila, 13 quilômetros da sede do município, 142 da Capital e 31 da estação ferroviária de Alagoa Grande. *História* — Por sua proximidade a cinco lagoas, teve o local, a princípio, o nome de Lagoas. Foi primeiro desbravador do terreno, Luís Barbosa da Silva Freire, que permutou por esta uma data de terras, denominada Barro Branco, do Rio Grande do Norte, com a singularidade de servirem de documentos, substituindo escrituras, fios das barbas, trocados entre os dois proprietários. Tempos depois. Remígio, genro de Luís Barbosa, iniciava a povoação próxima de uma das lagoas e daí o nome Lagoa do Remígio. As outras tiveram os nomes de Lagoa do Frei-

tas, do Jenipapo, do Mato, etc., e são hoje reduzidos agregados de casas.

Restinga — Ilha no estuário do Paraíba, defronte de Cabedelo, tendo uns 6 000 metros de comprimento por uns 300 na maior largura. Está fronteira à barra, sendo excelente ponto estratégico. Em 1579 nela estabeleceu João Tavares um fortim que logo abandonou, tangido pelo desamparo em que o deixaram as autoridades de Olinda. Formou depois o vértice do triângulo de fortificações contra os batavos, sendo o primeiro a cair em poder destes, a 6 de dezembro de 1634. Fôra esta ilha doada por sesmaria assinada pelo capitão-mor da Paraíba, Feliciano Coelho de Carvalho, em 16 de maio de 1595, a favor de Isabel Caldeira, viúva de Manuel de Azevedo, que, anos antes, fundara no local um fortim e uma camboa para colher peixes, daí resultando o primitivo nome — ilha da Camboa. Ali os potiguaras o atacaram e o mataram, bem como a seu filho Manuel Homem de Melo, casado com uma filha de sua madrastra Isabel Caldeira. Esta vendeu a ilha aos frades de São Bento, tomando a ilha este nome, não obstante terem-na os frades apelidado Conceição. Após a Independência, o Governo Geral a comprou por cinco contos de réis em apólices da dívida pública e nela montou um lazareto, que se arruinou. Possuía a ilha densa mata com excelentes espécies para construção e marcenaria, mas, devido ao largo período de abandono, sofreu lastimável devastação. Atualmente, grande parte da ilha está aforada a um particular que ali desenvolveu grande plantio de coqueiros.

Retiro — Agregado de habitações à margem do riacho Retiro, do município de Conceição.

— Povoação do município de Mamanguape.

Riachão — Rio que limita os municípios de Alagoa Nova e Areia. E' afluente do Mamanguape.

— Lugarejo do município de Ingá; tem uma capela de São Sebastião.

— Povoado do município de Araruna. E' promissor, efetua boa feira semanal; tem uma capela de São Gonçalo e uma aula pública que matriculou, em 1942, 63 alunos, resultando 44 de frequência média. Dista da sede para L. 8 quilômetros.

— Rio de pequeno curso do município de Conceição.

— Povoado do município de Alagoa Grande. E' promissor. Em 1942, sua escola pública primária matriculou 76 alunos, tendo 54 de frequência média.

Riachão do Bacamarte — Povoado do município do Ingá. Sua aula pública, em 1942, teve 92 matriculados e 54 de frequência média.

Riacho — Povoado do município de Cabaceiras. A matrícula em sua aula pública primária, em 1942, foi de 41 alunos, a frequência média, 28.

Riacho da Cruz — Povoado do município de Umbuzeiro, cuja aula pública primária teve 36 matriculados e a frequência de 28, em 1942.

Riacho Fundo — Lugarejo do município de Sabujá.

Riacho da Serra — Povoado do município de Sabujá. Tem aula pública primária, com a matrícula de 17 alunos em 1942.

Riacho das Moças — Lugarejo em zona agrícola do município de Teixeira, cortado pelo riacho que dá nome à localidade. E' tradicional que nos tempos da colonização os índios ali residentes saltaram uma fazenda na ribeira de Pinharas e raptaram três moças que levaram para sua taba. Tempos depois dada a pacificação, os seus parentes as encontraram, porém se recusaram a voltar para a casa paterna. Daí a de denominação de Riacho das Moças.

Riacho do Meio — Povoado do município de Cabaceiras. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 14 alunos.

Riacho do Poço — Povoação do município de Sapé. Nela funciona uma escola que, em 1942, matriculou 46 alunos, tendo 30 de frequência.

Riacho dos Cavalos — Povoado do município de Catolé do Rocha, nas imediações do açude construído pela Inspetoria Federal das Obras contra as Secas, tendo 17 700 000 metros cúbicos de capacidade, aproveitando as águas do riacho de que a localidade adotou o nome, aliás derivado da circunstância de ter ali existido um poço, onde os cavalos da região bebiam. O Governo Federal doou o açude ao Estado. Este ali fundou, em 1943, uma fazenda experimental de criação. O Decreto n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, elevou o povoado à vila e distrito de paz.

Riacho da Sogra — Povoado do município de Guarabira.

Riacho Fundo — Lugarejo do município de Sabujá.

Ribeira — Povoado do município de Santa Rita, situado na foz do Gargaú. No local funciona uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 75 alunos, tendo a frequência média de 43. Sua população se ocupa na pesca e na agricultura.

Rio Direito — Povoado do município de Cabaceiras. Sua aula pública primária matriculou 51 alunos em 1942, tendo 32 de frequência média.

Rio do Meio — Afluente do Paraíba. (V. *Paraíba*.)

— Afluente do Sanhauá. (V. *Sanhauá*.) A sua margem está o povoado do mesmo nome. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 78 alunos, registrando 50 de frequência média. No distrito estão o leprosário ou Colônia Getúlio Vargas e o Preventório, este fundação par-

ticular, aquêle criação do Estado. Outrora as águas do riacho acionavam o desaparecido engenho Barreiros.

Rio Pitomba — Povoado do município de Caiçara; tem aula pública primária que matriculou 63 alunos, em 1942.

Rio Prêto — Povoado do município de Caiçara. Sua escola pública, matriculou 54 alunos em 1942.

Rio Sêco ou São José do Rio Sêco — Povoado do município de Sapé, um quilômetro afastado da rodovia Mamanguape-Sapé. Tem uma capela de São José.

Rio Tinto — Populosa vila do município de Mamanguape. De vila operária está se transformando em grande núcleo de habitações. O Recenseamento de 1940, computou-lhe: 1 974 prédios urbanos, 283 suburbanos, 1 231 rurais; e a população, urbana, 13 236 habitantes; suburbana, 1 234; rural, 5 834. A vila é formada por 18 ruas, 3 praças e várias travessas. Dista 6 quilômetros da sede do município. Tem serviço de abastecimento de água e se comunica, diariamente, com Mamanguape e a Capital, por intermédio de um regular serviço de auto-ônibus. Conta estabelecimentos comerciais importantes, casas de diversões, e um cais no porto Gonzaga, na confluência dos rios Vermelho e Mamanguape, ficando a vila entre ambos. Rio Tinto tem uma capela de Santa Rita e pertencia à freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres, transferida para a de São Pedro e São Paulo. A prosperidade da vila deriva da grande fábrica de tecidos que ali funciona com 2 096 teares, 36 500 fusos, 600 funcionários da administração e 6 900 operários. Na vila se localiza a Coletoria Federal de Mamanguape. Rio Tinto, cujo nome se deriva das águas do rio Vermelho, assenta nas terras do desaparecido engenho Preguiça. O local era paludoso, mas os irmãos Lundgren, proprietários da fábrica, sanearam o terreno, drenando-o, ater-

rando-o, inaugurando a indústria ali, a menos de duas décadas, atraindo para as imediações todo o comércio da cidade de Mamanguape que, fatalmente terá de ceder a Rio Tinto a supremacia da direção municipal, a menos que se entibie a prosperidade da fábrica. A vila conta dez aulas públicas primárias, algumas mantidas pela fábrica. A matrícula em tais educandários, em 1942, foi de 914 alunos, com a frequência média de 617. A fábrica mantém um cinema e uma banda musical.

Rio Verde — Povoado do município de Teixeira. Sua escola primária, em 1942, matriculou 44 alunos, tendo a frequência média de 29.

Rodeador — Povoado do município de Tabaiana. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 44 alunos, tendo a média de 25, na frequência.

Roma — Povoado do município de Bananeiras; sua escola pública, em 1942, teve 47 matriculados e 25 de frequência média.

Roncador — Riacho e povoação do município de Serraria. Existe na povoação uma escola primária que teve 28 matriculados em 1942.

Rua Nova — Florescente povoação do município de Caçara. É centro de zona agrícola, produtora de cereais, algodão e cana-de-açúcar. Sua escola pública primária, teve, em 1942, a matrícula de 52 alunos.

S

Saboeiro — Povoado do município de Serraria. Tem aula pública primária, com a matrícula, em 1942, de 62 alunos e frequência média de 39.

Sabui (Voc. ind. talvez derivado de *eça-ponji*: olho d'água rumoroso.) — Rio cujo nome se estende à região que banha, parte no Rio Grande do Norte e parte na Paraíba. Nasce neste Estado,

na serra do Convento, 18 quilômetros, aproximadamente, da vila de São Mamede, corta o município de Sul a Norte, entra no Estado do Rio Grande do Norte e deságua no Seridó. Na Paraíba tem como tributários os riachos Gatos, Iaú, Monte, Papagaio, Pau-Leite, Queimadas, Riacho do Meio, Serra Branca e Várzea Alegre.

— Nome atual do município paraibano Santa Luzia do Sabui, mudado pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Está no alto sertão do Estado, ocupando a área territorial de 1 462 quilômetros quadrados, contando, segundo o Recenseamento de 1940, a população de 22 193 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 3 400; suburbanas, 339; rurais, 18 454, ocupando 1 037 prédios urbanos, 87 suburbanos e 3 886 rurais. **Agudes** — Conta o município algumas dezenas de agudes de pequena capacidade e particulares; o mais importante é o Santa Luzia, ao pé da cidade, construído pela Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, com a capacidade de 7 700 000 metros cúbicos. Do lado oposto está o Ibiapina, com a capacidade de 7 100 000 metros cúbicos. O mais importante agude particular do município é o Albino, tendo 1 886 400 metros cúbicos de capacidade. **Administração** — É, politicamente, dirigido por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por 22 funcionários permanentes. Comarca de primeira entrância, um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar, têm a seu cargo os interesses da Justiça local. A ordem, a segurança pública, competem a um delegado de Polícia, na sede, e subdelegados nas vilas. O primeiro nomeado pelo Interventor Federal; os demais, pelo Secretário da Justiça. Das atribuições do Chefe de Polícia é a nomeação dos suplentes para os cargos referidos. **Aspecto físico** — Muito irregular o solo do município: ora se revela montanhoso, ora extensos baixios e avarzeados, ora tabuleiros típicos do sertão.

A Borborema e vários contrafortes atravessam o município de Norte a Sul. *Assistência social* — Conta apenas um Posto de Higiene Municipal e a beneficência de algumas sociedades religiosas. *Clima* — O município é quente e seco, mas, de ordinário, salubre. Nas regiões baixas, tabuleiros e várzeas, a temperatura desce a 23° C à sombra e sobe a 34°; na região serrana, é de 18° a temperatura mínima e de 28° a máxima. *Comércio* — Sabuji tem comércio movimentado e de certo volume, mantendo relações comerciais com as praças de João Pessoa, Recife, Campina Grande e Natal. *Curiosidades* — No lugar Poço de Pedra, nas serras Cabaço, Cedro, Saco e São Domingos, existem verdadeiros abrigos de pedra e várias inscrições rupestres. É notável a *Viola*, desenho estranho à mão do homem, salientando, na superfície pétrea, a configuração nítida de uma viola com quatro cordas. Também desperta atenção dos estudiosos o grande sulco da serra da Bocaina, formado numa rocha de granito de grande extensão e volume. *Demografia* — Em 1942 registraram-se no município 227 nascimentos, 42 casamentos e 426 óbitos. A delinquência constou de 2 contravenções e 35 crimes, sendo 1 de homicídio. *Etnografia* — Os antepassados da atual população de Sabuji foram portugueses, brasileiros e índios cariris, sendo nula a contribuição do elemento negro. *Fauna e Flora* — Reduzidas têm sido a flora e a fauna do município. Várias espécies florestais como freijó, cedro, ibiraúna, cumaru, jatobá, bálsamo, foram extintas, bem como: da fauna, a onça pintada ou mosqueada, os macacos, o tatu verdadeiro, o jacu, a arara, o tucano, a ema. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Pela maioria dos habitantes do município, são praticados, ainda por métodos antiquados, a agricultura e o pastoreio. Da primeira, o mais notável é o cultivo do algodão, produzindo o célebre mocó. Conta o município 1 594 propriedades rurais, cadastradas, e os seus re-

banhos, em 1942, não obstante a seca iniciada no ano anterior, somavam 6 000 bovinos, 1 000 eqüinos, 1 200 asininos, 800 muares, 1 200 lanígeros, 1 100 caprinos e 10 000 aves. *Feiras* — Na sede, nas vilas e povoações de certo trato, realizam-se, semanalmente, feiras animadas. *Hidrografia* — O sistema hidrográfico do município pertence aos rios Quipauá e Sabuji (V. *Quipauá* e *Sabuji*), ambos afluentes do Seridó. As lagoas principais: João Alves, Santo Antônio, São Domingos, Serrote, Picotes, Tamanduá; tôdas, porém, secam no verão. *História* — No princípio do século XVIII, começaram as fundações de fazendas de criar na região que, mais tarde, constituiu o município de Sabuji. Dentre os primeiros habitantes civilizados, nomeia-se o português Geraldo Ferreira Neves, a quem depois veio juntar-se seu sobrinho de igual nome, natural de Mamanguape, da Capitania da Paraíba, e filho do português Pedro Ferreira Neves, conhecido por Pedro Velho. Morrendo o tio, ficou Geraldo de posse das terras. Com outras sesmarias que obteve, tornou-se opulento. Em 1773, destinando no lugar São Domingos meia légua de terras para patrimônio, erigiu a igreja de Santa Luzia, templo substituído no século seguinte pelo da atual Matriz. Em torno da igreja primitiva, começou o povoado, por longos anos, pertencente à jurisdição de Patos. Em 6 de outubro de 1857, por Lei provincial n.º 14, foi criada a paróquia e a Lei n.º 410, de 24 de novembro de 1871 deu-lhe a categoria de vila, instalada em 27 de junho de 1872. Por largo tempo, foi termo de Patos. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938 deu-lhe fôros de cidade, constituindo-o sede de comarca de primeira entrância. *Homens notáveis* — Nasceram no município: Alcindo de Medeiros Leite, bacharel de Direito, autor do livro *Santa Luzia e sua evolução*; Francisco Seráfico da Nóbrega, advogado e político; Abdon Nóbrega, Francisco Antônio da Nóbrega e Manuel Alexandre de Araújo

Guerra, políticos; Padre Jovino da Costa Machado. Não esquece Sabuji o nome do construtor Francisco Brandão Cavalcânti, que muito contribuiu para a prosperidade e aformoseamento da sede.

Indústria — A parte pequenas indústrias de artefatos de couro, existem no município uma usina, na cidade, e 10 instalações destinadas ao beneficiamento do algodão. A exportação do município, em 1942, constou de 1 956 911 kg de algodão, 141 125 kg de scheelita, 304 500 kg de bauxita, 416 688 kg de fluorita, 2 322 kg de berilo, 1 215 kg de colômbita e 500 toneladas de batatas doces. *Instrução* — Conta uma escola normal agrícola, de fundação recente e o ensino primário distribui-se por 14 aulas públicas, o Grupo Escolar Coelho Lisboa, todos sob a docência de 19 professores. A matrícula, nas escolas primárias, em 1942, somou 764 alunos, resultando 460 de frequência média. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites municipais para Sabuji: — *Com Patos*, começando no marco n.º 7, de Patos, situado no lugar Muquém, na linha de cumeada da serra da Cajazeira, prossegue por ela e pela das serras da Batalha e da Boneca até alcançar os serrotes Pinhão e Branco; prossegue ainda por ela até o marco n.º 2, situado na serra Ôlho d'Água, deste marco em linha reta até o marco n.º 1, situado nas proximidades da fazenda Ôlho d'Água dos Anísios, à margem do riacho que passa na referida propriedade; deste marco, em linha reta, até o marco n.º 6 (de Patos), situado no lugar Malhada da Umburana, na linha de cumeada da Serra das Melâncias, prossegue por ela até o marco n.º 5 (de Patos), situado no lugar Balanço. *Com o Rio Grande do Norte* — (*Municípios de Serra Negra, Caicó e Jardim do Seridó*), começando no marco n.º 5 (de Patos), situado na Pedra Vermelha,

no lugar Balanço, da serra das Melâncias, prossegue pela linha de cumeada desta serra e, em seguida, pelas do serrote da Lapa, serras do Poção e dos Picos ou Formosa, das Quintas e da Carneira, onde se estrema com Ibiapinópolis. *Com Ibiapinópolis*, começando na linha de cumeada da serra da Carneira, nascente do último córrego afluente pela margem direita do riacho Catolé, desce por ele até a sua foz neste último riacho; daí, em linha reta, até o marco n.º 1, de Ibiapinópolis, situado na linha de cumeada da serra de Samambaia, na sua extremidade norte; segue por essa linha de cumeada até o marco n.º 7 (de Patos), situado na linha de cumeada da serra da Cajazeira, no lugar Muquém.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Caapoá, começando na linha de cumeada do contraforte que separa as águas do riacho do Serrote do riacho Santo Antônio, segue por ela até a serra das Cabaças, pela qual prossegue e em seguida por uma linha reta até o marco n.º 3, situado na estrada de rodagem Campina Grande-Sabuji; prossegue por essa estrada até o marco n.º 4; daí, por uma linha reta, até o marco n.º 5, situado na linha de cumeada da serra dos Quintos. *Distrito da Sede com Sabujirana*, começando no ponto onde o riacho Quipauá corta os limites da Paraíba com o Rio Grande do Norte, sobe por esse riacho até o marco n.º 6, situado na fazenda Zumbi; deste marco em linha reta até o marco n.º 7, situado na Fazenda Navio; finalmente, em linha reta para o marco n.º 8, situado à margem do caminho de tropa Sabuji-São Mamede, na garganta da serra dos Velhacos. *Distrito da Sede com São Mamede*, começando no marco n.º 8, situado à margem do caminho de tropa Sabuji-São Mamede, na garganta da serra dos Velhacos, segue pela sua linha de cumeada e em seguida, por uma linha reta até o pico do Iaiú; deste pico,

prossegue pela linha de cumeada do contraforte da serra da Batalha, até atingir a desta serra, na fazenda Bananeiras. *Distrito de São Mamede com Sabujirana*, começando no marco n.º 8, situado à margem do caminho de tropa Sabuji-São Mamede, na garganta da serra dos Velhacos, segue pela linha de cumeada dessa serra até alcançar a da serra da Mandioca; daí, prossegue pela linha de cumeada que divide as águas do rio Sabuji com o das Várzeas, até o serrote da Lapa, nos limites com o Rio Grande do Norte.

Necessidades locais — Ao município faltam estradas internas; precisa de uma rodovia ligando-o a Patos, de diversas pontes, inclusive uma que deve vingar o Quipauá, ao pé da cidade. Seria utilíssima uma rodovia, ligando a sede aos municípios rio-grandenses do Norte, São João e Serra Negra, enfim servindo a grande parte da zona do Seridó. *O meio social* — A sede do município, conta uma sociedade educada que mantém grêmios artísticos, recreativos, esportivos e centros religiosos de beneficência. *Patrimônio municipal* — Em 1942, o patrimônio municipal somava Cr\$ 368 931,60. *Povoações* — As povoações mais importantes, depois das vilas, são: Junco, Picotes e Redinha. *Religião* — O município forma uma só freguesia de Santa Luzia, pertencente ao Bispado de Cajazeiras. São capelas filiais: São Miguel e São Sebastião, na sede; São Mamede, na vila deste nome; bem como as capelas de Sabujirana, Caapoã, Junco, Picotes, Redinha e São José. *Rendas públicas* — Em 1941, a Coletoria Estadual teve a receita de 424:872\$200 e a despesa de 164:189\$700. Em 1942, a Coletoria Federal arrecadou Cr\$ 75 257,90. Também para o último exercício referido, a Prefeitura Municipal orçou sua receita em Cr\$ 165 000,00; arrecadou Cr\$ 148 702,40; fixou a despesa em.... Cr\$ 165 000,00 e efetuou a de Cr\$ 149 655,40. *Repartições públicas* —

A Prefeitura Municipal, o Fórum, Agência Postal-Telegráfica, Mercado Público, Grupo Escolar, Coletorias Estadual e Federal, Cartório do Registro Civil, Usina Municipal de Luz Elétrica. *Riquezas naturais* — Conta o município, em exploração, jazidas de scheelita, fluorita, barita, berilo, colombita, apatita, amianto, cassiterita, bismuto, citrina, cristal de rocha, platina... A mineração, neste período de seca, tem amparado centenas de famílias, fornecendo trabalho e a conseqüente manutenção. *Sede* — A sede é a cidade de Sabuji, aprazível, bem edificada, tendo dois grandes açudes para abastecê-la. Está a 12 quilômetros da fralda ocidental da Borborema; a 299 metros acima do nível do mar, distando 50 quilômetros de Patos, 140 de Campina Grande e 250 da Capital. A municipalidade mantém uma biblioteca pública e a Filarmônica 23 de Maio, lembrando o dia natalício de Eptácio Pessoa. Um Posto de Higiene e um serviço de remoção de lixo são realizações municipais. Em 1924 o então prefeito Silvino Cabral da Nóbrega, em cooperação com o engenheiro pernambucano Brandão Cavalcânti, iluminou a cidade à luz elétrica, sendo a primeira, do alto sertão paraibano, que teve tal benefício. Conta bem construída igreja-matriz, um cinema e 22 bons estabelecimentos comerciais. A Comissão Pimenta da Cunha, em 1922, determinou-lhe as seguintes coordenadas: lat. S. 6º-52'-17,78" e long. E. do Rio de Janeiro: 6º-17'-52,50", em frente da matriz. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 568 prédios urbanos, 48 suburbanos, 1 514 rurais e a população: urbana, 1 817 habitantes; suburbana, 209; rural, 6 954. *Vias de comunicação* — Conta o município uma rodovia ligando a sede à Campina Grande e várias estradas carroçáveis internas.

Sabujirana — Povoação do município de Sabuji, à margem do rio Várzea, nome primitivo do burgo, mudado para o atual pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15

de novembro de 1938, sendo pelo mesmo decreto elevado à categoria de vila. Foi fundada em 1926 por Antônio Hugolino da Costa, Manuel Galvão de Figueiredo, Manuel Dantas de Medeiros, Anísio Marinho da Silva e Francisco Pergentino de Araújo. É servida por Agência Postal, Pósto Fiscal do Estado e uma capela de São Francisco, doando Manuel Galvão de Figueiredo o necessário patrimônio. As segundas-feiras, realiza feira muito movimentada. Sua aula pública, em 1942, matriculou 60 alunos. O Recenseamento de 1940 contou-lhe 55 prédios urbanos, 9 suburbanos, 415 rurais e a população: urbana, 151 habitantes; suburbana, 22; rural, 2 000.

Sacramento — Povoado do município de São João do Cariri, cuja aula pública primária teve 31 matriculados, em 1942, com a frequência média de 22.

Salamandra — Povoado do município de Pombal. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 48 alunos.

Salão — Povoado do município de Teixeira a meia encosta da serra. Nêle funciona uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 25 alunos, tendo 23 de frequência média.

Salama (Voc. ind., parece corr. de *eca-nema*: olhos pequenos. É nome de uma espécie de peixe.) — Povoação do município de Mamanguape, à margem esquerda do rio deste nome. Foi outrora o pórtico principal de importação e exportação do município, ficando a dois quilômetros da cidade de Mamanguape. Hoje está obstruído. Há na povoação uma capela de Nossa Senhora da Conceição e uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 66 alunos, tendo 43 de frequência média.

Salgadinho — Povoação do município de Patos, 70 quilômetros L. da sede, margem da rodovia central do Estado. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 46 alunos, tendo a frequência média de 30.

— Lugarejo do município de Umbuzeiro.

Salgado — Rio de pequeno curso do município de Areia.

— Rio do município de Sousa, afluente do Piranhas.

— Vila do município de Tabaiana. (V. *Aburá*.)

Samambaia (Voc. ind., parece formar-se de *gam-abaia*: pêlos que prendem.)

— Lugarejo do município de Cabaceiras. Tem uma capela.

Sanhauá (Voc. ind., nome de uma espécie de peixe.) — Rio afluente da margem direita do Paraíba, banhando a fralda ocidental da colina onde assenta a cidade de João Pessoa e forma a bacia ou pórtico de João Pessoa ou Varadouro. É alimentado por diversos rios e riachos, sendo os principais: o do Meio e o Marés, que nascem no município de Santa Rita. Do surgidouro para as nascentes, é navegável por pequenos barcos até onde chega a influência das marés. Sobre o rio se distende uma ponte ligando a cidade ao subúrbio Barreiras e à rodovia-tronco do Estado. A bacia do Sanhauá constitui o pórtico da Capital. (V. *João Pessoa*.)

Santa Catarina — Nome da fortaleza, hoje em ruínas, construída no cabedelo da foz do Paraíba, à margem direita. Começou por um fortim, construído nos primeiros dias da edificação da cidade metrópole da Capitania, em novembro de 1585. Foi algumas vezes arrasado e diversas vezes reconstruído. Os holandeses o transformaram numa fortaleza, denominando-a Margareth. Expulsos os batavos, voltou a sua antiga denominação. Era um monumento de patriotismo e bravura, repelindo assaltos de índios, de piratas, e das investidas dos holandeses. Nos primeiros dias do Império foi reconstruída e, como trabalho de arte militar, era considerada obra-prima de arquitetura. Depois ficou em abandono, entrando em ruínas. O governo da Re-

pública retirou-lhe os canhões de bronze e está condenada a arrasamento para ampliar-se o pórtio de Cabedelo.

— Nome de uma das grandes serras do Estado, ramificação da Borborema. Atravessa os municípios de Piancó, Sousa, Cajazeiras, atingindo Jatobá. E' muito agrícola e tem três boqueirões. (V. *Boqueirões*.) Em Piancó toma o nome de Serra do Melado.

Santa Celina — Povoado do município de Cuité. Conta uma capela e uma escola publica primaria que, em 1942, teve 33 matriculados e a média de 29.

Santa Cruz — Promissora povoação do município de Sousa. Conta uma capela e três aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 103 alunos, com a frequência média de 74.

Santa Emília — Povoado do município de Sousa, ao lado do açude que lhe dá o nome, derivado da fazenda, cujo proprietário, Dr. Antônio Mariz, o construiu. A barragem tem 528 854 metros cúbicos de capacidade.

Santa Fé — Localidade do município de Bananeiras, 20 quilômetros a O. da sede e à margem direita de um riacho que separa o referido município do de Serraria. E' uma região pitoresca, muito elevada, e sêca da zona do Curimataú. Ar puro e saudável. Aí fundou o missionário Ibiapina uma casa de Caridade e um colégio para internos e externos, funcionando largos anos, visando especialmente à educação das meninas da região interior da Paraíba. Desapareceu quando deixou de existir o inolvidável benfeitor, cujos restos estão num tóscos mausoléu no cemitério de Santa Fé, ainda hoje abrigo de irmãs de caridade. Celso Mariz, sob o título *Ibiapina*, descreveu a vida do formidável missionário.

— Povoado decadente do município de Jatobá.

Santa Gertrudes — Povoado do município de Patos, 18 quilômetros a N.O. da sede, à margem da rodovia-tronco do

Estado. E' iluminado a luz elétrica. Tem uma usina para beneficiar algodão e uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 44 alunos.

Santa Helena — Povoação do município de Antenor Navarro, possuindo uma escola pública primária que, em 1942 matriculou 40 alunos.

— Povoação e usina do município de Sapé. Suas aulas públicas primárias, em 1942, matricularam 248 alunos, tendo 126 de frequência média.

Santa Inês — Localidade do município de Conceição. E' centro de zona agrícola, produtora de cereais, algodão e cana-de-açúcar.

Santa Lúcia — Povoado do município de Guarabira. Sua escola primária teve 50 matriculados em 1942, e frequência média de 26.

Santa Luzia — Povoado do município de São João do Cariri. Sua escola pública primária, em 1942, recebeu 23 matriculados.

Santa Luzia do Sabuji — (V. *Sabuji*.)

Santa Maria — Vila do município de Conceição. (V. *Ibiara*.)

Santana — Povoado do município de Conceição, tendo uma capela e uma escola pública primária. Esta, em 1942 matriculou 53 alunos, tendo 31 de frequência média.

— Povoado do município de Maguari, no engenho Santana. Tem escola pública primária que, em 1942, registrou 73 matriculados.

— Povoado de São João do Cariri; sua escola primária, em 1942, matriculou 31 alunos.

— Povoado no antigo engenho do município de Santa Rita. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 88 alunos, resultando a frequência média de 54.

Santana do Congo — (V. *Congo*.)

Santana dos Garrotes — (V. *Garrotes*.)

Santa Rita — Município do litoral paraibano, o mais industrial do Estado. Ocupa a área territorial de 902 quilômetros quadrados. O Recenseamento de 1940 encontrou no município 1 168 prédios urbanos, 1 912 suburbanos, 6 176 rurais e a população de 34.398 habitantes, assim distribuídos: Zonas urbanas, 4 225; suburbanas, 8 193; rural, 21 981. *Administração* — Politicamente, é dirigido por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por 28 funcionários permanentes. Comarca de segunda entrância, estão os interesses da Justiça local afetos a um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública é da competência de um delegado de Polícia, na sede; subdelegados, nas vilas. Os primeiros são nomeados pelo Interventor Federal; os outros pelo Secretário do Interior. Cabe ao Chefe de Polícia a nomeação de suplentes para os referidos cargos. *Aspecto físico* — O município assenta quase todo em terrenos planos ora argilosos, como os da Várzea do Paraíba; ora arenosos, como marginais do Atlântico e os tabuleiros. Nos outeiros que limitam os vales, ainda se conservam algumas matas. *Assistência social* — Na sede se encontram algumas sociedades religiosas de assistência aos necessitados. A fábrica de Tecidos Tiberi e a usina São João possuem serviço médico e hospitalar para os seus operários e respectivas famílias. O governo do Estado mantém a defesa contra a lepra um hospital-colônia para os doentes; uma sociedade particular custeia um Preventório para filhos de leprosos. O município e o comércio local mantêm um serviço de assistência aos desvalidos. *Clima* — O clima do município é quente e úmido, mas saudável. Nas faixas costeiras e nos vales dos rios, reinam febres palustres durante a estação das chuvas, de março a agosto. A temperatura não excede de 34° C à sombra nem baixa de 18° C. *Comércio* — Bem considerável é o movimento comercial do município,

principalmente o exportador. Mantém relações comerciais com as praças de João Pessoa, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e outras do Norte do país. *Demografia* — Em 1941 registraram-se no município 389 nascimentos, 82 casamentos e 741 óbitos, destes 23 natimortos. A delinqüência constou de 51 contravenções e 175 crimes, inclusive 8 homicídios. *Distritos* — O município está dividido em três distritos: o da sede, o de Gargaú e o de Lucena. *Etnografia* — Foram potiguaras e tabajaras os primitivos habitantes da região. Dada a conquista, juntou-se o português. Contribuição apreciável trouxe o judeu, fugindo à inquisição portuguesa e entregando-se ao cultivo da cana-de-açúcar. Mais tarde, se reuniu o elemento negro, que integrava a senzala dos engenhos, no século XVIII e parte do XIX. *Fauna e flora* — Muito reduzida está a fauna pela perseguição constante movida pelo homem, principalmente aos animais de caça. O município conta ainda algumas matas que produzem madeiras excelentes para construção e marcenaria. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Na agricultura, fundase, especialmente, a força econômica do município. Entretanto o pastoreio e a piscicultura merecem atenção de um certo número dos seus habitantes. Existem os seguintes engenhos, cuja atividade foi absorvida pelas usinas, mas ainda são excelentes propriedades agrícolas: Alecrim, Canaã, Campelo, Capelinha Carapeba, Engenho do Meio, Engenho Novo, Engenho dos Reis, Gargaú, Jitó, Inhoim, Jaburu, Nossa Senhora do Patrocínio, Mamoaba, Outeiro, Pau d'Arco, Rio Preto, Santo Amaro, Santo André, Santa Isabel, São Bento, Tiberi, Torrinha. Segundo arrolamento feito em princípios de 1942, se contavam no município: 5 200 bovinos, 2 300 eqüinos, 2 400 asininos, 2 000 muares, 1 000 lanígeros, 1 200 caprinos, 3 000 suínos e 28 000 aves. *Feiras* — As principais feiras realizadas aos domingos, na sede, são abundantes e concorridas. *Hidro-*

grafia — O município é regado por um crescido número de rios, riachos, ribeiros, todos permanentes, uns engrossando as águas do Gramame, outros o Paraíba, alguns despejando no Sanhauá e vários no Atlântico. Os mais importantes são: Água Turva, Gramame, Gargaú, Guia, Inhobim, Marés, Melo, Miriri, Mombaba, Monjereba, Muçurê e Tiberi. *História* — A várzea do Paraíba começou a ser povoada logo que os portugueses fundaram a cidade da Filipéia de Nossa Senhora das Neves. Os terrenos do atual município, foram os primeiros conhecidos pelo colonizador. Na região, se deram violentos encontros entre portugueses e potiguaras, tabajaras, auxiliados pelos franceses. Nas margens do Tiberi, foi o chefe tabajara Piragibe batido pelos conquistadores que, partindo de Olinda, demandavam a foz do Paraíba. Em 1587, Martim Leitão fundou em Tiberi o forte São Sebastião e o primeiro engenho de cana de açúcar da Paraíba, destinado a aumentar a fortuna do rei de Portugal. Uma aldeia de tabajaras, localizou-se à sombra da fortificação, sendo esse núcleo, provavelmente, a base da atual sede do município. Quando os holandeses senhorearam a Paraíba, funcionavam dois engenhos em Tiberi, pertencentes a dois irmãos que, segundo a tradição, após contínuas altercações, caíram lutando no rio, perecendo afogados. Santa Rita, se desenvolveu rápida não somente por estar no centro de distrito açucareiro, como por ficar à margem da estrada que ligava a Capital ao sertão. O povoado foi erigido Paróquia, em 20 de fevereiro de 1839, por Lei provincial n.º 2. O Decreto n.º 21, de 14 de junho de 1890, criou-a comarca, classificada pelo Decreto n.º 540, do mesmo mês. Tal categoria perdeu e recuperou algumas vezes até que no governo do Dr. Gratuliano Brito, foi novamente comarca pelo Decreto n.º 591, de 30 de outubro de 1934, sendo

seu primeiro juiz o bacharel Otávio Celso de Novais. Na administração do Dr. João Suaçuna, por Lei estadual n.º 613, de 3 de dezembro de 1924, teve os fôros de cidade. *Indústria* — É Santa Rita o município de maior força industrial do Estado. Além das suas usinas, dos seus engenhos para o fabrico de açúcar, de álcool, de aguardente; além da sua fábrica de tecidos; de sua instalação para o preparo de óleo de baleia; de suas manufaturas de doces e confeitos; de seus viveiros; de suas salinas; conta centenas de aviamentos para o preparo da farinha de mandioca, várias instalações para o benefício do algodão e uma fonte de água mineral — O Caldeirão —, produto que está sendo, vantajosamente, colocado na Paraíba e fora desta (V. *Caldeirão*). Em 1941 exportou o município: 30 000 litros de água mineral, 4 905 sacos de sal de 60 kg; 2 198 000 l de óleo de baleia, 50 000 abacaxis, 4 000 cachos de bananas, 25 000 mangas, 72 toneladas de batatas doces, 33 000 kg de doces de frutas, 8 825 kg de bombons, 600 toneladas de mandioca, 48 000 kg de algodão em caroço, 60 000 côcos, 360 000 toneladas de cana-de-açúcar, 257 273 sacos de 60 kg de açúcar de usinas, 1 076 sacos de açúcar bangüê, 35 385 l de aguardente, 242 946 l de álcool, a que podemos reunir 9 000 000 de m de tecidos da fábrica Tiberi (V. *Tiberi*). Promissora é a extração de látex da mangabeira. *Instrução* — O município conta somente a instrução primária, distribuída por 35 escolas públicas; em 1942, matricularam 2 539 alunos, obtendo 1 563 de frequência média. Na sede funcionam vários cursos particulares, diurnos e noturnos de instrução primária e secundária. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164, de 15 de novembro de 1938, e 520, de 31 de dezembro de 1943, determinaram para Santa Rita os seguintes limites municipais: — *Com Sapé*, começando no marco n.º 1 (de Sapé), situado

no alagadiço denominado Curralinho, segue em linha reta até alcançar a nascente no riacho Pau-Brasil e desce por êle até a sua foz, no rio Miriri. Com *Mamanguape*, começando na foz do riacho Pau-Brasil, no rio Miriri, desce por êste até a sua desembocadura, no Oceano Atlântico. Com o *Oceano Atlântico*, começando na foz do rio Miriri, segue em linha reta até a linha de limites das águas territoriais, e continua por esta linha até defrontar a barra do Paraíba. Com *João Pessoa*, começando na foz do rio Paraíba, no Oceano Atlântico, segue pela margem dêsse rio até a sua confluência com o Sanhauá e por êste até o marco n.º 1, situado à sua margem esquerda (primeira curva); dêste marco, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 2, situado à margem esquerda do referido rio (na segunda curva); dêste marco, sobe pelo dito rio até a foz do rio marés; sobe ainda por êsse rio até a sua nascente e daí, segue em linha reta até alcançar a nascente do riacho Camacho, desce pelo referido riacho até a sua foz, no rio Imbiribeira. Com *Maguari*, começando no ponto onde o caminho de tropa da Imbiribeira corta o rio do mesmo nome, segue pelo referido caminho até o marco n.º 6 (de Maguari); dêste marco, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 5 (de Maguari), situado na propriedade Venâncio do Nascimento, no vale do rio Mumbaba; ainda prossegue em linha reta até o marco n.º 4 (de Maguari), situado à margem do caminho carroçável da estação dos Reis, entre os engenhos Reis e São João; segue por êsse caminho até alcançar a estrada de rodagem João Pessoa-Pilar, pela qual prossegue até a ponte da Batalha, sobre o rio Paraíba; desce por êste até o marco n.º 3 (de Maguari), situado entre as propriedades Pindoba e São José; dêste marco, segue em linha reta até o marco n.º 2 (de Maguari), situado entre as propriedades Nossa Senhora do Patrocínio e Pindoba; ainda

em linha reta, segue até alcançar o marco n.º 1 (de Maguari), situado entre as propriedades São Filipe e Nossa Senhora do Patrocínio; continua ainda em linha reta até o marco n.º 1 (de Sapé), situado no alagadiço denominado Curralinho.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Gargaú, começando na nascente do riacho Pau-Brasil, segue em linha reta até alcançar a estrada do rio; prossegue por ela até cortar o rio Paraíba e por êste até a sua confluência, com o rio Sanhauá. *Distrito de Gargaú com Lucena*, começando no marco n.º 3, situado à margem do rio Miriri, na propriedade Geraldo, segue em linha reta até alcançar a nascente do rio da Guia e desce por êle até a sua foz, no rio Paraíba.

Necessidades locais — O município necessita de estradas com as respectivas obras de arte, facilitando as comunicações da sede com as vilas e povoações situadas à margem do Paraíba e do Atlântico, numa distância de 30 a 50 quilômetros. Necessita de escolas para sua população rural. *Meio social* — Conta o município, especialmente na sede, uma sociedade educada que mantém grêmios literários, recreativos, artísticos, religiosos. Vários periódicos têm sido publicados em Santa Rita e até um excelente Anuário, repleto de informações sobre a vida social, agrícola, literária, artística, industrial, religiosa e econômica do município. *Patrimônio municipal* — Em 1941, o patrimônio municipal somava Cr\$ 234 468,70. *Portos* — Conta o município vários portos de alguma importância nos rios Sanhauá, Guia, Gargaú, Miriri, Paraíba e no Atlântico, sendo o mais amplo, o da enseada de Lucena. *Povoações* — Barreiras, Boa Vista, Costinha, Engenho Central, Fagundes, Forte Velho, Guia, Marés, Ponta de Lucena, Socorro, Tiberi, Várzea Nova, Viração,

além das vilas Lucena, e Gargaú. *Religião* — O município constitui uma só freguesia, de Santa Rita, com igrejas filiais na sede, Barreiras, Capelinha, Fagundes, Forte Velho, Gargaú, Guia, Jitó, Lucena, Mumbaba, Monjereba, Munguengue, Ponta de Lucena, Ribeira, Santana, Santo André, Santo Antônio, São Gonçalo, São João, Santa Rita (usina), Socorro, Tapira, Tiberi e Zumbi. Outrora existiu a freguesia de Nossa Senhora do Livramento, na povoação dêste nome, e atual vila de Gargaú. Decaindo, foi incorporada à freguesia de Santa Rita. *Rendas públicas* — No exercício de 1941, a Coletoria Estadual teve a receita de 434:281\$850 e a despesa de 241:042\$400. A Coletoria Federal, em 1942, arrecadou Cr\$ 1 168 930,30. A Prefeitura, para o exercício de 1942, orçou sua receita em Cr\$ 335 000,00; arrecadou Cr\$ 447 102,40; fixou a despesa de Cr\$ 385 000,00 e efetuou a de Cr\$ 445 504,00. *Riquezas naturais* — Conta o município jazidas de calcário e matas com as melhores essências florestais. Acrescentem-se vastos tabuleiros onde espontâneamente vegeta a mangabeira, cujo látex produz borraça de boa qualidade. *Sede* — A sede do município é a cidade de Santa Rita, assentada à margem direita do Paraíba e cortada pelo Tiberi e pela rodovia-tronco do Estado. A Capital lhe fica a E. numa distância de 12 quilômetros, metade dos quais está pavimentada a paralelepípedos rejuntados a cimento. A edificação é boa, distendendo-se em 9 avenidas, 18 ruas, 10 travessas, 5 praças, algumas ajardinadas; uma destas, com uma herma de João Pessoa e lindo coreto. Conta algumas ruas bem pavimentadas. É servida pela via férrea, regular serviço de auto-ônibus entre a sede e a Capital, salientando-se a obrigatoriedade da parada dos ônibus das linhas de Campina Grande, Guarabira, Sapé, Mamanguape, etc. Na sede funcionam: Agência Postal-Telegráfica, Coletoria Estadual, Coletoria Federal, Prefeitura Municipal, Mercado Público, Matadouro,

Estação de Estrada de Ferro, Grupo Escolar, o Fórum, Serviço de Remoção de Lixo, Usina de Luz Elétrica, Edifício da Viação de Auto-ônibus de Santa Rita, Cinema e 12 escolas públicas primárias. O Recenseamento de 1940, computou-lhe 685 prédios urbanos, 1 912 suburbanos, 3 599 rurais e a população urbana, 2 674 habitantes; suburbana, 8 193; rural, 13 792. *Vias de comunicação* — A sede e uma parte leste do município, são servidas pela rodovia-tronco, pelo Sannhauá, pela via férrea e pelo baixo Paraíba. Para os outros distritos conta apenas caminhos de trânsito penoso. No serviço de transportes de passageiros e mercadorias, havia no município em princípio de 1942: 6 auto-ônibus, 17 automóveis, 2 motocicletas, 55 caminhões e 16 carros de bois.

Santa Rosa — (V. *Barra de Santa Rosa*.)

— Nome de um povoado do município de Serraria. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 23 alunos, alcançando 23 de freqüência média.

— Nome de um rio afluente do Curimataú, em cuja margem está a vila Barra de Santa Rosa.

Santa Teresa — Povoado do município de Brejo do Cruz. Em 1942, sua escola pública matriculou 29 alunos.

Santa Teresinha — Futurosa povoação do município de Patos, 25 quilômetros a O. da sede. Realiza, aos sábados, feira de movimento apreciável. Conta uma capela e uma aula pública; esta, em 1942, matriculou 42 alunos.

— Povoação do município de Brejo do Cruz. Sua escola primária, em 1942, matriculou 36 alunos.

Santo Amaro — Arruado do município de Santa Rita. Conta uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 62 alunos.

Santo André — (V. *Mucuitu*.)

Santo Antônio — Povoado de Ibiapinópolis. (V. *Seridó*.)

— Povoado do município de Sousa; sua escola pública primária, em 1942, matriculou 36 alunos.

— Povoado do município de Cabaceiras. Nêle funciona uma escola pública primária que, em 1942, teve 47 matriculados.

— Povoação do município de Princesa Isabel; em 1942, sua escola primária matriculou 29 alunos.

— Povoado do município de Areia, cuja escola pública primária, em 1942, matriculou 32 alunos.

— Localidade à margem esquerda do estuário do Paraíba, célebre pela resistência do seu fortim, durante a invasão holandesa. Na Paraíba foi a última fortificação a capitular.

— Lugarejo do município de Conceição.

— Rio de pequeno curso do município de Cajazeiras.

São Bento — Futurosa povoação do município de Brejo do Cruz. Tem uma capela, duas aulas públicas primárias; estas, em 1942, tiveram 92 matriculados e 69 de frequência média.

São Boaventura — Povoado do município de Misericórdia, elevado à vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Tem uma capela de Nossa Senhora da Conceição e realiza semanalmente, abundante feira. Em 1942, sua escola pública primária teve 59 matriculados e 34 de frequência média. O Recenseamento de 1940, contou-lhe 157 prédios urbanos, 12 suburbanos, 1 204 rurais e a população: urbana, 436 habitantes; suburbana, 50; rural, 5 820. É distrito agrícola-pastoril.

São Domingos — Nome que os portugueses, na época das primeiras explorações da costa do Brasil, deram ao rio Paraíba do Norte.

São Francisco — Povoado do município de Areia. Sua escola pública primária, teve 56 matriculados, em 1942, e 29 de frequência média.

— Vila do município de Ibiapinópolis. (V. *Olivedos*.)

— Povoado do município de Mamanguape, 10 quilômetros a N.O. de Baía da Traição. Está no vale da lagoa Acajutibiró. No povoado e nas imediações moram uns 1 500 habitantes, em maioria descendentes puros dos potiguaras. Conta uma capela e uma aula pública primária.

São Francisco de Aguiar — (V. *Aguiar*.)

São Geraldo — Povoado do município de Alagoa Nova; conta aula pública primária que, em 1942, matriculou 53 alunos.

São Gonçalo — Barragem do município de Sousa, construída pela Inspetoria Federal de Obras contra as Secas. Tem 44 600 000 metros cúbicos de capacidade. Irriga vasto campo de plantações. Nas proximidades do Açude, ergueu-se futura povoação, tendo duas aulas públicas primárias que em 1942, matricularam 79 alunos. Utilizando-se do assunto referente à construção do reservatório, a escritora sousense, Inês Mariz Meira, publicou um romance: *A Barragem*.

São João — Povoado do município de Pombal, tendo aula pública primária que matriculou 26 alunos em 1942.

— Próspero povoado de Mamanguape. (V. *Itapororoca*.)

— Local na várzea do Paraíba, no município de Santa Rita, à margem do Paraíba e da via férrea. Também é conhecido pelo nome de Engenho Central, em virtude da usina que ali montou a Companhia Açucareira Paraíba-Sergipe. Desaparecendo esta, passou à propriedade particular. Em torno da usina avultou pitoresca povoação de operários, funcionários da usina, agricultores, etc., que contam com assistência médica e hospitalar do estabelecimento,

sociedades esportivas, escolas primárias gratuitas. A fábrica e o povoado assentam nos terrenos do engenho São João Batista que, antes da invasão holandesa, pertencia ao colono português Accioli de Vasconcelos.

São João do Cariri — Município sobre o planalto da Borborema, nos limites S.O. do Estado, ocupando a área territorial de 2 454 quilômetros quadrados. Segundo o Recenseamento de 1940, conta 30 789 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 2 690; suburbanas, 542; rurais, 27 507, ocupando 1 028 prédios urbanos, 164 suburbanos e 5 758 rurais. **Açudes** — Conta algumas dezenas de açudes, quase todos particulares e de reduzida capacidade. **Administração** — Politicamente, é dirigido por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por funcionários permanentes. Sendo comarca de segunda entrância, são os interesses da Justiça local da alçada de um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na sede e subdelegados nas vilas; os primeiros de nomeação da Interventoria; os outros do Secretário do Interior e Justiça. O Chefe de Polícia do Estado escolhe os suplentes para os referidos cargos. **Aspecto físico** — O município assenta no platô da Borborema, na zona das bromélias, cactáceas e cardos, numa altitude de 450 a 500 metros. As suas principais serras, todas pertencentes à Borborema, são: Alagoa de Roça, Algodão, Barriguda, Coroa Branca, Jacarará, Juaz e Serra Branca. **Clima** — É quente e seco, não baixando a temperatura a menos de 20° C, subindo até 34° C à sombra. É um dos municípios que têm experimentado três e quatro anos consecutivos de estiagem, mas, pelo menos à noite, os alísios lhe modificam o calor. **Comércio** — Tem comércio regular, principalmente nas vilas, mantendo suas transações com as praças de Campina Grande e João Pessoa. **Demografia**

— Em 1941 registraram-se no município 325 nascimentos, 65 casamentos, 444 óbitos. **Distritos** — São João do Cariri é dividido nos seguintes distritos de Paz: Aredicó, Caraibeira, Congo, Cochichola, Gurjão, Itamorotinga, Mucuitu, Parari, a Sede e Sucuru. **Etnografia** — De remanescentes de Cariri, de colonos portugueses e brasileiros procedentes de Pernambuco, descende a atual população do município, sendo insignificante o elemento negro. **Fauna e flora** — A fauna apresenta variedades em voláteis, reptis, insetos, entre estes a cochoinilha. A flora monótona e triste caracteriza a região dos cardos, das bromélias, dos cactos, pontilhada, a espaços, pela fronde dos umbuzeiros, da quixabeira, da ibiraúna, etc. Nas serras ainda se encontram restos de matas. **Fazendas agrícolas e pastoris** — O município é propriamente pastoril, mantendo, porém, uma agricultura que, nos anos chuvosos, é suficiente para abastecer a população da comuna e produzir regular quantidade de algodão. Não obstante a seca que se positivou em 1940, os rebanhos do município, em começo de 1942, somavam: 20 000 bovinos, 1 000 eqüinos, 900 muares, 3 000 caprinos, 2 500 ovinos e 15 000 aves. **Feiras** — Semanalmente, na sede, nas vilas e nas principais povoações, se realizam feiras bem concorridas. **Hidrografia** — No município se reúnem os rios do Meio, da Serra e Sucuru, tomando o nome de Paraíba, daí em diante. Um pouco além da junção, deixa o município, entrando no de Cabaceiras. São afluentes do Paraíba, regando o município, os rios Farias, Rio de Fora, Santana ou Timbaúba, Santa Clara, São José, Serra Branca e Serrote, e os riachos Alagamar, Balanço, Cacimbas, Jirau, Porteirinhas da Roça, Taquari e Velha Antônia. **História** — Os colonizadores do atual município de São João do Cariri se fixaram na região no fim do século XVII. É o que se deduz de uma sesmaria concedida em 17 de dezembro

de 1669: — “O Alferes Custódio Alves Martins diz que, sendo morador na capitania de Pernambuco, etc., descobriu alguma terra, etc., nas cabeceiras do Paraíba, em cujas terras êle suplicante situou-se e deu o nome de sítio São João, etc., com efeito está de posse da terra há mais de três anos...” Com os índios cariris, formou-se uma aldeia denominada *Travessa*, de rápido desenvolvimento, sendo criada freguesia em 3 de abril de 1750 e, pelo alvará de 17 de abril de 1776, foi elevada a julgado, sob o nome de Cariris de Fora, para distinguir-se de outra aldeia de Cariris localizada em Fagundes, posteriormente transferida para Pilar. Campina Grande, reunindo melhores vantagens, disputou-lhe a supremacia. Não obstante, em 3 de abril de 1798, foi elevada a vila, sob a denominação de São Pedro, em homenagem ao regente. Depois que o Sargento-Mor José Fernandes da Silva Pequeno doou o patrimônio, verificou-se a instalação no dia 5 de maio de 1803, estando presente o Ouvidor-Geral da Capitania, recebendo nova denominação, a de Vila Real de São João, também homenageando o príncipe regente D. João. Continuou a progredir, elevando-se à comarca por Lei provincial n.º 27, de 6 de julho de 1854 e classificada pelos Decretos ns. 1 645, de 29 de setembro de 1855, e 5 099, de 4 de dezembro de 1872. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, conservou-lhe as categorias de comarca e cidade. *Indústria* — É a pecuária a principal indústria do município. Iniciou, sob auspícios bons, a extração das fibras de crauá, contando, para estímulo, um banco agrícola, de pequeno capital. É um município que procura amparar suas indústrias em novos métodos e assim, possui dois departamentos de assistência à lavoura, um campo agrícola municipal e vários outros nos distritos, e mais: 18 instalações para beneficiar algodão. *Instrução* — Possui unicamente a primária, distribuída em 32 escolas a cargo de 32 professores. A

matricula, em 1942, nos referidos estabelecimentos, somou 1 372 alunos, resultando 918 de frequência média. *Limites*

— Os Decretos-leis ns. 1 164, de 15 de novembro de 1938, e 520, de 31 de dezembro de 1943, determinaram para São João do Cariri os seguintes limites municipais:

— *Com Batalhão*, começando na lagoa do Fundão, na serra dos Cariris Velhos, nos limites com Pernambuco, segue em linha reta até alcançar a cumeada da serra de São Gonçalo, prossegue por ela e, em seguida, por uma linha reta até alcançar o marco n.º 7 (de Batalhão), situado na fazenda Serrote de Cima; dêste marco, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 6 (de Batalhão), situado na fazenda Campo Grande de Cima; ainda prossegue por outra linha reta que divide Lagoa Tapada para os dois municípios até o marco n.º 5 (de Batalhão), situado na fazenda Caracá que também fica dividida para os dois municípios; dêste marco, prossegue, finalmente, até alcançar o marco n.º 4 (de Batalhão), situado à margem do rio Mucuitu ou Poço dos Cavalos, na fazenda Malhada Alegre, onde se estremam os municípios de Ibiapinópolis e Batalhão. *Com Ibiapinópolis*, começando no marco n.º 4 (de Batalhão), situado à margem do rio Mucuitu ou Poço dos Cavalos, segue em linha reta até o marco n.º 1, situado na fazenda Mucuitu; dêste marco prossegue por outra linha reta até o marco n.º 2, situado na fazenda Simeão, que fica dividida para os dois municípios; finalmente, segue por outra linha reta, até o marco n.º 3, situado na fazenda Malhada da Areia, que fica dividida para os dois municípios e à margem do rio do mesmo nome; desce pelo rio até o marco n.º 4, situado na fazenda Mundo Novo; finalmente, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 1 (de Ibiapinópolis), situado na fazenda do Estreito, onde se estremam os municípios de Ibiapinópolis e Cabaceiras. *Com Cabaceiras*, começando no marco n.º 1 (de Ibiapinópolis), situado na fazenda

Estreito, segue em linha reta até alcançar o pico do Serrote dos Pombos; daí, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 11 (de Cabaceiras), situado à margem do rio Taperoá, na fazenda Divisão; dêste marco, prossegue ainda em linha reta até o marco n.º 10 (de Cabaceiras), situado a 500 metros ao poente de Algodoads; ainda uma vez prossegue em linha reta até alcançar o marco n.º 9 (de Cabaceiras), situado no divisor de águas da serra de São Domingos; dêste marco ainda prossegue em linha reta até o marco n.º 8 (de Cabaceiras), situado à margem do rio Paraíba, na fazenda Porteiros; finalmente, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 7 (de Cabaceiras), situado no divisor de águas de serra dos Cariris, na fazenda Jaques. *Com Pernambuco — (Município de Taquaritinga)*, começando no marco n.º 7 (de Cabaceiras), situado no divisor de águas da serra dos Cariris, que toma os nomes de serras da Cachemira e das Umburanas, prossegue por êle até alcançar o marco n.º 4, situado à margem do caminho de tropa do Brejo da Madre Deus, na fazenda Jerimum, nos limites com Monteiro. *Com Monteiro*, começando no marco n.º 4, situado à margem do caminho de tropa de Brejo da Madre Deus, na fazenda Jerimum, prossegue por êste caminho, que divide Pindurão para os dois municípios, até alcançar o marco n.º 5, situado na fazenda Caiçara, que também fica dividida para os dois municípios; dêste marco prossegue em linha reta até o marco n.º 6, situado à margem do rio do Meio, na fazenda Conceição; ainda por outra linha reta prossegue até o marco n.º 7, situado à margem do rio Sucuru, a 1 900 metros da vila de Sucuru, dêste marco segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada da serra de Sucuru, prossegue por ela e pela do seu contraforte que passa ao norte de Ôlho d'Água do Padre até o marco n.º 8, situado na fazenda Mulungu; daí, prossegue em linha reta, até atingir a foz do riacho Camucim, do

riacho das Flores; sobe por aquêlê riacho até a sua nascente na linha de cumeada da Serra dos Cariris. *Com Pernambuco — (Município de São José do Egito)*, começando na nascente do riacho Cacimbinha, na linha de cumeada da serra dos Cariris Velhos, prossegue por ela até a lagoa do Fundão, onde se estreman Batalhão e Pernambuco (São José do Egito).

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Itamorotinga, começando no marco n.º 9, situado na linha de cumeada da serra dos Mares, onde se estreman o distrito da sede com os distritos de Cochichola e Itamorotinga segue por uma linha reta até atingir a desembocadura do riacho Balanço, no rio Serra Branca na fazenda Veloso; prossegue daí em linha reta até encontrar o marco n.º 10, situado na fazenda Tanques, no ponto onde se encontra os distritos Itamorotinga e Parari. *Distrito da Sede com Parari*, começando no marco n.º 10, situado na fazenda Tanques, segue por uma linha reta até atingir o marco n.º 12, situado na fazenda Poço do Rancho, onde se estreman os distritos da Sede, Nucuitu e Gurjão. *Distrito da Sede com Gurjão*, começando no marco n.º 12, situado na fazenda Poço do Rancho, segue por uma linha reta até o marco n.º 13, situado à margem do riacho Namorado; ainda por outra linha reta prossegue até o marco n.º 14, situado à margem do riacho Ôlho d'Água, desce por êle até cortar a estrada de rodagem de São João; dêste ponto prossegue então pela referida estrada até o serrote dos Pombos, nos limites com Cabaceiras. *Distrito de Timbaúba com Mucuitu*, começando no marco n.º 12 situado na fazenda Poço do Rancho, prossegue pela linha de cumeada que divide as águas entre o riacho Escuro e rio Mucuitu até o marco n.º 14, situado na mesma linha de cumeada; dêste marco, prossegue então em linha reta até o

marco n.º 3, situado à margem do rio Malhada da Areia, na fazenda do mesmo nome. *Distrito de Mucuitu com Parari*, começando no marco n.º 12, situado na fazenda Pôço do Rancho, segue em linha reta até alcançar a foz do riacho Mucuitu, no rio Taperoá; sobe pelo rio até a foz do riacho Jerimatalha e por este riacho até a sua nascente; daí, segue então em linha reta até o marco n.º 5 (de Batalhão), situado na fazenda Caracá. *Distrito de Parari com Aredicó*, começando no marco n.º 15, situado nas proximidades da confluência do riacho Canela de Ema, com o riacho São José, na fazenda Algodão, segue em linha reta até o marco n.º 16, situado na linha de cumeada da serra do Algodão; deste marco prossegue ainda em linha reta até alcançar o marco n.º 7 (de Batalhão), situado na fazenda Serrote de Cima. *Distrito de Aredicó com Sucuru*, começando no marco n.º 8, situado na fazenda Mulungu, nos limites com Monteiro, segue em linha reta até encontrar o marco n.º 17, situado na fazenda da Pedra Lavrada; e deste até alcançar o marco n.º 18, situado na linha de cumeada da serra da Conceição, onde se estreman os distritos de Sucuru e Serra Itamorotinga. *Distrito de Aredicó com Itamorotinga*, começando no marco n.º 18, situado na cumeada da serra da Conceição, segue em linha reta até alcançar a nascente do riacho Canela de Ema, na fazenda Várzea do Franco; desce pelo riacho até a sua foz no rio São José e por uma linha reta até o marco n.º 15, situado nas proximidades desta confluência. *Distrito de Itamorotinga com Parari*, começando no marco n.º 10, situado na fazenda Tanques, segue por uma linha reta até encontrar o marco n.º 19, situado à margem do rio São José dos Cordeiros, na fazenda Tanques, sobe por este rio até alcançar o marco n.º 20, situado nas proximidades da confluência do riacho Canela de Ema com o rio São José. *Distrito de Itamorotinga com Sucuru*, começando na foz do ria-

cho Algodão, no rio Sucuru, sobe por aquele riacho até a sua nascente e daí prossegue por uma linha reta até o marco n.º 21, situado na linha de cumeada da Serra Itamorotinga; prossegue por ela e em seguida por uma linha reta até alcançar o marco n.º 18, situado na linha de cumeada da serra da Conceição. *Distrito de Sucuru com o de Congo*, começando no marco n.º 7, situado à margem do rio do Meio, na fazenda Conceição, segue por uma linha reta até alcançar a foz do riacho Algodão, no rio Sucuru. *Distrito de Congo com Caraúbas*, começando no marco n.º 21, situado na linha de cumeada da serra dos Cariris, segue por uma linha reta até atingir o marco n.º 22, situado na fazenda Curimatãs; daí prossegue por outra linha reta até alcançar a nascente do Riachão, desce por ele até a sua foz no riacho da Velha Antônia e por este até o marco n.º 22, daí prossegue em linha reta até o marco n.º 23, situado na fazenda Peralvilhos; deste, prossegue até atingir a confluência do rio do Meio com o Sucuru. *Distrito de Cochichola com Itamorotinga*, começando na confluência do riacho Algodão com o rio Sucuru, segue em linha reta até o marco n.º 24, situado na fazenda Espinheiro, prossegue por outra linha reta, até alcançar o marco n.º 25, situado na fazenda Lagoa de Cima; ainda prossegue por outra linha reta até o marco n.º 26, situado na fazenda Coroa Branca; finalmente, segue ainda em linha reta até o marco n.º 9, situado na linha de cumeada da serra dos Mares. *Distrito de Cochichola com Caraúbas*, começando no marco n.º 8, (de Cabaceiras), situado à margem do rio Paraíba, na fazenda Porteiros, segue em linha reta até atingir a confluência dos rios do Meio e Sucuru, na fazenda São Joãozinho. *Distrito de Cochichola com o da Sede*, começando no marco n.º 9, situado na linha de cumeada da serra dos Mares, segue por ela até alcançar os limites municipais, nas proximidades do povoado Algodoads.

Necessidades locais — O município precisa de escolas rurais, de estradas e, especialmente para o desenvolvimento de suas indústrias, de capitais e de maior iniciativa dos seus habitantes. *Meio social* — São João do Cariri foi, no século passado, apreciável centro de cultura, contando estabelecimentos de instrução secundária, escolas para a difusão de ensino primário, sob iniciativa particular de espíritos esclarecidos, apóstolos convencidos do progresso, da civilização. Depois, as sécas, o desaparecimento dos homens mais interessados pelo adiantamento da comuna, a politicagem dissolvente, impeliram o município para a decadência, da qual somente agora se vai libertando e é possível conseguir, pois a região é dotada de grandes possibilidades. *Povoações* — Município de vasta área territorial, conta crescido número de povoados e lugarejos, sendo as principais povoações: Badalo, Barreiras, Campo Comprido, Carmo, Farias, Ipu-eiras, Jureminha, Malhada da Roça, Monte Alegre, Santana e São Joaquim. *Religião* — Constitui o município uma só freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, criada a 3 de abril de 1752. A primeira igreja-matriz foi construída pelos jesuítas à margem do Taperoá, 12 quilômetros distante da sede atual. Arruinando-se o templo, fizeram outra construção no lugar onde agora se acha, integrando a cidade. Conta várias capelas filiais nas vilas e povoações, e pertence à Arquidiocese da Paraíba. *Rendas públicas* — Em 1941, a Coletoria Estadual teve a receita de 234:989\$900 e a despesa de 149:836\$300. A Coletoria Federal, no exercício de 1942, fez a arrecadação de Cr\$ 76 287,90. A Prefeitura Municipal, para o exercício de 1942, orçou sua receita em Cr\$ 138 000,00; arrecadou Cr\$ 129 106,30; fixou a despesa em Cr\$ 210 000,00 e realizou a de Cr\$ 127 656,10. *Repartições públicas* — Conta a Prefeitura, o Fórum, Coletorias Federal e Estadual, Agência Postal-Telegráfica, Grupo Escolar, Mercado Pú-

blico, Cartório do Registro Civil. *Riquezas naturais* — Possui o município jazidas de minérios de valor. Nos seus campos crescem, espontaneamente, a ceará e outras plantas fibrosas. Possui também uma fonte termal cuja temperatura excede de 31° C. *Sede* — A sede é a cidade de São João do Cariri, depois de Carnoió, a localidade mais antiga de Cariris Velhos. Está a 225 quilômetros da Capital, a 88 de Campina Grande e segundo os trabalhos da Comissão geográfica chefiada por A. Pimenta da Cunha, a 7°-23'-34,10" de lat. S. e 60°-41'-23,65" long. W. Gr., em frente da Matriz. Sua edificação, em maioria, é antiga. Possui serviço de luz elétrica, desde 1935. O Recenseamento de 1940, computou-lhe 157 prédios urbanos, 29 suburbanos, 475 rurais e a população: urbana, 484 habitantes; suburbana, 84; rural, 2 119. *Vias de comunicação* — O município está servido por uma rodovia, de construção recente, ligando-o a Monteiro e Campina Grande, transitando por ela uma linha de auto-ônibus. Internamente dispõe de estradas carroçáveis, nem sempre bem conservadas.

São João do Rio do Peixe — (V. *Antenor Navarro*.)

São Joaquim — Povoado do município de São João do Cariri. Nêle funciona uma escola pública primária que matriculou 43 alunos em 1942, tendo 34 de frequência média.

São José — Povoado do município de Guarabira; sua escola primária teve 43 matriculados, em 1942.

— Povoado do município de Princesa Isabel. Tem uma capela construída pelo Padre Francisco Arcoverde, auxiliado pela família Bezerra. Sua escola pública primária, em 1942, registrou 53 matriculados e a frequência média de 34.

— Povoado do município de Cabaceiras, tendo uma escola pública primária que, em 1942, registrou 36 matrículas.

— Povoado do município de Brejo do Cruz. Foi 46, o número de matrículas em sua aula pública, em 1942.

— Vilo do município de Patos. (V. *Mucundã*.)

— Povoação do município de Catolé do Rocha. Conta aula pública primária que matriculou 39 alunos, em 1942.

— Povoação do município de Pilar. Tem uma capela de Jesus, Maria e José. Realiza uma feira semanal, e sua escola primária matriculou 67 alunos em 1942, tendo 35 de frequência média.

— Povoado do município de Maman-guape.

São José das Pombas — (V. *Parari*.)

São José de Lagoa Tapada — (V. *Oiticatuba*.)

São José dos Cordeiros — (V. *Aredicó*.)

São Mamede — Vila próspera e bem situada à margem esquerda do rio Sabujá e pertencente ao município deste nome. Tem boa edificação e é muito aprazível. Entre os seus edifícios se destaca suntuoso templo católico, de construção recente, dirigida pelo franciscano Frei Martinho. É centro de distrito agrícola-pastoril, existindo na vila várias pequenas indústrias de artefatos de couro, de metais. Seu comércio é movimentado. Por uma estrada carroçável, liga-se à sede, que lhe fica a 25 quilômetros a L., e a Patos, a O., numa distância de 30 quilômetros. O Recenseamento de 1940, encontrou: 332 prédios urbanos, 25 suburbanos, 1 268 rurais e a população: urbana, 1 129 habitantes; suburbana, 77; rural, 6 301. Conta Agência Postal-Telegráfica, uma escola primária noturna, com a matrícula de 41 alunos; duas aulas primárias diurnas, que, em 1942, matricularam 160 alunos, tendo 72 de frequência média. *História* — São Mamede, em 1762, era fazenda pastoril, pertencente aos irmãos Nóbrega, de Soledade, hoje Ibiapinópolis, tendo, respectivamente, como procurador e vaqueiro, Manuel Augusto de Araújo e

Manuel Francelino da Costa. O primeiro deu início ao povoado que, em 1906, apresentava três casas e uma grande latada de fôlhas de oiticica, sob a qual se realizava uma feira bem animada. Compreendendo a importância do local para transações comerciais, José Paulo de Souto deu-lhe grande incremento. Adquiriu quase todo o terreno e nêle edificou crescido número de casas, estimulou várias indústrias, inclusive o plantio de algodão. Atraiu habitantes e, em cooperação com o Prefeito Municipal, Silvino Cabral da Nóbrega, iluminou a vila à luz elétrica. Os primeiros prédios residenciais, modernos foram ali construídos, em 1930, pelo negociante e industrial sírio, Salomão.

São Manuel — Povoado do município de Guarabira. Tem aula pública primária que inscreveu 54 matriculados, em 1942.

São Miguel — (V. *Potira*.)

— Povoação do município de Maman-guape, no distrito de Baía da Traição, situada num outeiro à margem ocidental da lagoa de Acajutibiró. Sua população é constituída por descendentes puros dos potiguaras, não obstante suas relações com os demais habitantes vizinhos, de quem adotaram usos e costumes. Não afrouxaram, porém, aquela característica desconfiança dos seus antepassados. A população, que outrora teve categoria de vila e sede de freguesia, conta uma capela de São Miguel e está agora sob o amparo do Serviço de Proteção aos Índios, cuja repartição está localizada, não em São Miguel, mas na Baía da Traição. O paludismo reina ali intensamente. Foi um dos primeiros lugares da Paraíba, onde pisou o europeu. Em 1585, ali encontrou Martim Leitão uma feitoria de franceses que traficavam pau-brasil.

São Miguel do Taipu (*Taipu*, voc. ind.: *Ita-ipu*: fonte da pedra.) — Vila do município de Maguari. É de fundação an-

tiga. Dista 1 200 metros da estação ferroviária de Coitézeira. Em meado do século XVI, era um engenho de fabricar açúcar e, nas suas imediações estabeleceu-se uma aldeia de índios cariris, tendo o seu chefe o nome de Pedro Valcacer. Em 3 de fevereiro de 1745 o bispo de Pernambuco, Frei Luís de Santa Teresa, elevou-a a freguesia de Nossa Senhora dos Anjos. Foi próspera, mas decaiu, passando a paróquia a incorporar-se à de Maguari. Nela funcionam duas escolas públicas primárias cuja matrícula, em 1942, somou 157 alunos, resultando 90 de frequência média.

São Paulo — (V. *Diamante*.)

São Pedro — (V. *São João do Cariri*.)

— Povoado do município de Brejo do Cruz. Tem aula pública primária que matriculou 44 alunos, em 1942.

São Rafael — Fazenda do Estado na antiga propriedade Macacos, à margem direita do Jaguaribe e a três quilômetros da Capital. Nela esteve uma colônia de japoneses e, antes destes, ali se ensaiou a sericicultura. Atualmente ali se pratica a horticultura e a criação de aves e suínos.

São Salvador — Povoado do município de Sapé. Nêle existe um campo experimental. Sua escola pública, em 1942, matriculou 89 alunos, tendo 64 de frequência média.

São Sebastião — Vila do município de Monteiro. (V. *Caroá*.)

— Povoado do município de Umbuzeiro. Tem escola pública primária.

— Povoado do município de Jatobá; tem aula pública primária.

— Povoado do município de Patos, tendo aula pública primária que, em 1942, matriculou 53 alunos, com a frequência média de 27.

São Tomé — Vila de Monteiro. (V. *Sumé*.)

São Vicente — (V. *Itajubatiba*.)

Sapé (Voc. ind., corr. de *egapé*: o que alumia.) — Município central do Estado, instituído recentemente. Ocupa uma área territorial de 453 quilômetros quadrados. Sua população, segundo o Recenseamento de 1940 é de 39 601 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 6 709; suburbanas, 541; rurais, 32 251, ocupando: 1 752 prédios urbanos, 127 suburbanos e 7 025 rurais. **Açudes** — Conta vários açudes, mas o principal é o do Padre Azevedo, propriedade particular, tendo a capacidade de 1 150 000 metros cúbicos. **Administração** — E' politicamente dirigido por um prefeito municipal, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por 32 funcionários permanentes. Comarca de primeira entrância, competem os negócios da Justiça local a um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A cargo de um delegado de Polícia, na sede, e subdelegados, nas vilas, está a segurança pública. O primeiro é nomeado pelo Interventor Federal; os outros, pelo Secretário do Interior e Justiça. O Chefe de Polícia nomeia os suplentes para os referidos cargos. **Aspecto físico** — O município assenta parte na caatinga e parte na transição desta para as várzeas do Mamanguape e Paraíba. Os terrenos são planos ou levemente ondulados, nêles se encontrando avarzeados, trechos cobertos de matas, tabuleiros, e vales de rios e riachos. **Assistência social** — Embora de recente criação, é um dos municípios paraibanos aparelhados no que concerne à assistência social. O seu hospital regional — Sá Andrade — mantém, auxiliado pela Prefeitura e pelo Estado, os principais departamentos para auxiliar a população: Posto Higiênico, Maternidade, Policlínica, etc. **Clima** — E' quente e úmido, nas proximidades da várzea; mais seco na caatinga. O estado sanitário é, normalmente, bom. A temperatura, durante o estio, pode elevar-se a 34° C à sombra; na estação chuvosa desce a 18° C, nos meses de março a agosto.

Comércio — Bem apreciável é a cifra comercial do município, especialmente a referente à exportação. Mantém transações mercantis com outros municípios, com a Capital, com outros Estados brasileiros e, nos tempos normais, com alguns países estrangeiros. **Demografia** — Em 1941 registraram-se no município 505 nascimentos, 56 casamentos, 751 óbitos, dêstes, 17 natimortos. A delinqüência constou de 20 contravenções e 80 crimes, entre os quais 13 homicídios. **Distritos** — Conta o da sede e o de Mari, antiga Araçá. **Etnografia** — A população atual de Sapé é um caldeamento de portugueses com o índio e boa dosagem de sangue africano. **Fauna e flora** — Não obstante a constante perseguição, existem no município animais de caça como: veados, cutias, pacas, inhambus, perdizes, jacus, tatus; variedades em pássaros cantores e insetos. Há restos de matas, bem conservadas, que fornecem excelentes madeiras para construção e marcenaria. **Fazendas agrícolas e pastoris** — Conta o município centenas de propriedades agrícolas e várias pastoris. Das primeiras, a mais importante é a usina Santa Helena. No município se cultivam cereais, algodão, cana-de-açúcar, sendo de vulto a cultura do abacaxi, produzindo os melhores do Nordeste, pesando cada fruto de 1 500 a 3 000 g. Os seus rebanhos, em 1941, somavam: 12 000 bovinos, 2 200 eqüinos, 500 asininos, 900 muares, 6 000 caprinos e 5 700 suínos. **Feiras** — Na sede, na vila e nas povoações de certo trato, se realizam, semanalmente, feiras animadas. **Hidrografia** — Os principais rios que cortam o município são o Gurinhém, o Riachão, o Una, o Patu e vários riachos, seus tributários. **História** — Em 1880 começaram a edificar as primeiras casas, exigidas pelos trabalhos da ferrovia "Conde d'Eu", construindo-se a estação na propriedade Monteiro, onde agora assenta a cidade, que tomou o nome de Sapé, talvez pelo extenso campo dessa gramínea ali existente naquela época. Os capitães Manuel

Antônio Fernandes, Urbano Guedes, Gal-dino e Simplicio Coelho e Gentil Lins, agricultores e comerciantes, muito contribuíram para o desenvolvimento do povoado, que pertencia ao município de Espírito Santo. O Decreto n.º 627, de 12 de dezembro de 1925, criou o município, instalado em 31 de dezembro do mesmo ano, sendo o capitalista e agricultor Gentil Lins seu primeiro prefeito municipal. Foi elevado a comarca de primeira entrância, pelo Decreto-lei estadual n.º 39, de 10 de abril de 1940. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, confirmou-lhe as prerrogativas anteriores. Instalou a Comarca o Bacharel Manuel Lira, primeiro juiz de direito de Sapé. **Indústria** — Sapé se revela um dos mais futuros municípios do Estado. Além de usinas para açúcar, conta duas poderosas instalações para extração de óleo e uma para o beneficiamento de algodão; juntem-se cinco outros maquinismos também destinados ao benefício da preciosa malvácea. Também possui instalações para o preparo de fibras. Em 1941, exportou o município: 3 770 kg de agave, 54 000 kg de fibras de abacaxi, 4 000 cachos de bananas, 120 toneladas de batatas doces, 7 500 toneladas de mandioca, 675 000 kg de algodão, em caroço, 72 377 sacos de 60 kg de açúcar de usina, 4 108 sacos de açúcar bangüê, 371 851 l de aguardente, 65 800 litros de álcool, 309 098 kg de algodão em pluma e 126 395 kg de rapaduras. Para auxiliar à lavoura há, na sede uma Cooperativa de Crédito Agrícola. **Instrução** — É a primária a distribuída pelo governo, no município, em 27 escolas, inclusive um Grupo Escolar, com a docência total de 37 professores. O número de matriculados nas aludidas escolas foi, em 1942, de 1 978 alunos e 1 283 de freqüência média. Para auxiliar o Estado na despesa de instrução primária, contribuiu o município com Cr\$ 17 719,90, dez por cento de sua receita em 1941. **Limites** — Os Decretos-leis ns. 1 164, de 15 de novembro de 1938 e 520, de 31 de

dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites municipais para Sapé: — *Com Guarabira*, começando no ponto onde o caminho carroçável de Cachoeira e Araçaji alcança a estrada de rodagem de Mulungu a Sapé, prossegue pelo referido caminho até o marco n.º 5 (de Guarabira), situado na lagoa de Taumatá; dêste marco, segue em linha reta até o marco n.º 1 (de Mamanguape), situado na lagoa do Félix. *Com Mamanguape*, começando no marco n.º 1 (de Mamanguape), situado na lagoa do Félix, à margem do caminho de tropa de Inhauá, prossegue por esse caminho até alcançar a estrada de rodagem Sapé a Mamanguape, segue por ela até cortar o rio Miriri, pelo qual desce até a foz do riacho formado pelos alagadiços de Curralinho. *Com Santa Rita*, começando na foz do riacho formado pelos alagadiços de Curralinho, no rio Miriri, sobe por esse riacho até a sua nascente e daí, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 1, situado no alagadiço denominado Curralinho. *Com Maguari*, começando no marco n.º 1, situado no alagadiço denominado Curralinho, segue em linha reta até o marco n.º 2, situado entre as propriedades Santa Helena e Tabocas no Carrasco do Padre; dêste marco, segue em linha reta até o de n.º 3, situado na estrada de rodagem Cobé a Sapé; prossegue por essa estrada de rodagem até Cobé; daí, segue pela estrada de rodagem de Pilar a João Pessoa, até a ponte sobre o rio Curimataú. *Com Pilar*, começando na ponte grande da estrada de rodagem João Pessoa-Pilar, sobre o rio Curimataú, sobe pelo rio até cortar o caminho carroçável Cajá-Curimataú, nas proximidades da povoação do mesmo nome; daí, prossegue por esse caminho e em seguida por uma linha reta até alcançar o marco n.º 5 (de Pilar), situado na fazenda Patu; dêste marco, desce pelo riacho Patu até cortar o caminho de tropa de Alfayça de Cima a Curimataú; prossegue por esse caminho até cortar o rio Gurinhém; sobe pelo rio

até o marco n.º 4 (de Sapé), situado à sua margem; dêste marco, segue em linha reta até o marco n.º 5 (de Sapé), situado entre as propriedades Bonito e Matrona, nas proximidades da lagoa do Jenipapo; daí, prossegue pela estrada de rodagem Mulungu-Sapé, até a sua interseção com o caminho carroçável de Contendas a Araçaji.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Município da Sede com Mari, começando no ponto onde o riacho de Caldas corta o caminho de tropa do Fundo do Vale à lagoa do Félix, nos limites municipais, segue por esse caminho que passa em Jacarequara, Várzea Grande, sítio do Rocha e Fundo do Vale até alcançar finalmente o marco n.º 1 (de Mamanguape), situado na lagoa do Félix.

Necessidades locais — O município precisa de estradas internas, de escolas rurais, de maior iniciativa na vida agrícola. *Meio social* — Bem adiantada é a sociedade na sede e na vila, contando núcleos religiosos de beneficência, grêmios recreativos, artísticos, esportivos, reuniões cívicas e sociais de apreciável realce. *Patrimônio municipal* — Em 1942, o patrimônio do município de Sapé somava Cr\$ 490 643,70. *Povoações* — Além da vila, de Mari, tem os seguintes povoados: Açude do Mato, Anta do Sono, Cachoeira, Jendiroba, Santa Helena, Sobrado e Una. *Religião* — Sapé constitui a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, criada em 1919, sendo o Padre Florentino Barbosa o seu primeiro vigário. *Rendas públicas* — Em 1941, a Colêtorial Estadual teve a receita de 560:566\$050 e despesa de 310:719\$100. Para o exercício de 1942, orçou a Prefeitura Municipal sua receita em Cr\$ 175 000,00; arrecadou Cr\$ 286 793,30; fixou a despesa de Cr\$ 210 000,00, efetuando a de Cr\$ 282 299,50. *Repartições públicas* — Existem na sede: a Prefeitura, o Fórum, Estação ferroviária,

Agência Postal-Telegráfica, Mercado Pública, Matadouro, Pôsto de Higiene, Grupo Escolar, Coletoria Estadual, Cartório do Registro Civil, Casa de Detenção. A Coletoria Federal é localizada em Maguari. *Sede* — A sede, a cidade de Sapé, bem situada em elevada e extensa planície, cruzada pela via férrea Entroncamento a Nova Cruz, impressiona agradavelmente ao visitante, por sua edificação, suas ruas largas, suas praças pavimentadas, seu templo católico, seu cinema, seu hospital regional, suas usinas. Está a 126 metros de altitude e a 40 quilômetros distante da Capital. Segundo o Recenseamento de 1940, conta 1 254 prédios urbanos, 54 suburbanos, 5 277 rurais e a população: urbana, 4 579 habitantes; suburbana, 213; rural, 24 340. Contam-se na cidade 4 avenidas, 19 ruas, uma travessa e 3 praças. Vias de comunicação — As principais: estrada de ferro, duas rodovias, uma que liga a sede à Capital e ao interior; outra estabelecendo comunicação com Mamanguape e Rio Tinto. Várias linhas de auto-ônibus cruzam a cidade. Para transporte de passageiros e mercadorias, existiam no município, em 1942: 16 automóveis, 26 caminhões e 18 carros de bois.

Sarapó (Voc. ind.) — Vila, ex-Carnaubal, do município de Batalhão. Primeiramente, chamava-se Livramento. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, deu-lhe a categoria de vila e mudou-lhe o nome para Carnaubal; o Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, conservou-lhe a categoria, mas deu-lhe a denominação que ora usa. Tem uma capela e uma aula pública primária. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 125 prédios urbanos, 22 suburbanos, 847 rurais e a população: urbana, 331 habitantes; suburbana, 81; rural, 4 153.

Seio de Abraão — Depressão suave na serra da Borborema comunicando o município de Batalhão com o de Patos.

Seridó (Voc. ind., talvez formado de *ceri-tob*: pouca folhagem.) — Rio. Nasce em Picuí, na serra de Quixerê, tendo poucos quilômetros de curso na Paraíba. Entra no Rio Grande do Norte e deságua no Piranhas. O seu vale, e o de vários dos seus afluentes, na Paraíba, produzem o afamado algodão mocó. O nome do rio estende-se a toda sua bacia que, no Estado, compreende terrenos de Picuí, Sabuji e Patos.

— Nome atual da ex-vila de Santo Antônio, do município de Ibiapinópolis, elevada à vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, mudando-lhe o nome para o atual o Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Tem algum trato comercial, conta uma capela e uma aula pública primária. Esta, em 1942, matriculou 31 alunos. O Recenseamento de 1940, encontrou-lhe: 107 prédios urbanos, 12 suburbanos, 720 rurais e a população: urbana, 201 habitantes; suburbana, 54; rural, 3 553.

Serra — Rio também conhecido pelo nome Espinho. Nasce na serra do Jacará, no município de Monteiro, banha a povoação Umbuzeiro, entra no município de São João do Cariri, onde se reúne com o Sucuru e o do Meio, formando o principal rio do Estado. (V. *Paraíba*.)

Serra Azul — Povoação do município de Catolé do Rocha. Na sua escola pública primária se matricularam 33 alunos em 1942.

Serra Bonita — (V. *Alcantil*.)

Serra Branca — (V. *Itamorotinga*.)

— Nome dum rio chamado Matinoré, pelo gentio. É formado pelos rios Aú e Poção. Depois de 25 quilômetros de curso, despeja no Taperoá.

— Nome de uma povoação do município de Sousa. Nela funcionam duas aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 80 alunos, tendo 41 de frequência média.

Serra Grande — Vila do município de Misericórdia. (V. *Ibituruçu*.)

Serra da Raiz — Vila do município de Caiçara, situada na serra do mesmo nome, tendo a L., no sopé, a estação ferroviária de Duas Estradas. Da vila se descortina belíssimo panorama. É muito saudável e sede da freguesia de Nosso Senhor do Bom Fim. Teve grande importância comercial mas decaiu. Conta uma aula pública primária que, em 1942, matriculou 100 alunos, tendo a frequência média de 57. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 213 prédios urbanos, 15 suburbanos, 3 147 rurais e a população: urbana, 862 habitantes; suburbana, 72; rural, 15 425. *História* — É povoação antiga. Antes da conquista da Paraíba pelos portugueses, já franceses e mamelucos de Olinda visitavam a região, os primeiros, colhendo pau-brasil; os outros resgatando prisioneiros. Martim Leitão, entre novembro de 1585 e princípios de 1586, combatendo os habitantes potiguaras, ali queimou mais de 40 aldeias. Dos remanescentes é que se formou o primeiro núcleo, isto depois da Restauração. Tradicionalmente, sabe-se ter sido o pernambucano Bento Costa o iniciador da povoação. Este, por desgosto com a família, abandonou a povoação, deixando como continuadores os seus descendentes Antônio José da Costa Umburana e Antônio José da Costa. Confirma-se o caso, com a sesmaria pedida por Bento Antônio da Costa, em 18 de fevereiro de 1739, "entre o Araçaji e o Curimataú", sendo o aludido requerente, o proprietário do sítio Embiguda, ribeira do Curimataú, onde havia uma lagoa. Em 21 de julho de 1862, foi a povoação considerada distrito de paz, suprimido no ano seguinte, restabelecido em 30 de setembro de 1865. Pertenceu longos anos ao município de Guarabira e hoje integra o de Caiçara. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, deu-lhe a categoria de vila sob o nome de Copaoba. O Decreto-lei estadual

n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, conservou-lhe a categoria, fazendo-a voltar à sua primitiva denominação.

Serra do Pontes — Povoado do município de Ingá, a uns 15 quilômetros da sede. É centro agrícola. Conta uma capela e uma escola pública primária. Esta, em 1942, teve 68 matriculados e 37 de frequência média.

Serra Redonda — Pitoresca vila do município de Ingá, 21 quilômetros a O. da sede, no alto de uma serra muito agrícola. Tem movimento comercial, sendo sua feira, realizada semanalmente, muito movimentada. Possui dois templos católicos, um de São Pedro, outro de Nossa Senhora do Rosário. Na vila funcionam uma Agência Postal-Telegráfica e duas aulas públicas primárias com a matrícula de 132 alunos e a frequência média de 91, em 1942. O distrito produz cereais, cana-de-açúcar, algodão, café. A falta de uma rodovia, o banditismo e a politicagem têm empecido o progresso da vila. O Recenseamento de 1940, computou-lhe 288 prédios urbanos, 40 suburbanos, 6 132 rurais e a população: urbana, 966 habitantes; suburbana, 191; rural, 7 535. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, deu-lhe a categoria de vila.

Serraria — Município central do Estado, na região do Brejo, com uma estreita faixa a O. na zona do Curimataú. Ocupa a área territorial de 464 quilômetros quadrados, contando, segundo o Recenseamento de 1940, a população de 24 434 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 6 709; suburbanas, 341; rurais, 17 184, ocupando 1 752 prédios urbanos, 127 suburbanos e 7 025 rurais. *Açudes* — Conta alguns pequenos açudes particulares, principalmente no distrito do Curimataú. *Administração* — É politicamente, dirigido por um prefeito municipal, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por 13 funcionários permanentes. Sendo comarca de primeira entrância, os interesses da Justiça

local estão afetos a um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na sede, e subdelegados, nas vilas, os últimos nomeados pelo Secretário do Interior e Justiça; o primeiro, pelo Interventor Federal. O Chefe de Polícia nomeia os suplentes para os referidos cargos. *Aspecto físico* — O município, excetuando-se pequeno trecho plano a N.O., é montanhoso, sulcado de vales estreitos, regado de ribeiros e córregos. *Clima* — É quente e úmido, excetuando-se o trecho seco do Curimataú, muito agradável no período das chuvas, ao contrário da outra parte, muito amena na estação calmosa. É, de ordinário, salubre. A boubá e o paludismo flagelam as classes pobres. No inverno, a temperatura pode descer até 18° C e no verão subir até 33° C à sombra. *Comércio* — Embora pequeno, é um dos mais ricos municípios do Estado, mantendo comércio de certa importância com as praças de João Pessoa, Recife e outras do interior e exterior do Estado. *Demografia* — Em 1941 registraram-se no município 76 nascimentos, 39 casamentos e 766 óbitos. A delinquência constou de 43 crimes, sendo um de homicídio. *Distritos* — Conta o da Sede, o de Arara e o de Pilões. *Etnografia* — A população atual é o resultado do caldeamento do índio e do português ao qual se juntou, em pequena parcela, o africano. *Fauna e flora* — A fauna apresenta variedades em pássaros, aves, pequenos animais, roedores, insetos e reptis. Das opulentas matas de outrora pouco resta, e os minúsculos bosques existentes produzem ainda boa madeira de construção e marcenaria. No trecho N.O. aparecem o marmeleiro, a macambira, o facheiro e algumas espécies xerófilas. *Fazendas agrícolas e pastoris* — O município conta centenas de propriedades agrícolas e pequena quantidade de fazendas de criação. Em 1941, o arrolamento de seus rebanhos reuniu: 1 200 bovinos, 400 eqüinos, 500 asininos, 650 muares, 700

lanígeros, 2 500 caprinos, 1 200 suínos e 15 000 aves. *Feiras* — Semanalmente se realizam, na sede e nas vilas, feiras movimentadas e abundantes. *Hidrografia* — A principal bacia é a do Araçaji e seu afluente o Araçajimirim que recebem no município a contribuição de abundantes e numerosos mananciais. (V. *Araçaji*.) *História* — Os primeiros colonos que se estabeleceram em terrenos do atual município, chegaram em começo do século XVIII, quando se formou a missão de Santo Antônio de Boa Vista. O distrito de Pilões foi o primeiro que, de Mamanguape, recebeu o civilizado, aí fundando fazendas agrícolas. Em 1850, o agricultor José Maria Fernandes, da várzea do Paraíba, ali fundou o primeiro engenho para rapaduras. Ainda em 1851, existindo no atual perímetro da sede abundantes matas, nos terrenos da fazenda agrícola de propriedade do coronel Antônio Bento Duarte dos Santos, montaram uma serraria, exatamente no local onde agora se ergue a igreja-matriz. O aparelhamento que se resumia numa serra braçal, algumas peças, enxós e machados, atraiu operários e moradores que ali iam construindo suas habitações, formando um povoado que recebeu a denominação popular de Serraria. O local onde está a cidade pertencia a Manuel Birindiba, que permitiu a edificação, sendo uma das primeiras casas cobertas de telhas, a construída, aproximadamente em 1860, por Faustino Antônio do Rosário. Outras habitações se agregaram às primeiras e assim, em 1882, Serraria era povoação da freguesia de Pilões. Crescendo de importância, começou a disputar a supremacia com a referida vila de Pilões, conseguindo também elevar-se à categoria de vila por determinação da Lei n.º 80, de 13 de outubro de 1895. Serraria prosperou, ao passo que a sua rival, Pilões, decaiu e foi a ela subordinada. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, deu-lhe a categoria de comarca e de cidade, situações con-

firmadas pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. *Indústria* — Na agricultura, funda-se a vida econômica de Serraria. Conta diversos engenhos para o fabrico de rapaduras, 4 instalações de beneficiar algodão e iniciou, com maquinismos de produção reduzida, o preparo de fibras. A exportação do município, em 1941, constou do seguinte: 20 000 kg de fibras de agave, 7 500 kg de óleo de mamona, 225 sacos de arroz em casca, 4 000 sacos de milho, 80 000 abacates, 75 000 cachos de bananas, 300 000 laranjas, 1 000 toneladas de batatas doces, 30 000 toneladas de mandioca, 350 000 litros de aguardente, 720 sacos de arroz beneficiado, 100 000 sacos de 60 kg de farinha de mandioca, 75 000 kg de polvilho, 90 000 kg de fumo em corda, e 3 760 000 kg de rapaduras. *Instrução* — Conta o município somente a instrução pública primária, ministrada em 16 escolas, sob a docência de 23 professores. Em 1942, tais estabelecimentos tiveram 791 matriculados e 516 de frequência média. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, estabeleceram os seguintes limites municipais para Serraria: — *Com Bananeiras*, começando no ponto onde o caminho de tropa de Aburá corta a confluência do riacho Lajedo do Frade com o rio Jacaré, no lugar Baixa Larga, sobe por este rio até a foz do riacho Engenho Velho; sobe por este riacho até o marco n.º 10 (de Bananeiras), deste marco, prossegue em linha reta até o marco n.º 9 (de Bananeiras), situado na interseção dos caminhos carroçáveis de Gamelas com o de Serraria a Engenho Velho, na linha de cumeada da serra de Gamelas; prossegue por ela até o marco n.º 8 (de Bananeiras); deste marco, segue em linha reta até o marco n.º 7 (de Bananeiras), situado na interseção da estrada de rodagem Serraria-Camucá com o caminho carroçável de Gamelas a Paulo Afonso; prossegue pela estrada

até alcançar o pontilhão sobre o riacho Araçajimirim; desce por ele até cortar a antiga estrada carroçável de Bananeiras; prossegue por ela até o marco n.º 6 (de Bananeiras), situado no ponto onde ela corta o riacho Poço Escuro. *Com Guarabira*, começando no marco n.º 6 (de Bananeiras), situado no ponto onde a antiga estrada de Bananeiras corta o riacho Poço Escuro, segue em linha reta até o cruzamento da antiga estrada carroçável de Bananeiras com o caminho carroçável que vai a Serraria; deste ponto, segue em linha reta até alcançar o pico da serra Pau-d'Arco do Labirinto; deste pico segue em linha reta até o marco n.º 2 (de Guarabira) situado à margem da estrada de rodagem Cuíteji-Pilões entre as propriedades Gamelaira e Cachoeira do Espinho; ainda prossegue em linha reta até a pedra da Canastra; deste ponto, continua em linha reta até o marco n.º 1 (de Guarabira), situado no ponto em que o caminho de tropa do Espinho corta o riacho Pirauá; deste marco segue em linha reta até o pico da serra do Capim; ainda em linha reta prossegue até alcançar a linha de cumeada da serra da Gamelaira, prossegue por ela e em seguida por essa linha reta até alcançar o marco n.º 10 (de Areia), situado à margem do caminho de tropa de Almécga, na propriedade Ouro Verde. *Com Areia*, começando no marco n.º 10 (de Areia), situado à margem do caminho de tropa de Almécga, na propriedade Ouro Verde, prossegue por esse caminho até o marco n.º 9 (de Areia), situado na Chã do Grotão; deste marco segue em linha reta até o marco n.º 8, localizado à margem do rio Manga de Frade, no lugar Gruta; sobe por este, que toma os nomes de Caiana e Fechado de Baixo até cortar o caminho de tropa; prossegue por esse caminho até o marco n.º 7 (de Areia), situado no divisor de águas da serra do Salgado; deste marco segue em linha reta até a foz do riacho Guaribas, no rio Salgado, sobe por esse riacho até

cortar o caminho de tropa de São Bento; prossegue por êle, que corta os riachos Pirauá ou Ponta de Pedra e Lagoa dos Barros até o marco n.º 6 (de Areia); ainda pelo mesmo caminho até a foz do riacho Lajedo do Frade, no rio Jacaré.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Pilões, começando no ponto onde o caminho carroçável de Areia a Serraria corta o riacho Fechado, prossegue por êsse caminho até alcançar a estrada carroçável Pilões-Serraria; continua por essa estrada até a estrada de rodagem Serraria-Camucá, pela qual prossegue até os limites municipais com Bananeiras. *Distrito da Sede com Arara*, começando na foz do riacho Guaribas, no rio Salgado, segue em linha reta até alcançar o marco n.º 1, situado na linha de cumeada que divide as águas do rio Araçaji e Araçajimirim; prossegue por ela até alcançar o marco n.º 2, situado à margem do rio Araçajimirim; sobe por êsse rio até cortar a caminho carroçável de Arara a Santa Fé. *Patrimônio Municipal* — Em princípio de 1942 o patrimônio municipal somava Cr\$ 448 004,20. *Povoações* — Além das vilas de Pilões e Arara, existem as seguintes povoações no município: Jacaré, Saboeiro, Tapuio. *Quedas d'água* — No rio Araçajimirim há duas quedas d'água, no distrito de Pilões, bem próximas do engenho Veneza, as quais ainda não foram aproveitadas. *Religião* — O município constitui a freguesia do SS. Coração de Jesus, criada em 3 de dezembro de 1906, a qual até agora, tem sede em Pilões. Foi seu primeiro vigário o Padre João de Albuquerque Maranhão. O atual templo católico da cidade é construção em belo estilo e de regulares proporções, tendo sido concluído na década de 1900 a 1910. *Rendas públicas* — Em 1941, a Coletoria Estadual, arrecadou 151:465\$350 e dispendeu 134:516\$700. A Prefeitura,

para o exercício de 1942, orçou sua receita em Cr\$ 105 000,00 e teve a de Cr\$ 102 425,60; fixou a despesa de Cr\$ 138 850,00 e realizou a de Cr\$ 100 709,20. *Repartições públicas* — Na sede estão a Prefeitura Municipal, o Fórum, a Coletoria Estadual, Agência Postal-Telegráfica, uma Caixa Rural, o Mercado Público. Das 16 escolas existentes no município — a cargo de 23 professores, com a matrícula, em 1942, de 791 alunos e 516 de freqüência média — 5, inclusive um grupo escolar, funcionam na sede. *Sede* — A sede é a cidade que dá nome ao município, distando 5 quilômetros da estação ferroviária do ramal de Bananeiras e 129 quilômetros da Capital. Está em belíssima situação sobre a Borborema, contando 4 ruas, uma ladeira, 4 travessas e uma praça, sendo, em maioria, boas as suas construções. Conta uma sociedade educada que mantém grêmios recreativos artísticos e esportivos, religiosos, beneficentes. O desaparecimento da cultura do café afetou-lhe o movimento comercial, que agora está procurando outras fontes promissoras. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 233 prédios urbanos, 82 suburbanos, 2 181 rurais e a população urbana, 806 habitantes; suburbana, 358; rural, 10 654. A cidade é iluminada a luz elétrica e conta com um serviço de auto-ônibus que a liga às cidades de Bananeiras e Guarabira. *Vias de comunicação* — E' o município beneficiado pela estrada de ferro e por estradas reais. Estas, devido à natureza do terreno argiloso e acidentado, se tornam de trânsito difícil no período das chuvas. Para o transportes de mercadorias e passageiros, existiam no município, em 1942, 13 automóveis, 5 caminhões e 35 carros de bois.

Serra Velha — Promissora povoação do município de Ingá; nela funcionam duas escolas públicas primárias que, em 1942, matricularam 105 alunos, resultando 92 de freqüência média.

Serra Verde — Povoado do município de Ingá. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 46 alunos, tendo a frequência média de 24.

— Povoado do município de Taboiana. Sua escola pública primária teve, em 1942, 53 matriculados e a média de 41.

Serra Vermelha — Rio de pequeno curso do município de Conceição. No seu vale se cultiva cana-de-açúcar.

Serrinha — Vila do Pilar. (V. *Juripiranga*.)

— Povoado do município de Areia. Nêle funciona uma escola pública que teve 38 matriculados em 1942.

— Povoado do município de Caiçara. Em 1942, sua escola pública matriculou 46 alunos, tendo 24 de frequência média.

— Povoado do município de São João do Cariri. Sua escola pública primária, em 1942, registrou 39 matrículas.

Serrote — Lugarejo do município de Sabui onde funciona uma escola pública que registrou 30 matrículas em 1942.

Sertãozinho — Povoação à margem da via férrea Guarabira-Nova Cruz na linha intermunicipal de Guarabira e Caiçara, sendo comum aos dois municípios. Foi fundada em 1903. Tem uma capela do Coração de Jesus, cuja imagem foi oferta da esposa do engenheiro Bonchon, que trabalhava na construção da linha férrea. Funciona na vila uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 76 alunos, tendo 57 de frequência média.

— Riacho perene e abundante, de águas excelentes, que atravessa a cidade de Mamanguape. É afamado banheiro público, protegido pela espessura de pujante arvoredor, desde a fundação da cidade. Infelizmente o desejo de modernizar levou um prefeito a tirar ao pitoresco manancial sua originalidade primitiva, transformando-o numa

espécie de piscina, com instalações para troca de roupas, e permanência de vigias.

Silva — Rio de pequeno curso do município de Mamanguape; deságua na lagoa Acajutibiró.

Sinimbu (Voc. ind., corr. de *cin-iambu*: perdiz listrada) — Rio do município de Mamanguape e tributário da lagoa Acajutibiró.

Sipaúba (Voc. ind., derivado de *sipó-uba*: sipó-pau) — Povoado do município de Umbuzeiro; conta aula pública primária que, em 1942, matriculou 41 candidatos tendo 29 de frequência média.

Sítio Velho — Povoado do município de Esperança; sua escola pública primária, em 1942, matriculou 58 alunos, com a frequência média de 49.

Sobrado — Povoação do município de Sapé, distando da sede 5 quilômetros. Realiza uma feira semanal, tem uma capela e uma escola primária cuja matricula em 1942, foi de 72 alunos, obtendo a média de 49.

Socorro — Povoado histórico do município de Santa Rita, à margem da estrada que segue para Maguari, dois quilômetros da margem direita do Paraíba. No tempo da dominação holandesa, a guerrilha de Rebelinho vinha sendo violentamente rechaçada da margem esquerda do mencionado rio, quando ali recebeu socorro das guerrilhas de Sebastião Souto e Henrique Dias, sendo então os contrários vencidos. (V. *Batalha*). No local, o voto de um dos combatentes se positivou numa ermida a N. S.^a do Socorro.

Solânea — Pitoresca e florescente vila do município de Bananeiras, bem situada sobre a Borborema, cujo antigo nome — Moreno — foi substituído pelo atual pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Seu rápido desenvolvimento estimulou a rivalidade de poderosos habitantes da sede que,

amparando-se no partidário político, empeceram o progredir da vila, detendo-lhe o avanço social e econômico, forçando a retirada dos entusiastas pelo progresso de Moreno. A vila que tinha um Banco, uma Caixa Agrícola, incrementando a lavoura, estimulando especialmente para o norte do país, a exportação de fumos, animando o comércio do algodão, decaiu. Não obstante, o seu comércio ainda é animado e é bem possível que alcance o florescimento de outrora. Tem boa edificação e ruas bem traçadas. Conta uma igreja, duas aulas públicas primárias, em 1942, para uma frequência média de 140 alunos, tiveram a matrícula de 169. O Recenseamento de 1940 computou-lhe: 305 prédios urbanos, 177 suburbanos, 3 164 rurais e a população: urbana, 1 066 habitantes; suburbana, 634; rural, 15 804. O nome *Solânea* prende-se à classificação da planta que constitui a principal riqueza agrícola do distrito.

Soledade — (V. *Ibiapinópolis*.)

— Nome do açude público que abastece a cidade de Ibiapinópolis, construído pela Inspetoria Federal das Obras Contra as Secas; tem 27 000 000 de metros cúbicos de capacidade e, sobre a barragem, passa a rodovia central do Estado.

Sousa — Município do alto sertão do Estado, nos limites N.O. E' de 1923 quilômetros quadrados sua área territorial. A população, segundo o Recenseamento de 1940, é de 38 440 habitantes assim distribuídos: zonas urbanas, 1 816 habitantes; suburbanas, 1 718; rurais, 34 906; ocupando 528 prédios urbanos, 424 suburbanos, 7 218 rurais. *Açudes* — Conta uns 50 açudes particulares de reduzida capacidade e a grande barragem São Gonçalo (V. *São Gonçalo*). — *Aspecto físico* — O município, com as suas várzeas onde cresce a carnaúba, os seus tabuleiros a espaços sulcados pelos riachos e córregos, os seus terrenos desnudos e às vezes alterados por con-

trafortes da Borborema, tem aspecto agradável e mereceu no passado o nome de Jardim do Rio do Peixe. As principais serras do município são Comissário a N.E. da sede; a Branca ao N. e Santa Catarina, ao Sul. *Administração* — Politicamente é dirigido por um prefeito municipal, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por vários funcionários permanentes. Comarca de segunda entrância, cabe a administração da Justiça local a um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. A segurança pública é da competência de um delegado de Polícia, na sede e subdelegados, nas vilas, estes, de nomeação do Secretário do Interior e Justiça; o primeiro é nomeado pelo Interventor Federal. O Chefe de Polícia do Estado nomeia os suplentes para os referidos cargos. *Assistência social* — Conta um posto de Higiene Municipal e várias associações religiosas de beneficência. *Clima* — O município é quente e seco no verão que se estende de julho a dezembro, ordinariamente. No período das chuvas é ameno. A temperatura pode subir a 34°C à sombra e descer a 20°C. E' muito salubre, revelando-se imune à cólera morbo, quando esta, há mais de oitenta anos, assolou a Paraíba. *Comércio* — Bem ativo, o comércio do município, principalmente o de exportação. Mantém transações comerciais com as praças de Campina Grande, João Pessoa, Recife, e várias outras do País, e mesmo do estrangeiro, nos tempos normais. *Curiosidades* — Na serra Branca se encontram várias inscrições rupestres e, uma lájea de granito muito polida, na qual estão nitidamente impressas pegadas de todos os pássaros comuns à região. Na serra de Santa Catarina vê-se o Olho-d'Água do Frade; começa por um riacho cortando a serra, formando um boqueirão; despenha-se, precipitando-se num poço profundíssimo, cuja circunferência tem o diâmetro aproximado de dois metros. A água transbordante continua a cor-

rente e 20 metros além, desaparece completamente num areal. O que torna o poço mais singular é que aumenta o volume de suas águas no verão e o diminui na estação pluviosa. *Demografia* — No exercício de 1941 registraram-se no município de Sousa: 711 nascimentos, 134 casamentos, e 492 óbitos. A delinqüência constou de 43 crimes, sendo um de homicídio. *Distritos* — Conta o da sede, o de Nazarézinho e o de Oitici-catuba. *Etnografia* — As origens da população de Sousa prendem-se aos cariris, ao colono português, vindo da Bahia e Pernambuco, São Paulo, e mesmo de outras regiões da Paraíba; muito restrito foi o elemento negro. *Fauna e flora* — Como nos outros municípios sertanejos, a fauna apresenta variedades em aves aquáticas, pássaros cantores, pombos silvestres, como a ave-de-arribação. Entre os animais de caças várias espécies estão quase extintas pela perseguição humana e pelas secas, existindo ainda espécime de veados, onças, mocós, raposas, tatus, etc. Nos restos das matas devastadas se encontram algumas espécies produtoras de boas madeiras para construção e marcenaria. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Sousa alia a indústria agrícola à pastoril, existindo no município umas 50 grandes fazendas de criação, e centenas de pequenas propriedades. Em 1941 os rebanhos do município somavam: 15 600 bovinos, 1 380 eqüinos, 800 asininos, 400 muars, 6 540 lanígeros, 8 000 caprinos, 2 000 suínos e 15 000 aves. *Feiras* — Na sede, nas vilas e povoações principais, se realizam, semanalmente, feiras animadas. *Hidrografia* — As correntes d'água que têm sua origem no município são tributárias de dois rios: o Piranhas, que atravessa o município de O. a N. e o Peixe que, correndo de O. vem juntar-se ao primeiro, no lugar Barra, 20 quilômetros a S.E. da sede. Estes rios, porém, ficam estanques no verão, conservando água nos poços e caldeirões. *História* — Dos bandeirantes que inicia-

ram o povoamento do atual município de Sousa, nomeia-se o Capitão-Mor Francisco de Oliveira Ledo, filho do desbravador Teodósio de Oliveira Ledo e nascido no Cariri. Sucedeu a seu pai como capitão-mór das Piranhas e Piancó em 1723, já estando fundada nesse tempo a aldeia dos Icós, base da atual sede do município. Com o bandeirante referido, o seu parente, Gonçalo de Oliveira Ledo e a casa da Torre, começou no fim do século XVII, a colonização do distrito, tendo os paulistas ocupado alguns trechos limítrofes com a capitania do Rio Grande do Norte. Pela fertilidade do terreno, exuberância de sua vegetação, recebeu o nome de *Jardim do Rio do Peixe*. Uma sesmaria de 1774 revela que o local onde agora está a cidade, naquela época se chamava Jardim de N. S.^a dos Remédios. A fundação da freguesia, deve-se a Bento Freire de Sousa, que solicitou da Casa da Torre, desde 1731, o respectivo patrimônio, obtendo-o em 1741, depois de repetidas viagens à Bahia. Com a cooperação do Capitão-Mor José Gomes de Sá, lançou os fundamentos da nova povoação, construindo a capela, de cujo patrimônio foi administrador corretíssimo, até 1763, quando cegou. E' em homenagem àquele homem, de vontade e ação, que o município trocou o seu nome primitivo, pitoresco e expressivo. O burgo progrediu e por carta régia de 22 de julho de 1776 foi elevado à vila. Em 10 de julho de 1854, a Lei provincial n.º 28 deu-lhe os fôros de cidade. E' sede de comarca por Lei provincial n.º 27, de 6 de julho de 1854, e classificada pelos Decretos 1 645 e 5 079, respectivamente de 20 de setembro de 1855 e 4 de setembro de 1872. O Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938 e o de n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, dizem respeito a sua organização política e judiciária. *Homens notáveis* — São filhos do município: o Marechal José de Almeida Barreto, o jurista e orador Benedito de Acauã Ribeiro, o

general Brás Abrantes, o médico e político Silva Mariz, Monsenhor Sabino Coelho. *Indústria* — É a agrícola-pastoril a principal indústria do município, assim, em 1941 exportou: 1 604 354 kg de frutos de oiticica; 5 700 kg de queijos e manteiga, 57 820 kg de cera de carnaúba, 6 800 000 kg de palha de carnaúba, 10 833 sacos de milho de 60 kg, 45 000 cachos de bananas, 1 657 970 kg de algodão em pluma, 270 000 kg de arroz em casca, 617 299 kg de rapaduras. Para beneficiar algodão, funcionam no município 10 maquinismos. *Instrução* — O município conta a instrução secundária, dada numa escola normal agrícola e a primária, pública, distribuída em 27 escolas, inclusive um grupo escolar, todos a cargo de 32 professores. As aulas primárias, em 1942, matricularam 1 310 alunos e tiveram 934 de frequência média. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1 164 de 15 de novembro de 1938, e 520, de 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites municipais para Sousa: — *Com Antenor Navarro*, começando no marco n.º 7 (de Antenor Navarro), situado à margem do rio Piranhas, desce por esse rio até o serrote Cipó deixa o rio e sobe pela vertente até alcançar o seu divisor de águas, prossegue por esse divisor até o marco n.º 6 (de Antenor Navarro), situado entre as propriedades Santo Antônio do Bé e São Gonçalo; daí, segue em linha reta até o marco n.º 5 (de Antenor Navarro), situado à margem do rio Piranhas, na propriedade Barra do Bé; desce pelo rio Piranhas até o marco n.º 4 (de Antenor Navarro); dêsse marco, prossegue por uma linha reta até alcançar o de n.º 3 (de Antenor Navarro), situado à margem do riacho dos Buracos, entre as propriedades Piedade e Alagoa do Melo; sobe por esse riacho até o boqueirão dos Buracos; daí, segue pelo divisor de águas do contraforte conhecido por serrotes do Jerimum e Mastruço, serras de São Diogo, Quixaba, Arara, Branca e Catolé, até alcançar o marco

n.º 2 (de Antenor Navarro), situado na nascente do riacho Umbelina, no lugar Saco do Mamoeiro, na serra Luís Gomes, nos limites com o Rio Grande do Norte. *Com o Rio Grande do Norte* — (*Município de Luís Gomes*), começando no marco n.º 2, situado na nascente do riacho Umbelina, no lugar Saco do Mamoeiro, na linha de cumeada da Serra Luís Gomes, nos limites com o Rio Grande do Norte, segue por essa linha e depois pela Serra Negra, Serra da Inveja e morro dos Canudos, onde se estremam Catolé do Rocha e Alexandria (Rio Grande do Norte). *Com Catolé do Rocha*, começando no morro dos Canudos, segue pela linha de cumeada que toma os nomes de morro dos Caetanos, alto do Marechal, morro das Quatro Pedras, Serrote Pelado, Serra Verde, até o Pico da Serrinha, onde se estremam Catolé do Rocha e Pombal. *Com Pombal*, começando no pico da Serrinha, segue pela linha de cumeada que toma os nomes de Saco da Carrapateira e Serra Verde até a linha de cumeada da Serra do Comissário; dêste ponto, segue em linha reta até o cabeço do Brás; continua em linha reta até o marco n.º 1, situado na fazenda Duas Lagoas; daí, em linha reta até o marco n.º 2, situado entre as propriedades Ôlho-d'Água e Duas Lagoas; ainda por outra linha reta até o marco n.º 3, situado no lugar Umburana dos Catetes, entre as propriedades Aba e Catolé; dêste ponto, também em linha reta, até o marco n.º 4, situado no lugar dos antigos marcos "Gêmeos", também entre as propriedades Aba e Catolé, na malhada do Pereiro; prossegue em linha reta até o marco n.º 5, localizado no lugar Saco Rôto; daí, ainda em linha reta, até o marco n.º 6, entre as propriedades São Lourenço e Aba; dêste marco vai ter ao marco n.º 7, na lagoa dos Barreiros propriedade São Lourenço; dêste marco, segue por uma linha reta até o marco n.º 8, à margem do rio Piranhas, propriedade Estrema, daí prossegue ao

serrote do Jiqui, de onde prossegue pela sua linha de cumeada e da serra dos Poços dos Cavalos até o marco n.º 9, na propriedade onde se estremam Pombal e Piancó. *Com Piancó*, começando no marco n.º 9, situado na fazenda Escuri-nho, segue pela linha de cumeada até o lugar Cruz Grande, onde atravessa o riacho da Serraria; prossegue pela mesma linha até o boqueirão do Pé Branco; prossegue daí, pela linha de cumeada da Serra de Santa Catarina até o marco n.º 10, situado no lugar Serra Verde, onde se estremam os municípios de Jatobá e Piancó. *Com Jatobá*, começando no marco n.º 10, situado na linha de cumeada da Serra de Santa Catarina, no lugar Serra Verde, segue por essa linha até a garganta das Piabas; daí, prossegue pela linha de cumeada do contraforte conhecido por Serrote do Calangro, Serrote do Saquinho, Serra Lajes até o terceiro pico onde se estremam Jatobá e Cajazeiras. *Sousa com Cajazeiras*, começando no terceiro pico da linha de cumeada da Serra de Santa Catarina, no lugar Serra Lajes, prossegue por ela e em seguida pelo seu contraforte até o marco n.º 1 (de Cajazeiras); dêste marco, segue em linha reta até o marco n.º 7 (de Antenor Navarro), situado à margem do rio Piranhas, no sítio Cajazeira Velha.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Oiticicatuba, começando na linha de cumeada da serra de Santa Catarina, no ponto em que confronta com a extremidade ocidental da serra da Cascavel, segue em linha reta até alcançar a linha de cumeada da mesma, seguindo seu divisor até atingir o marco n.º 16 no lugar Boqueirão, à margem da estrada de rodagem São Gonçalo-Curema, prossegue ainda pelo divisor de águas da referida serra e, em seguida pela serra dos Poços dos Cavalos até atingir os limites com Pombal. *Distrito de Nazarêzinho com*

Oiticicatuba, começando no cruzamento do caminho carroçável de São Gonçalo com a linha de cumeada da serra de Santa Emília, prossegue por essa cumeada até defrontar a fazenda Caiçara; continua em linha reta passando por essa fazenda até alcançar o marco n.º 9, situado na serra Santa Catarina, nos limites com Piancó. *Distrito da Sede com Nazarêzinho*, começando no ponto em que o caminho carroçável de São Gonçalo a Oiticicatuba corta os limites com Antenor Navarro, prossegue por êsse caminho até seu cruzamento com a linha de cumeada da serra Santa Emília. *Distrito de Oiticicatuba com a Sede*, começando no cruzamento do caminho carroçável de São Gonçalo com a linha de cumeada da serra de Santa Emília, prossegue pela cumeada dessa serra e em seguida pela da serra Cascavel até o Poço dos Cavalos nos limites com Piancó. *Necessidades locais* — O município precisa de estradas internas, de maior iniciativa dos seus habitantes no que respeita a métodos adiantados referentes a agricultura e a pecuária. Também os habitantes rurais estão reclamando escolas para a infância. *O meio social* — Sousa foi a mais adiantado centro social do sertão paraibano. Causas diversas fizeram-no estacionar. A estrada de ferro, a rodovia central, o agude São Gonçalo estão animando os seus habitantes imprimindo uma diretriz promissora. A sede se movimenta, com as suas sociedades recreativas, artísticas, esportivas e a vizinhança de um campo de aviação, sempre visitado por aparelhos aéreos. *Patrimônio municipal* — em 1942, o patrimônio municipal valia Cr\$ 448 004,20. *Povoações* Além das vilas, conta as seguintes povoações: Aparecida, Angelim, Boa Esperança, Carnaubinha, Lastro, Marizópolis, Pereiro, Santa Cruz e São Gonçalo. *Religião* — Eclesiasticamente, Sousa pertence ao bispado de Cajazeiras e constitui a freguesia de N. S.ª dos Remédios, sendo a capela primitiva construída por

Bento Freire de Sousa e erigida em matriz no ano de 1800. Hoje é um dos belos templos católicos do sertão. Conta as capelas filiais de Aparecida, Bom Jesus, e N. S.^a do Rosário, na sede; São Sebastião em Nazarézinho e Lastro; N. S.^a da Conceição em Campo Alegre; a de São José dos Remédios, de São Vicente de Paulo e a de N. S.^a do Loreto. *Rendas Públicas* — Em 1941, a Coletoria Estadual arrecadou 596:963\$900 e teve a despesa de 207:062\$700. A Coletoria Federal, em 1942, teve a receita de Cr\$ 222 416,20. A Prefeitura Municipal, para o exercício de 1942, orçou sua receita em Cr\$ 260 000,00 e teve a de Cr\$ 269 999,00; fixou a despesa de Cr\$ 310 000,00 e realizou a de Cr\$... 260 350,30. *Repartições públicas* — A estação ferroviária, a Prefeitura, o Fórum, a Coletoria Federal e a Estadual, Agência Postal-Telegráfica, o Matadouro, o Mercado Público, o Grupo Escolar, a Escola Normal Rural, o Cartório do Registro Civil, o Posto Agrícola, em São Gonçalo. *Sede* — A sede é a cidade de Sousa que, por meio da via férrea e da rodovia central, se comunica com as mais importantes cidades do Estado e com a Capital do Ceará. Conta 14 ruas, 12 travessas, 3 praças. É bem situada e de boa edificação, distando 439 quilômetros da Capital do Estado e 302 de Campina Grande. Suas coordenadas, segundo os trabalhos da Comissão Pimenta da Cunha, em 1922, são: lat. S. 6°-45'-35"; long. E. do Rio de Janeiro 4°-59'-27", em frente da igreja. Sua altitude é de 225 metros sobre o nível do mar. Pelo Recenseamento de 1940, verificou-se possuir 416 prédios urbanos, 340 suburbanos, 6 474 rurais e a população urbana, 1 503 habitantes; suburbana, 1 418; rural, 31 223. *Vias de Comunicação* — O município é servido pela Viação Cearense, cujos trilhos chegam a Patos, e pela rodovia central, por onde se faz um regular serviço de ônibus que alcança do Ceará a Campina Grande. Internamente dispõe de estra-

das carroçáveis. Para transporte de passageiros e mercadorias existiam no município, em comêço de 1942: 8 automóveis, 12 motocicletas, 18 caminhões e 42 carros de bois.

Stuart — Nome de três ilhotas nas bocas do Gargaú sobre o Paraíba. O nome lhe veio de um dos seus proprietários, o inglês Jordão Stuart, célebre por sua amizade aos revolucionários de 1817, tendo mandado roubar a cabeça de Amaro Gomes Coitinho, exposta no Zumbi, sepultando-a em lugar conveniente e secreto, somente conhecido muitos anos depois. Na ilha construiu Stuart um cemitério para inumação de ingleses finados, e de estrangeiros protestantes, os quais a igreja católica não permitia fossem sepultados no cemitério da Capital. Jordão era rico comerciante exportador e residia na ilha que, antes d'ele, foi propriedade do português, pai do Padre Azevedo, o inventor da máquina de escrever comercial. Pertence ao município de Santa Rita.

Sucuru (Voc. ind., talvez contração de *ecá-curú*: olhar de cobra) — Nome de numerosa tribo da família cariri. Habitava a região hoje ocupada pelos municípios de Monteiro, São João, Teixeira e largo trecho da capitania de Pernambuco. Confederou-se com os cariris, contra os portugueses, mas desavindo-se os sucurus dos atuais distritos de Teixeira com os de São João, passaram os primeiros para o partido dos colonos, indo servir sob as ordens de Luís Soares, no Açu que, depois de vencida a confederação, os aldeiou no rio Aracajá.

— Rio que nasce 5 quilômetros acima da povoação de Boi Velho, do município de Monteiro, na chapada divisória deste município com o Estado de Pernambuco. Corre de O. a L.; banha a vila de Sumé e, depois de 85 quilômetros de curso, reúne-se com o do Meio e o do Serra, formando o Paraíba. (V. *Paraíba*).

— Povoação do município de São João do Cariri, elevada à vila pelo Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938. Está à margem do rio precedente. Tem aula pública primária. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 25 prédios urbanos, 11 suburbanos, 628 rurais e a população urbana, 102 habitantes; suburbanana, 36, rural 3 504.

Sumé, Ex-São Tomé — Teve o nome mudado para o atual pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943 e a categoria de vila pelo Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938. Está no sopé de uma colina, na confluência do riacho São Tomé com Rio Sucuru e distando para O. da sede do município de Monteiro, ao qual pertence, 60 quilômetros. E' florescente, de agradável aspecto e ponto excelente para comércio, principalmente de peles e algodão. Foi fundada em 1903 por Manuel Augusto de Araújo. Em 1762 era fazenda de criação pertencente a Manuel Tavares Baia. Conta uma capela e duas escolas públicas primárias. Estas, em 1942, tiveram 78 matriculados e 64 de frequência média. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 212 prédios urbanos, 175 suburbanos, 1 443 rurais e a população urbana, 614 habitantes; suburbanana, 628, rural, 7 100.

Surrão — Povoador no vale do rio do mesmo nome, do município de Ingá. Conta aula pública primária que, em 1942, matriculou 77 alunos, tendo a média de frequência de 34.

T

Tabaiana (Plebeísmo que substituiu o antigo nome Itabaiana) — Município ao S.O. do Estado, ocupando uma área territorial de 613 quilômetros quadrados. Sua população, segundo o Recenseamento de 1940, é de 37 774 habitantes, assim divididos: zonas urbanas, 7 055; suburbanas, 3 218; rurais, 27 501,

ocupando 2 117 prédios urbanos, 831 suburbanos, e 6 122 rurais. *Açudes* — Tabaiana conta vários açudes públicos e particulares, todos de reduzida capacidade. *Administração* — Politicamente, é dirigido por um prefeito municipal, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por 15 funcionários permanentes. Comarca de segunda entrância, um juiz de direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar, têm a seu cargo os interesses da Justiça local. A segurança pública é mantida por um delegado de Polícia, na sede, e subdelegados, nas vilas. O primeiro é nomeado pelo Interventor; os demais, pelo Secretário do Interior e Justiça. Os suplentes para os referidos cargos, são escolhidos pelo Chefe de Polícia da Paraíba. *Aspecto físico* — Situado quase todo na zona da caatinga, são os seus terrenos ora planos ora levemente ondulados, ora apresenta trechos situados nos pontos extremos de contrafortes da Borborema, como as serras: Verde e Volta, a O.; Aburá, Campos, Capim e São José, ao S. *Assistência social* — Funcionam na sede do município: um hospital regional, de propriedade particular, algumas sociedades beneficentes e um Posto de Higiene, cujo Boletim referente a 1942, menciona: — Profilaxia — Pessoas atendidas pela primeira vez: helmintoses, 1 358; paludismo, 522; bouba, 518; sífilis, 239; gonorréia, 1; tuberculose, 2; disenterias, 12; outras doenças, 592. Vacinações: antivariólica, 816; antitíficas, 1 114; antidisentéricas, 1 114. *Clima* — E' quente e seco no verão; agradável no período das chuvas, de março a agosto. De comprovada salubridade, é o município preferido por quantos, habitando nas vizinhanças, desejam reconstituir-se. *Comércio* — Tabaiana é reputado centro comercial de exportação e importação, mantendo animadas transações comerciais com as praças de João Pessoa, Recife e outras do sul do País. *Demografia* — Em 1942, registraram-se no município 270 casa-

mentos, 584 nascimentos e 422 óbitos, destes, 20 natimortos e 39 de 0 a 1 ano de idade. A delinquência, em 1941, consistiu de 215 contravenções e 5 crimes, entre os quais um de homicídio. *Distritos* — Conta o da Sede, o de Aburá (ex-Salgado), o de Guarita e o de Mogeiro. *Fauna e flora* — A fauna revela várias espécies de pássaros, insetos, roedores, batráquios, e a flora, nos restos de matas devastadas, apresentam essências de real utilidade na marcenaria e nas construções. *Feiras* — Na sede realiza-se, às terças-feiras, movimentada feira de gados e, às quartas-feiras, a de gêneros alimentícios. Nas vilas e povoações principais, há feiras semanalmente. *Hidrografia* — O principal rio do município é o Paraíba, que recebe em Tabaiiana vários riachos. *História* — Os primeiros colonos se fixaram na região em princípio do século XVIII, ou fins do XVII, depois que os jesuítas fundaram a missão do Pilar. A tradição diz que foi um Padre Fidélis o fundador do povoado de Tabaiiana, fato histórico contestado. O certo é que no começo do século XIX, aparece Tabaiiana no cenário político, desenvolvendo ação meritosa. Os seus habitantes deram grandes contingentes aos revolucionários de 1817, 1824 e 1848. Em torno da atual cidade, feriram-se renhidos combates, sendo o mais célebre o de 24 de maio de 1824, entre as forças do Sargento-mor Félix Antônio Ferreira de Albuquerque e os legalistas comandados pelo Coronel Estevão Carneiro da Cunha. Tabaiiana pertenceu ao município de Pilar até 1890, quando foi elevado à vila e sede de comarca, pelo Decreto n.º 14, de 23 de setembro. O Decreto n.º 63, de 26 de março de 1891, elevou a vila a cidade. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, conservou-lhe as prerrogativas. *Homens notáveis* — Na região têm nascido homens que se tornaram dignos pelo valor mental e moral, destacando-se o Dr. João Florentino Meira de Vasconcelos, parlamentar e Conselheiro

do Império. *Indústria* — O município conta uma grande fábrica para o preparo de peles e couros e desenvolve suas indústrias agrícolas e pastoril. Em princípios de 1942 os seus rebanhos somavam: 25 000 bovinos, 3 000 eqüinos, 2 500 asininos, 2 500 muares, 1 500 lanígeros, 2 000 caprinos, 2 800 suínos e 150 000 aves. A exportação, em 1941, constou de 26 000 sacos de milho de 60 kg; 60 000 abacaxis; 40 000 cachos de bananas; 150 000 laranjas, 60 000 sacos de farinha de mandioca, 180 000 kg de polvilho, 1 000 000 de pés de vaqueta, 1 000 000 de pés de vaqueta-cromo; 860 000 pés de raspas envernizadas; 200 000 de raspas branqueadas. A exportação de gado, foi estimada em 25 000 bois. *Instrução* — Existe no município a instrução pública primária, mantida pelo Estado e ministrada por 46 escolas, inclusive um grupo escolar, sob a docência de 60 professores. Nesses estabelecimentos, matricularam-se, em 1942, segundo registro na repartição de Estatística, 2 701 alunos, resultando 1 987 de frequência média. Na sede existem cursos particulares de instrução secundária e profissional. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram para Tabaiiana os seguintes limites municipais: — *Com Ingá*, começando na foz do riacho Jerimum ou Tabocas, no rio Paraíba, onde se estretram os municípios de Ingá e Umbuzeiro, desce pelo referido rio até a foz do seu afluente, riacho Poço Verde, na fazenda Juá; daí, prossegue por outra linha reta até o marco n.º 1, colocado na fazenda Lagoa de Velho; por outra linha reta, continua até o marco n.º 2, na fazenda Acará; ainda prossegue por outra linha reta até o marco n.º 3, situado à margem da ferrovia da "The Great Western of Brazil Railway Company Ltd.", na fazenda Gameleira; deste ponto, ainda prossegue, por outra linha reta, até alcançar a nascente do riacho Caldeirão, Matão ou Pedra

d'Água, na fazenda Sítio Novo, desce por êle até a sua foz, no rio Gurinhém ou Cantagalo. *Com Alagoa Grande*, começando na foz do riacho Pedra d'Água, Matão ou Caldeirão, no rio Gurinhém ou Cantagalo, desce por êste rio até encontrar a foz do riacho Verde ou Manipeba. *Com Pilar*, começando na foz do riacho Verde ou Manipeba, no rio Gurinhém ou Cantagalo, sobe por êste riacho até cortar o caminho carroçável Juarez Távora-Volta; deixa o referido riacho e prossegue pelo mencionado caminho até o marco n.º 4, localizado na barragem do açude Mendonça; dêste marco, desce pelo riacho Curimataú-Mirim até cortar a estrada carroçável São José-Tabaiana; prossegue por esta estrada até o marco n.º 5, colocado na fazenda Nova Veneza; e, por uma linha reta, prossegue até o marco n.º 6, situado na lagoa Dantas, na fazenda São Sebastião; dêste marco, prossegue, ainda, por outra linha reta, até o pico do serrote Maracaípe, na fazenda do mesmo nome; finalmente, por outra linha reta, segue até o marco n.º 7, situado à margem da estrada carroçável Tabaiana-Pilar, na fazenda Curtume; continua por esta estrada até o marco n.º 8, situado na lagoa da Cruz; dêste marco, prossegue, então, em linha reta, até alcançar o rio Paraibinha, no ponto onde é cortado pela estrada carroçável Juripiranga-Tabaiana; sobe por êle até encontrar o caminho carroçável Tabaiana-Camutanga; finalmente, deixa o rio e prossegue pelo caminho até o marco n.º 9, colocado na linha de cumeada da serra do Pirauá, no trecho conhecido por serra Gaspar Alves. *Com Pernambuco — (Município de Timbaúba)*, começando no marco n.º 9, situado na linha de cumeada da serra do Pirauá, no trecho conhecido por serra Gaspar Alves, prossegue por ela e pela das serras do Caldeirão, Manuel de Matos, Alagamar e, finalmente, Pirauá, até encontrar o marco n.º 10, onde se estremam com Umbuzeiro.

Com Umbuzeiro, começando no marco n.º 10, colocado na linha de cumeada da serra do Pirauá, nos limites com Pernambuco, segue pela linha de cumeada do seu contraforte denominado Quicé, até alcançar a nascente do riacho Tabocas ou Jerimum; desce por êle até a sua foz no rio Paraíba, onde se estremam os municípios de Umbuzeiro e Ingá.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Mogeiro, começando do ponto onde a estrada carroçável São José-Tabaiana corta o riacho Curimataú-Mirim, segue por ela até a sua interseção com a estrada de rodagem Tabaiana-Campina Grande e por esta, até o marco n.º 11. *Distrito da Sede com Guarita*, começando no marco n.º 11, à margem da estrada de rodagem Tabaiana-Campina Grande, segue em linha reta até encontrar a foz do riacho Cabeça de Negro, no rio Paraíba; sobe por êle até a sua nascente na serra Caldeirão, nos limites com Pernambuco. *Distrito de Guarita com Mogeiro*, começando no marco n.º 11, colocado à margem da estrada de rodagem Tabaiana-Campina Grande, segue por ela até alcançar a nascente do riacho do Açude, desce por êle até ser cortado pelo ferrovia da "Great Western", no km 12. *Distrito de Aburá com Guarita*, começando no marco n.º 12, colocado à margem do caminho carroçável Maria de Melo-Timbaúba, no divisor de águas da Serra do Pirauá, segue por êle até cortar o riacho Teju; deixa o caminho carroçável e sobe pelo referido riacho até a sua nascente na serra Margarida; dêste ponto, prossegue por uma linha reta até alcançar, na vertente oposta, a nascente do riacho Canudos, desce por êle até a sua foz, no rio Paraíba; desce ainda, por êste rio, até a foz do riacho do Açude; sobe por êle, até o km 12, da ferrovia da "Great Western". *Distrito de Mogeiro com Aburá*, começando no km 12, da "Great Western", segue por êle até

cortar o caminho carroçável Mogeiro-Aburá; desta interseção, prossegue pelo referido caminho até cortar o rio Paraíba, sobe por êle até a foz do riacho Poço Verde, na fazenda Juá, nos limites com os municípios de Ingá e Umbuzeiro.

Patrimônio Municipal — Pelo inventário efetuado em 1942, o patrimônio do município somava Cr\$ 479 951,00. *Povoações* — Além das vilas, conta várias povoações, sendo as mais importantes: Acará, Areal, Boa Vista, Camorim, Canto Alegre, Campo Grande, Catolé, Dois Riachos, Gameleira, Guarita, Linda Flor, Maracaípe, Manuel de Matos, Maria de Melo, Muros, Pau-d'Arco, Pintado, Roncador e Serra Verde.

Religião — Longos anos, parte do município, inclusive a sede, pertenceu à paróquia do Pilar. Por Decreto Diocesano de 2 de fevereiro de 1903, se instituiu a freguesia de N. S.^a da Conceição, cuja igreja-matriz, na cidade, é templo de boa arquitetura e amplas proporções, tendo no fôrro da nave principal um painel pintado por Genésio de Andrade. São capelas filiais as de Guarita e Aburá. Também está no município a freguesia de N. S.^a das Dores, com igreja-matriz na vila de Mogeiro, criada em 1874.

Rendas públicas — Em 1941 a Coletoria Estadual teve a receita de 531:432\$950 e a despesa de..... 333:549\$200. A Coletoria Federal, em 1942, arrecadou Cr\$ 260 146,30. Para o exercício de 1942, a Prefeitura Municipal orçou sua receita em Cr\$ 250 000,00; arrecadou Cr\$ 326 041,90; fixou a despesa de Cr\$ 250 000,00 e realizou a de Cr\$ 310 398,60.

Repartições públicas — Estação ferroviária, Agência Postal-Telegráfica, Prefeitura, Agência do Banco do Brasil, Fórum, Mercado Público, Casa de Detenção, Coletorias Federal e Estadual, Matadouro, Grupo Escolar, Cartório do Registro Civil.

Sede — A sede, a cidade de Tabaiana, a 65 quilômetros da Capital, à margem direita do Paraíba e cortada pela via férrea João Pessoa-Recife-Campina Grande. É bem edificada, tendo servi-

ços de iluminação e energia elétrica, remoção de lixo, transporte urbano, praças ajardinadas, ruas pavimentadas. Conta 33 ruas, 8 ladeiras, 12 travessas, 3 praças e um jardim público. Na sede funcionam: uma biblioteca, sociedades artísticas, literárias, recreativas, esportivas, beneficentes, religiosas. Sua sociedade é distinta, educada e já tem mantido regular imprensa periódica. O cinema local contém 453 localidades. O Recenseamento de 1940 computou-lhe: 1 754 prédios urbanos, 610 subúrbios, 952 rurais e a população: urbana, 5 777 habitantes; suburbana, 2 408; rural, 4 480.

Vias de comunicação — Conta a via férrea, a rodovia central do Estado e estradas carroçáveis. Além do serviço de suas empresas de ônibus, cruzam o município várias outras linhas de auto-ônibus, facilitando a comunicação de Tabaiana com outros municípios, com a Capital e com o Recife. Para transporte de passageiros e mercadorias, havia no município, em 1942, 16 automóveis, 6 auto-ônibus, 4 motocicletas, 20 caminhões e 36 carros de bois.

Tabajaras, Ex-Livramento. (V. *Gargauá*.)

— (Voc. ind., *taba-ia*: senhor da aldeia ou senhores das aldeias) — Nome de grande tribo gentilica do Brasil. Proveio do interior, expulsou os caetés e ocupou no litoral as terras da margem esquerda do Paraíba. A princípio inimiga, depois aliada dos portugueses, a quem prestaram serviços valiosos na conquista e no povoamento da capitania da Paraíba. Dos seus chefes, notabilizou-se Pirajibe, o nadador, que morreu centenário na ilha chamada Povoação do Índio Pirajibe, hoje arrabalde da Capital.

Taberaba (Voc. ind. corr. de *taber-abai*: que se chama aldeia) — Rio de pequeno curso do município de Manguape e afluente do rio dêste nome.

Tabocal — Povoação do município de Guarabira; tem escola pública primária

que registrou 41 matriculados em 1942, e frequência média de 27.

Tabu — Lugarejo e antigo engenho do distrito de Pitimbu, à margem da lagoa do Boqueirão. Nas imediações existem boas matas e um açude de média capacidade.

Tacima (Voc. ind., corr. de *ita-cim*: pedra lisa) — Povoação do município de Araruna, distando da sede para E., 20 quilômetros. Foi elevada a vila pelo Decreto-lei estadual n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. É bem situada, pitoresca e de regular edificação. Foi próspera e de algum trato comercial, até quando as exigências do Fisco dificultaram as relações mercantis entre a vila e os vizinhos distritos do Rio Grande do Norte. Decaiu; agora, porém, está se reerguendo. Conta Agência Postal e uma escola primária. No distrito existem carnau-bais. A escola pública da vila, em 1942, matriculou 95 alunos, tendo a frequência média de 70. Computou-lhe o Recenseamento de 1940: 219 prédios urbanos, 81 suburbanos, 1 927 rurais e a população: urbana, 669 habitantes; suburbana, 220; rural, 8 520.

Taiaçu (Voc. ind., segundo L. Clérot, significa: *o queixada*) — *Ex-Bom-Jesus*. Vila do município de Brejo do Cruz, cujo nome atual lhe foi imposto pelo Decreto-lei n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, sendo vila pelo Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938. Realiza uma feira semanal, tem uma capela e uma escola pública primária. O Recenseamento de 1940, encontrou-lhe 86 prédios urbanos, 43 suburbanos, 1 573 rurais e a população: urbana, 248 habitantes; suburbana, 274, rural, 6 455.

Talismã — Povoado do município de Pombal. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 17 alunos.

Tambaba (Voc. ind., corr. de *tam-ba-ba*: detritos de ostras) — As mais altas barreiras da costa paraibana, orlando ampla enseada ao S. da foz do

Gramame e ao N. do pontal de Pitimbu. Têm cor vermelha e do mar são vistas da distância de 20 milhas. Projeta-se a colocação de um farol nessas barreiras para facilitar a aterragem da costa brasileira, às embarcações procedentes do hemisfério boreal.

Tambaí (Voc. ind., *tam-bá-í*: pequeno rio dos detritos das ostras) — Extremidade O. da povoação Barreiras, do município de Santa Rita. Está à margem direita do riacho Tambaí.

Tambaú (Voc. ind., corr. de *tambá-ub*: onde se apanham ostras ou conchas) — Pitoresco arrabalde da Capital do Estado, à margem do Atlântico, 6 quilômetros a L. da zona urbana, a esta ligada por uma avenida por onde transitam bondes e automóveis. É estação balneária, tendo uma colônia de férias para os alunos das escolas públicas primárias do Estado. Tem boa edificação e ocupa grande extensão na enseada ao N. do Cabo Branco. No seu porto, pouco abrigado, podem ancorar embarcações de pequeno calado. A Inspetoria de Portos, Rio e Canais acusa: "Estabelecimento do Porto de Tambaú — 4H-27m-43s1 1/2 e amplitude máxima 1,52; unidade de altura, 1,15m". Vital de Oliveira, considerou perigoso o porto de Tambaú pela grande quantidade de rochas e baixios nele disseminados. As primeiras, em maioria, submersas.

Tambaúzinho — Lugarejo à margem esquerda do braço do Paraíba que banha o lado ocidental da ilha Restinga. Na povoação funciona uma escola primária que, em 1942, registrou 44 matrículas e a frequência média de 35.

Tambiá (Voc. ind.: a centopeia) — Arrabalde salubre e pitoresco a N.E. da cidade de João Pessoa, cujo nome lhe veio da fonte pública, muito celebrada pela excelência e abundância de suas águas. O Prefeito Guedes Pereira remodelou a fonte, aproveitando o excesso de suas águas para alimentar pequenos lagos e banheiros públicos; enfim trans-

formou a fonte e o bosque que a circunda, no atraente parque Arruda Câmara.

— Nome de um rio que nasce nas colinas do Boiçó e deságua na margem direita do Paraíba. E' conhecido também pelo nome de Mandacaru.

Tambiázinho — Pequeno rio que se origina nas colinas a N.E. da Capital e despeja na margem direita do Paraíba.

Taperoá — (V. *Batalhão*.)

Tapira (Voc. ind.: a anta) — Povoado do município de Santa Rita. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 40 alunos, tendo 28 de frequência média.

Tapuio (Voc. ind., corr. de *tapui*: o bárbaro) — Lugarejo do município de Serraria. Tem aula pública primária que matriculou 19 alunos, em 1942.

Taquara (Voc. ind., *ta-quara*: haste furada) — Povoação do município da Capital, no distrito de Pitimbu, distando 6 quilômetros do Oceano. Foi aldeia de índios tabajaras e em 1592 já era curato. Em 1765 foi criada Paróquia de N. S.^a da Penha de França. Depois decaiu e os seus dois belos templos católicos caíram em ruínas, mas ainda hoje atestam a prosperidade de outrora. Dista 60 quilômetros ao S. da Capital do Estado.

Taquarítuba (Voc. ind.: abundância de taquaris) — Nome primitivo da atual cidade de Brejo do Cruz.

Tataguáçr. (Denominação ind., *tataguacu*: fogo grande) — Nome que em virtude do Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943, tomou a vila de Queimadas, do município de Campina Grande. Está bem situada, tem iluminação elétrica, bom comércio e entre os seus edifícios se destaca o do Grupo Escolar. Dista 20 quilômetros ao S. da sede. Foi primeiramente fazenda de criar do Capitão Pascásio de Oliveira Ledo, por êste obtida na sesmaria que lhe foi doada em 1 de dezembro de 1712 —

“cuas terras povooou metendo-lhe gado de criar, beneficiando-lhe e fazendo largar fogo por ser inculta e muito fechada e pelas muitas queimadas que fêz resultou-lhe ficar por nome o sítio das *Queimadas*”. O Recenseamento de 1940 computou-lhe: 97 prédios urbanos, 97 suburbanos, 2 746 rurais e a população: urbana, 293 habitantes; suburbana, 345; rural, 14 755.

Tatu (Voc. ind., segundo Mário Melo, *ta-tu*: o casco grosso) — Povoado do município de Cabaceiras, cuja escola pública, em 1942, matriculou 31 alunos.

Tauá (Voc. ind.: o barro vermelho) — Povoado do município de Areia, tendo uma escola primária que matriculou 49 alunos em 1942, tendo 28 de frequência média. No distrito nasceu a poeta e escritor José Rodrigues de Carvalho.

Tauatuba (Voc. ind., *tauá-tuba*: abundância de barro vermelho) — Antiga Alagoinha, cujo nome lhe foi mudado pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Pertence ao município de Guarabira, distando da sede 15 quilômetros. Está situada numa planície, na fralda oriental de Borborema. E' pitoresca e de boa edificação. O Recenseamento de 1940 verificou-lhe: 391 prédios urbanos, 65 suburbanos, 1 574 rurais e a população: urbana, 1 231 habitantes; suburbana, 174; rural, 6 903. O distrito é agrícola, cultivando bem o algodão, produzindo mais de 40 000 kg anualmente desta malvacea. Exporta algodão, peles, rapaduras e cereais. Tem iluminação elétrica, várias escolas primárias, sociedades esportivas, artísticas e religiosas. Suas transações comerciais se fazem com as praças de Guarabira, João Pessoa e Recife. Dez quilômetros a separam da estação ferroviária de Cachoeira. A região é salubre, mas na estação chuvosa aparecem casos de febres palustres. *História* — Data de 1870 a fundação da Vila. Foi seu primeiro habitante Luís Honorato, que, compreendendo a importância do

local, ali edificou casa para vivenda e comércio. Secundou-o o Tenente José de Moura, proporcionando maior incremento ao nascente povoado. não só fundando grande casa comercial como edificando 18 prédios. Em auxílio dêsses esforços veio o Capitão Firmino Alves Pequeno. Uma feira aí estabelecida, atraiu mais cinco negociantes que, com as suas famílias, vieram residir no local. Alguns anos mais tarde Francisco de Paula Pereira e José Luis Beltrão lançaram os fundamentos de uma capela, concluída sob a direção do seu primeiro Vigário, Padre Antônio Ramalho. Por decreto eciesiástico da diocese da Paraíba, de 21 de novembro de 1909, foi elevada à categoria de paróquia, inaugurada em 8 de dezembro do mesmo ano.

Tavares — Vila do município de Princesa Isabel, distando da sede, para E., 25 quilômetros. E' de regular edificação, possuindo uma capela de S. Miguel, construída pelo Padre Francisco Tavares Arcoverde, auxiliado pelo fazendeiro Manuel Ferreira. As lutas políticas de 1930 quase destruíram a vila, não ficando intato qualquer dos seus prédios. Mas Tavares vai aos poucos recuperando o seu florescimento de outrora. Realiza uma feira semanal e conta uma escola pública primária de reduzida freqüência. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 158 prédios urbanos, 122 suburbanos, 1 029 rurais e a população: urbana, 502 habitantes; suburbana, 647; rural, 5 202.

Tecidos — Nome por que é também conhecida a fábrica de tecidos de Tiberi. (V. *Tiberi*.)

Teixeira — Município sobre a Borborema, nos limites S.O. do Estado. Ocupa uma área territorial de 1 305 quilômetros quadrados, e conta, segundo o Recenseamento de 1940, a população de 23 698 habitantes, assim distribuídos: zonas urbanas, 1 541 habitantes; suburbanas, 463; rurais, 21 694, ocupando 570 prédios urbanos, 120 suburbanos e 5 484 rurais. **Açudes** — Conta quatro açudes

de regular capacidade, sendo o mais importante o *Poços*, construído em 1877 pelo Cônego Bernardo de Carvalho. **Administração** — Politicamente, é dirigido por um prefeito, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por dois funcionários permanentes. Sendo comarca da primeira entrância, estão os interesses da Justiça local confiados a um juiz de direito, dois suplentes e demais órgãos auxiliares. Cabe a um delegado de Polícia, na sede, e a subdelegados, nas vilas, a manutenção da ordem e a segurança pública. O primeiro é nomeado pelo Interventor Federal; os demais pelo Secretário do Interior e Justiça. Os suplentes para os referidos cargos são escolhidos pelo Chefe de Polícia. **Aspecto físico** — O município fica sobre a Borborema: parte ocupa uma chapada que se estende para O. até o município de Princesa Isabel; parte se distende pelas gargantas, desfiladeiros, boqueirões e penedias que se inclinam para o sertão das Pinharas e Piancó. O ponto culminante do Estado está no *Pico do Jabre*, na serra dêste nome, alcançando a altitude de 900 metros; perto da cidade ergue-se o *Tendó*. (V. *Tendó e Jabre*.) **Clima** — O clima é quente e seco mas, devido à altitude, todo o município recebe contínuas modificações dos ventos alísios. No verão, a temperatura pode subir até 28°C, à sombra; e na estação das chuvas, de janeiro a junho, baixar a 18°C. E' muito salubre; foi um dos poucos municípios da Paraíba que não foram atingidos pela cólera-morbo, em 1856. **Comércio** — Não é desenvolvido o comércio do município, devido às dificuldades de transportes. Suas relações comerciais são mantidas com as praças de Patos, Campina Grande, João Pessoa e Recife. **Curiosidades** — Inúmeras são as inscrições rupestres, no município, especialmente nas proximidades do pico do Jabre, onde também se encontra a *Casa do Caboclo*, singular gruta aberta no granito, espécie de ampla sala, tendo, internamente, as

paredes cobertas de inscrições e várias cavidades semelhantes a nichos. *Demografia* — Em 1941, registraram-se no município, 47 nascimentos, 40 casamentos e 253 óbitos. A delinquência constou de 146 contravenções e 40 crimes, nenhum, porém, de homicídio. *Distritos* — Além da Sede, são distritos de paz: Destêrro, Imaculada e Mãe-d'Água. *Etnografia* — Constituindo a população primitiva do município, predominaram portugueses e índios, sendo de pequena importância o elemento africano. *Fauna e flora* — A fauna vai se reduzindo na proporção do esforço incessante que empregam para destruí-la, havendo várias espécies extintas. Dos animais, existem ainda a onça, o porco montês, o gato bravo, a rapôsa, roedores, e ofídios. Ainda se encontram variedades de pássaros e insetos. Da sua rica flora, pouco resta; a devastação quase se completou e agora, para prescrever uns restos de matas, funciona no município uma Delegacia Florestal, de vigilância das matas e reflorestamento. *Fazendas agrícolas e pastoris* — O município, excetuando-se parte dos distritos de Destêrro, Imaculada e Mãe-d'Água, é agrícola. No chapadão do Pau, de uns 200 quilômetros quadrados, se faz grande cultura de mandioca. Contam-se em Teixeira, 1 248 propriedades rurais. Em 1941 os seus rebanhos somavam 1 800 bovinos, 950 eqüinos, 1 100 asininos, 500 muares, 1 300 lanígeros, 1 400 caprinos, 3 800 suínos e 8 000 aves. *Feiras* — Boas feiras se realizam, aos sábados, na sede; aos domingos, em Santo Aleixo; às segundas, em Destêrro; às terças, em Mãe-d'Água; às quartas, em Maturéia e Palmeira; às sextas-feiras, em Imaculada. *Hidrografia* — No município nascem vários rios: o Taperoá e o seu afluente, o Destêrro; o Mãe-d'Água ou Cruz, e o Guerra, afluente do Piancó. *História* — Pelas sesmarias se verifica que em 1761 se havia estabelecido na região um senhor Teixeira que se supõe ser o Capitão Francisco da Costa Teixeira, pro-

prietário em Mamanguape. Este fazendeiro deu nome à serra. Entretanto o principal fundador do povoado foi Manuel Lopes Romeu, ou Romeira, proprietário em Natuba, o qual se passou com a família a Sabuji em meado do século XVIII. Homem dado a caçadas, foi à serra em aprêgo onde encontrou o manancial hoje conhecido pelo nome de Cacimba de Baixo, ao pé da atual cidade. Sombrea a fonte, altaneiro e anoso angico, no qual zumbiam três colmeias de uma espécie de abelhas denominadas Canudos, dando o caçador ao local a expressiva denominação *Olho-d'Água dos Canudos*, depois abreviado em Canudos. Conservou a tradição que tendo Romeu se demorado na excursão, sua mulher, Verônica Lins, tomada de receios, com uma filha e vários serviçais, demandaram a serra, abrindo uma vereda que atingiu o platô. Dormiram a meia encosta. Alta noite apareceu uma onça que foi morta a golpes de facão pelas duas mulheres. A trilha se transformou numa estrada, ainda hoje conhecida pela antiga denominação: ladeira da Onça. Encontrando-se com o espôso, manifestou-lhe este o desejo de para ali se transportar com a família e logo o fez, começando a situar-se. Notando que precisava de um caminho por onde mais rápido o local se comunicasse com o sertão, a N.E., foi ainda a mulher, auxiliada pela filha, quem imaginou o traçado e o executou, conservando até os nossos dias a denominação de *estrada da Verônica*. Esta via, vingando socalcos, vencendo asperezas, coleando a serra até alcançar os campos sertanejos, perpetuou uma vocação raríssima entre mulheres. Manuel Lopes e seu irmão João Leitão compraram a sesmaria e iniciaram a povoação de *Canudos*, nome que não pôde sobrepujar ao da serra do Teixeira, finalmente Teixeira. Pertenceu à freguesia de Patos até 19 de agosto de 1859, ano em que a Lei provincial n.º 4, lhe deu a categoria de vila. Estêve

anexa à Comarca de São João do Cariri e, depois, à de Pombal, sendo por fim criada comarca, por Lei provincial n.º 139, de 20 de outubro de 1864. Perdendo esta categoria, foi incorporada à Comarca de Patos e depois à de Monteiro. O Decreto-lei n.º 1164, de 15 de novembro de 1938, restabeleceu-lhe a comarca e deu-lhe os foros de cidade. Sobre a História do município de Teixeira, há vários trabalhos e muitas controvérsias, publicadas, sendo mais importantes os de Inácio Dantas, Antônio Xavier de Farias, Alírio Vanderlei e Pedro Batista. *Homens notáveis* — O Cônego Bernardo de Carvalho, Dr. Manuel Dantas Correia de Góis, político; Dr. Antônio Xavier de Farias, historiógrafo e poeta; Pedro Batista, historiador e publicista e um irmão deste, Sabino Batista, poeta. *Indústria* — O município vai se iniciando na indústria. Conta três fábricas preparando fibras de agave, cultura que muito se tem desenvolvido na região, verificando-se fibras de 1,90 m de comprimento. Além destas, se contam no município 10 engenhocas para o fabrico de rapaduras e 6 instalações para o benefício de algodão. A região produziu e exportou em 1941: 41 250 sacos de milho de 60 kg, 11 800 sacos de feijão, 2 400 000 kg de algodão em caroço, 290 000 kg de algodão em pluma. No município pratica-se a mineração do ouro, na qual estão ocupadas centenas de pessoas, e dando em resultado a futura povoação Santo Aleixo do Ouro. *Instrução* — Conta somente a primária, distribuída por 13 escolas, a cargo de 14 professores. A matrícula nesses estabelecimentos, no ano de 1942, registrou 555 alunos, resultando 347 de frequência média. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, determinaram os seguintes limites municipais para Teixeira: — *Com Piancó*, começando na confluência do riacho Santa Maria com o rio Condados, sobe por este até defrontar a

serra da Imaculada, deixa o rio e segue pela vertente desta serra até alcançar o seu divisor de águas; prossegue por ele até o marco n.º 1, colocado no alto do Bonito, onde se estremam os municípios de Piancó e Patos. *Com Patos*, começando no marco n.º 1, no Alto do Bonito, no ponto onde se estremam os municípios de Patos e Piancó, segue pelo divisor de águas do contraforte da serra da Imaculada até encontrar o marco n.º 2, situado na fazenda Caricé; prossegue daí pela cumeeira da serra do Caricé até o marco n.º 3, e pelo seu contraforte até o marco n.º 4, na serra do Logradouro; deixa esta e segue pelo divisor de águas da serra da Borborema até defrontar o riacho Mufumbo; prossegue em linha reta até alcançar o marco n.º 1 (de Batalhão), colocado à margem deste riacho, onde se estremam os municípios de Batalhão e Patos. *Com Batalhão*, começando no marco n.º 1 (de Batalhão), colocado à margem do riacho Mufumbo, no ponto onde se estremam Patos e Batalhão, sobe pelo referido riacho até a Pedra do Flamengo; daí segue em linha reta até alcançar o marco n.º 5, na fazenda Fundamento; prossegue por outra linha reta, alcança o marco n.º 6, na fazenda Juá; ainda por outra linha reta, segue até o Tanque dos Negros, na fazenda Bizarro, na serra da Matinha; deste ponto, prossegue pelo divisor de águas do contraforte da serra do Melo até o marco n.º 7 e afinal, por outra linha reta, segue até a lagoa Tabu, na serra dos Cariris Velhos, nos limites com Pernambuco. *Com Pernambuco* — (São José do Egito), começando na lagoa do Tabu, na serra dos Cariris Velhos, segue pelo seu divisor de águas e o da serra do Balança até o marco n.º 9, à margem da estrada carroçável Viração-Clarinha, prossegue pelo divisor de águas das serras Piedade e Ôlho-d'Água até alcançar o marco n.º 10, entre as fazendas Glória e Cachoeira. *Com Princesa Isabel*, começando no marco n.º 10, localizado entre

as propriedades Glória e Cachoeira, segue em linha reta para alcançar, no lugar Mereco, a linha de cumeeada da serra da Palmeira, prossegue por ela até alcançar a nascente do riacho Santa Maria e desce por êle, até a confluência deste riacho com o rio Condado.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Destêrro, começando no marco n.º 8, nos limites com Patos, prossegue pela estrada carroçável de Viração a Clarinha até atingir o marco n.º 9, nos limites com Pernambuco. *Distrito da Sede com Imaculada*, começando na confluência do riacho Mãe da Lua com o rio das Caraibeiras, sobe pelo referido riacho até encontrar a foz do riachão Maracajá, deixa o riacho Mãe da Lua e sobe pelo Maracajá até sua nascente nos limites com Pernambuco, na fazenda Santo Aleixo. *Distrito da Sede com Mãe-d'Água*, começando no ponto onde se estreman os distritos de Mãe-d'Água e Imaculada, na confluência do riacho Mãe da Lua com o rio das Caraibeiras, segue por uma reta até alcançar a crista das Duas Serras; daí segue passando pela linha de cumeeada das serras das Porteiras, Velha, Jabre e Vera Cruz até alcançar o marco n.º 4, colocado na serra do Logradouro, nos limites com o município de Patos. *Imaculada com Mãe-d'Água*, começando no marco n.º 1, situado no Alto do Bonito, segue por uma linha reta até alcançar o Pico das Covas, prossegue por outra linha até encontrar a confluência do riacho Mãe da Lua com o rio Caraibeiras. *Necessidades locais* — *Falta tudo a Teixeira*, disse o seu prefeito Delfino Costa. Não tem rodovias, quase não pode dizer que possui estradas carroçáveis, não tem comunicação fácil com os outros municípios do Estado. Somente agora trabalham morosamente na construção da rodovia Teixeira-Patos. *Patrimônio municipal* — O patrimônio

do município em 1942, somava Cr\$.... 173 217,70. *Povoações* — As mais importantes são: Maturéia, Palmeira, Santo Aleixo do Ouro e São Sebastião. *Religião* — Constitui o município a freguesia de Santa Maria Madalena, criada por Lei provincial n.º 14, de 6 de outubro de 1857. Conta as capelas filiais de N. S.ª da Conceição, em Imaculada; de N. S.ª do Destêrro, em Destêrro; Pertence à freguesia à arquidiocese da Paraíba. *Rendas públicas* — Em 1941, a Coletoria Estadual teve a receita de 185:315\$850 e a despesa de 106:816\$300. Para o exercício de 1942, a Prefeitura fixou sua receita em Cr\$ 98 000,00 e teve a de Cr\$ 90 000,00; fixou a despesa em Cr\$ 120 000,00 e realizou a de Cr\$ 91 979,80. *Repartições públicas* — A Prefeitura Municipal, Coletoria Estadual, Aulas Públicas, Mercado, Agência Postal-Telegráfica, Delegacia Florestal, Cartório do Registro Civil. *Riquezas naturais* — No município há jazidas de ferro, cristal de rocha, pedras finas e ouro, estando este sendo rudimentarmente explorado. *Sede* — A Sede, a cidade de Teixeira contando 11 ruas, uma ladeira 4 travessas e uma praça; está situada no alto da serra que lhe dá o nome. Devido aos recursos agrícolas do município, atingiu certo grau de prosperidade, chegando a preponderar sobre Patos, que lhe esteve judicialmente sujeita. Lutas políticas, repetidos assaltos de cangaçeiros, impeliram a localidade para a decadência de que, atualmente, vai tentando libertar-se. Dista 332 quilômetros da Capital, 195 de Campina Grande e 36 de Patos. A comissão geográfica chefiada por A. Pimenta da Cunha, encontrou-lhe as seguintes coordenadas: Lat. S. 7º-15'-13,75"; Long. E. do Rio de Janeiro 5º-58'-07,35", em frente da matriz. O Recenseamento de 1940 verificou-lhe 378 prédios urbanos, 41 suburbanos, 2 321 rurais e a população: urbana, 1 155 habitantes; suburbana, 122; rural, 8 856. A cidade é abastecida por um poco que produz, diariamente, no

máximo, 14 metros cúbicos de água; no mínimo, 6,500 metros cúbicos. *Vias de comunicação* — Conta apenas estradas carroçáveis e caminho de trânsito penoso. Para transporte de passageiros e mercadorias, existiam no município, em 1942: 3 automóveis, 2 motocicletas, 4 caminhões e 11 carros de bois.

Telha — Povoado do município de Cuité; tem uma capela, e uma aula pública primária. Esta, em 1942, matriculou 32 alunos resultando-lhe 28 de frequência média.

Tendó (Voc. ind., talvez corr. de *te-êndó*: para estar na frente) — Bloco maciço de granito, elevando-se 600 metros acima do nível do mar, a 3 quilômetros da Cidade de Teixeira. É de fácil acesso e do alto se observam belíssimas panoramas. Nesta rocha existe um tanque natural que recebe água pluvial e abastece a população vizinha. Diz a tradição ser — Tendó — o nome de um indivíduo que morava ou estacionava no cimo do formidável bloco.

Teotônio — Povoado do município de Campina Grande. Sua escola pública, em 1942, teve 35 matriculados, e a frequência média de 17.

Tiberi (Voc. ind., segundo Elias Herckman, significa água do pecado, Teod. Sampaio decompôs: *tibe-r-i*: rio das sepulturas) — Riacho perene e abundante que banha a cidade de Santa Rita e despeja à margem direita do Paraíba, após uns três quilômetros de curso. Em suas margens levantou Martin Leitão, em janeiro de 1587, o forte de São Sebastião, e um engenho de açúcar para el-rei, o primeiro que funcionou na Capitania da Paraíba. Ao pé do forte, situou uma aldeia de tabajaras, talvez a origem da cidade mencionada. Hoje, à margem direita do aludido riacho, está a povoação Tiberi, arrabalde de Santa Rita, a qual avultou sob o influxo da fábrica de Tecidos que ali se instalou a 27 de maio de 1891 e conta 512 teares, 12 364 fusos.

Tiberi é um local rico de tradições. Por ali se feriram rijos embates entre portugueses e selvagens, nos tempos da conquista. Em 1817, Amaro Gomes Coitinho ali tentou o último esforço para salvar a democracia.

Tigre — Vila do município de Monteiro. (V. *Jacarará*.)

Timbaúba (Voc. ind., *timbó-iba*: árvore branca) — Povoado de Misericórdia. (V. *Serra Grande*.)

— Povoado do município de Esperança. Sua escola primária matriculou 34 alunos, em 1942.

— Lugarejo do município de Serraria.

— Serra do município de Picuí; é ramificação da Borborema.

Timbaúba do Gurjão — (V. *Gurjão*.)

Timbó (Voc. ind., nome de uma planta sarmentosa empregada na confecção de cestos. A folha triturada produz suco venenoso, empregado para entorpecer peixes). — Povoados do município de Mamanguape. Distinguem-se Timbó, de Jacaraú, e Timbó, de São João. O primeiro é mais importante.

Tiriri (Voc. ind., significando, para uns, água escassa; para outras, terra que treme) — Ilhota de oito quilômetros quadrados de superfície, 12 metros de altitude, pertencente ao município de Santa Rita e formada pelo rio Gargaú, ao deitar-se à margem esquerda do Paraíba. A ilha, parece, foi um pedaço destacado do continente, pois o seu solo é fertilíssimo, e a sua flora, tão variada, que o sábio botânico Luetzebourg, visitando o local, colheu assunto para um artigo, dizendo estar ali um verdadeiro jardim botânico. Em fins de 1887, ou princípio de 1888, o comerciante português Antônio Varandas de Carvalho, radicado a família paraibana, se transportou àquela ilha acompanhado de um capitão-de-navio, de nacionalidade inglesa, com o fim de atirar às garças, então muito abundantes em toda a região alagada do Paraíba. O comandante britânico disse ao seu com-

panheiro possuir a ilha excelente e abundante material para o fabrico de cimento — a lama do mangue e muita pedra calcária. Varandas, em 1888, foi ao Rio de Janeiro, onde obteve o privilégio para a montagem de uma fábrica de cimento na Paraíba, e, logo após vendeu a concessão a uma sociedade anônima, que, em 1902, iniciou a fabricação, suspendendo os trabalhos depois de ter produzido 6 000 barricas do artigo, reputado de qualidade superior. Defeitos diversos na maquinaria fizeram a empresa fracassar; e da imponente construção resta, hoje, menos do que ruínas.

Tôrres — Povoado do município de Umbuzeiro. A matrícula em sua escola pública primária, em 1942, foi de 50 alunos, tendo 37 de frequência média.

Tramataia (Voc. ind.) — Pequena aldeia de pescadores, à margem do baixo Mamanguape.

Travessa — (V. *São João do Cariri*.)

Treze de Maio — Ilhota formada pelos rios Guia e Paraíba. Está defronte do pontal N.E. da Restinga. Foi desbravada por Carlos Maul, que ali edificou, no começo do século atual, uma casa de vivenda.

Trincheiras — Arrabalde da cidade de João Pessoa, ao pé das trincheiras segundo uns, levantadas para reprimir a invasão holandesa; segundo outros, parecendo inverossímil, erguidas em 1710 pelo Capitão-Mor João da Maia da Gama, com o intuito de defender os Mascates.

Triunfo — Povoação do município de Antenor Navarro, ao pé da serra de Gamelas. No local se deu, em 1824, um combate entre as tropas de Maxi Rodrigues, 100 patriotas cearenses da Confederação do Equador e legalistas ao mando de Dantas Roteira. Os primeiros vitoriosam e ficaram no campo, descuidados, celebrando a façanha, quando os contrários, se reorganizando, recebendo

reforços, investiram furiosamente. A resistência foi desesperada, conseguindo somente cinco dos seus fugir, embora feridos. Maxi e os demais morreram na ação. O lugar, que se chamava Picadas, passou a denominar-se Triunfo. E' medíocre. Tem uma capela e uma escola primária pública. Esta, em 1942, matriculou 44 alunos.

— Nome que teve a atual cidade de Picuí. (V. *Picuí*.)

U

Uiraúna (Voc. ind., corr. de *guirá-una*: pássaro preto) — Tinha o nome de Canaã, mudado pelo Decreto-lei estadual n.º 520, de 31 de dezembro de 1943. Sua denominação primitiva, era Belém, trocado pela de Canaã por força do Decreto-lei n.º 1 164, de 15 de novembro de 1938, que elevou a povoação a categoria de Vila. E' próspera, iluminada a luz elétrica, tem Agência Postal-Telegráfica e 2 aulas públicas primárias que, em 1942, matricularam 204 alunos, obtendo a frequência média de 184. A vila está ao pé de um açude que a abastece. O Recenseamento de 1940 computou-lhe 315 prédios urbanos, 58 suburbanos, 1 792 rurais e a população: urbana, 1 159 habitantes; suburbana 178; rural, 8 170.

Umari (Voc. ind., corr. de *u-mbari*: água do mari. *Mari* é árvore espinhosa, cresce à margem dos lugares alagados e frutifica uma amêndoa que comem cozida) — Povoado do município de Areia, tendo aula pública primária que matriculou 45 alunos, em 1942.

— Povoado do município de Guarabira. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 41 alunos.

— Povoado do município de Bananeiras, cuja escola primária teve 29 matriculados em 1942.

Umari do Pordeus — Povoado do município de Antenor Navarro. E' hoje o distrito de Brejo das Freiras.

Umbus (Voc. ind., corr. de *imb-u*: árvore que dá água) — Povoado do município de Areia. Sua escola pública registrou 28 matrículas, em 1942.

Umburanas (Voc. ind., corr. de *mbu-anã*: parente do imbu) — Serra contraforte da Borborema. Começa a O. na distrito da vila de Juripiranga, e separa Paraíba de Pernambuco. No seu prolongamento, recebe vários nomes, inclusive o de serra dos Cariris.

Umbuzeiro — Município nos limites S.O. do Estado. Ocupa a área territorial de 1 199 quilômetros quadrados. O Recenseamento de 1940 computou-lhe: 479 prédios nas zonas urbanas, 314 nas suburbanas, 8 213 nas rurais e a população: urbanas, 1 531 habitantes; suburbanas, 1 113; rurais, 35 408 ou seja, o total de 9 006 prédios e 38 052 habitantes. *Açudes* — Há no município vários açudes de pequena capacidade pertencentes a particulares. O mais importante é o Presidente João Pessoa, construído pelo Estado, no distrito de Aroeiras, tendo a capacidade de 20 000 000 metros cúbicos. *Administração* — Politicamente, é dirigido por um prefeito municipal, nomeado pela Interventoria Federal, auxiliado por funcionários permanentes. É sede de comarca de segunda entrância, estando a cargo de um juiz de Direito, dois suplentes e demais pessoal auxiliar, os interesses da Justiça local. A segurança pública compete a um delegado de Polícia, na cidade, e subdelegados, nas vilas, o primeiro nomeado pela Interventoria, os outros pelo Secretário do Interior e Justiça. Da alçada do Chefe de Polícia é a nomeação de suplentes para os referidos cargos. *Aspecto físico* — Tem o município grande trecho acidentado, lembrando a região do Brejo, e larga faixa de caatinga com o colo levemente ondulado, transição para o Cariri. As principais serras, todas pertencentes ao sistema da Borborema, são: Cascavel, Cachoeira Grande, Juá, Jucá, Mata Virgem, Oratório e Uruçu. *Assis-*

tência social — Conta um Pôsto de Higiene mantido pelo município e sociedades religiosas que praticam a caridade. *Clima* — Diz o professor Emílio Chaves, na sua pequena "Corografia de Umbuzeiro", — ser o "clima salubre, variando a temperatura entre 13°C no rigor do frio e 29°, a máxima, no calor do verão". É normalmente, salubre; quente e úmido na região serrana; quente e seco, na caatinga. *Comércio* — Tem importância o comércio do município, que mantém suas transições com as praças de Campina Grande, Taboiana e Limoeiro, esta do Estado de Pernambuco. *Demografia* — Em 1941, registraram-se em Umbuzeiro: 194 nascimentos, 55 casamentos e 754 óbitos. *Distritos* — Além da sede, existem os distritos de Paz de Aguapaba, Aroeiras, Mata Virgem e Natuba. *Etnografia* — A maioria da população atual é a resultante do cruzamento do branco e do índio, aos quais se juntou certa percentagem de sangue africano. *Fauna e flora* — Bem variada a fauna do município: raposas, preguiças, tatus, mocós, aves ribeirinhas, trepadoras, pássaros, reptis, insetos. Encontram-se matas onde crescem cedro, cumaru, louró, pau-d'arco, pereiro, sucupira, ibiraúna, angico, aroeira. Na caatinga se encontram bromélias e cardos. *Fazendas agrícolas e pastoris* — Umbuzeiro possui excelente área agrícola onde se pode exercitar a cultura de todas as plantas dos trópicos e mesmo algumas das zonas temperadas. De par, estão os seus campos de criação. É um município que progride e os seus fazendeiros e agricultores procuram inteirar-se de métodos mais eficientes. O Governo Federal mantém no município uma Estação Modelo. Umbuzeiro produz: algodão, café, milho, feijão, favas, mandioca, fumo, batata doce, batatinha, cebolas, gergelim, abacaxis. Para incrementar a lavoura, dispõe de uma Caixa Agrícola. *Feiras* — Na sede, nas vilas, nas povoações mais importantes, se realizam, semanalmente,

feiras abundantes. *Hidrografia* — O principal rio do município é o Paraíba do Norte, que o atravessa de O. a L., num percurso aproximado de oitenta quilômetros. Na região, é alimentado pelos seguintes afluentes: Abreu, Barris, Dois Riachos, Fervedouro, Leitão, Manicoba, Natuba, Quixaba, Riacho da Cruz, Sanharó e Tabocas, tributários da margem direita; Chá Grande, o rio Paraibinha, Pedro Velho, Riachão, Salinas, São Bento, Tamanduá, Tanque do Chaves, da margem esquerda. O Paraibinha é formado pelos riachos Água Fria, Aroeiras, Amarelinha, Cajá e Tavares. As lagoas mais importantes: Casados, Jardim, Marcos e a próxima da sede. *História* — Um copado umbuzeiro, poiso de almocreves, deu nome ao local e esta circunstância atraiu os primeiros moradores com o fim de pequenos lucros obtidos com hospedagem a viajantes e tropeiros. O movimento avultou e com ele o número de habitações mediocres. A partir de 1850, se interessaram pela formação de um povoado regular, agricultores abastados, entre eles o alagoano José da Silva Pessoa, Gervásio Travassos Sarinho, Cel. Assunção Calafange, vindos respectivamente de Bom Jardim e Goiana; Cel. Calafange Santiago, procedente do Ingá. Sob os esforços destes, o povoado floresceu, com o nome Umbuzeiro, que o missionário Ibiapina inutilmente tentou mudar para o de Pio IX. Por Decreto n.º 15, de 2 de maio de 1890, foi elevado a vila, tendo porém seu cartório civil desde 1889. Por Decreto n.º 25, de 19 de maio de 1892, foi a sede da vila transferida para Natuba, voltando a Umbuzeiro pelo Decreto n.º 205, de 19 de novembro de 1904. Como termo, pertenceu a Ingá e foi cabeça de Comarca em 1.º de novembro de 1917. Os Decretos-leis ns. 1164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, conservaram-lhe as anteriores prerrogativas. *Homens notáveis* — Nasceram no município: Epitácio da Silva Pessoa e

João Pessoa Cavalcânti de Albuquerque. *Indústria* — No município existem 3 instalações para beneficiar algodão e vários maquinismos para o preparo de fibras. Calcula-se que o município produz, anualmente, 4 000 000 de quilogramas de algodão em rama e 1 100 000 de café. *Instrução* — Conta a primária, difundida por 38 escolas, inclusive um Grupo Escolar, sob a docência de 47 professores. A matrícula, em 1942, registrou 2 019 alunos, verificando-se 1 364 de frequência média. *Limites* — Os Decretos-leis ns. 1164 e 520, respectivamente de 15 de novembro de 1938 e 31 de dezembro de 1943, estabeleceram os seguintes limites municipais para Umbuzeiro: — *Com Campina Grande*, começando na foz do riacho Guaribas, no riacho Pereiro, desce por este até a sua foz no rio Paraibinha, desce ainda por este até o marco n.º 1, situado à sua margem, na fazenda Curral Velho, onde se estremam os municípios de Campina Grande e Ingá. *Com Ingá*, começando no marco n.º 1, localizado à margem do rio Paraibinha, na fazenda Curral Velho, desce por ele até a sua foz no rio Paraíba e por este até a foz do riacho Tabocas ou Jerimum, onde se estremam os municípios de Ingá e Tabaiana. *Com Tabaiana*, começando na foz do riacho Jerimum ou Tabocas, no rio Paraíba, sobe por ele até a sua nascente, na cumeada do contraforte Quicé e daí até o marco n.º 10 (de Tabaiana), na cumeada da serra de Pirauá, nos limites com Pernambuco (município de São Vicente). *Com Pernambuco* — (*Municípios de São Vicente, Queimadas, Surubim e Vertente*), começando no marco n.º 10, (de Tabaiana), situado na linha de cumeada da serra Pirauá, segue por ela e pela dos contrafortes denominados serra Verde, serra do Oratório, serra da Cachoeira e serra da Boa Vista até o marco n.º 2, situado à margem do caminho carroçável de Vertentes a Jucá, onde se estremam Cabaceiras com Vertentes (Pernambuco). *Com Cabaceiras*, começando no marco n.º 2, situado à

margem do caminho carroçável de Vertentes a Jucá, segue por êle até cortar o riacho da Cruz, desce por êste riacho, até a sua foz no rio Paraíba e por êste rio até a foz do riacho Salmas; sobe por êste riacho até a sua nascente e, daí, por uma linha reta até a nascente do riacho Guaribas, na fazenda Guaribas de Cima; desce por êle até a sua foz no riacho Pereiro, na fazenda do mesmo nome, onde se estremam os municípios de Cabaceiras e Campina Grande.

DIVISAS INTERDISTRITAIS

Distrito da Sede com Natuba, começando na foz do riacho Umbuzeiro, no rio Paraíba, sobe por êste riacho até o marco n.º 2, situado à sua margem e, dêste marco, segue em linha reta até o marco n.º 3, situado na fazenda Matinadas, na linha de cumeada que separa Pernambuco da Paraíba. *Distrito da Sede com Aroeiras*, começando no marco n.º 4, situado à margem do rio Paraíba e no ponto onde êle é cortado pelo caminho carroçável de Alecrim, desce pelo rio Paraíba até a foz do riacho Umbuzeiro. *Distrito da Sede com Mata Virgem*, começando no marco n.º 5, situado na linha de cumeada da serra do Oratório, no povoado do mesmo nome, segue pela estrada carroçável de Mata Virgem, até a sua intersecção com o caminho de tropa do Aleixo; prossegue por êste caminho de tropa até alcançar o de Alecrim, pelo qual segue até o marco n.º 4, situado à margem do rio Paraíba. *Aguapaba com Aroeiras*, começando na foz do riacho Natuba, no rio Paraíba, desce por êste rio até a foz do riacho Paraibinha, nos limites com Ingá. *Natuba com Aguapaba*, começando na foz do riacho Natuba, no rio Paraíba, sobe por êste riacho até o ponto onde êle é cortado pelo caminho carroçável de Fervedouro, prossegue por êsse caminho até alcançar a linha de cumeada da serra de Pirauá, que divide Paraíba

de Pernambuco. *Aroeiras com Mata Virgem*, começando na foz do riacho Salinas, no rio Paraíba, desce por êste rio até o marco n.º 4, situado no ponto onde êle é cortado pelo caminho carroçável de Alecrim. *Meio social* — A cidade apresenta um conjunto de pessoas educadas e instruídas, promovendo reuniões elegantes, estimulando grêmios artísticos, literários e esportivos e associações religiosas. *Povoações* — Além das vilas, conta o município várias povoações, sendo as mais importantes: — Chã do Azevém, Chã do Esquecido, Cecília, Jardim, Natuba Velha, Ôlho-d'Água, Pedro Velho, Tôrres, Trapiá e Uruçu. *Quedas d'Água* — Sômente uma no riacho Natuba, com um jacto de 40 metros de altura, potencial não avaliado e, até agora, inproveitada. *Religião* — Constitui o município a freguesia de N. S.ª do Livramento, criada por provisão diocesana de 21 de setembro de 1902, sendo seu primeiro vigário, o Padre Gabriel Toscano da Rocha. Antes, pertencia à freguesia de Natuba, que foi extinta com a elevação de Umbuzeiro a sede de Paróquia. Conta capelas filiais em Aroeiras, Manueles, Mata Virgem, Natuba, Natuba Velha, Ôlho-d'Água, Oratório, Pedro Velho e na Sede. *Rendas públicas* — Em 1941, a Coletoria Estadual arrecadou 274:058\$400 e despendeu 225:736\$500. A Coletoria Federal, em 1942, teve a receita de Cr\$ 112 260,00. Para o exercício de 1942, a Prefeitura Municipal orçou sua receita em Cr\$... 152 000,00, e teve a de Cr\$ 171 674 30; fixou a despesa em Cr\$ 218 000,00 e realizou a de Cr\$ 212 181,00. *Repartições públicas* — Prefeitura, Fórum, Coletoria Federal, Coletoria Estadual, Agência Postal-Telegráfica, Mercado Público, Açougue, Grupo Escolar, Cartório do Registro Civil. *Riquezas naturais* — Não foram estas bem estudadas; sabe-se que existem no município: mármore, mica, calcário, cobre. Na fazenda e povoado Fervedouro, existe uma fonte cujas propriedades magnesianas já foram anali-

sadas. *Sede* — A sede é a cidade de Umbuzeiro, bem situada a 582 metros de altitude, na serra do Oratório, exatamente na linha divisória, estendendo-se uma parte para o Estado de Pernambuco. É bem edificada, de agradável aspecto, ruas largas, duas lindas praças, numa das quais há um *dancing*, um monumento a João Pessoa e outro ao Cel. Antônio Pessoa. Dista 140 quilômetros da Capital do Estado, 85 de Campina Grande e 75 de Taboiana. Segundo o Recenseamento de 1940, conta 129 prédios urbanos, 117 suburbanos, 1 162 rurais e a população: urbana, 508 habitantes; suburbana, 418; rural, 5 216. Suas coordenadas, segundo os trabalhos da comissão dirigida por Pimenta da Cunha, são: lat. S. 7°-41'-52,25; long. E. do Rio de Janeiro 7°-33'-25,50, em frente ao mercado e Grupo Escolar. Vias de comunicação — Por estradas reais se liga a Campina Grande e Taboiana, sendo mais fácil sua comunicação com o Recife, em virtude da excelente rodovia que atravessa os municípios pernambucanos de Queimadas, Bom Jardim, Limoeiro, Chã de Carpina e outros.

— Povoado do município de Monteiro. (V. *Caroá*.)

— Povoado do município de Conceição. Tem escola pública primária que em 1942, matriculou 47 alunos. A povoação tem algum trato comercial e uma cadeia.

Una (Voc. ind., contração de *i-una*: rio prêto) — Rio perene que atravessa Sapé, Pilar e Maguari; nasce em Pedras de Fogo; despeja à margem direita do Paraíba.

— Povoação à margem do rio precedente; pertence ao município de Maguari. Tem aula pública primária que, em 1942, matriculou 27 alunos.

— Futurosa povoação do município de Sapé. Sua escola pública primária em 1942, registrou 84 matrículas e a frequência média de 46.

Uriás ou *Ariús* — Nome de uma tribo da família cariri. (V. *Ariús*.)

Uruçu — Grande povoado do município de Umbuzeiro. Conta duas escolas públicas primárias que, em 1942, matricularam 92 alunos, tendo 60 de frequência média.

— Povoado do município de Alagoa Nova. Em 1942, sua escola pública primária matriculou 44 alunos, resultando 27 de frequência média.

— Nome de uma serra do município de Umbuzeiro.

— Rio afluente do Mamanguape; nasce no município de Alagoa Nova.

Utinga (Voc. ind., *u-tinga*: água branca) — Lugarejo do município da Capital. Foi de 41 o número de matriculados em sua escola pública, em 1942, resultando-lhe 26 de frequência média.

Usina Santa Rita — Povoado e usina de açúcar no município de Santa Rita. Sua escola primária matriculou 27 alunos em 1942 obtendo igual número na frequência média.

Usina Tanque — Usina de açúcar e povoado do município de Alagoa Grande, nêle funcionando uma escola pública primária que matriculou 38 alunos, em 1942, registrando 25 de frequência média.

V

Vaca Brava — Açude do Estado no município de Areia, tendo a capacidade de 3 450 000 metros cúbicos. Abastece a cidade de Campina Grande.

Varadouro — Bacia do rio Sanhauá, constituindo o porto da Capital do Estado ou o porto de João Pessoa. Está quase obstruído: Nêle podem ancorar somente embarcações que não excedam de 15 pés de calado. O nome lhe veio, por haver no passado, à margem do rio, estaleiros para consertos e constru-

ções de veleiros. Hoje a denominação é popular e estende-se da ponte do Sannhauá ao Zumbi.

Várzea — Nome que no Estado designa os terrenos planos e argilosos à margem dos rios, e, de ordinário, alagam durante as enchentes. As vêzes é sinônimo de vale.

— Povoado do município de Ingá. Possui aula pública primária que, em 1942, matriculou 41 alunos, tendo 29 de frequência média.

— Povoado do município de Araruna. Conta aula pública primária cuja matrícula, em 1942, registrou 40 alunos, e a frequência média de 23.

Várzea Comprida dos Leites — Povoado do município de Pombal. Foi de 45 o número de matriculados, em 1942, em sua escola primária.

Várzea de Dentro — Lugarejo do município de Sapé. Sua escola pública, em 1942, matriculou 25 alunos.

Várzea Grande — Lugarejo do município de Sapé. Foi de 34 alunos, a matrícula em sua aula primária, no exercício de 1942.

Várzea Nova — Povoação do município de Santa Rita, dois quilômetros a L. da sede e à margem da rodovia central do Estado. Foi antiga aldeia de tabajaras. Em 1745, o infeliz jesuíta Gabriel Malagrida deu-lhe certo incremento, reedificando-lhe a igreja, atraindo habitantes com a assistência que ali fez. E' medíocre. Conta mais de 300 habitantes que se entregam à pesca e à agricultura. Sua aula pública primária, em 1942, matriculou 95 alunos, tendo 49 de frequência média.

— Povoado do município de Catolê do Rocha, cuja aula primária, em 1942, teve 50 matriculados.

Varzinha — Lugarejo do município de Pombal. Sua aula pública matriculou 13 alunos, em 1942.

Vassouras — Povoado do município de Umbuzeiro. Sua escola pública matriculou 42 alunos, em 1942, resultando 25 de frequência média.

Vazante — Povoado de Misericórdia. Conta aula pública primária, que, em 1942, teve 50 matriculados e a média de 26.

— Povoado do município de Sousa. Sua escola pública teve 33 matriculados, em 1942, e igual número na frequência média.

Vermeelho — Rio do município de Mamanguape, afluente do rio que dá nome ao município. Tem as águas muito carregadas. Está próximo da antiga vila de Montemor, cortando os terrenos do antigo engenho Preguiça. Existe na vertente do rio, uma espécie de subterrâneo, em abóbada, verdadeiro labirinto que se estende 2 quilômetros e meio. E' construído em seixos e argamassa de argila. Atribui-se o trabalho a uma raça ignorada, talvez para fins religiosos. Tinha, em toda extensão, regulares respiradouros mas, sendo o local muito preferido pelas espécies caprinas, penetravam alguns animais no subterrâneo, donde jamais saíam. Por isso os criadores obstruíram todas as entradas. Igual construção se encontra, em Mamanguape, nas margens do Carapucema.

Verônica — Estrada em declive ao N. da serra do Teixeira. (V. *Teixeira*.)

Viana — Povoado do município de Bonito de Santa Fé. E' promissor. Sua escola pública, em 1942, matriculou 19 alunos.

Vila do Imperador — Nome, em homenagem a D. Pedro II, dada ao Ingá quando o elevaram à categoria de vila. (V. *Ingá*.)

Violeta — Povoação comum aos municípios de Guarabira e Mamanguape.

Nela funciona uma escola pública primária que, em 1942, matriculou 48 alunos, tendo a média de 35.

Viração — Serra cortada pela rodovia ligando o Cariri ao município de Patos.

Volta — Lugarejo do município de Mamanguape.

Volta Grande — Povoado do município de Cabaceiras. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 59 alunos, tendo 18 de frequência média.

Z

Zabelê (Voz onomatopéica deduzida do canto de uma espécie de perdiz) — Povoado medíocre do município de Monteiro. Tem aula pública primária.

— Nome de uma serra do município de Conceição.

— Serra do município do Ingá, em cuja fralda assenta um lugarejo também denominado Zabelê.

Zumbi (Voz africana — Parte da cidade de João Pessoa, a N.O., entre o sopé da colina e o mangue, hoje em grande parte aterrado com o lixo retirado da cidade.

— Rio de certa importância, afluente da margem direita do Mamanguape. Corta os municípios de Ingá e Alagoa Grande.

— Povoado do município de Alagoa Grande, à margem do rio precedente. Sua escola pública primária, em 1942, matriculou 34 alunos, tendo 30 de frequência média.

— Povoado do município de Ibiapinópolis; em 1942, matriculou sua aula pública 29 alunos, resultando-lhe 21 de frequência média.

ACABOU DE SE IMPRIMIR
NAS OFICINAS DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
PARA O INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO
EM OUTUBRO DE 1950

